

2021

Contas anuais
consolidadas e Relatório
de Gestão consolidado



CÓDIGO DE NAVEGAÇÃO:

-  Página anterior
-  Última página visitada
-  Próxima página
-  Ir para o índice
-  Imprimir
-  Pesquise o documento



Conteúdo

1. Contas anuais consolidadas 2021	04
BALANÇO CONSOLIDADO	06
A) Balanço consolidado	06
B) Demonstração global de resultados consolidada	08
C) Demonstração consolidada das mudanças do patrimônio líquido	12
D) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	16
E) Informação financeira por segmentos	18
F) Informação financeira complementar por produtos e áreas geográficas	30
MEMÓRIA CONSOLIDADA	32
1. Informação geral sobre a entidade e sua atividade	32
2. Bases de apresentação das contas anuais consolidadas	33
3. Consolidação	38
4. Ganhos por ação e dividendos	41
5. Políticas Contábeis	42
6. Detalhamento dos Estados Financeiros	56
7. Gestão de riscos	125
8. Outras informações	140
ANEXOS	142
Anexo 1	142
Anexo 2	162
2. Relatório de gestão consolidado 2021	166
2.1 Situação da entidade	168
2.2 Estrutura organizacional e boa governança	170
2.3 Evolução e resultado dos negócios	175
2.4 Liquidez e recursos de capital	214
2.5 Principais riscos e incertezas	227
2.6 Circunstâncias importantes ocorridas após o encerramento do exercício	231
2.7 Informação sobre a evolução previsível	232
2.8 Atividades de P+D+i	237
2.9 Aquisição e alienação de ações próprias	240
2.10 Outras informações relevantes	241
2.11 Relatório Anual de Governança Corporativa	253
2.12 Relatório Anual de Remunerações de Conselheiros	338
3. Relatório de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas 2021	373

1

Contas Anuais Consolidadas





Balanço consolidado

A) BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

ATIVO	NOTAS	2021	2020
ATIVOS INTANGÍVEIS	6.1	2.911,2	2.780,1
I. Fundo de comércio	6.1	1.472,4	1.409,8
II. Outros ativos intangíveis	6.1	1.438,8	1.370,3
B) IMOBILIZADO MATERIAL	6.2	1.295,0	1.279,3
I. Imóveis de uso próprio	6.2	1.071,8	1.040,4
II. Outras imobilizações materiais	6.2	223,2	238,9
C) INVESTIMENTOS		39.243,0	38.931,4
I. Investimentos imobiliários	6.2	1.260,0	1.199,5
II. Investimentos financeiros			
1. Carteira mantida até o vencimento	6.4	1.527,8	1.584,4
2. Carteira disponível para venda	6.4	28.961,5	30.100,7
3. Carteira de negociação	6.4	5.754,1	4.826,0
III. Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial		657,0	336,4
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceito		835,0	652,2
V. Outros investimentos		247,6	232,2
D) APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO	6.5	2.957,3	2.502,4
E) INVENTÁRIOS		54,0	49,5
F) PARTICIPAÇÃO DO RESSEGURO NAS PROVISÕES TÉCNICAS	6.13	6.084,6	5.378,6
G) ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.20	299,6	221,7
H) CRÉDITOS	6.6	5.594,7	5.359,1
I. Créditos por operações de seguro direto e co-seguro	6.6	3.892,0	3.477,3
II. Créditos por operações de resseguro	6.6	791,7	1.012,2
III. Créditos tributários			
1. Imposto de renda a recuperar	6.20	191,4	181,6
2. Outros créditos tributários		173,7	149,9
IV. Créditos previdenciários e outros	6.6	545,9	538,1
V. Acionistas por desembolsos exigidos		–	–
I) TESOURARIA		2.887,6	2.418,9
J) AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	1.902,5	1.908,7
K) OUTROS ATIVOS		247,4	163,4
L) ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.9	377,3	8.159,5
TOTAL ATIVO		63.854,2	69.152,6

Dados em milhões de euros.

A) BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	NOTAS	2021	2020
A) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.10	9.666,6	9.837,8
I. Capital desembolsado	6.10	308,0	308,0
II. Prêmio de emissão		1.506,7	1.506,7
III. Reservas		7.102,4	7.057,2
IV. Dividendo a receber	4.2	(184,8)	(154,0)
V. Ações próprias	6.10	(62,9)	(63,4)
VI. Resultado do exercício atribuível à Sociedade controladora	4.1	765,2	526,5
VII. Outros instrumentos do patrimônio líquido		—	—
VIII. Ajustes por mudanças de valor	6.10	805,3	1.270,7
IX. Diferenças de conversão	6.22	(1.776,3)	(1.915,7)
Patrimônio atribuído aos acionistas da controladora		8.463,6	8.536,0
Participações não controladoras		1.203,0	1.301,8
B) PASSIVOS SUBORDINADOS	6.11	1.122,2	1.121,6
C) PROVISÕES TÉCNICAS	6.13	39.968,3	39.190,2
I. Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados	6.13	7.638,6	7.195,3
II. Provisão de seguros de vida	6.13	19.089,5	19.588,9
III. Provisão de sinistros	6.13	11.986,1	11.210,5
IV. Outras provisões técnicas	6.13	1.254,1	1.195,5
D) PROVISÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO SEGURO DE VIDA QUANDO O RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELOS TOMADORES	6.13	2.957,3	2.502,4
E) PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS	6.14	653,6	582,6
F) DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	6.15	82,4	71,6
G) PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.20	537,7	670,6
H) DÍVIDAS	6.16	8.441,8	7.593,4
I. Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	6.12	862,8	1.005,6
II. Dívidas com entidades de crédito	6.12	1.106,5	866,4
III. Outros passivos financeiros	6.12	2.368,6	1.596,7
IV. Dívidas por operações de seguro direto e co-seguro		915,0	951,0
V. Dívidas por operações de resseguro	6.16	1.252,8	1.305,9
VI. Dívidas tributárias			
1. Imposto de renda a pagar	6.20	65,2	58,5
2. Outras dívidas tributárias	6.16	341,0	246,6
VII. Outras dívidas	6.16	1.529,9	1.562,7
I) AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	300,5	318,5
J) ASSIVOS ASSOCIADOS A ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.9	123,8	7.263,9
TOTAL ATIVO		63.854,2	69.152,6

Dados em milhões de euros.

Demonstração global de resultados consolidada

B.1) CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
I. RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Primas imputadas al Exercício, netas			
a) Prêmios emitidos seguro direto	7.A.2	18.127,6	16.767,3
b) Prêmios resseguro aceito	7.A.2	4.027,0	3.714,9
c) Prêmios resseguro cedido	6.19	(4.307,8)	(3.648,4)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas			
Seguro direto	6.13	(450,3)	179,1
Resseguro aceito	6.13	(181,7)	(130,6)
Resseguro cedido	6.19	249,3	(180,8)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		9,3	6,9
3. Receitas dos investimentos			
a) Operacionais	6.17	2.227,1	2.059,2
b) Patrimoniais	6.17	180,0	167,1
4. Mais-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	6.5	254,6	137,8
5. Outras receitas técnicas		87,7	66,2
6. Outras receitas não técnicas		283,1	61,8
7. Diferenças positivas de câmbio	6.22	1.628,2	2.042,9
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	6.7	13,9	27,6
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR		22.148,0	21.271,0

Dados em milhões de euros.

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Sinistralidade do exercício, líquida			
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquidos			
Seguro direto	5.15	(11.725,5)	(10.667,8)
Resseguro aceito	5.15	(2.743,8)	(2.288,6)
Resseguro cedido	6.19	2.229,4	1.835,4
b) Gastos imputáveis às prestações	6.18	(760,5)	(775,3)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas	5.15	190,2	341,8
3. Participação em lucros e estornos		(55,2)	(50,1)
4. Despesas de operacionais líquidas			
a) Despesas de aquisição	6.18	(4.611,0)	(4.610,2)
b) Despesas administrativas	6.18	(766,8)	(746,8)
c) Comissões e participação em resseguro	6.19	722,4	669,9
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		(2,0)	(1,8)
6. Despesas dos investimentos			
a) Operacionais	6.17	(910,0)	(799,4)
b) Patrimoniais e de contas financeiras	6.17	(53,1)	(51,0)
7. Menos-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	6.5	(70,3)	(210,1)
8. Outras despesas técnicas	6.18	(352,8)	(205,0)
9. Outras despesas não técnicas	6.18	(152,9)	(145,7)
10. Diferenças negativas de câmbio	6.22	(1.574,2)	(2.018,5)
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos	6.7	(29,0)	(210,9)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR		(20.665,1)	(19.934,1)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR		1.482,9	1.336,9

Dados em milhões de euros.

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
III. OUTRAS ATIVIDADES			
1. Receitas operacionais		315,6	295,3
2. Despesas operacionais	6.18	(408,0)	(437,0)
3. Receitas financeiras líquidas			
a) Receitas financeiras	6.17	84,9	59,5
b) Gastos financeiros	6.17	(108,5)	(94,6)
4. Resultados de participações não controladoras			
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		8,2	7,0
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		(6,3)	—
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.7	11,1	5,9
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.7	(11,6)	(40,6)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas		—	—
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES		(114,6)	(204,5)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3.3	(13,2)	(13,9)
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.355,1	1.118,5
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	6.20	(319,5)	(297,8)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.035,6	820,7
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS		—	—
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.035,6	820,7
1. Atribuível a participações não controladoras	6.25	270,4	294,2
2. Atribuível à Sociedade controladora	4.1	765,2	526,5

Dados em milhões de euros.

LUCRO POR AÇÃO (EUROS)

Básico	4.1	0,25	0,17
Diluído	4.1	0,25	0,17

B.2) ESTADO DE ENTRADAS E GASTOS RECONHECIDOS CONSOLIDADOS

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.035,6	820,7
B) OUTRO RESULTADO GLOBAL – PARCELAS QUE NÃO FORAM RECLASSIFICADAS A RESULTADOS		—	—
C) OUTRO RESULTADO GLOBAL – PARCELAS QUE PODEM SER RECLASSIFICADAS POSTERIORMENTE A RESULTADOS		(371,0)	(593,0)
1. Ativos financeiros disponíveis para a venda	6.4		
a) Ganhos (Perdas) por valoração		(2.141,7)	820,9
b) Valores transferidos à conta de resultados		(179,0)	(120,4)
c) Outras reclassificações		(4,7)	(0,8)
2. Diferenças de conversão	3.3 y 6.22		
a) Ganhos (Perdas) por valoração		163,1	(843,2)
b) Valores transferidos à conta de resultados		1,4	(0,2)
c) Outras reclassificações		(0,2)	0,2
3. Contabilidade tácita			
a) Ganhos (Perdas) por valoração	6.13	1.610,4	(402,8)
b) Valores transferidos à conta de resultados		3,6	45,5
c) Outras reclassificações		—	—
4. Entidades valoradas por equivalência patrimonial			
a) Ganhos (Perdas) por valoração		(3,6)	(0,6)
b) Valores transferidos à conta de resultados		—	—
c) Outras reclassificações		—	—
5. Outras receitas e despesas abrangentes		15,1	(8,0)
6. Efeito impositivo		164,6	(83,6)
RESULTADO GLOBAL TOTAL DO EXERCÍCIO (A+B+C)		664,6	227,7
1. Atribuível à Sociedade controladora		439,2	118,0
2. Atribuível a participações não controladoras		225,4	109,7

Dados em milhões de euros.

Demonstração das mudanças do Patrimônio Líquido

C) DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM SEXTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES

FUNDOS PRÓPRIOS

CONCEITO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	PRÊMIO DE EMISSÃO	RESERVAS
SALDO EM QUARTA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 2021		308,0	1.506,7	7.057,2
1. Ajustes por mudanças de práticas contábeis		—	—	—
2. Ajustes por correção de erros		—	—	—
SALDO AJUSTADO EM QUARTA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 2021		308,0	1.506,7	7.057,2
I. TOTAL RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS		—	—	—
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS DA SOCIEDADE CONTROLADORA E MINORITÁRIOS		—	—	(315,5)
1. Aumentos (Reduções) de Capital		—	—	—
2. Distribuição de dividendos	4.2 y 6.25	—	—	(230,8)
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios	6.24	—	—	(0,8)
4. Outras operações com acionistas da Sociedade controladora e minoritários	6.8	—	—	(83,8)
5. Operações com ações e participações próprias	6.10	—	—	(0,1)
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		—	—	360,7
1. Transferências entre parcelas de patrimônio líquido		—	—	372,5
2. Outras variações		—	—	(11,8)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		308,0	1.506,7	7.102,4

Dados em milhões de euros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES

FUNDOS PRÓPRIOS							
DIVIDENDO A RECEBER	AÇÕES PRÓPRIAS	RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	OUTROS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTES POR MUDANÇAS DE VALOR	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(154,0)	(63,4)	526,5	—	1.270,7	(1.915,7)	1.301,8	9.837,8
—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
(154,0)	(63,4)	526,5	—	1.270,7	(1.915,7)	1.301,8	9.837,8
—	—	765,2	—	(465,4)	139,4	225,4	664,6
(184,8)	0,5	—	—	—	—	(329,2)	(829,0)
—	—	—	—	—	—	90,9	90,9
(184,8)	—	—	—	—	—	(187,0)	(602,6)
—	—	—	—	—	—	(216,6)	(217,4)
—	—	—	—	—	—	(16,5)	(100,3)
—	0,5	—	—	—	—	—	0,4
154,0	—	(526,5)	—	—	—	5,0	(6,8)
154,0	—	(526,5)	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	5,0	(6,8)
(184,8)	(62,9)	765,2	—	805,3	(1.776,3)	1.203,0	9.666,6

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES

FUNDOS PRÓPRIOS

CONCEITO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	PRÊMIO DE EMISSÃO	RESERVAS
SALDO EM QUARTA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 2020		308,0	1.506,7	6.915,6
1. Ajustes por mudanças de práticas contábeis		—	—	—
2. Ajustes por correção de erros		—	—	—
SALDO AJUSTADO EM QUARTA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 2020		308,0	1.506,7	6.915,6
I. TOTAL RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS		—	—	—
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS DA SOCIEDADE CONTROLADORA E MINORITÁRIOS		—	—	(261,7)
1. Aumentos (Reduções) de Capital		—	—	—
2. Distribuição de dividendos	4.2 y 6.25	—	—	(261,6)
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios	6.24	—	—	—
4. Outras operações com acionistas da Sociedade controladora e minoritários		—	—	—
5. Operações com ações e participações próprias	6.10	—	—	(0,1)
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		—	—	403,3
1. Transferências entre parcelas de patrimônio líquido		—	—	424,4
2. Outras variações		—	—	(21,1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		308,0	1.506,7	7.057,2

Dados em milhões de euros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES

FUNDOS PRÓPRIOS							
DIVIDENDO A RECEBER	AÇÕES PRÓPRIAS	RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	OUTROS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTES POR MUDANÇAS DE VALOR	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(184,8)	(63,8)	609,2	—	1.003,7	(1.240,2)	1.251,7	10.106,1
—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—
(184,8)	(63,8)	609,2	—	1.003,7	(1.240,2)	1.251,7	10.106,1
—	—	526,5	—	267,0	(675,5)	109,7	227,7
(154,0)	0,4	—	—	—	—	(65,0)	(480,3)
—	—	—	—	—	—	8,3	8,3
(184,8)	—	—	—	—	—	(244,0)	(659,6)
—	—	—	—	—	—	116,1	116,1
—	—	—	—	—	—	54,6	54,6
—	0,4	—	—	—	—	—	0,3
184,8	—	(609,2)	—	—	—	5,4	(15,7)
184,8	—	(609,2)	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	5,0	(6,8)
(154,0)	(63,4)	526,5	—	1.270,7	(1.915,7)	1.301,8	9.837,8

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

D) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
Atividade seguradora:		283,7	48,6
Recebimentos em efetivo da atividade seguradora		21.161,5	21.865,6
Pagamentos em efetivo da atividade seguradora		(20.877,8)	(21.817,0)
Outras atividades operacionais:		(420,4)	(346,2)
Recebimentos em efetivo de outras atividades operacionais		457,1	360,4
Pagamentos em efetivo de outras atividades operacionais		(877,5)	(706,6)
Recuperação (pagamento) de imposto de renda		(349,2)	(298,4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(485,9)	(596,0)
1. Recebimentos de atividades de investimento:		21.692,3	22.548,7
Imobilizado material		6,7	66,3
Investimentos imobiliários		119,0	22,3
Imobilizado intangível		247,7	0,4
Instrumentos financeiros		18.010,3	19.393,0
Participações		1.850,3	1.941,2
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	6.8	375,1	50,3
Juros recebidos		948,6	959,9
Dividendos recebidos		87,4	68,8
Outros recebimentos relacionados com atividades de investimento		47,2	46,5
2. Pagamentos de atividades de investimento::		(20.377,5)	(21.369,5)
Imobilizado material	6.2	(36,1)	(42,9)
Investimentos imobiliários	6.2	(215,9)	(25,6)
Imobilizado intangível		(89,6)	(245,5)
Instrumentos financeiros		(17.193,7)	(18.747,9)
Participações		(2.655,7)	(2.192,8)
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	6.8 y 6.24	(125,0)	(83,4)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento		(61,5)	(31,4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.314,8	1.179,2

Dados em milhões de euros.

CONCEITO	NOTAS	2021	2020
1. Recebimentos de atividades de financiamento		868,7	703,2
Passivos subordinados		–	–
Recebimento por emissão de instrumentos de patrimônio e ampliação de capital		91,7	8,2
Alienação de valores próprios	6.10	0,3	0,3
Outros recebimentos relacionados com atividades de financiamento		776,7	694,7
2. Pagamentos de atividades de financiamento		(1.238,1)	(1.273,2)
Dividendos Pagos		(614,3)	(658,4)
Juros pagos		(73,5)	(73,6)
Passivos subordinados		(0,4)	–
Pagamentos de devolução de contribuições aos acionistas		–	–
Aquisição de valores próprios	6.10	–	–
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	6.8	(549,9)	(541,2)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(369,4)	(570,0)
Diferenças de conversão nos fluxos e saldos em efetivo		9,2	(131,8)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA		468,7	(118,6)
SALDO INICIAL DE CAIXA		2.418,9	2.537,5
SALDO FINAL DE CAIXA		2.887,6	2.418,9

Dados em milhões de euros.

Informação financeira por segmentos

E) INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
I. RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR					
1. Primas imputadas al ejercicio, netas					
a) Prêmios emitidos seguro direto	7.575,0	2.178,7	1.617,4	3.340,1	1.972,8
b) Prêmios resseguro aceito	21,4	9,0	0,3	—	100,3
c) Prêmios resseguro cedido	(930,5)	(988,5)	(743,0)	(707,5)	(595,1)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas					
Seguro direto	(42,8)	(245,1)	(54,7)	(330,3)	39,7
Resseguro aceito	(1,0)	(0,1)	2,6	—	(5,8)
Resseguro cedido	19,8	224,8	20,0	67,1	(6,9)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	27,4	—	—	—	—
3. Receitas dos investimentos					
Operacionais	1.349,4	79,0	136,3	138,2	67,7
Patrimoniais	79,2	10,4	9,8	1,3	60,3
4. Mais-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	229,3	9,4	0,6	8,7	—
5. Outras receitas técnicas	22,5	8,4	33,3	1,1	13,5
6. Outras receitas não técnicas	279,4	0,7	2,2	—	0,3
7. Diferenças positivas de câmbio	19,2	15,0	12,6	—	—
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	11,0	—	0,1	—	—
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	8.659,3	1.301,7	1.037,5	2.518,7	1.646,8

Dados em milhões de euros.

EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
1.346,8	83,4	—	—	13,4	18.127,6
14,0	403,0	1.283,0	4.991,6	(2.795,6)	4.027,0
(390,8)	(126,9)	(1.059,5)	(1.557,6)	2.791,6	(4.307,8)
112,3	75,6	—	—	(5,0)	(450,3)
1,2	(10,2)	(4,1)	(260,4)	96,1	(181,7)
0,2	(20,3)	(16,2)	55,8	(95,0)	249,3
0,3	—	—	—	(18,4)	9,3
248,8	8,8	19,0	184,4	(4,5)	2.227,1
21,5	—	—	0,1	(2,6)	180,0
6,6	—	—	—	—	254,6
8,4	—	—	0,7	(0,2)	87,7
0,6	—	—	—	(0,1)	283,1
66,1	1,5	1.351,4	140,6	21,8	1.628,2
—	—	0,4	2,4	—	13,9
1.436,0	414,9	1.574,0	3.557,6	1,5	22.148,0

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR					
1. Sinistralidade do exercício, líquida					
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquidos					
Seguro direto	(6.063,2)	(1.251,8)	(611,6)	(1.720,6)	(1.054,5)
Resseguro aceito	(5,7)	(6,9)	(0,2)	–	(22,5)
Resseguro cedido	619,0	379,8	140,9	614,4	206,8
b) Gastos imputáveis às prestações	(391,9)	(17,1)	(31,3)	(46,9)	(158,5)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas	354,0	30,9	(67,7)	(66,0)	(0,4)
3. Participação em lucros e estornos	(38,0)	(15,4)	(0,6)	0,6	–
4. Despesas de operacionais líquidas					
a) Despesas de aquisição	(1.207,5)	(317,3)	(355,7)	(904,6)	(444,3)
b) Despesas administrativas	(157,8)	(67,2)	(53,6)	(136,0)	(180,6)
c) Comissões e participação em resseguro	154,6	69,9	85,6	91,0	152,8
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	(2,0)	–	–	–	–
6. Despesas dos investimentos					
a) Operacionais	(625,3)	(23,8)	(21,1)	(56,2)	(4,9)
b) Patrimoniais e de contas financeiras	(43,8)	(0,7)	(1,5)	–	(5,0)
7. Menos-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	(57,6)	(2,3)	–	(10,4)	–
8. Outras despesas técnicas	(273,3)	(13,9)	(29,1)	(0,8)	–
9. Outras despesas não técnicas	(134,9)	(1,7)	(4,3)	–	(8,8)
10. Diferenças negativas de câmbio	(12,9)	(12,8)	(7,6)	(1,5)	–
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos	(19,9)	–	(2,8)	–	(2,9)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(7.906,2)	(1.250,3)	(960,6)	(2.237,0)	(1.522,8)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	753,1	51,4	76,9	281,7	124,0

Dados em milhões de euros.

EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
(969,5)	(44,8)	—	—	(9,5)	(11.725,5)
(17,6)	(150,5)	(704,1)	(3.328,1)	1.491,8	(2.743,8)
148,8	41,6	570,4	999,1	(1.491,4)	2.229,4
(50,3)	(64,7)	—	(0,8)	1,0	(760,5)
(89,2)	—	—	28,6	—	190,2
(1,8)	—	—	—	—	(55,2)
(302,0)	(212,4)	(138,3)	(1.248,8)	519,9	(4.611,0)
(135,2)	(19,4)	—	(22,6)	5,6	(766,8)
174,7	54,1	103,2	357,5	(521,0)	722,4
—	—	—	—	—	(2,0)
(120,9)	(5,5)	(5,6)	(38,7)	(8,0)	(910,0)
(1,8)	—	—	(0,2)	(0,1)	(53,1)
—	—	—	—	—	(70,3)
(9,3)	(16,9)	—	(9,4)	(0,1)	(352,8)
(3,2)	—	—	—	—	(152,9)
(36,8)	(1,1)	(1.354,2)	(145,2)	(2,1)	(1.574,2)
(2,0)	—	—	(0,4)	(1,0)	(29,0)
(1.416,1)	(419,6)	(1.528,6)	(3.409,0)	(14,9)	(20.665,1)
19,9	(4,7)	45,4	148,6	(13,4)	1.482,9

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
III. OUTRAS ATIVIDADES					
1. Receitas operacionais	293,6	8,1	10,7	10,5	1,3
2. Despesas operacionais	(250,8)	(7,9)	(8,2)	(7,4)	(3,6)
3. Receitas financeiras líquidas					
a) Receitas financeiras	8,1	1,8	1,3	19,5	(1,7)
b) Gastos financeiros	(3,1)	(1,4)	(0,2)	(1,8)	–
4. Resultados de participações não controladoras					
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	2,5	–	–	–	–
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	–	–	–	–	–
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	3,1	–	–	–	–
6. Constituição de provisão por redução do valor recuperável de ativos	(4,0)	–	–	–	–
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	–	–	–	–	–
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	49,4	0,6	3,6	20,8	(4,0)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSIONO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	–	–	(12,0)	–	–
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	802,5	52,0	68,5	302,5	120,0
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	(188,7)	(13,4)	(12,0)	(71,2)	(31,2)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	613,8	38,6	56,5	231,3	88,8
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS	–	–	–	–	–
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	613,8	38,6	56,5	231,3	88,8
1. Atribuível a participações não controladoras	73,1	11,8	2,4	157,0	–
2. Atribuível à Sociedade controladora	540,7	26,8	54,1	74,3	88,8

Dados em milhões de euros.

EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
2,7	73,2	(0,2)	–	(84,3)	315,6
(2,2)	(81,8)	–	–	(46,1)	(408,0)
0,2	7,8	–	–	47,9	84,9
–	(3,9)	–	–	(98,1)	(108,5)
–	–	–	–	5,7	8,2
–	–	–	–	(6,3)	(6,3)
–	–	–	–	8,0	11,1
–	–	–	–	(7,6)	(11,6)
–	–	–	–	–	–
0,7	(4,7)	(0,2)	–	(180,8)	(114,6)
–	(0,7)	–	–	(0,5)	(13,2)
20,6	(10,1)	45,2	148,6	(194,7)	1.355,1
(6,5)	12,4	(11,3)	(30,8)	33,2	(319,5)
14,1	2,3	33,9	117,8	(161,5)	1.035,6
–	–	–	–	–	–
14,1	2,3	33,9	117,8	(161,5)	1.035,6
13,2	1,7	–	–	11,2	270,4
0,9	0,6	33,9	117,8	(172,7)	765,2

E) INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM QUINTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
I. RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR					
1. Primas imputadas al ejercicio, netas					
a) Prêmios emitidos seguro direto	6.979,1	1.564,9	1.443,1	3.085,4	2.060,8
b) Prêmios resseguro aceito	19,8	9,7	7,4	—	37,0
c) Prêmios resseguro cedido	(889,5)	(449,8)	(683,0)	(602,9)	(552,3)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas					
Seguro direto	(6,2)	229,8	(19,4)	(207,7)	76,9
Resseguro aceito	(1,8)	0,5	(0,9)	—	2,2
Resseguro cedido	7,7	(235,8)	10,4	53,8	(11,4)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	6,8	—	—	—	—
3. Receitas dos investimentos					
Operacionais	1.272,9	70,9	133,5	138,8	72,5
Patrimoniais	66,4	10,3	9,1	3,5	58,4
4. Mais-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	104,7	9,4	0,1	23,2	—
5. Outras receitas técnicas	26,2	1,1	25,8	0,1	10,2
6. Outras receitas não técnicas	55,7	0,4	1,5	0,2	—
7. Diferenças positivas de câmbio	18,4	21,6	6,6	15,4	—
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	12,0	—	15,6	—	—
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	7.672,4	1.233,0	949,8	2.509,6	1.754,4

Dados em milhões de euros.

	EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
	1.462,1	165,5	–	–	6,3	16.767,3
	21,3	453,4	1.255,8	4.430,7	(2.520,2)	3.714,9
	(406,2)	(170,0)	(1.048,7)	(1.364,4)	2.518,4	(3.648,4)
	34,7	75,4	–	–	(4,4)	179,1
	1,0	5,3	(29,9)	(112,1)	5,1	(130,6)
	(15,0)	(26,7)	28,6	11,5	(3,9)	(180,8)
	0,6	–	–	–	(0,5)	6,9
	199,3	6,8	16,1	155,7	(7,2)	2.059,2
	21,0	–	–	0,1	(1,7)	167,1
	0,5	–	–	–	(0,1)	137,8
	2,9	–	–	0,1	(0,2)	66,2
	3,9	–	–	0,1	–	61,8
	25,8	0,2	1.530,0	412,9	12,1	2.042,9
	–	–	0,3	(0,3)	–	27,6
	1.351,9	509,9	1.752,2	3.534,2	3,6	21.271,0

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR					
1. Sinistralidade do exercício, líquida					
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquidos					
Seguro direto	(5.583,1)	(872,1)	(725,0)	(1.277,4)	(1.162,8)
Resseguro aceito	(10,4)	(8,3)	(0,5)	–	(10,4)
Resseguro cedido	657,5	222,3	334,1	321,0	293,0
b) Gastos imputáveis às prestações	(387,6)	(18,1)	(32,1)	(46,3)	(167,6)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas	613,6	(95,0)	(51,6)	(89,4)	(0,4)
3. Participação em lucros e estornos	(33,0)	(14,2)	–	(0,8)	–
4. Despesas de operacionais líquidas					
a) Despesas de aquisição	(1.193,8)	(273,1)	(345,8)	(919,9)	(495,4)
b) Despesas administrativas	(155,1)	(67,7)	(53,3)	(137,0)	(183,5)
c) Comissões e participação em resseguro	161,0	68,4	84,2	73,3	141,8
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	(22,7)	–	–	–	–
6. Despesas dos investimentos					
a) Operacionais	(502,7)	(22,7)	(12,7)	(51,2)	(22,1)
b) Patrimoniais e de contas financeiras	(39,2)	(0,9)	(1,6)	–	(8,7)
7. Menos-valias em aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	(194,9)	(1,0)	–	(14,2)	–
8. Outras despesas técnicas	(138,7)	(14,2)	(23,6)	(0,9)	–
9. Outras despesas não técnicas	(128,7)	(0,8)	(2,9)	(0,1)	(8,6)
10. Diferenças negativas de câmbio	(26,6)	(19,0)	(10,7)	–	–
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos	(14,3)	–	(17,2)	–	(32,7)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(6.998,6)	(1.116,5)	(858,6)	(2.142,9)	(1.657,3)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	673,8	116,4	91,2	366,7	97,2

Dados em milhões de euros.

EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
(964,7)	(80,0)	—	—	(3,0)	(10.667,8)
(16,7)	(178,9)	(732,8)	(2.755,8)	1.425,1	(2.288,6)
175,6	62,7	587,1	606,8	(1.424,7)	1.835,4
(48,4)	(73,9)	—	(0,8)	(0,4)	(775,3)
(38,0)	—	—	2,6	—	341,8
(2,2)	—	—	—	—	(50,1)
(310,7)	(262,3)	(136,0)	(1.212,1)	538,9	(4.610,2)
(119,0)	(19,5)	—	(17,3)	5,6	(746,8)
194,6	71,2	90,1	324,6	(539,1)	669,9
—	—	—	—	20,9	(1,8)
(121,0)	(2,5)	(8,7)	(58,6)	2,7	(799,4)
(0,2)	—	—	(0,4)	(0,1)	(51,0)
—	—	—	—	—	(210,1)
(10,8)	(14,4)	(0,3)	(2,3)	0,1	(205,0)
(3,9)	—	—	(7,9)	7,3	(145,7)
(14,8)	(3,2)	(1.531,4)	(410,2)	(2,7)	(2.018,5)
(11,3)	—	—	(0,6)	(134,8)	(210,9)
(1.291,5)	(500,6)	(1.732,0)	(3.531,9)	(104,3)	(19.934,1)
60,5	9,3	20,2	2,3	(100,7)	1.336,9

CONCEITO	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE
III. OUTRAS ATIVIDADES					
1. Receitas operacionais	234,5	8,9	8,1	8,8	0,9
2. Despesas operacionais	(205,3)	(8,2)	(7,2)	(11,4)	(3,3)
3. Receitas financeiras líquidas					
a) Receitas financeiras	10,5	1,3	1,3	6,8	0,1
b) Gastos financeiros	(2,7)	(3,9)	(0,1)	(1,4)	(0,1)
4. Resultados de participações não controladoras					
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	—	—	—	—	—
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	—	—	—	—	—
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	1,3	—	—	—	—
6. Constituição de provisão por redução do valor recuperável de ativos	(2,0)	—	—	—	—
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	—	—	—	—	—
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	36,4	(1,9)	2,1	2,8	(2,4)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSION DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	—	—	(8,7)	—	—
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	710,2	114,5	84,6	369,5	94,8
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	(163,7)	(29,0)	(20,8)	(100,1)	(18,5)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	546,5	85,5	63,9	269,4	76,3
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS	—	—	—	—	—
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	546,5	85,5	63,9	269,4	76,3
1. Atribuível a participações não controladoras	93,2	15,8	5,3	167,9	—
2. Atribuível à Sociedade controladora	453,3	69,7	58,5	101,5	76,3

Dados em milhões de euros.

EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
2,0	90,7	–	–	(58,7)	295,3
(2,8)	(121,1)	–	–	(77,7)	(437,0)
0,1	6,6	–	–	32,9	59,5
–	(7,5)	–	–	(79,0)	(94,6)
–	–	–	–	6,9	6,9
–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	4,6	5,9
–	–	–	–	(38,6)	(40,6)
–	–	–	–	–	–
(0,7)	(31,3)	–	–	(209,5)	(204,5)
–	(0,5)	–	–	(4,7)	(13,9)
59,8	(22,6)	20,2	2,3	(314,8)	1.118,5
(17,5)	3,9	(5,0)	(0,6)	53,5	(297,8)
42,3	(18,6)	15,1	1,7	(261,4)	820,7
–	–	–	–	–	–
42,3	(18,6)	15,1	1,7	(261,4)	820,7
11,2	2,0	–	–	(1,3)	294,1
31,1	(20,6)	15,1	1,7	(260,2)	526,5

F. INFORMAÇÃO FINANCEIRA COMPLEMENTAR POR PRODUTOS E ÁREAS GEOGRÁFICAS

1. RECEITAS ORDINÁRIAS CONSOLIDADAS DE CLIENTES EXTERNOS DOS EXERCÍCIOS FINALIZADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A seguir, é apresentado o detalhamento das receitas ordinárias consolidadas por produtos e países, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

1.A) INFORMAÇÃO POR PRODUTOS

PRODUTOS	2021	2020
Vida	4.257,5	3.818,8
Automóveis	5.388,4	5.601,3
Residencial e outros riscos simples	2.349,8	2.339,9
Saúde	1.374,0	1.289,6
Acidentes	222,6	198,0
Outros Não Vida	5.128,1	4.110,2
Resseguro	6.274,6	5.686,5
Outras atividades	911,4	823,9
Ajustes de consolidação	(3.436,2)	(3.090,7)
TOTAL	22.470,2	20.777,5

Dados em milhões de euros.

1.B) INFORMAÇÃO POR PAÍSES

ÁREAS GEOGRÁFICAS / PAÍSES	2021	2020
IBÉRIA		
Espanha	7.759,4	7.096,6
Portugal	130,4	136,8
LATAM NORTE		
México	1.325,5	779,6
Panamá	223,7	212,2
Restante	646,5	591,7
LATAM SUL		
Argentina	191,2	146,3
Chile	338,9	311,6
Colômbia	367,9	295,7
Peru	517,1	507,3
Restante	213,3	197,8
BRASIL	3.350,7	3.094,1
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	1.738,0	1.743,3
Porto Rico	336,3	355,5
EURÁSIA		
Itália	217,8	392,0
Malta	406,7	346,0
Turquia	304,9	326,2
Restante	434,2	421,3
ASSISTÊNCIA	559,6	709,6
GLOBAL RISKS	1.283,0	1.255,8
RESSEGURO	4.991,6	4.430,7
ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	(2.866,5)	(2.572,6)
TOTAL	22.470,2	20.777,5

Dados em milhões de euros.

Consideram-se receitas ordinárias os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, bem como as receitas operacionais das atividades não seguradoras.

Nenhum cliente apresenta individualmente mais de 10 % das receitas ordinárias do Grupo.

2. ATIVOS NÃO CIRCULANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A seguir, é apresentado o detalhe dos ativos não circulantes, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

ÁREAS GEOGRÁFICAS / PAÍSES	2021	2020
IBÉRIA		
Espanha	2.065,2	9.868,9
Portugal	42,9	25,1
LATAM NORTE		
México	153,1	132,2
Panamá	56,0	48,3
Restante	63,6	56,1
LATAM SUL		
Argentina	34,8	25,9
Chile	24,9	20,5
Colômbia	27,0	32,7
Peru	126,5	90,1
Restante	24,1	23,1
BRASIL	564,1	524,8
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	251,9	248,0
Porto Rico	54,2	55,2
EURÁSIA		
Itália	81,9	71,3
Malta	231,9	217,6
Turquia	22,7	32,4
Restante	253,3	45,4
ASSISTÊNCIA	81,7	90,4
GLOBAL RISKS	—	—
RESSEGURO	63,8	66,6
ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	829,0	847,2
TOTAL	5.052,6	12.521,5

Dados em milhões de euros.

Em ativos não circulantes estão incluídos os ativos intangíveis diferentes de fundo de comércio e despesas de aquisição de carteira, imobilizado material, investimentos imobiliários, inventários, créditos tributários, créditos sociais e outros, outros ativos e ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda e de atividades interrompidas, sobre esses últimos constam informações na [\(nota 6.9\)](#). No exercício 2020, o valor dos ativos não circulantes da Espanha deveu-se principalmente à reclassificação dos ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda de ativos ligados à atividade de seguros bancários com o Bankia, cuja realização ocorreu no exercício 2021 [\(nota 6.9\)](#).

Memória Consolidada

1. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ENTIDADE E SUA ATIVIDADE

A MAPFRE S.A. (doravante “a Sociedade controladora”) é uma sociedade anônima cujas ações são comercializadas na Bolsa, matriz de um conjunto de sociedades dependentes dedicadas às atividades de seguros em seus diferentes ramos, tanto de Vida quanto de Não-Vida, finanças, investimentos imobiliários e de serviços.

A MAPFRE S.A. é filial da CARTERA MAPFRE S.L. Sociedad Unipersonal (em diante, CARTERA MAPFRE) 100 % controlada pela Fundación MAPFRE.

O âmbito de atuação da Empresa controladora e suas filiais (em diante, “MAPFRE”, “o Grupo” ou “Grupo MAPFRE”) compreende o território espanhol, países do Espaço Econômico Europeu e outros países.

A Empresa controladora foi constituída na Espanha e sua sede social encontra-se em Majadahonda (Madri), Carretera de Pozuelo 52.

Durante o exercício 2021, as atividades empresariais do Grupo MAPFRE desenvolveram-se através da estrutura organizacional integrada por quatro Unidades de Negócio (Seguros, Assistência, Global Risks e Resseguro) e seis Áreas Regionais (Ibéria -Espanha e Portugal-, Brasil, LATAM Norte -México, sub-região da América Central e República Dominicana-, LATAM Sul -Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela-, América do Norte - Estados Unidos e Porto Rico- e EURÁSIA -Europa, Oriente Médio, África e Ásia-Pacífico-).

A Unidade de Negócio de Seguros é organizada segundo as Áreas Regionais da MAPFRE, que constituem as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas na entidade jurídica MAPFRE RE.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio é complementada com a das Áreas Corporativas (Auditoria Interna, Estratégia e M&A, Finanças e Mídia, Investimentos, Negócios e Clientes, Operações, Pessoas e Organização, Relações Externas e Comunicação, Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos, Transformação da Operação, Tecnologia e Operações), que têm competências globais para todas as empresas do Grupo no mundo em funções de desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas corporativas globais, regionais e locais.

A MAPFRE aposta na distribuição Multicanal, adaptando sua estrutura comercial às diferentes legislações em que opera.

O foco no cliente, a oferta global de produtos e a adaptação às particularidades jurídicas e comerciais de cada um dos mercados onde está presente são algumas das chaves do sucesso do seu modelo.

As contas anuais individuais e consolidadas foram formuladas pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2022 em formato eletrônico único europeu, seguindo as exigências do Regulamento Delegado (UE) 2019/815. Está previsto que tais contas sejam aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas. O regulamento espanhol contempla a possibilidade de modificar as contas anuais consolidadas caso essas não sejam aprovadas por tal órgão de caráter soberano.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

2.1. FUNDAMENTOS DA APRESENTAÇÃO

As contas anuais consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (IFRS-EU), tendo sido efetuados por todas as entidades os ajustes de homogeneização necessários para estes efeitos.

As contas anuais consolidadas foram preparadas com base no modelo de custo, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros de negociação e os instrumentos derivados, que foram registrados por seu valor justo.

Não foram aplicadas de forma antecipada normas e interpretações que, sendo aprovadas pela Comissão Europeia, não entraram em vigor na data de fechamento do exercício 2021, embora sua adoção antecipada não tenha afetado a situação financeira e os resultados do Grupo, com exceção do mencionado na [seção 2.5](#) seguinte.

Os valores apresentados nas contas anuais consolidadas foram arredondados para facilitar sua apresentação. Por conseguinte, os totais das filas ou colunas das tabelas apresentadas podem não corresponder à soma aritmética dos montantes que os compõem.

2.2. I INFORMAÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTOS

A seção E) das contas anuais consolidadas reúne a informação financeira por segmentos operacionais, que se alinham com a estrutura organizacional do Grupo e com as informações fornecidas à Diretoria e aos mercados. A estrutura organizacional identifica os seguintes

segmentos operacionais conforme as atividades das Unidades de Negócio:

SEGUROS

- IBÉRIA
- BRASIL
- LATAM NORTE
- LATAM SUL
- AMÉRICA DO NORTE
- EURÁSIA

ASSISTÊNCIA GLOBAL RISKS RESSEGURO

As receitas e despesas dos negócios de Seguros também incluem as de outras atividades complementares derivadas da gestão de ativos mobiliários e imobiliários, e de serviços médicos, de assistência, funerários, tecnológicos, etc. O segmento operacional correspondente à Unidade de Seguros apresenta suas informações segundo a estrutura das áreas regionais do Grupo, atendendo dessa forma aos limites quantitativos estabelecidos nas normas.

Os segmentos operacionais correspondentes às Unidades de Negócio de Assistência, Global Risks e Resseguro incluem sua atividade seguradora e resseguradora, independentemente de sua localização geográfica.

As transferências realizadas entre os segmentos foram realizadas a valor justo e são eliminadas no processo de consolidação.

Por outro lado, os valores exibidos em “Áreas Corporativas e Ajustes de Consolidação” abrangem as despesas dos serviços prestados pelas Áreas Corporativas Globais e os ajustes derivados do processo de consolidação.

No Relatório Consolidado de Gestão detalha-se informação adicional sobre a evolução e características do negócio.

2.3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR PRODUTOS E ÁREAS GEOGRÁFICAS

A seção F) das contas anuais consolidadas reúne a informação financeira complementar por produtos e áreas geográficas.

A informação exibida por produtos é apresentada agrupada pelos principais ramos de atividade, sendo estes os seguintes:

- Vida
- Automóveis
- Lar e outros riscos simples
- Saúde
- Acidentes
- Outros Não Vida
- Resseguro
- Outras atividades

A informação oferecida por áreas geográficas é detalhada de acordo com os principais países que compõem as áreas regionais do Grupo, conforme indicado na nota 1 do presente relatório.

2.4. MUDANÇAS EM POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇAS EM ESTIMATIVAS E ERROS

No exercício 2021 não se produziram mudanças em políticas contábeis, estimativas ou erros de caráter significativo que pudessem ter tido efeito sobre a posição financeira ou os resultados do Grupo.

2.5. COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Não existem motivos que impeçam a comparação das contas anuais consolidadas do exercício com as do anterior.

Para a elaboração das presentes contas anuais consolidadas foram aplicadas as normas internacionais aprovadas pela Comissão Europeia que estavam em vigor na data de encerramento do exercício.

Na data de formulação das contas anuais do exercício, cabe indicar o seguinte:

NIIF-UE 17

A NIIF-UE 17 “Contratos de Seguro”, que substituirá a NIIF-UE 4 “Contratos de Seguro”, aprovada pelo Conselho de Normas internacionais de Contabilidade (IASB), foi publicada em 23 de novembro de 2021 pelo Diário Oficial da União Europeia (DOUE).

Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2023. Nas contas anuais consolidadas do citado exercício serão re-expressados os saldos do ano 2022, já que a norma deverá ser aplicada de forma retrospectiva. Este fato significa que:

- Deve ser identificado, reconhecido e avaliado cada grupo de contratos como se a NIIF-UE 17 tivesse sido aplicada sempre.
- Devem ser excluídos dos estados financeiros aqueles conceitos registrados que não existiriam se a NIIF-UE 17 tivesse sido aplicada sempre.
- Será registrada em patrimônio qualquer diferença líquida que possa surgir na aplicação dos pontos anteriores.

Será necessário, portanto, determinar o novo valor dos contratos de seguro de acordo com a NIIF-UE 17, o que implicará eliminar todos os conceitos relacionados com o mesmo segundo a NIIF-UE 4, incluídos no ativo e passivo do balanço, que sob a NIIF-UE 17 farão parte dos fluxos futuros da avaliação do próprio contrato, como é o caso dos recibos pendentes de emissão ou das comissões ativadas.

Alguns ativos intangíveis como determinados gastos de aquisição de carteira (VOBAS), mais concretamente os que não correspondam a produtos Temporários Anuais Renováveis e que são avaliados pelo método de Atribuição do Prêmio (que será comentado mais adiante), também serão eliminados, já que da mesma forma que no caso anterior, farão parte da avaliação do próprio contrato.

Em relação à re-expressão dos saldos do exercício 2022, a norma prevê que caso a aplicação retrospectiva seja impraticável para alguns dos grupos de contratos, poderão ser utilizados quaisquer dos seguintes enfoques alternativos:

- Enfoque retrospectivo modificado: este método permite algumas modificações com respeito ao método geral, na medida em que a informação razoável e sustentável esteja disponível (por exemplo: nível de agregação ou fluxos de caixa, taxas de desconto).
- Enfoque do valor razoável: permite a determinação da Margem de Serviço Contratual (doravante CSM) ou componente de perda na data de transição para um grupo de contratos baseando-se na diferença entre o valor razoável e os fluxos de caixa de cumprimento do grupo nessa data.

A respeito disto, o Grupo MAPFRE utilizará uma aplicação retrospectiva para os contratos de seguro de Não Vida, assim como para os contratos de Vida com duração inferior a um ano e para os contratos de resseguro cedido. Por outro lado, será aplicado o enfoque de valor razoável para aqueles contratos de seguro de Vida e Não Vida, assim como para os contratos de resseguro aceito e retrocedido, dos quais não exista disponível a informação necessária para aplicar o método retrospectivo.

A NIIF-UE 17, cumprindo seu propósito de homogeneizar práticas contábeis de seguros a nível internacional, contempla três métodos de avaliação para os contratos de seguros:

1 Método de Avaliação Geral (Building Block Approach, doravante BBA), o método aplicável de forma predeterminada. Este método incluirá:

- Fluxos de caixa de cumprimento, que incluirão:
 - Valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados correspondentes a entradas e saídas que irão surgindo ao longo da duração do contrato;
 - Um ajuste para refletir o valor temporário do dinheiro e outros riscos financeiros, como a liquidez e os riscos na taxa de câmbio;
 - Um ajuste do risco explícito para riscos não financeiros; e

- A Margem de Serviço Contratual, que representará o resultado a obter (lucro não exigível) sobre o contrato. Se este resultado for negativo, o contrato é considerado oneroso e o CSM de balanço será zero, registrando-se a perda na conta de resultados no registro inicial do contrato, conforme estabelece a norma.

O objetivo deste método é avaliar os fluxos de caixa de cumprimento através de um cálculo dinâmico, atualizando as hipóteses em cada cálculo, assim como reconhecer o lucro esperado do contrato ou CSM, através de sua imputação à conta de resultados à medida que o serviço é prestado durante o período de cobertura do seguro.

2 Método da Comissão Variável (Variable Fee Approach, doravante VFA), este método é uma variante do modelo geral (BBA) e deve ser aplicado aos contratos com componentes significativos de participação direta.

3 Método de Atribuição do Prêmio (Premium Allocation Approach, doravante PAA), este método supõe uma simplificação do BBA e pode ser utilizado opcionalmente aos contratos com cobertura igual ou inferior a um ano, ou naqueles casos específicos em que, ainda que o contrato seja de duração superior a um ano, não se espera que produza uma avaliação materialmente diferente da do BBA. Este método é o que apresenta similitude com a atual provisão de prêmio não consumida.

O Grupo MAPFRE, com base nas diretrizes técnicas definidas, estima que, em linhas gerais, os contratos de seguro e resseguro serão avaliados da seguinte forma:

CONTRATOS DE SEGURO

Ramos de Não Vida e Vida com duração inferior a um ano (*)	PAA
Ramo de Decessos	BBA
Ramo de Vida com duração superior a um ano	BBA
Contratos com componente de participação direta (Unit Linked)	VFA

CONTRATOS DE RESSEGURO

Cedido	PAA
Aceito	BBA
Retrocedido	BBA

(*) Os contratos de Não Vida com duração superior a um ano, mas que não se espera que se produza uma avaliação materialmente diferente da do BBA, também serão avaliados pelo método PAA.

A NIIF-UE 17 incorpora ao balanço o passivo pela cobertura restante (Liability For Remaining Coverage, doravante LFRC por sua sigla em inglês), correspondente à avaliação da obrigação relativa à parte não expirada do período de cobertura. Este LFRC poderá ter saldo devedor ou credor em função das características do grupo de contratos. Os fluxos do LFRC incluirão também as cobranças pendentes dos prêmios e os pagamentos de comissões, por isso desaparecerão do balanço as contas a cobrar e a pagar por estes conceitos, de acordo com a norma.

No balanço será refletida, em uma única linha, a soma do valor do LFRC e do passivo por prestações incorridas (Liability For Incurred Claims, doravante LFIC) que representa a avaliação das prestações por acontecimentos assegurados que já ocorreram (antiga provisão de prestações), incluindo acontecimentos que ocorreram mas ainda não foram reportados, e outros gastos do seguro incorridos.

A classificação desta linha que soma o valor do LFRC e do LFIC entre ativo e passivo para os efeitos de sua apresentação no balanço deve ser feito no nível de carteira de contratos de seguro, em função do valor total dos saldos dessa carteira (isto é, pela soma do LFRC e do LFIC).

O LFIC é avaliado em cada data de avaliação em função da melhor estimativa das prestações. Os valores atuais dos fluxos de dinheiro de prestações e gastos esperados da LFIC são registrados na conta de perdas e ganhos, e também o efeito do desconto que é registrado como resultado financeiro do seguro na citada conta de perdas e ganhos.

No reconhecimento dos gastos ou receitas financeiras procedentes de contratos de seguro, que surgem como consequência da mudança da taxa de desconto (tanto pelo efeito do valor temporário do dinheiro e suas mudanças, como pelo efeito do risco financeiro e suas mudanças), a norma permite a opção de:

- Incluir todos estes gastos ou receitas financeiras no resultado do período.
- Desagregar estes gastos ou receitas financeiras entre perdas e ganhos e patrimônio.

A opção escolhida deve ser aplicada a todos os grupos de contratos dentro de uma carteira. Fruto da análise realizada pelo Grupo MAPFRE, conclui-se que a maior parte dos investimentos financeiros poderiam seguir sendo avaliados ao valor de mercado com efeito em patrimônio, por isso a opção de desagregar as receitas e gastos financeiros do seguro entre perdas e ganhos e patrimônio poderia ser a mais adequada para evitar assimetrias na avaliação e reconhecimento dos investimentos financeiros e dos contratos de seguros. Portanto, em princípio, o tratamento a seguir consistiria em desagregar entre perdas e ganhos e patrimônio para os produtos de longa duração, que são os avaliados conforme o BBA. Não obstante, o Grupo está terminando as análises para ver a opção mais adequada para cada carteira.

Por outro lado, a implantação desta norma supõe o desenvolvimento de uma nova arquitetura tecnológica e a implementação de novos processos e sistemas, que suporão uma mudança significativa na avaliação e apresentação dos estados financeiros, assim como nos novos índices, derivados das mudanças nos estados financeiros que serão apresentados ao mercado.

Em conformidade com o processo de implementação desta norma, o Grupo MAPFRE começou em 2017 uma análise dos impactos financeiros e operacionais, assim como o planejamento de recursos, elaborando um Plano de implantação. Durante estes anos foi concebida e desenvolvida uma nova arquitetura dos sistemas informáticos, elaborando diretrizes que abordam todos os aspectos que a norma estabelece, e foram concebidos novos modelos de dados e desenvolvidos novos sistemas corporativos. Adicionalmente, estão sendo feitos testes integrados e dando formação aos usuários.

A implementação da norma e a avaliação dos impactos nos estados financeiros do Grupo segue seu curso. Ao longo do ano 2022 o Grupo está imerso na preparação do arranque para a implantação da norma, finalizando o desenvolvimento de sistemas operacionais e realizando provas integradas. Também serão executados paralelos e será elaborado o balanço de transição. Para isso, foram estabelecidos

órgãos de governo tanto a nível corporativo (Comitê de Direção e Comitê de Implantação Corporativo) como a nível local (Comitês de Implantação Locais), dirigidos estes últimos às entidades que devem remeter informação sobre a avaliação de seus contratos de seguros de acordo com a NIIF e que consolidam seus estados financeiros com a MAPFRE S.A.

NIIF-UE 9

A NIIF-UE 9 “Instrumentos Financeiros”, que substituirá a NIC-UE 39 “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e avaliação” será também aplicável aos exercícios que se iniciem em 1 de janeiro de 2023, já que o Grupo se acolheu à isenção temporária facultativa de aplicar a NIIF-UE 9 para as entidades com atividades predominantemente seguradoras. Apesar de que a norma não exige a apresentação de números comparativos, o Grupo MAPFRE prevê re-expressar os números do exercício 2022 a fim de melhorar a comparabilidade das contas anuais consolidadas.

A análise desta norma foi feita em paralelo com a NIIF-UE 17, estabelecendo os mesmos processos e procedimentos descritos anteriormente.

A NIIF-UE 9 afeta principalmente a classificação e avaliação dos ativos financeiros, para os quais se reduzem as categorias e mudam os critérios de classificação com base nas análises de:

- os fluxos de caixa contratuais do investimento, mais concretamente, se estes dão lugar somente a pagamentos de principal e interesses (teste SPPI); e
- o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro.

Com base no resultado desta análise, cada instrumento financeiro será contabilizado nas seguintes carteiras:

- A custo amortizado.
- A valor razoável com mudanças em resultados.
- A valor razoável com mudanças em outro resultado global (patrimônio líquido).

O Grupo trabalhou na definição dos modelos de negócio estabelecidos pela NIIF -UE 9, e estabeleceu a documentação que as entidades deverão preencher em cada operação de compra de ativos financeiros para a classificação dos investimentos.

Adicionalmente, e dado que já era exigido pela NIIF-UE 4, com o objetivo de analisar potenciais impactos da aplicação efetiva da NIIF-UE 9

“Instrumentos Financeiros” e melhorar a comparabilidade da informação entre as entidades que estão aplicando esta norma, já se está realizando o teste SPPI para os títulos de renda fixa classificados nas partidas “Carteira a vencimento” e “Carteira disponível para a venda”, sendo esta última a carteira onde se concentram os investimentos do Grupo. Na [nota 6.4. “Investimentos financeiros”](#) é detalhada a informação requerida pela norma.

Outro aspecto novo está no cálculo da deterioração, onde se passa a um modelo de perda esperada em vez da perda incorrida que a NIC-UE 39 estabelece. A respeito disto, o grupo de trabalho de implantação das normas NIIF-UE 9 e 17 elaborou e aprovou uma diretriz sobre o cálculo e registro deste novo enfoque de deterioração.

Não se prevê um impacto significativo em sua implantação devido às características da carteira de investimentos do Grupo porque não são esperadas mudanças significativas na classificação dos ativos financeiros nem em sua avaliação, já que 98,5 % dos ativos atuais passam no teste SPPI e não será necessário realizar reclassificações importantes das carteiras. Não obstante, espera-se que possa ocorrer um incremento não significativo da perda por deterioração, consequência da nova metodologia desta norma, que será registrada em reservas na data de transição.

Em relação com as ações, a NIIF-UE 9 prevê a possibilidade de que as mesmas sejam avaliadas a valor razoável com mudanças em patrimônio sem reciclagem aos resultados, ou a valor razoável com mudanças em resultados, em função do modelo de negócio escolhido. Nestes momentos o Grupo está avaliando o impacto que terá este fato e a classificação pela qual optará.

O Grupo adotará, assim que entrarem em vigor, outras normas, modificações e interpretações que forem aplicáveis. Estima-se que sua aplicação inicial não terá um impacto significativo sobre a situação financeira ou os resultados do Grupo.

2.6. MUDANÇAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No Anexo 1 constam identificadas as sociedades que foram incorporadas ao perímetro de consolidação e as mudanças produzidas nesse perímetro.

No Anexo 2 estão incluídas as principais entidades do Grupo, refletindo seus dados patrimoniais e resultados.

Os principais resultados produzidos no exercício, derivados da perda do controle em sociedades dependentes como consequência de sua saída do perímetro de consolidação estão detalhados na [nota 6.9](#) (No Anexo 1 detalham-se as citadas perdas de controle).

O efeito global sobre o patrimônio, a situação financeira e os resultados do grupo consolidável nos exercícios 2021 e 2020 de outras mudanças no perímetro de consolidação com respeito ao precedente é descrito nas notas correspondentes do relatório contábil consolidado.

2.7. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na preparação das contas anuais consolidadas sob a NIIF-UE, o Conselho de Administração da Sociedade controladora realizou julgamentos e estimativas baseadas na hipótese sobre o futuro e sobre incertezas que basicamente se referem:

- Às provisões técnicas ([nota 6.13](#)).
- Às perdas por deterioração de determinados ativos ([notas 6.1, 6.2 e 6.4](#)).
- Ao cálculo de provisões para riscos e despesas ([nota 6.14](#)).
- Ao cálculo atuarial dos passivos e compromissos por retribuições depois do emprego ([nota 6.21](#)).

- À vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do imobilizado material ([notas 5.3 e 6.2](#)).
- Ao valor justo de determinados ativos não cotados ([nota 6.4](#)).
- Ao valor justo de ativos e passivos derivados de contratos de locação ([nota 6.3](#)).

As estimativas e suposições utilizadas são revistas periodicamente e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores que podem ter sido considerados mais razoáveis a cada momento. Se, como consequência dessas revisões, se produzir uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria nesse período e, se for o caso, nos sucessivos.

3. CONSOLIDAÇÃO

3.1. SOCIEDADES DEPENDENTES, ASSOCIADAS E ACORDOS CONJUNTOS

A identificação das sociedades dependentes, associadas e acordos conjuntos incluídos na consolidação, com indicação do método de integração, é descrito no quadro de participações que faz parte do relatório contábil consolidado como Anexo 1.

A configuração das sociedades como dependentes é determinada pelo fato de que a Sociedade controladora tem poder sobre a entidade participada, está exposta ou tem direito a alguns rendimentos variáveis, e tem a capacidade de influenciar em tais rendimentos através do poder que exerce sobre elas. As sociedades dependentes são consolidadas a partir da data na qual o Grupo obtém o controle e são excluídas da consolidação na data em que esse controle termina.

Quando uma controladora perde o controle de uma subsidiária, ela exclui das contas os ativos e passivos da subsidiária pelo valor que consta nos livros na data em que o controle é perdido, e reconhece o valor razoável da contraprestação recebida lançando a diferença resultante como perda ou lucro no resultado do período.

Nas Sociedades dependentes onde se dispõem de 50 % ou menos dos direitos econômicos, a consideração como entidade dependente é baseada no que foi estabelecido nos acordos de acionistas, que podem apresentar a seguinte causa:

- A administração das sociedades é realizada por um Conselho de Administração responsável pela sua estratégia operacional e financeira, bem como pela sua administração e sua gestão, protegendo, entre outras, as políticas financeiras e operacionais. Nestes casos, o Conselho de Administração é integrado por um número par de membros sendo, em todos os casos, o Presidente nomeado por recomendação da MAPFRE e tendo voto decisivo, contando desta forma com o controle da sociedade.
- É outorgado à MAPFRE o poder de nomear e revogar o CEO, Diretor Financeiro, Diretor Atuarial e outro profissional essencial para a direção e o controle da sociedade.
- São estabelecidos direitos políticos não coincidentes com os direitos econômicos, que supõem para a MAPFRE a maioria dos direitos de voto da Assembleia Geral. Além disso, nesses casos, o Conselho de Administração é composto de forma paritária e, em caso de empate, um dos Conselheiros designados por indicação da MAPFRE tem o voto decisivo.

As participações não controladoras nas entidades dependentes adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2004 foram registradas na data de aquisição pela porcentagem de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis. E as adquiridas antes da data mencionada foram reconhecidas pela porcentagem de participação no seu patrimônio líquido na data da primeira consolidação.

As participações não controladoras são apresentadas no patrimônio líquido consolidado de forma separada do patrimônio atribuído aos acionistas da controladora. As participações não controladoras nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) são apresentadas igualmente de forma separada na Demonstração de Resultados Consolidada (estado do resultado global consolidado).

Entidades associadas são aquelas sobre as quais a Sociedade controladora exerce influência significativa e que não são nem dependentes, nem têm acordos conjuntos.

Entende-se por influência significativa o poder de intervir nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da empresa participada, mas sem chegar a ter o controle conjunto sobre essas políticas, presumindo-se que exerce influência significativa quando possui, seja direta ou indiretamente através de suas dependentes, pelo menos 20 % dos direitos de voto da empresa participada.

As participações em entidades associadas são consolidadas pelo método da participação, incluindo-se no valor das participações o fundo de comércio líquido identificado na data de aquisição.

Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada é igual ou superior ao valor contábil da sua participação na mesma, incluída qualquer conta a cobrar não segurada, o Grupo não registra perdas adicionais, a não ser que tenham sido geradas obrigações ou realizados pagamentos em nome da associada.

Para determinar se uma sociedade participada é dependente ou associada foram levados em conta a finalidade e o projeto da participada com o objetivo de determinar as atividades relevantes, o modo como são tomadas as decisões sobre essas atividades, quem tem a capacidade atual de conduzir essas atividades e quem recebe seus rendimentos. Também foram levados em consideração os direitos potenciais de votos detidos e que sejam exercíveis como as opções de compra sobre ações, instrumentos de dívida convertíveis em ações ou outros instrumentos que deem à Sociedade controladora a possibilidade de aumentar seus direitos de voto.

Existe um acordo conjunto quando dois ou mais participantes empreendem uma atividade econômica sujeita a um controle compartilhado e regulamentado mediante um acordo contratual.

O acordo conjunto é classificado como negócio conjunto quando as partes ostentam direitos sobre os ativos líquidos do acordo, reconhecendo-se sua participação nas contas anuais consolidadas por meio do método da participação.

Quando o acordo conjunto outorga às partes direitos sobre os ativos e tem obrigações por seus passivos, é classificado como operação conjunta, e sua participação é reconhecida nas contas anuais consolidadas utilizando-se o método de integração proporcional.

As demonstrações financeiras das sociedades dependentes, associadas e acordos conjuntos utilizados para a consolidação correspondem ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Os fundos de investimento geridos pelas sociedades do grupo nos quais sua participação é superior a 20 % são consolidados por integração global.

3.3. CONVERSÃO DE CONTAS ANUAIS DE SOCIEDADES NO EXTERIOR INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo MAPFRE é o euro, portanto os saldos e operações das sociedades do grupo cuja moeda funcional é diferente do euro são convertidos a tal moeda utilizando a taxa de câmbio do encerramento para saldos de balanço, e a média ponderada por volume de operações para transações.

As diferenças de câmbio resultantes da aplicação do procedimento anterior, assim como aquelas surgidas da conversão de empréstimos e outros instrumentos em moeda estrangeira de cobertura dos investimentos em negócios

estrangeiros, são apresentadas como um componente separado na “Demonstração de receitas e despesas reconhecidas” e são reunidas no patrimônio na conta “Diferenças de conversão”, deduzida a parte dessa diferença que corresponde às Participações não controladoras.

O fundo de comércio e os ajustes ao justo valor dos ativos e passivos que surgiram na aquisição das sociedades do Grupo cuja moeda de apresentação é diferente do euro são considerados como ativos e passivos do negócio no exterior, expressando-se na moeda funcional do negócio no exterior e convertendo-se à taxa de câmbio do encerramento.

Economias hiperinflacionárias

As demonstrações financeiras das sociedades domiciliadas em países com alta taxa de inflação ou economias hiperinflacionárias são ajustadas ou expressas pelos efeitos das mudanças nos preços antes de sua conversão a euros. Os ajustes por inflação se efetuam seguindo o estabelecido na norma internacional 29 “Informação financeira em economias hiperinflacionárias”.

A política contábil do Grupo para o registro das operações em economias hiperinflacionárias consiste em registrar nas Diferenças de Conversão tanto a revalorização das parcelas não monetárias quanto as diferenças de conversão geradas ao converter em euros as demonstrações financeiras re-expressadas das filiais nesses países.

Os valores reunidos nas Diferenças de Conversão nos dois últimos exercícios derivados de ambos os efeitos são os seguintes:

CONCEITO

	Saldo em 31.12.2019	Variação exercício 2020	Saldo em 31.12.2020	Variação exercício 2021	Saldo em 31.12.2021
Re-expressão por inflação	564,8	17,7	582,5	20,7	603,2
Diferenças de conversão	(1.102,8)	(24,8)	(1.127,6)	(6,4)	(1.134,0)
LÍQUIDO	(538,0)	(7,1)	(545,1)	14,3	(530,8)

Dados em milhões de euros.

A seguir são detalhados outros dados relacionados com a conversão de contas anuais de sociedades que operam em economias hiperinflacionárias:

PAÍS

	Inflação (%)		Taxa de câmbio (unidades da moeda por euro)		Resultados por re-expressão		Patrimônio líquido atribuído	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Argentina	51	36	117	103	(12,7)	(9,2)	73,2	54,9
Venezuela	351	1.512	11	2.427.941	(0,5)	(4,7)	5,8	6,9
TOTAIS					(13,2)	(13,9)	79,0	61,8

Dados em milhões de euros.

Em relação com a taxa de câmbio refletida para a Venezuela, uma vez que não existem dados oficiais confiáveis, tanto no final dos exercícios de 2021 como de 2020, foi considerada uma taxa de câmbio baseada na inflação estimada do país com o objetivo de consolidar as demonstrações financeiras.

A partir de 1 de outubro de 2021, devido à desvalorização do Bolívar Soberano, este foi substituído pelo Bolívar Digital (cujo valor é obtido dividindo por um milhão o valor do Bolívar Soberano).

Os resultados por re-expressão estão reunidos na Demonstração de Resultados Consolidada e representam a perda de poder aquisitivo dos ativos monetários líquidos derivada da inflação.

Ajustes ao saldo inicial

As colunas de ajustes ao saldo inicial que constam nos diferentes quadros do relatório contábil consolidado reúnem as variações que existiram como consequência da aplicação de diferente taxa de câmbio de conversão para o caso de dados de filiais no exterior.

As variações nas provisões técnicas que constam na Demonstração de Resultados Consolidada diferem das que são obtidas por diferença dos saldos de balanço consolidado do exercício atual e precedente, como consequência da aplicação de diferente taxa de câmbio de conversão para o caso de filiais no exterior.

4. GANHOS POR AÇÃO E DIVIDENDOS

4.1. GANHOS POR AÇÃO

Anexa-se à seguir o cálculo dos ganhos básicos por ação, que é coincidente com os ganhos diluídos por ação ao não existir nenhuma ação ordinária potencial:

CONCEITO	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade Controladora (milhões de euros)	765,2	526,5
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhões)	3.049,4	3.049,2
GANHOS BÁSICOS POR AÇÃO (CENTAVOS DE EURO)	25,1	17,3

4.2. DIVIDENDOS

O detalhe dos dividendos da Sociedade controladora dos últimos dois exercícios é o seguinte:

CONCEITO	Dividendo total (em milhões de euros)		Dividendo por ação (em centavos de euro)	
	2021	2020	2021	2020
Dividendo a receber	184,8	154,0	6,06	5,05
Dividendo complementar	261,8	230,8	8,58	7,57
TOTAL	446,6	384,8	14,64	12,62

Os dividendos por ação indicados na tabela anterior correspondem ao montante por cada ação em circulação na data de pagamento do dividendo (de sexta-feira, 31 de dezembro de 2021 no caso do dividendo complementar deste exercício).

O dividendo total do exercício 2020 foi proposto pelo Conselho de Administração e se encontra aguardando a aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Esta distribuição de dividendos prevista cumpre os requisitos e limitações estabelecidos na legislação legal e nos estatutos sociais; e baseia-se em uma análise exaustiva e ponderada da situação do Grupo, não comprometendo nem a sua futura solvência nem a proteção dos interesses dos tomadores de seguros e segurados, e é feita no contexto das recomendações dos supervisores sobre esta matéria.

Durante o exercício 2021, a Sociedade controladora distribuiu um dividendo a receber por um valor total de 184.798.775,79 euros, que é representado no patrimônio líquido dentro da seção "Dividendo a receber". Reproduz-se a seguir o estado de liquidez formulado pelo Conselho de Administração para a distribuição.

Data do acordo
28.10.2021

CONCEITO

Tesouraria disponível na data do acordo	7,7
Aumentos em tesouraria previstos em um ano	420,3
(+) Por operações de cobrança circulantes previstas	350,3
(+) Por operações financeiras	70,0
Diminuições em tesouraria previstas em um ano	(226,4)
(-) Por operações de pagamentos circulantes previstas	(110,9)
(-) Por operações financeiras previstas	(115,5)
Tesouraria disponível em um ano	201,6

Dados em milhões de euros.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

Indicam-se a seguir as políticas contábeis aplicadas em relação às seguintes parcelas:

5.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

FUNDO DE COMÉRCIO

Fundo de comércio de fusão

Representa o excesso do custo satisfeito em uma combinação de negócios sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de fusão.

Diferenças de consolidação

• Fundo de comércio de consolidação

Representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo da participação no líquido patrimonial da entidade dependente na data de aquisição, exceto para as aquisições realizadas antes de 1º de janeiro de 2004, que corresponde ao fundo de comércio líquido de amortização registrado conforme a regulamentação espanhola aplicável em tal data. No caso de aquisições de participações da entidade dependente junto a sócios minoritários posteriores à data inicial, a Sociedade controladora reconhece o mencionado excesso como menor valor de reservas.

• Diferença negativa de consolidação

Supondo que o valor dos ativos identificáveis adquiridos menos o dos passivos assumidos seja superior ao custo da aquisição, tal diferença é contabilizada como uma receita na Demonstração de Resultados Consolidada.

Deterioração do fundo de comércio

Depois de seu reconhecimento inicial e atribuição a uma unidade geradora de caixa, é avaliada pelo menos anualmente a possível perda de seu valor. Quando o valor recuperável de tal unidade geradora de caixa é inferior ao valor líquido contábil da mesma, a perda de valor correspondente é reconhecida de forma imediata na Demonstração de Resultados Consolidada.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis procedentes de uma aquisição independente

Os ativos intangíveis adquiridos de terceiros em uma transação de mercado são avaliados pelo custo. Se sua vida útil é finita, amortizam-se em função dela, e em caso de

vida útil indefinida, realizam-se ao menos anualmente testes de deterioração do valor.

Ativos intangíveis gerados internamente

As despesas de pesquisa são reconhecidas diretamente na Demonstração de Resultados Consolidada do exercício ao qual se sujeitam. Os gastos de desenvolvimento são registrados como ativo quando é possível assegurar razoavelmente sua probabilidade, fiabilidade e futura recuperabilidade, e são avaliados pelos desembolsos efetuados.

As despesas de desenvolvimento ativadas são amortizadas durante o período no qual se espera obter receitas ou rendimentos, independentemente da avaliação que se poderia realizar se ocorresse uma possível deterioração.

Amortização de ativos intangíveis de vida útil definida

- Despesas de aquisição de carteira

São amortizadas durante a vida das carteiras, em um prazo máximo de 30 anos e em função da sua manutenção.

- Outros ativos intangíveis

São amortizados em função de sua vida útil, seguindo um método linear. A amortização foi registrada na conta de despesas por natureza “Dotações para amortizações”. Os aplicativos informáticos são amortizados, principalmente, entre quatro e oito anos.

5.2. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

A Sociedade controladora identifica uma combinação de negócio quando em uma transação os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. As combinações são contabilizadas mediante a aplicação do método de aquisição.

Na data de aquisição, que corresponde ao momento no qual o controle da entidade ou atividade adquirida é obtido, é reconhecido de forma separada o fundo de comércio, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação sem o controle da adquirida.

O fundo de comércio representa o excesso do custo, incluídos pagamentos adiados, sejam

certos ou contingentes, sobre o valor líquido na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Em conformidade com o disposto na NIIF-UE 3, o Grupo optou por não aumentar o fundo de comércio na parte correspondente a sócios externos.

Inicialmente os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são avaliados pelo seu valor justo na data de aquisição. Os custos relacionados com a aquisição nos quais incorre o adquirente são registrados como gasto do exercício no qual se produzem, exceto, se for o caso, os custos relativos à emissão de dívidas ou ações.

Posteriormente, a entidade adquirente avalia os ativos adquiridos, passivos assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos na combinação de negócios segundo as normas de avaliação aplicáveis a esses itens de acordo com sua natureza.

No caso de combinações de negócios realizadas por etapas, na data em que se obtém o controle da participação, a Sociedade controladora avalia novamente suas participações no patrimônio da adquirida, previamente mantidas por seu valor justo na data de aquisição, e qualquer lucro ou perda que surja neste momento é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada. Dessa forma, se existirem ajustes por mudança de valor pendentes de imputação ao resultado do exercício, eles são transferidos à Demonstração de Resultados Consolidada.

Quando na data de encerramento do exercício não se pode concluir o processo de avaliação necessário para aplicar o método de aquisição, as contas anuais são elaboradas utilizando dados provisórios. Esses valores são ajustados no período necessário para completar a contabilização inicial, não sendo esse período superior a um ano a contar da data de aquisição.

Uma vez completada a contabilização das combinações de negócios, as modificações dos pagamentos contingentes são registradas, para aquelas combinações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2010, na

Demonstração de Resultados Consolidada, e para as realizadas antes desta data, como variação do custo da combinação de negócios.

5.3. IMOBILIZADO MATERIAL E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O imobilizado material e os investimentos imobiliários são avaliados por seu custo de aquisição menos sua amortização acumulada e, se for o caso, as perdas acumuladas por deterioração do valor recuperável.

São classificados como investimentos imobiliários os ativos imóveis não circulantes, cuja finalidade é obter rendas, mais-valias ou ambas.

Os custos posteriores à sua aquisição são reconhecidos como ativo somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados a eles sejam revertidos para o Grupo e o custo do elemento possa ser determinado de forma confiável. O restante das despesas por reparação e manutenção é incluído na Demonstração de Resultados Consolidada durante o exercício no qual incorrem.

A amortização desses elementos é calculada de forma linear sobre o valor de custo do ativo reduzido por seu valor residual e pelo valor dos terrenos segundo os seguintes períodos de vida útil:

GRUPO DE ELEMENTOS	ANOS	COEFICIENTE ANUAL
Edifícios e outras construções	50-25	2%-4%
Elementos de transporte	6	16%
Mobiliário	10	10%
Instalações	20-10	5%-10%
Equipamentos para processos de informação	4	25%

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

Esses ativos são excluídos da contabilidade quando são alienados ou quando não se espera obter benefícios econômicos futuros derivados do uso contínuo dos mesmos. Os ganhos ou

perdas procedentes da exclusão são incluídos na Demonstração de Resultados Consolidada.

5.4. ARRENDAMENTOS

A Sociedade considera que um contrato constitui ou contém um arrendamento se ele envolve o direito de controlar o uso de um ativo identificado durante um determinado período de tempo em troca de uma contraprestação.

Os arrendamentos nos quais são transferidos ao arrendatário todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem alugado são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos nos quais o arrendador conserva uma parte importante dos riscos e vantagens derivadas da titularidade de um ativo subjacente são classificados como arrendamentos operacionais.

Prazo de arrendamento

O prazo de arrendamento é determinado segundo o período não renovável, levando em conta adicionalmente os períodos cobertos com a opção de prorrogar ou rescindir o arrendamento quando se tem uma certeza razoável que o arrendatário exercerá a opção.

Por outro lado, caso ocorra uma mudança no período não revogável de um arrendamento, seu prazo é revisado.

Reconhecimento e avaliação

Na qualidade de arrendatário, o Grupo reconhece na data do início do arrendamento um ativo por direito de uso e um passivo por arrendamento, conforme os pagamentos estabelecidos em contrato e no prazo estimado de sua duração. A avaliação inicial do ativo se realiza pelo custo, e a do passivo pelo valor atual dos pagamentos futuros, descontadas as taxas de juros incrementais do endividamento pelo arrendamento em questão.

Posteriormente, o ativo por direito de uso será avaliado pelo custo, deduzidas a amortização e as perdas acumuladas por deterioração do valor recuperável, e ajustado, se for o caso, por nova avaliação do passivo. Em caso de revisão dos contratos, o passivo será avaliado novamente, descontando os pagamentos por arrendamentos modificados.

No resultado do período, a despesa por amortização e os juros sobre o passivo são reconhecidos e, se for o caso, os pagamentos variáveis por arrendamento que não foram incluídos na avaliação inicial.

Como arrendador, o Grupo reconhece os ativos que mantém em virtude de arrendamento financeiro por um valor igual ao investimento líquido do arrendamento avaliado utilizando a taxa de juros implícita do mesmo, e são apresentados como uma parcela por receber. Posteriormente, são reconhecidas as receitas financeiras durante o prazo do arrendamento refletindo um rendimento periódico constante sobre o investimento líquido. No caso de arrendamentos operacionais, são reconhecidas as receitas derivadas dos pagamentos por arrendamento de forma linear ou de acordo com outra forma sistemática, se esta for mais representativa.

Isenções

O Grupo aplica, na qualidade de arrendatário, as isenções contempladas para não considerar arrendamentos aqueles contratos a curto prazo (por tipos de ativos subjacentes) e para os quais o ativo subjacente é de escasso valor (contrato por contrato), reconhecendo nesses casos os pagamentos por arrendamento como gastos de forma linear durante o prazo do arrendamento, ou aplicando outra base sistemática, se esta for mais representativa.

5.5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Reconhecimento

Os ativos financeiros negociados em mercados secundários de valores são reconhecidos com caráter geral na data de liquidação.

Classificação

Os investimentos financeiros são classificados nas seguintes carteiras:

- **Carteira mantida até o vencimento**

Inclui valores sobre os quais se tem a intenção e a capacidade financeira demonstrada de conservá-los até seu vencimento.

- **Carteira disponível para venda**

Reúne valores representativos de dívida não qualificados em outras carteiras e os instrumentos de capital de entidades que não

sejam dependentes, associadas ou acordos conjuntos diferentes dos incluídos na “Carteira de negociação”.

- **Carteira de negociação**

Inclui ativos financeiros originados ou adquiridos com o objetivo de realizá-los a curto prazo, que formam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados conjuntamente na qual há evidências de atuações recentes para obter ganhos a curto prazo.

Também são parte desta carteira os instrumentos derivados não atribuídos a uma operação de cobertura e aqueles ativos financeiros híbridos avaliados integralmente por seu valor justo.

No caso das permutas financeiras de swaps de fluxos, são reconhecidas as quantidades aplicadas pelas operações principais, contabilizando o valor resultante dos fluxos nas seções “Outros passivos financeiros” ou “Créditos previdenciários e outros”, segundo corresponda.

Nos ativos financeiros híbridos, que incluem simultaneamente um contrato principal e um derivado financeiro, os dois componentes são segregados e tratados de maneira independente para efeitos de sua classificação e avaliação. Quando a segregação não é possível, são avaliados por seu valor justo.

Avaliação

Em seu reconhecimento inicial em balanço, todos os investimentos financeiros são reconhecidos pelo valor justo da retribuição entregue mais os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição, no caso de investimentos financeiros que não sejam classificados na “Carteira de negociação”. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo financeiro por meio de uma transação organizada entre participantes no mercado na data da avaliação.

Posteriormente, os investimentos financeiros são avaliados por seu valor justo, sem deduzir nenhum custo de transação em que se possa incorrer por sua venda ou qualquer forma de disposição, com as seguintes exceções:

- a. Os investimentos financeiros incluídos na “Carteira mantida até o vencimento”, que são avaliados por seu custo de amortização utilizando o método da taxa de juro efetiva.
 - b. Os ativos financeiros que são instrumentos de capital cujo valor justo não pode ser estimado de maneira confiável, assim como os derivados que têm como ativo subjacente esses instrumentos e são liquidados, entregando os mesmos, que são avaliados pelo valor do custo.
- Ativos de renda fixa com estruturas complexas de fluxos futuros (taxas de juros referenciados por variáveis financeiras, com “tetos” e/ou “pisos”) e com uma ou várias amortizações antecipadas, e nas quais o emissor não tenha emissões semelhantes no mercado ou emissões não cotadas de um emissor sem emissões semelhantes. Nestes casos, normalmente a avaliação é feita solicitando uma avaliação de referência a um terceiro.

As avaliações em valor justo das aplicações financeiras incluídas na carteira disponível para venda e na carteira de negociação foram classificadas de acordo com os níveis das variáveis empregadas em sua avaliação:

Nível 1. Valor de cotação: Preço cotado nos mercados ativos sem ajustes.

Nível 2. Dados observáveis: Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares aos avaliados ou outras técnicas de avaliação em que todas as variáveis significantes se baseiam em dados observáveis de mercado. A avaliação é feita por meio de um modelo no qual é realizado um desconto de fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, com base em uma curva de taxas com dois componentes principais:

- Curva swap de cupom zero da moeda com a qual a emissão esteja denominada, considerada a melhor aproximação à taxa de juros sem risco.
- Diferencial de risco adicional, que será o diferencial adicionado ou retirado da curva swap cupom zero, que reflete os riscos inerentes à emissão avaliada, tais como: Risco de crédito, liquidez e opcionalidade.

Nível 3. Outras avaliações: Variáveis específicas conforme o caso. Para isso, é possível diferenciar entre:

- Ativos de renda variável, nos quais, geralmente, é feita a estimativa do valor de realização com base nas características individuais do ativo.

Deterioração do valor recuperável

O valor contabilizado dos investimentos financeiros é corrigido e incluído na Demonstração de Resultados Consolidada quando existe evidência objetiva de que ocorreu um evento que supõe um impacto negativo em seus fluxos de caixa futuros ou em qualquer outra circunstância que evidencie que o custo do investimento do instrumento financeiro não é recuperável. O valor das perdas por deterioração do valor recuperável é igual à diferença entre seu valor contabilizado e o valor atual de seus fluxos de caixa futuros estimados.

No caso dos valores de renda fixa nos quais existe taxa de mora nos juros e/ou no principal, procede-se à estimativa da perda potencial em função da situação do emissor. No restante dos valores de renda fixa, realiza-se uma análise baseada em sua qualificação creditícia e no grau de solvência das emissões, procedendo-se ao registro da deterioração do valor recuperável se o risco de não pagamento for provável.

No caso dos instrumentos de patrimônio, realiza-se uma análise individual dos investimentos para o efeito de determinar a existência ou não de deterioração do valor recuperável. Além disso, considera-se que existe deterioração do valor recuperável quando o valor de mercado apresenta uma queda prolongada (18 meses) ou significativa (40 %) em relação ao seu custo.

O montante das perdas estimadas por deterioração do valor recuperável é reconhecido na Demonstração de Resultados Consolidada, incluída, além disso, qualquer dedução do valor justo dos investimentos reconhecida previamente em “Ajustes por mudanças

de valor”. A reversão é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada, com exceção da correspondente aos instrumentos de patrimônio. Nesse caso, a correção de valor registrada nos exercícios anteriores não é reconhecida na conta de resultados, imputando-se o aumento de valor diretamente no patrimônio líquido, se for o caso.

5.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO

São concretizadas em valores de renda fixa, valores de renda variável e fundos de investimento que são avaliados no preço de aquisição à assinatura ou compra. O referido preço de aquisição ajusta-se como maior ou menor valor do investimento, segundo corresponda, em função do seu justo valor no encerramento do exercício, que é determinado da seguinte forma:

- **Valores de renda variável:** por seu valor de cotação (Nível 1).
- **Valores de renda fixa:** pelo valor de cotação, se esse for representativo (Nível 1) e, caso contrário, atualizando os fluxos futuros incluindo o valor de reembolso (Nível 2).
- **Participações em fundos de investimento** são avaliados por seu valor de liquidação (Nível 1).

As reavaliações e depreciações desses ativos são contabilizadas como receita ou despesa na Demonstração de Resultados Consolidada correspondente ao segmento da Unidade de Seguros.

5.7. DETERIORAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

No fechamento de cada exercício, o Grupo avalia se existem indícios de que os elementos do ativo possam ter sofrido uma perda de valor. Se esses indícios existirem, é feita a estimativa do valor recuperável do ativo.

No caso dos ativos que não se encontram em condições de uso e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, a estimativa do valor recuperável é realizada independentemente da existência ou não de indícios de deterioração do valor recuperável.

Se o valor contabilizado excede o valor recuperável, reconhece-se uma perda por esse excesso, reduzindo o valor nos livros do ativo até seu valor recuperável.

Em caso de aumento produzido no valor recuperável de um ativo diferente do fundo de comércio, a perda por deterioração do valor recuperável reconhecida previamente será revertida, aumentando o valor contabilizado do ativo até chegar ao seu valor recuperável. Esse incremento nunca excede o valor contabilizado líquido de amortização que teria sido registrado se não tivesse sido reconhecida a perda por deterioração do valor recuperável em anos anteriores. A revisão é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada, a menos que o ativo tenha sido reavaliado anteriormente contra “Ajustes por mudanças de valor”, em cujo caso a revisão é tratada como um aumento da reavaliação. Depois dessa revisão, o gasto de amortização se ajusta nos períodos seguintes.

5.8. INVENTÁRIOS

Os inventários, que incluem principalmente terrenos, avaliam-se pelo menor valor entre seu custo de aquisição e seu valor líquido de realização.

5.9. CRÉDITOS

A avaliação desses ativos é feita, com caráter geral, pelo custo amortizado calculado conforme o método da taxa de juro efetiva, deduzindo-se, se for o caso, as provisões por perdas devidas a deteriorações evidentes do valor.

Quando se trata de créditos com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, os créditos descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de Dívida Pública de vencimento igual ou similar aos vencimentos dos créditos, sem deixar de considerar o prêmio de risco correspondente.

Quando existe evidência objetiva de que se incorreu em uma perda por deterioração do valor recuperável, constitui-se a correspondente provisão pelo valor que se estima que não será recuperável. Esse valor

equivale à diferença entre o valor contabilizado e o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e a perda é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada do exercício.

A perda por deterioração do valor recuperável correspondente aos prêmios pendentes de cobrança é calculada separadamente para cada ramificação ou risco, é apresentada na Demonstração de Resultados Consolidada como menor valor dos prêmios emitidos, e está constituída pela parte do prêmio de tarifa devida no exercício que, previsivelmente e de acordo com a experiência de anos anteriores, não venha a ser cobrada, tendo em conta a incidência do resseguro.

A deterioração do valor recuperável é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada globalmente em função da antiguidade dos recibos pendentes de cobrança, ou individualmente quando as circunstâncias e a situação dos recibos assim exijam.

Os créditos por recuperações de sinistros ativam-se somente quando sua realização é considerada garantida.

Os ativos contingentes não são objeto de reconhecimento nos estados financeiros. Não obstante, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo correspondente não é considerado contingente e, portanto, se procederá ao seu reconhecimento.

5.10. TESOURARIA

A tesouraria é composta pelo numerário (caixa e depósitos bancários à vista) e pelos equivalentes de numerário que correspondem àqueles investimentos a curto prazo (máximo três meses) de alta liquidez que são facilmente convertíveis em determinados valores de caixa e estão sujeitos a um risco pouco significativo de mudanças de valor.

5.11. AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO

Nessa seção do ativo estão incluídas basicamente as comissões e outras despesas de aquisição correspondentes aos prêmios aplicados que são atribuíveis ao período compreendido entre a data de encerramento e o término da cobertura dos

contratos, correspondendo os gastos imputáveis a resultados aos realmente suportados no período, com o limite estabelecido nas bases técnicas.

De forma paralela, nessa seção do passivo são incluídos os valores das comissões e outras despesas de aquisição do resseguro cedido que deva ser atribuído ao exercício ou exercícios seguintes, de acordo com o período de cobertura das apólices cedidas.

5.12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA SUA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS

Avaliam-se, em seu caso, pelo menor valor entre seu valor contabilizado e seu valor justo diminuído pelos custos de venda, entendendo como tais aqueles gastos marginais diretamente atribuíveis à alienação, excluindo se for o caso, as despesas financeiras e o gasto por imposto sobre lucros.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não são amortizados e as perdas pela deterioração do valor recuperável contabilizado são reconhecidas na Demonstração de Resultados Consolidada. Da mesma forma, quando se produz uma recuperação do valor, esse é reconhecido na Demonstração de Resultados Consolidada até um valor igual ao das perdas por deterioração anteriormente reconhecidas.

5.13. AÇÕES PRÓPRIAS

As ações próprias são avaliadas pelo seu custo de aquisição e registradas no patrimônio líquido. As despesas derivadas da compra são registradas em relação ao patrimônio líquido como reservas menores.

Todas as transações realizadas com instrumentos próprios do patrimônio são registradas no patrimônio líquido como uma variação dos fundos próprios.

5.14. PASSIVOS FINANCEIROS E SUBORDINADOS

Passivos financeiros classificados como mantidos para negociar

No momento de seu reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor bruto recebido, atribuindo os custos da transação diretamente

a resultados. Posteriormente são avaliados ao valor justo, atribuindo as mudanças à conta de resultados.

Outros passivos financeiros

No momento de seu reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo, que é o total líquido recebido, do qual são deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, como comissões, despesas de formalização, impostos, taxas, etc. Posteriormente são avaliados com custo de amortizado, cujo cálculo é feito aplicando a taxa de juros efetiva do passivo financeiro.

5.15. OPERAÇÕES DE SEGUROS

A) PRÊMIOS

Seguro direto

Os prêmios do negócio Não Vida e de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como receita ao longo do período de vigência dos contratos em função do tempo transcorrido, e a periodização é realizada mediante a dotação da provisão para prêmios não consumidos.

Os prêmios do negócios de Vida a longo prazo, tanto o prêmio único como prêmio periódico, são reconhecidos quando surge o direito de cobrança por parte do emissor do contrato.

Resseguro cedido

São registrados em função dos contratos de resseguro assinados e seguindo os mesmos critérios que são utilizados para o seguro direto..

Resseguro aceito e retrocedido

São contabilizados com base nas contas recebidas das empresas cedentes e, adicionalmente, nas operações de resseguro retrocedido, levando-se em consideração os contratos de retrocessão assinados.

Co-seguro

São registrados em função das contas recebidas da empresa líder e da participação nos contratos assinados.

B) PROVISÕES TÉCNICAS

A seguir são detalhadas as principais hipóteses e métodos utilizados na constituição das provisões.

a. Seguro direto de entidades pertencentes ao Espaço Econômico europeu

Provisão para prêmios não consumidos

Calcula-se apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros, deduzindo a sobretaxa de segurança.

Provisão para riscos em andamento

Calcula-se para cada ramificação, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no valor em que esse não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de encerramento.

Para o ramo de Automóveis, o cálculo dessa provisão foi efetuado considerando o conjunto de garantias cobertas com os produtos comercializados pelas diferentes sociedades.

Provisão de seguros de vida

- Nos seguros de Vida cujo período de cobertura é igual ou inferior a um ano, a provisão para prêmios não consumidos é calculada apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros.

Quando essa provisão for insuficiente, calcula-se a provisão para riscos em andamento de forma complementar para cobrir a avaliação de risco e as despesas a cobrir que corresponda ao período de cobertura não transcorrido na data de encerramento do exercício.

- Nos seguros sobre a vida cujo período de cobertura é superior a um ano, foi calculada a provisão matemática apólice por apólice como a diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo, e as do tomador ou assegurado. A base de cálculo é o prêmio de inventário aplicado no exercício, constituído pelo prêmio puro mais a sobretaxa para despesas administrativas, ambos determinados utilizando as melhores estimativas acerca de mortalidade, morbidade, rendimento de investimentos e despesas administrativas no momento de emissão dos contratos,

detalhado nas bases técnicas dos produtos e modalidades correspondentes e permanecendo invariáveis ao longo da vida do contrato, salvo se sua insuficiência ficar clara, em cujo caso se modificaria o cálculo da provisão matemática.

As apólices subscritas que têm cláusula de participação nos lucros em vigor no encerramento de cada exercício participam proporcionalmente de suas provisões matemáticas ou resultados técnicos, e em função do especificamente definido em cada contrato, nos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos afeitos à cobertura de tais provisões. O valor destas participações é registrado como o maior valor das provisões técnicas.

- Dentro desta seção do balanço consolidado, reúne-se, igualmente, a provisão para participação em lucros e para estornos, que reúne o valor dos lucros atribuídos a favor dos tomadores, segurados ou beneficiários e dos prêmios que visem restituir os tomadores ou segurados.

Provisão de sinistros

Representa as avaliações estimadas das obrigações pendentes derivadas dos sinistros ocorridos com anterioridade à data de encerramento do exercício, deduzidos os pagamentos realizados à conta. Inclui as avaliações dos sinistros pendentes de liquidação ou pagamento e pendentes de declaração, assim como dos gastos internos e externos de liquidação de sinistros. No Seguro de Vida estão incluídos adicionalmente os vencimentos e resgates pendentes de pagamento. Seu cálculo é efetuado incluindo, se for o caso, provisões adicionais para desvios nas avaliações de sinistros de longa tramitação.

Outras provisões técnicas

A provisão mais relevante incluída nesta seção é a “Provisão do Seguro Funerário”, que é calcula apólice por apólice como diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo e as do tomador ou assegurado.

Para determinar carteiras, a provisão do Seguro Funerário é calculado utilizando métodos baseados na capitalização coletiva, realizando-se uma atualização financeira-atuarial dos

fluxos de prêmios e sinistros esperados projetados até a extinção do coletivo.

Provisões técnicas relativas ao seguro de vida quando o risco do investimento é assumido pelos tomadores de seguros.

As provisões dos seguros de Vida nas quais contratualmente foi estipulado que o risco do investimento será suportado integralmente pelo tomador foram calculadas apólice por apólice e são avaliadas em função dos ativos especificamente afetados para determinar o valor dos direitos.

b. Seguro direto de entidades não pertencentes ao Espaço Econômico Europeu

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os critérios locais de cada país, exceto aqueles casos nos quais sua utilização suponha a distorção da imagem fiel que devem mostrar as demonstrações financeiras, em cujo caso foram adaptadas aos critérios dos acionistas controladores.

As provisões de seguros de Vida foram calculadas utilizando as hipóteses operacionais, quadros de mortalidade e taxa de juro técnica usual do setor nos respectivos países.

c. Resseguro cedido

As provisões técnicas pelas cessões a resseguradores são apresentadas no ativo do balanço e calculadas em função dos contratos de resseguro assinados e conforme os mesmos critérios que são utilizados para o seguro direto.

d. Resseguro aceito

Provisão para prêmios não consumidos

As operações de resseguro são contabilizadas com base nas contas recebidas das empresas cedentes, e se estima a provisão para prêmios não consumidos, provisionando o prêmio contabilizado não gerado em função do período médio de cobertura de apólices.

As despesas de aquisição comunicadas pelas cedentes são objeto de periodização, incluindo-se na seção “Ajustes por periodização” do ativo do balanço consolidado, correspondendo essas despesas às realmente suportadas no período. Quando as cedentes não comunicam os valores das despesas de aquisição, são periodizadas

risco por risco para o resseguro proporcional facultativo, e de forma global para o resto proporcional do negócio.

Provisão para riscos em andamento

Calcula-se para cada ramificação, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no valor em que esse não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de encerramento.

Provisão de sinistros

São provisionadas pelos valores comunicados pelas cedentes ou, na sua ausência, pelos depósitos retidos, incluindo-se, nos casos que sejam estimados como necessários com base nas informações históricas disponíveis, provisões complementares para sinistros ocorridos e não comunicados, bem como para desvios dos existentes em função da própria experiência, estimando e provisionando o último custo esperado com base na experiência e por meio do uso de métodos atuariais.

e. Resseguro retrocedido

As operações de resseguro retrocedido e suas correspondentes provisões técnicas são registradas com os mesmos critérios do resseguro aceito, e em função dos contratos de retrocessão assinados.

f. Prova de atuação dos passivos

As provisões técnicas registradas são regularmente sujeitas a uma prova de razoabilidade com o objetivo de determinar sua eficiência, que é realizada utilizando as estimativas mais atuais dos fluxos futuros procedentes dos contratos de seguros em vigência, levando em conta o valor temporário do dinheiro e utilizando hipóteses (econômicas, biométricas etc.) em função da experiência de cada sociedade. Se, como consequência desta prova, fica claro que as provisões são insuficientes, as mesmas são ajustadas de acordo com os resultados do exercício.

g. Contabilidade tácita

Com o fim de atenuar as assimetrias contábeis como consequência da aplicação de métodos de avaliação diferentes para ativos e passivos, assim como para abranger o efeito da participação nos lucros dos segurados, as NIIF-UE permitem

a denominada “Contabilidade tácita”, de tal forma que as perdas ou ganhos nos ativos afeitos são reconhecidos na avaliação das provisões técnicas, até o limite dos valores assumidos pelo tomador do seguro.

C) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS DERIVADOS DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

a. Componentes de depósito em contratos de seguro

Alguns contratos de seguro de Vida contêm tanto um componente de seguro como um componente de depósito. Ambos os componentes não são avaliados separadamente, dado que são reconhecidos todos os direitos e obrigações derivados do componente de depósito.

b. Derivados implícitos em contratos de seguro

Alguns contratos de seguro de Vida contêm derivados implícitos que consistem fundamentalmente em valores de resgate e valores garantidos ao vencimento. Os derivados implícitos não são avaliados separados do contrato de seguro principal, já que os mesmos cumprem as condições para serem qualificados como contratos de seguro, sendo avaliado o valor intrínseco dos mesmo implicitamente de forma conjunta com o contrato principal de acordo com a NIIF-UE 4.

c. Contratos de seguro adquiridos em combinações de negócios ou cessões de carteira

Os contratos de seguro adquiridos em uma combinação de negócios ou em cessões de carteiras são reconhecidos no balanço da seguinte maneira:

C.1) Contabilizam-se os passivos derivados dos contratos de seguro de acordo com a NIIF-UE 4,

C.2) Contabiliza-se um ativo intangível, que representa a diferença entre:

- O valor justo dos direitos adquiridos e do restante das obrigações contratuais assumidas, e
- O valor descrito na seção C.1) acima

Este activo intangible se amortiza en funci3n del mantenimiento de las p3lizas en vigor en

el momento de la compra y de la generación futura de beneficios de las mismas.

D) SINISTRALIDADE

O custo estimado dos sinistros, tanto de Vida como de Não Vida, é reconhecido em função da data de ocorrência dos mesmos, registrando-se todos os gastos necessários a incorrer até a liquidação do sinistro.

Por meio da provisão de sinistros pendentes de declaração, é reconhecida como despesa a melhor estimativa do custo dos sinistros ocorridos e não informados antes do encerramento, baseada na experiência histórica.

Os pagamentos dos sinistros se realizam usando a provisão previamente reconhecida.

Os sinistros correspondentes ao resseguro aceito são contabilizados com base nas contas recebidas das empresas cedentes, estimando-se o último custo esperado. No caso do resseguro cedido e retrocedido, são registrados em função dos contratos assinados e segundo os mesmo critérios utilizados para o seguro direto e resseguro aceito, respectivamente.

E) HIPÓTESES MAIS SIGNIFICATIVAS E OUTRAS FONTES DE ESTIMATIVA DE INCERTEZAS

Para os ativos, passivos, receitas e gastos derivados de contratos de seguro, como norma geral, utilizam-se as hipóteses que serviram de base para a emissão desses contratos e que se encontram especificadas nas bases técnicas.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas periodicamente e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores que podem ter sido considerados mais razoáveis. Se ocorresse uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria neste período e, se fosse o caso, nos sucessivos.

A principal hipótese está baseada no comportamento e desenvolvimento dos sinistros, utilizando-se a frequência e os custos dos mesmos nos últimos exercícios. Desta forma, nas estimativas são levadas em conta hipóteses sobre as taxas de juro e de câmbio de moedas, atrasos no pagamento de sinistros e qualquer outro fator externo que possa afetar as estimativas.

Para os passivos, as hipóteses estão baseadas na melhor estimativa possível no momento da emissão dos contratos, constituindo, caso haja uma insuficiência comprovada, as provisões necessárias para cobri-la.

F) DETERIORAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Quando existe evidência objetiva de que ocorreu uma perda por deterioração dos ativos derivados de contratos de seguro e resseguro, aplica-se o critério geral de avaliação indicado na [nota 5.9](#). Créditos

5.16. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

São reconhecidos quando existe uma obrigação presente (seja legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado e é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Caso se espere com alta probabilidade que uma parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado.

5.17. DÍVIDAS

A avaliação é realizada em caráter geral pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetivo.

Para as dívidas com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de dívida pública de vencimento igual ou similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de considerar o prêmio de risco correspondente.

5.18. CRITÉRIO GERAL DE RECEITAS E DESPESAS

O reconhecimento das receitas ordinárias diferentes das operações de seguros é realizado quando são cumpridas as obrigações de transmissão de bens ou realização de serviços aos clientes, de acordo com o contratualmente acordado, considerando que um bem ou serviço foi transferido quando o cliente obtém o seu controle (seja ao longo do tempo ou em um momento determinado). O valor reconhecido como receita corresponde ao da compensação à qual se espera ter direito pelos bens ou serviços transferidos.

5.19 RETRIBUIÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS

As retribuições aos funcionários podem ser a curto prazo, prestações depois do emprego, indenizações por cessação de funções, outras retribuições a médio e longo prazo, e pagamentos baseados em ações.

a. Retribuições a curto prazo

São contabilizadas de acordo com os serviços prestados pelos funcionários com base no exercício.

b. Prestações depois do emprego

São integradas fundamentalmente pelos regimes de contribuição definida, assim como pelo seguro de vida com cobertura de falecimento entre 65 e 77 anos.

Planos de contribuição definida

São aqueles nos quais a entidade afetada realiza contribuições de caráter predeterminado a uma entidade separada (seja uma entidade vinculada ou uma entidade externa ao Grupo), e não tem obrigação legal nem implícita de realizar contribuições adicionais no caso de existir uma insuficiência de ativos para atender aos benefícios. O valor dos benefícios a receber pelos funcionários é determinado pelas contribuições realizadas mais o rendimento obtido pelos investimentos em que tenha se materializado o fundo.

Regimes de benefício definido

São planos nos quais é estabelecido o benefício a ser recebido pelos funcionários no momento de sua aposentadoria, normalmente em função de fatores como a remuneração.

O passivo reconhecido no balanço por planos de pensões de benefício definido é igual ao valor atual da obrigação por benefícios definidos na data do balanço, subtraindo o valor razoável dos ativos respectivos do regime, se for o caso.

A obrigação por benefício definido é determinada separadamente para cada regime, utilizando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada.

As perdas e ganhos atuariais foram registrados em contas de patrimônio líquido.

c. Indenizações por demissão

São reconhecidas como um passivo e como uma despesa quando existe um compromisso

demonstrável de rescisão do vínculo trabalhista antes da data normal de aposentadoria do funcionário, ou quando existe uma oferta para incentivar a rescisão voluntária dos contratos.

d. Outras retribuições a médio e longo prazo e pagamentos baseados em ações

O registro contábil de outras retribuições a longo prazo diferentes das descritas em parágrafos anteriores, em concreto o prêmio de tempo de serviço ou permanência na empresa, seguem os princípios descritos anteriormente, com exceção do custo dos serviços passados, que é reconhecido de forma imediata, e é registrado como contrapartida na seção "Provisões para riscos e despesas"; e as perdas e ganhos atuariais, que são registrados na Demonstração de Resultados Consolidada.

Planos de incentivos

No exercício de 2019 foi aprovado um regime de incentivos a médio prazo para determinados membros da equipe executiva da MAPFRE, de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, que se estende de 1º de janeiro de 2019 até 31 de março de 2022, com diferimento no pagamento de parte dos incentivos no período 2023--2025. O pagamento de incentivos está sujeito ao cumprimento de determinados objetivos corporativos e específicos, bem como à permanência do executivo no Grupo. Será pago parcialmente em dinheiro (50 %) e parcialmente pela entrega de ações da MAPFRE S.A. (50 %), e está sujeito a cláusulas de redução ou recuperação.

No encerramento de cada exercício, é realizada uma avaliação do cumprimento dos objetivos, registrando o valor atribuído à Demonstração de Resultados Consolidada com pagamento a uma conta de passivo pela parte de remuneração em dinheiro e uma conta de patrimônio por aquela correspondente a instrumentos de patrimônio. A avaliação da parte do incentivo a ser recebido em ações da MAPFRE S.A. é feita levando em consideração o valor justo dos instrumentos de patrimônio atribuídos na data em que são concedidos, observando os prazos e as condições do plano.

Todos os anos, até a data de irrevogabilidade da concessão, é feito o ajuste do número de instrumentos de patrimônio incluídos na

determinação do valor da transação. Após essa data, não são realizados ajustes adicionais.

Em 2021, a MAPFRE implementou um Plano de Remuneração em Ações para funcionários na Espanha, com o objetivo de aumentar sua vinculação com a estratégia e o lucro futuro da empresa. O Plano oferece destinar de maneira voluntária uma quantidade anual de sua retribuição à compra de ações da MAPFRE S.A., que lhe serão entregues mensalmente ao longo de 2022. A este plano aderiram 4.704 funcionários, 43 % do total dos funcionários de entidades na Espanha. No encerramento do exercício 2021, não procede qualquer registro sobre este plano.

5.20. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

São classificadas em função da atribuição dos investimentos que as geram: operacionais se afetam a cobertura de provisões técnicas, e de patrimônio se dizem respeito à materialização dos fundos próprios.

As mudanças de valor justo são registradas segundo a carteira na qual estão classificados os investimentos financeiros:

a. Carteira de negociação

São registrados diretamente na demonstração de resultados consolidada, distinguindo entre a parte atribuível aos rendimentos, que é registrada como juros ou, se for o caso, como dividendos, e a parte que é registrada como resultados realizados e não realizados.

b. Carteira mantida até o vencimento

São reconhecidas quando aliena-se o instrumento financeiro e quando se produz a deterioração do seu valor recuperável.

c. Carteira disponível para a venda

São reconhecidas no patrimônio líquido da entidade até que se produz a retirada do balanço ou se registra deterioração do valor recuperável, situações nas quais são registradas na demonstração de resultados consolidada.

Em todos os casos, os juros dos instrumentos financeiros são registrados na Demonstração de Resultados Consolidada aplicando o método da taxa de juros efetiva.

5.21. RECLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS POR NATUREZA DE DESTINO E IMPUTAÇÃO A SEGMENTOS DE ATIVIDADE

Os critérios seguidos para a reclassificação de gastos por destino estão baseados, principalmente, na função desempenhada por cada um dos funcionários, distribuindo seu custo direto e indireto de acordo com tal função.

Para os gastos não relacionados direta ou indiretamente com o pessoal, efetuam-se estudos individuais, imputando-se ao destino de acordo com a função desempenhada por esses gastos.

Os destinos estabelecidos são os seguintes:

- Despesas imputáveis aos benefícios
- Despesas imputáveis aos investimentos
- Outras despesas técnicas
- Outras despesas não técnicas
- Despesas de aquisição
- Despesas administrativas
- Despesas operacionais de outras atividades

Os gastos foram imputados aos diferentes segmentos em função da Unidade de Negócio ou da Área Regional onde a atividade foi originada.

5.22. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

As transações em moeda estrangeira, com exceção das operações de resseguro, são convertidas à moeda funcional de cada sociedade do Grupo aplicando a taxa de câmbio existente na data da transação.

As operações de resseguro em moeda estrangeira são registradas na taxa de câmbio estabelecida no início de cada um dos trimestres do exercício. Posteriormente, no encerramento de cada trimestre, tratam-se todas elas como se fossem uma só operação, convertendo-se à taxa de câmbio vigente neste momento e recolhendo-se a diferença que se produz na demonstração de resultados consolidada.

No encerramento do exercício, os saldos existentes denominados em moeda estrangeira são convertidos com a taxa de câmbio da moeda funcional em tal data, imputando-se à demonstração de resultados consolidada todas as diferenças de câmbio, exceto as que

são imputadas diretamente em “Diferenças de conversão”, que são as procedentes dos instrumentos monetários que fazem parte do investimento líquido em um negócio estrangeiro e dos não monetários avaliados em valor justo cujas mudanças de avaliação sejam reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

5.23. IMPOSTO DE RENDA

O imposto sobre os lucros tem a consideração de despesa do exercício, figurando como tal na demonstração de resultados consolidada, e compreende tanto a carga fiscal pelo imposto corrente como o efeito correspondente ao movimento dos impostos diferidos.

Para sua determinação segue-se o método do balanço, segundo o qual registram-se os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos necessários para corrigir o efeito das diferenças temporárias, que são as diferenças que existem entre o valor contábil de um ativo ou de um passivo e o que constitui a avaliação fiscal dos mesmos.

As diferenças temporárias podem ser “Diferenças temporárias tributáveis”, que são as que dão lugar a um maior pagamento de impostos no futuro e que, geralmente, representam o reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, ou “Diferenças temporárias dedutíveis”, que são as que dão lugar a um menor pagamento de impostos no futuro, à medida que seja recuperável, ao registro de um ativo por impostos diferidos.

Por outro lado, o imposto sobre lucros relacionado com parcelas cujas modificações em sua avaliação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido é imputado em patrimônio, e não na demonstração de resultados consolidada, incluindo-se as mudanças de avaliação do efeito fiscal sobre tais parcelas líquidas.

a. Reconhecimento de passivos por imposto diferido

O Grupo reconhece os passivos por imposto diferido em todos os casos, exceto se:

- Surgirem do reconhecimento inicial do fundo de comércio, ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não

afeta nem o resultado contábil nem a base de cálculo fiscal.

- Corresponderem a diferenças relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos, sobre as quais o Grupo tenha a capacidade de controlar o momento de sua reversão e não seja provável que sua reversão se produza em um futuro previsível.

b. Reconhecimento de ativos por imposto diferido

O Grupo reconhece os ativos por imposto diferido sempre que:

- For provável que existam lucros fiscais futuros suficientes para sua compensação. No entanto, os ativos que surgirem do reconhecimento inicial de ativos ou passivos em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o resultado contábil nem a base de cálculo fiscal, não são objeto de reconhecimento.

- Corresponderem a diferenças temporárias relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos à medida em que as diferenças temporárias forem reverter em um futuro previsível, e que se espere gerar lucros fiscais futuros positivos para compensar as diferenças.

c. Compensação

O Grupo só compensa os ativos e passivos por imposto sobre os ganhos se houver um direito legal diante das autoridades fiscais, e tem a intenção de quitar as dívidas resultantes pelo seu valor líquido, ou realizar os ativos e quitar as dívidas de forma simultânea.

d. Avaliação de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos são avaliados pelos tipos de impostos que serão aplicáveis nos exercícios nos quais se espera realizar os ativos ou pagar os passivos.

O Grupo revisa, na data de encerramento do exercício, o valor contábil dos ativos por impostos diferidos e avalia se são cumpridas as condições para reconhecer os ativos por impostos diferidos que previamente não tinham sido reconhecidos.

6. DISCRIMINAÇÕES DOS ESTADOS FINANCEIROS

6.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos quadros seguintes é detalhado o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício de 2021

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SAÍDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL
CUSTO						
FUNDO DE COMÉRCIO	1.848,5	58,1	(0,6)	24,2	(263,6)	1.666,6
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.080,5	6,5	4,3	—	(38,9)	1.052,4
Aplicativos informáticos	1.234,9	21,2	(4,2)	150,8	(16,1)	1.386,6
Outros	381,7	7,2	40,9	119,1	(73,3)	475,6
TOTAL CUSTO	4.545,6	93,0	40,4	294,1	(391,9)	4.581,2
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(493,5)	(1,5)	—	(47,7)	31,7	(511,0)
Aplicativos informáticos	(780,0)	(9,5)	2,2	(110,5)	1,5	(896,3)
Outros	(36,0)	(8,1)	(17,6)	(11,5)	17,8	(55,4)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.309,5)	(19,1)	(15,4)	(169,7)	51,0	(1.462,7)
DETERIORAÇÃO						
FUNDO DE COMÉRCIO	(438,7)	(9,3)	—	—	253,8	(194,2)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(17,3)	—	—	—	6,8	(10,5)
Aplicativos informáticos	—	(0,1)	—	(2,5)	—	(2,6)
Outros	—	—	—	—	—	—
TOTAL DETERIORAÇÃO	(456,0)	(9,4)	—	(2,5)	260,6	(207,3)
TOTAL FUNDO DE COMÉRCIO	1.409,8	48,8	(0,6)	24,2	(9,8)	1.472,4
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.370,3	15,7	25,6	97,7	(70,5)	1.438,8
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	2.780,1	64,5	25,0	121,9	(80,3)	2.911,2

Dados em milhões de euros.

As entradas do exercício 2021 em Outros ativos intangíveis procedem principalmente de:

- Atribuição final do preço de compra da aquisição da participação na MAPFRE SANTANDER PORTUGAL, efetuada no exercício 2020 (nota 6.24).

- Adiantamentos de imobilizado intangível pelo valor de 40 milhões de euros.
- A assinatura de um acordo de distribuição e comercialização em exclusiva no México que gerou um pagamento de 24,2 milhões de euros.

Os valores refletidos na coluna de Saídas, retiradas ou reduções no exercício 2021 procedem principalmente de Fundos de Comércio e Gastos de aquisição de carteira totalmente deteriorados e/ou amortizados em exercícios anteriores.

Exercício de 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SAÍDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL
CUSTO						
FUNDO DE COMÉRCIO	2.102,5	(109,3)	(68,1)	–	(76,6)	1.848,5
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.406,9	(239,5)	(87,0)	–	–	1.080,5
Aplicativos informáticos	1.253,1	(111,3)	1,7	164,6	(73,1)	1.234,9
Outros	243,8	(9,3)	(51,2)	271,3	(72,9)	381,7
TOTAL CUSTO	5.006,4	(469,3)	(204,7)	435,9	(222,7)	4.545,6
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(559,3)	83,5	48,2	(66,0)	–	(493,5)
Aplicativos informáticos	(765,5)	70,2	0,1	(121,8)	37,1	(780,0)
Outros	(41,7)	5,0	–	(2,8)	3,5	(36,0)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.366,4)	158,7	48,3	(190,5)	40,6	(1.309,4)
DETERIORAÇÃO						
FUNDO DE COMÉRCIO	(329,3)	18,1	–	(127,5)	–	(438,7)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(10,4)	0,4	–	(7,3)	–	(17,3)
Aplicativos informáticos	(0,1)	–	–	(32,4)	32,5	–
Outros	–	–	–	–	–	–
TOTAL DETERIORAÇÃO	(339,9)	18,5	–	(167,2)	32,5	(456,1)
TOTAL FUNDO DE COMÉRCIO	1.773,2	(91,2)	(68,1)	(127,5)	(76,6)	1.409,9
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.526,9	(201,0)	(88,3)	205,7	(73,0)	1.370,3
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	3.300,1	(292,2)	(156,4)	78,2	(149,6)	2.780,1

Dados em milhões de euros.

Os valores refletidos como variações de perímetro no exercício 2020 procediam principalmente da reclassificação de ativos intangíveis ligados à atividade de seguros bancários com o Bankia (nota 6.9) para Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, e da aquisição de participações nas sociedades MAPFRE SALUD ARS e MAPFRE SANTANDER PORTUGAL (nota 6.24).

As entradas relativas ao exercício 2020 em Outros ativos intangíveis provêm principalmente da atribuição final do preço de compra da aquisição da participação na Santander Mapfre Seguros y Resseguros S.A. (doravante, SANTANDER MAPFRE) efetuada no exercício de 2019 (nota 6.24), também incluídos no quadro acima como Saídas do Fundo de Comércio.

As entradas do exercício 2020 em Deterioração de aplicativos informáticos incluem principalmente a dotação, efetuada nos Estados Unidos, de aplicativos que estavam sendo objeto de atualização tecnológica no âmbito dos sistemas de informação transacional.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A vida útil dos seguintes ativos intangíveis é considerada indefinida, já que se espera que esses ativos contribuirão para a obtenção de receitas futuras para o Grupo de forma ilimitada:

Nas tabelas seguintes são detalhadas informações sobre as unidades geradoras de caixa às quais estão atribuídos os diferentes fundos de comércio e despesas de aquisição de carteira, assim como seu valor contabilizado e, se for o caso, o valor da deterioração e a amortização nos últimos exercícios.

ELEMENTO	VALOR CONTABILIZADO	
	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de comércio de consolidação	1.442,9	1.403,8
Fundo de comércio de fusão	29,5	6,0

Dados em milhões de euros.

FUNDOS DE COMÉRCIO

UNIDADE GERADORA DE CAIXA	ATIVIDADE E ÁREA GEOGRÁFICA	VALOR BRUTO NA ORIGEM		SALDO 31.12.2019	EXERCÍCIO DE 2020		SALDO 31/12/2020	EXERCÍCIO DE 2021		SALDO 31.12.2021
		Milhões em moeda original	Moeda		Altas/(baixas)	Deterioração líquida do período		Altas/(baixas)	Deterioração líquida do período	
Fundo de comércio de consolidação										
MAPFRE VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	258,4	EUR	212,6	-	-	212,6	-	-	212,6
GLOBAL RISKS	Seguros de Empresas	40,8	EUR	40,2	-	-	40,2	-	-	40,2
GRUPO CORPORATIVO LML	Seguros Não Vida (México)	407,9	MXN	19,2	(2,5)	-	16,7	0,8	-	17,5
MAPFRE WARRANTY	Extensão de Garantia	11,4	EUR	11,1	-	-	11,1	-	-	11,1
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES	Seguros (Brasil)	350,3	BRL	77,6	(22,4)	-	55,2	0,1	-	55,3
MAPFRE SIGORTA	Seguros (Turquia)	156,8	TRY	23,5	(3,9)	(19,6)	-	-	-	-
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	160,5	EUR	160,5	-	-	160,5	-	-	160,5
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	81,3	EUR	81,3	-	-	81,3	-	-	81,3
MAPFRE USA	Seguros Não Vida (U.S.A.)	882,4	USD	650,7	(53,3)	-	597,4	44,3	-	641,7
MAPFRE AMÉRICA CENTRAL	Seguros (América Central)	9,0	PAB	8,0	(0,7)	-	7,3	0,6	-	7,9
CENTURY AUTOMOTIVE	Seguros e resseguros (EUA)	24,9	USD	22,2	(1,8)	-	20,4	1,4	-	21,8
BANKINTER SEGUROS GENERALES	Seguros Não Vida (Espanha)	12,5	EUR	12,5	-	-	12,5	-	-	12,5
BANKIA VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y ResseguroS S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	18,7	EUR	18,7	(18,7)	-	-	-	-	-
FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	17,9	EUR	17,9	-	-	17,9	-	-	17,9
VERTI VERSICHERUNG AG	Seguros Não Vida (Alemanha)	125,5	EUR	125,5	-	-	125,5	-	-	125,5
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	Seguros Não Vida (Italia)	101,3	EUR	46,7	-	(46,7)	-	-	-	-
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA)	Seguros (Indonésia)	1.384.263,8	IDR	65,2	(4,0)	(61,2)	-	-	-	-
CAJA GRANADA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	32,1	EUR	32,1	(32,1)	-	-	-	-	-
CAJAMURCIA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	23,7	EUR	23,7	(23,7)	-	-	-	-	-
SANTANDER MAPFRE	Seguros Não Vida (Espanha)	76,6	EUR	76,6	(76,6)	-	-	-	-	-
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL	Seguros Não Vida (Portugal)	9,7	EUR	-	9,7	-	9,7	(9,7)	-	-
Outros	-	-	-	37,4	(1,9)	-	35,5	1,6	-	37,1
TOTAL FUNDO DE COMÉRCIO DE CONSOLIDAÇÃO				1.763,2	(231,9)	(127,5)	1.403,8	39,1	-	1.442,9
Fundo de comércio de fusão e de sucursais										
BANKINTER VIDA (sucursal de Portugal)	Seguros de Vida e Aposentadorias (Portugal)	5,3	EUR	5,3	-	-	5,3	-	-	5,3
GRUPO FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	37,0	EUR	-	-	-	-	24,2	-	24,2
Outros	-	-	-	4,7	(4,0)	-	0,7	(0,7)	-	-
TOTAL FUNDO DE COMÉRCIO DE FUSÃO				10,0	(4,0)	-	6,0	23,5	-	29,5
TOTAL FUNDO DE COMÉRCIO				1.773,2	(235,9)	(127,5)	1.409,8	62,6	-	1.472,4
Fundo de comércio de entidades parceiras e multigrupo										
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Serviços (Portugal)	11,3	EUR	11,3	-	-	11,3	-	-	11,3
PUY DU FOU ESPAÑA, S.A.	Atividades e parques temáticos (Espanha)	4,6	EUR	4,6	-	-	4,6	-	-	4,6
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO, S.A.	Seguros (Espanha)	12,9	EUR	12,9	-	-	12,9	-	-	12,9
Outros	-	-	-	4,7	(3,2)	-	1,5	-	-	1,5
TOTAL DE FUNDO DE COMÉRCIO DE ENTIDADES PARCEIRAS E MULTIGRUPO (MÉTODO DA PARTICIPAÇÃO) (*)				33,5	(3,2)	-	30,3	-	-	30,3

Dados em milhões de euros

(*)O fundo de comércio relacionado com aquisições de parceiras e multigrupo é incluído como maior valor dos investimentos contabilizados segundo o método da participação.

DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE CARTEIRA

UNIDADE GERADORA DE CAIXA	ATIVIDADE E ÁREA GEOGRÁFICA	VALOR BRUTO NA ORIGEM		EXERCÍCIO DE 2020		EXERCÍCIO DE 2021				
		Milhões em moeda original	Moeda	31.12.2019	Altas/ Amortização e (baixas) deterioração do valor recuperável do período	31.12.2020	Altas/ Amortização e (baixas) deterioração do valor recuperável do período			
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha e Portugal)	200,9	EUR	117,8	–	(9,8)	108,0	–	(9,7)	98,3
BANKIA VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y Resseguros S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	89,6	EUR	50,3	(44,8)	(5,5)	–	–	–	–
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	82,6	EUR	35,5	–	(3,9)	31,6	–	(3,3)	28,3
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES	Seguros de Vida (Brasil)	3.461,4	BRL	504,6	(144,1)	(24,9)	335,6	0,3	(24,4)	311,5
MAPFRE SIGORTA	Seguros (Turquia)	95,4	TRY	2,6	(0,4)	(2,2)	–	–	–	–
MAPFRE FINISTERRE	Seguros Não Vida (Espanha)	87,9	EUR	35,3	–	(2,4)	32,9	–	(2,3)	30,6
VERTI VERSICHERUNG AG	Seguros Não Vida (Alemanha)	23,5	EUR	11,3	–	(2,6)	8,7	–	(2,0)	6,7
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA)	Seguros (Indonésia)	481.941,5	IDR	10,1	(0,6)	(9,5)	–	–	–	–
CAJA GRANADA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	30,5	EUR	26,7	(23,9)	(2,9)	–	–	–	–
CAJAMURCIA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	41,0	EUR	36,7	(33,0)	(3,6)	–	–	–	–
MAPFRE SALUD ARS	Seguros de Vida (Republica Dominicana)	3.740,1	DOP	–	52,9	(3,8)	49,1	4,3	(3,7)	49,7
Outros	–			6,3	(0,4)	(2,1)	3,8	4,3	(2,3)	5,8
TOTAL DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE CARTEIRA				837,2	(194,3)	(73,2)	569,7	8,9	(47,7)	530,9

Dados em milhões de euros.

O valor contabilizado, descontada a possível deterioração do valor recuperável de cada um dos fundos de comércio e despesas de aquisição de carteira descritos nos quadros anteriores e dos ativos líquidos associados a cada unidade geradora de caixa, é igual ou inferior ao valor recuperável da unidade

geradora de caixa à qual se encontram atribuídos. No quadro a seguir é refletido o valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais estão atribuídas os principais ativos intangíveis no fechamento dos dois últimos exercícios:

UNIDADE GERADORA DE CAIXA	VALOR DE CONTRASTE		VALOR RECUPERÁVEL	
	2021	2020	2021	2020
MAPFRE VIDA	2.079,0	2.030,8	4.058,7	4.595,3
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES	167,8	160,8	902,2	1.168,7
BANKINTER VIDA (Espanha)	225,4	230,4	474,6	445,7
CCM VIDA Y PENSIONES	136,3	135,5	149,0	159,6
MAPFRE USA	1.798,4	1.705,8	2.480,6	2.070,5
VERTI VERSICHERUNG AG	317,3	307,0	523,2	309,2
MAPFRE SIGORTA	–	88,1	–	88,1
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	–	133,5	–	133,5
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA)	–	45,8	–	45,8

Dados em milhões de euros.

Para o cálculo do valor recuperável das unidades geradoras de caixa leva-se em conta o grau de desenvolvimento econômico da economia em que elas são operadas, além do grau de desenvolvimento do setor de seguros, medido por seu peso no Produto Interno Bruto do país, e outras variáveis, como participação de mercado, provisões de evolução da rede comercial, experiência histórica da MAPFRE nos mercados em que as unidades geradoras de caixa têm presença, etc.

São também consideradas as variáveis de taxa de desconto (ke) e taxa de crescimento à perpetuidade (g) que, em caráter geral, respondem às seguintes definições:

1. Taxa de desconto (ke) = Taxa livre de risco do país + (β * Prêmio de risco do mercado de renda variável).
2. Taxa de crescimento à perpetuidade (g): considerando para seu cálculo a previsão de inflação a longo prazo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A taxa de risco do país, de modo geral, corresponde à rentabilidade efetiva dos Títulos do Governo a 10 anos em moeda e de emissão local do país no qual opera a unidade geradora de caixa, incrementada no prêmio de risco estimado do mercado de ações para o setor de seguros. O prêmio de risco do mercado do setor de seguros é calculado modulando-se o prêmio genérico do mercado de ações pelo coeficiente Beta de entidades seguradoras comercializadas na bolsa comparáveis do âmbito regional onde opera a unidade geradora de caixa.

Excepcionalmente, no exercício de 2020, em consequência da incerteza gerada pela COVID-19, os prêmios de risco e, consequentemente, as taxas de desconto aumentaram em um valor que varia, de acordo com os negócios e os países, entre 0,4 % e 3,1 %.

A taxa livre de risco aplicada oscila entre -0,2 % e 10,3 % em 2021, e entre -0,6 % e 12,5 % em 2020.

Como complemento para a estimativa das taxas de desconto (ke) e crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa que são objeto de análise, são utilizadas

previsões externas de Organismos Internacionais e de outras entidades de referência no âmbito da avaliação de empresas.

As taxas de desconto assim obtidas e aplicadas aos fluxos de caixa descontados no cálculo do valor recuperável das principais unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

UNIDADE GERADORA DE CAIXA	2021	2020
MAPFRE USA	6,3%	5,9%
MAPFRE VIDA, BANKINTER VIDA (Espanña) y CCM VIDA Y PENSIONES	8,0%	7,7%
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES	14,6%	10,6%
VERTI VERSICHERUNG AG	4,9%	5,0%
MAPFRE SIGORTA	—	17,7%
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	—	7,0%
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA)	—	10,8%

As taxas utilizadas para o cálculo do valor recuperável das unidades geradoras de caixa são após impostos, por se aplicarem a fluxos de caixa que também são após os impostos.

As estimativas de taxas de crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa partem das previsões de inflação a longo prazo incluídas no “World Economic Outlook Database” do Fundo Monetário Internacional. Essas previsões de inflação a longo prazo e as taxas de crescimento à perpetuidade fixadas a partir delas para os mercados nos quais operam as principais unidades geradoras de caixa são as seguintes:

PAÍS	PREVISÃO DE INFLAÇÃO A LONGO PRAZO		TAXA DE CRESCIMENTO À PERPETUIDADE (G)	
	2021	2020	2021	2020
Espanha	1,7%	1,6%	1,7%	1,6%
Estados Unidos	2,3%	2,2%	2,3%	2,2%
Brasil	3,1%	3,3%	3,6%	3,8%
Alemanha	2,0%	1,7%	2,0%	1,7%
Turquia	—	11,0%	—	11,5%
Italia	—	1,2%	—	1,2%
Indonésia	—	3,0%	—	3,5%

Por outro lado, cada entidade do Grupo analisa pelo menos anualmente as hipóteses utilizadas na estimativa dos fluxos de caixa futuros, e os atualiza em função dos resultados reais e da experiência passada. Com caráter geral, as projeções de fluxos de caixa correspondentes aos cinco primeiros exercícios consideram taxas de crescimento baseadas na experiência histórica, enquanto que nos anos seguintes se calcula o valor residual, estabelecendo-se uma renda perpétua baseada nos fluxos de caixa do último período das estimativas, com uma taxa de crescimento à perpetuidade conforme o descrito anteriormente.

UNIDADE GERADORA DE CAIXA	MÉDIA DE CRESCIMENTO DE PRÊMIOS /PATRIMÔNIO GERIDO (1)		MÉDIA DE CRESCIMENTO DE RESULTADO LÍQUIDO		TAXA MÉDIA DE CAPITAL REQUERIDO PARA PRÊMIOS (2)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
MAPFRE USA	3,6%	1,9%	7,4%	5,5%	14,5%	16,0%
MAPFRE VIDA	(2,8)%	(1,0)%	(1,8)%	(1,0)%	3,9%	3,4%
BANKINTER VIDA	2,2%	2,5%	3,5%	2,0%	0,6%	0,5%
CCM VIDA Y PENSIONES	(3,0)%	(2,3)%	4,1%	0,6%	2,8%	2,2%
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES	13,3%	13,4%	13,8%	16,1%	13,2%	10,3%
VERTI VERSICHERUNG AG	4,6%	5,0%	10,4%	5,4%	26,8%	24,1%
MAPFRE SIGORTA	—	15,2%	—	11,3%	—	30,3%
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	—	(4,1)%	—	(25,9)%	—	57,3%
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK (ABDA)	—	9,6%	—	3,4%	—	51,0%

(1) Crescimento dos prêmios para as empresas Não Vida e de patrimônio gerido para as empresas com elevada componente de Vida poupança.

(2) Taxa a prêmios para o Negócio Não Vida e para patrimônios geridos para as empresas com elevado componente de Vida Poupança.

No exercício de 2020, como consequência da incerteza gerada pela COVID-19, o horizonte de tempo considerado na Indonésia e na Itália foi o padrão de cinco anos, portanto, somente no Brasil foi considerado um horizonte de tempo superior, atendendo à duração dos acordos com o Banco do Brasil.

No exercício 2021 foi considerado o horizonte de tempo de cinco anos para todas as unidades geradoras de caixa.

Detalham-se a seguir as hipóteses mais relevantes utilizadas para determinar os fluxos de caixa das principais unidades geradoras de caixa:

As taxas descritas anteriormente correspondem à média dos exercícios que constituem o horizonte de tempo das projeções (5 anos com caráter geral).

Diante de variações razoáveis de qualquer uma das hipóteses chave, não cabe esperar que o valor contabilizado seja significativamente superior ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa.

Na prática, os estudos realizados para as principais unidades geradoras de caixa analisadas apresentam as seguintes faixas de sensibilidade diante de variações desfavoráveis das hipóteses chave:

- O aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria uma redução dos valores recuperáveis de entre 9,6 % e 28,3 % no exercício 2021, e entre 7,1 % e 20,7 % no exercício 2020, o que afetaria apenas as unidades geradoras de caixa com margem mais ajustada, sem que o efeito em nenhuma delas fosse significativo para o patrimônio e a situação financeira do Grupo. Esta mesma conclusão é alcançada se, em vez de utilizar o Título do Estado a 10 anos como taxa de risco livre, forem utilizadas emissões a longo prazo (30 anos para as moedas e países que dispõem dessas emissões).
- A redução de 0,25 pontos percentuais na taxa de crescimento à perpetuidade aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria reduções do valor recuperável entre 1,7 e 10,4 % no exercício 2021, e entre

1,2 % e 3,9 % no exercício 2020, o que também não representa em nenhum caso uma queda desta magnitude abaixo do valor atribuído contabilizado a cada uma das unidades pelas quais não foi dotada a deterioração.

Caso no processo de análise da possível deterioração do valor recuperável do fundo de comércio seja obtido um valor recuperável inferior ao valor contabilizado, realiza-se um estudo individualizado das hipóteses chave que deram lugar a tal situação, considerando-se também faixas de sensibilidade para o cálculo de seu efeito.

A perda por deterioração do valor recuperável contabilizada no exercício de 2020 pelos fundos de comércio e pelas despesas de aquisição de carteira da MAPFRE SIGORTA, VERTI ASICURAZIONI e ABDA, por um valor total de 127,5 e 7,3 milhões de euros, respectivamente, tiveram sua origem nas incertezas e na evolução negativa dos dados macroeconômicos derivados da COVID-19, que se traduziram em:

- Incremento das taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa projetados dos citados negócios.
- Moderação das expectativas de crescimento dessas empresas a médio e longo prazo, com o conseqüente efeito na atualização das projeções de resultados.
- Redução para cinco anos do horizonte de tempo considerado para a estimativa do fluxo de caixa utilizado no cálculo da vida residual das atividades da VERTI ASICURAZIONI S.P.A e da ABDA.

6.2. IMOBILIZADO MATERIAL E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Imobilizado material

Nos quadros seguintes é detalhado o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício 2021

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SAÍDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL	VALOR DE MERCADO
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	29,0	2,9	(2,2)	1,5	(2,5)	28,7	90,6
Edifícios e outras construções	1.007,8	(0,2)	39,8	19,3	(25,2)	1.041,5	1.073,3
Direitos de uso por arrendamento	331,5	4,5	21,1	49,6	(8,7)	398,0	252,4
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS							
Elementos de transporte	28,6	1,4	6,4	4,6	(7,9)	33,1	9,7
Mobiliário e instalações	487,7	1,2	6,6	29,9	(20,6)	504,8	148,3
Outro imobilizado materiais	230,8	0,6	(12,0)	17,7	(34,6)	202,5	59,5
Adiantamentos e imobilizações em andamento	3,4	0,2	(0,4)	10,3	(12,3)	1,2	0,4
Direitos de uso por arrendamento	10,0	0,2	(1,8)	3,8	(1,0)	11,2	5,4
TOTAL CUSTO	2.128,9	10,8	57,5	136,7	(112,8)	2.221,0	1.639,6
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	(322,1)	(8,8)	(7,5)	(50,3)	(1,6)	(390,3)	—
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS	(519,6)	(1,4)	12,8	(63,5)	44,1	(527,6)	—
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(841,7)	(10,2)	5,3	(113,8)	42,5	(917,9)	—
DETERIORAÇÃO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	—	—	—	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	(5,9)	—	—	(0,9)	0,7	(6,1)	—
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS							
Outro imobilizado materiais	(2,0)	—	—	—	—	(2,0)	—
TOTAL DETERIORAÇÃO	(7,9)	—	—	(0,9)	0,7	(8,1)	—
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	1.040,4	(1,6)	51,2	19,2	(37,3)	1.071,8	1.416,3
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	238,9	2,2	11,6	2,8	(32,3)	223,2	223,3
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.279,3	0,6	62,8	22,0	(69,6)	1.295,0	1.639,6

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SAÍDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL	VALOR DE MERCADO
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	34,2	(6,4)	0,9	1,2	(1,0)	29,0	89,2
Edifícios e outras construções	1.038,6	(34,6)	6,5	16,0	(18,7)	1.007,8	1.077,5
Direitos de uso por arrendamento	328,2	(26,1)	0,6	37,2	(8,4)	331,5	247,8
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS							
Elementos de transporte	31,8	(4,3)	0,3	2,7	(2,0)	28,6	9,0
Mobiliário e instalações	496,5	(20,7)	4,0	26,5	(18,6)	487,7	145,7
Outro imobilizado materiais	255,9	(32,7)	(0,1)	23,1	(15,5)	230,8	75,9
Adiantamentos e imobilizações em andamento	6,6	(0,2)	—	9,2	(12,2)	3,4	8,0
Direitos de uso por arrendamento	3,3	3,3	—	3,9	(0,5)	10,0	5,4
TOTAL CUSTO	2.195,2	(121,6)	12,2	119,9	(76,7)	2.128,9	1.658,6
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	(279,4)	7,5	(1,3)	(49,8)	0,9	(322,1)	—
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS	(526,6)	39,9	(3,0)	(58,4)	28,5	(519,6)	—
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(806,0)	47,4	(4,3)	(108,2)	29,4	(841,7)	—
DETERIORAÇÃO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	—	—	—	(0,5)	0,5	—	—
Edifícios e outras construções	(10,0)	—	—	(0,5)	4,7	(5,9)	—
OUTROS IMOBILIZADOS MATERIAIS							
Outro imobilizado materiais	(2,0)	—	—	—	—	(2,0)	—
TOTAL DETERIORAÇÃO	(12,0)	—	—	(1,0)	5,1	(7,9)	—
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	1.111,6	(59,6)	6,8	3,7	(22,1)	1.040,4	1.414,5
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	265,5	(14,6)	1,2	7,0	(20,2)	238,9	244,1
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.377,1	(74,2)	7,9	10,7	(42,3)	1.279,3	1.658,6

Dados em milhões de euros.

Investimentos imobiliários

Nos quadros seguintes é detalhado o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício 2021

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SÁIDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL	VALOR DE MERCADO
CUSTO							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO							
Terrenos e bens naturais	404,7	0,5	(0,2)	93,9	(24,6)	474,3	422,8
Edifícios e outras construções	1.277,6	0,6	(27,2)	160,4	(156,7)	1.254,7	1.262,3
TOTAL CUSTO	1.682,3	1,1	(27,4)	254,3	(181,3)	1.729,0	1.685,1
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO	(298,2)	(0,6)	8,6	(21,7)	24,8	(287,1)	—
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(298,2)	(0,6)	8,6	(21,7)	24,8	(287,1)	—
DETERIORAÇÃO							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO							
Terrenos e bens naturais	(138,7)	—	—	(4,5)	14,0	(129,2)	—
Edifícios e outras construções	(45,9)	(0,3)	0,2	(11,5)	4,8	(52,7)	—
TOTAL DETERIORAÇÃO	(184,6)	(0,3)	0,2	(16,0)	18,8	(181,9)	—
TOTAL INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.199,5	0,2	(18,6)	216,6	(137,7)	1.260,0	1.685,1

Dados em milhões de euros.

As principais entradas do exercício 2021 correspondem aos imóveis adquiridos pelo fundo de investimento imobiliário Stable Income European Real Estate Fund (SIREF) no curso de sua atividade ordinária.

As saídas do exercício recolhem principalmente a exclusão do edifício situado na rua Mateo Inurria de Madri, que foi entregue como contribuição não numerária a uma sociedade do Grupo, cujas ações foram entregues posteriormente para a constituição da sociedade MAP SL EUROPEAN INVESTMENT SARL, na qual o Grupo MAPFRE tem uma participação de 50 %. Como consequência desta transação, o Grupo MAPFRE registrou mais-valias de 33,6 milhões de euros.

A perda por deterioração deste exercício está registrada na conta “Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos”, e a reversão está na “Reversão de perdas por deterioração do valor recuperável de ativos” da demonstração de resultados consolidada.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS OU DOTAÇÕES	SÁIDAS, RETIRADAS OU REDUÇÕES	SALDO FINAL	VALOR DE MERCADO
CUSTO							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO							
Terrenos e bens naturais	518,2	(2,4)	(1,2)	80,6	(190,5)	404,7	270,7
Edifícios e outras construções	1.343,0	(15,1)	(52,2)	78,2	(76,3)	1.277,6	1.428,0
TOTAL CUSTO	1.861,2	(17,5)	(53,4)	158,9	(266,8)	1.692,3	1.698,7
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO	(295,1)	1,7	12,1	(21,9)	5,0	(298,2)	—
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(295,1)	1,7	12,1	(21,9)	5,0	(298,2)	—
DETERIORAÇÃO							
IMÓVEIS DE INVESTIMENTO							
Terrenos e bens naturais	(197,0)	—	0,1	(20,8)	79,0	(138,7)	—
Edifícios e outras construções	(45,7)	0,3	2,0	(2,8)	0,4	(45,9)	—
TOTAL DETERIORAÇÃO	(242,7)	0,3	2,1	(23,6)	79,4	(184,6)	—
TOTAL INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.323,4	(15,5)	(39,2)	113,4	(182,5)	1.199,5	1.698,7

Dados em milhões de euros.

Os valores refletidos como variações de perímetro no exercício de 2020 procediam principalmente da venda de 100 % das ações da imobiliária MAQUAVIT INMUEBLES.

As saídas de terrenos no exercício incluíam principalmente a reclassificação como Ativos não circulantes que eram classificados como Mantidos para a venda, dos terrenos da MAPFRE INMUEBLES com acordo de venda assinado em dezembro de 2020 (nota 6.9).

As saídas do exercício de edifícios e outras construções dizem respeito, principalmente, à venda de um edifício de escritórios em Boston (EUA), que gerou uma mais-valia antes de impostos de 19,6 milhões de dólares americanos (17,1 milhões de euros).

Os valores refletidos como entradas de redução de valor de terrenos procediam da provisão prevista para o exercício de 2020, como consequência da revisão da avaliação dos investimentos nos terrenos mais importantes destinados ao desenvolvimento de moradias na Espanha, resultante da queda da atividade

econômica provocada pela COVID-19.

O valor de mercado dos Investimentos imobiliários e dos imóveis de uso próprio corresponde basicamente à avaliação determinada por uma entidade avaliadora independente que utiliza técnicas de avaliação em função de variáveis observáveis de mercado (Nível 2).

Os métodos de avaliação geralmente utilizados correspondem ao método de custo, ao método de comparação, ao método de atualização de rendas e ao método residual abreviado, dependendo das características do ativo a ser avaliado.

Por outro lado, a maioria dos imóveis são ativos designados às provisões técnicas e as avaliações são feitas com caráter periódico, conforme o estabelecido pelos organismos supervisores da atividade de seguros para revisão da avaliação.

As receitas e despesas derivadas de Investimentos imobiliários do exercício 2021 e 2020 são detalhadas no seguinte quadro:

CONCEITO	INVESTIMENTOS							
	OPERACIONAIS		PATRIMÔNIO		OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas de investimentos imobiliários								
Por aluguéis	42,1	43,2	1,0	0,9	6,1	14,2	49,2	58,3
Outros	0,4	0,4	—	0,1	0,9	1,8	1,3	2,3
Lucros por realizações	13,1	17,7	0,3	16,3	33,8	—	47,2	34,0
TOTAL RECEITAS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	55,6	61,3	1,3	17,3	40,8	16,0	97,7	94,6
Despesas de investimentos imobiliários								
Despesas operacionais diretas	18,4	19,1	—	—	—	0,5	18,4	19,6
Outras despesas	9,7	5,3	—	—	6,6	7,1	16,3	12,4
Perdas por realizações	1,2	18,0	—	—	0,4	—	1,6	18,0
TOTAL DESPESAS DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	29,3	42,4	—	—	7,0	7,6	36,3	50,1

Dados em milhões de euros.

6.3. ARRENDAMENTOS

O Grupo é arrendatário de imóveis de uso próprio e outras imobilizações materiais. Esses arrendamentos têm uma duração média de 5 a 18 anos, sem cláusulas de renovação estipuladas nos contratos. Para o arrendatário,

não há nenhuma restrição com respeito à contratação desses arrendamentos.

As demonstrações financeiras no encerramento do exercício de 2020 e 2021 reúnem os seguintes valores:

CONCEITO	IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		OUTRO IMOBILIZADO MATERIAIS		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ATIVO						
Direito de uso (valor líquido contábil)	252,4	247,8	5,4	4,8	257,8	252,5
PASSIVO						
Outros passivos financeiros (Obrigações de pagamento)	280,6	269,2	5,7	5,0	286,3	274,2
CONTA DE RESULTADOS						
Amortização	(39,2)	(42,1)	(2,9)	(3,3)	(42,1)	(45,4)
Despesa com juros	(14,4)	(14,3)	(0,8)	(0,6)	(15,2)	(15,0)

Dados em milhões de euros.

As despesas com juros são registradas na demonstração de resultados consolidada, nas seções “despesas dos investimentos operacionais” do negócio segurador, e “despesas financeiras” de outras atividades. O gasto por amortização registrado é reclassificado por destino segundo os critérios refletidos na nota 5.21.

As despesas com locações em curto prazo ou que contenham ativos subjacentes de baixo valor, não incluídas na tabela

anterior, totalizam 25,6 milhões de euros no fechamento do exercício de 2021 (26,7 milhões de euros em 2020).

Os pagamentos totais do exercício totalizaram 56,1 milhões de euros no final do exercício de 2021 (67 milhões de euros em 2020).

Os pagamentos mínimos futuros a título de arrendamentos não canceláveis no encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, sem levar em conta o desconto financeiro, são os seguintes:

CONCEITO	IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		OUTRO IMOBILIZADO MATERIAIS		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Menos de um ano	49,9	48,0	2,1	1,4	52,0
Entre um e cinco anos	149,3	138,4	5,0	1,0	154,3	139,4
Mais de cinco anos	157,2	158,3	–	0,1	157,2	158,4
TOTAL	356,4	344,8	7,1	2,5	363,5	347,2

Dados em milhões de euros.

A taxa aplicada para o cálculo do endividamento segue uma metodologia baseada em curvas de taxa de juros por país e moeda, aplicadas de forma individualizada.

A taxa média ponderada de imóveis e outros imobilizados chega a 4,9 % e 12,9 %, respectivamente (4,7 % e 8,1 % em 2020).

O Grupo mantém a isenção de não aplicar a NIIF-UE 16 aos contratos de arrendamento de curto prazo e/ou que contenham um ativo subjacente de baixo valor.

O Grupo é arrendador de arrendamentos operacionais sobre imóveis. Estes arrendamentos têm uma duração média de 7 anos, sem cláusulas de renovação estipuladas nos contratos. Para o arrendatário, não há nenhuma restrição com respeito à contratação desses arrendamentos.

No quadro a seguir são refletidos os valores correspondentes aos contratos de arrendamento operacional na qualidade de arrendador no encerramento dos dois últimos exercícios:

TIPO DE ATIVO	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL	
	2021	2020
Investimentos imobiliários	862,4	839,1

Dados em milhões de euros.

O vencimento das cobranças por arrendamentos operacionais dos dois últimos exercícios são os seguintes:

CONCEITO	2021	2020
Menos de um ano	48,4	54,2
Entre um e cinco anos	130,4	149,6
Mais de cinco anos	78,2	78,3
TOTAL	257,0	282,1

Dados em milhões de euros.

6.4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos investimentos financeiros é a seguinte:

CONCEITO	VALOR CONTÁBIL	
	2021	2020
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO		
Renda fixa	1.505,2	1.556,9
Outros investimentos	22,6	27,4
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.527,8	1.584,4
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA		
Ações	1.988,5	1.890,3
Renda fixa	26.131,4	27.759,1
Fundos de investimentos	694,1	431,8
Outros	147,5	19,6
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	28.961,5	30.100,7
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		
Derivados (não cobertura):		
Permutas financeiras swaps	420,6	501,4
Opções	–	1,1
Outros investimentos:		
Ações	1.063,3	804,7
Renda fixa	2.859,7	2.215,7
Fundos de investimentos	1.183,3	982,8
Híbridos	216,8	315,5
Depósitos	–	–
Outros	10,4	5,0
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	5.754,1	4.826,0

Dados em milhões de euros.

O processo de avaliação dos ativos financeiros é formado pelo descrito a seguir.

- No momento da aquisição é decidida a carteira à qual é alocado (a vencimento, disponível para venda ou negociação), dependendo das características dos passivos aos quais será alocado e da legislação contábil e de seguros local e internacional.
- A avaliação é realizada em função da natureza contábil das carteiras. Apesar

disso, é feita uma avaliação no mínimo mensal do mercado para todos os ativos, sendo os métodos de avaliação os descritos na [nota 5.5](#) “Investimentos financeiros” (Nível 1, Nível 2 e Nível 3).

- As avaliações são realizadas diretamente pelas entidades do Grupo, embora, em alguns países, a avaliação seja realizada por uma entidade financeira independente, conforme as exigências das normas locais.

A política de avaliação é decidida nos Comitês de investimento e/ou Comitês de risco e revisada no mínimo trimestralmente.

Além disso, o Comitê Executivo da MAPFRE S.A. realiza periodicamente uma análise global do valor dos investimentos, mais-valias e menos-valias.

Com relação à sensibilidade da avaliação a um justo valor, mudanças nas variáveis não observáveis utilizadas nas avaliações individuais mencionadas não modificariam de forma significativa o valor justo obtido.

As transferências entre Níveis podem ser decididas com base em cotações periódicas de controle e verificação de cotações:

- Se a fonte de cotação de um ativo deixa de ser representativa, ele passa do Nível 1 para o Nível 2.
- Em caso de constatação de uma fonte de cotação justa, os ativos dos Níveis 2 e 3 serão transferidos para o Nível 1.
- Quando dados observáveis nos mercados não estão mais disponíveis, os ativos são transferidos para o Nível 3.

Teste SPPI

No fechamento dos exercícios 2021 e 2020, o Grupo realizou uma análise dos títulos de renda fixa classificados nas carteiras mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, a fim de determinar quais títulos recebem fluxos de caixa contratuais procedentes unicamente de principais e de juros, isto é, são aprovados no teste “SPPI”. São descritos a seguir os resultados dessa análise, detalhando-se os valores contábeis e justos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e a variação do valor justo durante os referidos exercícios:

RESULTADO	VALOR JUSTO					
	VALOR CONTÁBIL		MONTANTE		VARIAÇÃO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Aprovados no “teste SPPI”	27.235,0	28.505,0	27.275,2	28.643,0	1.965,5	1.634,6
Reprovados no “teste SPPI”	401,6	811,0	401,6	825,9	-5,2	29,7
TOTAL	27.636,6	29.316,0	27.676,8	29.468,9	1.960,3	1.664,3

Dados em milhões de euros.

Além disso, no quadro seguinte é detalhada a qualificação de crédito dos ativos financeiros que são aprovados no teste “SPPI”:

CLASSIFICAÇÕES	VALOR APROVADO NO “TESTE SPPI”			
	VALOR CONTÁBIL		VALOR JUSTO	
	2021	2020	2021	2020
AAA	1.387,1	2.309,8	1.388,8	2.398,7
AA	2.742,4	2.978,9	2.742,4	2.974,6
A	13.379,6	14.529,7	13.379,7	14.527,1
BBB	6.967,7	6.597,8	6.981,8	6.614,4
BB OU MENOR	2.219,8	1.561,5	2.245,2	1.600,7
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	538,4	527,4	537,3	527,5
TOTAL	27.235,0	28.505,0	27.275,2	28.643,0

Dados em milhões de euros.

Carteira mantida até o vencimento

A seguir são detalhados os investimentos relacionados à carteira mantida até o vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CONCEITO	VALOR JUSTO								DETERIORAÇÃO					
	VALOR CONTÁBIL		NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		RECEITAS POR JUROS		PERDA REGISTRADA		GANHOS POR REVERSÃO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Renda fixa	1.505,2	1.556,9	1.317,1	1.516,4	185,9	152,3	42,3	41,1	161,3	152,2	-	-	-	-
Outros investimentos	22,6	27,4	15,1	20,2	0,1	0,1	7,4	7,1	2,5	2,0	-	-	-	-
TOTAL	1.527,8	1.584,4	1.332,2	1.536,6	186,0	152,4	49,7	48,2	163,8	154,2	-	-	-	-

Dados em milhões de euros.

Em relação aos ativos financeiros da carteira mantida até o vencimento classificados no Nível 3, nos exercícios de 2021 e de 2020 não ocorreram operações significativas.

Carteira disponível para venda

A seguir são detalhados os investimentos relacionados à carteira disponível para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CONCEITO	VALOR CONTÁBIL (VALOR JUSTO)								DETERIORAÇÃO			
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL		PERDA REGISTRADA		GANHOS POR REVERSÃO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações	1.882,9	1.819,1	104,0	71,0	1,6	0,2	1.988,5	1.890,3	(0,3)	(5,6)	–	–
Renda fixa	17.733,1	21.530,6	8.382,4	6.224,0	15,9	4,5	26.131,4	27.759,1	(5,7)	(4,3)	–	–
Fundos de investimento	321,1	212,7	67,7	36,9	305,3	182,2	694,1	431,8	–	(4,5)	4,5	–
Outros	12,7	19,6	134,8	–	–	–	147,5	19,6	–	–	–	–
TOTAL	19.949,8	23.581,9	8.688,9	6.332,0	322,8	186,9	28.961,5	30.100,7	(6,0)	(14,4)	4,5	–

Dados em milhões de euros.

Os ajustes de avaliação dos investimentos em carteira, incluindo os do negócio de seguros bancários com o Bankia, que foram reclassificados a Ativos não correntes classificados como Mantidos para venda no exercício passado, totalizam 3,869 e 6,195 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, que foram registrados já descontado o efeito do imposto sobre o capital próprio.

As transferências dos ajustes de avaliação dos investimentos em carteira de exercícios anteriores para a demonstração de resultados consolidada, realizados durante

os exercícios 2021 e 2020, chegam a um valor de 179 e 120,4 milhões de euros, respectivamente.

Nos exercícios 2021 e 2020 foram produzidas transferências de ativos do Nível 1 ao Nível 2 por valor de 2,8 milhões e 1,366 bilhões de euros, respectivamente.

Não foram produzidas variações nas técnicas de avaliação dos Níveis 2 e 3.

A seguir é apresentada a conciliação dos saldos de abertura com os saldos de término do exercício para os ativos financeiros da carteira disponível para a venda, classificados no Nível 3:

CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO E FUNDOS DE INVESTIMENTOS		VALORES REPRESENTATIVOS DE DÍVIDA		OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
SALDO INICIAL	182,3	309,3	4,5	9,0	–	–	186,8	318,3
Compras	470,2	157,7	15,8	1,6	–	–	486,0	159,3
Vendas	(479,2)	(25,0)	(0,1)	(1,7)	–	–	(479,3)	(26,6)
Transferência do Nível 1 ou 2	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência ao Nível 1 ou 2	–	–	–	–	–	–	–	–
Amortizações	–	–	–	–	–	–	–	–
Perdas e lucros	6,3	1,5	(2,5)	(4,3)	–	–	3,8	(2,7)
Outros	127,3	(261,2)	(1,8)	(0,1)	–	–	125,5	(261,4)
SALDO FINAL	306,9	182,3	15,9	4,5	–	–	322,8	186,9

Dados em milhões de euros.

No encerramento dos exercício de 2021 e 2020, as análises de deterioração do valor recuperável realizadas para cada valor das carteiras de renda variável concluíram que não existia deterioração por valor significativo, nem indício de deterioração em nenhum dos investimentos avaliados em seu valor de comercialização na Bolsa, já que não ocorreram as situações objetivas que o determinam.

Em relação aos investimentos em ativos não cotados, nos exercícios de 2021 e de 2020, foram reconhecidas perdas de títulos convertidos em ações da SAREB pelo montante de 4,3 milhões de euros em cada exercício. Nos exercícios 2021 e 2020 não foram realizadas outras dotações por deterioração do valor recuperável por valor significativo de investimentos em ativos não comercializados na Bolsa, analisados de forma individualizada.

No encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, o Grupo tem ativos de renda fixa em

garantia entregue por operações de permuta financeira cujo valor de mercado chega a 269,2 e 585,3 milhões de euros, respectivamente. O valor de 2020 inclui ativos financeiros de Bankia Vida que estavam incluídos na seção “Ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda”. No encerramento de tais exercícios, os ativos recebidos em garantia chegam a 507,4 e 555,1 milhões de euros, respectivamente. Em ambos os casos a garantia vence diariamente, momento em que se constitui uma nova garantia, se mantém a existente ou se cancela a garantia definitivamente. A existência de tais garantias permite reduzir o risco de contraparte (CVA/DVA) em grande parte dos derivados do Grupo.

Carteira de negociação

A seguir são detalhados os investimentos relacionados à carteira de negociação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CONCEITO	VALOR CONTABLE (VALOR RAZONABLE)							
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Derivativos (não cobertura)								
Permutas financeiras swaps	—	—	420,6	501,4	—	—	420,6	501,4
Opções	—	—	—	1,0	—	—	—	1,1
TOTAL DERIVADOS (NÃO COBERTURA)	—	—	420,6	502,5	—	—	420,6	502,5
Outros investimentos								
Ações	992,2	800,4	69,90	—	1,2	4,3	1.063,3	804,7
Renda fixa	2.407,1	1.779,9	452,6	435,7	—	—	2.859,7	2.215,7
Fundos de investimentos	1.144,5	884,6	12,4	90,0	26,4	8,2	1.183,3	982,8
Híbridos	—	45,3	216,8	270,2	—	—	216,8	315,5
Depósitos	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	0,3	3,6	1,5	1,3	8,6	—	10,4	5,0
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	4.544,1	3.513,9	753,2	797,2	36,2	12,5	5.333,5	4.323,6
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.544,1	3.513,9	1.173,8	1.299,7	36,2	12,5	5.754,1	4.826,0

Dados em milhões de euros.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram produzidas transações significativas com os ativos financeiros da carteira de negociação classificados no Nível 3, nem foram feitas transferências a/desde tal Nível.

A seguir, são detalhadas as mais-valias e as menos-valias imputadas a resultados nos exercícios de 2021 e 2020:

CONCEITO	MAIS-VALIAS (MENOS-VALIAS) IMPUTADAS A RESULTADOS			
	NÃO REALIZADAS		REALIZADAS	
	2021	2020	2021	2020
Derivativos (não cobertura)				
Permutas financeiras swaps	–	14,2	–	–
Opções	–	–	–	(0,5)
TOTAL DERIVADOS (NÃO COBERTURA)	–	14,2	–	(0,5)
Outros investimentos				
Ações	69,3	23,3	22,0	(4,9)
Renda fixa	(39,5)	10,5	(10,7)	12,6
Fundos de investimentos	55,1	36,1	10,3	(6,3)
Híbridos	(0,2)	(2,1)	–	–
Depósitos	–	–	–	–
Outros	(16,1)	(5,8)	(4,4)	(1,0)
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	68,6	62,0	17,2	0,4
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	68,6	76,2	17,2	(0,1)

Dados em milhões de euros.

Os principais instrumentos derivados correspondem a permutas financeiras de fluxos certos ou predeterminados, em que uma entidade do Grupo assume a obrigação de pagar certos valores fixos ou predeterminados que são denominados normalmente em euros. Por esse conceito consta como registrado na carteira de negociação o valor de 420,6 milhões de euros no fechamento do exercício 2021 (501,4 milhões de euros em 2020).

Na nota 7 “Gestão de riscos” é detalhado o vencimento dos valores de renda fixa.

6.5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO

No seguinte quadro é mostrada a composição da seção de investimentos vinculados a tomadores de seguros de vida que assumem o risco do investimento, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

CONCEITO	VALOR CONTABLE (VALOR RAZONABLE)								RESULTADOS			
	NÍVEL 1. VALOR DE COTAÇÃO		NÍVEL 2. DADOS OBSERVÁVEIS		NÍVEL 3. OUTRAS AVALIAÇÕES		TOTAL		NÃO REALIZADOS		REALIZADOS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ações	721,6	590,0	18,9	14,3	–	–	740,5	604,3	93,6	(107,8)	0,1	0,3
Renda fixa	202,5	198,7	747,1	933,2	–	–	949,6	1.131,9	25,1	3,6	(1,9)	11,3
Participações em fundos de investimento	1.266,6	765,7	0,60	0,6	–	–	1.267,2	766,3	61,6	19,5	5,8	0,9
TOTAL	2.190,7	1.554,4	766,6	948,0	–	–	2.957,3	2.502,4	180,3	(84,7)	4,0	12,4

Dados em milhões de euros.

No saldo de “Participações em fundos de investimento” é incluído o valor das participações majoritárias de empresas do Grupo em fundos de investimentos afetadas por seguros de Vida cujos tomadores assumem o risco do investimento, pelos valores de 449,9 e 321,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A descrição dos ativos nos quais são materializadas é a seguinte:

CONCEITO	2021	2020
Renda fixa	198,6	101,1
Fundos de investimentos	198,3	185,3
Outros	53,0	35,2
TOTAL	449,9	321,6

Dados em milhões de euros.

6.6. CRÉDITOS

A composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as perdas por deterioração do valor recuperável e os ganhos por reversões desta registrados nos últimos exercícios são as seguintes:

CONCEITO	VALOR BRUTO		DETERIORAÇÃO		SALDO LÍQUIDO NO BALANÇ		DETERIORAÇÃO			
							PERDAS REGISTRADAS		GANHOS POR REVERSÃO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	3.928,7	3.524,4	(36,7)	(47,1)	3.892,0	3.477,3	(8,5)	(14,5)	7,1	6,7
Créditos por operações de resseguro	823,5	1.047,8	(31,8)	(35,5)	791,7	1.012,2	(1,7)	(16,1)	2,7	15,6
Créditos tributários	365,1	331,5	—	—	365,1	331,5	—	—	—	—
Créditos previdenciários e outros	564,9	557,1	(19,0)	(19,0)	545,9	538,1	(3,9)	(2,8)	3,3	1,4
TOTAL	5.682,2	5.460,7	(87,5)	(101,6)	5.594,7	5.358,2	(14,1)	(33,4)	13,1	23,6

Dados em milhões de euros.

Na seção “Créditos por operações de seguro direto e co-seguro” estão incluídos prêmios pendentes de cobrança de segurados e intermediários, e na partida “Créditos por operações de resseguro” estão aqueles saldos pendentes derivados de operações de resseguro cedido, retrocedido e aceite.

A discriminação da seção “Créditos previdenciários e outros” no encerramento dos dois últimos exercícios é a seguinte:

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS	MONTANTE	
	2021	2020
Devedores por vendas ou prestação de serviços	149,2	94,1
Créditos por recuperação de sinistros (incluindo convênios de colaboração com outras seguradoras)	54,5	39,4
Antecipações sobre apólices (seguros de Vida)	19,4	20,5
Depósitos judiciais	258,3	269,8
Créditos com Organismos Públicos	12,0	11,6
Saldos a cobrar do pessoal	27,3	28,2
Outros devedores	25,2	74,6
TOTAL	545,9	538,1

Dados em milhões de euros.

O cálculo e, conforme o caso, o reconhecimento da deterioração do valor recuperável é realizado conforme detalhado na política contábil 5.9 “Créditos” do presente relatório. Os saldos incluídos na seção de créditos não geram juros e, em caráter geral, sua liquidação é feita no exercício seguinte.

6.7 DETERIORAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nos quadros seguintes é detalhada a deterioração do valor recuperável de ativos nos dois últimos exercícios:

Exercício 2021

DETERIORAÇÃO EM:	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	LANÇAMENTO NOS RESULTADOS		EXCLUSÃO DO ATIVO	SALDO FINAL
				Dotação	Redução		
Ativos intangíveis	456,0	9,4	—	2,5	—	(260,6)	207,3
I. Fundo de comércio	438,7	9,3	—	—	—	(253,8)	194,2
II. Outros ativos intangíveis	17,3	0,1	—	2,5	—	(6,8)	13,1
Imobilizado material	7,9	(0,1)	—	0,9	(0,5)	—	8,2
I. Imóveis de uso próprio	5,9	(0,1)	—	0,9	(0,5)	—	6,2
II. Outro imobilizado materiais	2,0	—	—	—	—	—	2,0
Investimentos	301,4	0,4	(0,8)	22,0	(10,4)	(16,4)	296,2
I. Investimentos imobiliários	184,6	0,3	(0,2)	16,0	(5,9)	(12,9)	181,9
II. Investimentos financeiros							
- Carteira mantida até o vencimento	—	—	—	—	—	—	—
- Carteira disponível para venda	105,9	0,1	—	6,0	(4,50)	(3,3)	104,2
- Carteira de negociação	—	—	—	—	—	—	—
III. Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	10,1	—	—	—	—	—	10,1
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceito	—	—	—	—	—	—	—
V. Outros investimentos	0,8	—	(0,6)	—	—	(0,2)	—
Inventários	91,7	—	—	1,1	(1,0)	—	91,8
Créditos	101,6	(14,8)	—	14,1	(13,1)	(0,3)	87,5
I. Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	47,1	(11,8)	—	8,5	(7,1)	—	36,7
II. Créditos por operações de resseguro	35,5	(2,4)	—	1,7	(2,7)	(0,3)	31,8
III. Créditos tributários	—	—	—	—	—	—	—
IV. Créditos previdenciários e outros	19,0	(0,6)	—	3,9	(3,3)	—	19,0
Outros ativos	0,1	—	—	—	—	—	0,1
TOTAL DETERIORO	958,7	(5,1)	(0,8)	40,6	(25,0)	(277,3)	691,1

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

DETERIORAÇÃO EM:	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	LANÇAMENTO NOS RESULTADOS		EXCLUSÃO DO ATIVO	SALDO FINAL
				Dotación	Reducción		
Ativos intangíveis	339,9	(18,5)	—	167,2	—	(32,5)	456,0
I. Fundo de comércio	329,3	(18,1)	—	127,5	—	—	438,7
II. Outros ativos intangíveis	10,6	(0,4)	—	39,7	—	(32,5)	17,3
Imobilizado material	12,0	—	—	1,0	(2,7)	(2,4)	7,9
I. Imóveis de uso próprio	10,0	—	—	1,0	(2,7)	(2,4)	5,8
II. Outro imobilizado materiais	2,0	—	—	—	—	—	2,0
Investimentos	354,6	(0,3)	(2,1)	38,1	(6,2)	(82,7)	301,4
I. Investimentos imobiliários	242,7	(0,3)	(2,1)	23,6	(6,2)	(73,2)	184,6
II. Investimentos financeiros							
- Carteira mantida até o vencimento	—	—	—	—	—	—	—
- Carteira disponível para venda	93,2	—	—	14,4	—	(1,7)	105,9
- Carteira de negociação	—	—	—	—	—	—	—
III. Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	10,1	—	—	—	—	—	10,1
IV. Depósitos constituídos por resseguro aceite	—	—	—	—	—	—	—
V. Outros investimentos	8,6	—	—	0,1	—	(7,9)	0,8
Inventários	80,8	—	—	11,9	(0,9)	—	91,7
Créditos	112,2	(18,5)	—	33,4	(23,6)	(1,8)	101,6
I. Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	57,2	(16,5)	—	14,5	(6,7)	(1,4)	47,1
II. Créditos por operações de resseguro	37,4	(2,0)	—	16,1	(15,6)	(0,5)	35,5
III. Créditos tributários	—	—	—	—	—	—	—
IV. Créditos previdenciários e outros	17,6	—	—	2,8	(1,4)	—	19,0
Outros ativos	—	0,1	—	—	—	—	0,1
TOTAL DETERIORO	899,5	(37,3)	(2,1)	251,5	(33,5)	(119,5)	958,7

Dados em milhões de euros.

6.8. FLUXOS DE CAIXA

Desembolsos

Foram realizados, ao longo dos exercícios de 2021 e 2020, desembolsos por investimentos em empresas do Grupo e por aquisição de negócios, sendo que os mais significativos correspondem às seguintes aquisições:

SOCIEDADE ADQUIRENTE		DETALHES DA AQUISIÇÃO		
	Sociedade	Porcentagem	Atividade	Montante desembolsada
Exercício 2021				
MAPFRE INTERNACIONAL	MAPFRE PERÚ VIDA	32,46%	Seguros	109,2
MAPFRE ENERGÍAS RENOVABLES I, FCR	ENERGÍAS RENOVABLES IBERMAP SL	80,00%	Produção energia	100,6
Exercício 2020				
MAPFRE SEGUROS GERAIS	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL	50,01%	Seguros	14,4
MAPFRE DOMINICANA	MAPFRE SALUD ARS	51,00%	Seguros	36,2

Dados em milhões de euros.

Em 17 de setembro de 2021 o Grupo MAPFRE adquiriu 32,46 % adicionais das ações da MAPFRE PERÚ VIDA pelo valor de 109,2 milhões de euros, elevando sua participação nesta sociedade até 99,87 %. Esta operação representou um ajuste negativo nas reservas consolidadas do Grupo MAPFRE pelo valor de 83,3 milhões de euros, como consequência do excesso pago sobre o valor patrimonial consolidado da MAPFRE PERÚ VIDA.

Por outro lado, durante o exercício 2021 o Grupo constituiu junto à Iberdrola o veículo de co-investimento ENERGÍAS RENOVABLES IBERMAP SL. Este investimento foi canalizado através do fundo MAPFRE ENERGÍAS RENOVABLES I FCR e representou o desembolso de 100,6 milhões de euros até hoje.

Os investimentos descritos foram financiados por fundos próprios e empréstimos bancários.

Cobranças

Durante os exercícios 2021 e 2020 foram recebidas cobranças por tesouraria procedentes de operações de compra e venda, sendo as mais destacáveis:

- No dia 29 de dezembro, MAPFRE e CaixaBank formalizaram a resolução de seus acordos de seguros bancários, o que significou, para a MAPFRE, ter recebido 570,8 milhões de euros, correspondentes à avaliação de 51 % da entidade BANKIA VIDA, e um resultado extraordinário de 167,1 milhões de euros.
- Em maio de 2021 ocorreu a venda de 100 % da participação em INDUSTRIAL RE pelo valor de 30,8 milhões de euros e um lucro de 3,5 milhões de euros.

Em 27 de outubro de 2020, foi formalizada a venda de 100 % das ações da MAQUAVIT INMUEBLES no valor de 50,3 milhões de euros, integralmente cobrados nessa data. Esta venda gerou uma mais-valia bruta de 14,1 milhões de euros.

Compromissos

Os acionistas minoritários da subsidiária MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre suas ações nessa entidade. Em caso de exercício, a MAPFRE S.A. ou uma entidade do Grupo deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender.

O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultante da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pelo Grupo, em caso de exercício dessa opção, totalizaria um valor aproximado de 112 e 110,3 milhões de euros, respectivamente.

Não existem transações não monetárias significativas relacionadas com atividades de investimento e financiamento excluídas do estado de fluxos de caixa.

6.9. ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA, PASSIVOS ASSOCIADOS E ATIVIDADES INTERROMPIDAS

Os principais tipos de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda e de atividades interrompidas, assim como os passivos associados a eles em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

CONCEITO	ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		ATIVIDADES INTERROMPIDAS		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos						
Ativos intangíveis	2,3	281,4	–	–	2,3	281,4
Imobilizado material	15,2	65,2	–	–	15,2	65,2
Investimentos	237,8	7.656,0	–	–	237,8	7.656,0
Créditos	24,1	24,2	–	–	24,1	24,2
Tesouraria	40,3	83,7	–	–	40,3	83,7
Outros ativos	57,6	49,0	–	–	57,6	49,0
TOTAL ATIVOS	377,3	8.159,5	–	–	377,3	8.159,5
Passivos associados						
Provisões técnicas	87,4	6.599,6	–	–	87,4	6.599,6
Provisões para riscos e despesas	2,5	–	–	–	2,5	–
Passivos por impostos diferidos	–	48,4	–	–	–	48,4
Outras dívidas	33,9	615,9	–	–	33,9	615,9
TOTAL PASSIVOS	123,8	7.263,9	–	–	123,8	7.263,9

Dados em milhões de euros.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda e passivos associados

São descritas a seguir as principais operações que geram os ativos e passivos reunidos no quadro anterior.

- Negócio de seguros bancários com o Bankia

Em setembro de 2020, os Conselhos de Administração do Bankia e do CaixaBank aprovaram o projeto de fusão das duas entidades, que foi executado através da

modalidade de fusão por absorção do Bankia pelo CaixaBank em março de 2021. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, os ativos do BANKIA VIDA classificados como mantidos para venda e seus passivos associados totalizavam 7,798 e 7,186 bilhões de euros, respectivamente.

No dia 26 de março de 2021, foi executada a fusão por absorção do BANKIA pelo CAIXABANK.

Com caráter prévio, o CAIXABANK tinha procedido a comunicar à MAPFRE sua decisão de não resolver seus acordos de distribuição em exclusiva com outras entidades seguradoras, que eram incompatíveis com a manutenção, após a fusão, dos assinados entre a MAPFRE e o Bankia.

Diante de tal situação, a MAPFRE comunicou formalmente o exercício de seu direito de resolução dos acordos, procedendo-se às avaliações dos negócios por especialista independente para os efeitos da determinação, nos termos contratualmente previstos, das quantidades a perceber em conceito de preço por sua participação de 51 % em BANKIA VIDA e de indenização por resolução do acordo de distribuição de Não Vida.

No dia 29 de dezembro, MAPFRE e CAIXABANK formalizaram, com base nas avaliações do especialista independente, a resolução dos citados acordos nos seguintes termos:

- O CaixaBank compra da MAPFRE sua participação de 51 % no BANKIA VIDA por 323,7 milhões de euros, valor correspondente a 110 % do valor de mercado do negócio de Vida determinado pelo especialista independente.
- Resolução do contrato de agência para a distribuição de seguros de Não Vida, com pagamento de 247,1 milhões de euros do CaixaBank para a MAPFRE, valor correspondente a 110 % do valor do negócio de Não Vida determinado pelo especialista independente.
- Submissão à arbitragem do direito da MAPFRE a receber do CaixaBank, nos termos

contratualmente previstos, 10 % adicionais, equivalentes a 52 milhões de euros.

Este acordo representou para a MAPFRE em 2021 o recebimento de 570,8 milhões de euros e um resultado extraordinário de 167,1 milhões de euros, valores que ainda poderiam aumentar em 52 milhões de euros (antes de impostos e sócios externos) em caso de laudo favorável aos seus interesses no procedimento arbitral.

Adicionalmente, a MAPFRE manifestou, tanto ao especialista independente como ao CAIXABANK, sua desconformidade com o valor atribuído por aquele ao negócio de Vida, por não ter sido determinado conforme metodologia e critérios de mercado, nos termos do mandato e dos acordos, com a correspondente reserva de ações e direitos. Como consequência, a MAPFRE exercerá proximamente ações legais em defesa de seus legítimos interesses.

- Venda de terrenos da MAPFRE INMUEBLES

Em dezembro de 2020, a MAPFRE]@ INMUEBLES assinou um acordo para a venda de terrenos destinados à construção de @A[moradas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico líquido dos terrenos classificados como mantidos para a venda totalizou 94,3 e 106,5 milhões de euros, respectivamente.

- Entidades de Assistência e Seguro Direto

Em 31 de dezembro de 2021, entidades e operações de Assistência e Seguro Direto na Europa e na Ásia, com diferentes graus de avanço em seu processo de alienação, foram reclassificadas como ativos não circulantes classificados como mantidos para venda e seus passivos associados, pelo valor de 242 e 123,8 milhões de euros, respectivamente.

- Venda da INDUSTRIAL RE

Em dezembro de 2020, o Grupo recebeu uma oferta vinculativa pela entidade INDUSTRIAL RE, uma sociedade que se mantém sem atividade relevante há vários anos.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da INDUSTRIAL RE classificados como mantidos para venda e os passivos associados totalizaram, respectivamente, 35,1 e 7,7 milhões de euros.

Em maio de 2021, foram obtidas as correspondentes autorizações administrativas e materializou-se, gerando uma mais-valia bruta para o Grupo MAPFRE de 3,5 milhões de euros.

- Venda de Rastreator e Preminen

O Admiral Group Plc anunciou, em dezembro de 2020, a venda do Penguin Portals Group e do comparador Preminen para a RVU. O Penguin Portal Group tem o controle do comparador on-line do Rastreator.

O Grupo MAPFRE mantinha uma participação de 25 % em Rastreator e de 50 % em Preminen, que faziam parte dessa transação.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos do Rastreator e do Preminen classificados como mantidos para venda somavam 8 e 7,7 milhões de euros, respectivamente.

Em maio de 2021 formalizaram-se as transações de ambas as participações, gerando uma mais-valia bruta para o Grupo MAPFRE de 14 milhões de euros.

- Negócios de serviços funerários na Espanha.

No exercício de 2019, a MAPFRE ESPAÑA e a Santa Lucía S.A. formalizaram uma parceria estratégica para o desenvolvimento conjunto de suas respectivas atividades de serviços funerários na Espanha. O resultado dessa aliança seria um grupo líder no mercado funerário espanhol, com penetração direta e indireta em 100 % do território.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda e os passivos associados procedentes dos negócios que entraram na parceria totalizavam 202,8 e 69 milhões de euros, respectivamente, no encerramento do exercício 2020.

Uma vez emitida a resolução da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência sobre

a aliança para o desenvolvimento conjunto do negócio de serviços funerários entre Albia e FUNESPAÑA, os órgãos de governança da MAPFRE decidiram manter a participação atual da FUNESPAÑA dentro do perímetro do Grupo e descontinuar o projeto de fusão com a Albia. Como consequência, em 30 de setembro de 2021 procedeu-se à reclassificação dos ativos e passivos da FUNESPAÑA das seções de “Ativos mantidos para a venda” e seus passivos associados para suas respectivas contas de balanço.

6.10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social é registrado pelo valor nominal das ações desembolsadas ou cujo desembolso tenha sido exigido.

O capital social da Sociedade controladora em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é representado por 3.079.553.273 ações de 0,10 euros de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e desembolsadas. Todas as ações conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.

A Assembleia Geral de Acionistas autorizou, em 9 de março de 2018, os administradores da Sociedade controladora a realizarem uma ampliação de capital até no máximo 153.977.663,65 de euros, equivalente a 50 % do capital social naquele momento. Essa autorização tem um período de duração de cinco anos. Da mesma forma, foi autorizada aos administradores a emissão de obrigações ou valores de renda fixa de natureza análoga, convertíveis ou não, por um valor máximo de 2 bilhões de euros.

A participação direta da CARTERA MAPFRE chega a 69,7 % do capital em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Todas as ações representativas do capital social da Sociedade controladora foram admitidas para negociação oficial nas Bolsas de Madri e de Barcelona.

Ações próprias

Durante o exercício 2021, foram entregues aos diretores de filiais, como parte de suas retribuições variáveis, 221.914 ações

(203.905 ações no exercício de 2020), no montante de 0,4 milhões de euros (0,3 milhões em 2020). A diferença entre o preço de entrega das ações e o preço de compra, que totaliza (0,1) milhões de euros nos exercícios de 2021 e 2020, está registrada na seção de “Reservas”. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo total de ações próprias foi de 30.064.020 e 30.285.934, respectivamente, representando 0,98 % do capital, no valor de 62,9 e 63,4 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma outra sociedade do Grupo possui ações da Sociedade controladora.

Ajustes por mudanças de valor

Reúne aquelas reservas patrimoniais evidenciadas como consequência das receitas e despesas reconhecidas em cada exercício que, conforme estabelecido no regulamento contábil internacional, devem ter reflexo direto nas contas de patrimônio líquido do Grupo.

No seguinte quadro é apresentada a natureza dos “Ajustes por mudança de valor” refletidos nessa seção do Patrimônio Líquido no fechamento dos dois últimos exercícios:

CONCEITO	MONTANTE	
	2021	2020
Renda fixa		
Mais-valias	2.481,1	5.396,6
Menos-valias	(197,3)	(1.523,9)
Renda Variável e Fundos de Investimento		
Mais-valias	377,1	276,5
Menos-valias	(19,6)	(63,3)
Contabilidade tácita	(1.839,3)	(2.787,0)
Outros ajustes	3,3	(28,1)
TOTAL	805,3	1.270,7

Dados em milhões de euros.

Restrições sobre a disponibilidade de reservas

Na seção “Reservas” é incluída a reserva legal da Sociedade controladora, por um valor de 61,6 milhões de euros em 31 de dezembro

de 2021 e 2020, que não é distribuível aos acionistas salvo em caso de liquidação da mesma, e que somente pode ser utilizada para compensar eventuais perdas. A mesma restrição é aplicável às reservas legais constituídas pelas filiais e refletidas em seus balanços.

Não existem outras restrições à disposição das reservas por valor significativo, salvo pelo descrito na seção de Incentivos Fiscais da [nota 6.20](#).

Gestão do capital

A gestão do capital está centrada em sua estabilidade e na manutenção de uma retribuição adequada, por meio de fortes níveis de solvência, flexibilidade financeira, geração de fluxos de caixa e criação de valor para o acionista.

O capital administrado corresponde aos fundos próprios admissíveis, de acordo com o exigido pelo regulamento vigente e outros modelos de gestão utilizados. A taxa de Solvência do Grupo oferece uma grande solidez e estabilidade, apoiada por uma alta diversificação e estritas políticas de investimento e gestão de ativos e passivos.

De acordo com o Apetite de Risco do Grupo, que corresponde ao nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes (inclusive em situações adversas), cada Unidade de Negócio se ajusta a certos níveis de tolerância de risco em função do capital atribuído.

A MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de Negócio, de uma forma racional e objetiva, dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos.

A quantia de dividendos a ser distribuída é fixada sobre a base dos orçamentos de resultados e estimativas de fundos próprios. Caso a evolução real se afaste das estimativas realizadas, o capital atribuído é revisado.

A remuneração para os acionistas está vinculada com o lucro, a solvência, a liquidez e os planos de investimento do Grupo, bem como com as expectativas dos seus acionistas.

Com caráter geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos entre 45 % e 65 % do resultado do exercício, atribuível à Sociedade controladora em suas contas anuais consolidadas.

Tanto a estimativa de riscos, como a atribuição de capital a cada uma das Unidades é detalhada na [nota 7](#) do relatório contábil “GESTÃO DE RISCOS”.

Por outro lado, os instrumentos integrantes do patrimônio disponível do Grupo se adequam aos exigidos pela norma vigente.

6.11. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo dessa conta reúne o custo amortizado das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade controladora correspondentes às emissões de setembro de 2018 e março de 2017, cujos termos e condições mais relevantes estão descritos a seguir:

TERMOS E CONDIÇÕES	EMISSÃO	
	SETEMBRO DE 2018	MARÇO DE 2017
Valor nominal	500,0	600,0
Data de emissão	7/9/2018	31/3/2017
Vencimento	7/9/2048	31/3/2047
Primeira opção de amortização	7/9/2028	31/3/2027
Taxa de juros		
- Até 1ª opção de amortização	4,125%	4,375%
- A partir da 1ª opção de amortização	Euribor 3M + 4,30%	Euribor 3M + 4,543%
Mercado de cotação	AIAF	AIAF
Rating da emissão	BBB-	BBB
Juros acumulados pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020	6,5	19,8
Cotação no encerramento do exercício		
- 2021	114,5%	113,8%
- 2020	116,3%	116,6%

Valor nominal e juros em milhões de euros.

Ambas as emissões, realizadas conforme o direito espanhol, contemplam:

- Amortização em casos especiais, por reforma ou modificação das normas fiscais, por falta de computabilidade como recursos próprios do emissor e por mudança de tratamento outorgado pelas Agências de Qualificação de Crédito.
- Diferimento de juros, estando o emissor obrigado a diferir o pagamento de juros, caso exista não cumprimento do Capital de Solvência Obrigatório ou do Capital Mínimo Obrigatório, ou então proibição de realização de pagamento de juros, de parte do Regulador Relevante, ou falta de capacidade do emissor para cumprir com os passivos vencidos e exigíveis.

6.12. PASSIVOS FINANCEIROS

O quadro seguinte mostra os detalhes do valor justo dos passivos financeiros:

CONCEITO	VALOR CONTABILIZADO		VALOR JUSTO	
	2021	2020	2021	2020
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	862,8	1.005,6	925,1	1.088,1
Dívidas com entidades de crédito	1.106,5	866,4	1.106,5	866,4
Outros passivos financeiros	2.368,6	1.596,7	2.360,4	1.594,4
TOTAL	4.337,9	3.468,7	4.392,0	3.548,9

Dados em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor justo da Emissão de obrigações e outros valores negociáveis corresponde ao valor de cotação no encerramento do exercício (Nível 1), incluindo o cupom de juros.

Emissão de obrigações e outros valores negociáveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo dessa conta reúne o custo amortizado das obrigações simples emitidas pela MAPFRE S.A. Os termos e condições mais relevantes da emissão estão descritos a seguir:

- a. Natureza da emissão: obrigações simples representadas por meio de anotações em conta.
- b. Valor nominal: 1.000 milhões de euros.
- c. Data de emissão: quinta-feira, 19 de maio de 2016.
- d. Prazo da emissão: 10 anos.
- e. Vencimento: 19 de maio de 2026.
- f. Amortização: única ao vencimento e, ao mesmo tempo, livre de gastos para o detentor.
- g. Listagem: Mercado AIAF de renda fixa.
- h. Cupom: 1,625 % fixo anual, a pagar nos aniversários da data de emissão até a data de vencimento final, incluindo esta.
- i. Rating da emissão: A-

Em 15 de dezembro de 2021 produziu-se a amortização antecipada parcial de 1.427 obrigações da emissão denominada “EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES SIMPLES DA MAPFRE S.A. 1-2016”, por valor nominal agregado de 142,7 milhões de euros. O preço de compra foi de 155,9 milhões de euros, gerando uma perda de 12,4 milhões de euros.

Os juros atribuídos pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 atingiram 8,6 e 10,1 milhões de euros, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos cotizaram a 106,9 % e 109,8 % de seu valor nominal, respectivamente.

Dívidas com entidades de crédito

As dívidas com entidades de crédito apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

TIPO DE DÍVIDA	VALOR CONTABILIZADO		TAXA DE JUROS MÉDIA %		GARANTIAS CONCEDIDAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Arrendamento financeiro	2,5	0,1	1,62	5,96	–	–
Créditos	786,5	611,9	0,53	0,49	–	–
Empréstimos	317,5	254,4	0,84	0,87	–	–
TOTAL	1.106,5	866,4	–	–	–	–

Dados em milhões de euros.

- Créditos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais linhas de crédito existentes são as seguintes:

ENTIDADE	VENCIMENTO	LIMITE		DISPOSTO	
		2021	2020	2021	2020
BANCO SANTANDER	26/2/2025	1.000,0	1.000,0	621,0	600,0
CITIBANK EUROPE	15/1/2022	250,0	–	78,0	–
BANCO SANTANDER	15/1/2022	78,0	–	78,0	–
TOTAL		1.328,0	1.000,0	777,0	600,0

Dados em milhões de euros.

A linha de crédito com vencimento em 26 de fevereiro de 2025 é um crédito consorciado concedido por um grupo de dez entidades bancárias, acumula juros referenciados a variáveis de mercado e, no exercício 2018, foi novado, modificando suas condições e estendendo seu vencimento. Entre as condições modificadas cabe destacar que foi convertido em um financiamento sustentável,

vinculando os juros também a parâmetros de sustentabilidade do Grupo.

Os créditos concedidos por Banco Santander e Citibank Europe, PLC com vencimento em 15 de janeiro de 2022 são linhas de crédito bilaterais e proporcionam um juro variável indexado ao euribor anual mais um diferencial de 0,45 %.

- Empréstimos

A descrição dos principais empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

TOMADORA	VENCIMENTO	MONTANTE	
		2021	2020
MAPFRE VIDA	1/4/2026	91,7	110,0
MAPFRE ESPAÑA	21/2/2024	38,3	51,0
MAPFRE DOMINICANA	11/3/2027	26,3	28,9
TOTAL		156,3	189,9

Dados em milhões de euros.

Os empréstimos da MAPFRE VIDA e da MAPFRE ESPAÑA acumulam juros referenciados ao Euribor, amortizando-se por meio de cotas anuais e iguais, a primeira após 2 anos da formalização do empréstimo em 2019.

O empréstimo da MAPFRE DOMINICANA deve ter juros referenciado a variáveis de mercado e a parâmetros de sustentabilidade do Grupo, amortizando-se por meio de cotas semestrais iguais.

Outros passivos financeiros

Na seção “Outros passivos financeiros”, inclui-se o montante de obrigações a pagar de natureza financeira não incluídas em outras parcelas. Sua discriminação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é apresentada no seguinte quadro:

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	MONTANTE	
	2021	2020
Pasivos financieros mantenidos para negociar	9,5	5,5
Outros pasivos financieros valorados a valor razonable con cambios en PyG	599,8	529,4
Partícipes externos en fondos de inversión (Nota 3.2)	1.374,6	708,9
Pasivos financieros por arrendamiento (Nota 6.3)	286,3	273,1
Resto de pasivos financieros	98,4	79,9
TOTAL	2.368,6	1.596,7

Dados em milhões de euros.

Existe ainda uma linha de crédito concedida pela CARTERA MAPFRE que tem um limite de 400 milhões de euros, gera um juro variável referente ao Euribor trimestral e tem seu vencimento em 10 de setembro de 2022, sendo prorrogável por períodos anuais sucessivos. Durante os exercícios fiscais de 2021 e 2020, não ocorreu nenhuma disposição da mesma. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor justo dos anteriores passivos não difere significativamente do seu valor contábil. O nível de hierarquia de valor justo no qual são classificadas as avaliações ao valor justo dos referidos passivos é o Nível 2, exceto o saldo de “Participações externas em fundos de investimento”, avaliado em valor de liquidação (maioritariamente Nível 1).

Ao longo dos exercícios de 2021 e 2020, não ocorreu nenhuma transferência dos passivos financeiros entre os Níveis 1, 2 e 3 estabelecidos nas normas. As transferências entre níveis ocorrem quando os elementos deixam de cumprir as características de

um nível e cumprem as de outro nível. Em relação aos passivos financeiros derivados de operações de permutas financeiras swaps, não foi realizado nenhum ajuste pelo risco de crédito próprio, tendo em vista que se trata de operações de intercâmbio de fluxos cujo valor líquido atual lança um saldo a favor da contraparte. Em todos os casos, a aplicação de ajustes pelo risco de crédito próprio nestas operações não teria efeito material na conta de resultados nem no valor patrimonial próprio.

6.13. PROVISÕES TÉCNICAS

1. Detalhe da composição do saldo de provisões técnicas

A composição do saldo de cada uma das provisões técnicas que figuram no balanço dos dois últimos exercícios é a seguinte:

CONCEITO	SEGURO DIRETO		RESSEGURO ACEITO		RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento Não Vida						
1.1 Provisão para prêmios não ganhos	6.574,0	6.253,8	1.031,6	915,7	1.887,0	1.582,0
1.2 Provisão para riscos em andamento	31,9	25,9	1,1	—	—	—
Provisões de seguros de Vida						
2.1 Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.343,0	1.194,8	436,5	328,2	21,1	16,0
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	18,7	19,8	—	—	—	—
2.2 Provisões matemáticas	17.255,9	17.976,9	35,4	69,2	33,3	39,6
Provisões para benefícios						
3.1 Pendentes de liquidação ou pagamento	7.928,4	7.514,3	3.160,2	2.458,8	3.808,0	3.404,6
3.2 Sinistros ocorridos, mas não declarados (IBNR)	739,1	1.000,6	73,7	97,3	310,6	311,1
3.3 Para despesas internas de liquidação de sinistros	68,4	136,1	16,3	3,4	24,2	22,6
Outras provisões técnicas						
4.1 Falecimentos	1.182,0	1.117,8	—	—	—	2,2
4.2 Restante	72,1	77,6	—	—	0,4	0,5
TOTAL	35.213,5	35.317,6	4.754,8	3.872,5	6.084,6	5.378,6

Dados em milhões de euros.

2. Movimento de cada uma das provisões técnicas

2.1. Provisões para prêmios não consumidos, para riscos em curso, para benefícios, para participação nos lucros e outras provisões técnicas

a. Seguro direto e resseguro aceito

Exercício 2021

2.1.2. PROVISÃO PARA RISCOS EM ANDAMENTO	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	DOTAÇÕES	APLICAÇÕES	SALDO FINAL	
Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento Não Vida						
1.1 Provisão para prêmios não ganhos	7.169,5	94,7	(30,7)	8.530,1	(8.158,0)	7.605,6
1.2 Provisão para riscos em andamento	25,9	20,8	(32,6)	30,5	(11,6)	33,0
Provisões de seguros de Vida						
2.1 Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.523,0	11,7	7,1	1.716,9	(1.479,2)	1.779,5
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	19,8	(4,4)	–	6,2	(2,9)	18,7
2.2 Provisões matemáticas	18.046,1	(66,1)	812,1	414,1	(1.915,0)	17.291,3
Provisões para benefícios						
3.1 Seguro direto Vida	931,4	(19,7)	37,9	1.577,2	(1.561,5)	965,3
3.2 Seguro direto Não Vida	7.719,7	(107,0)	(24,3)	7.489,4	(7.307,2)	7.770,6
3.3 Resseguro aceito	2.559,4	(17,0)	(3,4)	5.309,2	(4.598,0)	3.250,2
Outras provisões técnicas	1.195,5	(0,50)	(2,90)	1.243,9	(1.181,9)	1.254,1
TOTAL	39.190,3	(87,4)	763,2	26.317,5	(26.215,3)	39.968,3

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	DOTAÇÕES	APLICAÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento Não Vida						
1.1 Provisão para prêmios não ganhos	8.205,2	(713,8)	(5,7)	8.965,8	(9.282,0)	7.169,5
1.2 Provisão para riscos em andamento	38,1	(0,7)	(0,1)	13,8	(25,2)	25,9
Provisões de seguros de Vida						
2.1 Provisões para prêmios não consumidos e para riscos em andamento						
2.1.1. Provisão para prêmios não consumidos	1.659,1	(374,3)	(40,4)	2.067,8	(1.789,2)	1.523,0
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	24,9	(5,3)	(0,2)	4,2	(3,7)	19,8
2.2 Provisões matemáticas	24.900,1	(204,2)	(6.208,5)	2.195,2	(2.636,6)	18.046,1
Provisões para benefícios						
3.1 Seguro direto Vida	1.292,6	(188,5)	(263,5)	1.067,5	(976,7)	931,4
3.2 Seguro direto Não Vida	8.782,1	(829,0)	24,9	6.649,3	(6.907,7)	7.719,7
3.3 Resseguro aceito	2.549,3	(73,0)	—	4.613,8	(4.530,7)	2.559,4
Outras provisões técnicas	1.069,9	(5,5)	(2,8)	1.176,4	(1.042,5)	1.195,5
TOTAL	48.521,4	(2.394,4)	(6.496,3)	26.753,8	(27.194,4)	39.190,2

Dados em milhões de euros.

Os valores refletidos como mudanças no perímetro no exercício 2020 procediam principalmente da reclassificação a Passivos associados a ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda das provisões técnicas do negócio de seguros bancários com o Bankia (nota 6.9).

Os valores das dotações e aplicações das provisões técnicas refletidos nos quadros anteriores são registrados nas seções “Variação das provisões para prêmios e riscos em andamento”, “Prestações pagas e variação da provisão para benefícios, líquida” e “Variação de outras provisões técnicas” da demonstração de resultados consolidada.

b. RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

Exercício 2021

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	DOTAÇÕES	APLICAÇÕES	SALDO FINAL
Provisão para prêmios não consumidos	1.582,0	84,3	(28,6)	2.598,4	(2.349,1)	1.887,0
Provisão para seguros de Vida	55,6	1,8	—	46,3	(49,3)	54,4
Provisão de sinistros	3.738,4	(79,9)	(21,9)	6.506,7	(6.000,5)	4.142,8
Outras provisões técnicas	2,6	(0,2)	—	0,1	(2,10)	0,4
TOTAL	5.378,6	6,0	(50,5)	9.151,5	(8.401,0)	6.084,6

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	DOTAÇÕES	APLICAÇÕES	SALDO FINAL
Provisão para prêmios não consumidos	2.010,4	(243,7)	(0,2)	2.805,0	(2.989,5)	1.582,0
Provisão para seguros de Vida	57,0	(4,5)	(0,7)	56,1	(52,3)	55,6
Provisão de sinistros	4.313,9	(479,6)	(3,1)	5.658,7	(5.751,5)	3.738,4
Outras provisões técnicas	4,8	(2,9)	—	0,7	—	2,6
TOTAL	6.386,0	(730,7)	(4,0)	8.520,5	(8.793,3)	5.378,6

Dados em milhões de euros.

2.2. Provisões matemáticas

CONCEITO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO		RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	
	2021	2020	2021	2020
Provisão matemática no início do exercício	18.046,1	24.900,1	39,6	50,5
Ajustes ao saldo inicial	(66,1)	(204,2)	(2,1)	(10,5)
Combinações de negócio	812,1	—	—	—
Prêmios	2.459,0	1.335,5	—	2,6
Juros técnicos e rendimentos de investimentos afetados	382,2	452,5	0,7	3,8
Pagamentos/cobranças de sinistros	(1.915,0)	(2.636,6)	(4,8)	(6,5)
Teste de adequação de provisões	—	—	—	—
Ajustes por contabilidade tácita	(1.610,4)	402,8	—	—
Outros	(816,7)	4,4	(0,1)	0,2
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	—	(6.208,5)	—	(0,5)
PROVISÃO MATEMÁTICA NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	17.291,3	18.046,1	33,3	39,6

Dados em milhões de euros.

A saída do perímetro do exercício de 2020 procede integralmente da reclassificação acima mencionada das provisões matemáticas do negócio de seguros bancários com o Bankia.

2.3. Provisão de falecimentos

CONCEITO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO	
	2021	2020
Provisão no início do exercício	1.117,9	1.002,2
Ajustes ao saldo inicial	—	—
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	—	—
Prêmios	88,7	94,9
Juros técnicos	10,5	25,0
Pagamentos de sinistros	(40,0)	(14,5)
Teste de adequação de provisões	—	—
Outros	4,9	10,3
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	—	—
PROVISÃO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	1.182,0	1.117,9

Dados em milhões de euros.

3. Outras informações

3.1. Provisões técnicas relativas ao seguro de vida quando o risco do investimento é assumido pelos tomadores

CONCEITO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO	
	2021	2020
Provisão no início do exercício	2.502,4	2.510,2
Ajustes ao saldo inicial	4,8	(177,5)
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	—	—
Prêmios	895,3	603,3
Pagamento de sinistros	(651,6)	(250,1)
Mudanças na avaliação dos ativos	215,4	(106,5)
Outros	(9,0)	(9,5)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	—	(67,5)
PROVISÃO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	2.957,3	2.502,4

Dados em milhões de euros.

3.2. Provisão para riscos em andamento

A constituição da provisão para riscos em curso foi efetuada pelas entidades seguradoras do Grupo segundo os critérios expostos na nota 5.15.

A seguir são detalhadas as características das principais modalidades do Seguro de Vida comercializadas em 2021 e 2020 pelas sociedades do Grupo.

3.3. Informações relativas ao Seguro de Vida

Não foi necessária a constituição de uma provisão adicional aos seguros de vida derivado do teste de adequação de passivos.

• Espanha

MODALIDADE	COBERTURA	TABELAS BIOMÉTRICAS		JUROS TÉCNICOS	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	
		PRIMEIRA ORDEM	SEGUNDA ORDEM(*)		MONTANTE (MILHÕES DE EUROS)	FORMA DE DISTRIBUIÇÃO
MAPFRE VIDA						
Contratos de seguros coletivos, com prêmio único sem participação nos lucros:						
- Mod. 342. Coletivos de rendas	Sobrevivência	PERM/F-2000P	% PER2020 COL ORDEM 2	0,84%	—	Rede Própria
- Mod. 308. Seg.Col.Flexinvida com reembolso prêmios e juros	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2010	% PASEM2020_Rel_2	2,40%	1,6	Rede Própria
Contratos de seguros individuais, com prêmio único ou periódico, nos quais o risco de investimento é assumido pelos tomadores das apólices:						
- Mod. 459. Multifundos Open	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2010 HOMBRES	% PASEM2020_NoRel_2	%	—	Rede Própria
- Mod. 521. Programa Horizonte Investimento	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2020_NoRel_IH	% PASEM2020_NoRel_2	%	—	Rede Própria
BANKINTER SEGUROS DE VIDA						
Contratos individuais, com prêmio único sem participação nos lucros - Renda B629	Seguros de rendas com retorno do prêmio	PASEM2010	% PERP20	1,27%	—	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros - Risco B300/ Risco B664	Seguro de vida risco	PASEM2010	% PASEM20	0,00% - 2,00%	—	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único sem participação nos lucros - Risco B284	Seguro de vida risco	GK95	% PASEM20	2,00%	—	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação nos lucros. Poupança 3649	Seguro poupança garantido	PASEF2010	% PASEM20	0,01%	—	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação nos lucros. Poupança 3678	Seguro poupança garantido	PASEF2010	% PASEM20	0,03%	0,1	Canal bancário
Contratos individuais tipo Unit Linked, o tomador assume o risco do investimento. Modalidade B281	Seguro poupança garantido	PASEM2020 I1	% PASEM20	—	—	Canal bancário
Contratos individuais Unit Linked, com prêmio único, sem participação nos lucros e com cunha de Risco. Modalidade 35T3	Seguro poupança garantido	PASEM 2010	% PASEM20	—	—	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmios periódicos sem participação nos lucros Poupança 3715	Seguro de vida risco	GKM80	% PASEM20	2,00%	—	Canal bancário

(*) As tabelas de segunda ordem que indicam a utilização de % são as que se baseiam na experiência própria.

As Tabelas Biométricas de primeira ordem utilizadas para a “Tarifação” desde o ano 2021 correspondem às tabelas publicadas pela Resolução da Direção Geral de Seguros e Fundos de Pensões, de 17 de dezembro de 2020, relativa às tabelas de mortalidade e sobrevivência a serem utilizadas pelas entidades seguradoras e resseguradoras.

Nos seguros de Vida-Risco, as tabelas utilizadas são as PASEM 2020 (Rel e Não R) e para os seguros de sobrevivência, dependendo do tipo de negócio, tabelas de experiência própria ou tabelas PER 2020 (Ind. e Col.).

Por outro lado, as tabelas biométricas de primeira ordem utilizados para o cálculo das “provisões” baseiam-se na experiência própria, nas transações em que existe um volume de dados suficiente. Caso contrário, são utilizadas as tabelas publicadas. Em todo o caso, se as tabelas originalmente utilizadas na “tarifação” forem mais conservadoras, estas também são utilizadas para a provisão.

O Grupo aderiu ao período transitório de adaptação de provisões às novas tabelas, que são consideradas suficientes com base nas análises da experiência própria do Grupo. A dotação adicional a efetuar por esta adaptação é de 14,2 milhões de euros, cujo efeito não é significativo na situação patrimonial e nos resultados do Grupo. Esta dotação se adapta em quatro anos com base em resultados, de acordo com o seguinte quadro:

FECHAMENTO ANUAL 2021 2022 2023 2024

Dotação	25%	50%	75%	100%
---------	-----	-----	-----	------

No caso das tabelas utilizadas até o ano 2020 pelo Grupo, foram suficientes com base nas análises da experiência própria, seja porque as tabelas de tarifa eram suficientes, ou porque as mesmas foram reforçadas segundo os requisitos vigentes em cada momento.

A análise da experiência própria do Grupo baseou-se nos arquivos históricos das apólices em vigor e dos sinistros das filiais, e no caso da atividade de renda, nas consultas ao Índice Nacional de Óbitos.

O período de observação utilizado foi de 2015 a 2019, e as sobretaxas técnicas aplicadas foram as mesmas que as tabelas de primeira ordem publicadas incorporaram.

As Tabelas Biométricas de segunda ordem utilizadas para os cálculos de solvência baseiam-se na experiência própria da entidade para cada tipo de negócio. As fontes de dados e os períodos de observação são, em geral, os mesmos indicados anteriormente. Estas tabelas correspondem à “melhor estimativa” e não incorporam sobretaxas por incerteza ou riscos.

Em 16 de abril de 2021 o Ministério de Assuntos Econômicos e Transformação Digital autorizou o uso de um modelo interno parcial de grupo do risco de longevidade para o cálculo do capital de solvência obrigatório consolidado do grupo, assim como da política de modificação do modelo.

• Outros países

MODALIDADE	COBERTURA	TABELAS	JUROS TÉCNICOS	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	
				MONTANTE (MILHÕES DE EUROS)	FORMA DE DISTRIBUIÇÃO
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL					
Ouro Vida Revisado / BB Seguro Vida Completo / BB Seguro Vida Mulher Mais / BB Seguro Vida Estilo/ Ouro Vida Grupo Especial	Falecimento/ Invalidez	AT-49	—	—	Canal bancário
Ouro vida 2000 / BB Seguro Vida Mulher/ Outros produtos de vida individual	Falecimento/ Invalidez	AT-83	—	—	Canal bancário
Outros produtos de vida em grupo	Falecimento/ Invalidez	AT-83	—	—	Canal bancário
MAPFRE MSV LIFE					
Sem participação nos lucros	Falecimento	52% AMCOO	Variável	—	Canal bancário/ Corretor
Com participação nos lucros	Sobrevivência / Falecimento	54% AMCOO	Variável	38,3	Canal bancário/ Corretor
Unit-linked	Sobrevivência / Falecimento	54% AMCOO	Variável	—	Canal bancário/ Corretor
MAPFRE COLOMBIA VIDA					
Pensiones Ley 100	Sobrevivência / Falecimento / Invalidez / Auxílio Funerário	Tablas de Mortalidad de Rentistas Masculinos/ Femeninos (RVO8) - Tabla Colombiana de Mortalidad de Inválidos (MI85)	Variável	—	Rede Própria
Previsional de invalidez y Supervivencia	Falecimento / Invalidez / Incapacidade temporária / Auxílio funerário	Tablas de Mortalidad de Rentistas Masculinos/ Femeninos (RVO8) - Tabla Colombiana de Mortalidad de Inválidos (MI85)	Variável	—	Rede Própria

3.4. Evolução da sinistralidade

A seguir, informa-se sobre a evolução da sinistralidade do seguro direto Não Vida desde o ano de ocorrência dos sinistros até o encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, assim como o detalhamento por ano de ocorrência da provisão de sinistros desse seguro no encerramento dos exercícios citados.

Exercício 2021

EVOLUÇÃO DO CUSTO DOS SINISTROS NOS ANOS SEQUITES AO DE OCORRÊNCIA

ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA	1 ANO DEPOIS	2 ANOS DEPOIS	3 ANOS DEPOIS	4 ANOS DEPOIS	5 ANOS DEPOIS	6 ANOS DEPOIS	7 ANOS DEPOIS	8 ANOS DEPOIS	9 ANOS DEPOIS	MAIS DE 9 ANOS DEPOIS
2011 e anteriores	Provisão pendente	9.162,3	4.198,2	2.596,1	1.551,6	1.115,0	813,2	643,5	656,3	483,4	366,0	187,2
	Pagamentos acumulados	49.733,9	54.565,7	56.131,2	57.120,9	57.610,1	57.990,6	58.213,3	58.272,7	58.373,1	58.486,9	58.523,3
	TOTAL CUSTO	58.896,2	58.763,9	58.727,3	58.672,5	58.725,1	58.803,8	58.856,8	58.929,0	58.856,5	58.852,9	58.710,5
2012	Provisão pendente	2.168,4	740,8	434,8	287,4	223,0	164,3	141,2	95,9	78,8	73,1	
	Pagamentos acumulados	4.169,7	5.534,2	5.844,7	6.013,1	6.118,9	6.179,1	6.219,3	6.251,9	6.297,6	6.299,4	
	TOTAL CUSTO	6.338,1	6.275,0	6.279,5	6.300,5	6.341,9	6.343,4	6.360,5	6.347,8	6.376,4	6.372,5	
2013	Provisão pendente	2.228,3	791,8	479,4	312,3	213,3	174,8	133,9	99,1	87,8		
	Pagamentos acumulados	4.375,3	5.793,1	6.175,0	6.368,3	6.452,5	6.524,0	6.579,5	6.620,1	6.620,9		
	TOTAL CUSTO	6.603,6	6.584,9	6.654,4	6.680,6	6.665,8	6.698,8	6.713,4	6.719,2	6.708,7		
2014	Provisão pendente	2.330,1	874,2	501,8	328,4	250,7	193,1	129,3	105,9			
	Pagamentos acumulados	4.621,9	6.157,9	6.513,4	6.670,9	6.785,6	6.867,8	6.958,5	6.950,0			
	TOTAL CUSTO	6.952,0	7.032,1	7.015,2	6.999,3	7.036,3	7.060,9	7.087,8	7.055,9			
2015	Provisão pendente	2.475,9	956,8	665,7	437,9	287,3	215,3	202,1				
	Pagamentos acumulados	5.005,1	6.545,2	6.862,3	7.096,6	7.283,3	7.381,9	7.407,7				
	TOTAL CUSTO	7.481,0	7.502,0	7.528,0	7.534,5	7.570,6	7.597,2	7.609,8				
2016	Provisão pendente	2.605,1	1.195,9	746,3	456,8	317,9	253,3					
	Pagamentos acumulados	4.986,1	6.622,0	7.073,4	7.379,2	7.556,7	7.557,4					
	TOTAL CUSTO	7.591,2	7.817,9	7.819,7	7.836,0	7.874,6	7.810,7					
2017	Provisão pendente	3.671,1	2.061,7	1.307,7	905,3	797,3						
	Pagamentos acumulados	5.248,4	7.839,9	8.645,6	9.046,2	9.284,2						
	TOTAL CUSTO	8.919,5	9.901,6	9.953,3	9.951,5	10.081,5						
2018	Provisão pendente	3.725,7	2.087,0	1.584,8	1.135,9							
	Pagamentos acumulados	5.320,6	7.361,3	7.923,3	8.303,8							
	TOTAL CUSTO	9.046,3	9.448,3	9.508,1	9.439,7							
2019	Provisão pendente	2.964,6	2.121,7	753,2								
	Pagamentos acumulados	5.296,2	6.948,9	7.579,3								
	TOTAL CUSTO	8.260,8	8.160,6	8.332,5								
2020	Provisão pendente	2.779,2	1.377,5									
	Pagamentos acumulados	4.683,4	6.231,7									
	TOTAL CUSTO	7.462,6	7.609,2									
2021	Provisão pendente	2.797,2										
	Pagamentos acumulados	4.931,9										
	TOTAL CUSTO	7.729,1										

Dados em milhões de euros.

31 de dezembro de 2021

CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA											TOTAL
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011 E ANTERIORES	
Provisão para benefícios seguro direto Não Vida	2.797,2	1.377,5	753,2	1.135,9	797,3	253,3	202,1	105,9	87,8	73,1	187,2	7.770,5

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

EVOLUÇÃO DO CUSTO DOS SINISTROS NOS ANOS SEGUINTE AO DE OCORRÊNCIA

ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA	1 ANO DEPOIS	2 ANOS DEPOIS	3 ANOS DEPOIS	4 ANOS DEPOIS	5 ANOS DEPOIS	6 ANOS DEPOIS	7 ANOS DEPOIS	8 ANOS DEPOIS	9 ANOS DEPOIS	MAIS DE 9 ANOS DEPOIS
2011 e anteriores	Provisão pendente	7.514,7	3.844,1	2.325,3	1.450,6	951,5	695,3	548,2	460,7	509,2	359,5	293,3
	Pagamentos acumulados	44.827,1	49.056,2	50.374,9	51.248,5	51.724,3	51.983,5	52.201,4	52.339,6	52.470,6	52.628,5	52.710,1
	TOTAL CUSTO	52.341,8	52.900,3	52.700,2	52.899,2	52.675,8	52.678,7	52.749,6	52.800,3	52.979,8	52.988,0	53.003,4
2011	Provisão pendente	2.016,3	703,9	438,5	279,9	205,3	148,1	119,7	109,7	73,6	63,9	
	Pagamentos acumulados	4.402,7	5.724,1	6.035,4	6.201,0	6.281,7	6.369,0	6.383,2	6.433,8	6.455,2	6.465,2	
	TOTAL CUSTO	6.419,0	6.427,9	6.474,0	6.480,9	6.487,0	6.517,1	6.502,9	6.543,4	6.528,8	6.529,1	
2012	Provisão pendente	2.157,9	739,9	431,8	288,1	223,5	170,6	148,4	97,0	80,5		
	Pagamentos acumulados	4.139,8	5.494,0	5.823,1	5.987,5	6.095,8	6.155,9	6.195,5	6.232,4	6.229,9		
	TOTAL CUSTO	6.297,6	6.233,9	6.254,9	6.275,6	6.319,3	6.326,5	6.343,9	6.329,4	6.310,4		
2013	Provisão pendente	2.221,7	789,9	478,3	311,9	223,3	186,4	136,6	100,6			
	Pagamentos acumulados	4.355,2	5.777,5	6.141,7	6.335,3	6.417,8	6.488,1	6.549,3	6.549,3			
	TOTAL CUSTO	6.576,9	6.567,4	6.620,0	6.647,2	6.641,1	6.674,5	6.685,9	6.650,0			
2014	Provisão pendente	2.331,5	883,8	498,1	340,4	266,0	197,3	133,9				
	Pagamentos acumulados	4.601,6	6.139,3	6.500,6	6.656,7	6.771,4	6.860,1	6.937,9				
	TOTAL CUSTO	6.933,1	7.023,0	6.998,6	6.997,2	7.037,3	7.057,3	7.071,7				
2015	Provisão pendente	2.462,1	958,1	684,9	464,7	293,1	220,5					
	Pagamentos acumulados	4.944,9	6.469,9	6.781,8	7.012,1	7.204,6	7.288,6					
	TOTAL CUSTO	7.407,0	7.428,0	7.466,6	7.476,7	7.497,7	7.509,0					
2016	Provisão pendente	2.607,9	1.222,9	826,4	460,0	325,8						
	Pagamentos acumulados	4.934,4	6.561,6	7.005,8	7.314,4	7.466,9						
	TOTAL CUSTO	7.542,3	7.784,5	7.832,2	7.774,4	7.792,7						
2017	Provisão pendente	3.630,6	2.051,6	1.274,5	883,5							
	Pagamentos acumulados	5.190,8	7.703,6	8.490,0	8.899,3							
	TOTAL CUSTO	8.821,5	9.755,3	9.764,5	9.782,8							
2018	Provisão pendente	3.853,3	2.158,2	1.668,4								
	Pagamentos acumulados	5.303,3	7.349,6	7.889,6								
	TOTAL CUSTO	9.156,6	9.507,8	9.557,9								
2019	Provisão pendente	2.952,8	1.203,9									
	Pagamentos acumulados	5.246,1	6.906,2									
	TOTAL CUSTO	8.199,0	8.110,1									
2020	Provisão pendente	2.745,6										
	Pagamentos acumulados	4.627,9										
	TOTAL CUSTO	7.373,4										

Dados em milhões de euros.

31 de dezembro de 2020

ANO DE OCORRÊNCIA

CONCEITO	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010 Y ANTERIORES	TOTAL
Provisão para benefícios seguro direto Não Vida	2.745,6	1.203,9	1.668,4	883,5	325,8	220,5	133,9	100,6	80,5	63,9	293,3	7.719,7

Dados em milhões de euros.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade exibida nos quadros anteriores aumenta de forma global para 25,2 % e 26,3 % nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente.

Não está incluída a informação relativa à evolução da sinistralidade por ano de ocorrência do resseguro aceito, já que, em caráter geral, as empresas cedentes seguem métodos de contabilização distintos do método do ano de ocorrência. Conforme os

estudos realizados para o resseguro aceito, o grau de suficiência das provisões técnicas é adequado.

6.14. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

Nos quadros seguintes detalham-se os movimentos das provisões para riscos e despesas nos dois últimos exercícios.

Exercício 2021

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL
				PROVISÕES DOTADAS	AUMENTO DE VALOR POR DESCONTO	PROVISÕES APLICADAS	PROVISÕES REVERTIDAS	
Provisão para tributos	224,1	0,3	–	(0,1)	3,5	(1,2)	(8,1)	218,5
Provisão para pagamentos por convênios de liquidação	13,8	–	–	18,1	–	(10,7)	–	21,2
Provisões por reestruturação	25,6	–	–	199,6	(0,7)	(96,1)	(0,1)	128,3
Outras provisões por compromissos com o pessoal	218,0	(0,1)	(3,6)	149,2	3,3	(166,3)	(1,0)	199,5
Outras provisões	101,1	(5,5)	1,9	67,5	4,1	(72,6)	(10,4)	86,1
TOTAL	582,6	[5,3]	[1,7]	434,3	10,2	[346,9]	[19,6]	653,6

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL
				PROVISÕES DOTADAS	AUMENTO DE VALOR POR DESCONTO	PROVISÕES APLICADAS	PROVISÕES REVERTIDAS	
Provisão para tributos	316,3	(89,3)	(0,10)	2,7	2,9	(4,1)	(4,3)	224,1
Provisão para pagamentos por convênios de liquidação	14,2	(0,30)	–	9,5	–	(9,6)	–	13,8
Provisões por reestruturação	10,5	–	–	25,1	–	(10)	–	25,6
Outras provisões por compromissos com o pessoal	220,6	(5,8)	(0,8)	191,7	0,10	(187,7)	(0,1)	218,0
Outras provisões	147,7	(22,0)	–	44,8	3,7	(57,9)	(15,1)	101,11
TOTAL	709,3	[117,4]	[0,9]	273,7	6,6	[269,3]	[19,5]	582,6

Dados em milhões de euros.

Nas provisões para riscos e despesas são incluídos os valores estimados de dívidas tributárias, pagamentos por convênio de liquidação, reestruturação, incentivos ao pessoal e outras derivadas das atividades e risco inerentes às mesmas das sociedades que integram o Grupo, cuja liquidação será realizada nos próximos exercícios.

A estimativa do valor provisionado ou do momento em que as provisões serão liquidadas é afetada por incertezas sobre a resolução de recursos interpostos e evolução de outros parâmetros. Não foi necessária a realização de hipóteses acerca de acontecimentos futuros para determinar o valor da provisão, nem são esperados eventuais reembolsos de provisões.

Provisão para tributos

Nessa seção estão incluídos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, passivos fiscais por valor de 215,4 e 214,6 milhões de euros, respectivamente, relativos às contingências fiscais que as entidades brasileiras mantêm com a administração tributária do referido país, que estão em discussão em âmbito judicial e administrativo. Essas contingências se referem aos tributos denominados COFINS (Contribuição fiscal destinada ao financiamento da previdência social) por valor de 200,9 milhões de euros (197,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020) e o PIS (Programa de Integração Social) por valor de 4,4 milhões de euros (4,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020). A origem dessas contingências encontra-se na diferente interpretação da norma que mantêm o Governo brasileiro e o setor empresarial em relação à procedência da aplicação de tais tributos sobre o faturamento das entidades.

Destaca-se, dessa discussão, que o Grupo mantém processos judiciais abertos com a administração tributária no Brasil pela exigência dos mencionados tributos COFINS e PIS, relacionados com as receitas financeiras e não operacionais, pelos valores de 131 e 121,7 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Dada a incerteza atual na jurisprudência sobre a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, assim como a existência de

um parecer da “Procuradoria Geral da Fazenda” que é favorável às entidades seguradoras, tanto o Grupo como seus assessores qualificam o risco de perda como possível.

Por outro lado, o Grupo mantém abertos no Brasil:

- Recurso impugnando a liquidação, por valor de 46,1 milhões de euros, em relação com a ata de inspeção iniciada pela administração tributária contra a BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, relativa ao imposto sobre sociedades do exercício 2014 questionando a isenção aplicada às receitas de operações de seguros agrários.
- Recurso da ata de inspeção iniciada pela administração tributária à BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS (absorvida em 2019 pela MAPFRE SEGUROS GERAIS), relativa ao imposto sobre sociedades correspondente aos exercícios 2014 a 2016, questionando a dedutibilidade de determinadas despesas e incentivos à rede comercial, bem como da amortização do fundo de comércio gerado em uma reestruturação societária anterior ao acordo da MAPFRE com o Banco do Brasil. A dívida tributária incluída na ata pelos conceitos citados atinge 73,1 milhões de euros, que caso seja resolvido de forma desfavorável, seria aplicável a cláusula de indenização prevista nos acordos assinados com o Banco do Brasil.

Ambos os recursos foram julgados em primeira instância (BRASILSEG desfavorável e BRASILVEÍCULOS parcialmente favorável) e aguardam sentença na segunda instância. Tanto o Grupo quanto seus assessores classificam o risco de perda em ambos os casos como possível.

Provisões por reestruturação

O Grupo pôs em andamento um plano de licenças voluntárias incentivadas dirigido a funcionários de suas operações de seguro na Espanha. O plano tem caráter voluntário e para poder aceder a ele são necessários certos requisitos de idade e permanência. O Grupo constituiu, no dia 30 de junho, uma provisão por valor aproximado de 75 milhões de euros. 274 funcionários aderiram

a esta primeira fase do plano de licenças voluntárias. Adicionalmente, em dezembro foi realizada uma ampliação do plano de saídas voluntárias por um valor de 100 milhões de euros, com o objetivo de acelerar os processos de transformação do modelo operacional da MAPFRE na região IBÉRIA. Estima-se que uns 300 funcionários adicionais vão aderir a esta nova ampliação.

Outras provisões

Nessa seção eram reunidos os pagamentos contingentes derivados de combinações de negócio, que reuniam a parte variável do preço da combinação de negócios que depende diretamente da obtenção de determinados objetivos ligados à evolução de cada um dos negócios adquiridos, chegando a 25,3 milhões de euros no encerramento do exercício de 2020.

Em cada fechamento das demonstrações financeiras é atualizado o valor da prestação contingente com os juros fixados no contrato, e sua permanência é analisada em função do cumprimento do plano de negócio. A liquidação ocorrerá, em caso de cumprimento do plano de negócio, a partir da data de referência para o cálculo do Embedded Value sobre as

demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, conforme os contratos assinados com os vendedores em cada combinação de negócio.

6.15. DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

Os depósitos por resseguro cedido e retrocedido constituem garantias recebidas dos resseguradores em função dos contratos de cobertura de resseguro assinados dentro das práticas habituais do negócio, geram juros a pagar e o período médio de renovação é geralmente trimestral. A liquidação dos citados juros é realizada de forma trimestral.

6.16. DÍVIDAS

Os saldos incluídos nas seções de dívidas por operações de seguro direto e co-seguro, por operações de resseguro, dívidas tributárias e outras dívidas não geram juros a pagar e, em caráter geral, sua liquidação será realizada no exercício seguinte.

6.17. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

O detalhamento das receitas e despesas dos investimentos para os exercícios de 2021 e 2020 é mostrado a seguir:

Receitas dos investimentos

CONCEITO	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS DE:							
	OPERAÇÃO		PATRIMÔNIO		RECEITAS FINANCEIRAS DE OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
RECEITAS POR JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES								
Investimentos imobiliários								
Aluguéis	42,1	43,2	1,0	0,9	6,1	14,2	49,2	58,3
Outros	0,4	0,4	–	0,1	0,9	1,8	1,3	2,3
Receitas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	158,0	149,0	0,3	1,2	3,0	2,0	161,3	152,2
Outros investimentos	2,3	1,9	0,2	0,1	–	–	2,5	2,0
Receitas provenientes da carteira disponível para venda								
Receitas provenientes da carteira de negociação	297,8	245,3	–	0,3	3,5	3,3	301,3	248,9
Outros rendimentos financeiros	113,7	100,5	39,5	26,9	21,6	27,2	174,8	154,6
RECEITAS TOTAIS	1.661,9	1.560,2	93,6	91,7	37,0	51,2	1.792,5	1.703,1
GANHOS REALIZADOS E NÃO REALIZADOS								
Ganhos líquidos realizados:								
Investimentos imobiliários	13,1	17,7	0,3	16,3	33,8	–	47,2	34,0
Investimentos financeiros da carteira mantida até o vencimento	–	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos financeiros da carteira disponível para venda	306,2	300,5	33,5	28,8	1,8	2,1	341,5	331,4
Investimentos financeiros da carteira de negociação	54,9	60,3	8,3	3,6	–	–	63,2	63,9
Outras	42,2	–	13,6	–	7,4	0,1	63,2	0,1
Ganhos não realizados:								
Aumento do valor justo da carteira de negociação e lucros em derivados	146,7	114,8	30,3	26,7	0,4	0,7	177,4	142,2
Outras	2,1	5,8	0,4	–	4,5	5,4	7,0	11,2
TOTAL DE GANHOS	565,2	499,1	86,4	75,4	47,9	8,3	699,5	582,8
TOTAL RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	2.227,1	2.059,3	180,0	167,1	84,9	59,5	2.492,0	2.285,9

Dados em milhões de euros.

O aumento de outros rendimentos financeiros de outras atividades no exercício 2020 teve sua origem na mais-valia obtida com a venda da MAQUAVIT INMUEBLES, no valor de 14,1 milhões de euros.

Despesas dos investimentos

CONCEITO	GASTOS DE LAS INVERSIONES DE:							
	OPERAÇÃO		PATRIMÔNIO		GASTOS FINANCEIROS E OUTRAS ATIVIDADES		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
GASTOS FINANCEIROS								
Investimentos imobiliários								
Despesas operacionais diretas	18,4	19,1	–	–	–	0,5	18,4	19,6
Outras despesas	9,7	5,3	–	–	6,6	7,1	16,3	12,4
Despesas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	7,6	6,8	–	–	1,4	–	9,0	6,8
Outros investimentos	4,3	0,4	–	–	0,1	0,1	4,4	0,5
Despesas provenientes da carteira disponível para venda	265,1	152,8	1,8	18,4	–	–	266,9	171,2
Despesas provenientes da carteira de negociação	235,3	132,8	–	0,7	–	–	235,3	133,5
Outros gastos financeiros	128,9	119,3	32,5	5,6	83,2	84,9	244,6	209,8
TOTAL DESPESAS	669,3	436,5	34,3	24,7	91,3	92,6	794,9	553,8
PERDAS REALIZADAS E NÃO REALIZADAS								
Perdas líquidas realizadas								
Investimentos imobiliários	1,2	18,0	–	–	0,4	–	1,6	18,0
Investimentos financeiros da carteira disponível para venda	95,5	223,5	3,3	8,6	0,4	1,4	99,2	233,5
Aplicações financeiras carteira de negociação	42,5	57,0	3,5	7,1	–	–	46,0	64,1
Outras	1,9	7,5	0,2	0,6	16,1	0,2	18,2	8,3
Perdas não realizadas								
Diminuição do valor justo da carteira de negociação e perdas em derivados	98,5	55,9	10,3	10,0	–	–	108,8	65,9
Outras	1,1	0,9	1,5	–	0,3	0,4	2,9	1,3
TOTAL PERDAS	240,7	362,8	18,8	26,3	17,2	2,0	276,7	391,1
TOTAL DESPESAS DOS INVESTIMENTOS	910,0	799,3	53,1	51,0	108,5	94,6	1.071,6	944,9

Dados em milhões de euros.

Grande parte dos ganhos e perdas, tanto realizados quanto não realizados, corresponde a ativos relacionados a provisões matemáticas (ver nota 6.13), de modo que na demonstração do resultado os dois efeitos são compensados.

As despesas procedentes das carteiras de investimento têm sua origem principalmente nos contratos de permuta financeira relacionados com operações de seguro.

6.18. DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir são discriminadas as despesas operacionais líquidas por destino e natureza nos dois últimos exercícios.

Despesas operacionais por destino

CONCEITO	2021	2020
Despesas imputáveis a benefícios	760,5	775,3
Despesas de aquisição	4.611,0	4.610,2
Despesas administrativas	766,8	746,8
Despesas dos investimentos	963,1	850,4
Outras despesas técnicas	352,8	205,0
Outras despesas não técnicas	152,9	145,7
Despesas operacionais de outras atividades	408,0	437,0
TOTAL	8.015,1	7.770,4

Dados em milhões de euros.

Despesas operacionais por natureza

CONCEITO	2021	2020
Comissões e outras despesas de carteira	3.685,3	3.668,3
Despesas com pessoal	1.838,2	1.696,8
Serviços externos	766,8	746,8
- Arrendamentos (lojas e imóveis)	25,6	26,7
- Reparações e conservação (lojas e imóveis)	67,7	70,0
- Arrendamentos e reparações (equipamentos de informática)	33,9	36,3
- Arrendamentos e reparações (aplicativos informáticos)	189,5	164,5
- Outros serviços (aplicativos de informática)	242,4	221,4
- Fornecimentos (comunicações)	15,1	37,6
- Publicidade e propaganda	121,5	126,3
- Relações públicas	26,6	22,6
- Serviços de profissionais independentes	215,3	206,8
- Outros serviços	326,0	331,9
Tributos	147,6	150,0
Dotações para amortizações	305,1	320,6
Gastos imputáveis diretamente ao destino	775,3	690,5
TOTAL	8.015,1	7.770,4

Dados em milhões de euros.

A demonstração de resultados apresenta as despesas por destino, ou seja, baseada na função que cumprem no ciclo de operação da atividade seguradora (gastos imputáveis aos benefícios, à aquisição de contratos de seguro, à administração, aos investimentos ou a outros conceitos técnicos).

Os gastos são registrados inicialmente por sua natureza, e são reclassificados por destino nos casos em que não coincidirem com a natureza. A seguir, é indicada a reclassificação realizada nas seguintes seções:

1. Gastos imputáveis aos benefícios. Reúnem os gastos com pessoal dedicados à gestão de sinistros, à amortização do imobilizado afetado por essa atividade, aos honorários pagos por motivo de gestão de sinistros e às despesas realizadas por outros serviços necessários para o seu trâmite.

2. Despesas operacionais líquidas. Foram adicionados nesta seção:

- Despesas de aquisição. Coletam comissões, despesas de funcionários dedicados à produção, amortizações do imobilizado afetado por essa atividade, despesas de estudo e trâmite de solicitações e de formalização de apólices, assim como despesas de publicidade, propaganda e da organização comercial diretamente vinculadas à aquisição dos contratos de seguro.

- Despesas administrativas. Reúnem principalmente as despesas de funcionários dedicados a tais funções e às amortizações do imobilizado afetado por essa atividade, assim como despesas derivadas de assuntos litigiosos vinculados aos prêmios e às despesas de trâmite de estornos e do resseguro cedido e aceito.

- Comissões e participações do resseguro. Reúnem a compensação dos resseguradores às entidades cedentes pelas despesas de aquisição e administração incorridas por estas, assim como a sua participação nos lucros do ressegurador.

3. Despesas dos investimentos. Reúnem os gastos dos funcionários dedicados à gestão dos investimentos, as dotações para a amortização do imobilizado afetado por essa atividade e outras despesas de gestão dos investimentos, tanto internos quanto externos, compreendendo nesse último caso os honorários, as comissões e as corretagens acumulados

As despesas dos investimentos são agrupadas nas categorias operacionais e patrimoniais, de acordo com os investimentos nos quais se materializam as provisões técnicas (investimentos operacionais), ou dos investimentos nos quais o patrimônio da entidade se materializa (investimentos patrimoniais).

6.19. RESULTADO DO RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

O resultado das operações de resseguro cedido e retrocedido dos exercícios 2021 e 2020 é o seguinte:

CONCEITO	NÃO VIDA		VIDA		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prêmios	(4.121,8)	(3.458,4)	(186,0)	(190,0)	(4.307,8)	(3.648,4)
Variação da provisão para prêmios não consumidos e para riscos em andamento	248,2	(184,5)	1,1	3,7	249,3	(180,8)
Prestações pagas e variação da provisão para benefícios	2.069,8	1.723,4	159,6	112,0	2.229,4	1.835,4
Variação da provisão matemática e de outras provisões técnicas	—	—	(6,9)	(14,4)	(6,9)	(14,4)
Participação no resseguro em comissões e despesas	690,3	630,1	32,1	39,8	722,4	669,9
RESULTADO DO RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	(1.113,5)	(1.289,4)	(0,1)	(48,8)	(1.113,6)	(1.338,2)

Dados em milhões de euros.

6.20. SITUAÇÃO FISCAL

Regime de consolidação fiscal

• Imposto sobre lucros

A partir do exercício 1985, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída, para efeitos do Imposto sobre Sociedades, no Grupo Fiscal número 9/85, integrado pela Sociedade controladora e por suas entidades filiais que cumprem os requisitos para o amparo neste regime de tributação. As principais entidades filiais que em 2021 fazem parte desse Grupo Fiscal estão detalhadas no Anexo 2 deste relatório.

• Imposto sobre valor agregado

A partir do exercício 2010, com relação ao Imposto sobre Valor Agregado, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída no Grupo de entidades IVA 87/10, constituído pela MAPFRE S.A. como sociedade controladora e pelas suas sociedades controladas que na data concordaram em se integrar ao Grupo citado. As principais entidades filiais que em 2021 fazem parte desse Grupo estão detalhadas no Anexo 2 deste relatório.

Componentes da despesa por imposto sobre lucros e conciliação do resultado contábil com a despesa por imposto de operações continuadas

A seguir são detalhados, para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais componentes da despesa por imposto sobre lucros de operações continuadas e a conciliação entre a despesa por imposto sobre lucros e o produto da multiplicação do resultado contábil pela taxa de imposto aplicável. O Grupo efetuou a conciliação acrescentando as conciliações feitas separadamente utilizando as taxas nacionais de cada um dos países.

CONCEITO	MONTANTE	
	EXERCICIO 2021	EXERCICIO 2020
Exercicio 2021		
Despesa por imposto		
Resultado antes de impostos de operações continuadas	1.355,1	1.118,5
25% do resultado antes de impostos de operações continuadas	338,8	279,6
Efeito fiscal das diferenças permanentes	(112,5)	(58,4)
Incentivo fiscal do exercício	(34,2)	(36,8)
Efeito fiscal por taxas de impostos diferentes de 25%	114,4	118,1
Total de despesa por imposto corrente com origem no exercício	306,5	302,5
Despesa por imposto corrente com origem em exercícios anteriores	13,8	10,8
Créditos de períodos anteriores previamente não reconhecidos por bases de cálculo negativas, deduções pendentes de aplicação ou diferenças temporárias	(0,8)	(15,5)
TOTAL DE DESPESA POR IMPOSTO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	319,5	297,7
Imposto de renda a pagar		
Retenções e pagamentos a receber	(390,8)	(367,0)
Diferenças temporárias e diferenças de conversão	34,5	26,3
Créditos e incentivos fiscais registrados em exercícios anteriores e aplicados neste	(39,9)	(37,1)
Imposto sobre lucros de operações interrompidas	—	—
TOTAL IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR (RECEBER) COM ORIGEM NO EXERCÍCIO	(76,7)	(80,1)
IMPOSTO SOBRE LUCROS A RECEBER DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(49,5)	(43,1)
TOTAL IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR (RECEBER) LÍQUIDO	(126,2)	(123,1)

Dados em milhões de euros.

Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos e passivos por impostos diferidos foram apresentados no balanço consolidado pelo valor líquido correspondente a cada um dos sujeitos fiscais do Grupo, totalizando os valores seguintes:

CONCEITO	2021	2020
Ativos por impostos diferidos	299,6	221,7
Passivos por impostos diferidos	(537,7)	(670,6)
ATIVO (PASSIVO) LÍQUIDO	(238,1)	(448,9)

Dados em milhões de euros.

Além dos ativos por impostos diferidos contabilizados nos exercícios de 2021 e 2020 indicados no quadro anterior, existem outros procedentes de bases de cálculo negativas pendentes de compensação, pelo valor de 23,6 e 22,7 milhões de euros, respectivamente, que não foram contabilizados na aplicação dos critérios que as NIIF-UE estabelecem.

Nos quadros a seguir, discriminam-se os movimentos para os exercícios 2021 e 2020 do saldo líquido por impostos diferidos, especificando-se o valor referente a parcelas debitadas ou pagas diretamente nas contas de patrimônio líquido em cada um dos dois exercícios.

Exercício 2021

CONCEITO	PROVENIENTES DE						
	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	RESULTADOS	PATRIMÔNIO	CANCELAMENTOS	SALDO FINAL
Despesas de aquisição de carteira e outros intangíveis	(224,7)	(1,0)	–	13,8	(5,6)	–	(217,6)
Diferença de avaliação de investimentos financeiros	(1.303,1)	91,7	–	41,6	269,0	–	(900,8)
Outras receitas e despesas abrangentes	(15,1)	0,2	0,1	2,2	–	0,4	(12,3)
Diferença de avaliação de provisões matemáticas por contabilidade tácita	854,6	(81,3)	–	(0,9)	(145,4)	–	627,0
Provisão de estabilização e catastrófica	(151,5)	(0,3)	–	(27,5)	–	9,6	(169,7)
Outras provisões técnicas	53,8	6,0	–	(9,3)	–	–	50,4
Créditos tributários por bases de cálculo negativas	187,6	2,8	(0,2)	47,9	–	(20,5)	217,6
Créditos por incentivos fiscais	17,9	1,4	–	33,5	–	(33,9)	18,9
Complementos de aposentadorias e outros compromissos com o pessoal	60,1	4,2	(0,19)	(5,7)	–	(4,4)	54,1
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	17,7	1,0	(0,39)	6,3	–	(4,9)	19,7
Provisões para responsabilidades e outras	56,6	(5,3)	0,70	44,5	–	(22,3)	74,3
Aplicação NIIF-UE 16	5,4	–	–	(1,4)	2,7	–	6,7
Outros conceitos	(8,2)	2,0	5,91	(3,7)	–	(2,5)	(6,5)
TOTAL	(448,9)	21,3	5,9	141,3	120,6	(78,5)	(238,2)

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SALDO INICIAL	AJUSTES AO SALDO INICIAL	MUDANÇAS NO PERÍMETRO	PROVENIENTES DE			SALDO FINAL
				RESULTADOS	PATRIMÔNIO	CANCELAMENTOS	
Despesas de aquisição de carteira e outros intangíveis	(254,4)	55,1	10,9	14,8	(51,1)	–	(224,7)
Diferença de avaliação de investimentos financeiros	(1.526,8)	(24,1)	414,2	29,3	(195,7)	–	(1.303,1)
Outras receitas e despesas abrangentes	(12,2)	(2,8)	–	(0,3)	–	0,3	(15,1)
Diferença de avaliação de provisões matemáticas por contabilidade tácita	1.133,4	26,7	(387,9)	(11,4)	93,8	–	854,6
Provisão de estabilização e catastrófica	(174,6)	5,5	–	(10,8)	–	28,5	(151,5)
Outras provisões técnicas	63,9	(3,3)	(0,4)	(6,4)	–	–	53,8
Créditos tributários por bases de cálculo negativas	261,3	(63,4)	–	19,0	–	(29,3)	187,6
Créditos por incentivos fiscais	11,5	(0,2)	–	48,7	–	(42,2)	17,9
Complementos de aposentadorias e outros compromissos com o pessoal	55,7	–	(0,2)	5,7	–	(1,0)	60,1
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	19,7	(2,0)	(0,1)	5,5	–	(5,4)	17,7
Provisões para responsabilidades e outras	51,6	(3,2)	0,1	16,4	–	(8,2)	56,6
Aplicação NIIF-UE 16	6,0	(0,7)	1,0	(0,9)	–	–	5,4
Outros conceitos	(31,2)	(9,8)	(2,6)	43,5	–	(8,2)	(8,2)
TOTAL	(396,1)	(22,3)	35,0	153,0	(153,0)	(65,5)	(448,9)

Dados em milhões de euros

O valor registado no exercício 2020 no conceito de Despesas de aquisição de carteira e outros intangíveis na coluna de património procedia da atribuição final do preço de compra da aquisição da participação no SANTANDER MAPFRE, efetuada no exercício 2019.

No encerramento do exercício de 2021, os ativos e passivos por impostos diferidos com vencimento inferior a 12 meses totalizam 38,7 e 41,1 milhões de euros, respectivamente (45 e 40,3 milhões de euros, respectivamente, no exercício de 2020).

Bases de cálculo negativas

A discriminação das bases de cálculo negativas pendentes de compensação nas sociedades consolidadas por integração global no encerramento dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Os ativos contabilizados por impostos diferidos por bases de cálculo negativas pendentes de

EXERCÍCIO DE GERAÇÃO	VALOR BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS				ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO			
	APLICADAS NO EXERCÍCIO		PENDENTES DE APLICAÇÃO		VALOR CONTABILIZADO		VALOR NÃO CONTABILIZADO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
2013 e anteriores	1,7	18,7	171,2	170,9	60,0	60,2	4,3	4,1
2014	0,5	—	10,0	10,1	—	—	2,3	2,2
2015	0,1	5,0	16,3	16,1	0,6	0,5	4,3	4,3
2016	0,4	4,4	124,3	124,6	35,7	35,7	2,5	2,5
2017	5,1	50,7	33,8	38,8	5,6	7,3	2,6	2,5
2018	55,2	17,4	138,9	193,9	44,8	57,4	2,8	2,8
2019	0,3	—	58,0	58,2	11,0	11,1	0,9	0,9
2020	23,4	—	55,3	79,0	10,3	15,4	3,9	3,4
2021	—	—	209,4	—	49,5	—	—	—
TOTAL	86,7	96,2	817,2	691,6	217,5	187,5	23,6	22,7

Dados em milhões de euros.

compensação nas sociedades consolidadas correspondem a bases de cálculo negativas geradas como consequência de fatos não comuns na gestão, e é provável que haja lucros fiscais futuros contra os quais aplicá-las.

Incentivos fiscais

O detalhe dos incentivos fiscais das sociedades consolidadas por integração global para os exercícios 2021 e 2020 é o seguinte:

MODALIDADE	VALOR APLICADO NO EXERCÍCIO		VALOR PENDENTE DE APLICAÇÃO		VALOR NÃO REGISTRADO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Dedução por dupla imposição	5,2	9,1	0,7	0,8	—	0,8
Criação de emprego	—	—	—	—	—	—
Outros	28,7	33,0	18,2	17,9	—	—
TOTAL	33,9	42,2	18,9	18,7	—	0,8

Dados em milhões de euros.

Em exercícios passados, o Grupo de consolidação fiscal nº 9/85 aderiu à redução por reserva de capitalização prevista no artigo 25 da lei 27/2014, do Imposto sobre Sociedades, dando lugar a uma redução na parcela consolidada de cada exercício. Esse lucro fiscal está condicionado à existência de um aumento de fundos próprios no exercício que seja mantido durante um prazo de cinco anos, bem como à constituição de uma reserva pelo valor da redução, equivalente a pelo menos 10 % de tal aumento, que será indisponível durante o mesmo prazo de cinco anos. O detalhamento dos aumentos de fundos próprios e reservas dotadas nos últimos exercícios, sujeitos ao requisito de conservação, é o seguinte:

EXERCÍCIO	AUMENTO DE FUNDOS PRÓPRIOS	RESERVA INDISPONÍVEL
2015	324,9	35,0
2016	94,7	12,0
2017	18,6	1,9

Dados em milhões de euros.

Comprovações tributárias

Durante os exercícios de 2020 e 2021, foram desenvolvidas na Espanha as ações de comprovação, iniciadas em 2017, em relação ao Grupo Fiscal nº 9/85, que afetaram a MAPFRE S.A., como sociedade controladora, e a MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE RE, MAPFRE ASISTENCIA, MAPFRE GLOBAL RISKS e outras sociedades filiais do Grupo pelo Imposto sobre Sociedades dos exercícios de 2013 a 2016, e restante de impostos dos exercícios 2014 a 2016.

Como resultado dessas ações, foram instauradas atas relativas a retenções e receitas por conta do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), parcialmente assinadas em conformidade, cujas liquidações foram realizadas na data de elaboração das contas anuais do exercício 2020. A respeito das atas assinadas em desconformidade, as liquidações estão com recurso perante o Tribunal Económico-Administrativo Central (TEAC).

Em relação ao Imposto sobre Sociedades relativo aos exercícios de 2013 a 2016, foram assinadas atas de conformidade e de desacordo em 11 de março de 2020. Em relação aos conceitos assinados em conformidade, cujas liquidações se encontravam registradas na Fazenda Pública em 31 de dezembro de 2020, é importante destacar o reconhecimento de deduções por dupla tributação na aplicação do disposto no artigo 30.6 do Real Decreto Legislativo 4/2004, que aprovou o Texto Reformulado da Lei do Imposto sobre Sociedades (em vigor nos exercícios 2013 e 2014) e Disposição Transitória nº 23 da Lei 27/2014 do Imposto sobre Sociedades (em vigor a partir do exercício 2015), bem como a regularização de provisões não dedutíveis que, não obstante, são revertidas em exercícios posteriores. Quanto às atas de desacordo, se referem principalmente à dedutibilidade de determinadas despesas de pessoal, da provisão técnica para benefícios e reserva de estabilização, a dedução por despesas com inovação tecnológica e a repercussão de royalties nas filiais pelo uso da marca MAPFRE. Em 30 de maio de 2020, foram formuladas alegações contra as atas de desacordo que foram desestimadas pelo Escritório Técnico da Delegação Central de Grandes Contribuintes, cujas resoluções foram recorridas perante o TEAC. Posteriormente, com data 22 de dezembro de 2020, ampliaram-se atuações de inspeção em relação ao Imposto sobre Sociedades do exercício 2016, limitadas à comprovação de determinados gastos de pessoal, que afetaram algumas das sociedades controladas, já regularizados na ata dos exercícios 2013 e 2014, e que finalizaram com a assinatura de uma ata de desacordo cuja liquidação foi recorrida perante o TEAC.

Além disso, no referente ao Imposto sobre o Valor Agregado para os exercícios de 2014 a 2016, em 3 de junho de 2020 foi assinada uma ata relativa à aplicação da regra de “pro rata” no grupo de entidades REGE número 87/2010, do qual a MAPFRE S.A. é a sociedade controladora, já paga na data de elaboração das contas anuais, e uma ata de desacordo quanto ao impacto das operações de repercussão das royalties sobre a utilização da marca MAPFRE, que foi objeto de recurso perante o TEAC.

Com relação às dívidas tributárias derivadas de atas de desacordo resultantes de atuações de comprovação, a MAPFRE considera, com base no critério de seus assessores fiscais, que existem sólidos argumentos de defesa nos procedimentos econômicos e administrativos em andamento, motivo pelo qual não foi registrada nenhuma provisão específica em relação a este conceito.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações dos diversos impostos realizadas não podem ser consideradas definitivas enquanto não tenham sido inspecionadas pelas autoridades tributárias ou não tenha passado o prazo de prescrição (quatro anos, no caso das sociedades espanholas).

Na opinião dos Administradores e dos assessores das sociedades consolidadas, a possibilidade de que possam se produzir passivos fiscais que afetem de forma significativa a posição financeira das Sociedades consolidadas em 31 de dezembro de 2021 é remota.

6.21 RETRIBUIÇÕES A FUNCIONÁRIOS E PASSIVOS ASSOCIADOS

Despesas com pessoal

A discriminação da despesa com pessoal dos dois últimos exercícios é mostrada no quadro a seguir:

CONCEITO	MONTANTE	
	2021	2020
Retribuições a curto prazo		
Pagamentos e salários	1.214,0	1.215,9
Previdência social	235,3	240,8
Outras retribuições	119,0	130,2
Benefícios após o emprego	43,9	36,2
Outras retribuições a médio prazo	—	3,9
Indenizações por demissão	226,0	69,8
TOTAL	1.838,2	1.696,8

Dados em milhões de euros.

Principais benefícios e outros benefícios após o emprego

Regimes de prestação definida

As obrigações por planos de prestação definida que permanecem em balanço correspondem exclusivamente a pessoal passivo, com os principais planos sendo instrumentados através de apólices de seguro, que são avaliadas conforme o detalhado na descrição das políticas contábeis.

Em relação com os valores reconhecidos no balanço, existem obrigações por planos de prestação definida cujas quantias chegam, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a 39,6 e 41,8 milhões de euros respectivamente, exteriorizadas integralmente através de apólices assinadas com a MAPFRE VIDA, motivo pelo qual não foram reconhecidos ativos desses planos, e o passivo reconhecido no balanço consolidado encontra-se registrado na seção “Provisão de seguros de vida”.

Adicionalmente, existem obrigações por compromissos com pensões exteriorizadas com apólices de seguros cujos valores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 totalizam 11,3 e 11,8 milhões de euros respectivamente, valor que coincide com o valor do ativo referente ao plano.

As principais hipóteses atuariais usadas na data de encerramento dos dois últimos exercícios foram as seguintes: tabelas de sobrevivência PERM/F-2000 em 2021 e PERM/F-2000 em 2020, rendas revalorizáveis com o IPC anual do ano anterior em ambos os exercícios (porcentagem de revalorização segurado em apólice de 3 %), sendo as taxas de desconto e o rendimento esperado dos ativos referentes idênticos ao se tratar de produtos com união de fluxos.

O efeito líquido sobre patrimônio e resultados das perdas e lucros atuariais, as despesas com juros e o rendimento dos ativos relacionados ao plano são nulos por compensar os valores correspondentes às obrigações e aos ativos relacionados ao plano ou aos direitos de reembolso.

Outros benefícios após o emprego

Nos exercícios de 2021 e 2020 foi definido como despesa com pessoal o correspondente ao seguro de vida com cobertura de falecimento entre os 65 e os 77 anos, pelo valor de 1,1 e 2,1 milhões de euros, respectivamente. O cálculo desta provisão nos exercícios 2020 e 2021 foi feito utilizando as tabelas de mortalidade PASEM-2010 e PASEM-2020, respectivamente.

Outras retribuições a médio prazo e pagamentos baseados em ações

O Conselho de Administração aprovou em 2019 um plano de incentivos a médio prazo avaliado e reconhecido na demonstração de resultados consolidada, conforme o indicado na [nota 5.19](#) “Retribuições aos funcionários”. Nenhum valor foi provisionado por esse conceito por não alcançar os objetivos estabelecidos no plano.

Durante o exercício 2019 foi liquidado parcialmente o antigo plano de incentivos a médio prazo aprovado em 2016, ficando 0,3 milhões de euros pendentes de pagamento até o período 2020-2022, que devem ser pagos em dinheiro, e 0,3 milhões de euros a liquidar por meio de instrumentos de patrimônio, incluídos em em passivo e patrimônio, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (0,7 e 0,4 milhões de euros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

Número de funcionários

A seguir são detalhados o número médio e o número final de funcionários dos dois últimos exercícios classificados por categoria e sexo, e sua distribuição por segmentos.

Número médio de funcionários:**2021**

SEGMENTO	CONSELHEIROS E DIRETORES		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
IBÉRIA	6	—	1.201	666	2.807	2.821	624	1.856	4.638	5.343
LATAM NORTE	5	4	365	388	753	918	408	596	1.531	1.906
LATAM SUL	7	2	434	335	997	956	559	659	1.997	1.952
BRASIL	3	—	368	290	1.013	1.718	469	1.140	1.853	3.148
AMÉRICA DO NORTE	4	—	265	268	588	902	154	560	1.011	1.730
EURÁSIA	6	1	271	250	694	775	328	577	1.299	1.603
ASSISTÊNCIA	—	1	374	227	389	414	729	1.139	1.492	1.781
GLOBAL RISKS	1	—	33	23	46	68	2	12	82	103
RESSEGURO	2	—	84	50	130	148	7	27	223	225
ÁREAS CORPORATIVAS	18	5	271	140	314	251	11	71	614	467
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	52	13	3.666	2.637	7.731	8.971	3.291	6.637	14.740	18.258

2020

SEGMENTO	CONSELHEIROS E DIRETORES		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
IBÉRIA	6	—	1.177	590	2.892	2.832	650	1.884	4.725	5.306
LATAM NORTE	7	3	334	363	806	920	457	663	1.604	1.949
LATAM SUL	7	2	421	353	1.087	988	592	716	2.107	2.059
BRASIL	3	—	309	208	1.078	1.784	592	1.312	1.982	3.304
AMÉRICA DO NORTE	4	—	272	282	616	961	176	572	1.068	1.815
EURÁSIA	4	—	271	242	729	802	365	616	1.369	1.660
ASSISTÊNCIA	—	1	431	263	470	459	856	1.382	1.757	2.105
GLOBAL RISKS	1	—	24	20	52	64	3	17	80	101
RESSEGURO	2	—	70	36	153	161	9	30	234	227
ÁREAS CORPORATIVAS	19	4	207	105	395	291	17	77	638	477
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	53	10	3.516	2.462	8.278	9.262	3.717	7.269	15.564	19.003

Número de funcionários no fim do exercício:

2021

SEGMENTO	CONSELHEIROS E DIRETORES		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
IBÉRIA	7	—	1.178	662	2.755	2.786	606	1.845	4.546	5.293
LATAM NORTE	6	4	360	377	769	952	380	593	1.515	1.926
LATAM SUL	7	2	425	328	966	949	504	652	1.902	1.931
BRASIL	3	—	361	277	1.009	1.790	445	1.031	1.818	3.098
AMÉRICA DO NORTE	4	—	274	272	586	886	145	542	1.009	1.700
EURÁSIA	6	1	285	261	677	763	310	548	1.278	1.573
ASSISTÊNCIA	—	1	343	214	307	340	725	1.097	1.375	1.652
GLOBAL RISKS	1	—	34	23	44	72	2	11	81	106
RESSEGURO	2	—	85	51	124	152	6	26	217	229
ÁREAS CORPORATIVAS	17	5	278	142	316	257	10	67	621	471
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	53	13	3.623	2.607	7.553	8.947	3.133	6.412	14.362	17.979

2020

SEGMENTO	CONSELHEIROS E DIRETORES		DIRETORIA		TÉCNICOS		ADMINISTRATIVOS		TOTAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
IBÉRIA	6	—	1.174	592	2.866	2.838	647	1.878	4.693	5.308
LATAM NORTE	7	3	327	357	794	920	431	634	1.559	1.914
LATAM SUL	7	2	414	340	1.056	955	574	703	2.051	2.000
BRASIL	2	—	310	205	1.075	1.362	523	1.630	1.910	3.197
AMÉRICA DO NORTE	4	—	274	273	614	943	155	555	1.047	1.771
EURÁSIA	4	1	258	231	719	791	361	616	1.342	1.639
ASSISTÊNCIA	—	2	403	253	431	439	765	1.256	1.599	1.950
GLOBAL RISKS	1	—	24	21	52	63	2	17	79	101
RESSEGURO	2	—	68	36	154	161	9	29	233	226
ÁREAS CORPORATIVAS	18	4	208	105	396	290	13	77	635	476
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	51	12	3.460	2.413	8.157	8.762	3.480	7.395	15.148	18.582

A seguir é detalhado o número de pessoas empregadas na Espanha com deficiência maior ou igual a 33 % no encerramento dos últimos exercícios e a média ao longo deles, indicando a categoria à qual pertencem:

CONCEITO	2021		2020	
	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	MÉDIO	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	MÉDIO
Diretoria	16	16	16	16
Técnicos	100	107	104	103
Administrativos	91	97	92	92
TOTAL	207	220	212	211

6.22. RESULTADOS LÍQUIDOS POR DIFERENÇAS DE CÂMBIO

As diferenças de câmbio positivas diferentes das procedentes dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo imputadas à Demonstração de Resultados Consolidada totalizam 1,628 e 2,042 bilhões de euros nos exercícios 2021 e 2020, respectivamente.

As diferenças de câmbio negativas diferentes das procedentes dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo imputadas à Demonstração de Resultados Consolidada totalizam 1,574 e 2,018 bilhões de euros nos exercícios 2021 e 2020, respectivamente.

A seguir é apresentada a conciliação das diferenças de conversão reconhecidas no patrimônio no início e no final do exercício em 2021 e 2020.

DESCRIÇÃO	MONTANTE	
	2021	2020
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(1.915,7)	(1.240,2)
Diferença líquida de câmbio por valorização de parcelas não monetárias	0,9	(0,9)
Diferença líquida de câmbio por conversão de estados financeiros	138,5	(674,6)
SALDO NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	(1.776,3)	(1.915,7)

Dados em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as diferenças de câmbio líquidas derivadas da conversão para euros das demonstrações financeiras daquelas entidades do Grupo cuja moeda funcional não é o euro são:

SOCIEDADE/SUBGRUPO	ÁREA GEOGRÁFICA	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO					
		POSITIVAS		NEGATIVAS		LÍQUIDO	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedades consolidadas por integração global:							
MAPFRE RE	Europa, América e resto do mundo	23,6	22,7	(48,2)	(46,5)	(24,6)	(23,8)
MAPFRE INTERNACIONAL	Europa, América e resto do mundo	461,3	300,0	(2.104,3)	(2.071,5)	(1.643,0)	(1.771,5)
Outros	--	23,9	25,9	(116,9)	(128,7)	(93,0)	(102,8)
TOTAL		508,8	348,6	(2.269,4)	(2.246,7)	(1.760,6)	(1.898,1)

Dados em milhões de euros.

6.23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

No encerramento dos exercícios 2021 e 2020 e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não existe evidência da existência de outros ativos e passivos contingentes por valores significativos diferentes dos detalhados no relatório

(nota 6.9, com relação à finalização do acordo com o Bankia e submissão à arbitragem do direito da MAPFRE de receber do Caixabank, nos termos contratualmente previstos, uma compensação adicional de 10 %, equivalente a 52 milhões de euros antes de impostos).

6.24. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

Durante o exercício 2021 não ocorreu nenhuma combinação de negócios relevante.

Em fevereiro de 2020, a MAPFRE alcançou um acordo com o Centro Financiero BHD León, a maior entidade financeira da República Dominicana, pelo qual adquire 51 % da seguradora de saúde ARS Palic, que mudou sua denominação para MAPFRE SALUD ARS (uma referência no mercado dominicano de saúde, com mais de 900.000 clientes), e o Centro Financiero BHD León mantém os 49 % restantes. Com essa operação, a MAPFRE se consolida como uma das principais seguradoras na República Dominicana, com aproximadamente 350 milhões de euros em prêmios anuais.

Em de junho de 2020, a MAPFRE e o Banco Santander assinaram um acordo para distribuir conjuntamente produtos de seguros Não Vida em Portugal, por meio da aquisição de 50,01 %, da empresa existente, Popular Seguros, por parte da filial da MAPFRE em Portugal. O acordo representa a assinatura de um contrato para a distribuição exclusiva de um novo negócio de determinados produtos Não Vida (seguros de automóveis, multirrisco PME e seguros de responsabilidade civil) por meio da rede de escritórios do banco em Portugal até 31 de dezembro de 2037. Este acordo é complementado com a aquisição de 100 % de uma carteira em run-off de seguros de Vida Risco, de propriedade do Santander Totta Seguros.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis das participações adquiridas nestes negócios são os seguintes:

CONCEITO	2020	
	MAPFRE SALUD ARS	MAPFRE SANTANDER PORTUGAL
ATIVO		
Despesas de aquisição de carteira e outros intangíveis	65,5	25,1
Investimentos	47,8	—
Ativos por impostos diferidos	0,5	0,1
Participação do resseguro nas provisões técnicas	—	0,9
Créditos	8,0	0,7
Tesouraria	8,9	13,3
Outros ativos	15,0	—
TOTAL ATIVO	145,7	40,1
PASIVO		
Provisões técnicas	44,0	4,4
Passivos por impostos diferidos	17,0	5,6
Dívidas	7,5	0,7
Outros passivos	6,3	0,6
TOTAL PASSIVO	74,8	11,3
Valor justo dos ativos líquidos	70,9	28,8
Participação adquirida	51,00%	50,01%
Valor justo da percentagem de ativos líquidos adquiridos	36,2	14,4
Diferença de primeira consolidação	—	—
CUSTO DA COMBINAÇÃO	36,2	14,4

Valores em milhões de euros.

Os valores definitivos da combinação de negócios da MAPFRE SANTANDER PORTUGAL diferem dos valores provisórios registrados no exercício 2020 pela atribuição final do preço de compra, efetuada no primeiro semestre de 2021, e que representaram um aumento no valor dos ativos intangíveis (acordo de distribuição em exclusiva na rede bancária do Banco Santander em Portugal) de 25,1 milhões de euros, assim como dos passivos por impostos diferidos e participações sem o controle de 5,6 e 9,7 milhões de euros, respectivamente, fazendo com que a diferença de primeira consolidação se reduzisse a zero. Como o efeito dessa diferença nos resultados e no patrimônio atribuído aos acionistas da controladora é nulo, não foi efetuada a reexpressão dos valores comparativos do exercício 2020.

Os valores justos detalhados anteriormente diferem dos valores contabilizados pela entidade antes da combinação, principalmente pelas despesas de aquisição de carteira e seus passivos correspondentes por impostos diferidos, não registrados nos livros.

O custo de aquisição de todas as combinações do exercício 2020 foi satisfeito integralmente, não existindo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhum valor pendente de pagamento.

As despesas diretamente atribuíveis às combinações descritas, em relação a honorários de profissionais independentes, advogados e assessores financeiros não são significativos e foram contabilizados como despesas na demonstração de resultados consolidada.

A data de incorporação ao grupo consolidável das anteriores combinações foi 1º de janeiro de 2020; tendo contribuído neste exercício com 196,6 milhões de euros para os prêmios do Grupo, e com 5,8 milhões de euros para o resultado líquido atribuível à Sociedade controladora.

As combinações de negócio de custo não significativo realizadas durante os exercícios 2021 e 2020 são relacionadas no Anexo 1.

6.25. TRANSAÇÕES COM PARTES VINCULADAS

A totalidade das transações com partes vinculadas foi realizada em condições de mercado.

Além das transações descritas no restante das Notas das Contas Anuais Consolidadas, a seguir são descritos os saldos e as transações entre entidades do Grupo.

Operações com empresas do Grupo

A seguir são detalhadas as operações efetuadas entre empresas do Grupo, cujo efeito nos resultados é nulo por terem sido eliminadas no processo de consolidação:

CONCEITO	2021	2020
Serviços recebidos/prestados e outras despesas/receitas	631,2	539,8
Despesas/receitas de investimentos imobiliários	24,1	23,5
Despesas/receitas dos investimentos e contas financeiras	24,3	25,8
Dividendos distribuídos	1.340,3	1.134,7

Dados em milhões de euros.

Operações de resseguro e co-seguro

A seguir são detalhadas as operações de resseguro e co-seguro efetuadas entre empresas do Grupo, eliminadas no processo de consolidação:

CONCEITO	2021	2020
Prêmios cedidos/aceitos	2.840,2	2.560,9
Prestações	1.429,9	1.527,7
Variação de provisões técnicas	96,7	5,8
Comissões	528,5	541,7

Dados em milhões de euros.

No quadro a seguir, são detalhados os saldos com resseguradoras e cedentes, depósitos constituídos e provisões técnicas por operações de resseguro com empresas do Grupo que foram eliminados no processo de consolidação.

Información relativa a entidades dependientes

A seguir estão refletidos os dividendos distribuídos por entidades dependentes com participações sem o controle relevantes e o resultado do exercício dessas sociedades individualmente consideradas (antes de eliminações de consolidação) atribuível às participações sem o controle:

ENTIDADE DEPENDENTE	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS					
	PARTICIPAÇÃO COM O CONTROLE		PARTICIPAÇÃO SEM O CONTROLE		RESULTADO ATRIBUÍVEL A PARTICIPAÇÕES SEM O CONTROLE	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	47,1	47,9	141,1	144,6	152,7	144,5
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	25,0	48,5	25,0	48,5	32,5	29,2
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	6,4	7,9	6,2	7,5	7,0	8,7
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	3,7	9,9	3,7	9,9	7,6	9,2
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	3,7	7,4	1,7	3,3	1,2	5,3
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE ResseguroS, S.A.	54,0	—	3,6	—	8,9	0,7
BANKIA VIDA S.A. DE SEGUROS Y ResseguroS	—	26,0	—	25,0	—	61,6

Dados em milhões de euros.

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados à atividade seguradora:

Balço

ENTIDADE	INVESTIMENTOS		CRÉDITOS		TOTAL ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PROVISÕES TÉCNICAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Dependente										
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y ResseguroS SOBRE LA VIDA HUMANA	13.241,5	14.064,1	216,9	208,5	16.558,6	16.637,7	1.678,4	1.534,0	11.990,4	12.567,7
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y ResseguroS S.A.	6.158,9	6.367,7	899,2	886,3	9.702,4	9.663,2	2.494,8	2.575,0	5.839,2	5.812,0
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE ResseguroS, S.A.	5.296,5	4.720,6	524,9	813,5	9.274,5	8.601,4	1.763,5	1.726,6	6.794,3	5.924,8
M.S.V. LIFE P.L.C.	2.424,3	2.281,0	0,4	1,2	2.723,3	2.563,6	222,1	161,3	2.326,5	2.249,0
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	1.768,9	1.800,8	40,7	37,7	2.159,3	2.126,2	145,5	130,1	1.247,4	1.383,7
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	1.394,8	1.347,3	326,6	325,3	2.516,3	2.358,6	875,5	783,5	1.397,9	1.302,9
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.196,3	1.063,1	784,6	805,8	2.870,4	2.548,4	244,4	243,8	1.975,8	1.656,9
Subtotal Dependentes	31.481,2	31.644,6	2.793,3	3.078,5	45.804,8	44.499,1	7.424,2	7.154,4	31.571,5	30.897,1
Negócios Conjuntos										
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	111,1	79,7	88,7	70,3	551,6	472,4	125,5	118,8	263,7	241,0
SUBTOTAL NEGÓCIOS CONJUNTOS	111,1	79,7	88,7	70,3	551,6	472,4	125,5	118,8	263,7	241,0

Dados em milhões de euros.

Conta de resultados

ENTIDADE	RECEITAS				RESULTADOS						
	DO NEGÓCIO DE SEGUROS		TOTAIS		DO NEGÓCIO DE SEGUROS		DAS OPERAÇÕES		DA CONTA GLOBAL		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Dependente											
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y ResseguroS SOBRE LA VIDA HUMANA	2.854,2	2.094,9	2.873,2	2.118,0	292,0	210,7	271,3	206,8	261,2	241,0	
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y ResseguroS S.A.	4.964,9	4.569,1	5.792,0	5.347,7	423,6	349,4	330,5	266,3	175,9	365,6	
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE ResseguroS, S.A.	4.960,7	5.102,9	7.479,6	7.366,5	182,3	15,1	142,2	10,9	94,5	30,4	
M.S.V. LIFE P.L.C.	535,1	436,9	538,2	440,5	16,6	15,0	10,9	10,3	10,9	10,3	
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	334,9	341,1	348,2	353,0	87,2	78,4	65,0	58,4	65,4	57,5	
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	1.032,0	1.014,4	1.416,4	1.350,8	143,7	95,5	128,7	76,4	128,7	76,4	
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.332,8	1.213,4	1.814,9	1.673,1	286,2	310,9	214,3	231,1	197,7	228,7	
Subtotal Dependentes	16.014,6	14.772,8	20.262,5	18.649,6	1.431,6	1.075,0	1.162,9	860,2	934,3	1.009,9	
Negócios Conjuntos	39,2	33,1	247,6	254,8	15,9	11,8	9,1	6,2	6,8	3,4	
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.											
SUBTOTAL NEGÓCIOS CONJUNTOS	39,2	33,1	247,6	254,8	15,9	11,8	9,1	6,2	6,8	3,4	

Dados em milhões de euros.

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados com a atividade não seguradora:

Balço

ENTIDADE	ATIVOS CIRCULANTES		TOTAL ATIVOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PASSIVOS CIRCULANTES	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Dependente								
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	149,8	151,6	633,4	625,6	499,8	478,1	132,6	146,5
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	67,4	63,7	200,2	196,5	143,4	144,1	50,8	46,7
FUNESPAÑA, S.A.	59,9	213,4	212,0	214,6	138,2	132,3	67,9	77,4
MAPFRE TECH	44,2	33,5	88,7	78,4	20,9	18,8	62,2	52,0
Subtotal Dependentes	321,3	462,2	1.134,3	1.115,1	802,3	773,3	313,5	322,6

Dados em milhões de euros.

Conta de resultados

ENTIDADE	RESULTADOS					
	RECEITAS		DAS OPERAÇÕES		DA CONTA GLOBAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Dependente						
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	47,6	20,5	21,6	(23,2)	21,6	(23,2)
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	94,8	83,5	41,4	36,1	43,9	37,6
FUNESPAÑA, S.A.	106,9	77,6	6,2	5,5	6,1	5,5
MAPFRE TECH	212,3	199,2	1,5	0,8	1,5	0,8
Subtotal Dependentes	461,6	380,8	70,7	19,2	73,1	20,7

Dados em milhões de euros.

Informação relativa a acordos conjuntos e entidades associadas

Informação relativa a acordos conjuntos e entidades associadas

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a MAPFRE PARTICIPACIONES não recebeu da SOLUNION valores a título de dividendos.

O custo e o valor justo da participação no negócio conjunto SOLUNION no encerramento do exercício é de 37,1 e 63,1 milhões de euros, respectivamente (37,1 e 59,4 milhões de euros, respectivamente, em 2020). O seguinte quadro reflete as informações complementares correspondentes aos negócios conjuntos:

NEGÓCIOS CONJUNTOS	DINHEIRO E EQUIVALENTES		PASSIVOS FINANCEIROS		AMORTIZAÇÃO		JUROS				DESPESAS OU RECEITAS POR IMPOSTO SOBRE LUCROS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	RECEITAS		DESPESAS		2021	2020
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	11,4	10,4	—	—	—	0,6	1,3	1,8	1,3	1,6	(3,9)	(3,3)
TOTAL	11,4	10,4	-	-	-	0,6	1,3	1,8	1,3	1,6	(3,9)	(3,3)

Dados em milhões de euros.

As informações correspondente às principais magnitudes das entidades associadas mais relevantes são refletidas no Anexo 2 do relatório.

Remunerações do pessoal essencial da Direção

• Conselho de Administração e outros Comitês delegados

No quadro a seguir é detalhada a retribuição gerada nos dois últimos exercícios pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora:

CONCEITO	MONTANTE	
	2021	2020
Retribuições a curto prazo		
Salários	2,6	2,6
Retribuição variável a curto prazo	2,5	2,2
Verbas fixas	2,8	2,8
Dietas	0,1	—
Outros conceitos	0,2	0,2
Retribuição variável a médio prazo	—	—
TOTAL RETRIBUIÇÕES	8,2	7,8
Outras retribuições		
Seguros de vida	0,1	0,1

Dados em milhões de euros.

A retribuição básica dos Conselheiros Externos consiste em uma renda fixa anual por pertencer ao Conselho de Administração, cujo valor foi de 110.000 euros em 2021 e 2020. A Vice-presidência - Conselho de Coordenação tem uma verba fixa anual de 220.000 em 2021 e 2020. Os membros da Comissão Delegada

recebem 10.000 euros e, além disso, têm uma ajuda de custo de 3.000 euros, em 2021 e 2020. No caso da presidência do Comitê de Auditoria e Conformidade, essa quantia sobe para 68.000 euros em 2021 e 2020. Para a presidência de outros comitês delegados, o montante de 60.000 euros refere-se a 2021 e 2020. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e Conformidade totaliza 48.000 euros em 2021 e 2020. Para a presidência de outros Comitês Delegados, o valor chega a 39.000 euros em 2021 e 2020.

Aqueles que são membros dos Conselhos de Administração de entidades de seguros da Espanha recebem uma verba fixa que chegou a 48.000 euros em 2021 e 2020. A Vice-Presidência externa dos Conselhos de Administração de entidades em Espanha recebeu 59.000 euros em 2021 e 2020. Os membros das Comissões Diretoras receberam 11.000 euros em 2021 e 2020.

Além disso, está estabelecido um Seguro de Vida para caso de falecimento, com um capital segurado de 150.253 euros, com algumas vantagens reconhecidas ao pessoal, como o seguro por doença.

Os conselheiros executivos (entendendo-se como tais os executivos da própria entidade e aqueles que desempenham funções executivas em outras entidades do Grupo MAPFRE) recebem as retribuições estabelecidas em seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de valor variável vinculados aos resultados, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal do Grupo. Além disso, existem complementos de pensões para caso de aposentadoria, exteriorizados através de um seguro de vida, tudo isso dentro da

política de remunerações estabelecida pelo Grupo para seus Diretores executivos, sejam eles conselheiros ou não. Como contribuição aos planos de contribuição definida foram registrados como despesas do exercício 4,4 milhões de euros em 2021 (4,6 milhões em 2020), chegando ao montante dos direitos acumulados de 36,9 e 32,1 milhões de euros em sexta-feira, 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Os conselheiros executivos não recebem a verba fixa estabelecida para os conselheiros externos.

A respeito das retribuições variáveis a curto prazo acumuladas no presente exercício e em anteriores, no encerramento do exercício 2021 se encontram pendentes de pagamento 3,8 milhões de euros, (3,3 milhões de euros em 2020).

Adicionalmente, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., por proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições da entidade, aprovou em 10 de fevereiro de 2021 e em 11 de fevereiro de 2020, para um determinado coletivo essencial da empresa, um componente adicional a curto prazo vinculado conjuntamente ao Return on Equity (ROI) e ao Índice Combinado Global, sendo o valor proporcionado de 0,6 milhões de euros, tanto em 2021 como em 2020, para os membros do Conselho de Administração incluídos neste plano. No ano 2021 também foram dadas outras remunerações que correspondem a outros conceitos não recorrentes, por um valor de 1,1 milhão de euros.

A remuneração básica dos conselheiros externos é aprovada pela Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração, após um relatório prévio do Comitê de Nomeações e Retribuições. O valor da retribuição contratual dos conselheiros executivos e a verba fixa por pertencer a Conselhos ou Comitês Delegados são aprovados pelo Conselho de Administração, após relatório do Comitê citado.

• Diretoria Executiva

As remunerações dos dois últimos exercícios são descritas a seguir:

CONCEITO	MONTANTE	
	2021	2020
N.º de membros da diretoria executiva	9	9
Retribuição fixa	2,6	2,6
Retribuição variável	1,7	1,5
Outros Conceitos	0,3	0,3
TOTAL RETRIBUIÇÕES	4,6	4,4
Seguros de vida	0,04	0,03

Dados em milhões de euros.

A respeito das retribuições variáveis a curto prazo acumuladas no presente exercício e em anteriores, no encerramento do exercício 2021 se encontram pendentes de pagamento 2,4 milhões de euros, (2,3 milhões de euros em 2020).

Adicionalmente, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., por proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições da entidade, aprovou em 10 de fevereiro de 2021 e em 11 de fevereiro de 2020, para um determinado coletivo essencial da empresa, um componente adicional a curto prazo vinculado conjuntamente ao Return on Equity (ROI) e ao Índice Combinado Global, sendo o valor proporcionando de 0,6 milhões de euros, tanto em 2021 como em 2020, para os membros da Direção executiva incluídos neste plano.

Além disso, como contribuição aos planos de contribuição definida, foram registrados em 2021, como despesas do exercício, 1,8 milhões de euros (1,3 milhões em 2020), e o valor dos direitos acumulados totalizou 11,6 e 8,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

6.26. COVID-19

A atuação da MAPFRE durante a crise da COVID-19 se centrou em duas grandes prioridades:

- Garantir a segurança sanitária de todos os colaboradores.
 - Assegurar a continuidade das operações para poder manter o nível de serviço aos clientes.
- Do ponto de vista da gestão da crise provocada pela pandemia, apesar do seu impacto e das restrições à mobilidade impostas em muitos países, o Grupo MAPFRE manteve a continuidade de suas operações e continuou prestando serviços a seus clientes em todos os locais em que tem presença, cumprindo sempre tanto com o compromisso com os clientes como com o estabelecido no regulamento vigente de aplicação em cada país, em cada momento.

No encerramento de dezembro, a porcentagem do pessoal que desempenhava seu trabalho de forma presencial nos principais mercados em que a MAPFRE mantém operações era a seguinte: Espanha 95,9 % dos funcionários incorporados com rotações, Estados Unidos 78 % dos funcionários incorporados, em jornada de trabalho normal com flexibilidade de teletrabalho remoto, e Brasil 100 % dos funcionários incorporados em modelo de trabalho com mobilidade híbrido.

Durante o último trimestre do exercício ocorreu uma melhora progressiva na situação da pandemia de COVID-19, graças aos avanços no processo de vacinação. Isto permitiu manter um moderado otimismo sobre a evolução da situação da pandemia, observando-se, pouco a pouco, como um maior número de países estão mais próximos à normalidade, apesar de que o surgimento de novas ondas de contágio e a aparição de novas variantes poderiam limitar o retorno a uma total normalização da atividade econômica.

Impactos na Conta de Resultados

Consolidada

A seguir, é apresentado um detalhamento dos impactos mais relevantes nos resultados do Grupo, resultantes da crise da COVID-19:

Sinistralidade

Os sinistros incorridos e declarados no final do exercício, decorrentes de sinistros diretamente imputáveis ao COVID-19, são os seguintes:

RAMIFICAÇÕES	MONTANTE	
	2021	2020
Saúde	88,7	58,8
Falecimentos	15,0	30,0
Vida risco	278,8	83,5
Assistência em Viagem (seguro de viagem)	8,0	23,2
Outras ramificações (Residencial, Multirrisco etc.)	17,7	13,7
IBNR	—	44,1
TOTAL SEGUROS	408,2	253,3
Resseguro aceito	52,1	113,4
TOTAL	460,3	366,7

Dados em milhões de euros.

Por Unidades de negócio, a composição da sinistralidade (excluindo IBNR) é a seguinte:

UNIDADES DE NEGÓCIO	MONTANTE	
	2021	2020
IBÉRIA	32,7	39,1
LATAM NORTE	130,1	63,3
LATAM SUL	42,7	33,5
BRASIL	188,7	46,2
NORTEAMÉRICA	2,7	0,8
EURÁSIA	3,3	3,1
TOTAL SEGUROS	400,2	186,0
RESSEGURO	52,1	113,4
ASSISTÊNCIA	8,0	23,2
TOTAL	460,3	322,6

Dados em milhões de euros.

Despesas

A MAPFRE mobilizou recursos e adotou medidas de auxílio destinadas a garantir a proteção do pessoal frente à pandemia de COVID-19, bem como para assegurar a continuidade do negócio. O montante das despesas incorridas pelo Grupo, durante 2021, associadas a estas medidas totalizou 3,8 milhões de euros.

Evolução da Taxa Combinada

Detalha-se a seguir o índice combinado por ramificação:

RAMIFICAÇÕES	TAXA COMBINADA	
	2021	2020
Automóveis	100,8%	91,7%
Saúde e Acidentes	100,1%	94,1%
Seguros Gerais	90,8%	92,5%
Falecimentos	100,5%	112,1%
Assistência em Viagem	107,4%	102,3%
Vida Risco	94,6%	85,4%

Em 30 de junho de 2021, foi possível observar que piorou a taxa combinada de Automóveis em relação ao mesmo período do exercício anterior, como consequência da eliminação das restrições de mobilidade e da volta à relativa normalidade. Por outro lado, observa-se uma melhora nos ramos de Seguros Gerais e de Decessos. Pelo contrário, a taxa combinada das ramificações de Vida Risco e Saúde aumenta de forma importante, devido principalmente à elevada sinistralidade pela COVID-19 na América Latina.

Efeitos no balanço consolidado e na solvência do Grupo

Não houve alterações significativas na notação de risco na carteira de investimentos financeiros do Grupo (ver nota 7, risco de crédito) e não houve nenhum problema relevante na cobrança dos prêmios a segurados e resseguradoras nem na recuperabilidade dos impostos diferidos de ativos.

Como consequência da situação extraordinária devido à pandemia da COVID-19, o supervisor de seguros solicitou um novo cálculo trimestral do SCR ao longo de 2021, permitindo

estimativas no cálculo. As atualizações da posição de solvência realizadas pelo Grupo durante o exercício mostram que o índice de Solvência II mantém a grande solidez e resiliência do balanço da MAPFRE, assim como sua capacidade de gestão contínua.

6.27. FATOS POSTERIORES

Em 7 de janeiro de 2022 foi fechada a venda da Mapfre Insurance Services Australia à Europ Assistance. Com esta operação é concluída a saída da MAPFRE do mercado australiano, principalmente focado na comercialização de Seguros de Viagem. O valor acordado pela venda prevê um pagamento mínimo de 6,5 milhões de dólares australianos. Também estão previstos potenciais pagamentos adicionais em função de como evolua o volume de negócio da empresa vendida no exercício 2022. Esta operação proporcionaria uma mais-valia mínima próxima a 3,4 milhões de euros.

No dia 14 de janeiro de 2021, a MAPFRE S.A. procedeu à devolução das linhas de crédito por um valor total de 155,9 milhões de euros, que serviram para financiar temporariamente a recompra de dívida efetuada no dia 14 de dezembro de 2021 e que foi imediatamente amortizada.

7. GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder atingir seus objetivos comerciais sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Este nível, articulado em seus limites aplicáveis à assunção de riscos, configura o Apetite de Risco do Grupo MAPFRE.

A estrutura da MAPFRE baseia-se em Unidades e Sociedades com alto nível de autonomia em sua gestão. Os órgãos de governança e diretoria do Grupo aprovam as linhas de atuação das Unidades e Sociedades em termos de gestão de riscos e supervisionam sua exposição ao risco, de forma permanente, por meio de indicadores e taxas.

Para garantir a administração eficaz dos riscos, o Grupo desenvolveu um conjunto de políticas para a gestão e controle dos principais riscos. A Política de Gestão de Riscos estabelece o marco para a gestão de riscos e, por sua vez, para o desenvolvimento das políticas sobre riscos específicos. Todas elas:

- Estabelecem as pautas gerais, os princípios básicos e o âmbito geral de atuação para o tipo de risco, garantindo uma aplicação coerente no Grupo.
- Atribuem as responsabilidades e definem as estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para a identificação, medição, vigilância, gestão e notificação dos riscos aos quais fazem referência.
- Estabelecem as linhas de relatório e os deveres de comunicação da área responsável pelo risco.

A Gestão de Riscos é uma responsabilidade local. A Área de Gestão de Riscos do Grupo trata de todos os aspectos significativos relativos à gestão de riscos correspondentes ao Grupo, assim como os aspectos relevantes das diferentes entidades jurídicas pertencentes a ele, definindo diretrizes e critérios de referência. Respeitando o escopo de atuação estabelecido pelo Grupo, as entidades têm autonomia e responsabilidade pela estruturação do seu Sistema de Gestão de Riscos de acordo com as normas aplicáveis e a complexidade de seu perfil de riscos.

Os Órgãos de Governança recebem informação relativa à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informação relativa ao cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite de Risco.

Geralmente, o capital atribuído é estabelecido como uma estimativa em função dos orçamentos do próximo exercício, e é submetido a uma revisão periódica durante o ano, dependendo da evolução dos riscos, para garantir a observância dos limites definidos no Apetite de Risco.

A exposição aos tipos de riscos procedentes dos instrumentos financeiros do Grupo e contratos de seguro, bem como os processos e os métodos utilizados para sua gestão e medição, estão descritos nas seções A), B), C) e D) correspondentes a essa nota.

A. RISCO DE SEGURO

1. Sensibilidade ao risco de seguro

Essa análise de sensibilidade mede o efeito, no capital, das flutuações positivas e negativas dos fatores condicionantes do risco de seguro (número de riscos segurados, valor do prêmio médio, frequência e custo do sinistro). Uma medida de sensibilidade do risco de seguro de Não Vida é o efeito que teria no resultado do exercício e, conseqüentemente, no patrimônio líquido: a variação de um ponto percentual da taxa combinada. O quadro a seguir mostra esse

UNIDADES DE NEGÓCIO	EFEITO DE UMA VARIAÇÃO DE 1% DA TAXA COMBINADA NOS RESULTADOS		ÍNDICE DE VOLATILIDADE DA TAXA COMBINADA
	2021	2020	CIERRE DE EXERCÍCIO
Seguros			
- IBÉRIA	28,9	33,7	2,6%
- LATAM	22,3	20,3	3,1%
- INTERNACIONAL	16,7	18,8	2,2%
Resseguro	23,1	18,9	2,3%
Assistência	(0,9)	4,1	2,3%
Global Risks	1,5	1,5	16,8%
CONSOLIDADO	99,4	93,2	1,2%

Dados em milhões de euros.

efeito junto com o índice de volatilidade da citada taxa, calculado em função do seu desvio típico em um horizonte de tempo de cinco anos:

No caso do negócio de Vida, a MAPFRE realiza a medição e gestão dos fatores condicionantes do risco de seguro considerando os seguintes aspectos:

- Mortalidade
- Morbidade
- Revisão
- Despesas
- Queda
- Catastrófico

O Grupo calcula o Capital de Solvência Obrigatório (SCR) de acordo com os requisitos da fórmula standard para todos os riscos, exceto para o sub-risco de longevidade da entidade MAPFRE VIDA, que é calculado com um modelo interno parcial aprovado pela Direção Geral de Seguros e Fundos de Pensões na Espanha.

A análise de sensibilidade realizada sobre as principais variáveis técnicas (mortalidade, invalidez, despesas e quedas) nas principais seguradoras do grupo não revela nenhum desvio relevante em relação às provisões para seguro de vida e, por conseguinte, aos fundos próprios dessas instituições e do Grupo.

A dotação adequada das provisões técnicas é um dos princípios básicos da gestão de seguros do Grupo. As provisões técnicas são estimadas pelas equipas atuariais das diferentes entidades, e seu valor é validado por uma parte independente que não participou do cálculo. A constituição de provisões técnicas é regulada por uma política específica.

As principais metodologias atuariais consideradas adequadas, aplicáveis e pertinentes para o cálculo das Provisões técnicas incluídas em Solvência II pelo Grupo MAPFRE são:

Para os seguros Não Vida:

- Combinações de métodos deterministas geralmente aceitos para o desenvolvimento da última sinistralidade a partir da seleção de fatores para o desenvolvimento de frequências e custos médios.
- Métodos estocásticos para a determinação da sinistralidade, assumindo uma função de distribuição da probabilidade.

Para os seguros de Vida:

- Cálculo, apólice por apólice, do valor atual esperado dos compromissos adquiridos com base nas informações estatísticas existentes sobre a mortalidade, longevidade, deficiência, etc.
- Projeções a partir de grupos de apólices homogêneas ou 'model points' nos casos nos quais os cálculos dos fluxos de caixa apólice por apólice são desproporcionais com relação à natureza e complexidade dos riscos da entidade, e contanto que a projeção não desvirtue os resultados obtidos.
- Cálculos estocásticos, conforme o caso, para reconhecer o valor temporário das opções e garantias.

2. Concentrações de risco de seguro

O Grupo conta com um elevado grau de diversificação de seu risco de seguro ao operar em praticamente todas as ramificações na Espanha e contar com uma ampla presença nos mercados internacionais.

O Grupo aplica um sistema de procedimentos e limites que lhe permite controlar o nível de concentração do risco de seguro.

É uma prática comum o uso de contratos de resseguro como elemento atenuador do risco de seguro derivado de concentrações ou acumulações de garantias superiores aos níveis máximos de aceitação.

2.a) Valor de prêmios por risco

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceito, classificados em função do tipo de negócio contratado para os dois últimos exercícios:

Exercício 2021

CONCEITO	RESSEGURO ACEITO				TOTAL	SEGURO DIRETO				TOTAL
	NÃO VIDA			RIESGO CATASTRÓFICO		OUTROS RISCOS			TOTAL	
	VIDA	RIESGO CATASTRÓFICO	OUTROS RIESGOS			VIDA	NO VIDA			
							AUTOS	OUTROS		
Prêmios emitidos seguro direto	–	–	–	–	491,8	4.252,2	5.335,8	8.047,8	18.127,6	
Prêmios resseguro aceito	630,0	404,4	2.992,6	4.027,0	–	–	–	–	–	

Dados em milhões de euros.

CONCEITO	RESSEGURO ACEITO				TOTAL	SEGURO DIRETO				TOTAL
	NÃO VIDA			RIESGO CATASTRÓFICO		OUTROS RISCOS			TOTAL	
	VIDA	RIESGO CATASTRÓFICO	OUTROS RIESGOS			VIDA	NO VIDA			
							AUTOS	OUTROS		
Prêmios emitidos seguro direto	–	–	–	–	467,7	3.813,9	5.542,9	6.942,9	16.767,3	
Prêmios resseguro aceito	553,7	333,7	2.827,5	3.714,9	–	–	–	–	–	

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

2.b) Valor de prêmios por produtos e segmentos

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceito, por produtos e segmentos, dos dois últimos exercícios:

Exercício 2021

PRODUCTOS	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
Vida	2.097,6	403,8	265,4	1.154,6	0,8	335,0	—	—	—	0,3	4.257,5
Automóveis	2.258,6	244,1	388,7	461,4	1.282,2	749,1	3,6	—	—	(3,0)	5.384,7
Residencial e outros riscos simples	1.055,2	122,7	92,8	355,7	632,7	91,3	—	—	—	(0,6)	2.349,8
Saúde	672,4	480,0	68,3	0,3	43,1	102,9	—	—	—	7,0	1.374,0
Acidentes	105,8	13,5	95,7	—	2,0	5,4	—	—	—	0,2	222,6
Outros Não Vida	1.406,8	923,6	706,8	1.368,1	112,3	77,1	482,8	—	—	(348,9)	4.728,6
Resseguro	—	—	—	—	—	—	—	1.283,0	4.991,6	(2.437,2)	3.837,4
TOTAL	7.596,4	2.187,7	1.617,7	3.340,1	2.073,1	1.360,8	486,4	1.283,0	4.991,6	(2.782,2)	22.154,6

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

PRODUCTOS	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
Vida	1.676,9	424,1	226,3	1.209,5	2,3	279,7	—	—	—	0,1	3.818,8
Automóveis	2.234,6	230,7	345,4	443,5	1.350,7	928,0	68,0	—	—	(67,6)	5.533,3
Residencial e outros riscos simples	1.013,4	118,6	184,3	322,7	626,7	84,4	—	—	—	(10,1)	2.339,9
Saúde	611,7	443,3	72,7	0,4	48,5	111,4	—	—	—	1,6	1.289,6
Acidentes	103,0	12,6	75,0	—	1,7	5,7	—	—	—	0,1	198,0
Outros Não Vida	1.359,3	345,4	546,8	1.109,3	68,0	74,2	551,0	—	—	(330,4)	3.723,6
Resseguro	—	—	—	—	—	—	—	1.255,8	4.430,7	(2.107,5)	3.579,0
TOTAL	6.998,9	1.574,6	1.450,5	3.085,4	2.097,9	1.483,4	618,9	1.255,8	4.430,7	(2.514,0)	20.482,2

Dados em milhões de euros.

2.c) Valor de prêmios por moedas

No quadro a seguir é mostrada a discriminação por moedas dos prêmios emitidos pelo seguro direto para os dois últimos exercícios.

MOEDA	EXERCÍCIO	
	2021	2020
Euros	8.567,3	8.000,5
Dólar USA	3.843,8	3.439,6
Real brasileiro	3.340,1	3.085,4
Peso mexicano	572,1	534,8
Peso argentino	131,1	99,9
Bolívar digital	13,4	5,8
Lira turca	209,2	230,5
Peso colombiano	268,7	238,7
Peso chileno	158,5	136,9
Libra esterlina	41,9	125,6
Sol peruano	292,7	290,3
Rúpia Indonésia	36,0	34,7
Outras moedas	652,8	544,8
TOTAL	18.127,6	16.767,3

Dados em milhões de euros.

3. Siniestralidade

Na nota 6.13 do relatório "Provisões Técnicas", na seção 3.4 é oferecida informação sobre a evolução da sinistralidade.

B. RISCO DE CRÉDITO

1. Risco de crédito derivado de contratos de resseguro

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos frente a resseguradores nos dois últimos exercícios:

RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	VALOR CONTÁBIL	
	2021	2020
- Provisão para seguros de Vida	54,4	55,6
- Provisão para benefícios	4.142,8	3.738,4
- Outras provisões técnicas	0,5	2,6
- Créditos por operações de resseguro cedido e retrocedido	381,2	394,4
- Dívidas por operações de resseguro cedido e retrocedido	(892,1)	(690,1)
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.686,8	3.500,9

Dados em milhões de euros.

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos perante resseguradores de acordo com o nível de solvência financeira:

NÍVEL (*)	VALOR CONTÁBIL	
	2021	2020
AAA	648,2	1.166,9
AA	892,0	994,1
A	1.239,6	363,6
BBB	153,2	317,4
BB OU MENOR	116,7	82,4
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	637,2	576,4
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.686,8	3.500,9

Dados em milhões de euros.

(*) Segundo critério local.

No quadro a seguir é detalhado o tipo e a quantia das garantias outorgadas pelos resseguradores nos dois últimos exercícios:

TIPO DE GARANTIA	MONTANTE	
	2021	2020
Cartas de crédito	110,5	94,4
Garantias	—	—
Penhora de ativos	—	—
Outras garantias	22,1	17,0
TOTAL	132,6	111,4

Dados em milhões de euros.

Os saldos correspondentes aos créditos por operações de seguro direto e co-seguro chegam a 3,892 e 3,477 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. As perdas estimadas pela sua deterioração se refletem na conta de resultados de acordo com o referido na política contábil 5.9.

2. Riesgo de crédito derivado de Outros instrumentos financieros

A seguir é mostrada a discriminação da carteira de valores de renda fixa, híbridos, depósitos e tesouraria com base na capacidade de pagamento dos emissores de valores de renda fixa e das entidades financeiras, respectivamente para os dois últimos exercícios:

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS EMISSORES (*)	VALOR CONTÁBIL							
	CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO		CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA		CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		TESOURARIA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
AAA	1.054,2	1.107,2	2.477,0	3.081,4	1.158,8	788,4	182,2	177,7
AA	83,2	47,6	2.919,9	3.164,4	346,1	316,4	147,0	173,1
A	27,4	184,7	13.607,0	14.761,9	566,0	456,1	1.845,1	1.208,1
BBB	167,6	29,6	6.553,5	6.223,1	759,9	848,5	402,5	546,5
BB OU MENOR	30,5	42,8	289,3	257,8	43,0	25,2	74,1	83,8
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	142,3	145,2	284,7	270,5	202,7	96,5	236,7	229,8
TOTAL	1.505,2	1.556,9	26.131,4	27.759,1	3.076,5	2.531,1	2.887,6	2.418,9

Dados em milhões de euros.

(*) Segundo critério local.

3. Valores de renda fixa em situação de mora

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem valores de renda fixa em mora por valores relevantes.

4. Créditos

O quadro a seguir mostra a composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as perdas por deterioração do valor recuperável, os lucros por reversões desta registradas e o valor das garantias recebidas nos dois últimos exercícios:

CONCEITO	DETERIORAÇÃO							
	SALDO LÍQUIDO NO BALANÇO		PERDAS REGISTRADAS		GANHOS POR REVERSÃO		GARANTIAS RECEBIDAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	3.892,0	3.477,3	(8,5)	(14,5)	7,1	6,7	—	—
Crédito por operações de resseguro	791,7	1.012,2	(1,7)	(16,1)	2,7	15,5	—	—
Créditos tributários	365,1	331,5	—	—	—	—	—	—
Créditos previdenciários e outros	545,9	538,1	(3,9)	(2,8)	3,3	1,4	—	—
TOTAL	5.594,7	5.359,2	(14,1)	(33,4)	13,1	23,6	—	—

Dados em milhões de euros.

C. RISCO DE LIQUIDEZ

No que diz respeito ao risco de liquidez, a MAPFRE conta com a Política de Gestão do Risco de Liquidez e a Política de Gestão de Ativos e Passivos, que representam o marco de referência para a atuação em tal âmbito. Na MAPFRE, a atuação geral se baseou em manter saldos disponíveis por valores suficientes para cobrir com folga os compromissos derivados das suas obrigações com os segurados e com os credores. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 o saldo em caixa e em outros ativos líquidos chegava a 2,887 bilhões de euros (2,418 bilhões de euros no ano anterior), equivalente a 7,4 % do total de investimentos financeiros e tesouraria (6,2 % no encerramento do exercício 2020).

Por outro lado, e no que se refere aos seguros de Vida e Poupança, a política de investimentos aplicada de união de

vencimentos dos investimentos com as obrigações contraídas nos contratos de seguros reduz o risco de liquidez a longo prazo. Além disso, a maior parte dos investimentos em renda fixa apresentam grau de investimento e são negociáveis em mercados organizados, o que dá uma grande capacidade de atuação diante de potenciais tensões de liquidez.

Os ativos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção “Risco de taxa de juro”.

Por último, o baixo nível de endividamento da MAPFRE em relação com seus fundos próprios, juntamente com o valor não disposto do crédito sindicado contratado pela Sociedade controladora, permite dispor de liquidez adicional através de operações de financiamento. Na [nota 6.12](#) Passivos financeiros é oferecida informação sobre as dívidas com entidades de crédito e outros passivos financeiros do Grupo.

1. Risco de liquidez derivado de contratos de seguros

A seguir é detalhado o calendário previsto dos desembolsos correspondentes aos passivos de seguro registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, valores sem desconto financeiro.

Exercício 2021

CONCEITO	SAÍDAS DE CAIXA ESTIMADAS NOS ANOS							TOTAL
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 A 2031	POSTERIORES	
Provisão de seguros de Vida	2.624,3	1.609,6	1.390,6	1.256,9	1.185,8	4.264,3	6.543,9	18.875,4
Provisão de sinistros	5.905,0	2.398,1	1.136,2	680,9	459,2	928,5	478,2	11.986,1
Outras provisões técnicas	103,6	48,7	50,4	50,7	52,2	278,3	670,2	1.254,1
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	857,2	20,5	12,0	8,2	4,9	11,0	1,2	915,0
Dívidas por operações de resseguro	1.234,4	6,2	4,2	2,5	1,5	3,4	0,6	1.252,8
TOTAL	10.724,5	4.083,1	2.593,4	1.999,2	1.703,6	5.485,5	7.694,1	34.283,4

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	SAÍDAS DE CAIXA ESTIMADAS NOS ANOS							TOTAL
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 A 2030	POSTERIORES	
Provisão de seguros de Vida	2.491,4	1.625,3	1.392,1	1.212,1	1.100,7	4.286,1	7.094,5	19.202,1
Provisão de sinistros	5.135,0	2.301,5	1.116,3	738,4	492,7	890,0	536,5	11.210,5
Outras provisões técnicas	100,6	40,0	40,6	41,0	42,0	223,2	708,1	1.195,5
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	894,4	17,8	10,9	8,1	4,6	9,3	5,8	951,0
Dívidas por operações de resseguro	1.277,0	9,7	5,7	4,0	2,3	4,6	2,8	1.305,9
TOTAL	9.898,4	3.994,3	2.565,6	2.003,5	1.642,3	5.413,2	8.347,7	33.864,9

Dados em milhões de euros.

2. Risco de liquidez derivado de passivos subordinados e passivos financeiros

O detalhamento do vencimento dos desembolsos nos dois últimos exercícios correspondentes aos passivos subordinados e financeiros, sem levar em consideração o desconto financeiro, é o seguinte:

Exercício 2021

CONCEITO	VENCIMENTO EM:						
	2022	2023	2024	2025	2026	POSTERIORES	TOTAL
Passivos subordinados	46,9	46,9	46,9	46,9	46,9	1.167,5	1.402,0
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	13,9	13,9	13,9	13,9	871,2	—	926,8
Dívidas com entidades de crédito	221,6	45,7	56,2	658,3	58,3	82,3	1.122,4
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	710,0	0,8	0,3	0,7	0,3	2,3	714,4
TOTAL	992,4	107,3	117,3	719,8	976,7	1.252,1	4.165,6

Dados em milhões de euros.

Exercício 2020

CONCEITO	VENCIMENTO EM:						
	2021	2022	2023	2024	2025	POSTERIORES	TOTAL
Passivos subordinados	46,9	46,9	46,9	46,9	46,9	1.214,4	1.448,8
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	16,3	16,3	16,3	16,3	16,3	1.016,3	1.097,5
Dívidas com entidades de crédito	53,8	39,9	39,8	48,7	636,4	66,0	884,5
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	603,2	1,0	1,0	0,9	0,2	3,0	609,2
TOTAL	720,1	104,0	103,9	112,7	699,7	2.299,6	4.040,0

Dados em milhões de euros.

D. RISCO DE MERCADO

A Área de Gestão de Riscos da MAPFRE realiza testes de resistência e sensibilidades do impacto de variáveis financeiras e de mercado sobre sua posição de solvência.

A Área de Investimentos do Grupo realiza periodicamente diferentes análises de sensibilidade do valor da carteira de investimentos ao risco de mercado. Entre outros, os indicadores utilizados habitualmente são a duração modificada para valores de renda fixa e o VaR, ou valor em risco, para renda variável.

1. Risco de taxa de juros

Nos quadros a seguir é detalhada a informação importante dos dois últimos exercícios relativa ao nível de exposição dos ativos e passivos financeiros ao risco de taxa de juros:

CARTEIRA	VALOR DO ATIVO EXPOSTO AO RISCO DE TAXA DE JUROS EM VALOR JUSTO					
	TAXA DE JUROS FIXA		NÃO EXPOSTO AO RISCO		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Mantidos até o vencimento	1.419,5	1.470,9	108,3	113,4	1.527,8	1.584,4
Disponível para a venda	23.573,6	25.317,9	5.387,9	4.782,8	28.961,5	30.100,7
De negociação	4.570,8	4.048,3	1.183,3	777,7	5.754,1	4.826,0
TOTAL	29.563,9	30.837,1	6.679,5	5.674,0	36.243,4	36.511,1

Dados em milhões de euros.

Dentro dos ativos de taxa de juros fixa estão incluídas as carteiras imunizadas, por valor de 10,305 e 16,514 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, que reduzem o risco da taxa de juros.

CONCEITO	VALOR DO PASSIVO EXPOSTO AO RISCO DE TAXA DE JUROS EM VALOR JUSTO					
	TAXA DE JUROS FIXA		NÃO EXPOSTO AO RISCO		TOTAL	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Passivos subordinados	1.122,2	1.121,6	—	—	1.122,2	1.121,6
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	862,8	1.005,6	—	—	862,8	1.005,6
Dívidas com entidades de crédito	167,1	72,4	939,4	794,0	1.106,5	866,4
Outros passivos financeiros	974,1	828,2	1.394,5	768,5	2.368,6	1.596,7
TOTAL	3.126,2	3.027,9	2.333,9	1.562,5	5.460,1	4.590,4

Dados em milhões de euros.

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação, para os exercícios 2021 e 2020, dos investimentos financeiros por vencimento.

31 de dezembro de 2021

CONCEITO	VENCIMENTO EM:						POSTERIORES OU SEM VENCIMENTO
	SALDO FINAL	1 AÑO	2 AÑOS	3 AÑOS	4 AÑOS	5 AÑOS	
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO							
Renda fixa	1.505,2	420,5	258,2	115,8	47,9	100,4	562,4
Outros investimentos	22,6	13,9	0,8	0,2	–	3,7	4,0
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.527,8	434,4	259,0	116,0	47,9	104,1	566,4
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA							
Renda fixa	26.131,4	2.522,4	2.176,3	2.088,7	2.088,6	3.645,7	13.609,7
Outros investimentos	147,5	8,1	0,8	0,9	0,4	–	137,3
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	26,9	2.530,5	2.177,1	2.089,6	2.089,0	3.645,7	13.747,0
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO							
Permutas financeiras swaps	420,6	(104,8)	(175,4)	(220,2)	(72,9)	(295,6)	1.289,5
Opções	–	–	–	–	–	–	–
Renda fixa	2.859,7	1.092,7	248,6	219,3	138,4	271,6	889,1
Híbridos	216,8	74,6	65,6	5,5	9,0	49,2	12,9
Depósitos	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	3.497,1	1.062,5	138,8	4,6	74,5	25,2	2.191,5

Dados em milhões de euros.

31 de dezembro de 2020

CONCEITO	VENCIMENTO EM:						POSTERIORES OU SEM VENCIMENTO
	SALDO FINAL	1 AÑO	2 AÑOS	3 AÑOS	4 AÑOS	5 AÑOS	
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO							
Renda fixa	1.556,9	262,8	289,1	212,0	103,8	60,4	628,8
Outros investimentos	27,4	18,9	0,9	—	0,3	0,1	7,3
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.584,4	281,7	290,0	212,0	104,0	60,4	636,1
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA							
Renda fixa	27.759,1	1.716,2	2.167,8	2.291,0	2.284,9	2.342,2	16.957,0
Outros investimentos	19,6	11,6	1,2	0,8	1,0	0,3	4,8
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	27.778,7	1.727,8	2.169,0	2.291,8	2.286,0	2.342,4	16.961,7
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO							
Permutas financeiras swaps	501,4	(93,1)	(164,0)	(108,8)	(139,6)	(139,6)	1.146,5
Opções	1,0	0,3	—	—	—	—	0,8
Renda fixa	2.215,7	739,7	175,7	194,3	167,8	197,8	740,4
Híbridos	315,5	114,8	70,1	65,3	—	3,6	61,8
Depósitos	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	3.033,6	761,7	81,8	150,8	28,2	61,8	1.949,4

Dados em milhões de euros.

O detalhamento da taxa de juros média e da duração modificada dos investimentos em renda fixa dos exercícios de 2021 e 2020 é o seguinte:

CONCEITO	2021	2020
Taxa de juros média (%)	3,42	3,34
Duração Modificada (%)	6,95	7,55

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos a movimentos nas taxas de juro e representa uma aproximação da variação percentual que o experimentalia valor dos

ativos financeiros por cada ponto percentual (100 p.b.) de variação das taxas de juro.

Os saldos incluídos na seção “Créditos” do ativo do balanço e nas contas de “Dívidas por operações de seguro direto e co-seguro”, “Dívidas por operações de resseguro”, “Dívidas tributárias” e “Outros débitos” do passivo do balanço não geram juros, e de modo geral sua liquidação ocorre no exercício seguinte. Os passivos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção “Risco de liquidez derivado de passivos subordinados e passivos financeiros”.

2. Risco de taxa de cambio

No seguinte quadro é detalhada a discriminação dos ativos e passivos, atendendo às moedas em que estão denominados, no encerramento dos dois últimos exercícios.

MOEDA	ATIVO		PASSIVO		TOTAL LÍQUIDO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Euros	36.162,5	43.021,6	33.036,3	39.292,4	3.126,2	3.729,2
Dólar USA	13.736,4	12.877,0	9.904,8	9.496,3	3.831,6	3.380,7
Peso mexicano	1.231,7	1.212,1	891,8	899,6	339,9	312,6
Real brasileiro	6.875,0	6.195,5	5.777,6	4.968,1	1.097,4	1.227,4
Lira turca	382,5	523,4	402,0	508,5	(19,5)	14,9
Peso chileno	270,1	348,6	105,2	271,6	164,9	77,0
Bolívar digital	12,7	13,0	10,0	12,5	2,7	0,5
Peso argentino	303,3	246,8	207,3	160,5	96,0	86,4
Peso colombiano	1.217,0	1.367,1	1.144,8	1.247,4	72,2	119,7
Libra esterlina	544,7	587,0	392,0	468,2	152,7	118,8
Dólar canadense	96,5	86,6	18,2	20,9	78,3	65,8
Peso filipino	157,4	103,7	75,0	78,1	82,4	25,7
Sol peruano	780,0	746,0	656,3	594,5	123,7	151,5
Rúpia Indonésia	158,9	148,9	67,2	69,0	91,7	80,0
Outras moedas	1.925,5	1.675,3	1.499,1	1.227,2	426,4	447,6
TOTAL	63.854,2	69.152,6	54.187,6	59.314,8	9.666,6	9.837,8

Dados em milhões de euros.

A sensibilidade do património do Grupo a variações nas taxas de câmbio das diferentes moedas em que estão nominados os ativos em relação ao euro é determinada pelo valor líquido descrito no quadro anterior, deduzindo o valor de itens não monetários. Da mesma forma, o efeito de tais variações das taxas de câmbio nos resultados futuros do Grupo é determinado pelo volume de resultados obtidos em cada moeda. Sendo assim, o Anexo 1 detalha o país no qual se localizam as operações de cada sociedade do Grupo, e o Anexo 2 mostra o resultado obtido pelas sociedades mais relevantes do Grupo.

3. Risco na Bolsa

O VaR ou valor em risco (máxima variação esperada em um horizonte de tempo de um ano e para um nível de confiança de 99 %)

dos valores de renda variável e fundos de investimento expostos ao risco da bolsa totaliza 1,278 e 1,427 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

4. Risco imobiliário

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo dispõe de um património em imóveis que representa aproximadamente 5,2 % do total de investimentos e tesouraria (5 % em 31 de dezembro de 2020), do qual aproximadamente 46 % está destinado a escritórios próprios (46,4 % em 31 de dezembro de 2020). Esse património cumpre a dupla função de ser suporte administrativo e de vendas, bem como gerador de receitas por investimentos e elemento de diversificação dos investimentos. A discriminação deste património imobiliário é mostrada no quadro a seguir:

CONCEITO	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL		VALOR DE MERCADO	
	2021	2020	2021	2020
Investimentos imobiliários	1.260,0	1.199,5	1.685,1	1.698,7
Imóveis de uso próprio	1.071,8	1.040,4	1.416,3	1.414,5
TOTAL	2.331,8	2.239,9	3.101,4	3.113,2

Dados em milhões de euros.

As mais-valias não realizadas compensariam uma queda de preço dos imóveis equivalente a aproximadamente 24,8 % do seu valor de mercado no encerramento do exercício 2021 (28,1 % no encerramento do exercício 2020).

E. RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)

A MAPFRE analisa permanentemente aqueles fatores que, caso se materializem, podem ter um impacto sobre o negócio. Nessa análise, levam-se em conta os fatores ambientais, sociais e de governança (ASG), pois permitem obter informações adicionais sobre os movimentos e transformações sociais, as expectativas dos grupos de interesse e também do mercado que afetam a organização.

A análise desses fatores ASG e de como eles podem afetar os negócios a curto, médio e longo prazo determinará sua relação e inclusão na tipologia de riscos estabelecida pela empresa e na adoção de medidas de prevenção e mitigação.

A estratégia de luta contra a mudança climática na MAPFRE é articulada através do Plano Corporativo de Pegada Ambiental 2021-2030, que dá continuidade ao anterior Plano de Eficiência Energética e Mudança Climática 2014-2020, incorporando outras variáveis ambientais decisivas nos processos de adaptação e mitigação.

Além disso, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A aprovou, em setembro de 2021, uma nova atualização da Política de Meio Ambiente do Grupo, que incorpora aspectos fundamentais como a “Compra Verde” e introduz a “Economia Circular” através do resíduo zero, e o “Capital natural”.

Conforme os objetivos definidos, a pegada de carbono de 2021 das entidades situadas na Espanha e em Portugal foi neutralizada. No contexto do novo Plano de Pegada Ambiental, o Grupo estabeleceu novos objetivos que se somam aos previamente existentes:

Objetivos para 2024:

- Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 19 % com relação à linha de base de 2019.
- Neutralizar a pegada de carbono da MAPFRE no Brasil, Estados Unidos, México, Peru, Porto Rico, Alemanha, Itália e Turquia.

Objetivos para 2030:

- Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 50 % com relação à linha de base de 2019.
- Neutralizar pegada de carbono restante para o conjunto do Grupo.

Estas linhas de atuação definem o roteiro do grupo na luta contra a mudança climática.

A seguir estão exibidos os principais compromissos meio ambientais assumidos em matéria de assinatura e investimento, aplicáveis a todas as entidades do Grupo a partir de 2022:

Compromissos em assinatura:

Foram reforçados e modificados os compromissos meio ambientais, avançando assim na atuação em favor da transição para uma economia baixa em carbono, acompanhando os clientes em seus processos de descarbonização e transição energética.

Compromissos em investimento:

Foi realizada a primeira medição do impacto climático na carteira, de maneira que possam ser estabelecidos objetivos de descarbonização e dirigir o processo decisório. Foi realizado o

cálculo da pegada de carbono da carteira de investimentos utilizando uma metodologia própria e a metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), medindo as emissões da carteira de renda variável e dívida corporativa e de renda fixa governamental.

No Relatório Integrado é ampliada a informação sobre a gestão meio ambiental e seus riscos.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1. INFORMAÇÃO RELACIONADA AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante os dois últimos exercícios, não foram produzidas situações de conflito, direto ou indireto, dos administradores ou das pessoas vinculadas a eles com os interesses do Grupo.

Os administradores da Sociedade controladora não realizaram durante os dois últimos exercícios nenhuma operação com a própria Sociedade nem com qualquer outra empresa do Grupo alheia ao tráfico ordinário das sociedades, nem fora das condições normais de mercado.

O valor pago do prêmio de seguro de responsabilidade dos administradores por danos ocasionados foi de 1 milhão de euros (0,8 milhão de euros em 2020).

8.2. HONORÁRIOS APLICADOS POR AUDITORES

As contas anuais da Sociedade controladora e das principais entidades que integram o Grupo correspondentes ao exercício 2021 foram auditadas pela empresa KPMG, com exceção, principalmente, das filiais domiciliadas na Indonésia e no Equador, cujos auditores são a PKF e a GRANT THORNTON respectivamente.

As retribuições geradas a favor do auditor principal são mostradas no seguinte detalhe, e considera-se que não comprometem a sua independência:

CONCEITO	MONTANTE	
	2021	2020
Serviços de auditoria	7,0	7,5
Outros serviços de verificação	1,4	1,5
Serviços tributários	—	—
Outros serviços	0,1	0,1
TOTAL DE SERVIÇOS AUDITOR PRINCIPAL	8,5	9,1

Dados em milhões de euros.

Nos valores anteriores estão incluídos os acumulados pela sociedade KPMG Auditores, S.L., que, no exercício 2021, chegam a 2,3 milhões de euros em conceito de serviços de auditoria (2,4 milhões de euros em 2020) e a 0,5 milhão de euros em conceito de Outros serviços de verificação (0,7 milhão de euros em 2020).

Entre esses se destacam outras revisões requeridas (por regulamento ou a pedido de parceiros externos), bem como serviços sobre o cumprimento regulatório, sendo os mais significativos os correspondentes à revisão dos relatórios de Solvência (0,3 milhão de euros).

Por outro lado, outras entidades afiliadas à KPMG Internacional (KPMG Asesores, S.L.) faturaram à Sociedade 64.000 euros

em conceito de revisão independente das informações do Estado de Informações Não Financeiras (EINF).

Os honorários referentes a serviços de auditoria de contas prestados por outros auditores diferentes do auditor principal, aumentaram em 2021 e 2020 para 0,1 milhão de euros em cada exercício.

8.3. INFORMAÇÃO MEIO AMBIENTAL

Nos dois últimos exercícios, as entidades do Grupo não mantêm nenhuma parcela de natureza ambiental que possa ser significativa e incluída numa menção específica nas presente contas anuais consolidadas.

8.4. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

As características dos pagamentos realizados pelas sociedades espanholas do Grupo aos fornecedores nos exercícios 2021 e 2020, consolidadas pela integração global são:

CONCEITO	DIAS	
	2021	2020
Período médio de pagamento a fornecedores	7,9	5,7
Índice de operações pagas	7,8	5,3
Índice de operações pendentes de pagamento	18,2	30,4

CONCEITO	2021	2020
Total pagamentos realizados	2.148,7	1.581,0
Total de pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	29,5	21,9

Milhões de euros.

Anexos

ANEXO 1: QUADRO DE SOCIEDADES DEPENDENTES, ASSOCIADAS E NEGÓCIOS CONJUNTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
IBERIA						
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	83,5173	83,5168	(A)	(1)
		MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.	16,4827	16,4825		
CLUB MAPFRE, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	99,9875	99,9875	(A)	(1)
		MAPFRE AUTOMOCIÓN S.A.U	0,0125	0,0125		
CENTRO DE EXPERIMENTACIÓN Y SEGURIDAD VIAL MAPFRE, S.A.	Ctra.Valladolid, km 1 Ávila (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	99,9982	99,9982	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	0,0018	0,0018		
MAPFRE AUTOMOCIÓN S.A.U	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	Doctor Esquerdo, 138 Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	99,9991	99,9991	(A)	(1)
		CLUB MAPFRE, S.A.	0,0009	0,0009		
VERTI MEDIACION SOCIEDAD DE AGENCIA DE VALORES VINCULADA, S.L.	Doctor Esquerdo, 138 Madri (Espanha)	VERTI ASEGURADORA S.A.	98,0000	98,0000	(F)(A)	(F)(1)
		CLUB MAPFRE, S.A.	2,0000	2,0000		
RASTREATOR.COM, LTD (Saída em 2021 por liquidação)	Greyfriars House Greyfriars Road Cardiff Cardiff. South Wales CF10 3AL (Reino Unido)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	0,0000	25,0000	(H)	(H)
MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	50,0000	50,0000		
MULTISERVICIOS MAPFRE MULTIMAP, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	97,5000	97,5000	(A)	(1)
		CENTROS MÉDICOS S.A.	2,5000	2,5000		
FUNESPAÑA, S.A.U.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	99,7810	99,7760	(A)	(1)
FUNESPAÑA DOS, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(F)(A)	(F)(1)
POMPES FÚNEBRES DOMINGO, S.L.	C/ Mercaderes, 5 Bajo Tortosa. Tarragona (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
SERVICIOS FUNERARIOS FUNEMADRID, S.A.U.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			Porcentagem			
			2021	2020		
CEMENTERIO JARDÍN DE ALCALA DE HENARES, S.A.	Carretera de Pastrana, Km 3. Alcala de Henares. Madri (Espanha)	FUNEMADRID	49,0000	49,0000	(C)	(3)
EMPRESA MIXTA SERVEIS MUNICIPALS DE TARRAGONA, S.L.	Carretera Villa de Valencia, 2. Tarragona (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	49,0000	49,0000	(C)	(3)
CEMENTERIO PARQUE ANDUJAR, S.A.	C/ Cementerio, 4 Andujar. Jaén (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	72,8200	72,8200	(A)	(1)
SERVICIOS FUNERARIOS DE ZARAGOZA, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	70,0000	70,0000	(A)	(1)
TANATORIUM ZRT	Joseph Krt, 49 Budapest (Hungria)	FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
INICIATIVAS ALCAÉSAR, S.L.	C / Viena, 2 1º A Cáceres (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	40,0000	40,0000	(C)	(3)
SALZILLO SERVICIOS FUNERARIOS, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	45,0000	45,0000	(C)	(1)
DE MENA SERVICIOS FUNERARIOS, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	70,0000	70,0000	(A)	(1)
ISABELO ALVAREZ MAYORGA, S.A.	Carretera Ávila - Valladolid Km 08 Ávila (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
SERVICIOS FUNERARIOS DEL NERVIÓN, S.L.	Alameda de Recalde 10 Bilbao (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
NUEVO TANATORIO, S.L.	Avenida Hermanos Bou, 251 Castellón (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
SERVICIOS FUNERARIOS LA CARIDAD, S.L.	Carretera Sanlúcar - Trebujena Km 1,5 Sanlúcar de Barrameda. Cádiz (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
TANATORIO DE ÉCIJA, S.L.	C / Camino del Valle Écija. Sevilla (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	33,3300	33,3300	(C)	(3)
TANATORIO SE-30 SEVILLA, S.L.	C/ San Juan Bosco, 58 Zaragoza (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	10,0000	10,0000	(C)	(3)
ALL FUNERAL SERVICES, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
FUNESPAÑA CHILE, S.A.	Santiago de Chile (Chile)	FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
FUNEUROPA CHILE, S.A.	Santiago de Chile (Chile)	FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
FUNERARIAS REUNIDAS DEL BIERZO, S.A.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta. Madri (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	85,8200	85,8200	(A)	(1)
SERVICIOS FUNERARIOS LUCEM S.L.	C/ La Costera número 20, Polígono Industrial Bovalar 46970 Alaquás. Valencia (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
FUNERARIA SAN VICENTE, S.L.	C/ Restauración, número 2-bajo, Polígono Industrial y de Servicios "Matallana" 41440-Lora del Río. Sevilla (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
INVERSIONES FUNERARIAS ANDALUZAS, S.L.	C/Torredonjimeno s/n Martos. Jaén (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	33,3300	33,3300	(C)	(3)
FUNERARIA ALIANZA CANARIA, S.L.	Luis Doreste Silva, 18B 35004 Las Palmas de Gran Canaria (Espanha)	FUNESPAÑA DOS, S.L.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MEDISEMAP, AGENCIA DE SEGUROS, S.L.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	66,6667	66,6667	(A)	(1)
		MAPFRE VIDA, S.A.	33,3333	33,3333		
CENTROS MÉDICOS MAPFRE, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE VIDEO Y COMUNICACIÓN S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	75,0000	75,0000	(A)	(1)
		MAPFRE VIDA, S.A.	25,0000	25,0000		
BANKINTER SEGUROS GENERALES, CIA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Avda. Bruselas, 12 Alcobendas. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	50,1000	50,1000	(A)	(1)
AUDATEX ESPAÑA, S.A.	Av de Barajas, 34 Parque Empresarial Omega 28108 Alcobendas. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	12,5000	12,5000	(C)	(3)
TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y REDES PARA LAS ENTIDADES ASEGURADORAS, S.A.	C/ García Paredes, 55 Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	22,9506	22,9506	(C)	(3)
MAPFRE QINGDAO ENTERPRISE MANAGEMENT CONSULTING CO (Saída em 2021 por dissolução)	Qingdao (Chlna)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	0,0000	100,0000	(A)	(1)
AGROSEGURO	C/ Gobelás, 23 Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	19,8100	19,8100	(C)	(3)
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Avenida Vasco da Gama 14-10 4430-247 Vila Nova de Gaia (Portugal)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	24,6100	24,6100	(C)	(3)
SALUD DIGITAL MAPFRE S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	97,5000	97,5000	(A)	(1)
		CENTROS MÉDICOS MAPFRE, S.A.	2,5000	2,5000		
PUY DU FOU ESPAÑA, S.A.	C/ Cuesta de Carlos V, 9 45001 Toledo (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	19,3810	19,3810	(C)	(3)
SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	50,0100	50,0100	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			Porcentagem			
			2021	2020		
SANTANDER ASSURANCE SOLUTIONS, S.A.	C/ Juan Ignacio Luca de Tena, 11 28027 Madri (Espanha)	SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	33,0000	0,0000	(G)(C)	(G)(3)
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	82,9732	82,9732	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	9,9983	9,9979		
		MAPFRE VIDA, S.A.	7,0279	7,0279		
DESARROLLOS URBANOS CIC. S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	99,9216	99,9216	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	0,0784	0,0784		
SERVICIOS INMOBILIARIOS MAPFRE S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	99,9000	99,9000	(A)	(1)
		DESARROLLOS URBANOS CIC. S.A.	0,1000	0,1000		
MAP SL EUROPEAN INVEST SARL	3 Rue Gabriel Lippmann L - 5365 Munsbach Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	50,0000	0,0000	(G)(E)	(G)(3)
MAPAR IMPERIAL 14, S.L.	Cra. Húmera, 52 28023 Madrid (Espanha)	MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	100,0000	0,0000	(G)(A)	(G)(1)
INMO ALEMANIA GESTIÓN DE ACTIVOS INMOBILIARIOS, S.L.	P ^o de la Castellana, 24 Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	20,0000	20,0000	(C)	(3)
MAPFRE TECH, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	65,1574	65,1574	(A)	(1)
		MAPFRE VIDA, S.A.	11,6834	11,6834		
		MAPFRE RE, S.A.	0,8002	0,8002		
		MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	1,5684	1,5684		
		MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	20,0000	20,0000		
		MAPFRE INVERSIÓN, S.A.	0,0160	0,0160		
MAPFRE, S.A.	0,7746	0,7746				
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Rua Doutor António Loureiro Borges, 9 Algés (Portugal).	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS DE VIDA S.A.	Rua Doutor António Loureiro Borges, 9, Algés (Portugal)	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SANTANDER PORTUGAL COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Rua Doutor António Loureiro Borges, 9, Algés (Portugal)	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	50,0100	50,0100	(F)(A)	(F)(1)
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Carretera de Pozuelo, 50. (28222) Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	99,9234	99,9225	(A)	(1)
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 (28222) Majadahonda Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,9339	99,9339	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	0,0661	0,0661		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
GESTIÓN MODA SHOPPING S.A.	Avda.General Perón, 40 Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,8215	99,8215	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	0,1785	0,1785		
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Sur. (28222) Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,9991	99,9991	(A)	(4)
		MAPFRE, S.A.	0,0009	0,0009		
MAPFRE ASSET MANAGEMENT, S.G.I.I.C., S.A	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Norte. (28222) Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE INVERSIÓN, S.A.	99,9853	99,9853	(A)	(4)
		MAPFRE, S.A.	0,0147	0,0147		
MAPFRE VIDA PENSIONES, ENTIDAD GESTORA DE FONDOS DE PENSIONES S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Norte. Madrid (Espanha)	MAPFRE INVERSIÓN, S.A.	99,9971	99,9971	(A)	(4)
		MAPFRE, S.A.	0,0029	0,0029		
BANKIA VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS (Salida en 2021 por venta)	Ctra. Pozuelo, 50 28222 (Majadahonda) Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	0,0000	51,0000	(H)	(H)
MIRACETI S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 28222 Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,9991	99,9991	(A)	(1)
		MAPFRE, S.A.	0,0009	0,0009		
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	Avda. Bruselas, 12 Alcobendas. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	C/ Carretería, 5 Cuenca (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
MAPFRE AM- GOOD GOVERNANCE	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE VIDA, S.A.	40,7924	35,1459	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	25,3849	39,9306		
MAPFRE AM- IBERIAN EQUITIES	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE VIDA, S.A.	58,4544	60,8408	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	21,3475	28,5132		
MAPFRE AM-EUROPEAN EQUITIES	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE VIDA, S.A.	71,7228	69,2616	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	19,3435	22,6746		
MAPFRE AM-MULTI ASSET STRATEGY	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	41,6139	41,6139	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	43,5891	43,5891		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	8,8017	14,7970		
FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	39,6963	41,6354	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	21,3012	14,1661		
FONDMAPFRE ELECCION MODERADA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	48,9819	46,8965	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	7,3393	3,5363		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	48,3609	54,5839	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	7,5003	2,3995		
FONDMAPFRE BOLSA AMERICA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	27,0780	26,0686	(A)	(9)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	16,7966	22,9088		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	17,3079	23,5396		
FONDMAPFRE RENTA DÓLAR	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE RE, S.A.	23,0525	23,8561	(A)	(9)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	23,0941	23,7576		
		MAPFRE VIDA, S.A.	23,7764	13,3073		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	5,7878	8,6528		
FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	40,9075	39,8869	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	4,3135	5,6999		
FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	12,2207	12,2512	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	21,3734	21,5788		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	24,7377	31,0829		
MAPFRE AM- SHORT TERM EURO I	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	31,7476	35,0585	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	40,6023	30,9254		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	3,5981	4,3498		
FONDMAPFRE GARANTIA, F.I	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,9989	99,9990	(A)	(9)
FONDMAPFRE GARANTIA II, F.I	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	99,9971	99,9971	(A)	(9)
STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	18,0882	21,7000	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	19,9213	20,8100		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	12,6184	15,9900		
MAPFRE AM-BEHAVORIAL FUND I	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE RE, S.A.	21,6982	25,7672	(A)	(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	23,2531	26,8929		
MAPFRE AM-INCLUSION RESPONSABLE	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	18,5859	17,3322	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	27,9465	24,0224		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	19,5280	50,7728		
MAPFRE AM-US FORCOTTEN VALUE	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	33,5656	43,7559	(A)	(9)
		MAPFRE RE, S.A.	27,5133	20,4195		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	15,5137	19,2575		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
MAPFRE AM CAPITAL RESPONSABLE	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE VIDA, S.A.	17,2586	0,0000	(F)(A)	(F)(9)
		MAPFRE INVERSION, S.A.	2,2048	3,3933		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	9,4987	37,2960		
MAPFRE AM GLOBAL BOND FUND	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE VIDA, S.A.	47,6583	45,4957	(F)(A)	(F)(9)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	10,9931	14,3550		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	16,5518	20,1954		
SWISSLIFE SPPICAV	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	15,0675	15,0675	(F)(C)	(F)(3)
		MAPFRE RE, S.A.	17,0497	17,0497		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	17,8828	17,8828		
OLIFAN INMO 18 OPCÍ	60, avenue J.F. Kennedy L-1855 Luxembourg Grand Duchy of Luxembourg	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	25,7487	32,8562	(F)(A)	(F)(9)
		MAPFRE RE, S.A.	32,0832	40,9394		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	5,7552	7,3344		
MAPFRE INFRAESTRUCTURAS FCR	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	8,0654	8,0654	(F)(C)	(F)(3)
		MAPFRE RE, S.A.	9,3366	9,3366		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	4,5148	4,5148		
MAPFRE PRIVATE EQUITY I FCR	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	28,0800	28,0800	(F)(A)	(F)(9)
		MAPFRE RE, S.A.	35,7600	35,7600		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	14,6400	14,6400		
MAPFRE FONDTESORO PLUS, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	12,2424	0,0000	(G)(A)	(G)(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	11,9171	0,0000		
ALMA MUNDI INSURTECH FUND, FCRE	Plaza Santa Bárbara, 2. Madri (Espanha)	MAPFRE S.A.	28,4600	0,0000	(G)(C)	(G)(3)
MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I, F.C.R.	Avda. de Bruselas, 13 pl.1, pta. C 28108 Alcobendas	MAPFRE ESPAÑA, S.A.	29,1500	0,0000	(G)(A)	(G)(9)
		MAPFRE RE, S.A.	27,9000	0,0000		
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	24,4500	0,0000		
ENERGIAS RENOVABLES IBERMAP, S.L.	C/ Tomás Redondo, 1 Madri (Espanha)	MAPFRE ENERGIAS RENOVABLES I, F.C.R.	80,0000	---	(G)(C)	(G)(3)
FONDMAPFRE RENTA FIJA FLEXIBLE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE VIDA, S.A.	34,0210	0,0000	(G)(A)	(G)(9)
		OUTRAS SOCIEDADES DO GRUPO	1,2402	0,0000		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
BRASIL						
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo. (Brasil)	MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE VERA CRUZ CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	25,0100(*)	25,0100(*)	(A)	(1)
MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. MAPFRE INVESTMENT S.A.	99,1700 0,8300	99,1700 0,8300	(A)	(1)
MAPFRE VIDA S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INVESTIMENTOS LTDA.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	99,90 0,1000	99,90 0,1000	(A)	(9)
MAPFRE PREVIDENCIA S.A.	Avda.M ^ª Coelho Aguiar 215 Jardim São Luis Bloco F - 2º andar, São Paulo (Brasil)	MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 17. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS, S.A.	R.Manuel da Nobrega, 12809. Andar, Rio de Janeiro Sao Paulo (Brasil)	BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	R.Senador Dantas, 105 29 parte, 30 e 31. Andares. São Paulo-SP (Brasil)	BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAC INVESTIMENTOS S.A	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SA	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SAUDE LTDA	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	99,9900	99,9900	(A)	(1)
PROTENSEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
LATAM NORTE						
MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	MAPFRE AMERICA CENTRAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE AMERICA CENTRAL S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,9000	99,9000	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS HONDURAS S.A.	Avenida Berlín y Calle Viena, piso 7 Lomas del Guijarro Sur. Edificio Plaza Azul Tegucigalpa, M.D.C. (Honduras)	MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	73,2569	73,2569	(A)	(9)
		MAPFRE AMERICA CENTRAL, S.A.	25,1031	25,1031		
MAPFRE PANAMÁ S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	MAPFRE AMERICA CENTRAL, S.A.	99,3772	99,3772	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS EL SALVADOR, S.A.	Alameda Roosevelt, 3107 Nivel 7 San Salvador (El Salvador)	MAPFRE AMERICA CENTRAL, S.A.	78,1065	78,1065	(A)	(9)
INMOBILIARIA AMERICANA S.A.	Alameda Roosevelt, 31-07 San Salvador (El Salvador)	MAPFRE AMERICA CENTRAL, S.A.	78,9000	78,9000	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS COSTA RICA S.A.	Barrio Tournón, Edificio Alvasa, 2do. Piso Diagonal al Periódico La República en intersección con Ctra de Guapiles (Ruta 32) San José (Costa Rica)	MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS GUATEMALA S.A.	5a Avenida 5-55 Zona 14 Europlaza Europlaza Torre 4 Nivel 16 y PH.Ciudad de Guatemala (Guatemala)	MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS NICARAGUA S.A.	Edificio Invercasa, 1er. Piso Managua (Nicaragua)	MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE DOMINICANA S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,9999	99,9999	(A)	(9)
		CREDIPRIMAS, S.A.	0,0001	0,0001		
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	MAPFRE DOMINICANA S.A.	51,0000	51,0000	(A)	(9)
CREDIPRIMAS, S.A.	Ave Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE SALUD ARS	Av. 27 de Febrero No. 50. Edificio ARS Palic, Urb. El Vergel, Santo Domingo (República Dominicana)	MAPFRE DOMINICANA S.A.	51,0000	51,0000	(F)(A)	(F)(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			Porcentagem			
			2021	2020		
MAPFRE MÉXICO S.A.	Avenida Paseo de la Reforma nº243, Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	55,6602	55,6602	(A)	(7)
		GRUPO CORPORATIVO LML S.A.	44,3398	44,3398		
GRUPO CORPORATIVO LML S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma nº 243, Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE UNIDAD DE SERVICIOS S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma nº243, Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	MAPFRE MÉXICO S.A.	99,9982	99,9982	(A)	(7)
MAPFRE DEFENSA LEGAL S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma nº243, Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	MAPFRE MÉXICO S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE TEPEYAC INC.	109 Este San Ysidro Blvd No. 65 San Isidro California, EEUU	MAPFRE MÉXICO S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE SERVICIOS MEXICANOS S.A.	Avenida Paseo de la Reforma nº243, Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México).	MAPFRE MÉXICO S.A.	99,9900	99,9900	(A)	(7)
CESVI MÉXICO, S.A.	Calle 1 Sur No. 101 Parque Industrial Toluca 2000 Toluca. Estado de México (Mexico)	MAPFRE MÉXICO S.A.	16,6700	16,6700	(D)	(9)
MAPFRE FIANZAS S.A.	Avenida Paseo de la Reforma nº243, Delegación Cuauhtémoc Distrito Federal C.P. 06500 (México)	MAPFRE MÉXICO S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
LATAM SUL						
MAPFRE ARGENTINA HOLDING S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE ARGENTINA HOLDING S.A.	99,9988	99,9988	(A)	(1)
CLUB MAPFRE ARGENTINA S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE ARGENTINA HOLDING S.A.	97,0000	97,0000	(A)	(1)
		MAPFRE ARGENTINA SEGUROS DE VIDA S.A.	3,0000	3,0000		
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS DE VIDA S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	64,0000	64,0000	(A)	(9)
		MAPFRE ARGENTINA HOLDING S.A.	36,0000	36,0000		
CESVI ARGENTINA, S.A.	Calle 9 y 17. Parque Ind. Pilar Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE ARGENTINA SEGUROS S.A.	60,6400	60,6400	(A)	(1)
MAPFRE CHILE SEGUROS S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes. Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE CHILE ASESORÍAS, S.A	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes. Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE CHILE SEGUROS S.A.	99,9999	99,9999	(A)	(1)
		MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	0,0001	0,0001		
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS GENERALES DE CHILE S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes. Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE CHILE SEGUROS S.A.	87,2900	87,2900	(A)	(1)
		MAPFRE CHILE ASESORÍAS, S.A	12,7100	12,7100		
MAPFRE CHILE VIDA, S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS DE VIDA DE CHILE S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16. Las Condes. Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE CHILE VIDA S.A.	99,9968	99,9968	(A)	(9)
		MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	0,0032	0,0032		
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	93,8525	93,7178	(A)	(1)
		APOINT S.A.	6,1425	6,2768		
		MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS S.A.	0,0000	0,0021		
CREDIMAPFRE S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	94,3541	94,3541	(A)	(1)
		APOINT S.A.	5,6459	5,6459		
CESVI COLOMBIA, S.A.	Carrera 87, Num.15- 87 Santa Fé de Bogotá(Colômbia)	MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA S.A.	67,7723	67,7723	(A)	(1)
MAPFRE SERVICIOS EXEQUIALES SAS	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	CREDIMAPFRE S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			Porcentagem			
			2021	2020		
MAPFRE ATLAS COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Kennedy e Norte, Justino Cornejo y Avda, Luis Orrantia. Edificio Torres Atlas Guayaquil (Ecuador)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	67,6550	60,0000	(A)	(9)
MAPFRE PARAGUAY COMPAÑÍA DE SEGUROS S.A.	Av.Mariscal López, 910 Asunción (Paraguay)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	89,5400	89,5400	(A)	(9)
MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Av.Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,2902	99,2900	(A)	(1)
MAPFRE PERÚ ENTIDAD PRESTADORA DE SALUD	Av.Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	98,5866	98,5900	(A)	(9)
		MAPFRE PERU CIA. SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	1,4134	1,4100		
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Av.Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	95,3906	67,4071	(A)	(1)
		MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	4,4771	0,0000		
CORPORACIÓN FUNERARIA, S.A.	Av.Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	MAPFRE PERÚ VIDA S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
APOINT S.A.	Col. 993 Piso 3 Montevideo (Uruguai)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE URUGUAY SEGUROS S.A.	Juncal 1385 piso 2 Montevideo (Uruguai)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,5159	99,5159	(A)	(9)
CENTRO DE FORMACION PROFESIONAL SEGUROS LA SEGURIDAD C.A	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)
INVERSORA SEGURIDAD-FINANCIADORA DE PRIMAS, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)
CLUB MAPFRE S.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
AUTOMOTRIZ MULTISERVICAR-VENEZUELA, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	97,0000	97,0000	(A)	(9)
AMA-ASISTENCIA MEDICA ADMINISTRADA, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,7000	99,7000	(A)	(9)
UNIDAD EDUCATIVA D.R FERNANDO BRAVO PEREZ CA	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS	99,7000	99,7000	(A)	(9)
AMÉRICA DO NORTE						
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INSURANCE COMPANY	100 Campus Drive New Jersey 07932-2007 (EUA)	COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INTERMEDIARIES	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE USA CORPORATION INC	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
THE CITATION INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE TECH USA CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
ACIC HOLDINGS COMPANY, INC.	215 Main Street, Webster MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
AMERICAN COMMERCE INSURANCE COMPANY	3590 Twin Creeks Drive, Columbus, OH 43204 (EUA)	ACIC HOLDINGS	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MM REAL ESTATE, LLC	Blue Lagoon, Drive Suite, 200 Miami (EUA)	COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
THE COMMERCE WEST INSURANCE COMPANY	4301 Hacienda Drive, Suite 200, Pleasanton, CA 94588 (EUA)	ACIC HOLDINGS	100,0000	100,0000	(A)	(7)
BIGELOW & OLD WORCESTER, LLC	211 Main Street, Webster MA 01570 (EUA)	COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(1)
BFC HOLDING CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			Porcentagem			
			2021	2020		
VERTI INSURANCE COMPANY	211 Main St, Webster, MA 01570 (EUA)	MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami, FL 33126 (EUA)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	100,0000	(A)	(1)
		MAPFRE USA CORPORATION INC	100,0000	0,0000		
MAPFRE WARRANTY CORPORATION OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400 Miami, FL 33126 (EUA)	MAPFRE ASSISTANCE USA INC	100,0000	100,0000	(A)	(1)
CENTURY AUTOMOTIVE SERVICES COMPANY	6565 Americas Parkway NE, Suite 1000, Albuquerque NM 87110 (EUA)	MAPFRE ASSISTANCE USA INC	100,0000	100,0000	(A)	(1)
FEDERAL ASSIST COMPANY	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami Florida 33126 (EUA)	MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PRAICO CORPORATION	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PRAICO INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PAN AMERICAN INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE INSURANCE AGENCY OF PUERTO RICO, INC	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE FINANCE OF PUERTO RICO CORP.	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE LIFE INSURANCE COMPANY OF PUERTO RICO	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SOLUTIONS, INC	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MULTISERVICAR INC	Calle Celestial Esq. Joaquina Bo. Gangrejo Arriba Carolina (Puerto Rico)	MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
EURÁSIA						
VERTI VERSICHERUNG AG	Rheinstraße 7a 14513 Teltow (Alemanha)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
VERTI ASSICURIZIONI S.P.A.	Via Alessandro Volta, 16 20093 Cologno Monzese MI (Itália)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE MIDDLESEA P.L.C.	Middle Sea House Floriana JTL, 16 (Malta)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	55,8325	54,5627	(A)	(1)
MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	Middle Sea House Floriana FRN 9010 (Malta)	MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
BEE INSURANCE MANAGEMENT LTD	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
GROWTH INVESTMENTS LIMITED	Pjazza Papa Giovanni XXIII, Floriana, FRN 1420,(Malta)	MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	100,0000	100,0000	(A)	(4)
CHURCH WARF PROPERTIES	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
		MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	50,0000	50,0000		
EURO GLOBE HOLDINGS LIMITED	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	100,0000	100,0000	(B)	(9)
EUROMED RISKS SOLUTIONS LIMITED	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	BEE INSURANCE MANAGEMENT LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11. 34435 Salıpazari Istanbul (Turquia)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,7450	99,7450	(A)	(1)
MAPFRE YASAM SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11. 34435 Salıpazari Estambul (Turquia)	MAPFRE SIGORTA, A.S.	99,7778	99,7778	(A)	(1)
GENEL SERVİS YEDEK PARÇA DAGITIM TİCARET A.S.	Çevreyolu Caddesi No.2 34020 Bayrampaşa Estambul (Turquia)	MAPFRE SIGORTA, A.S.	51,0000	51,0000	(A)	(1)
MAPFRE INSULAR INSURANCE CORPORATION	Acacia Ave Mandrigal Business Park Ayala Alabarg MuntinlupaCity (Filipinas)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	74,9384	74,9384	(A)	(9)
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	Plaza ABDA 27 Th floor Jl. Jend. Sudirman Kav. 59 JAKARTA 12190 (Indonésia)	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	62,3264	62,3264	(A)	(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
ASSISTÊNCIA						
MAPFRE ASISTENCIA COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	99,9970	99,9970	(A)	(1)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	0,0030	0,0030		
IBERO ASISTENCIA, S.A.	Edifício Europa, Av. José Malhoa, 16 F, 7º, 1070-159 Lisboa, (Portugal)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ASSISTENCIA LTDA	Alameda Rio Negro 503, 24º andar, sala 2414 Barueri/SP, CEP 06454-000 São Paulo (Brasil)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9990	99,9990	(A)	(1)
		MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	0,0010	0,0010		
AFRIQUE ASSISTANCE, S.A.	Immeuble Tamayouz, 4ème Etage, 1082 Centre Urbain Nord Tunis 1002 (Tunísia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	49,0000	49,0000	(A)	(1)
SERVICIOS GENERALES VENEASISTENCIA, S.A.	4ta transversal de Motecristo, Edificio Axxa, Planta Baja, Los Dos Caminos, Caracas, (Venezuela)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9980	99,9980	(A)	(1)
		MAPFRE RE, S.A.	0,0020	0,0020		
ANDIASISTENCIA COMPAÑÍA DE ASISTENCIA DE LOS ANDES, S.A.S	Carrera 14 N 96 -34 Piso 2 Bogotá (Colômbia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	98,0900	98,0900	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	1,9100	1,9100		
IBEROASISTENCIA, ARGENTINA S.A.	Lavalle 344/346/348, PB y 3º Ciudad de Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	98,4200	98,4200	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	1,5800	1,5800		
SUR ASISTENCIA, S.A.	Av. Apoquindo 4499 Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,0000	99,0000	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	1,0000	1,0000		
IBEROASISTENCIA, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9300	99,9300	(A)	(1)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	0,0700	0,0700		
IRELAND ASSIST, LTD	22-26 Prospect Hill Galway (Irlanda)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
GULF ASSIST, B.S.C.	Manama Centre Buildin Manama (Barhrain)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	74,6250	74,6250	(A)	(1)
INSURE AND GO (Saída em 2021 por venda)	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	100,0000	(H)	(H)
MAPFRE INSURANCE SERVICESA USTRALIA PTY LTD.	Suite 4 Level 1, 19 Harris Street, Pymont NSW 2009 Sydney, NSW 2000 (Austrália)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
TRAVEL CLAIMS SERVICES LIMITED (Saída em 2021 por venda)	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	INSURANCE AND GO	0,0000	100,0000	(H)	(H)
EUROSOS ASSISTANCE, S.A.	473 Messogion Avenue 15343 Agia Paraskevi. Atenas (Grécia)	IBEROASISTENCIA S.A.	0,5000	0,5000	(A)	(1)
		MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,5000	99,5000		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
CARIBE ASISTENCIA, S.A.	Avda. Tiradentes Esq.Pres. González. Edif.La Cumbre. Ens. Naco.Domingo (República Dominicana)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	83,5823	83,5823	(A)	(1)
ECUASISTENCIA, S.A.	Avda.Doce de Octubre, N42 -562 N42 -562 y Luis Cordero Quito (Equador)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,2600	99,2600	(A)	(1)
		ANDIASISTENCIA S.A.	0,7399	0,7399		
CONSULTING DE SOLUCIONES TECNOLOGÍAS SIAM, S.A. (Fusionada em 2021 com MAPFRE TECH.)	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	99,9259	(H)	(H)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,0000	0,0741		
PERÚ ASISTENCIA, S.A. (Saída em 2021 por liquidação)	Av. 28 de Julio No. 873 URB. Leuro Lima - Miraflores Lima (Peru)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	99,9856	(H)	(H)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,0000	0,0144		
MÉXICO ASISTENCIA, S.A.	Av. Insurgentes Sur no.2453 Piso 15, Col. Tizapán San Angel Deleg. Alvaro Obregón. C.P. 01090 México D.F. (México)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9998	99,9998	(A)	(1)
PANAMÁ ASISTENCIA, S.A.	Costa del Este - Avenida la Rotonda, Torre GMT, Piso 1 - Edificio MAPFRE Ciudad de Panamá (Panamá)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	84,0000	84,0000	(A)	(1)
TUR ASSIST, LTD.	19 Mayıs Cd.İsmet Öztürk Sk.Şişli Plaza Ofis Blokları E Blok B-2 Şişli Estambul (Turquia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,8300	99,6500	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,1700	0,3500		
URUGUAY ASISTENCIA,S.A.	Plaza Cagancha 1335, oficina 901 Montevideo (Uruguai)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	97,9000	97,9000	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	2,1000	2,1000		
QUETZAL ASISTENCIA, S.A.	8a. Ave. 3-80 Zona 14 Edificio La Rambla II nivel 5 Of. 5-2 (Guatemala)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9920	99,9920	(A)	(1)
	Alameda Roosevelt No. 3107 Edificio LA Centro Americana Nivel 7 El Salvador (San Salvador)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9900	99,9900	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,0100	0,0100		
NICASSIST, S.A.	Edificio Invercasa, Torre II, 5to. piso, modulo # 501 Managua, (Nicaragua)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE WARRANTY S.P.A.	Strada Trossi 66 13971 Verrone (Itália)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
NORASSIST, INC D/B/A ROAD CANADA	2445 Eagle Steet North Cambridge. ON N3H 4R7, (Canadá)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
D/B/A ROAD AMERICA MOTOR CLUB (Saída em 2021 por liquidação)	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami Florida 33126 (EUA)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	100,0000	(H)	(H)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
ROAD CHINA ASSISTANCE Co, LTD	Suite 603, Zhongyu Plaza, A6 Gongti North Road, Chaoyang District, Beijing, PR (China)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE, LTD	9, Blenheim Court Beaufort Park Almondsbury, Bristol BS32 4NE (Reino Unido)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
ABRAXAS INSURANCE	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
INDIA ROADSIDE ASSISTANCE PRIVATE LIMITED	602, Thawar Apartment, Opp. Heena Residency Main Carter Road, Kasturba Rd, Borivali (East), Mumbai 400066-Maharashtra (Índia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,6300	99,6300	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,3700	0,3700		
ARABA ASSIST FOR LOGISTIC SERVICES	Abdel Hamid Sharaf Street The plenary Center, Bldg. No. 74, 2nd floor P.O. Box 5906 Amman 11953 (Jordânia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	0,0000	100,0000	(A)	(1)
		GULF ASSIST, B.S.C.	100,0000	0,0000		
ROADSIDE ASSIST ALGERIE SPA	45, Rue des Freres Adessalami 5eme étage. Vieux Kouba. Alger 16050 (Argélia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	60,3000	60,3000	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	0,4000	0,4000		
		CONSULTING SOL. Y TEC. SIAM	0,3000	0,3000		
NILE ASSIST	18th Floor, Apartment No. 1804 of Holiday Inn Maadi Hotel building Comeish Maadi Cairo (Egito)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	98,0000	98,0000	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	1,0000	1,0000		
		CONSULTING SOL. Y TEC. SIAM	1,0000	1,0000		
MAPFRE ASISTENCIA COMPANY LIMITED	3F. No.43, Sec.1, Min-sheng E. Rd. Zhongshan District Taipei City 104 (Taiwan)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MIDDLESEA ASSIST LIMITED	18 ^a , Europa Centre, John Lopez Str Floriana, FRN 1400, (Malta)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	51,0000	51,0000	(A)	(1)
		MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	49,0000	49,0000		
INSURE & GO INSURANCE SERVICES USA CORP. (Saída em 2021 por liquidação)	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami, FL 33126 (EUA)	MAPFRE ASSISTANCE USA INC	0,0000	100,0000	(H)	(H)
PT MAPFRE ABDA ASSISTANCE	Plaza Kelapa Gading (Ruko Inkopal) Blok A, nº 9 Jalan. Raya Boulevard Barat Kelapa Gading 14240 Jakarta Utara (Indonésia)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	51,0000	51,0000	(A)	(1)
		PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	49,0000	49,0000		
PARAGUAY ASISTENCIA CIA. DE SERVICIOS S.A.	Av. Mariscal López, 930 Asunción (Paraguai)	MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	98,9500	98,9500	(A)	(1)
		IBEROASISTENCIA S.A.	1,0500	1,0500		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
RESSEGURO						
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	Paseo de Recoletos, 25 Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	93,7719	93,7719	(A)	(1)
		MAPFRE ESPAÑA, S.A.	0,0003	0,0003		
MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	Avda.Apoquindo, 4499 Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE RE, S.A.	99,9900	99,9900	(A)	(1)
CAJA REASEGURADORA DE CHILE S.A.	Avda.Apoquindo, 4499 Santiago de Chile (Chile)	MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	99,8467	99,8467	(A)	(1)
C R ARGENTINA, S.A.	Boucharde 547 piso 14 Buenos Aires (Argentina)	MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	99,9960	99,9960	(A)	(1)
MAPFRE RE DO BRASIL COMPAÑÍA DE REASEGUROS S.A.	Rua Olimpíadas, 242,5º andar conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	MAPFRE RE, S.A.	99,9999	99,9999	(A)	(1)
		MAPFRE ASSISTENCIA LTDA	0,0001	0,0001		
MAPFRE RE ESCRITORIO DE REPRESENTACION COMPAÑÍA DE REASEGUROS	Rua Olimpíadas, 242,5º andar conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	MAPFRE RE, S.A.	99,9999	99,9999	(B)	(9)
		MAPFRE RE DO BRASIL S.A.	0,0001	0,0001		
INMOBILIARIA PRESIDENTE FIGUEROA ALCORTA, S.A.	Boucharde 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	MAPFRE RE, S.A.	99,9985	99,9985	(B)	(9)
MAPFRE MANDATOS Y SERVICIOS, S.A.	Boucharde 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	MAPFRE RE, S.A.	95,0000	95,0000	(B)	(9)
		MAPFRE ARGENTINA HOLDING	5,0000	5,0000		
REINSURANCE MANAGAMENT INC.	100 Campus Drive 07932 New Jersey (EUA)	MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE EURO BONDS FUND	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madri (Espanha)	MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE RE VERMONT CORPORATION	122 Cherry Tree Hill Road 05651 East Montpelier Vermont (EUA)	MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
RISK MED SOLUTIONS, S.L.	Paseo de Recoletos, 25 Madri (Espanha)	MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de Consolidação	Método de Integração Solvência
			2021	2020		
OUTRAS						
MAPFRE INTERNACIONAL S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE INVESTMENT S.A.	Avda. 18 de Julio, 841 Montevideo (Uruguai)	MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
PREMINEN PRICE COMPARISON HOLDINGS LIMITED (Saída em 2021 por venda)	Ty Admiral, David Street, Cardiff, CF10 2EH (Reino Unido)	MAPFRE, S.A.	0,0000	50,0000	(H)	(9)
MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
LA FINANCIERE RESPONSABLE	52, rue dePonthieu 75008 Paris (Francia)	MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	24,9500	24,9500	(C)	(4)
STABLE INCOME REAL STATE FUN GP S.A.R.L.	15, rue Bender L-1229 (Luxemburgo)	MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE GLOBAL RISK AGENCIA DE SUSCRIPCION	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda. Madri (Espanha)	MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
INDUSTRIAL RE S.A. (Saída em 2021 por venda)	23, Avenue Monterey L-2163 (Luxemburgo)	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.	0,0000	100,0000	(H)	(H)
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	Avda.General Perón,40 Madri (Espanha)	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.	50,0000	50,0000	(E)	(3)

MÉTODO OU PROCEDIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO

- (A) Sociedades dependentes consolidadas por integração global.
 (B) Sociedades dependentes excluídas da consolidação.
 (C) Sociedades associadas e participantes postas em equivalência.
 (D) Sociedades associadas e participantes excluídas da consolidação.
 (E) Negócios conjuntos consolidados postos em equivalência.
 (F) Sociedades incorporadas no exercício 2020 ao perímetro da consolidação.
 (G) Sociedades incorporadas no exercício 2021 ao perímetro da consolidação.
 (H) Sociedades que saem do perímetro da consolidação no exercício 2021.

MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA

- (1) Consolidação plena.
 (3) Método da participação ajustada.
 (4) Normas setoriais.
 (7) Normas locais.
 (9) Não incluído no âmbito da supervisão do grupo, conforme a definição contida no art. 2014 da Diretiva 2009/138/CE.

(*) A MAPFRE possui a maioria dos direitos de voto da Assembleia Geral.

ANEXO 2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DAS SOCIEDADES PRINCIPAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Denominação	Taxa fiscal efetiva	Atividade
IBERIA		
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	25% (1)(2)	Seguros e resseguros
VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	25% (1)(2)	Seguros e resseguros
FUNESPAÑA, S.A.U.	25% (1)	Serviços funerários
FUNESPAÑA DOS, S.A.	25% (1)	Serviços funerários
MAPFRE VIDEO Y COMUNICACIÓN S.A.	25% (1)	Gestión de activos
SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS S.A	25%(2)	Seguros e resseguros
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	25% (1)	Imobiliária
MAPFRE TECH, S.A.	25% (1)(2)	Informática
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	21%	Seguros e resseguros
MAPFRE SEGUROS DE VIDA S.A.	21%	Seguros
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	25% (1)(2)	Seguros e resseguros
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	25% (1)(2)	Sociedade de Valores
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	25%(2)	Seguros e resseguros
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	25%(2)	Seguros e resseguros
BRASIL		
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	34%	Seguros
MAPFRE VIDA S.A.	34%	Seguros
MAPFRE PREVIDENCIA S.A.	34%	Seguros
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS, S.A.	34%	Seguros
BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS S.A. (3)	34%	Seguros
LATAM NORTE		
MAPFRE SEGUROS HONDURAS S.A.	25%	Seguros
MAPFRE PANAMÁ S.A.	25%	Seguros
MAPFRE SEGUROS EL SALVADOR, S.A.	30%	Seguros
MAPFRE SEGUROS GUATEMALA S.A.	25%	Seguros
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	27%	Seguros
MAPFRE SALUD ARS	27%	Serviços de saúde
MAPFRE MEXICO S.A.	30%	Seguros
LATAM SUL		
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS S.A.	25%	Seguros
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS GENERALES DE CHILE S.A.	27%	Seguros
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA S.A.	31%	Seguros
MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS S.A.	31%	Seguros

Dados do encerramento do exercício (milhares de euros)

Ativos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado do exercício
9.702.364	2.494.830	5.792.025	330.462
179.751	75.072	94.729	(6.103)
89.782	87.241	—	896
126.898	91.443	22.706	3.922
79.316	76.970	8.924	1.389
96.167	47.078	50.783	(9.142)
633.445	499.759	47.646	21.557
88.724	20.854	212.337	1.522
254.371	74.758	109.911	7.406
343.069	47.704	33.976	755
16.558.640	1.678.351	2.873.155	271.252
200.167	143.410	94.798	41.352
2.159.335	145.493	348.223	65.023
766.458	73.909	75.210	15.118
2.228.577	373.283	1.301.898	20.940
169.116	79.276	135.173	(14.770)
490.516	19.985	93.054	669
169.920	32.857	139.817	10.956
2.870.426	244.447	—	—
110.697	22.214	82.851	(6.849)
356.257	92.755	239.768	(3.478)
90.503	24.366	87.700	3.772
79.098	25.016	84.002	4.897
239.080	64.941	159.820	14.251
101.059	40.887	223.585	11.118
2.203.527	225.258	1.371.826	15.361
228.895	59.079	201.818	7.652
593.888	54.450	335.350	5.160
1.086.189	117.559	285.526	8.122
779.222	33.596	131.728	1

Denominação	Taxa fiscal efetiva	Atividade
MAPFRE ATLAS COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	25%	Seguros
MAPFRE PARAGUAY COMPAÑÍA DE SEGUROS S.A.	10 %	Seguros
MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	29,5 %	Seguros e resseguros
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	29,5%	Seguros
MAPFRE URUGUAY SEGUROS S.A.	25%	Seguros
AMÉRICA DO NORTE		
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF FLORIDA	27%	Seguros
MAPFRE INSURANCE COMPANY	27%	Seguros e resseguros
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
THE CITATION INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
AMERICAN COMMERCE INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
THE COMMERCE WEST INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
VERTI INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
CENTURY AUTOMOTIVE SERVICES COMPANY	27%	Riscos especiais
MAPFRE PRAICO INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
MAPFRE PAN AMERICAN INSURANCE COMPANY	27%	Seguros
EURÁSIA		
VERTI VERSICHERUNG AG	30%	Seguros
VERTI ASSICURIZIONI S.P.A.	24%	Seguros
MAPFRE MIDDLESEA P.L.C.	35%	Seguros
MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	35%	Seguros
MAPFRE SIGORTA, A.S.	20%	Seguros
MAPFRE INSULAR INSURANCE CORPORATION	30%	Seguros
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	22%	Seguros
ASSISTÊNCIA		
MAPFRE ASISTENCIA COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	25% (1)(2)	Seguros e resseguros
RESSEGURO		
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	25% (1)(2)	Resseguros
MAPFRE RE DO BRASIL COMPAÑÍA DE REASEGUROS S.A.	34%	Seguros e resseguros
MAPFRE RE VERMONT CORPORATION	27%	Seguros e resseguros
OUTRAS		
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	25%	Seguros e resseguros

GRUPO FISCAL

(1) Sociedade que faz parte do Grupo Fiscal número 9/85

(2) Sociedade que faz parte do Grupo de entidades IVA 87/10

(3) Informação confidencial não pública na data atual.

Dados do encerramento do exercício (milhares de euros)

Ativos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado do exercício
72.934	11.506	57.664	579
124.503	34.217	68.869	3.824
588.012	103.683	300.340	13.540
506.796	67.126	241.503	8.144
154.599	28.060	100.736	4.729
78.608	28.777	45.355	1.225
65.647	27.521	32.315	960
2.516.311	875.527	1.416.449	128.711
173.999	65.516	95.119	881
302.959	117.896	160.801	4.475
153.193	57.672	86.224	5.047
64.490	24.229	36.516	314
338.233	10.047	231.980	(1.425)
828.505	171.613	280.967	13.360
84.241	37.023	43.980	8.092
714.807	187.019	387.339	11.124
1.130.637	297.131	235.553	(26.556)
142.438	32.770	81.265	2.973
2.723.320	222.103	538.246	10.874
415.034	63.595	386.715	8.665
76.086	27.491	26.164	444
154.014	91.274	44.398	9.747
413.894	137.930	234.373	(23.026)
9.274.481	1.763.512	7.479.567	142.226
355.377	33.213	218.750	4.327
367.012	56.870	290.598	1.129
492.831	120.084	224.533	8.770

2

Relatório de Gestão consolidado





O conteúdo do Relatório de Gestão Consolidado (doravante, "o Relatório") apresentado a seguir foi elaborado conforme as recomendações do "Guia de elaboração do relatório de gestão das entidades comercializadas", publicado pela Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).

As Medidas Alternativas de Rendimento (MAR) utilizadas no Relatório, que correspondem às medidas financeiras que não estão definidas nem detalhadas no âmbito das informações financeiras aplicáveis, podem ter sua definição e cálculo consultados no seguinte site: <https://www.mapfre.com/informacion-financiera/>

Alguns dos números incluídos neste Relatório foram arredondados. Portanto, poderia haver discrepâncias entre os totais e as quantias listadas nas tabelas devido a esse arredondamento.

2.1 Situação da entidade

MODELO DE NEGÓCIO

A Visão da MAPFRE, "Ser a SEGURADORA GLOBAL DE CONFIANÇA", destaca a presença geográfica e capacidade para responder à maior parte das necessidades de seguros, graças à extensa gama de produtos de seguros e resseguros, e aos serviços que desenvolvemos.

Aspiramos a liderar os mercados em que nos encontramos baseando-nos no foco no cliente, particular e empresarial, com enfoque multicanal e uma profunda vocação de serviço.

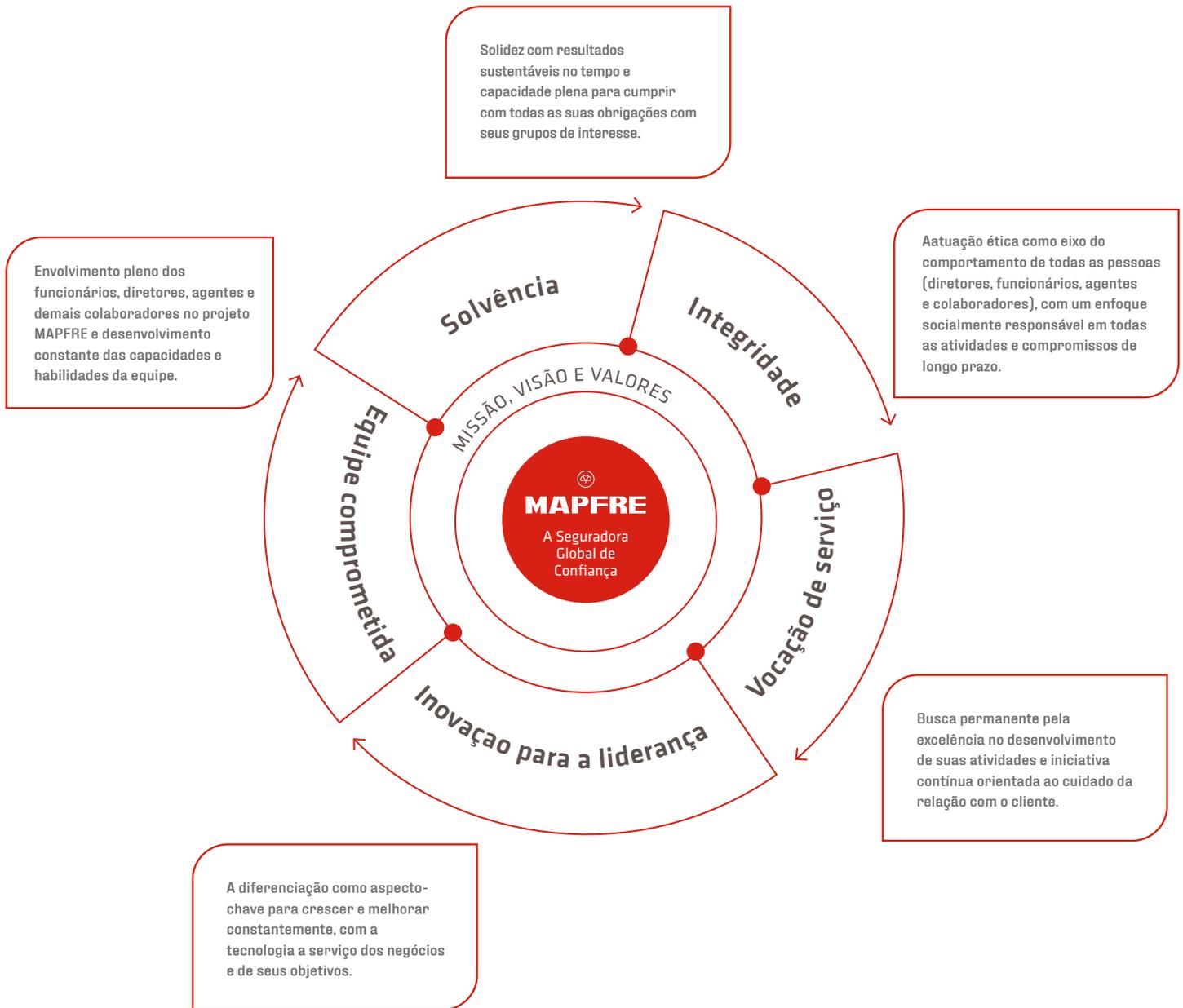
A digitalização, inovação e compromisso com a sociedade foram e seguirão sendo chave em nossa evolução. O modelo de negócio da MAPFRE não está somente focado em dar resultados econômicos, mas também sociais.

Para isso, a MAPFRE:

- Aposta decididamente no crescimento, tanto em volume de negócios como em desenvolvimento geográfico, obtendo uma

rentabilidade adequada e suficiente em seus negócios.

- Realiza sua gestão com eficiência e melhora de forma permanente a produtividade, reduzindo custos estruturais continuamente para se tornar mais competitiva.
- Prepara profissionalmente os riscos assumidos, garantindo um crescimento e resultados sustentáveis.
- Orienta seu desenvolvimento diversificando sua carteira de negócios de seguros, resseguros e de serviços, como um método para fortalecer o crescimento e minimizar os riscos.



- Integra um gerenciamento global com uma ampla capacidade de execução local, garantindo o equilíbrio adequado entre a atuação corporativa e o desenvolvimento empresarial em cada país.

- Coloca à disposição de toda a organização os recursos existentes, aproveitando, assim, as sinergias obtidas ao compartilhar o talento, os processos e as ferramentas.

- Promove a especialização na gestão como via permanente de otimização dos resultados e da melhoria da qualidade do serviço.

A **Missão** é ser uma equipe multinacional que

trabalha para avançar constantemente no serviço e desenvolver a melhor relação com nossos clientes, distribuidores, fornecedores, acionistas e a sociedade em geral.

Nossos **Valores**, ajudam a desenvolver a Missão e alcançar a Visão.

2.2 Estrutura organizacional e boa governança

A. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A MAPFRE é uma multinacional que desenvolve, principalmente, atividades de seguro e resseguro, operando em um total de 43 países nos cinco continentes

A matriz do Grupo é a sociedade holding MAPFRE S.A., cujas ações são comercializadas nas Bolsas de Madri e Barcelona. No fechamento do exercício, a empresa faz parte dos índices IBEX 35, IBEX Top Dividend, FTSE All-World, FTSE Developed Europe e MSCI World Small Cap Index, assim como dos índices de sustentabilidade FTSE4Good, FTSE4Good IBEX, Bloomberg Gender Equality Index, IBEX Gender Equality Index, Ethibel Excellence e ESI Europe.

A MAPFRE S.A. é filial da CARTERA MAPFRE S.L. Sociedade Unipessoal controlada 100 % pela Fundación MAPFRE.

Durante o exercício 2021, as atividades empresariais do Grupo desenvolveram-se através da estrutura organizacional integrada por quatro Unidades de Negócio (Seguros; Assistência; Global Risks; e Resseguro) e seis Áreas Regionais (Ibéria -Espanha e Portugal-, Brasil, LATAM Norte -México, a sub-região da América Central e República Dominicana-, LATAM Sul -Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela-, América do Norte - Estados Unidos e Porto Rico- e EURÁSIA -Europa, Oriente Médio, África e Ásia-Pacífico-).

A Unidade de Negócio de Seguros está organizada de acordo com as Áreas Regionais da MAPFRE, que representam as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas na entidade jurídica MAPFRE RE.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio é complementada com a das Áreas

Corporativas (Auditoria Interna, Estratégia e M&A, Finanças e Mídia, Investimentos, Negócios e Clientes, Operações, Pessoas e Organização, Relações Externas e Comunicação, Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos, Transformação da Operação, Tecnologia e Operações), que têm competências globais para todas as empresas da MAPFRE no mundo em funções de definição, desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas corporativas globais, regionais e locais.

A adesão das diferentes sociedades da MAPFRE a um grupo empresarial envolve, independentemente da autonomia jurídica delas, sua integração de fato em uma estrutura orgânica que regula sua inter-relação, a coordenação de suas atividades e a supervisão das sociedades que ocupam uma posição dependente pelas que possuem uma posição controladora e, em última instância, pela entidade matriz.

O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. é o órgão superior de direção e supervisão do Grupo na sua totalidade. Possui uma Comissão Delegada que age com todos os seus poderes, exceto os que não são delegáveis por Lei, pelos Estatutos ou pelo Regulamento do Conselho de Administração, e três Comitês Delegados (Auditoria e Conformidade, Nomeações e Remunerações, e Riscos).

O Comitê Executivo é o órgão que exerce a supervisão direta da administração das Unidades de Negócio e a coordenação das várias Áreas e Unidades do Grupo. O Comitê de Transformação e Inovação é o órgão que, em dependência do Comitê Executivo, tem capacidade de decisão sobre todas as iniciativas que tenham relação com a transformação e inovação dentro da MAPFRE.

Além disso, o Comitê Global de Negócios é responsável por analisar o desenvolvimento dos negócios de seguro e dos serviços do Grupo em



Para obter mais informações sobre **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E BOA GOVERNANÇA** no Relatório de Gestão Consolidado

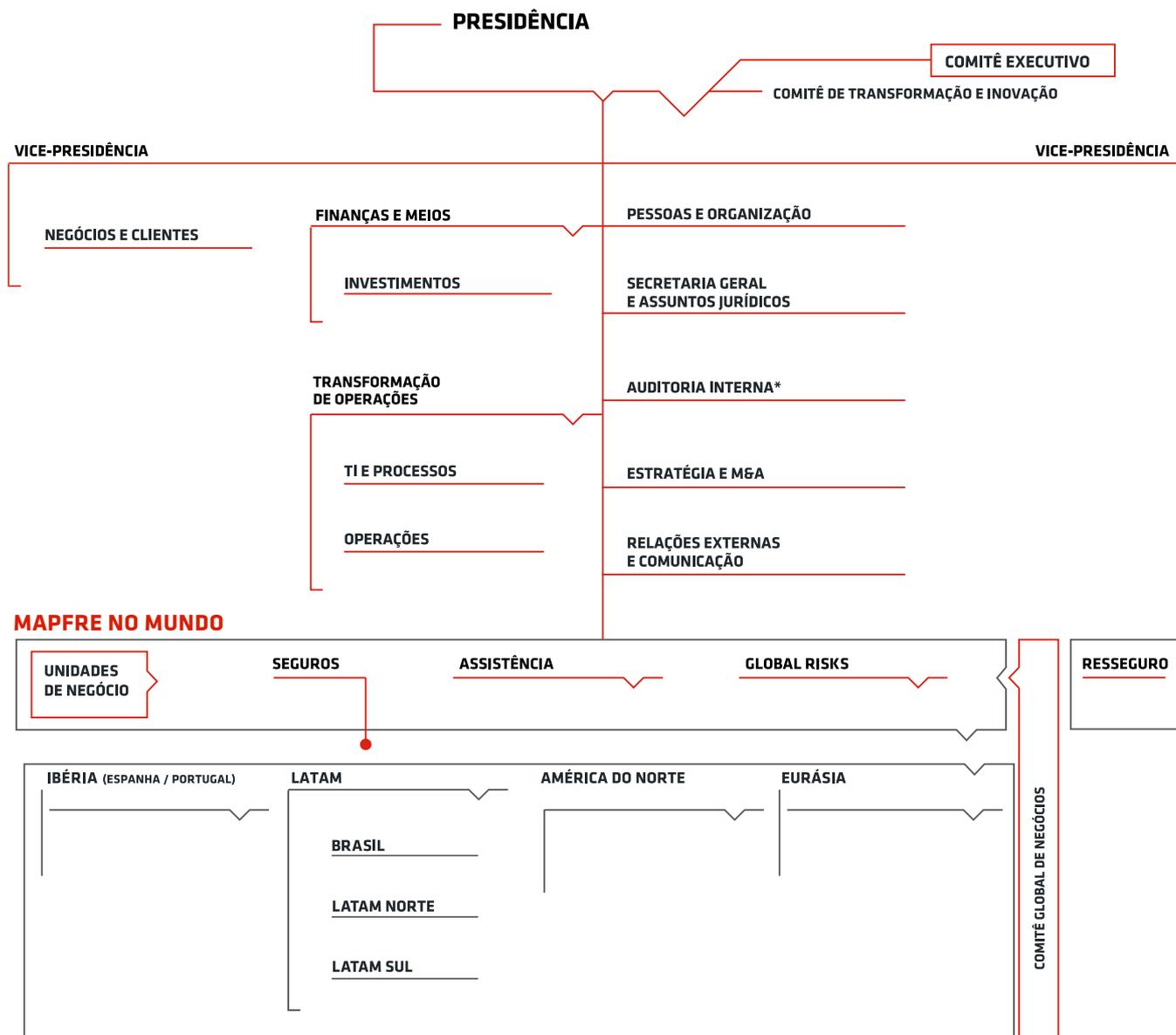
todo o mundo, cumprir os planos definidos e propor ações corretivas ou de aprimoramento desses planos.

A administração, coordenação e supervisão das atividades das Unidades e Áreas são realizadas pelos Comitês de Diretoria Locais, Regionais e das Unidades de Negócio, bem como pelo Comitê Executivo, segundo seu âmbito de atuação respectivo.

Cada Sociedade Filial possui órgãos de governança próprios, cuja estrutura e

complexidade dependem da relevância das suas atividade e, se for o caso, das disposições legais aplicáveis. Normalmente contam com um Conselho de Administração e, quando a relevância das atividades desempenhadas o exigem, uma Comissão Diretora, órgãos estes que são substituídos por dois Administradores nas sociedades de propósito específico ou de pequeno porte.

Isto é acompanhado pelo organograma do Grupo vigente:



*Com dependência funcional do Comitê de Auditoria e Compliance.

B.BOA GOVERNANÇA

A MAPFRE tem mantido, desde o seu início, uma aposta constante e decidida na adoção das melhores práticas de governança corporativa. As práticas de boa governança da MAPFRE são orientadas para a criação de valor econômico e social sustentado em longo prazo. O objetivo da companhia é garantir a estabilidade financeira e salvaguardar os interesses dos acionistas, maximizando o impacto positivo sobre o conjunto da sociedade.

A MAPFRE é regida pelo Texto Consolidado da Lei de Sociedades de Capital e dispõe de Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., que junto com seus estatutos sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, definem a estrutura, a composição e as funções que devem ter seus órgãos de governança e constituem o marco mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram o Grupo MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança. A MAPFRE também conta com um conjunto de políticas corporativas que complementam seu sistema de governança⁽¹⁾.

Com relação ao Código de Boa Governança das sociedades comercializadas da CNMV, em 31 de dezembro de 2020, a MAPFRE cumpre totalmente 90,62 % das recomendações, e cumpre total ou parcialmente 96,87 %.

O Relatório Anual de Governança Corporativa 2021 oferece uma explicação detalhada sobre a estrutura do sistema de governança da MAPFRE e seu funcionamento na prática⁽²⁾, com o conteúdo mínimo previsto no artigo 540 do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital.

FUNCIONAMENTO

Durante o exercício, as atividades do Grupo foram desenvolvidas por meio de suas Unidades de Negócio.

A Unidade de Negócio de Seguros organizou-se em 2021 seguindo a estrutura de Áreas Regionais: a Área Regional Ibéria, integrada por Espanha e Portugal; a Área Regional Brasil; a Área Regional LATAM Norte (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana); LATAM Sul (Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela); a Área Regional América do Norte (Estados Unidos e Porto Rico); e a Área Regional EURÁSIA (agrupa as operações na Europa -exceto Espanha e

(1) Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE e demais normas corporativas estão disponíveis no site da sociedade (www.mapfre.com).

(2) Para obter mais informações, consulte o Relatório Anual de Governança Corporativa 2021, que integra este Relatório de Gestão Consolidado.

Portugal-, Oriente Médio, África, Austrália, China, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia e Singapura).

A rede de distribuição da MAPFRE é a maior do setor de seguros da Espanha e uma das maiores de um grupo financeiro na América Latina.

A MAPFRE aposta na distribuição Multicanal, adaptando sua estrutura comercial às diferentes legislações em que opera.

O foco no cliente, a oferta global de produtos e a adaptação às particularidades jurídicas e comerciais de cada um dos mercados onde está presente são algumas das chaves do sucesso do seu modelo.

No fim de 2021, a rede mundial de distribuição da MAPFRE possuía 15.354 agências. Sua composição é detalhada a seguir:

ESCRITÓRIOS	2021	2020
IBÉRIA		
Diretas e Delegadas	3.163	3.160
Seguros Bancários	5.829	6.590
Subtotal IBÉRIA	8.992	9.750
BRASIL		
Diretas e Delegadas	648	557
Seguros Bancários	4.368	4.370
Subtotal BRASIL	5.016	4.927
LATAM NORTE		
Diretas e Delegadas	326	338
Seguros Bancários	176	261
Subtotal LATAM NORTE	502	599
LATAM SUL		
Diretas e Delegadas	396	419
Seguros Bancários	—	—
Subtotal LATAM SUL	396	419
AMÉRICA DO NORTE		
Diretas e Delegadas	28	28
Seguros Bancários	—	—
Subtotal AMÉRICA DO NORTE	28	28
EURÁSIA		
Diretas e Delegadas	381	431
Seguros Bancários	39	42
Subtotal EURÁSIA	420	473
TOTAL DE ESCRITÓRIOS	15.354	16.196

No fechamento do exercício destaca-se a presença da MAPFRE na Área Regional Ibéria, com 8.992 escritórios e na Área Regional Brasil, com 5.016 escritórios.

No decorrer de 2021, mais de 77 mil intermediários, incluindo agentes, delegados e corretores, colaboraram na distribuição de produtos. A tabela a seguir exibe o modo como esse grupo está composto:

REDE COMERCIAL	2021	2020
BÉRIA		
Agentes	10.898	9.612
Delegados	2.865	2.834
Corretores	3.727	5.012
Subtotal IBÉRIA	17.490	17.458
BRASIL		
Agentes	0	570
Delegados	560	570
Corretores	19.090	17.846
Subtotal BRASIL	19.650	18.986
LATAM NORTE		
Agentes	3.688	9.095
Delegados	2.752	2.897
Corretores	5.133	5.545
Subtotal LATAM NORTE	11.573	17.537
LATAM SUL		
Agentes	7.889	6.366
Delegados	446	446
Corretores	9.419	10.785
Subtotal LATAM SUL	17.754	17.597
AMÉRICA DO NORTE		
Agentes	5.777	6.639
Delegados	15	57
Corretores	1.214	1.121
Subtotal AMÉRICA DO NORTE	7.006	7.817
EURÁSIA		
Agentes	2.916	1.517
Delegados	141	129
Corretores	1.224	1.135
Subtotal EURÁSIA	4.281	2.781
TOTAL DA REDE COMERCIAL	77.754	82.176

As redes próprias da MAPFRE são complementadas pela capacidade de distribuição dos acordos com diferentes entidades, em especial as dos seguros bancários (Bankia - parceria rescindida em 2021 após sua absorção pelo CaixaBank-, do Banco Santander, do Bankinter, da CCM, do Banco do Brasil, BHD Leon e Bank of Valletta, entre outros). Ao longo do ano de 2021, a MAPFRE distribuiu seus produtos através de 10.412 agências de seguros bancários (das quais 4.368 estão situadas no Brasil, 5.829 na Espanha e em Portugal, 176 em LATAM Norte e 39 na EURÁSIA).

Na atividade de seguros, a MAPFRE é a maior seguradora espanhola do mundo, com uma participação no mercado espanhol de 14 % nos negócios Não Vida e de 8,5 % nos negócios do ramo Vida. Além disso, é a décima primeira maior seguradora da Europa, com presença em praticamente todos os países da América Latina, região na qual é o grupo segurador líder em seguros Não Vida, com participação no mercado de 6,5 % (de acordo com os dados do exercício de 2020, os mais recentes disponíveis). Da mesma forma, a resseguradora do Grupo (MAPFRE RE) está na posição número 18 do ranking mundial de resseguro⁽³⁾.

(3) Fonte: S&P Global Ratings.

2.3 Evolução e resultado dos negócios

CONTEXTO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS SEGURADORES

Contexto econômico

No ano 2021 produziu-se uma recuperação generalizada da economia mundial, em grande medida graças aos planos fiscais de estímulo ativados em muitos países, aos apoios monetários dirigidos dos bancos centrais, às poupanças acumuladas das famílias e à reativação da demanda que em 2020 não pôde ser satisfeita. Neste contexto, a acumulação, em origem, de estoque de produtos fabricados que agora tenta chegar aos mercados pôs em tensão os preços dos fretes marítimos, já que se produziu um funil na cadeia de fornecimento. Além disso, o atraso na entrega de semicondutores afetou de maneira importante as indústrias ligadas à fabricação de automóveis e à eletrônica. O dano no setor automóvel é particularmente importante para o PIB da Europa, onde este setor tem um peso importante.

De maneira simultânea, produziu-se a tormenta perfeita nos mercados de energia. O aumento do preço do gás pôs em tensão os mercados de geração de eletricidade, a fabricação de fertilizantes agrícolas e outras indústrias que usam intensivamente estas fontes de energia. De igual forma, o ano foi ruim para a produção eólica no norte da Europa e as represas para a produção hidrelétrica nos países nórdicos estão nos níveis mínimos de uma década, situação à qual se somou a subida do custo do carvão e dos direitos de CO₂. A conjunção de todos estes fatores propiciou uma tendência global ao aumento das pressões inflacionárias, que parece que seguirá acompanhando a recuperação econômica nos próximos meses.

Ao nível da pandemia, com o avanço registrado nos processos de vacinação as economias reabriram-se em maior ou menor medida. No entanto, a normalidade não regressou totalmente devido ao surgimento de novas ondas de contágio e ao surgimento de variantes que poderiam limitar a efetividade da cobertura da vacina.

Neste contexto, a economia mundial em 2021 recuperou-se, crescendo uns 5,8 % (estimados), sendo que as economias desenvolvidas cresceram em 5,1 % e as emergentes em 6,3 %. Os Estados Unidos cresceram 5,6 %, recuperando o nível pré-pandêmico no último trimestre de 2021, enquanto a Eurozona, que cresceu 5,1%, só o alcançará no segundo trimestre do próximo ano. Por sua vez, as economias emergentes também mostraram uma recuperação significativa, com o México crescendo 5,2 % estimados e o Brasil 4,6 %. Destaca-se o caso da Turquia, que cresceu fortemente em 2021 (10,0 %), apesar de que em 2020 foi das poucas economias que não se contraíram (+1,8 % em 2020).

Não obstante, a atividade econômica no quarto trimestre de 2021 seguiu se recuperando, mas menos do que se antecipava há alguns meses, precisamente devido às dificuldades da cadeia de fornecimento e à subida dos custos energéticos. Os pacotes de apoio postos em andamento pela União Europeia e Estados Unidos serão parte importante da chave para a continuidade da recuperação global. No caso dos da União Europeia, será em 2022 quando será percebido seu verdadeiro impacto, já que em 2021 a aplicação dos fundos não vai ser integral devido à própria complexidade e ao atraso dos trâmites.

Por outro lado, diante do aumento da inflação, a maior parte dos bancos centrais dos países emergentes começaram a endurecer sua postura monetária com aumentos de taxas de juros, enquanto os bancos centrais das economias desenvolvidas preparam a retirada de estímulos, começando pela Reserva Federal que, na reunião de novembro, anunciou uma redução mensal das compras de ativos de 15 bilhões de dólares. A nível de taxas de juros, tanto o Banco Central Europeu (BCE) como a Reserva Federal as mantêm por agora, mas a aceleração da inflação poderá obrigá-los a antecipar as subidas.

O debate sobre a natureza da inflação está rapidamente variando de uma visão transitória do fenômeno, a outra que começa a inclinar-se para a presença de fatores mais estruturais que requererão uma ação de política monetária mais contundente. Para voltar a uma visão mais transitória da inflação, os preços de energia e matérias-primas teriam de remeter rapidamente, situação que aparentemente não se apresentará e que, em vez disso, poderia derivar rapidamente em efeitos de segunda rodada com subidas de salários.

A seguir, é apresentada uma análise mais detalhada dos mercados mais importantes em que a MAPFRE opera:

Zona euro

Estima-se que o PIB da Eurozona tenha crescido 5,1% em 2021. A inflação, por sua vez, terminou o ano em 5,0 %, devido, por um lado, à subida dos preços da energia, especialmente o gás, a eletricidade e o petróleo e, por outro, às disrupções nas cadeias de fornecimento que estão provocando que a inflação se estenda a outros produtos.

O BCE, em sua última reunião, deixou as taxas de juros sem alteração (0 % as operações principais de financiamento) argumentando que segue procurando ancorar a inflação em níveis de 2 % e que tolerará que esta seja mais alta durante certo período, com a visão de que, por enquanto, a inflação observada é um fenômeno essencialmente transitório. No

entanto, visto que muitos produtos já estão incorporando em seus preços o efeito dos maiores custos energéticos, e que ao entrar no novo ano se ativa a revisão indexada de salários, vai ser difícil escapar dos efeitos de segunda rodada, em cujo caso os preços só voltarão atrás em um cenário de deflação. Não obstante, parece claro que tanto os governos como o Banco Central farão o necessário para evitar esse cenário, em virtude do efeito que teria no valor real das dívidas dos países.

O índice Euro Stoxx 50 finalizou o semestre com uma alta de 21%, chegando a 4.298 pontos.

Espanha

A economia espanhola recuperou-se em 2021 estimando-se que tenha terminado o ano com um crescimento de 4,9 %. Para isso, contribuíram o ressurgimento do consumo, em parte devido a que as famílias puderam gastar o que tinham poupado em 2020, os apoios fiscais e o investimento.

Para o ano 2022, prevê-se um crescimento de 5,5 %, o que permitirá à economia recuperar o nível de 2019. Espera-se que o consumo e as exportações sigam fortes, mas perdendo fole devido aos problemas nas cadeias de fornecimento, que já não se circunscrevem só aos semicondutores e à indústria do automóvel, esta última afetada também mais recentemente pela falta de magnésio. Também há outros setores que estão sendo afetados pelos maiores custos dos fretes internacionais e pela energia (siderúrgica, metal-mecânica, fertilizantes).

A inflação em 2021, por sua vez, cresceu gradualmente, empurrada pelos custos da energia, acabando dezembro em 6,5 %. Também, a taxa de desemprego foi baixando até situar-se em 13,3 % em dezembro.

O Índice IBEX 35 aumentou em 7,9 % no semestre, terminando em 8.714 pontos.

Estados Unidos

A economia dos Estados Unidos recuperou-se, conseguindo um crescimento de 5,7 % em 2021. As enormes ajudas ativadas pelo governo com cheques diretos às famílias e a reativação da maior parte das atividades impulsionou fortemente a economia, apesar de que na segunda metade do ano os problemas de abastecimento em comércio e indústrias começaram a desacelerar a economia.

Para 2022, a economia norte-americana enfrentará o aumento da inflação que, no final de 2021, se situou em 7,0 % e que ameaça recortar o poder aquisitivo das famílias e desincentivar os investimentos em certas indústrias. Os problemas das cadeias de fornecimento e a inflação serão aspectos que vão estar na ordem do dia em 2022, junto com os temas associados à persistência da pandemia.

Apesar das pressões inflacionárias, em sua última reunião a Reserva Federal deixou as taxas de juros estáveis em 0-0,25 %, mas tanto a Reserva Federal como o mercado já preveem duas subidas das taxas de juros em 2022. Também, já começou o tapering (redução do ritmo de compras de ativos). Desta forma, os agentes econômicos enfrentarão em 2022 um menor crescimento, maior inflação e taxas de juros mais altas.

O dólar encerrou o semestre em 0,8793 euros, apreciando-se 7,4 % no semestre. O Índice S&P500 terminou o ano com elevação de 27 %, situando-se em 4.766 pontos, impulsionado pelas empresas de tecnologia.

Brasil

A economia brasileira caiu cerca de 4,6 % em 2021. Cabe indicar que no início do ano se esperava uma recuperação mais vigorosa, mas alguns indicadores começaram a ficar abaixo das expectativas desde o segundo trimestre. Assim, à medida que avançou o ano, o consumo privado foi se desacelerando e a inflação aumentou, especialmente em energia, transportes e alimentação. Também, a crise hídrica agravou a crise energética, obrigando o país a importar energia mais cara dos países vizinhos. Não obstante, ao

final do ano produziu-se uma recuperação das principais atividades e uma diminuição da preocupação pela pandemia.

Por outro lado, a inflação situou-se em 10,1 %, devido ao aumento dos custos da energia. O real brasileiro apreciou-se contra o euro 0,1 % em 2021, terminando o ano em 0,1578 euros.

No mercado da bolsa de valores, o índice BOVESPA encerrou o ano em 104.822 pontos, com uma queda de 12 %.

México

A economia mexicana cresceu um estimado de 5,2 % em 2021, depois de ter caído um 8,4 % no ano anterior. A recuperação estendeu-se a praticamente todos os setores de atividade. Os serviços comportaram-se bem, com as vendas no varejo muito fortes desde o segundo trimestre, quando começaram a relaxar-se as restrições impostas pela pandemia. Não obstante as indústrias recuperaram-se, estas seguem debatendo-se com os problemas da cadeia de fornecimento, especialmente a indústria do automóvel que sofreu pela escassez de semicondutores.

A inflação, por sua vez, sofreu uma subida abrupta, principalmente a partir do segundo trimestre do ano com a reabertura das atividades, situando-se em 7,4 % em dezembro. O Banco do México subiu 150 pontos básicos as taxas de juros desde junho 2021, terminando o ano em 5,50 % em resposta à subida da inflação e à normalização monetária que está ocorrendo em muitos países emergentes.

A taxa de câmbio situou-se em 0,0429 euros, 4,5 % superior à do exercício anterior. Por outro lado, a Bolsa de Valores do México ganhou 21 % no ano, terminando em 53.272 pontos.

Turquia

A economia turca cresceu um estimado de 10 % em 2021, depois de ter crescido 1,8 % em 2020. A recuperação da atividade produziu-se de maneira praticamente generalizada. O consumo recuperou-se com respeito ao ano anterior, apesar de que no final do ano começava a fraquejar motivado pela alta inflação e a perda de poder aquisitivo da moeda. Em contrapartida, as exportações estão fortes apoiadas pela fraqueza da moeda.

A inflação disparou no final do ano, em boa medida impulsionada pela depreciação da moeda, situando-se em 36,1%. O Banco Central da Turquia baixou 100 pontos básicos as taxas de juros, até 14,0 %, testando os limites dos mercados, o que levará provavelmente a depreciações adicionais na lira turca.

A taxa de câmbio situou-se em 0,0661 euros, 39,8 % inferior à do exercício anterior, por outro lado, o Índice da bolsa BIST30 de Istambul subiu 25,8 %, terminando em 1.858 pontos.

Evolução dos mercados seguradores

Mercado espanhol⁽⁴⁾

A recuperação parcial da economia espanhola, após a abrupta contração do PIB de 10,8 % em 2020, favoreceu o crescimento do setor de seguros, que alcançou um volume de gratificações de 61,835 bilhões de euros em dezembro de 2021, o que supõe um incremento de 5 % com respeito a 2020, apesar de ainda estar uns 3,7 % abaixo do que se tinha registrado em 2019. A maior subida produziu-se no ramo de Vida, 7,9 %, e Não Vida também teve um comportamento positivo, com um aumento de 3,3 %.

Desde abril de 2021, o seguro de Vida recuperou a senda do crescimento, depois de uma queda que começou na segunda metade de 2017 e que se manteve de forma ininterrupta até essa data, como resultado, primeiro, do contexto de baixas taxas de juros e, depois, do impacto da pandemia da COVID-19. Ambas as modalidades deste ramo de seguros cresceram, com uma leve vantagem de Vida Poupança, que sobe 9,1 %, frente a 3,5 % de Vida Risco. Dentro das modalidades de poupança, o principal impulso veio dos produtos Unit-Linked, os quais tiveram um significativo incremento de 32,5 % no mês de setembro. A renda variável começa a ser percebida como uma alternativa para proteger-se contra o contexto de baixas taxas de juros e o aumento da inflação, o que está favorecendo o desenvolvimento destes produtos. Em termos de poupança administrada, as provisões técnicas alcançaram 195,707 bilhões de euros, que supõe um crescimento interanual de 0,8 % com respeito a 2020 e de 0,5 % sobre 2019.

CONCEITO	2021	2020	VAR.% 21/20
Vida	23.558	21.837	7,9%
Não Vida	38.277	37.054	3,3%
TOTAL DE SEGURO DIRETO	61.835	58.892	5,0%

Valores em milhões de euros.

(4) Fonte: ICEA

Por sua parte, o crescimento das gratificações de Não Vida recuperou-se em termos interanuais em 2021, com um volume de 38,277 bilhões de euros, 3,3 % a mais que o ano anterior (4,4 % se comparado com 2019). O ramo de Saúde cresce 4,9 % (10,2 % se comparado com 2019) e também o fazem os Multi-Riscos, tanto do lar, 4,9 % (7,7 % frente a 2019) como os dos condomínios, com 3,2 % (6,2 % frente a 2019). Chama também a atenção a forte recuperação dos Multi-Riscos industriais, com 5,8 % (11,8 % frente a 2019). Não obstante, o seguro de Automóveis segue sendo um dos que mais está sofrendo as consequências da crise econômica, com uma queda de 0,9 %, afetados além disso por outros fatores exógenos, como a carência de chips para a fabricação de veículos novos e o aumento da pressão impositiva, que afetam de forma negativa as novas matrículas.

A recuperação da atividade econômica teve efeito também em um aumento do índice de sinistralidade para os ramos de Não Vida, que em setembro de 2021 se elevou 2,1 pontos percentuais (pp) com respeito ao mesmo período de 2020, o que influiu em uma piora do índice combinado em 1,8 pp. Pelo contrário, o índice de gastos teve uma leve melhora de 0,3 pp. O índice combinado aumentou nos principais ramos de Não Vida como consequência do aumento da sinistralidade: 10,4 pp em Automóveis, 2,4 pp em Multi-Riscos e 2,6 pp em Saúde. Esta piora do resultado técnico dos principais ramos de Não Vida é compensada com uma subida de 20,9 % no resultado técnico do ramo de Vida e de 37,5 % nos outros ramos de Não Vida. Finalmente, o setor de seguros espanhol obteve um benefício agregado próximo aos 4 bilhões de euros, que supõe um aumento de 6 % com respeito ao ano anterior.

CONCEITO	2021	2020	VAR.% 21/20
Automóveis	10.990	11.086	-0,9%
Saúde	9.849	9.387	4,9%
Multi-riscos	8.117	7.753	4,7%
Outros ramos Não Vida	9.320	8.829	5,6%
TOTAL NÃO VIDA	38.277	37.054	3,3%

Valores em milhões de euros.

CONCEITO	TOTAL NÃO VIDA		AUTOMÓVEIS		MULTI-RISCOS		SAÚDE	
	SET 2021	SET 2020	SET 2021	SET 2020	SET 2021	SET 2020	SET 2021	SET 2020
Sinistralidade	68,6%	66,5%	75,8%	65,4%	65,0%	62,6%	78,2%	75,6%
Despesas	23,1%	23,4%	19,0%	22,2%	32,7%	32,0%	13,0%	13,0%
Taxa combinada	91,7%	89,9%	94,8%	87,6%	97,7%	94,6%	91,3%	88,5%

Por outro lado, o volume de ativos dos planos de pensões alcançou 127,998 milhões de euros em dezembro de 2021, o que supõe um incremento de 8 % com respeito à mesma data do ano anterior. O sistema individual, que acumula um maior patrimônio, teve um crescimento de 8,9 %, enquanto os sistemas de emprego e associado aumentaram 5,9 % e 6,7 %, respectivamente. Quanto à rentabilidade, todos os sistemas apresentam rentabilidades positivas a todos os prazos. A rentabilidade acumulada a 1 ano alcança 8,5 % para o total de sistemas, e no longo e meio prazo também é muito positiva, com uma rentabilidade média anual de 3,3 % a 25 anos e de 4,6 % a dez anos.

No referente aos fundos de investimento, o patrimônio situou-se em 317,545 bilhões de euros em dezembro de 2021, que supõe uma subida de 15,7 %. Em 2021, os fundos de Investimento acumulam uma rentabilidade média de 6,3 %, onde todas as categorias apresentam rendimentos positivos, salvo os Fundos Garantidos e alguns de Renda Fixa.

CONCEITO	2021	2020	VAR.% 21/20
Seguros de vida	195.707	194.110	0,8%
Fundos de investimento	317.545	274.355	15,7%
Fundos de aposentadoria	127.998	118.523	8,0%
TOTAL	641.251	586.987	9,2%

Valores em milhões de euros.

Mercados latino-americanos

A reativação de algumas das principais economias da América Latina está repercutindo favoravelmente nos principais mercados de seguros da região. Todos os mercados dos que se dispõe de informação relativa a 2021 estão mostrando crescimentos de prêmios em moeda local e a preços correntes e em ambos os segmentos de mercado, com exceção do Equador, que em setembro desse ano teve uma descida de prêmios de 2,6 %, motivados por uma queda de 5,5 % em Não Vida. Os principais ramos de Não Vida tiveram um comportamento muito

positivo, com aumentos de dois dígitos em alguns mercados, e Automóveis recuperou a senda do crescimento em quase todos os países, salvo no caso do Equador, onde os prêmios decresceram 1,1 %. Também, as gratificações dos seguros privados de Saúde seguem aumentando em todos os países onde as companhias de seguros oferecem esta cobertura.

PAÍS	DATA	NÃO VIDA	VIDA	TOTAL
Argentina	Jun-21	50,4%	44,2%	49,7%
Brasil	nov-21:	14,2%	15,2%	14,8%
Chile	Set-21	10,9%	3,5%	7,1%
Colômbia	Set-21	14,6%	17,4%	15,4%
México	Set-21	11,8%	11,3%	11,6%
Peru	nov-21:	14,5%	40,5%	26,0%
Porto Rico	Dez-20	8,2%	-0,1%	7,4%

Fonte: MAPFRE Economics com dados do organismo de supervisão de cada país.

Os prêmios do setor de seguros brasileiro tiveram um incremento de 14,8 % até novembro de 2021, com uma taxa de crescimento de 15,2 % para o segmento de Vida e de 14,2 % para Não Vida. Os seguros Agrários, Transportes, tanto cascos como mercadorias, e Responsabilidade Civil tiveram um excelente comportamento, com aumentos de 39 %, 26,3 % e 33,8 %, respectivamente. A taxa de incremento do seguro de Automóveis ficou abaixo da dos outros ramos do segmento Não Vida, mas foi positiva (7,4 %). O seguro Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), que acumula 74 % dos prêmios de Vida no mercado brasileiro, arrecadou 16 % a mais de gratificações que em novembro de 2020, data em que se produziu uma queda de 5,1% com respeito a 2019.

Com respeito ao México, o segundo maior mercado da região, teve também um desempenho muito favorável em 2021, com um crescimento em prêmios de seguro direto de 11,6 % no terceiro trimestre do ano, impulsionado tanto pelos ramos de Não Vida (11,8 %) como de Vida (11,3 %). Cabe indicar, no entanto, que no caso de Não Vida foi influído

pela renovação, em 2021, de uma importante apólice bienal.

O restante dos grandes mercados de seguros da América Latina apresentam dados de rendimentos muito positivos em 2021, recuperando-se das quedas sofridas em 2020 pelos efeitos da contração econômica derivada das medidas de confinamento e distanciamento social implementadas pelos governos para limitar a expansão da pandemia, principalmente no ramo de Vida. Neste sentido, destaca-se o caso do Chile, onde os seguros previsionais (segmento fundamental no ramo de Vida nesse país) sofreram um importante retrocesso de 35,9 % que se suavizaram em 2021, com uma leve queda de 0,4 % nos prêmios.

Outros mercados

Estados Unidos⁽⁵⁾

Os efeitos favoráveis da recuperação econômica nos Estados Unidos podem ser apreciados no comportamento do setor segurador, cujos segmentos mostraram um robusto crescimento na primeira metade de 2021. Neste período, os prêmios e depósitos diretos emitidos dos seguros de Vida registraram um aumento de 8 %, até os 553 bilhões de dólares, com um importante incremento de 16 % nos seguros de rendas (annuities). O segmento de Property & Casualty também teve um desempenho positivo, com um crescimento em prêmios de 9 %, até alcançar 394,8 bilhões de dólares, registrando subidas nas linhas pessoais, comerciais e combinadas. Com respeito ao seguro de Automóveis, aumentaram os rendimentos por prêmios em Responsabilidade Civil (2,8 %), o que supõe um aumento em comparação com o mesmo período de 2020, e na modalidade de danos próprios (6,8 %). O mercado de linhas comerciais subiu 12 %, muito influenciado pelo aumento dos preços em todos os ramos principais; e o de linhas combinadas, cujos principais ramos são linhas aliadas, incêndio e seguro de transporte marítimo interno, experimentou um aumento de 14,7 %. Finalmente, os prêmios do segmento de seguros de Saúde cresceram 8 %, graças ao impulso de Medicare e Medicaid,

alcançando um volume de prêmios de 443 bilhões de dólares.

Desta forma, os três segmentos tiveram resultados positivos, com importantes incrementos em Vida e Property & Casualty, este último devido a maiores lucros dos investimentos e a resultados técnicos moderadamente inferiores por uma maior sinistralidade, enquanto diminuíram em Saúde, onde o aumento dos gastos médicos e hospitalares influenciou em um menor resultado técnico.

Turquia

De acordo com dados da Associação de Seguros da Turquia, os prêmios totais do seguro direto nos nove primeiros meses de 2021 chegaram a 63,189 bilhões de liras turcas, o que representa um crescimento interanual de 18,3 % em comparação com o mesmo período de 2020. O principal impulso proveio dos seguros de Não Vida que, com uma cota de 81 %, tiveram um aumento de 21 %, enquanto Vida cresceu 8,4 %. Os principais ramos de Não Vida mostraram um comportamento positivo, enquanto o seguro de Automóveis, ramo que acumula 42 % dos prêmios deste segmento, obteve uma subida de 14,6 %. Deve-se notar que a inflação média nos primeiros nove meses do ano na Turquia foi de 17,5 %.

⁵ informações obtidas a partir dos relatórios semestrais da Associação Nacional de Comissionados de Seguros (NAIC) para os segmentos de Property & Casualty, Vida e Acidentes, e Saúde.

EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Receita por operações

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ%
Prêmios emitidos e aceitos totais	22.154,6	20.482,2	8,2%
Receitas financeiras dos investimentos	2.763,9	2.437,3	13,4%
Receitas de entidades não seguradoras e outras receitas	2.338,8	2.499,7	-6,4%
RECEITAS TOTAIS CONSOLIDADAS	27.257,2	25.419,1	7,2%

Valores em milhões de euros

As receitas consolidadas do Grupo alcançaram 27,357 bilhões de euros, com um aumento de 7,2 %.

Os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, que representam a parte fundamental da nossa receita, subiram para 22,154 bilhões de euros, com um crescimento de 8,2 %. A maior parte dos países mostra crescimentos significativos tanto em moeda local como em euros. Além disso, contribuem especificamente para o crescimento de prêmios a emissão no México de uma apólice bienal por valor de 563 milhões de dólares (477,3 milhões de euros), a favorável evolução da emissão do negócio de resseguro e o bom desempenho comercial dos produtos de Vida Poupança na Espanha. Se as taxas de câmbio se tivessem mantido constantes, os prêmios teriam crescido 10,7 % e se, além disso, se desconta também o efeito extraordinário da apólice bienal, o crescimento teria se situado em 8,3 %.

Os prêmios de seguros de Não Vida crescem 6,8 %, principalmente pela melhoria na emissão de apólices da ramificação de Seguros Gerais e de Saúde e Acidentes, que incrementam no semestre 18,2 % (9,6 % sem o efeito da apólice bienal) e 7,3 % respectivamente, graças à positiva evolução no México, Espanha, Brasil e Colômbia em Seguros Gerais, e na Espanha e no México em Saúde e Acidentes. Por outro lado, a descida de 3,8 % na emissão do ramo de Automóveis provém principalmente da Itália, Estados

Unidos e Turquia, países em que a MAPFRE decidiu reduzir seus riscos neste ramo.

Os prêmios de seguros de Vida melhoram 11,5 %, devido à melhoria do negócio de Vida Economia, que foi reforçado por um incremento na venda de produtos Unit-Linked para cobrir vencimentos de produtos no período e de apólices relevantes de coletivos de Vida na Espanha. Vida Risco aumenta 3 % devido fundamentalmente à melhora do negócio no México e Colômbia.

As receitas brutas dos investimentos totalizaram 2,763 bilhões de euros, número que supera em 13,4 % o mesmo período do exercício anterior. Esta melhoria tem sua origem, fundamentalmente, na Espanha, no valor de 239,2 milhões de euros, e em Malta, 42,5 milhões de euros, devido à revalorização dos investimentos afetados a produtos Unit-Linked e produtos similares, e com efeito praticamente nulo no resultado do Grupo. Além disso, merecem destaque as mais-valias realizadas na carteira de investimento de IBÉRIA e MAPFRE RE.

Finalmente, as outras receitas que abrangem em grande parte aquelas das atividades não seguradoras e as receitas não técnicas refletem uma queda de 6,4 %.

Resultados

O quadro em anexo apresenta um resumo da demonstração de resultados consolidada em dezembro de 2021, demonstrando os diferentes componentes dos lucros da MAPFRE e sua comparação com o mesmo período do ano anterior.

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ%	
I. RECEITAS NEGÓCIO SEGUROS	22.148,3	21.271,0	4,1	%
1. Primas imputadas al ejercicio, netas	17.464,3	16.701,6		
2. Receitas dos investimentos	2.671,0	2.370,9		
3. Diferenças positivas de câmbio	1.628,2	2.042,9		
4. Outras receitas técnicas e não técnicas e redução ao valor recuperável.	384,8	155,5		
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(20.664,5)	(19.934,2)	-3,7	%
1. Sinistralidade do exercício, líquida	(12.865,4)	(11.604,7)		
2. Despesas de operacionais líquidas	(4.655,4)	(4.687,1)		
3. Despesas dos investimentos	(1.035,1)	(1.062,3)		
4. Diferenças negativas de câmbio	(1.574,2)	(2.018,5)		
5. Outras despesas técnicas e não técnicas e redução ao valor recuperável	(534,4)	(561,6)		
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	1.483,9	1.336,8	11,0	%
III. OUTRAS ATIVIDADES	(115,6)	(204,5)		
IV. RESULTADO POR REEXPRESSION DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	(13,2)	(13,9)		
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.355,1	1.118,4	21,2	%
VI. IMPOSTO DE RENDA	(319,5)	(297,7)		
VII. RESULTADOS DEPOIS DOS IMPOSTOS	1.035,6	820,7	26,2	%
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS	—	—		
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.035,6	820,7	26,2	%
1. Atribuível a participações não controladoras	270,4	294,1		
2. Atribuível à Sociedade controladora	765,2	526,5	45,3	%

Valores em milhões de euros.

Melhora dos rendimentos do negócio segurador do Grupo MAPFRE em 4,1 %. Por um lado, os prêmios imputados e os rendimentos dos investimentos apresentam um aumento considerável com respeito ao exercício anterior. Adicionalmente, os outros rendimentos técnicos e não técnicos melhoram de forma notável, devido principalmente ao resultado extraordinário derivado da rescisão dos acordos de distribuição entre o Grupo MAPFRE e o BANKIA, já comentada anteriormente. Por outro lado, a queda das diferenças positivas de câmbio reduz ligeiramente esta melhora nos rendimentos.

O decréscimo da seção diferenças positivas de câmbio tem um reflexo simétrico na seção diferenças negativas de câmbio.

Na seção de outros gastos técnicos e não técnicos incluem-se, para o exercício 2021, 175 milhões de euros das licenças voluntárias incentivadas da IBÉRIA, enquanto no exercício 2020 eram incluídos 131,6 milhões de euros líquidos, por deteriorações de fundos de comércio e ativos intangíveis.

O resultado do negócio segurador é de 1,483 bilhões de euros, que representa uma importante melhora de 11 % perante o mesmo período do exercício anterior.

Por um lado, os resultados do negócio de seguros Não Vida totalizaram 1,071 bilhões de euros, com um aumento de 22,7 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, o resultado do ramo Vida, incluindo o resultado financeiro de Vida, alcançou 412,1 milhões de euros, com uma queda de 11,1 % sobre o mesmo período do exercício anterior.

A IBÉRIA continua sendo a maior contribuidora de lucros do Grupo. É importante ressaltar que no resultado da IBÉRIA se recolhem os gastos derivados do plano de licenças voluntárias

incentivadas (junho e dezembro) e o resultado extraordinário derivado da rescisão do acordo de distribuição com BANKIA. Dessa forma, é importante destacar o ritmo positivo de contribuição aos lucros dos negócios Não Vida no BRASIL, AMÉRICA DO NORTE e LATAM SUL, assim como da MAPFRE RE.

Também é de se destacar a queda dos resultados do negócio de Vida Risco derivada da evolução negativa da pandemia DE COVID-19, principalmente nas regiões da América Latina, assim como no negócio de Resseguro. A 31 de dezembro de 2021 o impacto da sinistralidade COVID-19 no negócio de Vida Risco gerou uma redução do lucro atribuível do Grupo de 143,9 milhões de euros. O detalhamento é mostrado a seguir:

REGIÃO	MONTANTE
BRASIL	41,5
LATAM NORTE	38,7
LATAM SUL	26,7
LATAM	106,9
MAPFRE RE	37,0
TOTAL	143,9

Valores em milhões de euros.

Pela parte de investimentos, destacam-se as mais-valias realizadas na carteira de gestão ativa de Não Vida de IBÉRIA, AMÉRICA DO NORTE e MAPFRE RE, e que tiveram um impacto positivo no resultado atribuído de 142,7 milhões de euros.

O lucro atribuível acumulado em dezembro de 2021 subiu para 765,2 milhões de euros, com um aumento de 45,3 %.

Balanço

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Fundo de comércio	1.472,5	1.409,8	4,5%
Outros ativos intangíveis	1.438,8	1.370,3	5,0%
Outras imobilizações materiais	223,3	238,9	-6,6%
Tesouraria	2.887,7	2.418,9	19,4%
Imóveis	2.331,9	2.239,9	4,1%
Investimentos financeiros	36.243,3	36.511,1	-0,7%
Outros investimentos	1.739,6	1.220,8	42,5%
Investimentos Unit-Linked	2.957,3	2.502,4	18,2%
Participação do resseguro nas provisões técnicas	6.084,7	5.378,6	13,1%
Créditos de operações de seguro e resseguro	4.683,7	4.489,5	4,3%
Ativos por impostos diferidos	299,6	221,7	35,2%
Ativos mantidos para a venda	377,1	8.159,5	-95,4%
Outros ativos	3.114,9	2.991,2	4,1%
TOTAL ATIVO	63.854,2	69.152,6	-7,7%
Patrimônio atribuído à empresa controladora	8.463,4	8.536,0	-0,9%
Sócios externos	1.203,0	1.301,8	-7,6%
Patrimônio líquido	9.666,6	9.837,8	-1,7%
Dívida financeira	3.091,5	2.993,6	3,3%
Provisões técnicas	42.925,5	41.692,6	3,0%
Provisões para riscos e despesas	653,7	582,6	12,2%
Dívidas de operações de seguro e resseguro	2.167,8	2.256,9	-3,9%
Passivos por impostos diferidos	537,8	670,6	-19,8%
Passivos associados a ativos mantidos para a venda	123,8	7.263,9	-98,3%
Outros passivos	4.687,4	3.854,7	21,6%
TOTAL PASSIVO	63.854,2	69.152,6	-7,7%

Cifras en millones de euros.

Os ativos consolidados alcançam 63,854 bilhões de euros a dezembro de 2021 e decrescem 7,7 % em relação ao encerramento do ano anterior, devido fundamentalmente à saída do negócio de seguros bancários com o BANKIA, que em dezembro de 2020 tinha ativos associados que chegavam a 7,798 bilhões de euros. As demais flutuações mais relevantes são analisadas a seguir:

1. O aumento da seção de outros investimentos vem derivado principalmente do aumento dos investimentos contabilizados pelo método da participação como consequência da operação de Co-investimento com a Swiss Life, assim como pelo aumento dos depósitos constituídos pelo resseguro aceito pela MAPFRE RE, derivado da captação de novos negócios.
2. O aumento dos investimentos Unit-Linked tem sua origem na IBÉRIA, devido ao bom comportamento comercial dos produtos de Vida Poupança.
3. O aumento dos créditos de operações de seguro e resseguro em 4,3 % tem sua origem, principalmente, no registro de uma apólice bienal no México, que contempla o pagamento de 50 % do prêmio desta apólice em junho do ano 2022.
4. Aumento do saldo de tesouraria pela cobrança da rescisão do acordo com o BANKIA pelo valor de 570,8 milhões de euros.
5. As demais variações nas seções Ativos e Passivos por operações de seguro e resseguro são produzidas também pelo próprio processo de gestão do negócio.

O saldo atual de ativos mantidos para a venda é explicado principalmente pelas seguintes operações:

- 94,3 milhões de euros correspondem a terrenos à venda da MAPFRE INMUEBLES, operações que se encontravam já disponíveis para a venda em 31 de dezembro de 2020.
- 247,7 milhões de euros provêm de entidades e operações de Assistência e Seguro direto na Europa e na Ásia, e que foram reclassificadas para esta seção no exercício em andamento, e cujo grau de avanço do processo de venda é variado.

FUNDOS GERENCIADOS

As tabelas a seguir mostram a evolução da poupança administrada, que inclui tanto as provisões técnicas das empresas de seguros de Vida quanto as provisões de Vida das entidades de seguros multi-ramo incluídas no balanço consolidado do Grupo. A MAPFRE gerencia, além das operações de seguro de Vida, a poupança de seus clientes por meio de fundos de aposentadoria e fundos de investimento.

Economia administrada

O detalhamento e a variação da poupança gerenciada que descrevem esses dois conceitos são exibidos na tabela abaixo:

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Provisões técnicas de Vida	22.476,1	22.500,7	-0,1%
Fundos de aposentadoria	6.431,3	5.754,9	11,8%
Fundos de investimentos e outros	5.403,3	4.533,8	19,2%
SUBTOTAL	34.310,7	32.789,3	4,6%

Valores em milhões de euros.

É de destacar o crescimento dos fundos de pensões e fundos de investimento que, a dezembro de 2021, melhoram 11,8 % e 19,2 % respectivamente em relação ao fechamento do exercício anterior.

Em fundos de pensões, as contribuições e transferências externas de entrada superaram as prestações e transferências externas de saída no fechamento do exercício por valor de 213,2 milhões de euros. Além disso, os fundos de investimento também tiveram contribuições líquidas positivas no valor de 384,3 milhões de euros.

Ativos gerenciados

A tabela a seguir reproduz a evolução dos ativos gerenciados, que incluem tanto a carteira de investimentos do Grupo como um todo, como os fundos de pensão e de investimentos:

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Carteira de investimento	46.159,7	44.893,2	2,8%
Fundos de aposentadoria	6.431,3	5.754,9	11,8%
Fundos de investimentos e outros	5.403,3	4.533,8	19,2%
TOTAL	57.994,3	55.181,8	5,1%

Valores em milhões de euros.

INDICADORES FUNDAMENTAIS

Rentabilidade sobre fundos próprios (ROE)

O índice de rentabilidade (ROE), representado pela proporção entre o lucro líquido atribuível à matriz (deduzindo-se a participação de parceiros externos) e seus fundos próprios médios situou-se em 9 % (6,1 % em 2020).

Taxas de gestão

A taxa combinada mede a incidência dos custos de gestão e da sinistralidade de um exercício sobre os respectivos prêmios. Em 2021 e 2020, esta taxa situa-se, respectivamente, em 97,5 % e 94,8 %. O seguinte quadro descreve a evolução das principais taxas de gestão por unidades de negócio:

	GASTOS ⁽¹⁾		SINIESTRALIDADE ⁽²⁾		COMBINADO ⁽³⁾	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
IBÉRIA	25,5%	22,8%	72,6%	69,1%	98,1%	92,0%
LATAM NORTE	22,9%	26,6%	73,0%	63,8%	95,9%	90,5%
LATAM SUL	35,1%	38,4%	61,5%	55,5%	96,6%	93,9%
BRASIL	35,8%	36,6%	52,0%	51,1%	87,7%	87,6%
AMÉRICA DO NORTE	30,4%	32,6%	68,4%	65,1%	98,9%	97,7%
EURÁSIA	32,2%	27,0%	77,3%	71,9%	109,5%	98,9%
MAPFRE RE	29,0%	30,5%	68,1%	70,1%	97,1%	100,6%
Resseguro	29,9%	31,2%	68,3%	70,0%	98,2%	101,2%
Global Risks	17,3%	22,5%	65,8%	70,8%	83,1%	93,3%
MAPFRE ASISTENCIA	48,1%	44,7%	54,0%	53,7%	102,0%	98,4%
MAPFRE S.A.	29,3%	29,1%	68,2%	65,6%	97,5%	94,8%

(1) (Despesas de exploração líquidas de resseguro - outras receitas técnicas + outras despesas técnicas)/Prêmios líquidos imputados de resseguro. Valores relativos ao seguro Não Vida.

(2) (Sinistralidade do exercício líquida de resseguro + variação de outras provisões técnicas + participação em lucros e estornos)/Prêmios líquidos imputados de resseguro. Valores relativos ao seguro Não Vida.

(3) Taxa combinada = Taxa de gastos + Taxa de sinistralidade. Valores relativos ao seguro Não Vida.

INFORMAÇÃO POR UNIDADES DE NEGÓCIO

A MAPFRE estrutura seu negócio através das Unidades de: Seguro, Resseguro, Global Risks e Assistência. As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas na entidade jurídica MAPFRE RE.

A tabela abaixo exibe os dados de prêmios, de resultado atribuível, bem como a taxa combinada de Não Vida por Áreas Regionais e Unidades de Negócio:

Principais dados econômico-financeiros

ÁREA / UNIDAD DE NEGOCIO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
IBÉRIA	7.596,4	6.998,9	8,5%	540,7	453,3	19,3%	98,1%	92,0%
BRASIL	3.340,1	3.085,4	8,3%	74,3	101,5	-26,8%	87,7%	87,6%
LATAM NORTE	2.187,7	1.574,6	38,9%	26,8	69,7	-61,6%	95,9%	90,5%
LATAM SUL	1.617,8	1.450,5	11,5%	54,1	58,5	-7,5%	96,6%	93,9%
AMÉRICA DO NORTE	2.073,1	2.097,9	-1,2%	88,8	76,3	16,3%	98,9%	97,7%
EURÁSIA	1.360,8	1.483,4	-8,3%	0,9	31,1	-97,0%	109,5%	98,9%
SEGUROS - TOTAL	18.175,8	16.690,7	8,9%	785,6	790,5	-0,6%	97,4%	92,9%
NEGÓCIO RESSEGURO	4.991,6	4.430,7	12,7%	117,8	1,7	0,0%	98,2%	101,2%
NEGÓCIO GLOBAL RISKS	1.283,0	1.255,8	2,2%	33,9	15,1	123,9%	83,1%	93,3%
ASSISTÊNCIA	486,4	618,9	-21,4%	0,6	(20,6)	102,9%	102,0%	98,4%
Holding, exclusões e outras	(2.782,3)	(2.513,9)	-10,7%	(172,9)	(260,2)	33,6%	--	--
MAPFRE S.A.	22.154,6	20.482,2	8,2%	765,2	526,5	45,3%	97,5%	94,8%

Valores em milhões de euros.

ENTIDADES DE SEGUROS

IBÉRIA

IBÉRIA compreende as atividades da MAPFRE ESPAÑA e sua filial em Portugal, e as atividades do negócio de Vida gerenciadas pela MAPFRE VIDA e pelas suas filiais de seguros bancários.

Informação por países

REGIÓN / PAÍS	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
IBÉRIA	7.596,4	6.998,9	8,5 %	540,7	453,3	19,3 %	98,1 %	92,0 %
ESPAÑA*	7.466,0	6.862,1	8,8 %	534,0	445,2	20%	98,1 %	91,9%
PORTUGAL	130,4	136,8	-4,7%	6,6	8,1	-18,4 %	98,0%	95,4 %

Valores em milhões de euros.

*Os prêmios de Verti España totalizaram 90,0 milhões de euros (+6,6%).

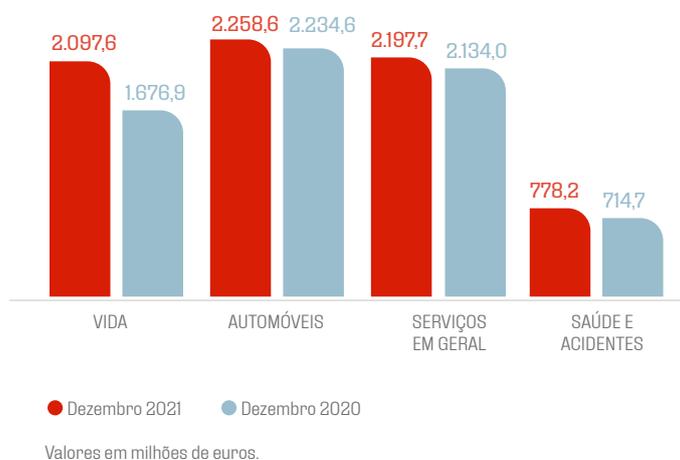
EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Os prêmios de IBÉRIA crescem 8,5 %. Os prêmios do negócio de Não Vida crescem 3,8 % e refletem a boa evolução do negócio de Automóveis, Saúde, Comunidades, Empresas e Lar.

Os prêmios do negócio de Vida aumentam 25,1 % devido ao bom comportamento comercial dos produtos de Vida Poupança (Unit-Linked), assim como a apólices relevantes de coletivos de Vida na Espanha.

No que se refere à operação SANTANDER MAPFRE, os prêmios emitidos no final de dezembro de 2021 totalizavam 49,8 milhões de euros.

Prêmios emitidos nos principais ramos



EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado atribuído de IBÉRIA chega a 540,7 milhões de euros, com um aumento de 19,3 % sobre o mesmo período do exercício anterior, principalmente derivado da contabilização, no último trimestre do ano, da rescisão dos acordos com o BANKIA por um valor de 167,1 milhões de euros.

A composição do lucro extraordinário é detalhada a seguir:

Negócio de Não Vida	140,4
Rescisão acordo distrib. Seguros não vida	141,4
Gastos profissionais (honorários)	(1,0)
Negócio Vida	26,7
Perda de capital saída BANKIA Vida	(2,2)
Reciclagem por resultados de mais-valias não realizadas de Ativos Financeiros Disp. Vda.	31,1
Gastos profissionais (honorários)	(2,2)
TOTAL NEGÓCIO NÃO VIDA E VIDA	167,1

Cifras en millones de euros.

Da mesma forma, e relacionado com a transação anterior, o quarto trimestre do exercício 2021 inclui um impacto negativo por valor de 75 milhões de euros no resultado líquido, devido a despesas de reestruturação. Está fundamentado na ampliação do plano de licenças voluntárias incentivadas anunciado em junho deste ano, e que teve um impacto negativo de 56,2 milhões de euros no resultado líquido do segundo trimestre.

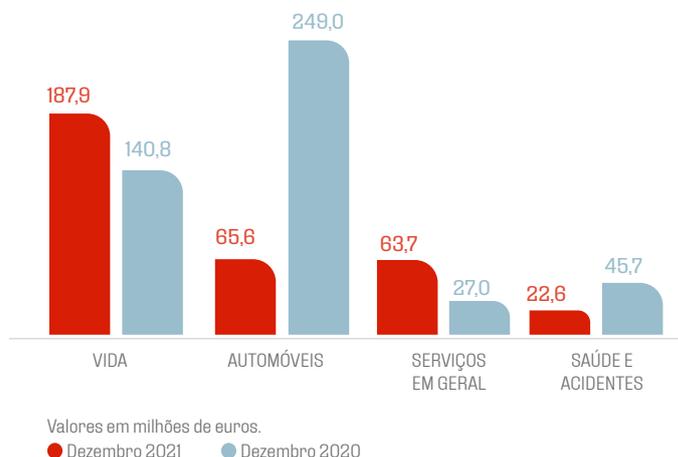
O índice combinado Não Vida ficou em 98,1 %, com um aumento relevante derivado dos gastos de reestruturação pelo plano de licenças remuneradas e do aumento da sinistralidade que afeta o ramo de Automóveis. Sem considerar este efeito do plano de licenças remuneradas, o índice combinado de IBÉRIA se situaria em 94,9 %.

Além disso, o negócio de Vida inclui um efeito extraordinário positivo pela redução de pagamentos contingentes por cumprimento de objetivos no canal de seguradoras bancárias, pelo valor líquido de 27 milhões de euros, registrado no segundo trimestre do ano.

Adicionalmente, registraram-se mais-valias extraordinárias pela venda de Rastreator e o co-investimento com Swiss Life nos valores brutos de 12,1 e 30,3 milhões de euros, respectivamente.

No encerramento de dezembro de 2021, foram registradas na carteira de gestão ativa de Não Vida mais-valias financeiras líquidas pelo valor de 79,5 milhões de euros (57,8 milhões em dezembro 2020).

Resultados dos principais ramos



A seguir, são apresentadas as participações no mercado na Espanha* e em Portugal em dezembro e setembro de 2021, respectivamente:

ESPAÑA	DEZ 2021	DEZ 2020
Automóveis	20,0%	19,6%
Saúde	6,8%	6,5%
Outros Não Vida	14,2%	14,4%
Total Não Vida	14,0%	13,9%
Total Vida	8,5%	
TOTAL	11,9%	11,3%

* Participações de mercado estimadas com base em dados provisórios publicados pela ICEA, onde são considerados apenas os prêmios de seguro direto emitidos.

PORTUGAL	SET 2021	SET 2020
Automóveis	2,3%	2,2%
Total Não Vida	2,0%	1,9%
Total Vida	0,6%	0,8%
TOTAL		1,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

BRASIL

Esta área regional inclui as atividades de seguros no Brasil.

REGIÃO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
BRASIL	3.340,1	3.085,4	8,3%	74,3	101,5	-26,8%	87,7%	87,6%

Valores em milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Os prêmios emitidos caem 8,3 % em euros, enquanto em reais brasileiros apresentam um crescimento de 15,2 %. Esta melhora na emissão deve-se principalmente à positiva evolução do negócio de seguros agrários, que cresceu 27,8 % em euros, apesar da depreciação do real brasileiro de 6,1 %, frente ao mesmo período do exercício anterior.

Em reais brasileiros, o canal de seguros bancários (Banco do Brasil) cresce 16,2 %. O canal MAPFRE cresce 14,1 %. É preciso salientar o crescimento em reais no negócio Agrário e Riscos Simples no canal de seguros bancários, e das ramificações de Automóveis, Transportes, Agrário e Riscos Industriais no canal MAPFRE.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

A evolução do resultado atribuído do Brasil no encerramento de dezembro de 2021 apresenta uma queda de 26,8 %, situando-se em 74,3 milhões de euros. Essa queda é explicada, em parte, pela depreciação do real brasileiro (em moeda local, a diminuição teria sido de 22,1 %) e pela desfavorável evolução da ramificação de Vida Risco, que entrou em perdas como consequência do aumento da mortalidade no país devido à pandemia da COVID-19, que alcançou números elevados no número de contágios e falecimentos. O impacto dos sinistros da COVID-19 para esta região em 31 de dezembro de 2021 totaliza 188,7 milhões de euros.

Adicionalmente, a volta à relativa normalidade da população produziu um efeito adverso na sinistralidade da ramificação de Automóveis, elevando o índice combinado deste ramificação a 108,8 %.

LATAM NORTE

Inclui as operações no México e na sub-região da América Central e República Dominicana, que abrange o Panamá, República Dominicana, Honduras, Guatemala, Costa Rica, El Salvador e Nicarágua.

REGIÃO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
LATAM NORTE	2.187,7	1.574,6	38,9%	26,8	69,7	-61,6%	95,9%	90,5%

Cifras en millones de euros.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Os prêmios da região crescem 38,9 % em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este crescimento se deve a que, durante o segundo trimestre do exercício, registrou-se uma apólice bienal no México no valor de 563 milhões de dólares (477,3 milhões de euros). Descontando o efeito dessa apólice, os prêmios da região teriam crescido 8,6 %.

A emissão em moeda local cresce de forma positiva em todos os países da região frente ao exercício anterior.

A ramificação de Automóveis cresce 5,8 %, e Saúde aumenta 8,2 %. A ramificação de Seguros gerais, eliminando o efeito da apólice bienal, teria crescido 20 %.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

Os resultados na região de LATAM NORTE em dezembro de 2021 foram afetados pela evolução negativa da pandemia de COVID-19, que afetou principalmente as ramificações de Vida Risco e Saúde, negócios com importante peso na carteira de seguros da região, e a sinistralidade pela COVID-19 em dezembro do exercício 2021 alcançou o valor de 130,1 milhões de euros. Isto derivou em que, juntamente com a desvalorização das moedas da região, o resultado tenha sido 61,6 % inferior ao do mesmo período do exercício anterior.

Por ramos, Vida Risco apresenta perdas de 14 milhões de euros frente aos 3,6 milhões de euros de lucro do exercício anterior, devido à já comentada evolução negativa da pandemia na região durante o ano. O ramo de Saúde, também afetado pela COVID-19, apresenta perdas no valor de 0,1 milhões de euros.

Por outro lado, o resultado de Automóveis diminui como consequência de uma piora da sinistralidade na região para esta ramificação, derivada da recuperação da mobilidade.

LATAM SUL

Esta área regional envolve as atividades no Peru, Colômbia, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Equador.

REGIÃO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
LATAM SUL	1.617,8	1.450,5	11,5%	54,1	58,5	-7,5%	96,6%	93,9%

Valores em milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Por linhas de negócio, todas as ramificações apresentam uma melhoria na emissão em euros em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se Vida Poupança (43,8 %), Saúde e Acidentes (11,1 %), Seguros Gerais (10,8 %) e Automóveis (12,5 %).

Com caráter geral, cresce a emissão em moeda local a um bom ritmo em todos os países da região, destacando-se a Argentina (48,4 %), Colômbia (30,9 %), Peru (16,3 %), Uruguai (11,4 %), Paraguai (6,8 %) e Chile (8,9 %).

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

LATAM SUL apresenta, no encerramento de dezembro de 2021, um resultado atribuído de 54,1 milhões de euros, com uma queda de 7,5 %. A taxa combinada Não Vida se situa em 96,6 %, com uma queda de 2,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido a uma evolução negativa da taxa de sinistralidade, que piorou em 6 pontos percentuais em comparação com o mesmo período do exercício anterior, compensado parcialmente por uma redução da taxa de despesas.

Por países, o Peru é o maior contribuidor de resultados da região com 20,9 milhões de euros, seguido pela Argentina, com um resultado atribuído de 9 milhões de euros, e pela Colômbia, que fecha o exercício com um lucro de 8,7 milhões de euros. O Chile apresenta uma importante melhora, aumentando seu resultado líquido em 72,1 % até alcançar 7 milhões de euros.

Por linhas de negócio, em Não Vida, destaca-se a extraordinária melhora dos resultados da ramificação de Seguros Gerais, que aumentou em 89,4 %, enquanto a de Automóveis apresentou uma queda de 34,6 % frente ao mesmo período do exercício anterior. No negócio de Vida, Vida Poupança melhora de maneira notável graças à positiva evolução deste negócio na Colômbia e no Peru comparado com o mesmo período do exercício anterior. A ramificação de Vida Risco está também, da mesma forma que as outras regiões da América Latina, afetada pelo aumento da sinistralidade derivado do incremento da mortalidade pela pandemia. O impacto dos sinistros da COVID-19 para esta região em 31 de dezembro de 2021 totaliza 42,7 milhões de euros.

Participações de mercado nos principais países da América Latina

A seguir são apresentadas as participações no mercado no seguro direto Não Vida nos principais países latino-americanos:

PAÍS	RANKING (EM DEZ/"2020)	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO ⁽¹⁾	DATA DA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO
Argentina	16	2,0%	jun-21
Brasil	2	13,8%	sep-21
Chile	5	6,1%	sep-21
Colômbia	8	5,6%	sep-21
Honduras	3	15,9%	sep-21
México	8	8,7%	sep-21
Panamá	2	17,9%	sep-21
Perú	3	17,7%	sep-21
Rep. Dominicana	4	10,7%	sep-21

¹⁾ Valores conforme os últimos dados disponíveis para cada mercado.
Fonte: MAPFRE Economics com dados do organismo de supervisão de cada país.

AMÉRICA DO NORTE

A sede desta área regional fica em Webster, MA (EUA) e abrange as operações nos Estados Unidos e em Porto Rico.

REGIÃO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
AMÉRICA DO NORTE	2.073,1	2.097,9	-1,2%	88,8	76,3	16,3%	98,9%	97,7%

Valores em milhões de euros.

No estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, as participações no mercado são as seguintes:

MASSACHUSETTS		
RAMIFICAÇÃO	DEZ 2020	DEZ 2019
Automóveis	17,9%	20,6%
Total Não Vida	9,9%	10,8%
Total Vida	—%	
TOTAL	3,0%	3,1%

Fonte: MAPFRE Economics com dados do órgão de supervisão do país.

Em Porto Rico:

PORTO RICO		
RAMIFICAÇÃO	DEZ 2020	DEZ 2019
Automóveis	10,7 %	12,5 %
Não Vida (sem Saúde)	14,8 %	15,7 %
Total Não Vida	2,8 %	3,1 %
Total Vida	0,3 %	
TOTAL	2,5 %	2,8 %

Fonte: MAPFRE Economics com dados do órgão de supervisão do país.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

No encerramento de dezembro, os prêmios na AMÉRICA DO NORTE registraram uma queda de 1,2 % em euros, enquanto em dólares melhoraram 1,8 % em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A melhora na emissão durante o último trimestre do exercício 2021 deve-se, em parte, à compra da MAPFRE ASISTENCIA USA pela MAPFRE USA, incorporando 62,4 milhões de euros aos prêmios desta última empresa desde outubro deste exercício.

Ainda assim, a queda na emissão se deve em parte à desvalorização do dólar e às estritas medidas de controle técnico implantadas nos dois últimos anos, além do impacto das medidas de limitação à mobilidade das pessoas por causa da crise da COVID-19.

Foi comunicada aos supervisores dos Estados Unidos a saída da operação da Verti USA do estado da Pensilvânia. Esta decisão foi tomada após constatar que o projeto não tinha alcançado o volume de negócio e a rentabilidade esperada no prazo previsto. A experiência sobre conhecimento digital obtida durante os anos em que Verti USA operou, servirá para acelerar a transformação digital do negócio de MAPFRE USA, fortalecendo assim seu canal de venda virtual nos Estados Unidos. Continua-se com o processo de saída ordenada do estado da Flórida.

Porto Rico, apresenta emissão inferior à do

exercício anterior em euros em 5,5 %, apesar de que em moeda local este decréscimo se reduz até 2,6 %.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado em 31 de dezembro de 2021 na AMÉRICA DO NORTE se situa em 88,8 milhões de euros, 16,3 % superior ao da mesma data do exercício anterior.

O resultado nos Estados Unidos piorou 7,0 % com relação ao mesmo período do exercício anterior, alcançando em dezembro de 2021 um valor de 72,6 milhões de euros. Observa-se um aumento na taxa combinada de Automóveis, principalmente devido ao impacto das medidas de confinamento como consequência da pandemia do COVID-19, que produziram uma melhora na taxa combinada em 2020, e uma redução no de Seguros Gerais.

Ao longo de 2021, foram realizadas mais-valias em investimentos financeiros no valor de 42,7 milhões de euros, atendendo ao bom contexto dos mercados. O ano 2020 foi afetado positivamente por uma mais-valia extraordinária pela venda de um imóvel em Boston pelo valor de 19,6 milhões de dólares.

Por outro lado, Porto Rico melhora seus resultados, alcançando um lucro de 16,1 milhões de euros. O exercício 2020 foi afetado pelos terremotos.

EURÁSIA

Esta área regional engloba as operações de seguros da Itália, Alemanha, Turquia, Malta, Indonésia e Filipinas.

REGIÃO	PRÊMIOS			RESULTADO ATRIBUÍVEL			TAXA COMBINADA	
	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020	Δ%	DEZ. 2021	DEZ. 2020
EURÁSIA	1.360,8	1.483,4	-8,3%	0,9	31,1	-97,0%	109,5%	98,9%

Valores em milhões de euros.

As participações de mercado na região da EURÁSIA são as seguintes:

RAMIFICAÇÃO	ALEMANHA		ITÁLIA		MALTA		TURQUIÁ	
	DEZ. 2020	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2019	SET. 2021	SET. 2020
Automóviles	1,2%	1,2%	2,4%	2,9%	34,4%	35,8%	2,3%	2,6%
Total No Vida	0,3%	0,3%	1,2%	1,4%	33,2%	33,1%	4,0%	4,1%
Total Vida	—	—	—	—	76,4%	76,1%	0,5%	0,4%
TOTAL	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	60,1%	60,4%	3,3%	3,3%

Fuente: MAPFRE Economics con datos del organismo de supervisión de seguros de cada país.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

No encerramento de junho, os prêmios na EURÁSIA registraram uma queda de 8,3 %, com reduções na Turquia (-6,5 %), Itália (-44,4 %) e Filipinas (-1,7 %). Por outro lado, melhora a emissão da Alemanha (3,2 %), Malta (17,6 %) e Indonésia (3,9 %).

A emissão na Turquia está sendo afetada por uma queda significativa do negócio de Automóveis e devido ao rigor técnico na subscrição e à forte depreciação da lira turca (-26,0 %).

Queda da emissão na Itália ligada às restrições de nova produção no canal de concessionários. Este canal de distribuição foi considerado não estratégico para o país.

Desempenho muito favorável na Alemanha, com um crescimento derivado de uma ótima campanha comercial e uma excelente taxa de renovações.

A melhoria da emissão de prêmios de Malta obedece ao incremento do negócio de Vida Economia, que cresce 21 % respeito da idêntica data do exercício anterior.

Para finalizar, a menor emissão das Filipinas se deve à queda do negócio de Automóveis.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

A EURÁSIA apresenta, no encerramento de dezembro de 2021, um resultado atribuído de 0,9 milhões de euros, que representa uma queda de 97,0 % em relação ao exercício anterior.

Grande parte da queda do resultado deriva da redução do mesmo na Itália e na Turquia.

O resultado na Itália foi afetado pela redução do canal de concessionários e sua consequente queda na emissão, pelo alto nível de gastos e pela elevada sinistralidade de granizo ocorrida no terceiro trimestre do exercício. Adicionalmente, no último trimestre do exercício, foi posto em andamento um plano de reestruturação baseado em uma ampla mudança organizacional. Este plano baseia-se na digitalização, automatização e otimização dos processos da empresa e em um ajuste da estrutura da organização à nova dimensão da entidade, após a saída de alguns negócios não rentáveis. O custo líquido deste plano totaliza 19,9 milhões de euros. Excluído este efeito, a taxa combinada da Itália chega a 109,1 %.

O resultado da Turquia totalizou 7,7 milhões de euros, que representa uma queda de 52,2 % em relação ao exercício passado, como consequência da depreciação da lira turca e do aumento da sinistralidade em Automóveis e Saúde.

Alemanha, Filipinas e Indonésia evoluem de forma positiva e em linha com as previsões, enquanto Malta piora ligeiramente seu resultado com respeito ao mesmo período

do exercício anterior, devido a uma evolução negativa da sinistralidade em Automóveis.

MAPFRE RE

É uma resseguradora global e a resseguradora profissional do Grupo MAPFRE.

A MAPFRE RE presta serviços e recursos de resseguro, oferecendo todos os tipos de solução de resseguro de acordos e facultativos em todos os ramos de Vida e Não Vida.

MAPFRE RE também engloba à Unidade de Global Risks, que é a especializada dentro do Grupo MAPFRE em elaborar programas globais de seguros de grandes multinacionais (por exemplo, apólices que cobrem riscos de aviação, nucleares, energéticos, responsabilidade civil, incêndios, engenharia e transporte).

A seguir, incluem-se os principais dados econômico-financeiros de MAPFRE RE.

Principais dados econômico-financeiros

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Prêmios emitidos e aceitos	6.274,6	5.686,5	10,3%
- Não Vida	5.644,6	5.132,9	10,0%
- Vida		553,6	13,8%
Prêmios atribuídos líquidos	3.432,6	3.171,6	8,2%
Lucro bruto	193,8	22,5	760,6%
Imposto de renda	(42,1)	(5,7)	
Resultado líquido atribuído	151,7	16,9	799,8%
Taxa combinada	97,1%	100,6%	-3,5p.p.
Taxa de gastos	29,0%	30,5%	-1,5p.p.
Índice de sinistralidade	68,1%	70,1%	-2,0p.p.

Valores em milhões de euros.

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Prêmios emitidos e aceitos	6.274,6	5.686,5	10,3%
Negócio Resseguro	4.991,6	4.430,7	12,7%
Negócio Global Risks	1.283,0	1.255,8	2,2%
Resultado líquido atribuído	151,7	16,9	799,8%
Negócio Resseguro	117,8	1,7	—%
Negócio Global Risks	33,9	15,1	123,9%
Taxa combinada	97,1%	100,6%	-3,5p.p.
Negócio Resseguro	98,2%	101,2%	-3,1p.p.
Negócio Global Risks	83,1%	93,3%	-10,1p.p.
Taxa de gastos	29,0%	30,5%	-1,5p.p.
Negócio Resseguro	29,9%	31,2%	-1,3p.p.
Negócio Global Risks	17,3%	22,5%	-5,2p.p.
Índice de sinistralidade	68,1%	70,1%	-2,0p.p.
Negócio Resseguro	68,3%	70,0%	-1,8p.p.
Negócio Global Risks	65,8%	70,8%	-5,0p.p.

Valores em milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

A emissão de prêmios total de MAPFRE RE cresce 10,3 % respeito do mesmo período do exercício anterior. Os prêmios imputados líquidos totais crescem 8,2 %.

Os prêmios do negócio de Resseguro totalizaram 4.991,6 milhões de euros, que representa incremento de 12,7 % sobre o mesmo período do exercício anterior, essencialmente consequência do incremento

das participações nos programas das cedentes e da subida de taxas em algumas ramificações, após vários anos de grande frequência da sinistralidade catastrófica.

Os prêmios da Unidade de Global Risks, integrada em MAPFRE RE, totalizaram 1.283 milhões de euros, que representa 2,2 % a mais do que o exercício passado.

Composição dos prêmios

O detalhamento do peso da distribuição dos prêmios em dezembro de 2021 é o seguinte:

CONCEITO	%	CONCEITO	%
Por Tipo de negócio:		Por Cedente:	
Proporcional	63,6%	MAPFRE	47,7%
Não proporcional	12,9%	Outras cedentes	52,3%
Facultativo	23,6%		
Por Região:		Por Ramificações:	
IBÉRIA	17,9%	Danos	42,%
EURASIA	42,8%	Vida e acidentes	13,8%
LATAM	25,6%	Automóveis	16,3%
AMÉRICA DO NORTE	13,7%	Negócios Global Risks	20,4%
		Transportes	2,9%
		Outras Ramificações	3,7%

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado líquido atribuído da MAPFRE RE no encerramento de dezembro de 2021 apresenta um lucro de 151,7 milhões de euros, muito superior ao lucro de 16,9 milhões de euros em 2020. Apesar da ocorrência de vários eventos catastróficos, o resultado do semestre foi muito positivo devido principalmente a melhorias na sinistralidade de frequência no negócio de resseguro e a uma diminuição da sinistralidade de intensidade, especialmente na Unidade de Global Risks. Em dezembro de 2021, a MAPFRE RE foi afetada por vários sinistros catastróficos, como as tempestades Uri, Volker e Bernd, assim como o furacão Ida, sendo o mais destacável a tormenta europeia “Bernd” ocorrida em julho, que teve um impacto líquido atribuído sobre o resultado de 92,8 milhões de euros. Em 2020 o efeito catastrófico mas relevante foram os terremotos de Porto Rico, com um impacto no resultado líquido atribuído do Grupo de 39,3 milhões de euros.

A sinistralidade direta incorrida no exercício derivada da COVID-19 para o negócio de resseguro é de 52,1 milhões de euros. A

maioria é atribuível à ramificação de Vida / Doença por reclamações de sinistros de cedentes com ocorrência no ano 2021 e incluindo uma estimativa para aquelas que estão em processo de discussão ou aceitação.

O impacto acumulado líquido atribuído dos anos 2020 e 2021 para sinistros COVID-19 em dezembro de 2021 totaliza 116,8 milhões de euros (79,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020), estando a maior parte aguardando liquidação e pagamento. Os sinistros reportados nas ramificações de danos concentram-se, majoritariamente, em determinadas coberturas de interrupção de negócios na Europa. Na imensa maioria da carteira de danos, a cobertura de interrupção de negócios está condicionada à existência de um dano material, que neste caso não existe. Por isso, somente em casos excepcionais existe exposição. Não obstante, existe ainda grande incerteza sobre os valores finais de eventuais reclamações e sobre o resultado de determinadas reclamações judiciais ou processos arbitrais, tanto em relação com a existência de cobertura nas apólices originais de seguros, quanto na validade de algumas

reclamações de cobertura nos contratos de resseguro.

No encerramento de dezembro de 2021, foram registradas mais-valias financeiras, já descontadas menos-valias e outros extraordinários financeiros, no valor de 70,2 milhões de euros (21,4 milhões de euros em dezembro de 2020).

O resultado atribuído do negócio de Resseguro totaliza 117,8 milhões de euros, beneficiando-se da melhoria na sinistralidade de frequência, assim como de uma redução das despesas de aquisição.

O resultado atribuído ao negócio Global Risks apresenta um lucro de 33,9 milhões de euros.

A taxa combinada do negócio de Resseguro se situa em 98,2 %, enquanto a do negócio de Global Risks em 83,1 %. É preciso salientar a queda na taxa de gastos do negócio Global Risks em 5,2 pontos percentuais, devido ao incremento nas comissões cobradas de resseguro e a mudanças na estrutura de cessão.

MAPFRE ASISTENCIA

Essa é a unidade especializada em assistência em viagem e em estradas, e outros riscos especiais do Grupo.

Principais dados econômico-financeiros

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020	Δ %
Receitas operacionais	559,6	709,6	-21,1%
- Prêmios emitidos e aceitos	486,4	618,9	-21,4%
- Outras receitas	73,1	90,7	-19,4%
Prêmios atribuídos líquidos	404,7	502,8	-19,5%
Resultado de outras atividades	(4,7)	(31,3)	84,8%
Lucro bruto	(10,1)	(22,6)	55,2%
Imposto de renda	12,4	4,0	
Sócios externos	(1,7)	(2,0)	
Resultado líquido atribuído	0,6	(20,6)	102,9%
Taxa combinada	102,0%	98,4%	3,6p.p.
Taxa de gastos	48,1%	44,7%	3,3p.p.
Índice de sinistralidade	54,0%	53,7%	0,3p.p.

Valores em milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS PRÊMIOS

Os prémios da MAPFRE ASISTENCIA totalizam 486,4 milhões de euros e caíram 21,4 % em relação ao mesmo período do exercício anterior. No final de dezembro, as receitas foram fortemente impactadas por 1) os prémios de Seguro de Viagem da InsureandGo Reino Unido, Irlanda e Austrália, com uma redução de seu volume de negócio de 38,5 %, como consequência das restrições nas viagens por causa da COVID-19; 2) os prémios de Seguro de Riscos Especiais no Reino Unido e de Assistência nos Estados Unidos, como consequência da decisão de descontinuar estas operações.

No encerramento de dezembro, a MAPFRE ASISTENCIA registra um resultado atribuído positivo de 0,6 milhões de euros. No mesmo período do exercício anterior, MAPFRE ASISTENCIA registrava perdas por 20,6 milhões de euros, após o forte impacto produzido na sinistralidade em consequência da COVID-19 pela cobertura de cancelamento de viagem, derivado das limitações à mobilidade impostas pela pandemia.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO

O resultado de 2021 foi impactado positivamente pelo processo de venda da InsureandGo Reino Unido, concluído no mês de agosto, assim como pelo fechamento, durante o quarto trimestre do ano, da sucursal de seguros da MAPFRE ASISTENCIA neste país. Estas duas operações (venda da InsureandGo e fechamento da sucursal de seguros) geraram um resultado positivo de 4,5 milhões de euros.

Este valor inclui um gasto, antes de impostos, de 14,2 milhões de euros pelo fechamento da sucursal de seguros da MAPFRE ASISTENCIA no Reino Unido, e um ganho de 18 milhões de euros, pelo reconhecimento contábil, de benefícios fiscais derivados das perdas acumuladas na sucursal.

A seguir, é detalhado o resultado antes dos impostos da MAPFRE ASISTENCIA, por regiões e linhas de negócio, no encerramento de junho de 2021:

REGIÃO	ASSISTÊNCIA	SEGURO DE VIAGEM	RISCOS ESPECIAIS	2021	2020
EURÁSIA	(5,1)	0,4	6,7	2,0	(5,4)
LATAM	0,6	0,4	1,5	2,5	(2,2)
AMÉRICA DO NORTE	0,2	0,5	0,0	0,7	1,1
OP. DESCONTINUADAS	3,5	(21,9)	3,1	(15,3)	(16,1)
TOTAL	(0,8)	(20,6)	11,3	(10,1)	(22,6)

Valores em milhões de euros.

A MAPFRE ASISTENCIA, no âmbito do processo de reorganização geográfica iniciado no final de 2015, completou, no encerramento deste exercício, sua saída de um total de 14 países.

No encerramento de dezembro, a MAPFRE ASISTENCIA mantém reclassificados na seção de balanço de ativos mantidos para a venda um total de 12,5 milhões de euros de ativos de operações na Europa e Ásia. Espera-se que a maior parte destas operações se finalizem ao longo do primeiro trimestre de 2022, uma vez concluídas as formalidades e obtidas as autorizações necessárias em cada mercado.

FATOS ECONÔMICOS E CORPORATIVOS RELEVANTES

Crise do Coronavírus (COVID-19)

Evolução dos impactos da COVID-19

Situação atual das operações da MAPFRE

A atuação da MAPFRE durante a crise da COVID-19 se centrou em duas grandes prioridades:

- Garantir a segurança sanitária de todos os colaboradores.
- Assegurar a continuidade das operações para poder manter o nível de serviço aos clientes.

Do ponto de vista da gestão da crise provocada pela pandemia, apesar do seu impacto e das restrições à mobilidade impostas em muitos países, o Grupo MAPFRE manteve a continuidade de suas operações e continuou prestando serviços a seus clientes em todos os locais em que tem presença, cumprindo sempre tanto com o compromisso com os clientes como com o estabelecido no regulamento vigente de aplicação em cada país, em cada momento.

No encerramento de dezembro, a porcentagem do pessoal que desempenhava seu trabalho de forma presencial nos principais mercados em que a MAPFRE mantém operações era a seguinte: Espanha 95,9 % dos funcionários incorporados com rotações, Estados Unidos 78 % dos funcionários incorporados, em jornada de trabalho normal com flexibilidade de teletrabalho remoto, e Brasil 100 % dos

funcionários incorporados em modelo de trabalho com mobilidade híbrido.

Durante o último trimestre do exercício ocorreu uma melhora progressiva na situação da pandemia de COVID-19, graças aos avanços no processo de vacinação. Isto permitiu manter um moderado otimismo sobre a evolução da situação da pandemia, observando-se, pouco a pouco, como um maior número de países estão mais próximos à normalidade, apesar de que o surgimento de novas ondas de contágio e de novas variantes poderiam limitar o retorno a uma total normalização da atividade econômica.

Impactos econômicos mais relevantes na conta de resultados da MAPFRE.

A seguir, inclui-, se um detalhe dos impactos mais relevantes nos resultados do Grupo, no encerramento de dezembro de 2021, derivados da crise do coronavírus (COVID-19):

Siniestralidade

A siniestralidade incorrida derivada de sinistros imputáveis diretamente à COVID-19 por linhas de negócio é detalhada a seguir:

RAMIFICAÇÕES	DEZ. 2020	DEZ. 2021
VIDA RISCO	83,5	278,8
SAÚDE	58,8	88,7
FALECIMENTOS	30,0	15,0
ASSISTÊNCIA EM VIAGEM (Seguro de Viagem)	23,2	8,0
OUTRAS RAMIFICAÇÕES	13,7	17,7
TOTAL SEGUROS	209,2	408,3
RESSEGURO ACEITO	113,4	52,1
TOTAL ACUMULADO	322,6	460,4

Valores em milhões de euros.

Por regiões e Unidades de Negócio a composição da sinistralidade é a seguinte:

ÁREAS GEOGRÁFICAS E UNIDADES	DEZEMBRO DE 2020	DEZEMBRO DE 2021
IBÉRIA	39,1	32,7
LATAM NORTE	63,3	130,1
LATAM SUL	33,5	42,7
BRASIL	46,2	188,7
AMÉRICA DO NORTE	0,8	2,7
EURÁSIA	3,1	3,3
TOTAL SEGUROS	186,0	400,2
MAPFRE RE	113,4	52,1
MAPFRE ASISTENCIA	23,2	8,0
TOTAL ACUMULADO	322,6	460,4

Valores em milhões de euros.

Evolução da Taxa Combinada

Detalha-se a seguir a taxa combinada comparativa em dezembro, por ramificações, dos três últimos exercícios:

RAMIFICAÇÕES	TAXA COMBINADA		
	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2021
AUTOMÓVEIS	100,5%	91,7%	100,8%
SAÚDE E ACIDENTES	98,5%	94,1%	100,1%
SEGUROS GERAIS	88,0%	92,5%	90,8%
FALECIMENTOS	96,3%	112,1%	100,5%
ASSISTÊNCIA EM VIAGEM	102,9%	102,3%	107,4%
VIDA RISCO	84,2%	85,4%	94,6%

Em sexta-feira, 31 de dezembro de 2021, foi possível observar que aconteceu piora da taxa combinada de Automóveis respeito ao mesmo período do exercício anterior, como consequência da eliminação das restrições de mobilidade e da volta à relativa normalidade. Por outro lado, observa-se uma melhora no ramo de Seguros Gerais e Decessos. Pelo contrário, a taxa combinada da ramificação de Vida Risco e Saúde aumenta de forma importante, devido principalmente à elevada sinistralidade por COVID-19 na América Latina.

Plano de licenças incentivadas na Espanha

O Grupo pôs em andamento um plano de licenças voluntárias incentivadas dirigido a funcionários de suas operações de seguro na Espanha.

O plano tem caráter voluntário e para poder aceder a ele são necessários certos requisitos de idade e permanência. Sua finalidade é melhorar a eficiência nos processos administrativos e de vendas, derivados de uma nova estrutura operacional, assim como adaptar os recursos aos novos avanços em digitalização.

O plano foi estruturado e comunicado em duas datas diferentes ao longo do ano em curso. Assim, o Grupo constituiu em 30 de junho, dentro da região IBÉRIA, uma provisão por este conceito por um valor aproximado de 75 milhões de euros. 274 funcionários aderiram a esta primeira fase do plano de licenças voluntárias. Adicionalmente, em dezembro realizou-se uma ampliação do plano de saídas voluntárias por um valor de 100 milhões de euros, no intuito de acelerar os processos de transformação do modelo operacional da MAPFRE em IBÉRIA. Estima-se que uns 300 funcionários adicionais vão aderir a esta nova ampliação.

Este gasto extraordinário total representa 1,2 pontos percentuais na taxa combinada Não Vida do Grupo.

Plano de reestruturação da Verti Italia

Durante o último trimestre do exercício 2021, a Verti Italia pôs em andamento um plano de reestruturação baseado em uma ampla mudança organizacional. Este plano gira sobre dois eixos fundamentais, a) digitalizar e automatizar os processos da entidade, aproveitando os investimentos realizados em tecnologia, que impulsionem o crescimento rentável, passando a ser o negócio digit al-direto sua principal atividade, e b) ajustar a estrutura da organização à nova dimensão da entidade, após a saída de alguns negócios não rentáveis.

Este plano está nas fases finais de definição e poderia representar uma redução significativa da estrutura de pessoal nas diferentes áreas da entidade, que se realizaria por meio da recolocação de funcionários em prestadores de serviços, licenças remuneradas e outras medidas de terminação da relação trabalhista .

O custo líquido deste plano totaliza 19,9 milhões de euros. Este gasto extraordinário representa 0,2 pontos percentuais na taxa combinada Não Vida do Grupo.

Recompra de instrumentos de dívida do Grupo

No dia 1º de dezembro, a MAPFRE informou que ia realizar uma oferta de recompra em dinheiro dirigida a todos os detentores das obrigações emitidas pela MAPFRE correspondentes à emissão denominada "EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES SIMPLES DA MAPFRE, S.A. 1 - 2016", cujo saldo vivo atual em circulação era de um bilhão de euros, composta por 10.000 obrigações de valor nominal unitário de 100.000 euros e vencimento em 19 de maio de 2026.

O objetivo da oferta de recompra foi preparar de forma pró-ativa o perfil de dívida da MAPFRE, assim como proporcionar liquidez aos detentores cujas obrigações sejam aceitas.

Os resultados finais da oferta de recompra representaram a aquisição, pela MAPFRE, de 142,7 milhões de euros de obrigações aos detentores e sua amortização imediata, o que levou ao reconhecimento de um gasto líquido de 9,6 milhões de euros para o Grupo.

FATOS CORPORATIVOS RELEVANTES

Alienações

Finalização acordo Bankia

No dia 26 de março de 2021, foi executada a fusão por absorção do BANKIA pelo CAIXABANK.

Com caráter prévio, o CAIXABANK tinha procedido a comunicar à MAPFRE sua decisão de não resolver seus acordos de distribuição em exclusiva com outras entidades seguradoras, que eram incompatíveis com a manutenção, após a fusão, dos assinados entre a MAPFRE e o BANKIA.

Diante de tal situação, a MAPFRE comunicou formalmente o exercício de seu direito de resolução dos acordos, procedendo-se às avaliações dos negócios por especialista independente para os efeitos da determinação, nos termos contratualmente previstos, das quantidades a perceber em conceito de preço por sua participação de 51 % em BANKIA VIDA

e de indenização por resolução do acordo de distribuição de Não Vida

No dia 29 de dezembro, MAPFRE e CAIXABANK formalizaram, com base nas avaliações do especialista independente, a resolução dos citados acordos nos seguintes termos:

- CAIXABANK compra da MAPFRE sua participação de 51 % em BANKIA VIDA por 323,7 milhões de euros, valor correspondente a 110 % do valor de mercado do negócio de Vida determinado pelo especialista independente.
- Resolução do contrato de agência para a distribuição de seguros de Não Vida, com pagamento de 247,1 milhões de euros pelo CAIXABANK à MAPFRE, valor correspondente a 110 % do valor do negócio de Não Vida determinado pelo especialista independente.
- Submissão à arbitragem do direito da MAPFRE a receber do CAIXABANK, nos termos contratualmente previstos, 10 % adicionais, equivalentes a 52 milhões de euros.

Este acordo representou para a MAPFRE em 2021 a cobrança de 570,8 milhões de euros e um resultado extraordinário de 167,1 milhões de euros, valores que poderiam aumentar em 52 milhões de euros em caso de laudo favorável aos seus interesses no procedimento arbitral.

Adicionalmente, a MAPFRE manifestou, tanto ao especialista independente como ao CAIXABANK, sua desconformidade com o valor atribuído por aquele ao negócio de Vida, por não ter sido determinado conforme metodologia e critérios de mercado, nos termos do mandato e dos acordos, com a correspondente reserva de ações e direitos. Como consequência, a MAPFRE exercerá proximamente ações legais em defesa de seus legítimos interesses.

A seguir mostram-se os impactos no resultado líquido da terminação do acordo com BANKIA e outras operações acordadas pelo Grupo no mês de dezembro e que

representaram uma contribuição líquida de 62,6 milhões de euros para o resultado:

OPERAÇÕES	RECEITAS/ DESPESAS
Terminação Acordo BANKIA	167,1
Plano licenças voluntárias IBÉRIA	(75,0)
Reestruturação Itália	(19,9)
Recompra de instrumentos de dívida do Grupo	(9,6)
TOTAL	62,6

Valores em milhões de euros.

Venda da Industrial RE

Em 15 de dezembro de 2020, o Grupo recebeu uma oferta vinculante pela entidade Industrial RE, sociedade sem atividade relevante há vários exercícios. Esta transação, em maio, obteve as correspondentes autorizações administrativas e materializou-se gerando mais-valia bruta para o Grupo MAPFRE de 3,5 milhões de euros.

Venda Rastreator e Preminen

Admiral Group Plc anunciou em dezembro de 2020 a venda do Penguin Portals Group e do comparador Preminen à RVU. Penguin Portals Group tem o controle do comparador online Rastreator. O Grupo MAPFRE mantinha uma participação de 25 % em Rastreator e de 50 % em Preminen, que faziam parte dessa transação. As vendas foram formalizadas e desembolsadas no mês de maio, gerando uma mais-valia bruta para o Grupo MAPFRE de 14 milhões de euros.

Venda da InsureandGo e fechamento da sucursal de seguros da MAPFRE Asistencia no Reino Unido

MAPFRE ASISTENCIA, a unidade especializada em assistência em viagem e estrada e outros riscos especiais do Grupo MAPFRE, fechou em agosto a venda da InsureandGo no Reino Unido. Igualmente, finalizou-se com sucesso o processo de consulta coletiva destinado ao fechamento da sucursal de seguros da MAPFRE ASISTENCIA no Reino Unido, que se executou no quarto trimestre. As duas operações (venda da InsureandGo e fechamento da sucursal de seguros) geraram um resultado positivo líquido de impostos

de 4,5 milhões de euros. Estas operações enquadram-se dentro do processo de reorganização estratégica em que se encontra imersa a MAPFRE ASISTENCIA desde o ano 2015, que já significou a retirada de seus negócios de 14 países.

Aquisições

Compra de participações a Sócios Minoritários

Durante o segundo trimestre do exercício, o Grupo MAPFRE adquiriu, por um valor total de 2,5 milhões de dólares, participações adicionais dos sócios minoritários nas sociedades MAPFRE Middlesea p.l.c, em Malta, e MAPFRE Atlas, no Equador, que representam 1,27 % e 7,66 % do capital social, respectivamente.

Em 17 de setembro o Grupo MAPFRE adquiriu 32,46 % adicionais das ações da MAPFRE Perú Vida, por um valor de 109,2 milhões de euros, o que elevou sua participação nesta sociedade a 99,87 %.

Esta compra implica um ajuste negativo nas reservas consolidadas do Grupo MAPFRE pelo valor de 83,3 milhões de euros, como consequência do excesso pago sobre o valor patrimonial consolidado da MAPFRE Perú Vida.

Ampliação da participação no capital de Abante

No dia 22 de janeiro de 2021, MAPFRE e Abante acordaram que a MAPFRE adquiriria uma participação adicional das ações da Abante, procedendo à assinatura e ao desembolso de uma ampliação de capital por valor de 27,4 milhões de euros no mês de junho. Com esta operação, a participação no capital de Abante atinge 18,77 %.

Outros fatos corporativos

Co-investimento com Swiss Life.

No segundo trimestre do exercício, o Grupo MAPFRE, através de MAPFRE INMUEBLES, formalizou com Swiss Life um investimento conjunto em um veículo destinado ao investimento imobiliário, participado em 50 % por ambas as entidades. A esse fim, MAPFRE

INMUEBLES contribuiu com 100 % de suas ações em uma entidade, que tem como principal ativo um imóvel situado em Madri. Em consequência desta transação, gerou-se mais-valia bruta para o Grupo MAPFRE no montante de 33,6 milhões de euros.

Acordo para criação de uma aliança nos Estados Unidos.

MAPFRE USA e AAA Washington, clube filiado à AAA, a organização de serviços de emergência viária mais importante dos Estados Unidos, fecharam um acordo para formar uma empresa de seguros conjunta para assinar seguros de Automóveis e Lar em Washington e no norte de Idaho. A nova empresa, sujeita à aprovação regulatória, será conhecida como Auto Club MAPFRE Insurance Company. Espera-se que a empresa inicie suas operações no quarto trimestre de 2022.

Cancelamento projeto fusão serviços funerários

Uma vez emitida a resolução da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência sobre a aliança para o desenvolvimento conjunto do negócio de serviços funerários entre ALBIA e FUNESPAÑA, os organismos de governo da MAPFRE decidiram, em outubro, manter a participação atual da FUNESPAÑA dentro do perímetro do Grupo e descontinuar o projeto de fusão com a ALBIA. Como consequência, foram desclassificados os ativos da FUNESPAÑA da seção de “Ativos mantidos para a venda” por um valor de 168,5 milhões de euros.

Transferência da MAPFRE ASISTENCIA USA

Em 5 de outubro, formalizou-se a compra, por parte da MAPFRE USA, da MAPFRE ASISTENCIA USA (entidade holding, filial da MAPFRE ASISTENCIA, que agrupa Century Automotive, Federal Assist e Mapfre Warranty Florida). Esta transação não tem impactos econômicos ao nível do Grupo MAPFRE e teve efetividade desde outubro de 2021.

QUESTÕES RELATIVAS A MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E PESSOAL

Meio Ambiente

Em 2021 teve lugar a COP26 de Glasgow, que se encerrou com a necessidade de definir e executar ações tangíveis, mensuráveis e sobretudo urgentes, para não aumentar em 1,5°C a temperatura do planeta. Neste contexto, a MAPFRE lançou seu novo Plano Corporativo de Pegada Ambiental 2021-2030, que tem entre seus objetivos a redução de suas emissões de gases de efeito estufa em 50 % em 2030, comprometendo-se a neutralizar a totalidade da pegada restante do Grupo a partir desse ano.

De maneira adicional, foram estabelecidos objetivos intermédios para 2024 cujo seguimento e cumprimento será determinante para garantir o cumprimento do Plano de Pegada Ambiental. Estes objetivos, assim como as atuações necessárias para conseguí-los, estão incluídos no novo Plano de Sustentabilidade 22-24, com o fim de garantir a atuação alinhada e coordenada de todas as entidades do Grupo MAPFRE nesta matéria.

Como primeiro passo dentro da estratégia de neutralidade do Grupo, a partir de 2021 é compensada a pegada de carbono da MAPFRE ESPAÑA e MAPFRE PORTUGAL. Será estabelecido outro marco intermédio em 2024, ano a partir do qual se neutralizará também a pegada de carbono da MAPFRE no Brasil, EUA, México, Porto Rico, Peru, Itália, Alemanha e Turquia.

A Política de Meio Ambiente foi atualizada neste exercício, com objetivo de incluir novos aspectos chave como a Economia Circular e o Capital Natural na gestão meio ambiental realizada pelo Grupo. A MAPFRE dispõe de em modelo estratégico baseado em um sistema integrado de gestão certificável conforme diversas normas ISO, para incluir todos os aspectos associados à sustentabilidade ambiental, de energia, de emissões de gases de efeito estufa e de economia circular. Esse modelo permite definir planos e programas, minimizando os riscos identificados e promovendo a execução das oportunidades detectadas.

Também em 2021, a MAPFRE aprovou a Estratégia Corporativa de Compensação de Gases de Efeito Estufa, que define os critérios internos para poder avaliar as melhores propostas de compensação. Estes critérios vão um passo à frente da criação de sumidouros de carbono, e procuram também incentivar a recuperação da biodiversidade e assegurar os serviços ecossistêmicos e o capital natural.

Até a data, na vertente ambiental, a MAPFRE seguiu ampliando suas certificações na matéria, e já conta com 44 sedes de entidades do Grupo na Espanha, Brasil, USA, México, Porto Rico, Turquia, Peru, Itália, Alemanha, Colômbia, Chile, Paraguai, Portugal e Argentina certificadas com a ISO 14001, às quais se somam os 25 edifícios-sede situados na Espanha, México e Porto Rico com certificado de gestão energética ISO 50001.

Em relação à Pegada de Carbono, a expansão do alcance da ISO 14064 continua a avançar conforme o plano previsto, e já foram verificados os inventários de pegada de carbono das entidades do Grupo localizadas na Espanha, Brasil, EUA, México, Itália, Porto Rico, Colômbia, Portugal, Turquia, Chile, Peru e Alemanha.

Por outro lado, e no contexto atual, a economia circular emerge como uma solução necessária para a crise econômica e climática, tornando as empresas mais competitivas e resilientes. Neste âmbito, a MAPFRE foi a primeira seguradora a assinar na Espanha o Pacto por uma Economia Circular em 2020, e neste ano foi realizado o primeiro relatório de avanço com o objetivo de cumprir os compromissos previstos nesta iniciativa que tratam de impulsionar, favorecer, promover e difundir a transição para uma Economia Circular.

Também certificou conforme o Regulamento Resíduo Zero da AENOR a Sede Social do Grupo, situada em Majadahonda (Madri), que é formada por um Complexo de quatro edifícios onde trabalham mais de 2.500 funcionários.

Em relação com o Capital Natural, a MAPFRE lançou um primeiro projeto destinado a quantificar o impacto de nossa atividade sobre

o Capital Natural na Espanha e em Portugal, utilizando a metodologia LIFE (Lasting Initiative for Earth). A MAPFRE participa do Grupo de Trabalho de Capital Natural do Grupo Espanhol de Crescimento Verde e da Fundação Biodiversidade, com objetivo de procurar soluções quanto à integração do Capital Natural nos negócios, tendo sido incluídos no Comitê Técnico Europeu do Instituto LIFE, com a finalidade de adaptar a metodologia LIFE à Europa e às necessidades empresariais de diversos setores.

Segurança

Durante 2021, deu-se continuidade ao esforço para alcançar um ambiente seguro onde a MAPFRE possa desenvolver a sua atividade através da proteção dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo os serviços prestados aos clientes, conforme estabelecido pela Política Corporativa de Segurança e Privacidade aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 13 de dezembro de 2018.

Em relação com a proteção frente aos Ciber-Riscos, neste exercício entrou em funcionamento o Plano de Ciber-Resiliência (PCR) do Grupo MAPFRE que, com um horizonte de execução de três anos, será o plano diretor que articulará a evolução da MAPFRE em matéria de CiberSegurança, Privacidade, Proteção de dados e Resiliência Operacional Digital.

O PCR consta de 11 grandes blocos de atividade, que geram mais de 120 linhas de ação. Um amplo número destas linhas estão identificadas como recorrentes, dado que gerarão novas funções ou ampliarão e evoluirão funções existentes, portanto requererão sustentar o esforço associado às mesmas uma vez finalizado o período de execução do Plano. Neste sentido, o PCR inclui tanto os recursos econômicos necessários para seu desenvolvimento, como o necessário reforço do quadro de pessoal interno especialista, com o objetivo de garantir a existência do talento e know-how interno necessário e suficiente, tanto para levar a termo o Plano, como para manter o nível de proteção alcançado.

Por outro lado, o aumento do trabalho remoto e a aparição de novos mecanismos

de CiberAtaque que exploram fraquezas de conhecimento e/ou sensibilização exigiram um novo impulso das ações de desenvolvimento e evolução da Cultura de Cibersegurança. Por isso, estão se desenvolvendo iniciativas de maior impacto e permanência, assim como atuações dirigidas a coletivos específicos cujo papel é especialmente crítico, que se articulam através do Plano Corporativo de Formação e Conscientização que, com alcance ao conjunto do Grupo MAPFRE, se desenvolverá no próximo triênio.

Adicionalmente às atuações anteriores, a MAPFRE continuou potencializando a colaboração com entidades externas, tendo se incorporado a grupos especializados de CiberSegurança, como o Cybersecurity Working Group do EFR, o Ransomware Working Group do CRO Forum, e o Encontro Nacional de SOC (Security Operations Centers) organizado pelo Centro Criptológico Nacional na Espanha. Com isso, a MAPFRE espera seguir melhorando sua posição e conhecimento relacionada com técnicas, táticas, ferramentas e procedimentos utilizados por grupos organizados de CiberCrime.

Também merecem destaque neste campo os trabalhos de adequação aos diferentes regulamentos que vão surgindo nas diferentes áreas geográficas onde está presente o Grupo em matéria de CiberSegurança. Assim, neste exercício, entraram em vigor os guias de governança e segurança das TIC,s do supervisor europeu de seguros (EIOPA) e as normas promulgadas na matéria no Chile e Peru, que se unem às já existentes em outros países onde operamos.

Em relação à Resiliência e Continuidade das Operações, em 2021 cabe destacar a concessão, por parte da AENOR, do Certificado dos Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócio ISO22301 da MAPFRE México, MAPFRE Turquia, MAPFRE Porto Rico, MAPFRE BHD (República Dominicana), MAPFRE Honduras, e SOLUNION.

Além dos novos certificados ISO22301 mencionadas acima, MAPFRE ESPAÑA,

MAPFRE RE, MAPFRE GLOBAL RISKS, MAPFRE PORTUGAL, MAPFRE INVERSIÓN e o SOC Global do Grupo MAPFRE mantiveram as certificações obtidas em anos anteriores.

Estes certificados proporcionam um marco para incrementar a capacidade de resiliência da organização, possibilitando uma resposta eficaz diante de situações de crise, que salvaguarde seus principais processos e atividades críticas e os interesses de suas principais partes interessadas; capacidades que provaram e demonstraram sua eficácia em situações reais.

No relativo à Privacidade e Proteção de Dados, ao longo de 2021 trabalhou-se na automatização e otimização dos processos associados ao cumprimento das diferentes legislações vigentes na matéria, e em seguir garantindo a mais oportuna e completa resposta aos exercícios dos direitos que aquelas contemplam, por parte dos interessados.

Para isso, seguiram sendo analisados os diferentes pronunciamentos em matéria de proteção de dados que se produziram por parte dos diferentes reguladores, especialmente os europeus, para incorporá-los, caso necessário, nos processos afetados. Também, trabalhou-se especialmente na adequação dos processos internos das diferentes entidades do Grupo às novas leis de proteção de dados pessoais que foram sendo promulgadas, como as do Panamá e Equador.

Em relação com a proteção das pessoas e das instalações, o ano 2021 caracterizou-se por períodos de volta escalonada à normalidade e uma mobilidade internacional restrita e marcada pela heterogeneidade da situação e das medidas de controle dos diferentes países. Isso provocou que a proteção das pessoas, tanto em sua localização habitual como nas viagens, tenha exigido uma maior atenção e uma atualização contínua às mudanças de situação que foram se produzindo, para garantir em todo momento a adequada segurança de nosso pessoal.

De maneira adicional, para contribuir à percepção de segurança por parte das pessoas

que acessam suas instalações, a MAPFRE manteve a certificação com a AENOR dos protocolos frente ao COVID-19 aplicados em suas localizações na Espanha e Portugal e, além disso, expandiu esta certificação às entidades situadas na Venezuela, Chile, Colômbia, Peru, Equador e Uruguai. Finalmente, cabe indicar que a MAPFRE segue apostando no talento e na formação cada vez mais especializada do seu pessoal, o que fez com que, em 2021, fossem superadas 450 certificações profissionais em matérias relacionadas com a segurança, a privacidade e a continuidade do negócio para o pessoal que desenvolve estas funções na MAPFRE.

Pessoal

O próximo quadro reproduz a situação do quadro de funcionários no fecho do exercício de 2021, em comparação com o exercício anterior.

CATEGORIAS	NÚMERO TOTAL	
	2021	2020
CONSELHEIROS (*)	18	18
DIRETORES	48	45
DIRETORIA	1.628	1.622
CHEFES	4.602	4.251
TÉCNICOS	16.500	16.919
ADMINISTRATIVOS	9.545	10.875
TOTAL	32.341	33.730

(*) Conselheiros executivos de sociedades espanholas.

A Área Corporativa de Pessoas e Organização acompanha os negócios em sua transformação e é responsável por adaptar a organização às novas exigências sociais, contando com novas tecnologias e soluções digitais. Também é responsável por identificar e reter o talento de que a empresa precisa, e pelo desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e carreiras dos funcionários. Tudo isso dentro de um ambiente de trabalho flexível, inclusivo e diversificado, que promove a colaboração e a inovação e impulsiona o bem-estar e a saúde.

A gestão das pessoas na MAPFRE baseia-se em três pilares: o desenvolvimento do talento, a transformação da organização e o impulso

da experiência do funcionário, e os canais de comunicação e transparência para o funcionário.

O desenvolvimento de todas as pessoas que formam a empresa é essencial, e centra-se em:

- Identificar e planejar os conhecimentos e habilidades que o negócio requer.
- Estabelecer processos de talentos internos para mobilidade, desenvolvimento e promoção dos funcionários.
- Prover os funcionários de ferramentas para conceber sua própria carreira profissional através do autodesenvolvimento e da autoaprendizagem.

A MAPFRE conta com um programa interno de identificação e desenvolvimento do talento estratégico, MAPFRE Global Talent Network, que integra mais de 4.658 funcionários no mundo.

Todos os países contam com um plano de sucessão para os membros de sua direção, com uma metodologia comum onde se define a substituição imediata, e as opções a curto e a médio prazo.

Em 2021, 4.177 funcionários tiveram mobilidade interna, e 72 deles tiveram mobilidade geográfica, com 17 países recebendo essa mobilidade e 20 países cedendo funcionários. A mobilidade interna cobriu 36,4 % dos processos de seleção

A situação gerada pela pandemia provocou a adaptação dos planos de formação a modalidades digitais ou mistas. O treinamento técnico é fundamental para a MAPFRE, portanto, a aplicação dos conhecimentos técnicos continuou a se desenvolver e foi reforçada em 2021 pelos principais especialistas em cada assunto e função. Foram realizadas 991.210 horas de treinamento, abrangendo 384.095 presenças.

A MAPFRE continua a desenvolver seus líderes, adaptando-os a uma nova liderança digital, transparente, estratégica, baseada no conhecimento e, acima de tudo, ética e baseada em valores.

A plataforma de conhecimento Eureka já possui mais de 2.000 peças de conhecimento, e mais de 1.404 referências já foram identificadas em todos os países.

A Política de Remunerações visa a estabelecer retribuições adequadas segundo a função e posto de trabalho desenvolvidos e o desempenho de seus profissionais, assim como agir como um elemento motivador que permita alcançar os objetivos e cumprir a estratégia da MAPFRE. A política garante a igualdade interna e a competitividade externa em cada mercado, e faz parte do desenvolvimento interno dos funcionários.

Em 2021, a MAPFRE pôs em andamento um Plano de Remuneração em Ações para funcionários na Espanha, com o objetivo de aumentar sua vinculação com a estratégia e o lucro futuro da empresa. O Plano oferece destinar, de maneira voluntária, uma quantidade anual de sua retribuição à compra de ações da MAPFRE S.A., que lhe serão entregues mensalmente ao longo de 2022. A este plano aderiram 4.704 funcionários, 43 % do total dos funcionários das entidades na Espanha.

A MAPFRE conta com uma Política de Diversidade e Igualdade de Oportunidades em nível global, que se baseia no respeito pela individualidade das pessoas, no reconhecimento da sua heterogeneidade e na eliminação de qualquer comportamento excludente e discriminatório.

Com relação à diversidade de gênero, a MAPFRE se compromete a assegurar que 45 % das vagas para cargos de chefia que se produzam anualmente na empresa sejam ocupadas por mulheres. Para isso, foi estabelecida como medida fomentar que em todos os processos de seleção e mobilidade de cargos de chefia seja necessário ativar ações para promover a representação das mulheres. Em 2021, 49,1 % das vagas para cargos de chefia foram preenchidas por mulheres.

Para fomentar o posicionamento da MAPFRE como empresa inclusiva, desde fevereiro de 2020 a MAPFRE é assinante dos Princípios de Empoderamento das Mulheres das Nações Unidas, e em 2021 foi incluída no Índice de Gênero Bloomberg GEI (Gender Equality

Index), que distingue as empresas de todo o mundo que se destacam por sua promoção da igualdade e por sua transparência na informação relativa a questões de gênero.

A MAPFRE promove a integração profissional das pessoas com deficiência, e se comprometeu a fazer com que 3 % de seus funcionários sejam pessoas com deficiência. Desde 2015, o Grupo conta com um Programa Global para a Deficiência implementado em todos os países, com medidas para potencializar a integração e a cultura de sensibilização. Em 2021, 3,5 % do nosso quadro de funcionários têm algum tipo de deficiência.

Desde outubro de 2021, a MAPFRE faz parte da Rede Mundial de Empresas e Deficiência da Organização Internacional do Trabalho, entidade que tem como objetivo contribuir para que as políticas e práticas de emprego nas empresas incluam pessoas com deficiência no mundo inteiro, assim como aumentar a consciência sobre a relação positiva entre a inclusão da deficiência e o crescimento empresarial.

A MAPFRE está comprometida com a diversidade de orientação sexual através de sua adesão, em 2020, às Normas de Conduta para as Empresas em matéria LGBTI, que oferece uma oportunidade de ampliar a contribuição das empresas à luta contra as práticas discriminatórias em todo o mundo.

A MAPFRE está presente nos cinco continentes, com funcionários de 86 nacionalidades, o que dá ao Grupo uma grande diversidade cultural, proporciona o talento necessário para o negócio e permite ativar a colaboração e compartilhar conhecimentos.

Durante 2021 finalizou-se a execução da iniciativa estratégica global DESAFIO DIGITAL, cujo objetivo era gerenciar a mudança que a organização precisa com o objetivo de conseguir que os funcionários possam desenvolver suas capacidades e adaptar-se a um novo ambiente digital, além de trabalhar em organizações mais flexíveis, ágeis e produtivas, assim como seguir construindo uma relação transparente e mais personalizada com o funcionário.

Uma vez estabelecidas as bases necessárias para trabalhar em um mundo tão mutável e digital, estamos dando mais um passo para dotar a organização de capacidade para gerenciar os recursos de forma ágil e eficiente, pondo o foco na produtividade, na flexibilização das estruturas, na execução dos projetos, na gestão do conhecimento, nos ambientes colaborativos e na personalização da experiência do funcionário.

Este ano trabalhamos nos seguintes entregáveis:

- Um processo de Onboarding e Inboarding suportado com um módulo específico na ferramenta de gestão de pessoas, que permitirá melhorar a experiência do funcionário tanto em novas incorporações como em processos de mobilidade interna, assim como medir e otimizar sua curva de aprendizagem.
- Detalhamento dos cenários de produtividade pessoal em um ambiente de posto de trabalho digital.
- Foram definidos os critérios de progressão da carreira técnica para impulsionar a figura do especialista, assim como uma matriz de polivalência entre postos que permite orientar os planos de transformação.
- Foi desenvolvido um modelo de trabalho de gestão de projetos adequado às diferentes tipologias de projetos da empresa.

A MAPFRE conta com um modelo de medição da experiência do funcionário:

- Pesquisa eNPS® (eNPS® RELACIONAL)
- Análise do ciclo de vida da experiência do funcionário (eNPS® TRANSACIONAL)
- Índice de qualidade percebida dos Recursos Humanos.

A pesquisa eNPS®, realizada duas vezes por ano, oferece, entre outros, os seguintes indicadores de recomendação, satisfação e compromisso:

- eNPS® Relacional: Employee net promoter score, mede a probabilidade de que os funcionários recomendem a MAPFRE como empresa para trabalhar. Em 2021 foi medido em 19 países, e em 85 % da força de trabalho na qual a medição foi realizada, foi obtido um resultado muito bom ou excelente.
- Pesquisa de compromisso (Employment Satisfaction Index – ESI): Mede a satisfação do funcionário através da avaliação de dez elementos: conhecimento dos objetivos, orgulho pelo trabalho realizado, reconhecimento pelo trabalho realizado, contribuição para a empresa, recebimento de feedback de qualidade, oportunidades de desenvolvimento, colaboração, ferramentas de trabalho, cuidado com as pessoas e orgulho pelo impacto social. Em 2021, o resultado foi de 71 %.

A MAPFRE tem implementado o App Personas como um canal de comunicação e interação com o funcionário na Espanha, México, Brasil, Turquia, Peru, Porto Rico e Alemanha, com um total de 12.605 usuários ativos. Trata-se de um canal de informação, comunicação e gestão dirigido aos funcionários, que lhes permite, entre outras funcionalidades, receber notificações, acessar seus contracheques, solicitar consultas médicas, comunicar licenças e férias, acessar notícias relevantes e informações sobre seu centro de trabalho, inscrever-se em atividades de voluntariado, fazer reserva de lotações e ativar a funcionalidade Radar COVID para assegurar o distanciamento social e rastreio.

A Política de Direitos Humanos garante o direito à liberdade de opinião, informação e expressão, respeitando a diversidade de opiniões na empresa e incentivando o diálogo e a comunicação, bem como o direito de ter um ambiente de trabalho seguro e saudável no qual qualquer manifestação de assédio e comportamento violento ou ofensivo em relação aos direitos e dignidade das pessoas seja rejeitada.

Estamos expressamente contra e não permitimos nenhuma situação de assédio no trabalho, independentemente de quem seja a vítima ou o assediador. Esse compromisso deve ser cumprido tanto nas relações entre funcionários quanto nas relações entre estes e as empresas fornecedoras, os clientes, colaboradores e demais grupos de interesse; e estende-se também a todas as organizações com as quais a MAPFRE se relaciona.

A Política de Saúde e Bem-estar e de Prevenção de Riscos no Trabalho tem como objetivo propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável e melhorar a saúde dos funcionários e de suas famílias, tanto dentro quanto fora do âmbito profissional. Para isso, a MAPFRE conta com um modelo de empresa saudável implantado a nível mundial, que contempla cinco âmbitos de atuação: ambiente de trabalho, promoção da saúde, atividade física e alimentação, bem-estar mental e ambiente de trabalho.

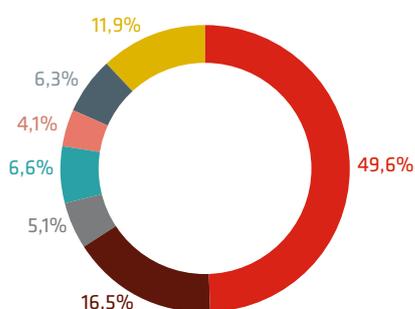
Para facilitar o bem-estar e a conciliação da vida profissional e pessoal dos funcionários, a MAPFRE oferece uma ampla variedade de benefícios sociais, tendo destinado para este fim 156,9 milhões de euros em 2021.

Desde o primeiro momento em 2020, a MAPFRE teve consciência do impacto que a COVID-19 poderia gerar, e sob a administração do Comitê Corporativo de Crise, lançou rapidamente seus planos de contingência, com o objetivo prioritário de cuidar da saúde dos funcionários. É por isso que a primeira medida que foi implementada rapidamente em todos os países foi o teletrabalho e a redução da densidade de ocupação em todos os edifícios. Durante o ano 2021, o Comitê de Crise continuou monitorando a situação nos países e foi adaptando as medidas para continuar garantindo a segurança e saúde dos funcionários.

2.4 Liquidez e recursos de capital

Investimentos e fundos líquidos

Os detalhes da carteira de investimento por tipo de ativos em 31 de dezembro de cada exercício são mostrados a seguir:



● Renda fixa - Governos ● Renda fixa - Corporativa
 ● Imóveis* ● Renda variável ● Fundos de investimentos
 ● Tesouraria ● Outros investimentos

CONCEITO	2021	2020	Δ %
Renda fixa - Governos	22.879,0	23.396,0	-2,2%
Renda fixa - Corporativa	7.617,4	8.135,7	-6,4%
Imóveis*	2.331,9	2.239,9	4,1%
Renda variável	3.051,8	2.694,9	13,2%
Fundos de investimentos	1.877,3	1.414,6	32,8%
Tesouraria	2.887,7	2.418,9	19,4%
Outros investimentos	5.514,7	4.593,1	20,0%
TOTAL	46.159,7	44.893,2	2,8%

Valores em milhões de euros.

(*) "Imóveis" inclui tanto investimentos imobiliários como imóveis de uso próprio (valor líquido contábil).

O detalhamento da carteira de Renda Fixa por área geográfica e tipo de ativo é o seguinte:

CONCEITO	GOVERNOS	DÍVIDA TOTAL CORPORATIVA	TOTAL
Espanha	12.041,2	1.819,8	13.861,0
Restante da Europa	4.691,8	2.760,0	7.451,9
Estados Unidos	1.537,8	2.058,1	3.595,9
Brasil	2.169,6	1,6	2.171,2
América Latina - Outros países	1.768,1	705,8	2.474,0
Outros países	670,5	272,0	942,5
TOTAL	22.879,0	7.617,4	30.496,4

Valores em milhões de euros.

Na gestão das carteiras de investimento, é possível diferenciar entre quatro tipos de carteiras:

- Aquelas que buscam uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros e que minimizam o risco de taxa de juros por meio do ajuste por união, de técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.
- As carteiras que cobrem apólices de Unit-Linked compostas por ativos cujo risco são assumidos pelos segurados.
- As carteiras de gestão ativa condicionada, que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os segurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação nos lucros.

- As carteiras com gestão livre, nas quais é feita uma gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e limitações internas do risco.

Abaixo está um detalhamento das carteiras de Renda Fixa de gestão ativa:

		VALOR DE MERCADO (€ MILHARES DE MN)	RENTABILIDADE CONTÁBIL (%)	RENTABILIDADE MERCADO (%)	DURAÇÃO MODIFICADA (%)
IBÉRIA NO VIDA	31/12/2020	4,33	2,02	0,36	11,97
	31/12/2021	3,97	2,08	0,69	10,93
MAPFRE RE NÃO VIDA	31/12/2020	3,06	1,24	0,20	4,58
	31/12/2021	3,18	1,28	0,69	3,78
IBÉRIA VIDA	31/12/2020	5,75	3,44	0,00	7,04
	31/12/2021	5,18	3,38	0,21	6,60
BRASIL - MAPFRE SEGUROS	31/12/2020	1,40	6,16	4,81	3,09
	31/12/2021	1,13	7,05	8,73	3,07
LATAM NORTE	31/12/2020	0,84	5,93	5,23	3,60
	31/12/2021	0,99	5,48	5,39	3,48
LATAM SUL	31/12/2020	1,77	6,00	3,70	7,12
	31/12/2021	1,66	6,85	6,06	6,24
AMÉRICA DO NORTE	31/12/2020	1,99	2,63	1,11	5,23
	31/12/2021	1,98	2,47	1,74	5,63

Valores em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2021, as carteiras de gestão ativa livre de Não Vida e Outras atividades não seguradoras de IBÉRIA, MAPFRE RE e AMÉRICA DO NORTE contavam com mais-valias não realizadas em ações e fundos de investimento em um valor superior a 104 milhões de euros.

Imóveis

Durante o ano 2021, da mesma forma que nos mercados em geral, a atividade imobiliária do Grupo MAPFRE voltou gradualmente a uma relativa normalidade após um 2020 fortemente condicionado pela pandemia de COVID-19.

A recuperação do setor foi mais evidente a partir do segundo trimestre de 2021, mas não foi uniforme nem por âmbitos geográficos nem por subsetores. E apesar de que os riscos para a saúde e a atividade econômica se atenuaram, não podemos pressupor que voltaremos à situação “pré-pandemia”. A crise de saúde modificou numerosos parâmetros no mercado imobiliário, e agiu como um catalisador de mudanças, acelerando tendências perceptíveis desde algum tempo atrás. Essas mudanças chegaram para ficar, com consequências díspares nos diferentes subsetores.

No mercado de escritórios, onde se concentra a estratégia de investimento da MAPFRE, a demanda de aluguel se reduziu em relação aos indicadores prévios à pandemia, e ainda que esteja se recuperando parcialmente pouco a pouco, as taxas de desocupação continuam acima das de dois anos atrás. No entanto, em sua faceta de investimento, e em um contexto de baixas rentabilidades dos ativos financeiros tradicionais, o atrativo dos escritórios manteve-se, com uma forte demanda que não pode cobrir uma oferta discreta e com frequência de qualidade média, o que leva a uma conservação ou a uma leve compressão das taxas de retorno.

O auge dos modelos de trabalho híbridos -com um componente de teletrabalho- terá um efeito relevante na demanda futura. As preferências dos arrendatários estão se modificando, optando por modelos inovadores, espaços flexíveis e um usuário que demanda serviços, experiências e bem-estar. Percebe-se uma polarização entre os escritórios modernos e de alta qualidade, que contarão com uma sólida demanda, frente aos que não são assim, que perderão valor. Os proprietários estão empenhados em diferenciar seu produto e implantar tecnologia. Alguns nichos, como os espaços flexíveis, terão maiores oportunidades e captarão clientes mais estáveis.

O subsetor logístico e de distribuição foi a estrela do momento, e poderia se dizer que em 2021 teve seu melhor ano. Beneficiou-se das mudanças nos hábitos de compra e das perspectivas de um futuro centrado na distribuição por Internet. Ao redor das grandes superfícies logísticas -sobretudo as mais tecnológicas e sustentáveis- e de última milha gerou-se um forte interesse de investidores, com numerosas transações fechadas, preços em alta e rentabilidades próprias de ativos defensivos, talvez superando as expectativas mais otimistas.

Em outros âmbitos o impacto da crise foi desparelho. O mercado residencial sofreu na medida em que os preços do aluguel estão demorando para se recuperar das quedas do ano passado, mas o investimento se recuperou rapidamente, impulsionado pela

abundante liquidez e pelo limitado “estoque” disponível, que aparentemente não vai se corrigir no curto prazo devido à carência de solos habilitados para a promoção. A reabilitação de moradias segue sendo uma alternativa muito difundida, e a construção para o aluguel (“build to rent”) gera cada vez mais interesse. Por outro lado, o incremento dos custos de construção pode constituir uma ameaça a curto prazo.

O subsetor que sofreu com maior dureza o impacto da crise foi o comercial, sobretudo os negócios de pequena dimensão, que sofreram ao mesmo tempo com o impacto das medidas sanitárias e com o auge crescente da distribuição “online”.

O setor hoteleiro também se ressentiu profundamente e está por ver em que medida volta aos níveis anteriores. Há uma inegável demanda de ativos hoteleiros como investimento, em boa parte explicada pela perda de valor dos imóveis e a intervenção de atores de caráter oportunista.

Neste contexto, a estratégia do Grupo MAPFRE em relação aos investimentos imobiliários, tanto diretos como através de fundos de investimento, seguiu diretrizes semelhantes às do ano anterior, concentrando-se em imóveis de escritórios, em áreas centrais da Zona Euro, em ativos com rentabilidade e em inquilinos de primeira classe. Em suma, em ativos com alta estabilidade de preços e resiliência diante de cenários de crise.

Para materializar novos investimentos imobiliários foi ampliado o número de acordos com sócios internacionais, com a criação de uma “Joint Venture” com uma entidade europeia de referência para investimento com alcance pan-europeu, com um volume de investimento estimado de 300 milhões; a constituição de um segundo fundo com um dos “partners” atuais, muito similar ao fundo constituído em 2018; e a negociação de um terceiro acordo com uma grande entidade do mundo dos seguros para constituir um fundo que inicialmente investe na Alemanha e Espanha, onde se propõe uma troca de ativos para alcançar um volume de investimento de 500 milhões de euros em uma primeira fase.

Continuou, por outro lado, o investimento dos fundos existentes, destacando-se a aquisição de um edifício de escritórios na Alemanha pelo valor de 62 milhões de euros, e outro na França por 30 milhões de euros. Na Espanha materializou-se outra compra, coberta integralmente por fundos da MAPFRE, por 15 milhões de euros.

Realizaram-se também vários investimentos em fundos especializados em nichos de atividade em que a MAPFRE quer estar presente (valor acrescentado, distribuição...), e em particular em atividades de interesse meio ambiental, como a recuperação de terrenos industriais para outros usos.

Entre os investimentos em ativos diversos, é preciso destacar a constituição, em 2021, de uma aliança com a Iberdrola S.A. instrumentada no fundo de investimento Map Energías Renovables, onde a MAPFRE comprometeu 200 milhões, e espera captar uma quantidade equivalente de terceiros, para a aquisição de parques eólicos (oito, e já estão em operação) e fotovoltaicos (em processo).

Um aspecto que se cuida de maneira especial há vários anos é a adaptação dos imóveis reformados a padrões internacionais de sustentabilidade, dentro do marco das políticas globais da MAPFRE neste âmbito e dos objetivos marcados como o Objetivo 2030. Durante 2021 foram obtidos certificados ambientais para três edifícios, e há outros dois casos que devem ser concluídos em breve.

Também foi posto em andamento um plano de instalação de painéis fotovoltaicos em edificações aptas para isso, para garantir que pelo menos uma parte significativa de seu consumo de energia provenha de fontes limpas.

No lado dos desinvestimentos, foram alcançados diferentes acordos de venda, fundamentalmente de edifícios de escritórios que tinham concluído seu ciclo de vida em Barcelona e Bilbao, e que em conjunto chegarão a 71 milhões de euros. Foi dada continuidade à comercialização de solos, com

diversas operações acordadas e marcadas e com acordos alcançados para venda de solos no município de Madri, e foi aproveitada a conjuntura em submercados como o logístico para a venda de alguns ativos que não se encaixavam no perfil de carteira do Grupo.

Quanto ao desempenho dos ativos em carteira, é preciso indicar que o impacto da crise sócio-sanitária na avaliação dos ativos foi modesto, em geral. Nossa exposição em mercados europeus -Paris, Milão, Alemanha- evoluiu favoravelmente, e as avaliações subiram moderadamente no ano.

Em termos de comercialização de espaços, a taxa média de ocupação dos edifícios rentáveis é de 86,6%, e seu retorno sobre o valor avaliado é de 3,8%. Apesar da menor demanda, foi possível compensar as saídas de inquilinos com novos contratos.

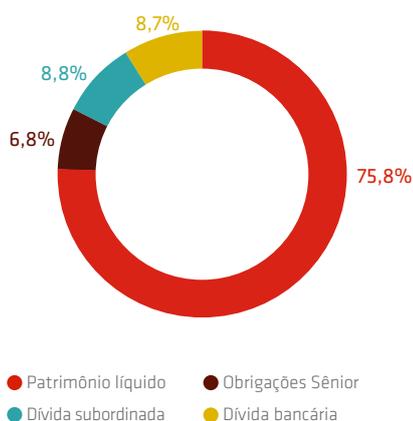
Durante 2021, a MAPFRE seguiu apoiando financeiramente alguns de seus inquilinos afetados pelas medidas sanitárias, apesar de que, globalmente, o impacto econômico não é relevante, e em todo caso muito inferior ao custo de medidas similares tomadas no ano anterior.

Ao finalizar o exercício 2021, os investimentos imobiliários da MAPFRE em valor de mercado chegaram a 3,101 bilhões de euros (3,113 bilhões de euros em 2020), com um valor líquido contábil que representa aproximadamente 5,2% do total de investimentos e tesouraria (5% em 2020).

Recursos de capital

Estrutura de capital

O quadro a seguir detalha a composição da estrutura de capital no encerramento do exercício de 2021:



A estrutura de capital chegou a 12,758 bilhões de euros, dos quais 75,8% correspondem ao patrimônio líquido. O Grupo tem um índice de alavancagem de 24,2%, com aumento de 0,9 pontos percentuais com relação ao fechamento do exercício 2020.

Instrumentos de dívida e taxas de alavancagem

A tabela a seguir descreve a evolução dos montantes por instrumentos de dívida e os índices de alavancagem do Grupo:

CONCEITO	DEZ. 2021	DEZ. 2020
Total do patrimônio	9.666,6	9.837,8
Dívida total	3.091,5	2.993,6
- da qual: dívida sênior - 5/2026	863,0	1.005,6
- da qual: dívida subordinada - 3/2047 (primeiro call 3/2027)	618,0	618,0
- da qual: dívida subordinada - 9/2048 (primeiro call 9/2028)	504,0	503,6
- da qual: empréstimo sindicado 02/2025 (€ 1,000 M)	621,0	600,0
- da qual: dívida bancária	485,5	266,4
Lucros antes dos impostos	1.355,1	1.118,4
Gastos financeiros	81,9	82,4
Lucros antes dos impostos e gastos financeiros	1.437,0	1.200,8
ÍNDICES		
Alavancagem	24,2 %	23,3%
Patrimônio/Dívida	3,1	3,3
Lucros antes dos impostos e gastos financeiros/gastos financeiros (x)	17,5	14,6

Valores em milhões de euros.

Em 14 de dezembro de 2021 efetuou-se a compra e amortização de obrigações de dívida sênior 5/2026 pelo valor nominal de 142,7 milhões de euros. Esta operação estava financiada em 31 de dezembro de 2021 por linhas de crédito que foram integralmente canceladas em 14 de janeiro de 2022. Após esta operação, o índice de alavancagem situa-se em 23,3%, igual ao de 2020.

Evolução do patrimônio

O patrimônio líquido consolidado alcançou o número de 9.666,6 milhões de euros em sexta-feira, 31 de dezembro de 2021, perante 9.837,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a participação dos acionistas minoritários nas sociedades filiais por valor de 1,203 bilhões de euros corresponde, principalmente, a entidades financeiras na Espanha e no Brasil com as quais a MAPFRE mantém acordos de seguros bancários. O patrimônio atribuído à Sociedade controladora, consolidado por ação, representava 2,75 euros em 31 de dezembro de 2021 (2,77 euros em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir exibe a variação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores durante o período:

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020
SALDO EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	8.536,0	8.854,3
Ajustes por mudanças de práticas contábeis	—	—
Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido:		
Por ativos financeiros disponíveis para a venda	(1.425,3)	503,4
Por contabilidade tácita	947,7	(228,1)
Por diferenças de conversão	139,4	(675,5)
Outros	12,2	(8,3)
TOTAL	(326,0)	(408,5)
Resultado do período	765,2	526,5
Distribuição de resultados	(415,6)	(415,6)
Outras mudanças no patrimônio líquido	(95,9)	(20,7)
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	8.463,6	8.536,0

Valores em milhões de euros.

A evolução do patrimônio atribuído à sociedade controladora no encerramento de dezembro de 2021 abrange:

- Uma diminuição de 1,425 bilhões de euros nas mais-valias não realizadas da carteira dos ativos financeiros disponíveis para a venda, como consequência do aumento das taxas de juros durante o primeiro semestre do ano, compensado parcialmente pela contabilidade tácita no valor positivo de 947,7 milhões de euros.
- Um aumento de 139,4 milhões de euros por diferenças de conversão, devido principalmente à valorização do dólar.
- O lucro em dezembro de 2021.

- Uma redução de 415,6 milhões de euros equivalente ao pagamento do dividendo complementar do exercício de 2020 e do dividendo à conta dos resultados do exercício 2021.
- Uma diminuição de 96,1 milhões de euros no conceito de Outras Mudanças no Patrimônio Líquido, como consequência de um ajuste negativo em reservas por aquisição das ações dos minoritários na MAPFRE Perú Vida, pelo valor de 83,3 milhões de euros.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do patrimônio atribuído à empresa controladora:

CONCEITO	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2020
Capital, resultados retidos e reservas	9.497,4	9.244,4
Ações próprias e outros ajustes	(61,7)	(74,3)
Mais-valias líquidas	804,0	1.281,6
Mais-valias latentes (Carteira disponível para a venda)	2.643,3	4.068,6
Mais-valias imputáveis a provisões técnicas	(1.839,3)	(2.787,0)
Diferenças de conversão	(1.776,3)	(1.915,7)
Patrimônio líquido atribuído	8.463,6	8.536,0

Valores em milhões de euros.

A seguir, mostra-se a composição das diferenças de conversão por moedas e sua variação:

MOEDA	DEZEMBRO DE 2020	DEZEMBRO DE 2021	VARIAÇÃO
Dólar EUA	301,2	458,9	157,8
Real brasileiro	(944,6)	(940,9)	3,8
Bolívar Venezuelano	(423,3)	(419,2)	4,1
Lira Turca	(345,9)	(386,6)	-40,7
Peso Argentino	(121,8)	(111,6)	10,2
Peso Mexicano	(140,9)	(129,4)	11,5
Peso Colombiano	(62,6)	(81,9)	-19,3
Rúpia Indonésia	(17,4)	(13,7)	3,8
Outras Moedas	(160,3)	(152,1)	8,3
TOTAL	(1.915,7)	(1.776,3)	139,4

Valores em milhões de euros.

Efeito em Patrimônio de economias com hiperinflação

As demonstrações financeiras das sociedades domiciliadas em países com altas taxas de inflação ou economias hiperinflacionárias são ajustadas ou re-expressadas pelos efeitos das mudanças nos preços antes de sua conversão para euros. A política contábil do Grupo para o registro das operações em economias com hiperinflação consiste em registrar os efeitos contábeis do ajuste por inflação e das diferenças de conversão por taxa de câmbio por patrimônio com reciclagem ambos por resultados.

Os valores derivados desses efeitos comentados são detalhados a seguir:

CONCEITO	DEZEMBRO 2019	VARIAÇÃO 2020	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO 2021	DEZEMBRO 2021
Reexpressão por inflação	564,8	17,7	582,5	20,7	603,2
Diferenças de conversão	(1.102,8)	(24,8)	(1.127,6)	(6,4)	(1.134,0)
Líquido	(538,0)	(7,1)	(545,1)	14,3	(530,7)

Valores em milhões de euros.

São detalhados a seguir, por país, os resultados por expressão contábil e o patrimônio líquido das sociedades filiais que operam em economias hiperinflacionárias:

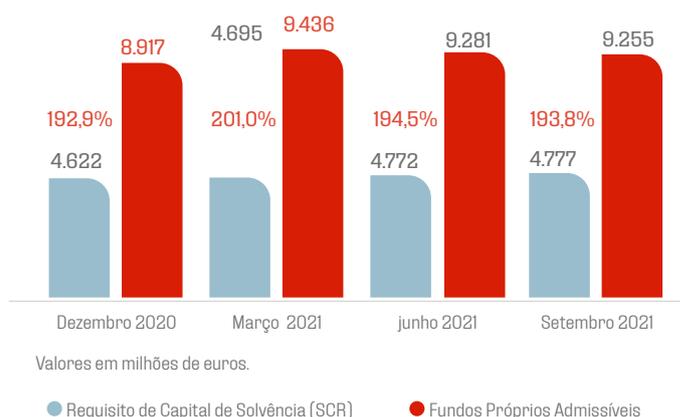
PAÍS	RESULTADO POR REEXPRESSÃO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIB.	
	DEZ. 2020	DEZ. 2021	DEZ. 2020	DEZ. 2021
Argentina	(9,2)	(12,7)	54,9	73,2
Venezuela	(4,7)	(0,5)	6,9	5,8
TOTAL	(13,9)	(13,2)	61,8	79,0

SOLVÊNCIA II

Em setembro de 2021, o índice de Solvência II do Grupo MAPFRE ficou situado em 193,8%, em comparação com 192,9% no encerramento de dezembro de 2020, incluindo medidas transitórias. Excluindo os efeitos dessas medidas, esse índice seria de 181,0%. Durante o mesmo período, os fundos próprios admissíveis chegaram a 9.255 milhões de euros, dos quais, 87,0% são fundos de alta qualidade (Nível 1).

O índice mantém grande solidez e estabilidade, fundamentado em uma alta diversificação e em políticas estritas de investimento e gerenciamento de ativos e passivos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Evolução da margem de solvência (Solvência II)



Como consequência da situação extraordinária devido à pandemia da COVID-19, o supervisor de seguros solicitou um novo cálculo do SCR ao longo de 2021, permitindo estimativas no cálculo.

Impacto das medidas transitórias e ajustes por união e volatilidade

Índice em 30/09/2021	193,8%
Impacto de transitória de provisões técnicas	-12,6%
Impacto de transitória de ações	-0,2%
Total índice sem medidas transitórias	181,0%
Índice em 30/09/2021	193,8%
Impacto de ajuste por uniões	2,4%
Impacto de ajuste por volatilidade	-0,3%
TAXA TOTAL SEM AJUSTES POR UNIÃO E VOLATILIDADE	195,8%

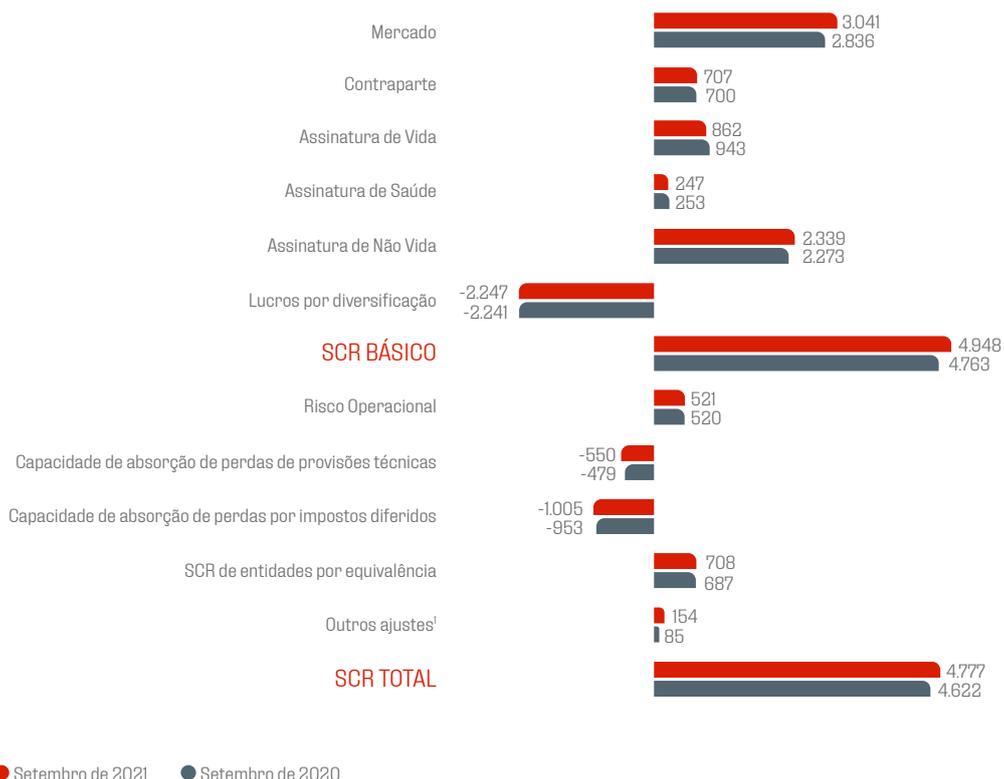
Conciliação do Capital de IRFS e de Solvência II

Patrimônio Líquido NIIF	30.09.2021	9.844
Participações não incluídas no Solvência II	-576	
Ajuste em participações (principalmente por equivalência)	-904	
Ativos intangíveis	-2.630	
Mais-valias de ativos imobiliários	675	
Ajuste de valoração do resto dos investimentos e ativos	-17	
Ajuste de valoração das provisões técnicas	2.534	
Dividendos previstos	-305	
Dívida subordinada	1.171	
Ajuste nos impostos diferidos	-46	
Ajuste nos minoritários por excesso de fundos próprios no SCR	-504	
Outros	15	
Fundos próprios de solvência	30.09.2021	9.255

Valores em milhões de euros.

Detalhamento do Capital de Solvência Obrigatório (SCR)

Reflete-se a seguir o SCR calculado em setembro de 2021 e dezembro de 2020.



(1) Inclui outros setores financeiros, participações não de controle e restantes empresas.

Valores em milhões de euros.

Aspectos Regulatórios em andamento

A proposta da Comissão Europeia de revisão da Diretiva de Solvência II adotada em 22 de setembro de 2021 está alinhada com a posição da EIOPA de permitir a diversificação das carteiras de ajuste de união com o resto do negócio. Embora seja preciso esperar o resultado das negociações com o Parlamento Europeu e o Conselho, espera-se que a modificação final permita esta diversificação. Não há uma data de entrada em vigor dessas modificações, porém é difícil que seja antes de 2024.

O quadro a seguir mostra o impacto que a aprovação destas medidas teria sobre a taxa de Solvência II, com base em valores de 30 de setembro de 2021:

30/09/2021	
Índice de Solvência II	193,8%
Ajuste por união – diversificação	5,8%
Taxa de Solvência II (pro-forma, impacto combinado)	199,6%

Efeito rescisão acordo BANKIA VIDA

Após a rescisão do acordo com o BANKIA, produziu-se uma entrada de tesouraria pelo valor de 570,8 milhões de euros, e estima-se que o impacto na posição de solvência do Grupo melhorará entre 8 e 10 pontos percentuais, aproximadamente.

ANÁLISE DE OPERAÇÕES CONTRATUAIS E OPERAÇÕES FORA DE BALANÇO

No encerramento do exercício, a MAPFRE formalizou os seguintes acordos para o desenvolvimento e a distribuição de produtos de seguros na Espanha com diferentes entidades, algumas das quais foram sujeitas a ou estão envolvidas em processos de reestruturação bancária:

- Acordo com o Banco Castilla-La Mancha S.A. (como sucessor do negócio bancário e parabancário da Caja Castilla-La Mancha) para a distribuição exclusiva de seguros pessoais e planos de aposentadoria da sociedade conjunta CCM VIDA Y PENSIONES (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede dessa entidade.

O preço de aquisição das ações foi de 112 milhões de euros à vista, além de quantias adicionais a serem pagas em 2012 e em 2021. Em 2012, foi paga à Caja de Ahorros Castilla-La Mancha (atualmente Banco Castilla-La Mancha) a quantia de 4,5 milhões de euros.

Em 30 de julho de 2021 produziu-se a fusão por absorção do Liberbank pelo Unicaja Banco.

Em outubro de 2021, por acordo entre Unicaja Banco e MAPFRE VIDA, procedeu-se à liquidação final do preço de aquisição por valor de 5,8 milhões de euros, a serem pagos pelo Unicaja Banco.

- Acordo com o BANKINTER S.A. para a distribuição exclusiva de seguros de Vida e acidentes e planos de aposentadoria da sociedade conjunta BANKINTER SEGUROS DE VIDA (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 197,2 milhões de euros à vista, além de dois pagamentos de 20 milhões de euros, mais juros, que serão efetivados de acordo com o grau de cumprimento do Plano de Negócio combinado, no quinto e décimo ano de sua vigência. Em 2012, com o cumprimento do Plano de Negócio, foi efetuado o primeiro pagamento adicional previsto, no valor de 24,2 milhões de euros. Durante o primeiro trimestre de 2017, após não terem sido alcançados os objetivos de longo prazo, procedeu-se ao cancelamento da provisão constituída pelo valor de 29 milhões de euros.

No dia 1º de abril de 2016, a BANKINTER SEGUROS DE VIDA, sociedade com participação de 50% do Bankinter e da MAPFRE, adquiriu o negócio de seguros do BARCLAYS VIDA E PENSÕES, em Portugal, pelo valor de 75 milhões de euros.

- Acordo com o Bankinter S.A. para a distribuição exclusiva de seguros gerais e seguros de empresas (excluindo-se os seguros de Automóveis, Assistência em viagem e Lar) da sociedade conjunta BANKINTER SEGUROS GENERALES (da qual a MAPFRE é proprietária de 50,1%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 12 milhões de euros (além do pagamento de três milhões de euros pela transação de compra e venda de ações em 27 de dezembro de 2011), mais um preço adicional de três milhões de euros, caso o “Plano de Negócio de dezembro de 2012” seja cumprido a 100% no encerramento de 2015. Esse preço adicional não foi acumulado porque o Plano de Negócio mencionado não chegou a ser cumprido.

- Acordo com Banco Santander S.A. para a distribuição exclusiva de determinados produtos de Não Vida. Em janeiro de 2019, foi assinado um acordo no qual a MAPFRE ESPAÑA adquiriu do Banco Santander 50,01% de uma empresa recém-criada para comercializar seguros de Automóveis, Multi-risco Comercial, Multi-risco PME e de

Responsabilidade Civil de forma exclusiva através da rede do Banco Santander na Espanha, por um prazo até 31 de dezembro de 2037. O restante 49,99% do capital dessa empresa continua a pertencer ao Banco Santander, através da sua filial Santander Seguros.

A operação, cujo preço se eleva a 82,2 milhões de euros, foi encerrada em junho de 2019, após a aprovação das autoridades competentes. A empresa já está em funcionamento.

Em abril de 2021, o Banco Santander e a MAPFRE ESPAÑA assinaram um contrato de prescrição comercial pelo qual a MAPFRE promove a comercialização de produtos e serviços bancários do Banco Santander através de sua rede.

Por outro lado, o acordo com o BANKIA S.A. em relação com a aliança estratégica iniciada em 1998, após sua fusão com CAIXABANK em dezembro de 2020, concedeu à MAPFRE o direito de exercitar uma opção de saída de sua aliança, que foi exercido pela MAPFRE em março de 2021, segundo os procedimentos do contrato para calcular o valor de saída sobre o valor de mercado do negócio de Vida e sobre o valor do negócio de seguros Não Vida determinado por um especialista independente.

Uma vez emitido e entregue pelo especialista independente o relatório final de sua avaliação, em 29 de dezembro de 2021 formalizou-se a resolução definitiva da aliança conforme os termos pactuados.

Em 2018, realizou-se a reestruturação da parceria estratégica com o Banco do Brasil. Como consequência disso, a partir de 30 de novembro de 2018 a MAPFRE passou a ser titular de 100% (anteriormente, 50%) da totalidade do negócio (Vida e Não Vida) gerado pelo canal de agências, assim como dos negócios de Automóveis e de Grandes Riscos que são distribuídos através do canal bancário. Adicionalmente, será mantida a sua participação atual (25%) na BB MAPFRE, que incorpora ao seu negócio os seguros Residenciais do canal bancário.

Por outro lado, a MAPFRE e a Euler Hermes também têm uma parceria estratégica cujo objetivo é o desenvolvimento conjunto do negócio de seguros de Caução e Crédito na Espanha, Portugal e América Latina. Como resultado dessa parceria, os dois grupos têm uma participação de 50% em uma joint venture denominada Solunion, que integra os negócios de ambos os grupos nos mercados mencionados. A Solunion cobre riscos em países dos cinco continentes e conta com uma rede internacional de analistas de riscos localizados em mais de 50 países, que controlam permanentemente a situação dos riscos de seus segurados, além de uma extensa rede de distribuição nos países onde está presente.

Por último, os acionistas minoritários da MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre suas ações nessa entidade. Em caso de exercício dessa opção, a MAPFRE ou uma entidade do Grupo MAPFRE deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultante da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pela MAPFRE em caso de exercício da opção mencionada aumentaria para um valor total aproximado de 112 milhões de euros.

2.5 Principais riscos e incertezas

A MAPFRE dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR) baseado na gestão integrada de absolutamente todos os processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

A atuação da MAPFRE durante a crise da COVID-19 se centrou em duas grandes prioridades:

- Garantir a segurança sanitária de todos os colaboradores. A segurança e a saúde dos funcionários e colaboradores continua a ser a prioridade fundamental para o Grupo MAPFRE.
- Assegurar a continuidade das operações para poder manter o nível de serviço aos clientes.

Do ponto de vista da gestão da crise provocada pela pandemia, apesar do seu impacto e das restrições à mobilidade impostas em muitos países, o Grupo MAPFRE manteve a continuidade de suas operações e continuou prestando serviços a seus clientes em todos os locais em que tem presença, cumprindo sempre tanto com o compromisso com os clientes como com o estabelecido no regulamento vigente de aplicação em cada país, em cada momento.

Os avanços no processo de vacinação na Europa e nos Estados Unidos permitem um otimismo cada vez maior na evolução da situação da pandemia, que somente é ameaçado pela possibilidade de novas variantes mais contagiosas e letais, que sejam mais resistentes às vacinas existentes. No entanto, o impacto na América Latina foi superior ao do ano passado, caracterizado tanto pelo aumento das infecções por COVID-19, pelo ritmo lento e desigual na

vacinação e pelos lockdowns como medida de contenção, como por seus efeitos na situação social, que se traduzem em menor confiança e menos atividade econômica.

Por sua vez, na análise de riscos mais relevantes destacam-se a evolução da pandemia do coronavírus, o risco de cibersegurança, a não adaptação com suficiente rapidez dos canais de distribuição de produtos e serviços aos novos modelos de distribuição, e o risco derivado da mudança dos padrões climáticos a longo prazo (com um aumento dos eventos climáticos extremos e a incerteza econômica originada pela transição para uma economia baixa em carbono).

Em 2021, em resposta à situação gerada pela pandemia, os supervisores do setor mantiveram a recomendação de cautela extrema para permitir o pagamento de dividendos. A MAPFRE conta com uma folga de capital e liquidez suficiente que permite cumprir as recomendações dos supervisores para a distribuição de lucros, nos quais se garante o equilíbrio entre a retribuição ao acionista e a solidez dos fundos próprios sem comprometer nem a solvência futura, nem a proteção dos interesses dos tomadores de seguros e segurados. Contudo, é de salientar que o prolongamento do tempo da crise sanitária, da crise econômica e da crise de energia poderia culminar na adoção, no futuro, de restrições ao pagamento de dividendos e de políticas restritivas de controle do câmbio por parte dos governos dos países em que a MAPFRE tem presença.

O Grupo está razoavelmente protegido contra esses riscos por manter uma linha estratégica baseada em:

- Rigor técnico na assinatura de riscos e no gerenciamento de sinistros, e nível de despesas inferior à média do mercado.
- Política conservadora na gestão dos investimentos, com a aplicação de critérios de sustentabilidade para gerar um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade.
- Manutenção de um nível razoável de endividamento e de ativos líquidos, que mitiga possíveis problemas de liquidez e refinanciamento de dívida em condições adversas.

RISCOS FINANCEIROS E DE CRÉDITO

Riscos de mercado e de taxa de juros

Uma parte significativa dos resultados e dos ativos está sujeita a flutuações nos mercados financeiros. As oscilações dos preços de mercado podem diminuir o valor ou as receitas da carteira de investimentos, o que poderia gerar um efeito negativo na situação financeira e nos resultados consolidados do Grupo.

A principal medida de redução dos possíveis efeitos negativos das variações dos preços de mercado é selecionar ativos financeiros com prudência e com critérios de sustentabilidade, que tenham as características adequadas para cobrir as obrigações assumidas.

A MAPFRE reduz sua exposição a esse tipo de risco por meio de uma política prudente de investimentos caracterizada por uma alta proporção de valores de renda fixa de grau de investimento.

Deste modo, os valores de renda fixa representam 84,1% do total da carteira de investimentos financeiros em 2021 (86,3% em 2020). Os investimentos em valores de renda variável e em fundos de investimento têm um peso limitado no balanço, representando aproximadamente 13,6% dos investimentos financeiros totais em 2021 (11,2% em 2020).

Durante o exercício 2021, em vários dos mercados em que opera o Grupo produziu-se um cenário de taxas de juros baixas e mesmo negativas, combinado com um forte aumento da inflação em linha com o aumento dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. Episódios de escassez temporária de abastecimento em setores específicos como semicondutores e transporte também estão contribuindo com as pressões nas despesas das empresas. Os aspectos anteriores podem influir no comportamento dos consumidores, provocando uma queda na demanda e na contratação de produtos e serviços de seguros, especialmente os destinados à poupança.

As receitas por operações de seguro de Vida e gestão de ativos da MAPFRE estão diretamente relacionadas com o valor dos ativos gerenciados (sejam de renda fixa ou renda variável), motivo pelo qual uma queda no valor dos mercados poderia afetar essas receitas negativamente.

Risco de taxa de câmbio

As oscilações do valor do euro em relação a outras moedas afetam o valor do ativo e do passivo do Grupo e, conseqüentemente, o seu patrimônio líquido, assim como os resultados operacionais e o fluxo de caixa. As diferenças de conversão reconhecidas nos fundos próprios atribuíveis à Sociedade controladora resultaram no reconhecimento de diferenças positivas por 139,4 milhões de euros em 2021 (um resultado positivo de 675,5 milhões de euros em 2020).

No que diz respeito às provisões técnicas originadas por operações no exterior, o Grupo geralmente aplica uma política de investimento em ativos denominados na mesma moeda na qual foram adquiridos os compromissos com os segurados, um aspecto que atenua a exposição ao risco de taxa cambial.

Risco de crédito

Os rendimentos dos investimentos também são sensíveis às variações nas condições financeiras em geral, incluindo as variações na avaliação geral do crédito dos emissores de valores de dívida. Assim, o valor de um instrumento de renda fixa pode ser reduzido por mudanças na classificação de crédito (rating) ou pela eventual insolvência de seu emissor. Existem riscos de natureza análoga nas exposições relativas a contrapartes de seguros, resseguros e bancárias.

A exposição ao risco de crédito é atenuada através de uma política baseada na seleção prudente dos emissores de valores e das contrapartes com base na sua solvência, tendo em vista: i) um elevado nível de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e os compromissos assumidos, ii) a manutenção de um nível adequado de diversificação, e iii) a obtenção, se for o caso, de garantias, colaterais e outras coberturas adicionais.

A Política de Gestão do Risco de Crédito estabelece limites por emissor, de acordo com o perfil de risco da contraparte ou do instrumento de investimento, assim como limites de exposição em relação ao rating da contraparte.

RISCOS OPERACIONAIS

Risco regulatório

O Grupo opera em um ambiente de complexidade e crescente pressão regulatória, não apenas em matéria de seguros, mas também em questões tecnológicas, de governança corporativa, de responsabilidade penal corporativa e de sustentabilidade, com especial atenção à luta contra a mudança climática.

As companhias de seguros estão sujeitas a leis e regulamentos especiais nos países onde operam, e o monitoramento da conformidade é atribuído a várias autoridades locais.

Tendo em conta as condições financeiras ou econômicas derivadas da crise sanitária, econômica e energética, as autoridades da indústria dos seguros na América Latina

e Brasil estão considerando um reforço dos requisitos regulatórios com o fim de garantir a estabilidade das entidades sob sua supervisão.

As mudanças legislativas podem (i) acarretar um risco caso o Grupo não seja capaz de se adaptar a elas, ou (ii) afetar as operações do Grupo na medida em que as autoridades supervisoras tenham amplo controle administrativo sobre vários aspectos do negócio de seguros. Este controle pode afetar o valor dos prêmios, as normas de seleção e assinatura dos riscos, as práticas de marketing e de venda, a distribuição de lucros entre os tomadores dos seguros e os acionistas, a publicidade, os contratos de licenças, os modelos e contratos de apólices, a solvência, os requisitos de capital, a gestão da carteira de investimentos e os requisitos de publicação de informação financeira e não financeira das entidades seguradoras. Alterações nas normas tributárias podem afetar as vantagens de alguns dos produtos comercializados que atualmente gozam de um tratamento fiscal favorável.

Entre as mudanças legislativas, cabe destacar que em março/junho do 2022 as entidades seguradoras devem começar com o reporte de informação de acordo com os novos critérios estabelecidos nas normas NIIF-UE 17 sobre Contratos de Seguro e NIIF-UE 9 sobre Instrumentos Financeiros que, respectivamente, exigem das entidades seguradoras a aplicação de mudanças no reconhecimento das operações de seguros e resseguros, afetando a avaliação e apresentação de receitas, despesas, ativos e passivos derivados do negócio de seguros, e a classificação e avaliação de ativos financeiros. A implementação destas normas representa desafios operacionais para as seguradoras, que precisam recompilar e preparar a informação durante 2022 de acordo com os novos critérios para cumprir o regulamento na data de aplicação.

RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)

A MAPFRE leva em conta os riscos ambientais, sociais e de governança na análise dos fatores que podem ter um impacto no negócio, já que permitem obter informação sobre os movimentos e transformações sociais, e sobre as expectativas dos grupos de interesse e do mercado.

Em função de como estes fatores podem afetar os negócios a curto, médio e longo prazo, se determina sua inclusão na tipologia de riscos e a adoção de medidas de prevenção e mitigação.

O marco de integração dos aspectos ASG contempla, entre outros, diferentes aspectos relacionados com os processos de assinatura e de investimento.

Integração dos aspectos ASG nos processos de investimento.

Desde 2017, a MAPFRE está aderida aos Princípios de Investimento Responsável da Organização das Nações Unidas (PRI) e conta com um marco de atuação em investimento responsável que foi revisado e aprovado em março de 2021.

A aplicação dos princípios das Nações Unidas convive com a obrigação da empresa como custódio dos investimentos dos clientes e da solidez do seu próprio balanço. Por isso, aplicam-se critérios para a criação de valor a longo prazo e incorporam-se os fatores ASG.

A MAPFRE conta com uma Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

A Área Corporativa de Investimentos garante que os princípios de investimento responsável se cumprem e informa anualmente o Comitê de Sustentabilidade. A MAPFRE conta também com um Comitê de Riscos de Investimento que analisa trimestralmente a composição das carteiras e sua avaliação ASG.

Além disso, para o seguimento e a gestão dos riscos ASG nos investimentos, a MAPFRE dispõe de um marco próprio de análise, que é revisado de forma periódica para incorporar as melhores práticas. A equipe de investimentos é responsável pela implementação das metodologias incluídas no âmbito de atuação.

Neste sentido, aplica-se de forma prioritária a metodologia de integração, apesar de que ser descartada a utilização de outro tipo de estratégias como a de exclusão, engagement, best-in-class e de proxy-voting. Queremos transferir a filosofia do investimento socialmente responsável para todo o balanço do grupo.

Integração dos aspectos ASG nos processos de assinatura

Em 2012, a MAPFRE aderiu aos Princípios de Seguramento Sustentável (PSI) promovidos pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEPFI). Isto supõe integrar as questões ambientais, sociais e de governança nos processos de assinatura das operações de seguros do Grupo.

Este compromisso é definido na Política de Assinatura aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., e aplicável a todas as entidades seguradoras e resseguradoras.

Também possui um Comitê de Negócios Globais e um Comitê de Políticas de Assinatura que, entre outras funções, é responsável pela correta aplicação da política de assinatura e que analisa e propõe regras operacionais de exclusão em questões ASG.

INFORMAÇÃO ADICIONAL

A nota 7. "Gestão de riscos" do Relatório contábil consolidado inclui informações detalhadas sobre os diversos tipos de risco que afetam o Grupo.

Na seção 3.3.2. Sustentabilidade no negócio, do Relatório Integrado, é ampliada a informação sobre como a MAPFRE gerencia os riscos relativos a questões ASG.

2.6 Circunstâncias importantes ocorridas após o encerramento do exercício

- Em 7 de janeiro de 2022 foi fechada a venda da Mapfre Insurance Services Australia para a Europ Assistance. Com esta operação é concluída a saída da MAPFRE do mercado australiano, principalmente focado na comercialização de Seguros de Viagem

O valor acordado pela venda prevê um pagamento mínimo de 6,5 milhões de dólares australianos. Também estão previstos potenciais pagamentos adicionais em função de como evolua o volume de negócio da empresa vendida em 2022. Esta operação proporcionaria uma mais-valia mínima próxima a 3,4 milhões de euros.

- No dia 14 de janeiro deste ano, a MAPFRE S.A. procedeu à devolução das linhas de crédito por um valor total de 155,9 milhões de euros, que serviram para financiar temporariamente a recompra de dívida efetuada no dia 14 de dezembro de 2021 e que foi imediatamente amortizada.

2.7 Informação sobre a evolução previsível

PERSPECTIVAS DO ENTORNO

A recuperação da crise econômica global provocada pela pandemia de COVID-19 teve um arranque rápido na primeira metade de 2021, graças à resposta rápida das ajudas fiscais dos governos, aos apoios monetários dos bancos centrais e ao relaxamento das restrições sanitárias à medida que avançaram os programas de vacinação no mundo. Não obstante, na segunda metade de 2021 ocorreu um conjunto de circunstâncias que contribuíram para que a recuperação começasse a perder dinamismo. Neste sentido, destacam-se a subida dos preços da energia (gás, eletricidade e petróleo), os problemas nas cadeias de fornecimento, as injeções monetárias dos bancos centrais, a redução do efeito das ajudas públicas, as poupanças acumuladas pelas famílias no ano anterior, fatores que se somaram e fizeram com que começassem a se acumular pressões nos preços.

Nestas circunstâncias, espera-se que o crescimento econômico continue, principalmente devido aos efeitos da política econômica e monetária e a uma normalização da atividade, mas a previsão é que o ritmo se desacelere por causa dos problemas nas cadeias de fornecimento e da pressão na inflação. Em alguns países, como os Estados Unidos e, em menor medida, a Europa, há também escassez de mão de obra em alguns setores.

Neste contexto, a estimativa para o crescimento mundial em 2022 se situaria em 4,8%, depois de ter crescido em 2021 uma percentagem estimada de 5,8%. Desta forma, ao longo de 2022, a maioria das economias recuperarão os níveis de atividade anteriores à pandemia, sendo que algumas já o fizeram em 2021, especialmente aquelas onde a queda

de 2020 foi menor ou as ajudas fiscais e monetárias foram muito contundentes, como é o caso dos Estados Unidos. Apesar disso, a incerteza segue sendo elevada. As pesquisas junto às indústrias e comércios apontam para que a crise na cadeia de fornecimento, devido aos gargalos no transporte marítimo e nos portos de descarga, pode se arrastar até a metade de 2022. Da mesma forma, as dificuldades no fornecimento de semicondutores e outros componentes estão acumulando atrasos na fabricação de automóveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos.

Por sua vez, tem-se a subida nos preços das matérias-primas e da energia que, por um lado, foi resultado do súbito aumento da demanda produzido pela reativação econômica, mas que também foi consequência de fatores muito concretos. No caso do gás, o aumento dos preços se deveu ao aumento repentino da demanda, aos baixos níveis de estoques e a assuntos geoestratégicos entre a Rússia e a União Europeia, assim como entre a Argélia e o Marrocos. Os preços da eletricidade, por sua vez, que dispararam em muitas partes do mundo, se deveu aos baixos níveis de produção em algumas energias limpas (eólica e hídrica), e às subidas de preço dos direitos de emissão de CO₂, do gás e do carvão. Da mesma forma, a subida do preço do petróleo esteve vinculada, entre outros motivos, à resistência da OPEP a aumentar a produção, ao declinante investimento em prospecção e exploração devido às pressões para ir reduzindo o uso de combustíveis fósseis, e ao maior enfoque na eletricidade.

A crise de energia já levou alguns países a repensarem sua matriz de consumo de energia para uma composição mais equilibrada e que os leve a reduzir os riscos diante das variações climáticas e a dependência de

energia de terceiros países, onde interesses geoestratégicos possam interferir no fornecimento de energia (Rússia, Argélia, China). Neste sentido, a França já anunciou a construção de novas centrais nucleares, com o objetivo de ser autossuficiente em termos de energia. De igual forma, a China anunciou, no contexto de seus objetivos climáticos, o investimento de 440 bilhões de dólares para construir 150 centrais nucleares nos próximos 15 anos, mais do que todo o resto do mundo nos últimos 35 anos.

A inflação está há meses subindo em muitas partes do mundo, o que impulsionou os bancos centrais dos países emergentes a elevar taxas de juros, enquanto nos países desenvolvidos que podem se permitir devido à sua diferente estrutura de formação de preços e à credibilidade de suas moedas, a política monetária decidiu, para começar, manter os juros estáveis para seguir apoiando a recuperação econômica. Não obstante, nos Estados Unidos, a Reserva Federal começou o tapering (a redução da compra de ativos), enquanto as expectativas de subidas de taxas de juros se adiantaram um ano completo, começando na metade de 2022. O Banco Central Europeu (BCE), por sua vez, anunciou que manterá as taxas de juros, mas reduzirá o ritmo de compras, enquanto explicitamente aumentou a tolerância à inflação acima de 2%.

Cabe destacar que o BCE continua defendendo a tese de que a inflação é um fenômeno essencialmente transitório, enquanto a comunicação da Reserva Federal começa a considerar que essa transitoriedade está começando a decair. É verdade que provavelmente os preços da energia e outras matérias-primas voltem a cair uma vez que se resolvam os problemas de fornecimento e se normalize a demanda, e, portanto se reduzam as pressões inflacionárias, mas também é certo que os aumentos observados nestes meses já estão sendo transferidos a alimentos e outros produtos e serviços e, portanto, ancorando-se na inflação subjacente. Por isso, é difícil antecipar neste momento em que medida haverá efeitos de segunda rodada, em virtude da indexação de

salários e das aposentadorias. No entanto, estima-se que o impacto será diferente por países e de acordo com a natureza específica deste tipo de cláusula de indexação incorporadas nos contratos profissionais.

Ao nível de outros riscos que poderiam afetar a recuperação da economia global, é preciso vigiar os relacionados com a pandemia, já que na Europa e em alguns outros países a incidência de contágios está subindo novamente com a chegada da temporada de inverno, apesar dos altos níveis de vacinação alcançados.

Por outro lado, a economia da China está em um momento de transformação do seu modelo econômico. As conhecidas dificuldades das grandes promotoras imobiliárias (Evergrande, Fantasia, etc.) deverão ser superadas com o apoio das autoridades, já que são consideradas “muito grandes para quebrar”. Não obstante, estas dificuldades já estão tendo repercussão na confiança nos compradores e estão impactando as compras e vendas do setor imobiliário e a atividade da construção. O planejamento central chinês vai promover outros setores da indústria e uma reorientação da construção para minimizar o impacto desta desaceleração. Uma falência das grandes promotoras é um evento considerado de baixa probabilidade, já que, dado seu alto impacto potencial tanto na economia como nos mercados financeiros, provavelmente ocasionaria um resgate por parte do governo.

Pelo lado positivo, o crescimento econômico poderia surpreender se os custos da energia baixassem rapidamente, a inflação diminuísse, os problemas da cadeia de fornecimento fossem solucionados rapidamente e o consumidor aumentasse seu gasto devido às poupanças acumuladas em 2020 e 2021. Para uma mais rápida recuperação, também seria necessário que as atividades de serviços, lazer e turismo se restabelecessem completamente, o que está condicionado a um final da pandemia. Na Europa, será importante o bom uso do Plano de Recuperação e Resiliência, assim como

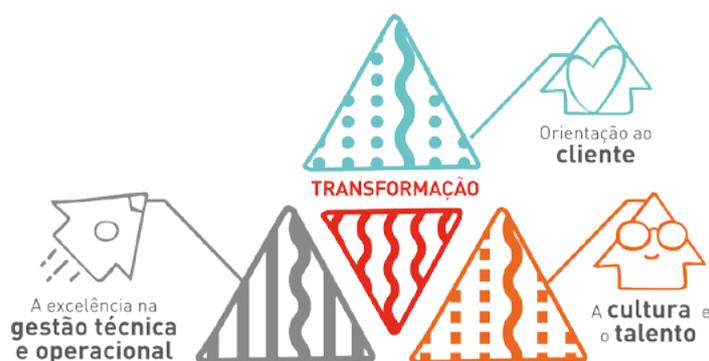
empreender reformas estruturais para um crescimento mais sólido e duradouro. Nos Estados Unidos, por sua vez, a aprovação do ambicioso plano de construção de infraestruturas (1,2 bilhões de dólares) dará impulso econômico nos próximos 5 anos.

Daqui para a frente, e dadas estas circunstâncias do contexto global, espera-se que a recuperação continue, ainda que

de maneira mais lenta em 2022 e 2023, e que se consiga recuperar o nível anterior à pandemia em 2024. No entanto, para isso será necessário encontrar uma solução satisfatória para os complexos problemas que agora a economia mundial enfrenta: inflação, custos de energia, pandemia, cadeias de fornecimento e equilíbrios geoestratégicos, aspectos que continuam pesando sobre a atividade econômica global.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na MAPFRE nós nos transformamos para crescer com rentabilidade. A digitalização e a inovação são fundamentais nessa evolução. A transformação está presente em tudo que fazemos, é transversal e age como autêntico acelerador em todos os âmbitos da empresa. A nossa estratégia baseia-se em três pilares:



Foco no cliente:

Somos uma equipe focada 100% no cliente. Apostamos por um modelo competitivo, que sempre coloca o cliente no centro de tudo o que fazemos, com a finalidade de oferecer uma experiência ótima em cada momento de contato com a MAPFRE. Desejamos conhecer, entender e fidelizar os clientes; incrementar a produtividade em todos os nossos canais e inovar em produtos, serviços e experiências para nossos clientes.

Excelência na gestão técnica e operacional:

Trabalhamos para melhorar nossa eficiência, adaptando nossa estrutura para oferecer um serviço excelente com tecnologia global, flexível e aberta, que nos permita aumentar a nossa competitividade.

Cultura e Talento:

Potencializando o compromisso de todos aqueles que trabalham na MAPFRE, desejamos continuar nos adaptando às mudanças com novas habilidades que permitam enfrentar os desafios do futuro. Por isso, seguimos trabalhando para ser uma referência em sustentabilidade, inovação e confiança.

O Plano estratégico 2019 - 2021

“Transformando-nos para crescer e melhorar a rentabilidade” ficou marcado pelas catástrofes ambientais, pela pandemia mundial da qual ainda estamos saindo, e pela volatilidade e incerteza política, econômica e social nos diferentes mercados onde a MAPFRE opera.

MAPA ESTRATÉGICO CICLO 2019 - 2021



Avanços do Plano em 2021 e Perspectivas para o futuro

Avanços do Plano em 2021

No atual cenário, ajustamos nossos objetivos aspiracionais públicos pondo foco em quatro, alinhando-os à realidade dos mercados sem perder a ambição que sempre caracterizou a MAPFRE.

Os principais avanços nos objetivos e iniciativas do plano foram:

1. Objetivos aspiracionais:

Dados de 2021:

- ROE: 9% (8,3% excluindo o lucro pela finalização do acordo com BANKIA, 2ª e 3ª fase do plano de baixas na área regional Ibéria, reestruturação na Itália e recompra de dívida), frente a uma aspiração marcada de 8,5% (sem ajustes por deterioração do fundo de comércio).
- Resultado Líquido operacional: 765,2 milhões de euros (703 milhões, excluindo o lucro pela finalização do acordo com o BANKIA, 2ª e 3ª fase do plano de licenças na área regional IBÉRIA, reestruturação na Itália e recompra de dívida), frente a uma aspiração de 700 milhões de euros.
- Prêmios de seguro: 8,2% de crescimento, frente a um crescimento esperado de 3%.
- Taxa combinada de Não Vida: 97,46% (96,1% excluindo 1ª, 2ª e 3ª fase do plano de licenças na área regional Ibéria e a reestruturação na Itália), frente a uma aspiração de 95%.

2. Iniciativas Estratégicas Corporativas

Foco no cliente: estamos adaptando nossa oferta comercial e proposta de valor, nossas operações, estrutura e tecnologia, para oferecer uma melhor qualidade e experiência ao cliente.

Plano de Negócio Digital: continuamos fortalecendo nosso negócio digital aumentando os investimentos em marketing digital, comparadores e ferramentas digitais.

Vida: trabalhamos para alcançar nossos objetivos de crescimento de prêmios e resultados, criando valor a longo prazo, ao mesmo tempo que impulsionamos o negócio de Vida e Poupança de forma homogênea e eficiente, incrementando assim a diversificação da MAPFRE.

SAM 3.0 (Seguros de Automóvel MAPFRE 3.0): estamos desenvolvendo recursos em resposta às novas tendências no setor automobilístico e à nova mobilidade (ADAS, UBI etc.).

Modelo Global de Eficiência: procuramos aumentar a eficiência, a produtividade e a redução de custos operacionais, através do desenvolvimento de modelos operacionais que abordem a padronização / integração e a melhoria de processos e a automatização, entre outros, com pleno enfoque no cliente, para melhorar a competitividade da MAPFRE.

Advanced Analytics: estamos fazendo uma aposta decidida nos dados, desenvolvendo uma plataforma que nos permita passar de tomar decisões sobre informações estruturadas a incorporar novas fontes de informação não estruturada, entendendo e atendendo melhor as necessidades de nossos clientes.

Desafio Digital: queremos gerenciar a mudança que a organização precisa para se adaptar às novas exigências digitais, conferindo ao ambiente de trabalho flexibilidade e agilidade, e ferramentas que permitam o trabalho colaborativo e o compartilhamento do conhecimento.

Perspectivas de futuro para o Plano Estratégico 2022 - 2024

O próximo ciclo estratégico abrangerá os próximos três anos 2022 - 2024, e contemplará um horizonte de três anos adicionais para tratar de gerenciar e antecipar situações de incerteza do futuro, com um modelo de trabalho mais iterativo. Após um exercício de reflexão profundo, concluiremos um novo Plano Estratégico baseado em três potentes focos estratégicos: Crescimento, Eficiência e Produtividade, e Transformação cultural e organizacional.

2.8 Atividades de P+D+i

INOVAÇÃO

A MAPFRE OPEN INNOVATION (MOi) é a aposta estratégica da MAPFRE para promover a transformação com foco no cliente. Com ela, a empresa quer potencializar a inovação realizada pelas pessoas para as pessoas.

Trata-se de uma plataforma aberta, que utiliza alianças com outros atores e tecnologias emergentes. Desde 2019 foram analisadas mais de 2.500 propostas de startups, das quais umas 40 passaram ao programa fast-track-to-market. Isto possibilitou que mais de um milhão de clientes tenham se beneficiado de soluções originadas neste modelo. Além disso, a MAPFRE participa do fundo de capital risco "Alma Mundi Insurtech Fund, FCRE" que financia startups relacionadas com o setor dos seguros em todo o mundo.

Em 2021 foram implementadas iniciativas que respondem a todas as áreas identificadas como prioritárias no início do exercício: avaliação por imagem, automatização de sinistros, automatização de voz, produtos de nova geração, serviços de saúde e bem-estar, serviços para idosos, nova mobilidade, cibersegurança (Automóveis). Assim, este ano começaram projetos no Brasil, Colômbia, Costa Rica, EUA, Espanha, Itália, Porto Rico e República Dominicana, principalmente nas ramificações de Automóveis, Saúde e Residencial.

Em 2021 foi consolidada a relação da MAPFRE com universidades e escolas de negócios, construindo alianças com instituições acadêmicas de ponta para antecipar respostas em campos diversos como saúde, mobilidade ou segurança rodoviária, e imaginar conjuntamente outros cenários, demandas e necessidades que em breve serão realidade. Estabelecido como centro de P+D+i da

MAPFRE, o "Mobility Lab" é a peça da MOi que nos permite antecipar o impacto que as mudanças no mundo da mobilidade já estão causando no setor de seguros. O CESVIMAP (Centro de Experimentação e Segurança Rodoviária da MAPFRE) trabalha atualmente em projetos como a vulnerabilidade dos veículos diante de ciberataques, os danos produzidos a pessoas e bens pelos novos Veículos de Mobilidade Pessoal, o reflexo da efetividade dos novos sistemas avançados de assistência ao motorista (ADAS) na tarifa do seguro de Automóveis, ou a reutilização em um segundo ciclo de vida das baterias de veículos elétricos, com frequência da mão de fabricantes de automóveis.

Com a consolidação da MOi, a intenção é acelerar a transformação da MAPFRE e fortalecer a posição de liderança, adaptando-se mais rapidamente às circunstâncias em mudança e avançando para novos modelos de negócios e soluções inovadoras que surgem das mudanças digitais e tecnológicas que estão sendo experimentadas, com o objetivo final de oferecer as melhores soluções e serviços aos clientes.

Dados de 2021

- Clientes que se beneficiaram de produtos e serviços da MAPFRE Open Innovation: 1.572.535.
- Iniciativas desenvolvidas em 14 países,
- Acordos importantes com nove startups de renome: Shift Technology, Tractable, Slice, Control Expert, Aerial, Koa Health, Made of Genes, Leakbot e Bdeo.

NEGÓCIO DIGITAL

A MAPFRE continua avançando no crescimento do negócio digital através de três marcas: MAPFRE, VERTI e SAVIA.

Foram impulsionadas novas capacidades digitais escalonáveis para o Grupo, com foco na melhoria da aquisição e da venda digital, no desenvolvimento de novos canais de distribuição digital com foco em partners digitais, na ampliação da oferta digital e na melhoria da rentabilidade, tudo isso com o apoio da operação, da ativação dos dados digitais e do conhecimento do cliente como eixo transversal.

As principais linhas de ação desenvolvidas este ano foram as seguintes:

• Marketing digital.

Avançamos na otimização da atração digital, desenvolvendo novas capacidades de gestão para melhorar o posicionamento orgânico em buscadores, impulsionando a otimização das ações publicitárias (Internet, redes sociais e TV digital), e implantando um serviço regional de marketing digital para aumentar a eficiência e as capacidades na região LATAM SUL. Trabalhamos na melhoria dos processos de conversão on-line, com o desenvolvimento de novos tarifadores e contratadores, assim como chatbots e assistentes de voz comerciais. Também continuamos impulsionando os processos de busca on-line e venda induzida a contact center e a rede comercial, e continuamos com a melhora da experiência digital oferecida a clientes e usuários na Internet, com novos modelos, como o Sistema de Design Digital, e novas técnicas de economia do comportamento.

• Partners digitais.

Com o objetivo de chegar a uma maior base de clientes e potencializar a estratégia multicanal, foi criada uma nova capacidade que permite a geração de acordos com partners digitais, baseada em dez ativos, desenvolvidos e implantados na Espanha e nos EUA, onde foram analisados mais de 200 partners em cada área geográfica. A partir dela, aumentou o volume de negócio de partners digitais na MAPFRE ESPAKA,

alcançando, no encerramento de dezembro, 32,7 milhões de euros em prêmios de nova produção, que representa um crescimento de 22% comparado com o ano anterior, e obtendo os primeiros resultados na MAPFRE USA.

• Ampliação da oferta digital.

Foi ampliada a oferta digital de produtos, adaptando os produtos existentes ao contexto digital. Ampliando a oferta em cinco ramos priorizando Automóveis, e em oito operações. Também foram analisados modelos que nos permitam comercializar produtos sem necessidade de assinaturas, como por exemplo o de agência geral. A VERTI Espanha criou sua agência e já comercializa produtos de vida e saúde subscritos pela MAPFRE ESPAÑA.

• Rentabilidade do negócio digital.

Continuamos desenvolvendo e melhorando as capacidades para realizar uma tarificação e seleção mais precisas dos riscos nos canais digitais, avançado nos seguintes aspectos:

- Realizada a primeira implantação, na MAPFRE México, do ativo corporativo para a assinatura e a precificação, que permite realizar uma gestão dinâmica em tempo real dos riscos, caso a caso.
- Em matéria de detecção de fraude, continuamos com o roteiro de implantações da plataforma antifraude em emissão, que permite detectar e gerenciar os padrões de fraude. Além disso, foi realizado um teste de conceito para a análise e avaliação da contribuição de valor do scoring de solvência creditícia, para melhorar assim o resultado técnico com uma seleção e tarificação mais precisas dos riscos.
- No âmbito dos Comparadores de preço, foi gerado um marco global de boas práticas em doze âmbitos de atuação para uma gestão integral do canal comparador, aspecto crucial para um crescimento rentável.

QUALIDADE

A fim de avaliar a qualidade percebida pelos clientes, o Observatório de Qualidade da MAPFRE aplica um modelo global de medição da experiência do cliente, que permite:

- Estabelecer um marco homogêneo em todos os países e negócios para conhecer, de maneira consistente e homologável, o nível de experiência do cliente da MAPFRE e de seus concorrentes.
- Identificar os “pontos de dor” que impactam de maneira negativa nos clientes da MAPFRE e em sua probabilidade de recomendá-la. Isto permite pôr em andamento ações para a melhoria da qualidade percebida, com base na escuta ativa do cliente.
- Conhecer as alavancas de promoção e recomendação que os clientes consideram pontos fortes da empresa. O impulso destes pontos fortes contribui para melhorar o comportamento econômico dos clientes e atrair uma nova carteira, graças ao poder de recomendação dos promotores da MAPFRE.
- Dotar os países de uma ferramenta para a tomada de decisões, ao conhecer de primeira mão as prioridades dos clientes.

O Observatório de Qualidade da MAPFRE é o responsável por definir os modelos e realizar todas as medições globais sobre a experiência do cliente. Estas medições realizam-se através de pesquisas com clientes internos e externos em todos os países e negócios em que a MAPFRE opera, cobrindo os ramos de seguro, resseguro, riscos globais e serviços de assistência. Para isso, através da análise do indicador Net Promoter Score (NPS®), é realizada a avaliação do nível de percepção do cliente sobre a empresa e dos seus pontos críticos de contato com a mesma, fazendo recomendações sobre as principais áreas de melhoria.

O Observatório de Qualidade realiza diagnósticos sobre o nível de experiência do cliente através da elaboração de relatórios sobre os resultados das medições, que ajudam as diferentes áreas de negócio a tomar decisões.

Em 2021 foram feitas duas rodadas de medição do NPS® relacional sobre uma amostra representativa das carteiras, com mais de 122.630 pesquisados, abrangendo 15 países e ramificações, com um volume de 81% do total dos prêmios particulares Não Vida do Grupo.

Como parte desse estudo, o observatório mede todos os anos o nível de experiência do cliente dos principais concorrentes da MAPFRE em cada país e ramificação. Mais concretamente, foram analisadas 105 empresas de todo o mundo. Com isso, em 2021, o volume de prêmios medidos em que o NPS dos clientes da MAPFRE está acima da média do NPS® dos concorrentes analisados superou 89 %.

Para complementar essas medidas do NPS® relacional, o Observatório de Qualidade definiu um Modelo Global de NPS® transnacional, que permite conhecer, em tempo real, a percepção do cliente que acabou de passar por uma interação. Este modelo já estava implantado no Brasil, Espanha, Estados Unidos, Porto Rico, México, Peru e Chile, e ao longo de 2021 foi lançado no Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, República Dominicana, Alemanha e e na MAPFRE ASISTENCIA Itália. Adicionalmente, uniu-se ao modelo a ramificação de Residencial dos Estados Unidos.

2.9 Aquisição e alienação de ações próprias

As operações de compra venda de ações da MAPFRE S.A. ajustam-se ao estabelecido pelo Regulamento Interno de Conduta relativo aos Valores Comercializados na Bolsa emitidos pela MAPFRE, pelo Regulamento sobre abuso de mercado, e pela Circular 1/2017 da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Durante os exercícios 2021 e 2020, nenhuma ação da MAPFRE S.A. foi comprada, e foram entregues a executivos de subsidiárias, como parte de sua remuneração variável, 221.914 e 203.905 ações, respectivamente, representando 0,0072% e 0,0066% do capital social, no valor de 380.346,98 e 286.299,74 euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo total de ações próprias foi de 30.064.020 e 30.285.934, respectivamente, representando 0,9762% e 0,9835% do capital, no valor de 62.944.009,97 e 63.408.631,35 euros.

2.10 Outras informações relevantes

AÇÃO DA MAPFRE

O quadro a seguir apresenta as informações básicas relativas à ação da MAPFRE no encerramento do exercício 2021:

Número de ações em circulação	3.079.553.273, totalmente assinadas e integralmente desembolsadas.
Valor nominal de cada ação	0,1 euros.
Tipo de ação	Ordinária, representada por anotação em conta. Todas as ações em circulação conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.
Mercados nos quais é comercializada	Bolsas de Madri e de Barcelona (Mercado Contínuo).
CÓDIGO ISIN	ES0124244E34

De acordo com os dados publicados pela Sociedade de Bolsas (Grupo BME), nesta plataforma foi negociada, durante 2021, uma média diária de 4.124.293 títulos, e a contratação efetiva média diária alcançou 7,3 milhões de euros.

VALOR E RENTABILIDADE

A ação teve o comportamento que pode ser visto no quadro a seguir, comparado com o dos dois principais índices de referência (o seletivo IBEX 35 e os setoriais STOXX Europe 600 Insurance e IBEX 35 Bancos):

	1 ANO	2 ANOS
MAPFRE	13,3%	-23,5%
STOXX Europe 600 Insurance	15,4%	-0,3%
IBEX 35	7,9%	-8,7%
IBEX 35 Bancos	23,1%	-10,6%

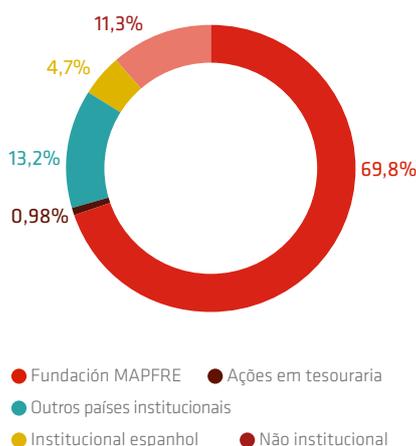
No mesmo período, o lucro por ação (LPA) da MAPFRE teve o seguinte comportamento:

	2021	2020
LPA (euros)	0,25	0,17
Var. %	45,3%	-13,6%

COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DE ACIONISTAS

No encerramento do exercício 2021, a MAPFRE contava com 217.422 acionistas.

O seguinte gráfico apresenta o detalhamento da composição do grupo de acionistas:



RETRIBUIÇÃO

Em 30 de novembro de 2021, o dividendo a receber foi pago, sendo debitado dos resultados do exercício de 2021, a 0,0606 euros brutos por ação, após aplicação proporcional do valor correspondente às ações em autcarteira às ações restantes. O dividendo total pago no ano atingiu 0,135 euros por ação, até alcançar um desembolso total de 415,7 milhões de euros.

O dividendo proposto pela Assembleia Geral como dividendo complementar do exercício de 2021 é de 0,085 euros brutos por ação. Portanto, o dividendo total relativo aos resultados do exercício 2021 subiu para 0,145 euros brutos por ação, o que representa um índice de "pay-out" de 58,4%.

A evolução do dividendo e da rentabilidade por dividendo, calculada com base no preço médio da ação, foi a seguinte:

	2021	2020
DIVIDENDO POR AÇÃO (euros)	0,135	0,135
RENTABILIDADE POR DIVIDENDO	7,6%	8,1%

GESTÃO DA QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO (RATING)

Durante o exercício de 2021, as principais agências de notação de risco declararam a situação de crédito da MAPFRE S.A. e das suas principais filiais:

- A S&P confirmou as qualificações de crédito da MAPFRE S.A. e a solidez financeira da MAPFRE RE.
- A Fitch confirmou a qualificação de crédito da MAPFRE S.A. e a solidez financeira da MAPFRE ASISTENCIA, MAPFRE BHD e MAPFRE SIGORTA A.S., e no mês de novembro elevou a perspectiva da MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA de estável para positiva.
- A.M. A Best confirmou a força financeira da MAPFRE RE, MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE USA. Group, MAPFRE PRAICO, MAPFRE MÉXICO E MAPFRE PANAMÁ.

A situação atual das classificações de crédito das entidades domiciliadas na Espanha e das principais entidades domiciliadas fora da Espanha é detalhada abaixo:

ENTIDADES COM ENDEREÇO NA ESPANHA	S&P	FITCH	A.M. BEST
MAPFRE S.A. - Emissor de dívida	A- (Estável)	A- (Estável)	-
MAPFRE S.A. - Dívida sênior	A-	BBB+	-
MAPFRE S.A. - Dívida subordinada	BBB	BBB-	-
<i>Solidez Financeira</i>			
MAPFRE RE	A+ (Estável)	-	A (Estável)
MAPFRE ESPAÑA	-	-	A (Estável)
MAPFRE ASISTENCIA	-	A+ (Estável)	-
ENTIDADES DOMICILIADAS FORA DA ESPANHA	S&P	FITCH	A.M. BEST
<i>Solidez Financeira</i>			
MAPFRE SIGORTA A.S. (Turquia)	-	AA+ tur (Estável)	-
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA	-	AA col (Positiva)	-
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS (Rep. Dominicana)	-	AAA dom (Estável)	-
MAPFRE U.S.A. Group	-	-	A (Estável)
MAPFRE PRAICO (Porto Rico)	-	-	A (Estável)
MAPFRE MÉXICO	-	-	A (Estável)
MAPFRE PANAMÁ	-	-	A (Estável)

PLANO DE TRANSPARÊNCIA

Em 2021, o site corporativo, com mais de 2,3 milhões de páginas vistas, consolidou-se como um canal de comunicação, transformando a maneira da MAPFRE de se relacionar com a sociedade e especialmente com os diferentes grupos de interesse. Trata-se de um canal em constante evolução que procurar oferecer, de forma ágil e atraente, uma comunicação transparente e relevante não só de conteúdos de divulgação, mas também editoriais, aproximando assim à sociedade a identidade, estratégia e atributos pelos quais a MAPFRE quer ser reconhecida.

As redes sociais serviram como canal de difusão na estratégia de comunicação digital da empresa e, para isso, potencializou-se a transmissão de encontros e intervenções de diretores através do Twitter, Instagram, Facebook e Youtube, entre outros, aumentando assim a difusão de conteúdos de atualidade e de interesse para a sociedade.

Por outro lado, a Intranet Corporativa é o canal de comunicação interna dos funcionários, onde há espaços disponíveis para cada uma das entidades do Grupo. Há um espaço chamado "Organograma e Nomeações" onde os funcionários podem conhecer a organização da MAPFRE e seus principais representantes, órgãos dirigentes e manter-se atualizados com as nomeações nas empresas e países.

O espaço Pessoas da Intranet está em constante evolução e atualização. Este espaço incorpora conteúdos e notícias sobre gestão de pessoas, de interesse para os funcionários, tanto em aspectos globais como locais, e apresenta os conteúdos de uma forma estruturada, facilitando uma navegação simples que permite uma boa experiência de usuário. Além disso, ativam pesquisas para conhecer a opinião dos funcionários em aspectos de interesse, e permite o acesso a aplicativos colaborativos, de aprendizagem e de autogestão para o funcionário.

Além do conteúdo global, a Intranet também conta com espaços específicos para cada uma das entidades e áreas da empresa, facilitando a comunicação imediata de informações de interesse ao funcionário. A Intranet conta, por sua vez, com um espaço específico sobre a Estratégia da empresa, com todas as informações de referência sobre o Plano Estratégico, desde a Visão, Missão e Valores até os pilares e iniciativas estratégicas. O espaço, que tem um formato criativo, com vídeos e infografias, oferece informações globais e chaves de estratégia em cada região, país, unidade de negócios e área corporativa.

Em 2021 foi iniciado um projeto para evoluir o Espaço Global da Intranet, incorporando novas funcionalidades, formatos e conteúdos para oferecer ao funcionário uma melhor experiência. Além disso, durante o ano foi mantida a comunicação próxima dos líderes no contexto ainda complexo derivado da pandemia, e foi impulsionada uma campanha interna de conscientização em cibersegurança para melhorar a prevenção e conscientizar todos os profissionais da empresa sobre como agir frente aos ciber-riscos.

Além disso, o perfil do funcionário na Intranet evoluiu. Tem um novo design e

conteúdos para fazer com que os funcionários se conheçam melhor, proporcionem seus conhecimentos e experiências, e os ajude a serem mais sociáveis e a colaborar de uma maneira mais eficiente.

Adicionalmente, a MAPFRE mantém um diálogo contínuo e aberto com a Representação Legal dos Trabalhadores através de diversos meios, nos países onde existe esta representação. Durante o ano 2021 na Espanha, foram criados diversos espaços compartilhados graças às ferramentas tecnológicas implantadas na MAPFRE, através dos quais são comunicadas aos Representantes Legais dos Trabalhadores informações que possam ter impacto nas condições de trabalho do pessoal.

Além disso, em 2021 foi implantado o App Personas MAPFRE no Peru, Porto Rico e Alemanha, que se unem à Espanha, Brasil, México e Turquia. Trata-se de um canal de comunicação, colaboração, gestão e aprendizagem para facilitar a vida do funcionário, otimizando e reduzindo os tempos de suas diligências com a empresa, com uma ampla variedade de funcionalidades e conteúdos personalizados, como solicitar férias, licenças ou consultas médicas, acessar vagas de emprego, obter feedback imediato, receber avisos, acessar o "quick learning" ou as últimas notícias. 12.605 funcionários fizeram o download do App Personas.

Como parte da iniciativa estratégica Desafio Digital, estão sendo promovidas novas formas de trabalho com ferramentas tecnológicas que tornam possível trabalhar de forma aberta e colaborativa.

Foram aprovadas as linhas gerais do Modelo de Trabalho Remoto Híbrido Global foi aprovado, e a Política Corporativa de Desconexão Digital na MAPFRE foi aprovada e publicada

Todos os funcionários do mundo inteiro têm à sua disposição uma plataforma de conhecimento na Intranet chamada Eureka, nos três idiomas corporativos, que permite compartilhar e localizar conhecimento de maneira ágil e estruturada. A MAPFRE conta com 1.404 referências em conhecimento em todo o mundo, e os proporcionaram quase 2.000 peças de conhecimento. Através de um único buscador, os funcionários podem procurar relatórios e estudos, boas práticas e casos de uso, assim como links de interesse, e contribuir com tudo aquilo que considerem importante compartilhar, que possa ser interessante e útil. Eles também podem localizar as pessoas referentes em cada uma das habilidades.

Em matéria de captação e gestão de Talentos, o novo sistema de seleção e mobilidade foi consolidado a nível global durante 2021.

Os funcionários têm planos de carreira de acordo com seu cargo e planos de desenvolvimento individual, nos quais eles passam a ser participantes do processo, convidando-os a fazer uma proposta para seu plano de desenvolvimento e fornecendo-lhes a ajuda necessária para facilitar a melhor orientação do mesmo.

Um modelo de avaliação 360° está disponível globalmente e para todos os funcionários, com ações de feedback contínuo sobre objetivos, atividades e comportamentos, não apenas entre chefe e subordinado, mas também entre pares e clientes internos. Em 2021, foram atribuídos 34.747 objetivos individuais, foram estabelecidas 88.419 atividades e foram realizadas 31.288 ações de feedback.

Foram desenvolvidos planos de reconhecimento para funcionários onde se manifesta de forma pública o agradecimento ao trabalho e ao mérito. Estes planos foram muito bem recebidos pelos funcionários, impactando de forma positiva em sua experiência.

A Universidade Corporativa permite gerenciar a formação de todos os funcionários do mundo. Também torna possível melhorar - entre outros - a funcionalidade de "autoaprendizagem", um espaço através do qual cada funcionário pode acessar o catálogo de conteúdo de treinamento do MAPFRE. A concepção da mesma, assim como sua capacidade de adaptação e flexibilidade, nos permitiram adaptar-nos de forma ágil e efetiva à situação criada pela COVID-19, garantindo a formação e a aprendizagem de todos os funcionários em modalidade digital e mista.

Por meio de perfis nas redes sociais, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn e YouTube, a MAPFRE também se comunica e interage com seus funcionários e com os candidatos.

Além disso, o Grupo conta com uma revista corporativa (O Mundo da MAPFRE), cuja difusão digital, através das redes sociais, foi potencializada em 2021, fomentando a interação, tanto com os funcionários como com o público em geral. Esta revista é publicada trimestralmente e é distribuída globalmente, informando sobre as últimas notícias e a situação da entidade.

A fim de manter um monitoramento integrado dos processos que têm impacto no engajamento e desenvolvimento dos funcionários, em 2021 foi reavaliado o Índice de Cultura e Talento, um indicador interno que considera, por um lado, a satisfação dos funcionários (Employee Satisfaction Index -ESI), a rotatividade e o tempo de serviço dos funcionários; e também a mobilidade funcional, a porcentagem de funcionários com planos de desenvolvimento atribuídos e a taxa de promoção interna para cargos de responsabilidade.

Em 2021, continuou sendo aplicado o modelo de avaliação que permite um aprofundamento contínuo na análise da experiência do funcionário.

CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA PARA A SOCIEDADE

O exercício da atividade de seguros gera um valor econômico direto por meio do fluxo constante de transações realizadas (cobrança de prêmios, pagamento de benefícios, gerenciamento de investimentos, etc.), que recai em vários aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do entorno no qual a entidade opera.

Da receita consolidada do exercício pelo valor de 27,257 bilhões de euros (25,419 bilhões de euros em 2020), a MAPFRE contribuiu financeiramente com a sociedade por meio de pagamentos realizados conforme detalhado a seguir.

CONCEITO	2021	2020	%21/20
Benefícios pagos ⁽¹⁾	15.229,8	13.731,7	10,9%
Pagamento a fornecedores ⁽²⁾	4.922,6	7.335,9	-32,9%
Pagamentos, salários e outros ⁽³⁾	1.602,9	1.456,0	10,1%
Subtotal atividade	21.755,3	22.523,6	-3,4%
Dividendos ⁽⁴⁾	614,3	658,4	-6,7%
Subtotal acionistas	614,3	658,4	-6,7%
Pagamentos líquidos por impostos sobre lucros	349,2	298,4	17,0%
Previdência Social	235,3	240,8	-2,3%
Subtotal AP	584,5	539,2	8,4%
Juros pagos	73,5	73,6	-0,1%
Subtotal financiamento	73,5	73,6	-0,1%
TOTAL	23.027,6	23.794,8	-3,2%

Valores em milhões de euros.

(1) Benefícios pagos e despesas relacionadas do seguro direto e resseguro aceito.

(2) Inclui o pagamento de comissões e de outros serviços da atividade.

(3) O valor de pagamentos e salários chegou a 1,214 bilhão de euros em 2021 (1,215 bilhão de euros em 2020).

(4) Pagamentos por dividendos realizados no exercício.

Por outro lado, no exercício da atividade de seguros, a entidade adquire compromissos com os segurados em troca da gestão de recursos que são investidos em ativos, fundamentalmente financeiros. No quadro a seguir são mostrados dados relativos à entidade como investidora institucional no encerramento dos últimos exercícios.

CONCEITO	2021	2020	%21/20
FUNDOS ADMINISTRADOS DE TERCEIROS⁽⁵⁾	34.310,7	32.789,3	4,6%
TOTAL DE INVESTIMENTOS	46.159,7	44.893,2	2,8%
Investimentos financeiros	38.313,2	38.060,1	0,7%
Renda fixa	30.496,4	31.531,7	-3,3 %
- Emitida por governos	22.879,0	23.396,0	-2,2%
- Outros títulos de renda fixa	7.617,4	8.135,7	-6,4%
Outros investimentos financeiros	7.816,8	6.528,4	19,7%
Investimentos imobiliários⁽⁶⁾	2.331,9	2.239,9	4,1%
Outros investimentos	5.514,7	4.593,1	20,1%

(5) Provisões técnicas do ramo Vida, fundos de aposentadoria, fundos de investimento e carteiras administradas antes dos ajustes por contabilidade tácita.

(6) Incluindo imóveis de uso próprio.

PRAZO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

As características dos pagamentos realizados aos fornecedores pelas sociedades espanholas do Grupo, consolidadas pela integração mundial, nos exercícios 2021 e 2020 são detalhadas a seguir.

CONCEITO	Dias	
	2021	2020
Período médio de pagamento a fornecedores	7,9	5,7
Índice de operações pagas	7,8	5,3
Índice de operações pendentes de pagamento	18,2	30,4

CONCEITO	2021	2020
Total pagamentos realizados	2.148,7	1.581,0
Total de pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	29,5	21,9

Millones de euros.

OUTRAS INFORMAÇÕES

O conteúdo correspondente à Declaração de Informações Não Financeiras, que se reflete no Relatório Integrado do MAPFRE, faz parte deste Relatório Consolidado de Gestão e cumpre com as informações exigidas pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro.

A tabela a seguir mostra o conteúdo da Declaração de Informações Não Financeiras:

ESTADO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADO

Índice de conteúdos da Lei 11/2018

Critério de relatório GRI, versão 2016, se não for indicado o contrário (ver índice de conteúdos GRI, seção 6 do Relatório Integrado MAPFRE 2021)

INFORMAÇÃO GERAL

Geral	Uma breve descrição do modelo de negócios que inclui seu ambiente de negócios, sua organização e sua estrutura	GRI 102-2 GRI 102-7 GRI 102-3
	Mercados nos quais opera	GRI 102-4 GRI 102-6
	Objetivos e estratégias da organização	GRI 103-2 GRI 102-14
	Principais fatores e tendências que podem afetar a evolução futura	GRI 102-14 GRI 102-15
	Marco utilizado para geração de relatórios	GRI 102-54
	Princípio da materialidade	GRI 102-46 GRI 102-47

QUESTÕES AMBIENTAIS

	Enfoque de gestão: descrição e resultados das políticas relacionadas a estas questões, bem como dos principais riscos relacionados a essas questões vinculados às atividades do grupo	GRI 102-15 GRI 103-2	
Informação geral detalhada	Informações detalhadas sobre os efeitos atuais e previsíveis das atividades da empresa sobre o meio ambiente e, quando apropriado, sobre a saúde e a segurança	GRI 102-15	
	Procedimentos de avaliação ou certificação meio ambiental	GRI 103-2	
	Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais	GRI 103-2	
	Aplicação do princípio de precaução	GRI 102-11	
	Número de provisões e garantias para riscos ambientais	GRI 103-2	
Poluição	Medidas para prevenir, reduzir ou reparar as emissões que afetam gravemente o meio ambiente, levando em conta qualquer forma de poluição atmosférica específica de uma atividade, incluindo a poluição sonora e a luminosa	—	
Economia circular e prevenção e gerenciamento de resíduos	Medidas de prevenção, reciclagem e reutilização, outras formas de recuperação e eliminação de resíduos	GRI 306-2 (2020) GRI 306-3 (2020)	
	Ações de combate ao desperdício de alimentos	—	
Uso sustentável de recursos	Consumo e abastecimento de água de acordo com as limitações locais	GRI 303-5	
	Consumo de matérias-primas e medidas adotadas para melhorar a eficiência do seu uso	GRI 301-1 GRI 301-2	
	Consumo de energia direto e indireto	GRI 302-1	
	Medidas tomadas para melhorar a eficiência energética	GRI 103-2	
	Uso de energias renováveis	GRI 302-1	
Mudança climática	Emissões de gases com efeito de estufa resultantes das atividades da empresa, incluindo a utilização dos bens e serviços que produz	GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-4	
		Medidas adotadas para adaptar-se às consequências da mudança climática	GRI 103-2
		Metas de redução estabelecidas voluntariamente, a médio e longo prazo, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e os meios implementados para esse fim	GRI 103-2 GRI 305-5
			Proteção da biodiversidade
		Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas	GRI 103-2

QUESTÕES SOCIAIS E RELACIONADAS AO PESSOAL

Emprego	Enfoque de gestão: descrição e resultados das políticas relacionadas a estas questões, bem como dos principais riscos relacionados a essas questões vinculados às atividades do grupo	GRI 102-15 GRI 103-2
	Número total e distribuição de funcionários por país, sexo, idade e categoria profissional	GRI 102-15 GRI 103-2
	Número total e distribuição das modalidades de contrato de trabalho e média anual dos contratos indefinidos, dos contratos temporários e dos contratos a tempo parcial por gênero, idade e categoria profissional	GRI 102-8
	Número de demissões por sexo, idade e categoria profissional	GRI 103-2
	Remunerações médias e sua evolução, desagregadas por sexo, idade e classificação profissional ou valor igual	GRI 103-2
	Disparidades salariais, remunerações de cargos iguais ou da média da sociedade	GRI 103-2 GRI 405-2
	Remuneração média dos conselheiros e diretores, incluindo a retribuição variável, adicionais, indenizações, pagamento de sistemas de previsão de economia em longo prazo e qualquer outra percepção desvinculada por gênero	GRI 103-2
	Implantação de políticas de desconexão do trabalho	GRI 103-2
	Número de funcionários com deficiência	GRI 103-2 GRI 405-1
	Organização do trabalho	Organização do horário de trabalho
Número de horas de absenteísmo		GRI 103-2 GRI 403-9
Medidas destinadas a facilitar o aproveitamento da conciliação e impulsionar o exercício corresponsável da parte de ambos os progenitores		GRI 103-2 GRI 401-3
Saúde e Segurança	Condições de saúde e segurança no trabalho	GRI 103-2 GRI 403-1
	Acidentes de trabalho, em particular a frequência e a gravidade, bem como doenças ocupacionais; divididos por gênero	GRI 403-9 GRI 403-10
Relações sociais	Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar, consultar e negociar com o pessoal	GRI 103-2
	Porcentagem de funcionários cobertos por acordo coletivo por país	GRI 102-41
Treinamento	Balanco de acordos coletivos, especificamente no campo da saúde e segurança no trabalho	GRI 103-2
	Políticas implementadas no campo de formação	GRI 404-2
Acessibilidade universal	Número total de horas de formação por categoria profissional	GRI 103-2 GRI 404-1
	Acessibilidade universal para pessoas com deficiência	GRI 103-2
Igualdade	Medidas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens	GRI 103-2
	Planos de igualdade, medidas tomadas para promover o emprego, protocolos contra assédio sexual e por motivos de gênero	GRI 103-2
	Política contra todos os tipos de discriminação e, conforme o caso, de gestão da diversidade	GRI 103-2

RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

	Enfoque de gestão: descrição e resultados das políticas relacionadas a estas questões, bem como dos principais riscos relacionados a essas questões vinculados às atividades do grupo	GRI 102-15
		GRI 103-2
	Aplicação de procedimentos de diligência devida em matéria de direitos humanos, prevenção dos riscos de vulneração de direitos humanos e, se for o caso, medidas para mitigar, administrar e reparar possíveis abusos cometidos	GRI 102-16
		GRI 102-17
GRI 412-1 a 412-3		
Direitos humanos	Denúncias por casos de violação dos direitos humanos	GRI 103-2
		GRI 406-1
	Medidas implementadas para a promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da OIT relacionadas ao respeito à liberdade de associação e ao direito de negociação coletiva; a eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação; a eliminação do trabalho forçado ou compulsório; a abolição efetiva do trabalho infantil	GRI 103-2

INFORMAÇÃO RELATIVA À LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO

	Enfoque de gestão: descrição e resultados das políticas relacionadas a estas questões, bem como dos principais riscos relacionados a essas questões vinculados às atividades do grupo	GRI 102-15
		GRI 103-2
Corrupción y soborno	Medidas adotadas para prevenir corrupção e suborno	GRI 103-2
		GRI 102-16
		GRI 102-17
		GRI 205-1 a GRI 205-3
	Medidas para combater a lavagem de dinheiro	GRI 103-2
		GRI 102-16
	Ações de parceria ou de patrocínio	GRI 102-17
		GRI 205-1 a GRI 205-3
		GRI 102-13

INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE

	Enfoque de gestão: descrição e resultados das políticas relacionadas a estas questões, bem como dos principais riscos relacionados a essas questões vinculados às atividades do grupo	GRI 102-15 GRI 103-2
Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável	Impacto da atividade da sociedade no emprego e no desenvolvimento local	GRI 103-2
	Impacto da atividade da sociedade nas populações locais e no território	GRI 103-2 GRI 411-1
	Os relacionamentos mantidos com os atores das comunidades locais e as modalidades de diálogo com os mesmos	GRI 102-43
	Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos	GRI 103-2
Subcontratação e fornecedores	Inclusão de questões sociais, de igualdade de gênero e ambientais na política de compras	GRI 103-2
	Consideração da responsabilidade social e ambiental dos fornecedores e subcontratados nas relações com os mesmos	GRI 102-9
Consumidores	Sistemas de supervisão e auditorias e seus resultados	GRI 102-9
	Medidas para a saúde e a segurança dos consumidores	GRI 103-2
	Sistemas para recebimento de reclamações e queixas, e a resolução delas	GRI 103-2 GRI 418-1
Informação fiscal	Lucros obtidos país por país	GRI 103-2
	Impostos sobre lucros pagos	GRI 103-2
	Subsídios públicos recebidos	GRI 201-4

REQUISITOS DO REGULAMENTO DE TAXONOMIA

Requisitos do Regulamento de Taxonomia	Metodologia própria da MAPFRE, elaborada com base no artigo 8 da Taxonomia Europeia
--	---

2.11 Relatório de Governança Corporativa

A seguir, é incluído o Relatório Anual de Governo da Sociedade segundo previsto no artigo 49.4 do Código Comercial.



**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÓNIMAS COTADAS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR

Data final do exercício de referência: [31/12/2021]

CNP J: [A08055741]

Razão Social:
[MAPFRE, S.A.]

Sede social:
[CARRETERA DE POZUELO A MAJADAHONDA, S2 EDIF.1 (MAJADAHONDA) MADRI]

1 /


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**
A. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

- A.1. Complete a seguinte tabela sobre o capital social e os direitos de voto atribuídos, incluindo, quando aplicável, aqueles correspondentes a ações com direito a voto de fidelidade, como no final do exercício financeiro:

Indicar se os estatutos da sociedade contêm disposições para o voto duplo de fidelidade:

- Sim
 Não

Data da última modificação	Capital social (€)	Número de ações	Número de direitos de voto
1/07/2011	307.955.327,30	3.079.553.273	3.079.553.273

Indique se existem diferentes classes de ações com diferentes direitos associados:

- Sim
 Não

- A.2. Indique os titulares diretos e indiretos de participações significativas à data de encerramento do exercício, incluindo os conselheiros com participação representativa:

Nome ou razão social do acionista	% de direitos de voto atribuídos às ações		% direitos de voto por meio de instrumentos financeiros		% total de direitos de voto
	Direto	Indireto	Direto	Indireto	
FUNDACIÓN MAPFRE	0,00	69,80	0,00	0,00	69,80

Detalhe da participação indireta:

Nome ou razão social do titular indireto	Nome ou razão social do titular direto	% direitos de voto atribuídos às ações	% direitos de voto por meio de instrumentos financeiros	% total de direitos de voto
FUNDACIÓN MAPFRE	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	69,69	0,00	69,69
FUNDACIÓN MAPFRE	FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME	0,11	0,00	0,11



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Indique os movimentos mais significativos ocorridos durante o exercício na estrutura acionária:

Movimentos mais significativos

Não houve nenhum movimento significativo durante o exercício.

A.3. Detalhe as participações acionárias, qualquer que seja a percentagem, no encerramento do exercício para os membros do conselho de administração que possuem direitos de voto atribuídos às ações da sociedade ou através dos instrumentos financeiros, excluindo os conselheiros identificados na seção A.2 acima:

Nome ou razão social do conselheiro	% de direitos de voto atribuídos às ações		% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros		% total de direitos de voto	% de direitos de voto que <u>podem ser</u> transmitidos por meio de instrumentos financeiros	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto		Direto	Indireto
FERNANDO MATA VERDEJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALFONSO REBUELTA BADÍAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Nome ou razão social do conselheiro	% de direitos de voto atribuídos às ações		% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros		% total de direitos de voto	% de direitos de voto que <u>podem ser transmitidos</u> por meio de instrumentos financeiros	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto		Direto	Indireto
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	0,00	0,06	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% total de direitos de voto em poder de membros do conselho de administração						0,09	

Detalhe da participação indireta:

Nome ou razão social do conselheiro	Nome ou razão social do titular direto	% de direitos de voto atribuídos às ações	% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros	% total de direitos de voto	% de direitos de voto que <u>podem ser transmitidos</u> por meio de instrumentos financeiros
Sem dados					

Detalhe a percentagem total de direitos de voto representados no conselho:

% total de direitos de voto representados do conselho de administração	69,78
---	--------------

A percentagem total de direitos de voto representados no Conselho de Administração é a soma da percentagem total de direitos de voto detidos por todos os membros do Conselho de Administração e a percentagem de participação da CARTERA MAPFRE, S.L.U. (indicada na seção A.2 acima), a entidade representada no Conselho de Administração pelos três conselheiros proprietários.

A.4. Indique, se for o caso, as relações de índole familiar, comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas, na medida em que sejam conhecidas pela sociedade, exceto as que não tenham importância considerável ou que provenham de transferências ou tráfego comercial ordinário, com exceção das indicadas na seção A.6:

Nome ou razão social relacionados	Tipo de relação	Breve descrição
Sem dados		



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

A.5. Indique, se for o caso, as relações de índole comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas e a sociedade e/ou seu grupo, exceto as que não tenham importância considerável ou provenham de transferência ou tráfego comercial ordinário:

Nome ou razão social relacionados	Tipo de relação	Breve descrição
Sem dados		

A.6. Descreva as relações, exceto as que não tenham importância considerável para as duas partes, que existam entre os acionistas significativos ou representados no conselho e os conselheiros, ou seus representantes, no caso de administradores pessoa jurídica.

Explique, se for o caso, como estão representados os acionistas significativos. Especificamente, devem ser indicados os conselheiros que foram nomeados em nome dos acionistas significativos, aqueles cuja nomeação foi promovida pelos acionistas significativos, ou que são relacionados aos acionistas significativos e/ou entidades de seu grupo, com especificação da natureza de tais relacionamentos. Em específico, serão mencionados, se houver, a existência, a identidade e o cargo dos membros do conselho ou representantes de conselheiros da sociedade listada que, por sua vez, sejam membros do órgão de administração, ou seus representantes, em sociedades que detenham ações significativas da sociedade listada ou em entidades do grupo dos referidos acionistas significativos:

Nome ou razão social do conselheiro ou representante, vinculado	Nome ou razão social do acionista significativo vinculado	Razão social da sociedade do grupo do acionista significativo	Descrição relação/cargo
FERNANDO MATA VERDEJO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro designado a pedido do acionista significativo
ALFONSO REBUERTA BADÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro designado a pedido do acionista significativo
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Conselheiro designado a pedido do acionista significativo
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Presidente do Conselho de Administração de


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Nome ou razão social do conselheiro ou representante, vinculado	Nome ou razão social do acionista significativo vinculado	Razão social da sociedade do grupo do acionista significativo	Descrição relação/cargo
			CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL

A.7. Indique se foram comunicados à comunidade pactos parassociais que a afetem, conforme estabelecido nos artigos 530 e 531 da Lei de Sociedades de Capital. Se for o caso, descreva-os brevemente e relacione os acionistas vinculados pelo pacto:

Sim
 Não

Indique se a sociedade sabe da existência de ações combinadas entre seus acionistas. Se for o caso, descreva-as brevemente:

Sim
 Não

Se, durante o exercício, tiver ocorrido alguma modificação ou ruptura desses pactos, acordos ou ações combinadas, indique-a expressamente:

A.8. Indique se existe alguma pessoa física ou jurídica que exerça ou possa exercer o controle sobre a sociedade, de acordo com o artigo 5 da Lei do Mercado de Valores. Se for o caso, identifique-a:

Sim
 Não

Nome ou razão social
FUNDACIÓN MAPFRE

A.9. Preencha os seguintes campos relativos à tesouraria da sociedade:

Na data de fechamento do exercício:

Número de ações diretas	Número de ações indiretas(*)	% total sobre capital social
30.068.524		0,98



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

(*) Por meio de:

Nome ou razão social do titular direto da participação	Número de ações diretas
Sem dados	

Explique as variações significativas ocorridas durante o exercício:

Explique as variações significativas

Não houve nenhuma variação significativa durante o exercício.

A.10. Descrição das condições e o prazo do mandato vigente da assembleia de acionistas ao conselho de administração para emitir, recomprar ou transmitir ações próprias:

O Conselho de Administração conta com a autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa aumentar o capital social, uma ou várias vezes, até o valor máximo de 153.977.663,65 euros, equivalente a 50% do capital social. A duração dessa autorização é de cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 9 de março de 2018.

O Conselho de Administração conta com autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa realizar, diretamente ou por intermédio de sociedades filiais, a aquisição derivativa de ações próprias, subordinando-se aos limites e requisitos a seguir:

a) Modalidades: aquisição por título de compra e venda ou por qualquer outro ato inter vivos a título oneroso, de ações livres de qualquer carga e avaliação.

b) Número máximo de ações a serem adquiridas: ações cujo valor nominal, somado ao das que a Sociedade e suas filiais já possuem, não exceda 10% do capital social da MAPFRE S.A.

c) Preço mínimo e máximo de aquisição: 90% e 110%, respectivamente, do seu valor de cotação na data de aquisição.

d) Duração da autorização: cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 12 de março de 2021. As ações adquiridas podem ser utilizadas, no todo ou em parte: (i) para a sua disposição ou amortização; (ii) para sua entrega aos trabalhadores, funcionários ou administradores da Sociedade ou de seu Grupo, ou como resultado do exercício dos direitos de opção por eles detidos, de acordo com as disposições do último parágrafo do Artigo 146, parágrafo 1, letra a) do Texto Consolidado da Lei de Sociedades de Capital; e (iii) para planos de reinvestimento do dividendo ou instrumentos análogos.

A.11. Capital flutuante estimado:

	%
Capital flutuante estimado	29,12

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

A.12. Indique se houver alguma restrição (estatutária, legislativa ou de qualquer natureza) à transmissibilidade de valores e/ou qualquer restrição ao direito de voto. Particularmente, será comunicada a existência de qualquer tipo de restrição que possa dificultar a tomada de controle da sociedade por meio da aquisição de suas ações no mercado, assim como aqueles regimes de autorização ou comunicação prévia que, sobre as aquisições ou transmissões de instrumentos financeiros da empresa, lhe sejam aplicáveis por legislação setorial.

Sim
 Não

A.13. Indique se a assembleia geral concordou em adotar medidas de neutralização diante de uma oferta pública de aquisição, em virtude do disposto na Lei 6/2007.

Sim
 Não

Se for o caso, explique as medidas aprovadas e os termos conforme os quais se produzirá a ineficiência das restrições:

A.14. Indique se a sociedade emitiu valores que não são negociados em um mercado regulamentado da União Europeia.

Sim
 Não

Se for o caso, indique os diferentes tipos de ação e, para cada tipo de ação, os direitos e obrigações correspondentes:

B. ASSEMBLEIA GERAL

B.1. Indique e, se for o caso, informe se existem diferenças no regime de mínimos previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) em relação ao quórum de constituição da assembleia geral:

Sim
 Não

B.2. Indique e, se for o caso, descreva as diferenças existentes em relação ao regime previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) para a adoção de acordos sociais:

Sim
 Não



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

	Maioria reforçada diferente da estabelecida no artigo 201.2 LSC para os casos do 194.1 LSC	Outras hipóteses de maioria reforçada
% estabelecido pela entidade para a adoção de acordos	0,00	50,01

Em conformidade com o previsto no artigo 26º dos Estatutos Sociais, para a modificação dos preceitos estatutários contidos no Título IV "Proteção do Interesse Geral da Sociedade" (artigos 26º a 29º), é necessário o acordo adotado com o voto favorável de mais de cinquenta por cento do capital social na Assembleia Geral Ordinária, convocada especialmente para esse fim.

B.3. Indique as normas aplicáveis à modificação dos estatutos da sociedade. Particularmente, serão comunicadas as maiorias previstas para a modificação dos estatutos, bem como, se for o caso, as normas previstas para a tutela dos direitos dos sócios na modificação dos estatutos.

Não existem especialidades diferentes das estabelecidas pela legislação vigente para a modificação de estatutos da sociedade, exceto para a modificação dos artigos 26º a 29º (Título IV – Proteção do Interesse Geral da Sociedade). Como consta na seção B.2, é necessário que o acordo seja firmado com o voto favorável de mais de 50% do capital social em Assembleia Geral Extraordinária convocada para essa finalidade.

B.4. Indique os dados de participação nas assembleias gerais realizadas no exercício ao qual se refere este relatório, bem como os dos dois exercícios anteriores:

Data assembleia geral	Dados de assistência				Total
	% de presença física	% em representação	% voto eletrônico	% voto a distância Outros	
8/03/2019	68,64	12,69	0,00	1,05	82,38
Dos quais, Capital fluante	0,12	12,69	0,00	1,05	13,86
13/03/2020	68,67	17,51	0,01	0,66	86,85
Dos quais, Capital fluante	0,05	17,41	0,01	0,66	18,13
12/03/2021	70,71	10,60	0,01	0,26	81,58
Dos quais, Capital fluante	0,01	10,48	0,01	0,26	10,76

B.5. Indique se nas assembleias gerais realizadas no exercício houve algum ponto da ordem do dia que, por qualquer motivo, não tenha sido aprovado pelos acionistas:

- Sim
- Não


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

B.6. Indique se existe alguma restrição estatutária que estabeleça um número mínimo de ações necessárias para participar na assembleia geral ou para votar a distância:

Sim
 Não

Número de ações necessárias para participar da assembleia geral	1.000
Número de ações necessárias para votar a distância	1

B.7. Indique se foi estabelecido que determinadas decisões, diferentes das estabelecidas por Lei, que implicam uma aquisição, alienação, a transferência para outra sociedade de ativos essenciais ou outras operações corporativas similares, devem ser submetidas à aprovação da assembleia geral de acionistas:

Sim
 Não

B.8. Indique o endereço e o modo de acesso ao site da sociedade para obter informações sobre governança corporativa e outras informações sobre as assembleias gerais a serem disponibilizadas para os acionistas por meio do site da Sociedade:

O acesso é o seguinte: www.mapfre.com Seção
Acionistas e Investidores.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

C. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

C.1. Conselho de administração

C.1.1 Número máximo e mínimo de conselheiros previstos nos estatutos sociais e o número estabelecido pela assembleia geral:

Número máximo de conselheiros	20
Número mínimo de conselheiros	5
Número de conselheiros estabelecido pela assembleia	15

C.1.2 Preencha o seguinte campo com os membros do conselho:

Nome ou razão social do conselheiro	Representante	Categoria do conselheiro	Cargo no conselho	Data da primeira nomeação	Data da última nomeação	Processo de eleição
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS		Executivo	PRESIDENTE	29/12/2006	9/03/2018	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
IGNACIO BAEZA GÓMEZ		Executivo	VICE-PRESIDENTE 1º	8/03/2008	13/03/2020	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS		Independente	VICE-PRESIDENTE 2º	30/10/2013	9/03/2018	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ		Executivo	VICE-PRESIDENTE 3º	18/07/2018	8/03/2019	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU		Independente	CONSELHEIRO	9/02/2016	13/03/2020	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ		Independente	CONSELHEIRO	26/07/2016	12/03/2021	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Nome ou razão social do conselheiro	Representante	Categoria do conselheiro	Cargo no conselho	Data da primeira nomeação	Data da última nomeação	Processo de eleição
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA		Independente	CONSELHEIRO	23/07/2015	13/03/2020	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA		Independente	CONSELHEIRO	26/09/2019	13/03/2020	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ANTONIO GÓMEZ CIRIA		Independente	CONSELHEIRO	1/01/2019	8/03/2019	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ		Proprietário	CONSELHEIRO	17/04/1999	8/03/2019	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES		Executivo	CONSELHEIRO	10/03/2017	12/03/2021	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
FERNANDO MATA VERDEJO		Executivo	CONSELHEIRO	1/01/2017	12/03/2021	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO		Proprietário	CONSELHEIRO	17/04/1999	8/03/2019	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS		Independente	CONSELHEIRO	1/01/2018	9/03/2018	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
ALFONSO REBUELTA BADÍAS		Proprietário	CONSELHEIRO	17/04/1999	8/03/2019	ACORDO ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
Número total de conselheiros			15			



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Indique as destituições que, seja por demissão ou por acordo com a assembleia geral, tenham ocorrido no conselho de administração durante o período das informações:

Nome ou razão social do conselheiro	Categoria do conselheiro no momento da destituição	Data da última nomeação	Data de saída	Comissões especializadas das quais era membro	Indique se a destituição ocorreu antes do fim do mandato
Sem dados					

C.1.3 Preencha os seguintes campos relativos aos membros do conselho e sua diferente categoria:

CONSELHEIROS EXECUTIVOS		
Nome ou razão social do conselheiro	Cargo no organograma da sociedade	Perfil
FERNANDO MATA VERDEJO	DIRETOR GERAL FINANCEIRO	Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade Autônoma de Madri. Grande parte da sua carreira profissional foi realizada na MAPFRE, tendo ocupado diferentes cargos executivos de alto escalão desde a sua entrada. É Diretor Geral da Área Corporativa de Finanças e Meios desde 2017. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10 e C.1.11.
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	TERCEIRO VICE-PRESIDENTE	Formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri e com especialização em Diretoria Executiva pelo IESE. Grande parte da sua carreira profissional foi realizada na MAPFRE, tendo ocupado diferentes cargos executivos de alto escalão desde a sua entrada. É CEO da Ibéria desde 2015. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10 e C.1.11.
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Complutense de Madri. Grande parte da sua carreira profissional foi realizada na MAPFRE, tendo ocupado diferentes cargos executivos de alto escalão desde a sua entrada. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10, C.1.11 e C.2.1.
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE SUPORTE PARA NEGÓCIOS	Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Múrcia, com especialização em Geriatria por essa universidade e em Nutrição pela Universidade de Granada, além de Mestrado em Administração de Empresas pela IDAE. Ocupou diferentes cargos executivos na MAPFRE desde sua entrada. É Diretor Geral da Área Corporativa de Suporte para Negócios desde 2015. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver a seção C.1.10.
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE	Formado em direito pela Universidade de Salamanca. Ocupou, entre outros, os cargos de presidente e CEO da MAPFRE FLORIDA e MAPFRE PORTO RICO, diretor Geral da MAPFRE MUTUALIDAD, presidente da MAPFRE ESPAÑA e terceiro vice-presidente da MAPFRE. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10, C.1.11 e C.2.1.


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Número total de conselheiros executivos	5
% sobre o total do conselho	33,33

CONSELHEIROS PROPRIETÁRIOS EXTERNOS		
Nome ou razão social do conselheiro	Nome ou denominação do acionista significativo a quem representa ou de quem propôs sua nomeação	Perfil
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Politécnica de Madri e MBA pelo Instituto de Empresa de Madri. Deputy Risk Manager na Fiat Financiera de 1986 a 2005. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10, C.1.11 e C.2.1.
ALFONSO REBUelta BADIÁS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade de Comillas e MBA pela Columbia University (Nova York). Foi vice-presidente da JP Morgan, vice-presidente do Citibank até 1991, sócio da Heidrick & Struggles e consultor da Asset Executive. Desde 2004, é sócio da Signium International. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10, C.1.11 e C.2.1.
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri, representante oficial para propriedade industrial e intelectual na Espanha e Representante Europeu de Patentes. Foi sócio e membro do conselho de administração da Elizaburu, S.L.P. até 2016 e é membro da Associação Internacional de Proteção à Propriedade Industrial. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.

Número total de conselheiros proprietários	3
% sobre o total do conselho	20,00

CONSELHEIROS INDEPENDENTES EXTERNOS	
Nome ou razão social do conselheiro	Perfil
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	Formada em Matemática pela Universidade Autônoma de Madri. Foi, entre outros, Presidente não executiva do Conselho de Administração da Siemens Gamesa, Presidente e CEO da Siemens Espanha e membro do Conselho de Administração da Tubacex, S.A. É Presidente não executiva da Exolum e membro dos Conselhos de Administração do Sener Grupo Ingeniería, S.A. e da EDP Renováveis, S.A. Para maiores informações sobre os cargos que ocupa na data deste relatório, ver as seções C.1.10, C.1.11 e C.2.1.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Conselheiros independentes externos	
Nome ou razão social do conselheiro	Perfil
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	Formada em Direito pela Universidade Autônoma de Madri e doutora em Direito pela Universidade Carlos III de Madri. É professora titular de Direito Comercial na Universidade Carlos III de Madri. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	Licenciada e doutora em ciências econômicas e empresariais pela Universidade de Oviedo. Membro do Comitê Consultivo de Corporate Reporting da Autoridade Europeia de Valores, Diretora Geral da CUNEF e Vogal do Patronato da Fundação Banco de Sabadell. Também é professora titular de economia financeira na Universidade de Oviedo e professora de finanças na CUNEF. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	Formado em Ciências Econômicas e Empresariais e Ciências Matemáticas pela Universidade Complutense de Madri e MBA Executivo pelo IESE. Entre outros, ele é membro do Conselho de Administração da Red Eléctrica Corporación, S.A. e Presidente de seu Comitê de Auditoria, membro do Conselho de Administração da Hispasat e membro de seus Comitês de Auditoria e Nomeações e Retribuições e membro do Conselho Consultivo de Peritos em Contabilidade e Informação Financeira do Conselho Geral da Associação de Economistas. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10, C.1.11 e C.2.1.
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	Formada em direito. Advogada do Estado em licença de ausência. Ela é membro do Conselho de Administração da Actividades de Construcción y Servicios, S.A., Presidente de seu Comitê de Nomeações e membro de seu Comitê de Auditoria. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10, C.1.11 e C.2.1.
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	Formado em administração de empresas pela Escola Superior de Administração e Direção de Empresas de Barcelona. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	Formada em engenharia de produto e MBA em administração de empresas. É diretora do Centro de Pesquisa Estratégica da INSPER e sócia da Prada Assessoria. Para mais informações sobre os cargos que ocupa na data do presente relatório, ver as seções C.1.10 e C.1.11.

Número total de conselheiros independentes	7
% sobre o total do conselho	46,67


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Indique se algum conselheiro qualificado como independente recebe da sociedade, ou de seu mesmo grupo, qualquer quantia ou benefício relativo a um conceito diferente da remuneração de conselheiro, ou se mantém ou manteve, durante o último exercício, uma relação comercial com a sociedade ou com qualquer sociedade do seu grupo, seja em nome próprio ou como acionista significativo, conselheiro ou diretor executivo de uma entidade que mantenha ou tenha mantido essa relação.

Se for o caso, deve-se incluir uma declaração motivada do conselho sobre as razões pelas quais considera que esse conselheiro é capaz de desempenhar suas funções como conselheiro independente.

Nome ou razão social do conselheiro	Descrição da relação	Declaração motivada
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	A conselheira independente Rosa María García García é vogal do Conselho Assessor de Tecnologia, Inovação e Transformação da MAPFRE, cargo que ocupa desde sua nomeação em 25 de setembro de 2020 e pelo qual recebe uma dieta por assistência de 5.000 euros por reunião. O montante acumulado no exercício de 2021 totaliza a soma de 20.000 euros	A Sociedade considera que as funções de Rosa María García García como vogal do Conselho Consultivo de Tecnologia, Inovação e Transformação da MAPFRE, não acarretam nenhuma incompatibilidade ou de qualquer forma afetam a independência da conselheira, dado que: (i) a remuneração recebida não pode ser considerada como significativa; e (ii) não implica uma dedicação que possa afetar materialmente suas funções como conselheira independente da Sociedade.

OUTROS CONSELHEIROS EXTERNOS

Os outros conselheiros externos serão identificados e serão detalhados os motivos pelos quais não podem ser considerados proprietários ou independentes e seus vínculos, sejam eles com a sociedade, seus diretores ou seus acionistas:

Nome ou razão social do conselheiro	Motivos	Sociedade, diretor ou acionista com o qual mantém o vínculo	Perfil
Sem dados			

Número total de outros conselheiros externos	N.A.
% sobre o total do conselho	N.A.

Indique as variações, dependendo do caso, produzidas durante o período na categoria de cada conselheiro:

Nome ou razão social do conselheiro	Data da alteração	Categoria anterior	Categoria atual
Sem dados			



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

C.1.4 Preencha a tabela a seguir com as informações relativas ao número de conselheiras ao fechamento dos últimos quatro exercícios, e também seu nível hierárquico:

	Número de conselheiras				% sobre o total de conselheiros de cada nível hierárquico			
	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2019	Exercício de 2018	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Executivas					0,00	0,00	0,00	0,00
Proprietárias					0,00	0,00	0,00	0,00
Independentes	5	5	5	4	71,43	71,43	71,43	66,67
Outras Externas					0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5	5	5	4	33,33	33,33	33,33	28,57

C.1.5 Indique se a sociedade possui políticas de diversidade em relação ao conselho de administração da empresa quanto a questões como idade, gênero, deficiência ou treinamento e experiência profissional. As entidades pequenas e médias, de acordo com a definição contida na Lei de Auditoria de Contas, deverão informar, no mínimo, a política que estabeleceram em relação à diversidade de gênero.

- Sim
- Não
- o Políticas parciais

Em caso afirmativo, descreva essas políticas de diversidade, os objetivos, as medidas e a maneira como foram aplicadas e seus resultados no exercício. Também devem ser indicadas as medidas específicas adotadas pelo conselho de administração e pelo comitê de nomeações e retribuições para obter uma presença equilibrada e diversificada de conselheiros.

Caso a sociedade não aplique uma política de diversidade, explique as razões pelas quais ela não aplica.

Descrição das políticas, objetivos, medidas e maneira em que foram aplicadas, bem como os resultados obtidos

Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE em 24 de junho de 2015, afirmam expressamente que o Conselho de Administração da MAPFRE desenvolverá um plano de cobertura de vagas para garantir a idoneidade dos candidatos às vagas, com base em suas competências e origens profissionais e geográficas, bem como uma presença suficiente de membros de ambos os sexos.

Além disso, estabelece que os órgãos competentes das sociedades do Grupo procurarão garantir a igualdade de oportunidade dos candidatos para as vagas que surgirem, independentemente do seu sexo, procurando obter uma presença efetiva de conselheiros de ambos os sexos.

Assim mesmo, a MAPFRE estabeleceu uma Política de Seleção de Conselheiras que indica que o processo de seleção de candidatos favorecerá a diversidade de conhecimentos, experiência, idade e gênero, e que se esforçará para assegurar que o número de conselheiras represente pelo menos trinta por cento e, ao final de 2022, pelo menos quarenta por cento do número total de membros do Conselho de Administração. Desde a nomeação, em 2019, de Rosa Maria García García como conselheira independente, o percentual de representação de mulheres no Conselho de Administração é de 33%.

O Conselho de Administração é composto por 15 membros que, no seu conjunto, têm conhecimentos, qualificações e experiências nas seguintes áreas: seguros e mercados financeiros; estratégia empresarial e modelo empresarial; sistema de governança; análise financeira e atuarial; quadro normativo; auditoria/contabilidade; sustentabilidade; consultoria estratégica; jurídico/fiscal; tecnologia e transformação digital; indústria; saúde; recursos humanos; e docência e pesquisa. No exercício de 2020, o Comitê de Nomeações e Retribuições aprovou a matriz de competências do Conselho de Administração da MAPFRE, que define as competências e os conhecimentos de seus componentes.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Atualmente, cinco dos 15 membros do Conselho de Administração são mulheres, e a maioria participa de comitês específicos do Conselho e/ou tem um papel de destaque: i) Catalina Miñarro Brugarolas é a 2ª vice-presidente do Conselho de Administração e da Comissão Delegada, presidente do Comitê de Nomeações e Retribuições e conselheira coordenadora independente; ii) Ana Isabel Fernández Álvarez é presidente do Comitê de Auditoria e Conformidade e vogal do Comitê de Risco; iii) Rosa María García García é vogal do Comitê de Nomeações e Retribuições; e iv) María del Pilar Perales Viscasillas é vogal do Comitê de Auditoria e Conformidade e desde 1 de janeiro de 2022 vogal do Comitê de Riscos.

Por outro lado, a diversidade geográfica e a cultural também estão presentes no Conselho, uma vez que nele estão representadas duas nacionalidades: espanhola e brasileira.

- C.1.6 Explique as medidas que, conforme o caso, seriam aprovadas pela comissão de nomeações para que os procedimentos de seleção não contenham distorções implícitas que impeçam a seleção de conselheiras e para que a empresa busque deliberadamente e inclua entre os candidatos em potencial mulheres com o perfil profissional buscado e que permitam alcançar uma presença equilibrada de mulheres e homens. Indique também se, entre as medidas, está a de estimular que a empresa conte com um número significativo de diretoras executivas:

Explicação das medidas

O Comitê de Nomeações e Retribuições zela para que o processo de seleção dos candidatos favoreça a diversidade de conhecimentos, experiência, idade e gênero.

Em especial, para promover a igualdade entre homens e mulheres na composição do Conselho de Administração tentará fazer com que antes do final de 2022, o número de conselheiras represente, pelo menos, quarenta por cento do total de membros do Conselho de Administração.

Para o triênio 2019- 2021, a MAPFRE se comprometeu publicamente a trabalhar para que, em 2021, pelo menos 45% das vagas anuais em postos de responsabilidade sejam preenchidas por mulheres. Em 2021, esta taxa era de 49,1% e a percentagem de mulheres em postos de administração era de 31,3%.

Se, apesar das medidas adotadas em cada caso, o número de conselheiras ou diretoras executivas for escasso ou nulo, explique o motivo:

Explicação dos motivos

Não corresponde.

- C.1.7 Explicar as conclusões da comissão de nomeações a respeito da verificação do cumprimento da política destinada a favorecer uma composição adequada do Conselho de Administração.

A Política de Seleção de Conselheiros da MAPFRE tem como objetivo garantir que as propostas de nomeação e reeleição de conselheiros sejam baseadas em uma análise prévia das necessidades do Conselho de Administração e no favorecimento da diversidade de conhecimentos, experiências, idade e gênero.

Ao longo do ano, o Comitê de Nomeação e Retribuições tem analisado continuamente a estrutura, tamanho e composição do Conselho, sua Matriz de Competência e os princípios e objetivos estabelecidos na Política de Seleção de Conselheiros, conforme descrito nas seções C.1.5 e C.1.6 acima, tudo de acordo com as necessidades da sociedade, requisitos regulamentares e melhores práticas de governança corporativa.

Em particular, o Comitê de Nomeações e Retribuições verificou o cumprimento da Política de Seleção de Conselheiros durante o exercício de 2021, por ocasião da preparação das propostas de reeleição de Ana Isabel Fernández Álvarez, Francisco José Marco Orenes e Fernando Mata Verdejo. No exercício de 2021, nenhum conselheiro foi removido e, portanto, nenhuma nova nomeação foi proposta.

Além disso, no exercício de 2020, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, a política de seleção do conselheiro foi alterada de modo a incluir expressamente o compromisso de que o número de conselheiros represente, pelo menos, 30% e seja aumentado em pelo menos 40% do total de membros do Conselho de Administração até o fim de 2022.

Conforme indicado na seção C.1.6, com a nomeação de Rosa María García García como conselheira independente, em 2019, foi alcançado o objetivo estabelecido na política mencionada de promover que, em 2020, o número de mulheres conselheiras represente pelo menos trinta



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

por cento do total dos membros do Conselho de Administração. De acordo com o estabelecido na nova Política de Seleção de Conselheiros, essa participação será mantida ou aumentada, dependendo da idoneidade dos candidatos propostos.

C.1.8 Explique, se for o caso, as razões pelas quais foram nomeados conselheiros proprietários a pedido de acionistas com participação acionária inferior a 3% do capital:

Nome ou razão social do acionista	Justificação
Sem dados	

Indique se não foram atendidas solicitações formais de presença no conselho procedentes de acionistas cuja participação acionária é igual ou superior à de outros a cuja instância tenham sido designados conselheiros proprietários. Se for o caso, explique as razões pelas quais não foram atendidas:

- Sim
- Não

C.1.9 Indique, se houver, os poderes e as atribuições delegadas pelo conselho de administração, incluindo os relativos à possibilidade de emitir ou recomprar ações, em conselheiros ou em comissões do conselho:

Nome ou razão social do conselheiro ou comissão	Breve descrição
COMISSÃO DELEGADA	A Comissão Delegada é o órgão delegado do Conselho de Administração para a diretoria executiva e supervisão permanente da administração ordinária da Sociedade e suas subsidiárias em seus aspectos estratégicos e operacionais e para a adoção das decisões necessárias ao seu bom funcionamento. Essa Comissão tem a capacidade de tomar decisões de âmbito geral, com delegação expressa em seu favor de todos os poderes que correspondem ao Conselho de Administração, exceto aquelas que não são delegáveis por lei, estatuto ou regulamento do conselho de administração. A Comissão também pode delegar a qualquer um de seus membros os poderes necessários para a adoção final de decisões discutidas anteriormente pela Comissão e para a execução dos acordos que adotar.

C.1.10 Identifique, se for o caso, os membros do conselho que assumem cargos de administradores, representantes de administradores ou diretores em outras empresas do grupo da sociedade cotada:

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	PRESIDENTE	NÃO
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRESIDENTE	NÃO
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.U.	ADMINISTRADOR	NÃO
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRA	NÃO
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE - CONSELHEIRO DELEGADO	SIM
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRESIDENTE	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	ADMINISTRADOR	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	VERTI MEDIACION SOCIEDAD DE AGENCIA DE SEGUROS VINCULADA, S.L.	ADMINISTRADOR	NÃO
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	NÃO
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.U.	CONSELHEIRA	NÃO



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.	VICE-PRESIDENTA	NÃO
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A	CONSELHEIRA	NÃO
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRA	NÃO
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	NÃO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	NÃO
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.U.	PRESIDENTE	NÃO
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.U.	ADMINISTRADOR	NÃO


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE INMUEBLES SGA, S.A.	ADMINISTRADOR	NÃO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	NÃO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	VICE-PRESIDENTA	NÃO
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.U.	CONSELHEIRA	NÃO
ALFONSO REBUelta BADÍAS	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.U.	VICE-PRESIDENTE	NÃO
ALFONSO REBUelta BADÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	NÃO
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE SEGUROS GERAIS	PRESIDENTE	NÃO
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	FUNESPAÑA, S.A.	PRESIDENTE	NÃO

C.1.11 Detalhe os cargos de conselheiro, administrador ou diretor, ou representante deles, desempenhados pelos conselheiros ou representantes de conselheiros membros do conselho de administração da sociedade em outras entidades, sejam ou não sociedades cotadas:

Identificação do conselheiro ou representante	Razão social da entidade cotada ou não	Cargo
FERNANDO MATA VERDEJO	CARTERA MAPFRE, S.L.U.	CONSELHEIRO
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	COMPAÑÍA LOGÍSTICA DE HIDROCARBUROS CLH, S.A. (EXOLUM)	PRESIDENTE
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	SENER GRUPO DE INGENIERÍA, S.A.	CONSELHEIRO
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	EDP RENOVAVEIS, S.A.	CONSELHEIRO



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Identificação do conselheiro ou representante	Razão social da entidade cotada ou não	Cargo
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	CARTERA MAPFRE, S.L.U.	CONSELHEIRO
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	NIJINSKY, S.L.	CONSELHEIRO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN, S.A.	CONSELHEIRO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	HISPASAT, S.A.	CONSELHEIRO
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	ACS, ACTIVIDADES DE CONSTRUCCIÓN Y SERVICIOS, S.A	CONSELHEIRO
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	CARTERA MAPFRE, S.L.U.	CONSELHEIRO
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L.U.	PRESIDENTE
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	EMBRAER S.A.	CONSELHEIRO
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	LOCALIZA RENT A CAR S.A.	CONSELHEIRO
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	MOBLY S.A.	CONSELHEIRO
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	TOTVS S.A.	CONSELHEIRO

Os cargos de conselheiro de Catalina Miñarro Brugarolas, Rosa María García García, María Leticia de Freitas Costa e Antonio Gómez Ciria são remunerados.

Indicar, se for o caso, quaisquer outras atividades remuneradas dos conselheiros ou representantes dos conselheiros, qualquer que seja sua natureza, além daquelas indicadas na tabela acima.

Identificação do conselheiro ou representante	Outras atividades retribuídas
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	Membro do Conselho Assessor da Feria de IFEMA Vida Silver, professora na universidade Online de la Rioja UNIR e membro do Conselho Assessor de Arcus Infrastructure
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	Árbitro nacional e internacional membro do painel de árbitros de diversas cortes de arbitragem na Espanha e outros países, e Catedrática em Direito Comercial na Universidade Carlos III
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	Diretora Geral de CUNEF
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	Professor no IEB-Instituto de Estudos Bursáteis
ALFONSO REBUelta BADÍAS	Sócio de Signium International
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	Sócia de Prada Assessoria e de SLP Consultoria e Treinamento


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

C.1.12 Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras sobre o número máximo de conselhos da sociedade dos quais seus conselheiros podem fazer parte, identificando, quando apropriado, onde é regulamentado:

[] Sim
[] Não

Explicação das regras e identificação do documento que as regulamentam

De acordo com o artigo 4 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, nenhum conselheiro poderá ser membro, ao mesmo tempo, de mais de cinco Conselhos de Administração de entidades não pertencentes ao Grupo, exceto das sociedades pessoais ou familiares.

C.1.13 Indique os montantes dos conceitos relacionados à remuneração global do conselho de administração a seguir:

Remuneração acumulada no exercício a favor do conselho de administração (milhares de euros)	16.305
Montante de fundos acumulados pelos atuais conselheiros através de esquemas de poupança de longo prazo com direitos econômicos adquiridos (milhares de euros)	22.536
Montante de fundos acumulados pelos atuais conselheiros através de sistemas de poupança de longo prazo com direitos econômicos não consolidados (milhares de euros)	14.394
Montante de fundos acumulados pelos conselheiros antigos através de sistemas de poupança de longo prazo (milhares de euros)	

C.1.14 Identifique os membros da diretoria executiva que não forem conselheiros executivos e indique a remuneração total paga a eles durante o exercício:

Nome ou razão social	Cargo(s)
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	SECRETÁRIO GERAL - DIRETOR GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
MARÍA LUISA GORDILLO GUTIÉRREZ	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE AUDITORIA INTERNA
JOSÉ LUÍS JIMÉNEZ GUAJARDO-FAJARDO	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE INVESTIMENTOS
EVA PIERA ROJO	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÃO
MARÍA ELENA SANZ ISLA	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO
JOSÉ LUIS GURTUBAY FRANCIA	DIRETOR GERAL ADJUNTO DA ÁREA CORPORATIVA DE ESTRATÉGIA E M&A
JOSÉ ANTONIO ARIAS BERMÚDEZ	DIRETOR GERAL ADJUNTO DA ÁREA DE OPERAÇÕES E CHIEF INNOVATION OFFICER
ALFREDO CASTELO MARÍN	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE NEGÓCIOS E CLIENTES
VANESSA ESCRIVÁ GARCÍA	DIRETORA GERAL ADJUNTA DA ÁREA CORPORATIVA DE TECNOLOGIA E PROCESSOS
Número de mulheres na diretoria executiva	
	4



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Porcentagem sobre o total de membros da diretoria executiva	44,44
Remuneração total da diretoria executiva (em milhares de euros)	5.991

C.1.15 Indique se houve alguma mudança no regulamento do conselho durante o exercício:

- Sim
- Não

C.1.16 Indique os procedimentos de seleção, nomeação, reeleição e remoção dos conselheiros. Detalhe os órgãos competentes, os trâmites a serem seguidos e os critérios a serem empregados em cada procedimento.

As pessoas às quais for oferecido o cargo de conselheiro da MAPFRE S.A. ou de uma sociedade filial deverão fazer uma Declaração Prévia, veraz e completa de suas circunstâncias pessoais, familiares, profissionais ou empresariais pertinentes, indicando, principalmente: (i) as pessoas ou entidades que tiverem, em relação a si, a condição de pessoas vinculadas, conforme previsto na legislação vigente; (ii) circunstâncias que puderem implicar causa de incompatibilidade conforme as leis, os Estatutos Sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, ou uma situação de conflito de interesses; (iii) suas demais obrigações profissionais, caso possa interferir na dedicação exigida pelo cargo; (iv) causas penais nas quais aparecer como réu ou processado; e (v) qualquer outro fato ou situação que lhe afete e que possa ser relevante para sua atuação como Conselheiro. Essa declaração será efetuada de acordo com os modelos estabelecidos pela MAPFRE para esse efeito e incluirá uma aceitação expressa das normas contidas nos Estatutos Sociais e demais regulamentação interna, bem como na legislação vigente.

As pessoas que desempenharem o cargo de conselheiro devem ter integridade reconhecida em sua atividade profissional e comercial, bem como a qualificação ou experiências profissionais necessárias, nos termos exigidos pelas leis para instituições financeiras ou seguradoras, sujeitas à supervisão pela Administração Pública.

Especialmente, não pode ser membro do Conselho de Administração quem tiver participações acionárias significativas ou prestar serviços profissionais a empresas concorrentes da Sociedade ou de qualquer entidade do Grupo, nem for funcionário, executivo ou administrador destas, a menos que obtenha autorização expressa do Conselho de Administração.

- A formulação das propostas de nomeação ou reeleição de Conselheiros Independentes deverá ser precedida de uma proposta correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições. As propostas de reeleição dos referidos conselheiros deverão incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tenham desempenhado no seio do Conselho, levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.

- A formulação das propostas de nomeação ou reeleição pelo Conselho de Administração deverá ser precedida:

- a) No caso dos Conselheiros Proprietários, da oportuna proposta do acionista que respalde sua designação ou reeleição.
- b) No caso de Conselheiros Executivos, bem como do Secretário, seja ou não Conselheiro, da oportuna proposta do Presidente do Conselho de Administração.

Além disso, ambos os tipos de propostas deverão ser precedidos do relatório correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições.

- As propostas de reeleição dos Conselheiros Proprietários e Executivos deverão ser precedidas de um relatório emitido pelo Comitê de Nomeações e Retribuições, que deverá incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tiverem desempenhado dentro do Conselho, levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.

De qualquer forma, a formulação de candidaturas para a nomeação e a reeleição de Conselheiros deverá estar acompanhada de um relatório justificativo do Conselho no qual a competência, experiência e méritos do candidato sejam avaliados.

O Conselho de Administração não proporá à Assembleia Geral a destituição de nenhum conselheiro independente antes do cumprimento do prazo para o qual houver sido escolhido, a menos que exista uma causa que justifique isso aprovada pelo Conselho de Administração com relatório prévio do Comitê de Nomeações e Retribuições. Particularmente, a rescisão proposta será considerada justificada quando o Conselheiro tiver violado os deveres inerentes ao cargo, deixado de cumprir qualquer um dos requisitos estabelecidos para os Conselheiros Independentes ou tiver incorrido em um conflito insuperável de interesse conforme o estabelecido na legislação vigente.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

C.1.17 Explique em que medida a avaliação anual do conselho levou a grandes mudanças na sua organização interna e nos procedimentos aplicáveis às suas atividades:

Descrição de modificações

No exercício de 2021, o Conselho de Administração realizou uma avaliação da qualidade do seu trabalho e do funcionamento de sua Comissão e de seus Comitês Delegados sem a assessoria de uma consultoria externa (a avaliação do exercício 2019 foi realizada com o auxílio de Deloitte Legal S.L.P.).

A autoavaliação anual do Conselho de Administração dedicou especial atenção aos aspectos fundamentais sobre os quais os conselheiros manifestaram interesse em avaliações anteriores. Em especial, foram analisados os seguintes aspectos: composição e estrutura do Conselho de Administração e de seus órgãos delegados, e o funcionamento das reuniões.

O resultado do processo de autoavaliação em 2021 foi muito positivo, e as seguintes sugestões foram feitas, que serão levadas em conta no preenchimento de vagas futuras:

- Organizar de forma ordenada a substituição de conselheiros que, devido à idade, terão que deixar o Conselho nos próximos anos, avaliando a possibilidade de incorporar os novos perfis com conhecimento profundo de alguns dos mercados nos quais a MAPFRE considera que pode ter grande crescimento.
- Continuar trabalhando na incorporação de mulheres no Conselho de Administração a fim de atingir o objetivo de que a porcentagem de mulheres conselheiras represente pelo menos quarenta por cento do número total de membros até o final de 2022.

Descreva o processo de avaliação e as áreas avaliadas pelo conselho de administração com a ajuda, quando for o caso, de um consultor externo, sobre a operação e composição do conselho e de suas comissões e qualquer outra área ou aspecto que tenham passado por avaliação.

Descrição do processo de avaliação e áreas avaliadas

De acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o Conselho realiza, a cada ano, uma avaliação da qualidade do seu trabalho, da atuação do Presidente, baseada no relatório formulado pelo Comitê de Nomeações e Retribuições para este fim, e do funcionamento da sua Comissão e dos Comitês Delegados e propõe, se for o caso, um plano de ação para a correção das falhas detectadas.

A Comissão Delegada e os Comitês de Auditoria e Conformidade, e o Comitê de Nomeações e Retribuições formularam seus respectivos relatórios de autoavaliação referentes à sua composição e seu funcionamento durante o exercício de 2022. No primeiro trimestre do exercício de 2022, o Comitê de Riscos formulará seu relatório de autoavaliação sobre sua composição e funcionamento durante o exercício de 2021.

Do mesmo modo, o Conselho de Administração realizará a avaliação de sua composição e funcionamento durante o exercício de 2021, assim como de sua Comissão e Comitês Delegados sobre a base dos relatórios anteriores.

C.1.18 Faça uma análise detalhada, nos exercícios em que a avaliação teve o auxílio de um consultor externo, das relações comerciais que o consultor ou qualquer sociedade em seu grupo mantém com a empresa ou qualquer empresa em seu grupo.

Não corresponde.

C.1.19 Indique as circunstâncias nas quais os conselheiros devem ser demitidos.

Conforme estabelecido nos Estatutos Sociais, no Regulamento do Conselho de Administração e nos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, todos os membros do Conselho de Administração cessarão aos 70 anos, sendo que, para isso, deverão apresentar o pedido de demissão correspondente. O Presidente, os Vice-Presidentes e os Conselheiros que exercem funções executivas e o Secretário do Conselho deverão aposentar-se desses cargos aos 65 anos de idade, ou na data anterior prevista em seus respectivos contratos, devendo ser tramitadas as renúncias correspondentes, mas poderão continuar a ser membros do Conselho sem funções executivas por um máximo de cinco anos, sob as mesmas condições que os conselheiros externos proprietários.

Os Conselheiros deverão colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, incluindo os que desempenharem na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes se o Conselho de Administração julgar conveniente, nos seguintes casos:



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- a) Quando forem removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.
- b) Se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.
- c) Se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.
- d) Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.
- e) Se forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Entidade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.
- f) Se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

A disponibilização desses cargos será formalizada por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração. Os Conselheiros que, no momento de sua nomeação, não desempenharem cargos ou funções executivas na Sociedade, ou em outra entidade do Grupo, não poderão desempenhá-las, a não ser que renunciem previamente ao seu cargo de Conselheiro, sem prejuízo de que, posteriormente, continuem sendo elegíveis para esse cargo.

Os Conselheiros Proprietários também deverão apresentar sua dimensão quando o acionista que os tiver designado vender sua participação acionária. Se um acionista reduzir sua participação acionária, os Conselheiros Proprietários designados por ele deverão resignar em número proporcional.

Os Conselheiros Independentes da MAPFRE também devem apresentar sua demissão quando estiverem no cargo por doze anos sem interrupção.

C.1.20 São necessárias maiorias qualificadas, diferentes das legais, para qualquer tipo de decisão?:

- Sim
- Não
- o

Se for o caso, descreva as diferenças.

C.1.21 Explique se existem requisitos específicos, diferentes dos referentes aos conselheiros, para ser nomeado presidente do conselho de administração:

- Sim
- Não

Descrição dos requisitos

Conforme o estabelecido no artigo 5 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o cargo de Presidente deve ser assumido por um Conselheiro Executivo, que terá a condição de responsável executivo máximo, sendo necessário para a sua designação o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

C.1.22 Indique se os estatutos ou os regulamentos do conselho estabelecem algum limite quanto à idade dos conselheiros:

- Sim
- Não

	Idade limite
Presidente	65
Conselheiro delegado	65
Conselheiro	70


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

C.1.23 Indique se os estatutos ou regulamentos do conselho estabelecem um mandato limitado ou outros requisitos mais rigorosos, além dos legalmente previstos para conselheiros independentes, além dos estabelecidos no regulamento:

- Sim
 Não

C.1.24 Indique se os estatutos ou o regulamento do conselho de administração estabelecem normas específicas para a delegação do voto no conselho de administração em favor de outros conselheiros, como fazê-lo e, em particular, o número máximo de delegações que um conselheiro pode ter, bem como se foi estabelecida alguma limitação em relação às categorias nas quais é possível delegar, independentemente das limitações impostas pela legislação. Se for o caso, descreva brevemente essas normas.

[Não existem regras específicas para a delegação de votos no Conselho de Administração.]

C.1.25 Indique o número de reuniões que o conselho de Administração realizou durante o exercício. Indique, também, todas as vezes que o conselho se reuniu sem a participação do seu presidente. No cálculo, serão consideradas como assistências as representações realizadas com instruções específicas.

Número de reuniões do conselho	11
Número de reuniões do conselho sem a presença do presidente	0

Indique o número de reuniões realizadas pelo conselheiro coordenador com os demais conselheiros, sem assistência ou representação de qualquer conselheiro executivo:

Número de reuniões	0
--------------------	---

Indique o número de reuniões que as diferentes comissões do conselho realizaram durante o exercício:

Número de reuniões da COMISSÃO DELEGADA	4
Número de reuniões do COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	11
Número de reuniões do COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES	5
Número de reuniões do COMITÊ DE RISCOS	7

[Independentemente das reuniões mencionadas, o Comitê de Nomeações e Retribuições adotou acordos por procedimento escrito, sem reunião, por meio das circulares de 9 de fevereiro e 5 de abril de 2021.]

C.1.26 Indique o número de reuniões que o conselho de Administração realizou durante o exercício com os dados sobre a assistência de seus membros:

Número de reuniões com assistência presencial de pelo menos 80% dos conselheiros	11
% de presença sobre o total de votos durante o exercício	100,00



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Número de reuniões com assistência presencial, ou representações realizadas com instruções específicas, de todos os conselheiros	11
% de votos emitidos com assistência presencial e representações realizadas com instruções específicas, sobre o total de votos durante o exercício	100,00

C.1.27 Indique se as contas anuais individuais e consolidadas apresentadas ao conselho para aprovação foram previamente certificadas:

Sim
 Não
 o

Identifique, se for o caso, quem certificou as contas anuais individuais e consolidadas da sociedade para aprovação por parte do conselho:

Nome	Cargo
FERNANDO MATA VERDEJO	DIRETOR GERAL FINANCEIRO
MARÍA LUISA GORDILLO GUTIÉRREZ	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE AUDITORIA INTERNA
JOSÉ MANUEL VALLEJO MANCHADO	DIRETOR GERAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

C.1.28 Explique, se for caso, os mecanismos estabelecidos pelo Conselho de Administração para que as contas anuais apresentadas na Assembleia Geral de Acionistas pelo Conselho de Administração sejam elaboradas em conformidade com as regras contábeis.

A entidade conta com as Áreas Corporativas de Finanças e Mídia, de Secretaria Geral e de Auditoria Interna, que supervisionam os vários aspectos das contas anuais, e com o Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE, constituído para esse fim como órgão delegado do Conselho e com poderes de supervisão da matéria em questão desde o exercício de 2000.

Nos termos do artigo 23 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, as Contas Anuais apresentadas ao Conselho de Administração para sua formulação serão previamente certificadas quanto à sua exatidão e integridade pelo Responsável Executivo Máximo da Sociedade, ou, se for caso, do grupo consolidado, do Diretor Geral de Auditoria Interna correspondente e do diretor responsável pela elaboração das contas.

Além disso, o artigo 25 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE estabelece que o Conselho de Administração sempre buscará formular as contas anuais de modo que não se originem ressalvas ou reservas por parte do Auditor Externo. Não obstante, se o Conselho considerar que deve manter seus critérios, o Presidente do Comitê de Auditoria e Conformidade explicará publicamente o conteúdo e o alcance das discrepâncias que tiverem originado essas ressalvas ou reservas.

C.1.29 O secretário do conselho tem a condição de conselheiro?

Sim
 Não
 o

Caso o secretário não tenha a condição de conselheiro, preencha o seguinte campo:

Nome ou denominação social do secretário	Representante
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

C.1.30 Indique os mecanismos concretos estabelecidos pela sociedade para preservar a independência dos auditores externos, bem como, se houver, os mecanismos para preservar a independência dos analistas financeiros, dos bancos de investimento e das agências de classificação, incluindo o modo de implementação das disposições legais na prática.

Além do estabelecido nas disposições legais, a Sociedade decidiu propor voluntariamente o cumprimento de uma série de diretrizes gerais que, de forma clara e precisa, zelem pela execução e manutenção da independência necessária dos auditores externos em relação a ela, como proposto no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, que estabelece os seguintes critérios nas relações com os auditores externos:

- As relações do Conselho de Administração com o Auditor Externo da Sociedade são conduzidas por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade.
- O Conselho de Administração abster-se-á de contratar aquelas empresas de auditoria que receberem ou vierem a receber anualmente honorários do Grupo cujo valor por todos os conceitos seja também superior a 5% da sua receita total anual; também informará na documentação pública anual os honorários globais que o Grupo tiver pagado ao Auditor Externo pelos diferentes serviços prestados.

Sem prejuízo das faculdades e funções do Comitê de Auditoria e Conformidade especificados nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração da entidade, este será informado, no mínimo semestralmente, sobre todos os serviços prestados pelo auditor externo e sobre seus correspondentes honorários.

Da mesma maneira, o Comitê de Auditoria e Conformidade avaliará anualmente o Auditor de Contas, o alcance da auditoria, assim como a independência do auditor externo, considerando se a qualidade dos controles de auditoria é adequada e os serviços prestados diferentes ao da Auditoria de Contas são compatíveis com a manutenção da independência do auditor.

Além disso, o Comitê de Auditoria e Conformidade verifica a independência do auditor externo em relação à Sociedade e suas sociedades independentes, recebendo dela a declaração de independência e emitindo o correspondente relatório sobre a independência do auditor.

De acordo com as disposições do Regulamento Interno de Conduta sobre os valores cotados emitidos pela MAPFRE, em que são detalhados os procedimentos para a divulgação de informações privilegiadas e outras informações relevantes, não são fornecidas informações aos analistas financeiros que não sejam públicas.

C.1.31 Indique se, durante o exercício, a sociedade mudou de auditor externo. Se for o caso, identifique o auditor de entrada e saída:

- Sim
 Não

Caso tenha havido discordâncias com o auditor de saída, explique seu conteúdo:

- Sim
 Não

C.1.32 Indique se a empresa de auditoria realiza outros trabalhos para a sociedade e/ou seu grupo diferentes dos de auditoria e, nesse caso, declare o montante dos honorários recebidos por esses trabalhos e a porcentagem que o montante anterior representa sobre os honorários cobrados por trabalhos de auditoria da sociedade e/ou seu grupo:

- Sim
 Não

	Sociedade	Sociedades do grupo	Total
Montante de outros trabalhos diferentes dos de auditoria (milhares de euros)	178	1.243	1.421



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

	Sociedade	Sociedades do grupo	Total
Montante de trabalhos diversos dos de auditoria/Montante de trabalhos de auditoria (em %)	30,79	19,31	20,25

C.1.33 Indique se o relatório de auditoria das contas anuais do exercício anterior apresenta ressalvas. Se houver, indique os motivos apresentados aos acionistas na Assembleia Geral pelo presidente da comissão de auditoria para explicar o conteúdo e o escopo dessas ressalvas.

- Sim
 Não

C.1.34 Indique o número de anos em que a empresa de auditoria atual realiza continuamente a auditoria das contas anuais individuais e/ou consolidadas da sociedade. Indique, também, a porcentagem que representa o número de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual sobre o número total de exercícios nos quais as contas anuais foram auditadas:

	Individuais	Consolidadas
Número de exercícios ininterruptos	7	7
	Individuais	Consolidadas
Número de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual/Número de exercícios que a sociedade ou seu grupo foram auditados (em%)	23,32	23,32

C.1.35 Indique e, se for o caso, detalhe se existe um procedimento para que os conselheiros possam contar com as informações necessárias para preparar as reuniões dos órgãos de administração com tempo suficiente:

- Sim
 Não

Detalhe do procedimento

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, a convocação incluirá sempre a ordem do dia, que será definida pelo Presidente, e será acompanhada das informações relativas aos assuntos a serem tratados, devidamente preparados.

A Ordem do Dia será divulgada com uma antecedência mínima de cinco dias para todos os membros e estipulará especificamente que pontos são informativos e quais requerem concordância do Conselho. A documentação será distribuída entre os membros com uma antecedência não inferior a três dias da data da realização da reunião, para sua devida análise e estudo pelos conselheiros.

O Presidente do Conselho de Administração, como responsável pela operação efetiva dele, tomará as medidas apropriadas para garantir que os Conselheiros recebam informações suficientes sobre os itens da ordem do dia antes da reunião.

Além disso, os conselheiros são investidos dos mais amplos poderes para obter informações sobre qualquer aspecto da Sociedade, examinar seus livros, registros, documentos e outros antecedentes das operações da sociedade. O referido direito de informação é estendido às entidades do Grupo na medida do necessário para permitir o desempenho efetivo de suas funções pelos conselheiros.

Este aspecto é objeto de análise específico por parte do Conselho de Administração da Sociedade na sua sessão anual de autoavaliação.


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

C.1.36 Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras que obriguem os conselheiros a informar e, se necessário, demitir quando houver situações que lhes dizem respeito, relacionadas ou não com sua atuação na própria Sociedade e que possam prejudicar sua credibilidade e sua reputação:

Sim
 Não

Explique as regras

Os Conselheiros devem colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, tanto o de conselheiro quanto os que desempenham na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes, se o Conselho julgar conveniente, nos seguintes casos:

- Quando removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.
- Se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.
- Se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.
- Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.
- Quando forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.
- Se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

C.1.37 Indique, salvo em circunstâncias especiais registradas em ata, se o conselho foi informado ou se teve conhecimento de qualquer situação que afete um conselheiro, relacionada ou não com a sua atuação na própria sociedade, que possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade:

Sim
 Não

C.1.38 Descreva os acordos significativos celebrados pela sociedade e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição, bem como seus efeitos.

Não existem acordos significativos que a sociedade tenha assinado e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição.

C.1.39 Identifique, individualmente, quando se referir aos conselheiros, e de forma agregada em todos os outros casos, e indique detalhadamente os acordos entre a sociedade e seus cargos de administração e direção ou os funcionários que dispõem sobre remuneração, cláusulas de garantia ou blindagem quando estes renunciarem ou são demitidos indevidamente ou se a relação contratual for rescindida por ocasião de uma oferta pública de aquisição de ações ou outras operações.

Número de beneficiários	0
Tipo de beneficiário	Descrição do acordo
N.A.	A duração dos contratos dos conselheiros executivos está vinculada à sua permanência no cargo de conselheiro, sendo destituído da função e o levantamento da suspensão da relação



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Tipo de beneficiário	Descrição do acordo
	antes da nomeação como tal. A dedicação dos conselheiros executivos deverá ser exclusiva, e não existem condições contratuais relativas a pactos ou acordos de não ocorrência pós-contratual e permanência. A resolução antecipada do relacionamento anterior implica remuneração nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão sem justa causa, a menos que exista causa justificada para a demissão. No caso de uma resolução antecipada por decisão da Sociedade, esta deverá notificar ao conselheiro a rescisão com uma data de antecedência de três (3) meses com relação à data da rescisão. Os contratos que regulam a relação prévia estabelecem a sua finalização no primeiro dia de janeiro do ano seguinte àquele que o conselheiro completar 60 anos, exceto se houver prorrogações anuais por iniciativa da empresa até, no máximo, a data em que o executivo completar 65 anos. Não existem cláusulas relativas a prêmios de contratação.

Indique se, além das premissas previstas na regulamentação, esses contratos devem ser comunicados e/ou aprovados pelos órgãos da sociedade ou de seu grupo. Caso devam ser comunicados, especifique os procedimentos, casos esperados e a natureza dos órgãos responsáveis por sua aprovação ou comunicação:

	Conselho de administração	Assembleia geral
Órgão que autoriza as cláusulas	✓	
	Sim	Não
A Assembleia Geral é informada sobre as cláusulas?		✓

C.2. Comissões do conselho de administração

C.2.1 Descreva todas as comissões do conselho de administração, seus membros e a proporção de conselheiros executivos, proprietários, independentes e outros internos que façam parte dele:

COMISSÃO DELEGADA		
Nome	Cargo	Categoria
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE	Executivo
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	VICE-PRESIDENTE	Executivo
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	VICE-PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Proprietário
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário
% de conselheiros executivos	33,33	
% de conselheiros proprietários	33,33	


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

% de conselheiros independentes	33,33
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções delegadas ou atribuídas por esta comissão, diferentes das descritas na seção C.1.9, e descreva os procedimentos e as regras de organização e funcionamento da comissão. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o exercício e como você exerceu, na prática, cada uma das funções atribuídas a você, seja por lei, estatutos sociais ou outros acordos societários.

É o órgão delegado pelo Conselho de Administração para exercer a diretoria executiva e o monitoramento permanente da gestão ordinária da Sociedade e de suas filiais em seus aspectos estratégicos e operacionais, e também para tomar as decisões necessárias para o seu bom funcionamento.

É capaz de tomar decisões de âmbito geral, com delegação expressa a seu favor de todas as competências atribuídas ao Conselho de Administração, exceto aquelas que forem indelegáveis por força de lei ou por disposição expressa nos Estatutos Sociais ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

Será composta por até dez membros, todos eles integrantes do Conselho de Administração. Seus Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes e Secretário serão, com caráter nato, os do referido Conselho. A designação dos seus membros requererá o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2021, a Comissão Delegada foi responsável, entre outros, por divulgar as informações econômicas da Sociedade e de seu Grupo, pela aprovação de operações societárias e corporativas do Grupo, por divulgar as relações com os órgãos oficiais e os principais assuntos contenciosos das entidades do Grupo e de conhecer as negociações da MAPFRE feitas pelos membros de órgãos do governo e da diretoria.

COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE		
Nome	Cargo	Categoria
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	VOGAL	Independente

% de conselheiros executivos	0,00
% de conselheiros proprietários	25,00
% de conselheiros independentes	75,00
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções, incluindo, quando apropriado, aquelas adicionais às previstas em lei, atribuídas a esta comissão, e descreva os procedimentos e regras para a organização e operação delas. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o exercício e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você, seja por lei, por estatutos ou outros acordos sociais.

O Comitê de Auditoria e Conformidade tem as seguintes competências:

- Informar a Assembleia Geral sobre as questões que se apresentarem relativas a assuntos sob incumbência do Comitê e, especificamente, sobre o resultado da auditoria, explicando como esta contribuiu para a integridade das informações financeiras e as funções desempenhadas pelo Comitê nesse processo.
- Supervisionar a eficácia dos controles internos da Sociedade, da auditoria interna e dos sistemas de controle e gestão de riscos financeiros, bem como discutir com o Auditor Externo os pontos fracos significativos do sistema de controle interno detectados durante a



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

auditoria, tudo isso sem lesar sua independência. Para isso, e se for o caso, poderá apresentar ao Conselho de Administração recomendações ou propostas e o prazo respectivo para o seu acompanhamento

c) Supervisionar o processo de preparação e apresentação das informações financeiras e não financeiras obrigatórias e apresentar recomendações ou propostas ao Conselho de Administração com o objetivo de salvaguardar sua integridade.

d) Encaminhar, ao Conselho de Administração, as propostas de seleção, nomeação, reeleição e substituição do Auditor Externo, responsabilizando-se pelo processo de seleção, em conformidade com o previsto na legislação em vigor, bem como as condições da sua contratação, e regularmente obter dele as informações sobre o plano de auditoria e sobre a sua execução, além de preservar sua independência no exercício das suas funções.

e) Estabelecer relações apropriadas com o Auditor Externo para receber informações sobre questões que possam comprometer sua independência, seu exame pelo Comitê e quaisquer outras informações relativas ao procedimento de realização da auditoria de contas, bem como, se for o caso, a autorização de serviços diferentes daqueles proibidos de acordo com os termos previstos na legislação em vigor sobre a auditoria de contas, sobre o regime de independência e outras comunicações previstas na legislação de auditoria de contas e nas normas de auditoria. Em todos os casos, o auditor externo deve receber anualmente a declaração de sua independência com relação à entidade ou entidades vinculadas a esta, direta ou indiretamente, bem como informações detalhadas e individualizadas dos serviços adicionais prestados de qualquer classe e os honorários correspondentes que o Auditor Externo ou pessoas ou entidades vinculadas a este tenham recebido dessas entidades, de acordo com o disposto na legislação em vigor sobre a auditoria de contas.

f) Emitir anualmente, antes da emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório para expressar opinião sobre o eventual comprometimento da independência do Auditor Externo. Esse relatório deverá conter, em todos os casos, a avaliação motivada da prestação de todos os serviços adicionais aos quais a letra anterior faz referência, considerados tanto individualmente quanto como um todo, diferentes dos da auditoria legal e relacionados ao regime de independência ou à norma que regulamenta as atividades de auditoria de contas.

g) Garantir que, na medida do possível, o Auditor Externo do Grupo assuma a responsabilidade das auditorias de todas as empresas que o compõem.

h) Zelar pela independência e pela eficácia da função da Auditoria Interna; propor seleção, nomeação, reeleição e demissão de seu máximo responsável, seu orçamento anual e o plano de trabalho anual da auditoria interna; receber informações periódicas sobre suas atividades e verificar se a Diretoria Executiva está levando em consideração as conclusões e as recomendações de seus relatórios.

i) Informar, em caráter prévio, o Conselho de Administração sobre todas as matérias previstas na lei, nos Estatutos Sociais e no Regulamento do Conselho de Administração.

j) Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita aos empregados e a outras pessoas relacionadas com a sociedade, como conselheiros, acionistas, fornecedores, contratantes ou subcontratantes, comunicar as irregularidades de potencial transcendência, incluindo as financeiras e contábeis, ou de qualquer outra natureza, relacionadas com a sociedade, para alertá-la ou seu Grupo. Este mecanismo deve garantir a confidencialidade e, em qualquer caso, prevenir casos em que as comunicações possam ser feitas anonimamente, respeitando os direitos do denunciante e do denunciado.

k) Assegurar, de modo geral, que as políticas e os sistemas estabelecidos em relação ao controle interno sejam aplicados de modo efetivo na prática.

l) Supervisionar a aplicação das normas de boa governança estabelecidas.

m) Supervisionar o cumprimento das normas internas e externas e, em particular, dos códigos internos de conduta, das normas e procedimentos de prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, bem como formular propostas para sua melhoria.

n) Supervisionar a adoção de ações e medidas resultantes de relatórios ou de ações de inspeção das autoridades administrativas de supervisão e controle.

n) Outras competências que lhe sejam solicitadas pelo Conselho de Administração ou atribuídas pelo Regulamento desse órgão. [A

INFORMAÇÃO DESTE PARÁGRAFO CONTINUA NO PARÁGRAFO H.1 DESTE RELATÓRIO]

Identifique os conselheiros membros da comissão de auditoria que foram nomeados, levando em consideração seu conhecimento e experiência em contabilidade, auditoria ou ambos, e informe sobre a data de nomeação do presidente dessa comissão no cargo.

Nomes dos conselheiros com experiência	ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ / JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU / DON ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO
--	--


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Data de nomeação do presidente em cargo	18/08/2019
---	------------

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES		
Nome	Cargo	Categoria
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Proprietário
ALFONSO REBUelta BADÍAS	VOGAL	Proprietário

% de conselheiros executivos	0,00
% de conselheiros proprietários	40,00
% de conselheiros independentes	60,00
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções, incluindo, quando apropriado, aquelas adicionais às previstas em lei, atribuídas a esta comissão, e descreva os procedimentos e regras para a organização e operação delas. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o exercício e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você, seja por lei, por estatutos ou outros acordos sociais.

O Comitê de Nomeações e Retribuições é o órgão do Conselho de Administração para o desenvolvimento coordenado da política de designação e retribuição dos Conselheiros e Diretores Executivos do Grupo.

Tem as seguintes competências:

- Avaliar as competências, conhecimentos e experiência necessários no Conselho de Administração, identificando as funções e habilidades exigidas aos candidatos para preencher cada vaga e avaliando o tempo e dedicação necessários para que eles possam desempenhar suas funções de forma eficaz.
- Estabelecer um objetivo de representação para o gênero sub-representado no Conselho de Administração e desenvolver orientação sobre como atingir este objetivo
- Encaminhar ao Conselho de Administração as propostas de nomeação de Conselheiros Independentes para que sejam designadas por cooptação ou apresentadas para decisão da Assembleia Geral, bem como as propostas para sua reeleição ou separação pela Assembleia e, informar, em tais casos, sobre as propostas que afetarem os demais Conselheiros.
- Informar as propostas de nomeação e separação de Altos Executivos e as condições básicas de seus contratos.
- Examinar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração e, se for o caso, formular propostas ao Conselho para que essa sucessão ocorra de maneira ordenada e planejada.
- Propor ao Conselho de Administração a política de retribuições dos Conselheiros e dos diretores gerais ou de quem desenvolver suas funções de diretoria executiva, dependendo diretamente do Conselho, da Comissão Delegada ou dos Diretores Executivos, bem como a retribuição individual e as demais condições dos contratos dos Conselheiros Executivos, zelando pela sua observância.
- Propor ao Conselho de Administração os candidatos para a nomeação dos Empregadores da FUNDACIÓN MAPFRE cuja designação cabe à Sociedade.
- Autorizar a nomeação dos Conselheiros Externos das outras sociedades do Grupo.

É composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu Presidente será um Conselheiro Independente. O Secretário será o do Conselho de Administração.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Durante o exercício de 2021, o Comitê de Nomeações e Retribuições foi responsável, entre outros, por informar as nomeações e destituições de conselheiros e executivos do Grupo, por informar a atuação do Presidente durante o exercício de 2020, por elevar/informar favoravelmente ao Conselho de Administração as propostas de reeleição dos conselheiros, por aprovar as remunerações salariais dos Altos Cargos de Diretoria para o exercício de 2021, por autorizar a concessão de compromissos por aposentadoria e por aprovar a concessão de contratos de diretoria e de propor ao Conselho de Administração os candidatos para a nomeação de Patronos da FUNDACIÓN MAPFRE.

Para mais informações, consulte o Relatório sobre a Composição e Funcionamento do Comitê no exercício de 2021, disponível no site da Sociedade, disponibilizado aos acionistas por ocasião da Assembleia Geral.

COMITÊ DE RISCOS

Nome	Cargo	Categoria
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	PRESIDENTE	Independente
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	VOGAL	Independente
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	VOGAL	Independente
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário

% de conselheiros executivos	0,00
% de conselheiros proprietários	25,00
% de conselheiros independentes	75,00
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções delegadas ou atribuídas por esta comissão, diferentes das descritas na seção C.1.9, e descreva os procedimentos e as regras de organização e funcionamento da comissão. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o exercício e como você exerceu, na prática, cada uma das funções atribuídas a você, seja por lei, estatutos sociais ou outros acordos societários.

É o órgão delegado do Conselho de Administração para apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e na avaliação das políticas de gestão de riscos e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

Tem as seguintes funções:

- a) Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos do Grupo e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.
- b) Assessorar o Conselho de Administração na vigilância da aplicação da estratégia de riscos.
- c) Conhecer e avaliar os métodos e ferramentas de gestão de riscos, fazendo o acompanhamento dos modelos aplicados quanto aos seus resultados e validação.

Será composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu presidente será um Conselheiro Independente. O Conselho de Administração designará um Secretário, cargo para o qual não será necessária a condição de Conselheiro. Auxiliará o Comitê, como convidado, o diretor executivo responsável pela supervisão da área de riscos do Grupo.

Durante o exercício de 2021, o Comitê de Riscos foi responsável, entre outros, pela revisão da posição de solvência da Sociedade e de suas filiais; pela revisão das políticas aprovadas pela Sociedade no âmbito da Solvência II; e pela determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

C.2.2 Complete o seguinte quadro com as informações relativas ao número de conselheiras que integraram as comissões do conselho de administração ao fechamento dos últimos quatro exercícios:

	Número de conselheiras							
	Exercício de 2021		Exercício de 2020		Exercício de 2019		Exercício de 2018	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
COMISSÃO DELEGADA	1	16,67	1	16,67	1	16,67	1	16,67
COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	2	50,00	2	50,00	2	50,00	2	50,00
COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES	2	40,00	2	40,00	1	25,00	1	25,00
COMITÊ DE RISCOS	1	25,00	1	25,00	1	25,00	1	25,00

C.2.3 Indique, se for o caso, a existência de regulamentação das comissões do conselho, o lugar em que estão disponíveis para consulta e as modificações que feitas durante o exercício. Por sua vez, será indicado se foi elaborado voluntariamente algum relatório anual sobre as atividades de cada comissão.

COMISSÃO DELEGADA

O regulamento da Comissão Delegada está incluído no estatuto (artigo 21) e no Regulamento do Conselho (artigos 9 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição da Comissão, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade: www.mapfre.com.

Não foram feitas alterações no regime operacional da Comissão Delegada.

A Comissão Delegada apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2021. **COMITÊ DE AUDITORIA E**

CONFORMIDADE

O regulamento do Comitê de Auditoria e Conformidade está incluído no estatuto (artigo 22) e no Regulamento do Conselho (artigos 10 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do Comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade: www.mapfre.com.

Não foram feitas alterações no regime operacional do Comitê de Auditoria e Conformidade.

O Comitê de Auditoria e Conformidade apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2021.

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES

O regulamento do Comitê de Nomeações e Retribuições está incluído no estatuto (artigo 23) e no Regulamento do Conselho (artigos 11 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade: www.mapfre.com.

Não foram feitas alterações no regime operacional do Comitê de Nomeações e Retribuições.

O Comitê de Nomeações e Retribuições apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2021.

COMITÊ DE RISCOS



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

O regulamento do Comitê de Riscos está incluído nos estatutos sociais (artigo 24) e no Regulamento do Conselho (artigos 12 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade: www.mapfre.com.

Não foram feitas alterações no regime operacional do Comitê de Riscos. Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2022 a alteração do Contrato Social a fim de atribuir a este comitê competências na área de sustentabilidade, para renomeá-lo como Comitê de Risco e Sustentabilidade.

Está previsto que o Comitê de Riscos apresente ao Conselho de Administração um relatório sobre seu funcionamento no exercício de 2021.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

D. OPERAÇÕES VINCULADAS E OPERAÇÕES INTRAGRUPU

- D.1. Explique, se aplicável, o procedimento e os órgãos competentes para a aprovação de operações entre partes relacionadas e intragrupo, indicando os critérios e regras internas gerais da entidade que regulamentam as obrigações de abstenção dos conselheiros ou acionistas afetados e detalhando os procedimentos internos de informação e de controle periódico estabelecidos pela sociedade em relação àquelas operações com partes relacionadas cuja aprovação foi delegada pelo conselho de administração.

O Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE e a Política para a Gestão de Conflitos de Interesses e Transações de Partes Relacionadas com Acionistas Significativos e Conselheiros regulam o procedimento a ser seguido em relação às operações de partes vinculadas.

Em sua reunião realizada em 9 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração decidiu alterar as regras acima mencionadas a fim de adaptar seu conteúdo à Lei 5/2021, de 12 de abril, que altera o texto revisado da Lei das Sociedades de Capital. A este respeito, foi decidido regulamentar (i) o regime aplicável às operações com partes vinculadas exclusivamente no Regulamento do Conselho de Administração; e (ii) o regime aplicável aos conflitos de interesse na Política de Administração de Conflitos de Interesses e Operações com Partes Vinculadas com Acionistas Significativos e Conselheiros, que será renomeada Política de Administração de Conflitos de Interesses com Altos Postos de Representação e Direção. A aprovação dessas modificações está condicionada à aprovação da modificação do Contrato Social a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas em 11 de março de 2022.

O novo Regulamento estabelece que o poder de aprovar operações de partes vinculadas cujo montante ou valor seja igual ou superior a 10% do total dos itens do ativo de acordo com o último balanço anual aprovado pela Sociedade é conferido na Assembleia Geral de Acionistas, sob proposta do Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem o poder de aprovar todas as outras operações de partes vinculadas. A aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas ou pelo Conselho de Administração de uma operação vinculada deve estar sujeita a um relatório prévio do Comitê de Auditoria e Conformidade.

Também está previsto que o Conselho de Administração pode delegar a aprovação, sem um relatório prévio do Comitê de Auditoria e Conformidade, das seguintes operações vinculadas:

- As realizadas entre sociedades do Grupo e que são realizadas dentro do escopo da gestão ordinária e em condições de mercado.
- Aquelas celebradas em virtude de contratos cujas condições padronizadas são aplicadas em massa a um grande número de clientes, são feitos a preços ou tarifas estabelecidos geralmente por quem atua como fornecedor do bem ou serviço em questão, e cujo montante não excede 0,5 por cento do faturamento líquido da Sociedade.

Em caso de delegação, o Conselho de Administração estabelecerá um procedimento interno de informação e controle periódico, no qual o Comitê de Auditoria e Conformidade estará envolvido, e que verificará a justiça e transparência de tais operações e, quando apropriado, o cumprimento dos critérios legais aplicáveis às exceções acima mencionadas.

Durante o exercício de 2021, o Conselho de Administração não delegou a aprovação de operações vinculadas.

Por outro lado, o objetivo da nova Política de Gestão de Conflitos de Interesses com Altos Postos de Representação e Direção é estabelecer e regular o regime e procedimento aplicável com relação às operações ou situações em que o interesse da MAPFRE ou de qualquer uma das sociedades de seu Grupo e o interesse pessoal das Pessoas Sujeitas direta ou indiretamente entrem em conflito.

Com relação às transações intragrupo sujeitas a conflitos de interesse, a referida Política estabelece que sua aprovação corresponde à Assembleia Geral de Acionistas da sociedade dependente quando o negócio ou operação em que consiste, por sua própria natureza, é legalmente reservado à competência deste órgão e, em qualquer caso, quando o montante ou valor da operação ou o montante total do conjunto de operações previstas em um acordo-quadro ou contrato exceder 10% do total dos ativos da sociedade. Em todos os outros casos, o órgão competente para aprovar a operação será o órgão de administração da sociedade dependente.

Também prevê que os órgãos de administração das sociedades do grupo possam delegar a aprovação de operações intragrupo em órgãos delegados ou em membros desses órgãos que façam parte de sua diretoria executiva, desde que estas sejam operações realizadas no curso normal dos negócios, que devem incluir aquelas resultantes da execução de um acordo ou contrato estrutural e concluídas em condições de plena concorrência. Em caso de delegação, o órgão de administração da sociedade do Grupo deverá implementar um procedimento interno para a avaliação periódica da conformidade com os requisitos acima.

Finalmente, de acordo com as disposições da Política e do Artigo 8 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, os conselheiros devem se abster de assistir e intervir nas deliberações e votações que os afetem pessoalmente e nos casos de conflito de interesses.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

D.2. Relacione individualmente as transações que são significativas devido ao seu valor ou relevantes devido ao seu objeto, realizadas entre a sociedade ou suas entidades dependentes e acionistas detentores de 10% ou mais dos direitos de voto ou representados no conselho de administração da sociedade, indicando qual órgão era competente para aprová-las e se algum acionista ou conselheiro afetado se absteve. Caso a assembleia tenha sido competente, indicar se a resolução proposta foi aprovada pelo conselho sem o voto contra da maioria dos conselheiros independentes:

Nome ou razão social do acionista ou de quaisquer de suas sociedades dependentes	% Participação	Nome ou razão social da sociedade ou entidade dependente	Montante (milhares de euros)	Órgão de aprovação	Identificação do acionista significativo ou conselheiro que se absteve	A proposta para a assembleia, se corresponder, foi aprovada pelo conselho sem o voto contrário da maioria de independentes
(1) CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	69,69	MAPFRE, S.A.	400.000	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Não corresponde	NÃO

Nome ou razão social do acionista ou de quaisquer de suas sociedades dependentes	Natureza da relação	Tipo de operação e outras informações necessárias para sua avaliação
(1) CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Contratual	Extensão da linha de crédito concedida pela CARTERA MAPFRE, S.L.U. à MAPFRE, S.A. para um novo ano, revisando também a taxa de juros para adaptá-la às condições atuais do mercado. A fim de avaliar se a transação foi justa e razoável, o Comitê de Auditoria e Conformidade levou em consideração o relatório elaborado pela Subdiretoria Geral de Mercado de Capitais e Tesouraria da MAPFRE, S.A.


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

D.3. Detalhe individualmente as operações significativas devido ao seu montante ou relevantes devido ao seu objeto, realizadas pela sociedade ou suas entidades dependentes com os administradores ou diretores da sociedade, incluindo as operações realizadas com entidades que o administrador ou diretor controla ou controla em conjunto, e indicando qual órgão era o órgão competente para sua aprovação e se algum acionista ou conselheiro afetado se absteve. Caso a assembleia tenha sido competente, indicar se a resolução proposta foi aprovada pelo conselho sem o voto contra da maioria dos conselheiros independentes:

Nome ou razão social dos administradores, diretores ou de suas entidades controladas ou sob controle conjunto	Nome ou razão social da sociedade ou entidade dependente	Vínculo	Montante (milhares de euros)	Órgão de aprovação	Identificação do acionista significativo ou conselheiro que se absteve	A proposta para a assembleia, se corresponder, foi aprovada pelo conselho sem o voto contrário da maioria de independentes
Sem dados						

Nome ou razão social dos administradores, diretores ou de suas entidades controladas ou sob controle conjunto	Natureza da operação e outras informações necessárias para sua avaliação
Sem dados	

D.4. Informe individualmente sobre as operações intragrupo que sejam significativas devido ao seu valor ou relevantes devido ao seu objeto, realizadas pela sociedade com sua empresa controladora ou com outras entidades pertencentes ao grupo da controladora, incluindo as próprias entidades dependentes da sociedade cotada, a menos que nenhuma outra parte vinculada da sociedade cotada tenha participação em tais entidades dependentes ou elas se encontrem totalmente participadas, direta ou indiretamente, pela sociedade cotada.

Em todo caso, qualquer operação intragrupo realizada com entidades estabelecidas em países ou territórios considerados como paraísos fiscais será informada:

Razão social da entidade do grupo	Breve descrição da operação e outras informações necessárias para sua avaliação	Montante (milhares de euros)
Sem dados		



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

D.5. Detalhe individualmente quaisquer operações significativas devido a seu valor ou por sua matéria realizadas pela sociedade ou suas entidades dependentes com outras partes vinculadas que sejam partes vinculadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, conforme adotadas pela UE, que não tenham sido informadas sob os títulos anteriores.

Razão social da parte vinculada	Breve descrição da operação e outras informações necessárias para sua avaliação	Montante (milhares de euros)
Sem dados		

D.6. Detalhe os mecanismos estabelecidos para detectar, determinar e resolver os possíveis conflitos de interesses entre a sociedade e/ou seu grupo, e seus conselheiros, diretores, acionistas significativos ou outras partes vinculadas.

Todos os conselheiros e diretores devem fazer uma Declaração Prévia no momento de sua nomeação sobre esses assuntos. Além disso, devem atualizá-la periodicamente e sempre que surgir uma potencial situação de conflito.

Além disso, o Regulamento Interno de Conduta e a Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Operações Relacionadas a Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação ou Diretoria regulamentam as obrigações especiais no âmbito de situações de conflitos de interesses em potencial.

O Conselho de Administração tem a decisão sobre estas questões reservada. Existe um procedimento especial para a adoção de acordos sobre matérias nas quais haja um conflito de interesses em potencial com algum conselheiro. O conselheiro afetado deve abster-se de assessorar e intervir nessas decisões.

D.7. Indique se a sociedade é controlada por outra entidade, de acordo com o artigo 42 do Código Comercial, cotada ou não, e se tem, diretamente ou por meio de suas filiais, relações comerciais com essa entidade ou qualquer de suas filiais (que não as da sociedade cotada) ou desenvolve atividades relacionadas com as atividades de qualquer uma delas.

- Sim
- Não



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

E. SISTEMAS DE CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS

E.1. Explique o alcance do Sistema de Controle de Gestão de Riscos financeiros e não financeiros da sociedade, incluídos os de natureza.

O Grupo MAPFRE dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR), baseado na gestão contínua e integrada de todos os processos de negócios individualmente e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos, consolidando a gestão por área, unidade de negócios, atividades, subsidiárias, áreas geográficas e áreas de suporte no âmbito corporativo.

O Sistema de Gestão de Riscos do Grupo considera riscos financeiros e não financeiros, incluindo riscos potenciais ou emergentes e riscos de sustentabilidade. Os diferentes tipos de risco estão agrupados em quatro áreas ou categorias:

- Riscos da Atividade Seguradora: Agrupe, de forma separada para Vida e Não Vida, os riscos de suficiência de prémios, de suficiência de provisões técnicas e desastres.

- Riscos Financeiros e de Crédito: Inclua os riscos de mercado (tipo de juro, moeda, ações, etc.), de liquidez e de crédito.

- Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa: Inclua os riscos de ética empresarial e de boa governança corporativa, de estrutura organizacional, os derivados de decisões estratégicas, de reputação, de alianças, fusões e aquisições derivados do ambiente regulador, incluindo os fiscais e, finalmente, os de concorrência.

- Riscos Operacionais: Reúne possíveis perdas derivadas da inadequação ou da disfunção de processos internos, do pessoal ou dos sistemas, ou mesmo de eventos externos.

Os riscos operacionais incluem, entre outros, o risco da fraude externa, que inclui risco cibernético, risco tecnológico e risco de não conformidade, que inclui o risco de sanções e perdas financeiras materiais como resultado do descumprimento das leis, regulamentos e regras internas e externas, bem como riscos de descumprimentos fiscais (riscos de divergências na interpretação de normas fiscais e a determinação de preços de mercado entre entidades vinculadas).

O Sistema de Gestão de Riscos entende o conjunto de estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para identificar, medir, monitorar, gerenciar e relatar continuamente os riscos aos quais o Grupo está ou pode estar exposto, aplicando os princípios básicos obrigatórios, incluindo a assunção de riscos, assegurando a aplicação contínua do princípio de gestão responsável de recursos e aspectos ambientais, sociais e de governança.

E.2. Identifique os órgãos da sociedade responsáveis pela elaboração e pela execução do Sistema de Controle de Gestão de Riscos financeiros e não financeiros, inclusive o fiscal.

Os sistemas de controle interno e de gestão de riscos são integrados à estrutura organizacional do Grupo, de acordo com o modelo de três linhas de defesa, para que todo o pessoal da organização tenha responsabilidades atribuídas quanto ao cumprimento dos objetivos de controle e gestão de riscos.

O Conselho de Administração é o responsável final por garantir a eficácia dos sistemas de controle interno e de gestão de riscos, tem a competência não delegável de determinar as políticas e estratégias gerais, em particular a política de identificação, gestão e controle de riscos, incluindo os riscos fiscais, e de supervisionar os sistemas internos de informação e controle.

A Comissão Delegada é o órgão delegado do Conselho de Administração para administração e supervisão permanente da administração ordinária da empresa e de suas subsidiárias em seus aspectos estratégicos e operacionais, e atua com todos os seus poderes, exceto aqueles que não são delegáveis por imperativo legal ou, quando aplicável, por disposição expressa nos Estatutos Sociais ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

Para o desenvolvimento e implementação dos sistemas de controle interno e de gestão de riscos, tanto financeiros quanto não financeiros, incluindo o fiscal, o Conselho de Administração tem um Comitê de Riscos, um órgão delegado com as seguintes funções:

- Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos do Grupo e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

- Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento da aplicação da estratégia de riscos.

- Estuda e avalia os métodos e as ferramentas de gestão de riscos, realizando o acompanhamento dos modelos aplicados em relação aos seus resultados e validação.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

O Comitê de Auditoria e Conformidade é o órgão delegado do Conselho de Administração e é responsável pela supervisão da eficácia dos sistemas de controle interno, auditoria interna e gestão de riscos; supervisiona a elaboração e apresentação das informações financeiras e não financeiras obrigatórias; estabelece as relações apropriadas com o Auditor Externo; supervisiona a aplicação dos padrões de boa governança e supervisiona o cumprimento das normas internas e externas, especialmente dos códigos internos de conduta e das normas e procedimentos de prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

E.3. Indique os principais riscos, financeiros e não financeiros, incluindo os riscos fiscais, e na medida em que os derivados de corrupção sejam significativos (entendidos como os últimos com o escopo do Real Decreto-Lei 18/2017), que podem afetar a consecução dos objetivos de negócios.

1. Riscos da Atividade Seguradora

A organização da MAPFRE, especializada nos diferentes tipos de negócio, requer a concessão de um grau de autonomia na gestão de seu negócio e, particularmente, a assinatura de riscos e a determinação das tarifas, bem como a indenização ou prestação de serviço em caso de sinistro.

A suficiência de prêmios e de provisões é um elemento de importância especial da gestão de seguros. As provisões técnicas são estimadas pelas equipes atuariais das diferentes sociedades e seu montante é validado por uma parte independente que não tenha participado no cálculo. A importância do negócio de danos pessoais na MAPFRE, com uma rápida solução de sinistros, bem como a baixa importância dos riscos segurados de longo prazo (como amianto ou responsabilidade profissional) são elementos atenuantes do risco de inadequação das provisões técnicas.

A presença da MAPFRE em países com alta possibilidade de desastres (terremotos, furacões, etc.), bem como o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos decorrentes da mudança climática, exigem um tratamento especial deste tipo de risco. As entidades expostas têm análises especializadas de exposição a desastres, geralmente realizadas por especialistas independentes, que estimam a extensão das perdas no caso de eventos catastróficos que estimam o alcance das perdas em caso de acontecimento de um evento catastrófico. A subscrição para riscos catastróficos é realizada com base nessas informações e considerando o capital econômico disponível para a entidade que os subscrive. Se for o caso, a exposição patrimonial a este tipo de riscos mitiga-se mediante a contratação de coberturas resseguradoras específicas.

Nesse sentido, é importante destacar a contribuição da MAPFRE RE, que traz sua longa experiência no mercado de riscos catastróficos para a administração do Grupo, determinando anualmente a capacidade catastrófica global por território e estabelecendo os recursos máximos de assinatura por risco e evento. Além disso, a MAPFRE RE conta com proteções de programas de retrocessão de riscos para a cobertura de desvios ou aumentos da sinistralidade de catástrofes nos diferentes territórios.

A política da MAPFRE em relação ao risco de ressegurador é transferir negócios a resseguradoras de capacidade financeira comprovada que atendam às condições de qualidade de crédito estabelecidas na Política de Resseguro do Grupo MAPFRE. Excepcionalmente, cede-se negócio a outras resseguradoras após uma análise interna que demonstre a disposição de um nível de solvência equivalente à classificação anteriormente indicada, ou que apresentem garantias adequadas.

2. Riscos Financeiros e de Crédito

A MAPFRE mitiga sua exposição a esse tipo de risco por meio de uma política prudente de investimentos caracterizada por uma alta proporção de valores de renda fixa de grau de investimento.

Na gestão das carteiras de investimento, é possível diferenciar entre quatro tipos de carteiras:

- As que procuram uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros.
- As carteiras que cobrem apólices de Unit-Linked compostas por ativos cujo risco são assumidos pelos segurados.
- Aquelas que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os segurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação em lucros.
- As carteiras com gestão livre, com gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e pelas limitações internas do risco.

No primeiro caso, as carteiras imunizadas minimizam o risco da taxa de juros por meio de técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.

No segundo, as carteiras que cobrem as apólices de unit-link são integradas pelos instrumentos financeiros cujo risco são assumidos pelos segurados.

No restante, assume-se um certo grau de risco de mercado de acordo com o exposto a seguir:

- A variável de gestão de risco de taxa de juros é a duração modificada, condicionada aos limites estabelecidos no Plano de Investimentos.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- A exposição ao risco de taxa de câmbio é minimizada no caso de passivos de seguros. O Plano de Investimento Móvel e Imobiliário estabelece o limite máximo de posição líquida em moedas que podem ser adotadas na gestão de ativos.

- Os investimentos de capital estão sujeitos a um limite máximo da carteira de investimentos.

- As limitações de risco são estabelecidas em termos quantitativos, medidas com base em variáveis facilmente observáveis. Não obstante, também se realiza uma análise do risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

Com relação ao risco de crédito, a política baseia-se na aplicação de critérios de prudência com base na solvência do emissor e busca um elevado grau de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e dos compromissos.

Assim, os limites são estabelecidos de acordo com o perfil de risco da contraparte ou o instrumento de investimento e em relação à solvência da contraparte, e existe um sistema de acompanhamento e notificação para exposição ao risco de crédito.

Adicionalmente, o Comitê de Security revisa as principais exposições diante de contrapartes seguradoras e resseguradoras. [A

INFORMAÇÃO DESTE PARÁGRAFO CONTINUA NO PARÁGRAFO H.1 DESTE RELATÓRIO]

E.4. Identifique se a entidade possui níveis de tolerância ao risco, incluindo o fiscal.

A Política de Appetite ao Risco do Grupo MAPFRE, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Este nível, articulado em seus limites e sublimites por tipo de risco, configura o Appetite ao Risco do Grupo MAPFRE. Os limites aplicáveis à tomada de riscos estão estabelecidos no "Appetite ao Risco" do Grupo e nas políticas específicas de risco, que detalham o processo de avaliação de risco estabelecido, assim como as métricas estabelecidas para este fim.

O Grupo MAPFRE tem como objetivo, em sua gestão de riscos, a manutenção de uma quantia de fundos próprios admissíveis no âmbito consolidado que implique um índice de solvência objetivo de 200% do capital de solvência obrigatório de Solvência II, com uma tolerância de 25 pontos percentuais. Como objetivo secundário de gestão de riscos, é estabelecida a manutenção de um nível de capital econômico em nível consolidado para atender ao cumprimento de suas obrigações compatível com um rating "A" ou superior, ou seu equivalente.

O capital prospectivo exigido às filiais seguradoras e resseguradoras é fixado com caráter geral de modo estimado, em função dos orçamentos do exercício seguinte, e é revisado periodicamente ao longo do ano em função da evolução dos riscos.

Para métricas que quantificam os riscos agregados do Grupo MAPFRE, os níveis de tolerância são estabelecidos e a exposição ao risco é acompanhada com uma escala de medição baseada na distância do nível de risco ao seu limite máximo: i) zona verde: risco que pode ser assumido e mantido sem restrições; ii) zona amarela: risco que atingiu um nível suficiente de exposição e requer medidas de vigilância e controle; e iii) zona vermelha: risco que excede a tolerância máxima e requer a adoção imediata de medidas de controle e mitigação para recolocá-lo dentro do limite.

Os Órgãos de Governança recebem com periodicidade semestral informações relativas à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informações relativas ao cumprimento dos limites estabelecidos no apetite aos riscos e demais políticas específicas de riscos.

E.5. Indique quais riscos, financeiros e não financeiros, inclusive fiscais, materializaram-se durante o exercício.

Em termos de riscos de seguro, a crise do coronavírus (COVID-19) teve o impacto mais significativo no exercício. A sinistralidade diretamente atribuível à COVID-19 no Seguro de Vida continuou a ser a mais significativa com 279 milhões de euros. Em 2021, o custo total acumulado de sinistros atribuíveis à pandemia era de 460 milhões de euros, a maior parte dos quais estava concentrada no Brasil (189 milhões de euros) e em Latam Norte (130 milhões de euros).

Em relação aos riscos estratégicos, a fusão por absorção da BANKIA, S.A. pela CAIXABANK, S.A. foi concluída em 26 de março de 2021, com a consequente dissolução da primeira e sucessão a título universal pela CAIXABANK. MAPFRE comunicou formalmente à CAIXABANK o exercício dos direitos de opção de venda, com data de começo em 31 de março de 2021 e, em consequência, do início dos procedimentos contratualmente previstos aos efeitos das avaliações dos negócios determinantes do preço (120% do valor de mercado da participação de 51% de MAPFRE VIDA em BANKIA MAPFRE VIDA) e indenização (120% do valor do negócio segurador Não Vida, sem incluir o valor da carteira de seguros) a receber pela resolução de seus acordos de bancasseguros. Em 29 de dezembro, a MAPFRE e a CAIXABANK formalizaram a rescisão destes acordos.

Este acordo significou para a MAPFRE a arrecadação de 570,8 milhões de euros e um resultado extraordinário de 167 milhões de euros. Deve-se notar que em relação à avaliação realizada para esta transação, a MAPFRE expressou seu desacordo com o valor atribuído ao negócio de BANKIA VIDA, dado que era uma empresa que registrava lucros e distribuía dividendos de forma estável e recorrente a cada ano, e com a qual tinha um acordo exclusivo e perpétuo para a distribuição de seguros de vida através da antiga rede de escritórios de BANKIA. Consequentemente, a MAPFRE tomará medidas legais em defesa de seus legítimos interesses em relação à valorização do negócio de Vida.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

E.6. Explique os planos de resposta e supervisão para os principais riscos da entidade, incluindo riscos fiscais, bem como os procedimentos seguidos pela empresa para garantir que o conselho de administração responda aos novos desafios que se apresentam.

A integração dos sistemas de controle interno e a gestão de riscos na estrutura organizacional é realizada sob o modelo de três linhas de defesa, atribuindo responsabilidades quanto ao cumprimento dos objetivos de controle interno e gestão de riscos, de acordo com o referido modelo:

- 1) Uma primeira linha de defesa, conformado por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. São, portanto, aqueles que assumem os riscos e os responsáveis por desenhar e aplicar os mecanismos de controle necessários para a mitigação dos riscos associados aos processos que realizam e por garantir que os riscos não ultrapassem os limites estabelecidos.
- 2) Uma segunda linha de defesa integrada pelas funções chave de gestão de riscos, atuarial e de conformidade, e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos.
- 3) Uma terceira linha de defesa, composta por Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia dos sistemas de controle interno e gestão de riscos, comunicando eventuais deficiências de maneira adequada às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança conforme o caso.

Para garantir o controle e a gestão eficazes dos riscos, a MAPFRE possui uma política escrita de Controle Interno e desenvolveu um conjunto de políticas de gestão de riscos nas quais (i) os diferentes tipos de risco enfrentados são identificados e (ii) são estabelecidos o apetite ao risco considerado aceitável, as medidas previstas para mitigar o impacto dos riscos identificados e os sistemas de informação e controle interno a serem utilizados em relação a eles.

As Diretorias de Risco das entidades coordenam o conjunto de estratégias, processos e procedimentos necessários para identificar, medir, monitorar, gerenciar e notificar continuamente os riscos aos quais a entidade está ou pode estar exposta, bem como suas interdependências.

A Área Corporativa da Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos oferece aos Órgãos de governança e às diferentes Áreas Corporativas e Unidades de Negócio a assessoria jurídica, fiscal e de governança corporativa, e defende ativamente os interesses do Grupo por esses assuntos, tanto nos processos de aplicação dos regulamentos atuais quanto na elaboração e processamento de novas disposições. Da mesma forma, por meio da Diretoria Corporativa de Assessoria Fiscal, essa área corporativa possui informações sobre os riscos tributários detectados em cada país.

Em todo caso, as ações a serem adotadas diante dos riscos identificados são decididas pelo Conselho de Administração, que é informado imediatamente sobre qualquer risco que:

- Devido à sua evolução, ultrapasse os limites de risco estabelecidos.
- Possa dar lugar a perdas iguais ou superiores aos limites de risco estabelecidos.
- Possa ameaçar o cumprimento das exigências de solvência ou a continuidade de funcionamento do Grupo.

A Diretoria Corporativa de Riscos auxilia e assessora os Órgãos de Governança, a Presidência Executiva e a Diretoria Executiva do Grupo no âmbito de suas competências e informa os Órgãos de Governança sobre o nível de exposição aos diferentes riscos, levando em consideração suas interdependências e o cumprimento dos limites estabelecidos.

O acima exposto inclui a avaliação interna de riscos e solvência do Grupo, bem como os relatórios solicitados pelos Órgãos de Governança sobre determinadas áreas de risco.

Além disso, o Grupo promove diferentes procedimentos para identificar e avaliar riscos e controles que envolvem as principais áreas e departamentos, mostrando uma visão abrangente e completa de todos os riscos inerentes ao negócio e identificando os riscos que a entidade pode enfrentar durante todo o período contemplado em seu plano de negócios.

Da mesma forma, as entidades do Grupo realizam a preparação e o relatório aos respectivos Órgãos de Governança dos relatórios periódicos de acompanhamento de riscos operacionais, que incluem, entre outros, relatórios de controle de riscos e relatórios periódicos de acompanhamento de incidentes e eventos de risco operacional.

No nível operacional, o Grupo MAPFRE também dispõe das seguintes medidas principais:

- O Modelo Corporativo de Continuidade do Negócio, desenvolvido pela Diretoria de Segurança Corporativa, cujo objetivo é permitir uma resposta oportuna e eficaz à ocorrência de um incidente de alto impacto para minimizar os danos causados. O modelo é concretizado em planos de contingência que englobam, para cada processo, as estratégias de recuperação de acordo com sua criticidade e em função dos elementos não disponíveis (pessoas, edifícios, tecnologia e fornecedores).



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- O Plano Corporativo de Luta contra fraudes, também coordenado pela Diretoria de Segurança Corporativa, que estabelece a resposta e as linhas de ação do Grupo no combate às fraudes em todos os seus aspectos (prevenção, detecção, investigação e ação penal), bem como as medidas para minimizar seus efeitos da maneira mais eficiente possível.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F. SISTEMAS INTERNOS DE CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE EMISSÃO DA

INFORMAÇÃO FINANCEIRA (SCIIF)

Descreva os mecanismos que compõem os sistemas de controle e gestão de riscos em relação ao processo de emissão de informações financeiras (SCIIF) de sua entidade.

F.1. Meio de controle da entidade.

Relatório, assinalando suas principais características, de, pelo menos:

F.1.1 Quais órgãos e/ou funções são responsáveis: (i) pela existência e manutenção de um adequado e efetivo SCIIF; (ii) pela sua implantação; e (iii) pela sua supervisão.

O Sistema de Controle Interno da MAPFRE é um conjunto de processos, contínuos de forma temporal, cujo responsável máximo é o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., que se apoia no Comitê Executivo e nas equipes executivas das diferentes unidades, sociedades, áreas corporativas e outros departamentos, para a implantação, atualização e monitoramento das tarefas e processos relacionados ao cumprimento dos objetivos do Sistema de Controle Interno. Para seu desenvolvimento na organização, o Sistema de Controle Interno da MAPFRE baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Tudo isso está incluído na Política de Controle Interno do Grupo, que faz parte da Política de Solvência II do Grupo MAPFRE, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2021.

O Regulamento do Conselho de Administração, modificado pela última vez em 21 de dezembro de 2020, inclui as funções e competências do Conselho de Administração, da Comissão Delegada e de outros Comitês Delegados (Comitê de Auditoria e Conformidade, Comitê de Nomeações e Retribuições e Comitê de Riscos).

O Conselho de Administração delega a gestão ordinária na Comissão Delegada e na Diretoria Executiva, além de reservar-se a autoridade de aprovar as políticas de controle e gestão de riscos, bem como a autoridade de aprovar tanto o acompanhamento periódico dos sistemas internos de informação e controle quanto das informações financeiras, não financeiras e corporativas que devem ser publicadas por sua condição de entidade cotada.

O Comitê Executivo é o órgão que, encarregado pelo Conselho de Administração, exerce a supervisão direta da gestão das Unidades de Negócio e Áreas Corporativas e garante a ação coordenada delas.

O Comitê de Auditoria e Conformidade, em sua qualidade de Órgão Delegado do Conselho de Administração, é responsável por supervisionar o processo de elaboração e apresentação das informações financeiras obrigatórias e por submeter recomendações ou propostas ao Conselho de Administração com o objetivo de salvaguardar sua integridade. Este Comitê também informa, com antecedência, ao Conselho de Administração sobre as informações financeiras que a Sociedade deve publicar periodicamente.

O Comitê de Auditoria e Conformidade também é responsável por supervisionar a eficácia dos sistemas de controle interno, auditoria interna e gestão de risco, e por discutir com o auditor externo quaisquer deficiências significativas no sistema de controle interno detectadas durante o curso da auditoria, sem comprometer sua independência.

Na "Política de Auditoria interna do Grupo MAPFRE", que faz parte das Políticas de Solvência II do Grupo MAPFRE, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 20 de dezembro de 2021, e no "Estatuto de Auditoria Interna", atualizado e aprovado pela Comissão de Auditoria e Conformidade em 29 de outubro de 2020, incluem-se as principais atividades de supervisão do sistema de controle interno realizadas pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por meio da Área Corporativa de Auditoria Interna Corporativa e que estão presentes na seção F.5.1 do presente documento.

F.1.2 Se existem, especialmente quanto ao processo de elaboração das informações financeiras, os elementos a seguir:

- Departamentos e/ou mecanismos responsáveis: (i) pela concepção e revisão da estrutura organizacional; (ii) por definir claramente as linhas de responsabilidade e autoridade, com uma distribuição adequada de tarefas e funções; e (iii) pela existência de procedimentos suficientes para sua correta difusão na entidade:

A norma relativa aos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em sua reunião de 24 de junho de 2015 e modificada em 7 de fevereiro de 2017, com data de início em 10 de março de 2017, constitui o quadro mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

O Conselho de Administração revisa e autoriza a estrutura organizacional do Grupo e aprova as linhas de responsabilidade e autoridade em função da estrutura organizacional definida. No exercício de 2021, foi aprovado um novo Organograma Diretivo no Conselho de Administração de 28 de outubro de 2021, cujas alterações têm efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

A distribuição de funções e a definição de âmbitos de atividade/autoridade e de níveis hierárquicos são realizadas de acordo com o Manual de Estrutura Organizacional aprovado pela Área Corporativa de Pessoas e Organização.

A concordância entre a organização de postos e a estrutura é necessária, já que relaciona as funções, papéis e responsabilidades para o desenvolvimento adequado do negócio.

As políticas e normas contábeis aplicáveis ao Grupo são estabelecidas pela Área Corporativa Financeira e de Meios, que é responsável pela coordenação entre as diversas Unidades de Negócio e Áreas Corporativas no que se refere ao processo de elaboração das informações financeiras consolidadas.

- Código de conduta, órgão de aprovação, grau de difusão e instrução, princípios e valores incluídos (indicando se há menções específicas ao registro de operações e elaboração de informações financeiras), órgão responsável por analisar incumprimentos e por propor ações corretivas e sanções:

O Código de Ética e Conduta foi aprovado em 25 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração, substituindo aquele aprovado previamente em 2017.

Seu objeto é refletir os valores corporativos e os princípios básicos que devem guiar a atuação da MAPFRE e das pessoas que a integram.

Em 2020, foi realizado um trabalho de atualização do curso on-line sobre o Código de Ética e Conduta para alinhá-lo com o novo Código aprovado em 2019. Em 2021 este conteúdo foi disponibilizado na plataforma de treinamento da Universidade Corporativa MAPFRE em 6 idiomas (espanhol, inglês, português, italiano, alemão e turco). Este programa é obrigatório para todos os funcionários da MAPFRE em todo o mundo. O curso em todos os idiomas está incluído no catálogo de autoaprendizagem, aberto a todos os funcionários do mundo inteiro. Além disso, as áreas de treinamento em todos os países estão reforçando sua implementação.

Durante 2021, 20.297 funcionários concluíram este conteúdo. Além disso, durante este ano de 2021, também foram realizados treinamentos de "aprendizagem rápida", através do aplicativo Personas MAPFRE, relacionados com este Código.

O Código estabelece princípios específicos de cumprimento obrigatório para todos os funcionários, aplicáveis ao tratamento das informações financeiras do Grupo, a fim de preservar sua confidencialidade, integridade e disponibilidade de acordo com as normas de segurança da informação da MAPFRE. Além disso, estabelece a responsabilidade para todos os funcionários de que as informações proporcionadas sejam precisas, claras e verídicas.

Para garantir a aplicação do Código, bem como a supervisão e o controle do seu cumprimento, existe um Comitê de Ética como órgão encarregado de zelar pelo seu cumprimento e analisar e resolver as denúncias oriundas de seu descumprimento. O Código também estabelece diferentes canais de comunicação para consultas e denúncias éticas, tanto para funcionários, diretores e membros dos órgãos administrativos das entidades do Grupo, como também para prestadores, empreiteiros e outras pessoas que mantêm relações profissionais com a MAPFRE. As denúncias e consultas são recebidas diretamente pelo secretário do Comitê de Ética, garantindo sua confidencialidade e estimulando a possibilidade de efetuar denúncias de forma anônima.

Dúvidas e denúncias ao Comitê de Ética podem ser comunicadas por correio, e-mail ou pelo Canal de Consultas e Denúncias, com acesso direto pelo portal interno do Grupo e do site corporativo da MAPFRE (www.mapfre.com). Seu regime de funcionamento está incluído no próprio Código Ético e de Conduta.

O Comitê de Ética se reporta anualmente, se apropriado, ao Comitê de Auditoria e Conformidade sobre as atividades realizadas durante o exercício.

- Canal de denúncias que permita a comunicação, ao comitê de auditoria, de irregularidades de natureza financeira e contábil, além de eventuais descumprimentos do código de conduta e atividades irregulares na organização, informando, se for o caso, se estas são de natureza confidencial e se for permitido realizar comunicações anônimas respeitando os direitos do denunciante e do denunciado.

Além do Canal de Consultas e Denúncias ao Comitê de Ética apresentado na seção anterior, existe o Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis que permite a funcionários do Grupo MAPFRE, bem como a outras pessoas relacionadas com a empresa, como conselheiros, acionistas, prestadores, contratantes ou subcontratantes comunicar ao Comitê de Auditoria e Conformidade, de forma confidencial e, opcionalmente, de forma anônima, as irregularidades de natureza financeiras e contábil de potencial transcendência e que digam respeito à sociedade ou de seu Grupo. Para canalizar as denúncias, foi habilitada uma caixa de correio eletrônico acessível a partir de www.mapfre.com/CDF e, alternativamente, por meio de correspondência escrita para um endereço pré-determinado.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

As regras de funcionamento do Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis do Grupo MAPFRE foram atualizadas e aprovadas pela Comissão de Auditoria e Conformidade na sua reunião de 17 de dezembro de 2020. Essas normas estão publicadas na intranet, no portal interno do Grupo MAPFRE e em www.mapfre.com/CDF.

O Comitê de Auditoria e Conformidade, como destinatário das denúncias, fica sabendo delas e resolve-as, dando-lhes, em cada caso, o tratamento que julgar oportuno. Para o cumprimento adequado da sua função, conta com a assistência da Secretaria Geral e da Área Corporativa de Auditoria Interna.

Nos casos de denúncias relativas a filiais do Grupo, que obrigatoriamente dispõem de um canal de denúncias próprio, o Comitê de Auditoria e Conformidade e o órgão competente da filial atuam em coordenação na tramitação e resolução das denúncias recebidas.

As partes intervenientes no Canal têm controle de acesso restrito à informação, e a confidencialidade e a identidade do denunciante são garantidas pela coleta dos dados pessoais fornecidos segundo os requisitos definidos pela legislação vigente em matéria de proteção de dados.

Com periodicidade anual, a Secretaria Geral elabora um relatório cujo destinatário é o Comitê de Auditoria e Conformidade, no qual são refletidos a atividade do Canal e o resultado final das denúncias realizadas.

Programas de treinamento e atualização periódica para os funcionários envolvidos na preparação e revisão das informações financeiras, bem como na avaliação do SCIIF, que abarquem pelo menos normas contábeis, auditoria, controle interno e gestão de riscos:

A MAPFRE tem uma Universidade Corporativa e um modelo Global de Aprendizagem implantados globalmente. Todas as ações de treinamento concebidas e implementadas estão associadas com os objetivos do mapa estratégico do Grupo.

A MAPFRE estabeleceu um objetivo para que, em 2021, 80% do esforço de treinamento em todo o mundo seja com conteúdo e programas técnicos e comerciais. Nessa área de conhecimento técnico, está o treinamento financeiro, canalizado através da Escola de Finanças, cujo objetivo é fornecer, a todos os profissionais em todas as áreas de finanças da MAPFRE, conhecimentos a respeito de gestão de riscos, controle de gestão e contabilidade, para se tornarem mais eficazes e competitivos nessa função.

Durante o ano de 2021, foram desenvolvidos na Espanha diversos programas de treinamento nas áreas de finanças, riscos e controle interno, que contaram com um total de 23.383 horas de formação para 18.317 participantes.

A seguir, detalhamos as informações das ações de treinamento mais relevantes neste contexto:

Consultoria financeira aos clientes: legalmente, exige-se uma certificação financeira aos representantes com funções de consultoria aos clientes em termos de investimentos. Esse treinamento proporcionará um grande valor à nossa rede comercial, dotando-a de conhecimentos atualizados, bastante completos e práticos que ajudarão nas gestões de vendas relacionadas à poupança e aos investimentos. O programa de estudos é de 280 horas e o título obtido permite o exercício de Assessoria Financeira a clientes de acordo com a normativa MiFID II e a Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV). Duas instituições financeiras diferentes colaboram com MAPFRE ESPAÑA, como requerido pela CNMV: para os funcionários, o prestador de treinamento é a Fundación de Estudios Financieros (FEF) e o certificador é o Instituto Español de Analistas Financieros (IEAF), que examina e, portanto, emite a certificação oficial; para os representantes autônomos, o prestador de treinamento é o Santander Financial Institute (SANFI), que examina e emite certificação oficial. No final de 2021, tínhamos 659 funcionários certificados e 1.128 representantes independentes do número total de pessoas autorizadas para distribuição, de acordo com MAPFRE Inversión Sociedad de Valores.

Além disso, em nível global, dado que a MAPFRE está assumindo um claro compromisso com a sustentabilidade e com o fortalecimento do conhecimento técnico de nossos funcionários, sendo a função financeira um dos pilares de nossa gestão, a Área de Investimento Corporativo, juntamente com a Área de Pessoas e Organização Corporativa, lançou o programa de treinamento e certificação CESGA®, fornecido pela Fundación de Estudios Financieros (FEF). O objetivo deste programa é fornecer às equipes de investimento globais, assim como aos funcionários selecionados nas equipes de Auditoria, Finanças e Sustentabilidade, o conhecimento necessário para que possam fazer avaliações e decisões de investimento de forma independente que apliquem critérios ambientais, sociais e de governança corporativa. Atualmente, 38 funcionários estão obtendo esta certificação no mundo. Na Espanha, 32 funcionários já foram certificados na edição de 2020-2021.

Além disso, vale a pena mencionar o programa de Controle Interno online disponível nos três idiomas corporativos, que foi renovado em 2019. Por sua natureza, o controle interno envolve todas as pessoas, independentemente do cargo que ocupam na organização. Por isso, no curso são fornecidas a todos os funcionários da MAPFRE informações básicas sobre os objetivos e os princípios do marco comum de atuação do Sistema de Controle Interno, os órgãos de governança responsáveis pelo seu bom funcionamento e pela supervisão, bem como exemplos práticos de como o conjunto de ações de controle interno é desenvolvido na organização por meio do modelo de três linhas de defesa. Em 31 de dezembro de 2021, 18.431 funcionários concluíram esse programa no mundo todo desde o lançamento do curso atualizado em 2019.

A MAPFRE também oferece um curso em formato e-learning sobre a função de conformidade regulatória, cujo objetivo é divulgar essa função, objetivos e responsabilidades, bem como a importância de implementá-lo nas organizações para minimizar o risco de violação legal e regulamentar a que estão expostos. No fechamento de 2021, 1.428 funcionários concluíram esse programa desde o lançamento em 2015.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Em 2017, foi desenvolvido um programa on-line sobre os regulamentos Solvência II, destinado a todos os funcionários em todo o mundo que trabalham nas áreas de Risco, Financeira, Atuarial, Conformidade e Auditoria, com duração de 45 minutos. O referido programa está disponível em espanhol e em inglês. No fechamento de 2021, 1.295 funcionários concluíram esse programa desde seu lançamento em 2017.

No ano de 2021, foram desenvolvidas ações de treinamento na área de administração, e novos recursos de treinamento correspondentes a este itinerário contábil básico foram disponibilizados aos funcionários das áreas de administração em autoaprendizagem. Além disso, foram realizadas várias sessões de webinar sobre o uso da ferramenta financeira SAP, que foi migrada para o novo sistema S/4 HANA FI. Duas ações de treinamento também foram desenvolvidas sobre análise financeira e controle de gestão, em colaboração com CUNEF Universidad. O programa Análise Financeira em Companhias de Seguros foi realizado por 34 funcionários, e o programa Controle de Gestão em Companhias de Seguros por outros 34 funcionários.

Todas essas ações são dirigidas aos funcionários com funções administrativas e de finanças nas entidades com sede na Espanha.

Também em 2021, várias ações de treinamento foram realizadas em formato virtual no campo da auditoria interna em nível global: Programa de Posicionamento Tecnológico, no qual participaram 57 funcionários de 15 países; o programa de aprendizado de ferramentas ACL, no qual participaram 30 funcionários de 12 países; programa de auditores de TI, no qual participaram 29 funcionários de 9 países; e programa de auditoria global, em formato bilíngue em espanhol e inglês, para todos os auditores do mundo, no qual participaram 172 funcionários. Além desses programas, os auditores internos também receberam treinamento em outros assuntos relevantes, tais como a IFRS 17.

F.2. Avaliação de risco das informações financeiras.

Relatório de, pelo menos:

F.2.1 Quais são as principais características do processo de identificação de riscos, incluindo os de erro ou fraude, quanto a:

- Se o processo existe e foi documentado:

A política de Gestão de Riscos, capítulo 5 do documento Solvência II de Políticas do Grupo MAPFRE, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2021, estabelece as diretrizes gerais, princípios básicos e estrutura geral de ação na área de gestão de riscos que garantem uma aplicação consistente em todo o Grupo. Em conformidade com o princípio obrigatório, as entidades têm políticas escritas específicas para a identificação, medição, controle e informe dos principais riscos cobertos pelo Sistema de Gestão de Riscos (doravante, SGR).

A primeira linha de defesa, composta por funcionários, diretoria e as áreas operacionais e de suporte responsáveis pelas atividades, assume e gerencia os riscos e controles de cada entidade do Grupo, assumindo a responsabilidade de garantir que os riscos não excedam os limites estabelecidos na Política de Appetite ao Risco e nas políticas específicas de riscos definidas no documento Políticas de Solvência II.

Por sua vez, conforme estabelecido na Política de Risco Operacional, capítulo 22 do documento Políticas de Solvência II, a primeira linha de defesa é obrigada a informar aos departamentos de Gestão de Riscos das entidades sobre eventos ou incidentes de risco operacional, que incluem, entre outros, eventos de erro na execução dos processos e fraudes internas ou externas.

Para controlar os riscos, o Grupo possui um modelo de Controle de Riscos baseado em uma análise qualitativa dinâmica por processos, de modo que os gestores de cada área ou departamento identifiquem os riscos potenciais que afetam tanto os negócios quanto os processos de suporte. Para esse fim, para implementar a identificação são definidos fatores de risco para cada um dos processos que o Grupo considerou como fundamentais, incluindo um fator referente ao registro e à contabilidade das operações com impacto econômico ou contábil.

Esses fatores de risco estão associados a grandezas significativas das principais seções dos estados financeiros. Neste processo de identificação das grandezas significativas, foram considerados fatores quantitativos e qualitativos (complexidade das operações, risco de fraude e outros).

Esses fatores de risco são avaliados pelas áreas e departamentos das entidades durante o monitoramento dos indicadores e controles de risco, um procedimento do modelo de Controle de Risco que, entre outros aspectos, permite: i) a identificação dos riscos através de questionários específicos de controles e riscos, ii) o conhecimento dos fatores de risco que se mostraram relevantes e iii) a adoção de medidas corretivas naqueles casos em que necessário.

A descrição mais detalhada do SGR está incluída na seção E. Sistemas de Controle e Gestão de Riscos do presente relatório de Governança Corporativa.

- Se o processo cobre a totalidade dos objetivos da informação financeira (existência e ocorrência, integridade, avaliação, apresentação, divulgação e comparabilidade, direitos e obrigações), se ele é atualizado e com que frequência:



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Os objetivos da informação financeira (existência e ocorrência; integridade; avaliação; apresentação, divulgação e comparabilidade; e direitos e obrigações) são realizados através do processo de desenvolvimento dos controlos internos trimestrais sobre o questionário de informação financeira.

Os objetivos deste procedimento são identificar e verificar se os controlos são implementados durante o processo de elaboração das informações financeiras, deixar provas documentais dos controlos realizados pela entidade nos processos de Tesouraria e Investimentos, Consolidação, Contabilidade e Impostos, bem como o resultado de sua aplicação, e atuar como um canal de comunicação interna para compartilhar informações relevantes relacionadas à emissão de informações financeiras. O procedimento contempla a avaliação dos controlos-chave identificados em cada um dos processos acima mencionados, entendendo como tais aqueles que mitigam, de forma adequada e com a necessária antecipação, a existência de fraudes ou erros que possam ter um impacto material sobre as informações financeiras.

A Subdireção de Controle Contábil Interno é responsável pela revisão e atualização periódica do procedimento de SCIIF, bem como do questionário estabelecido para garantir a confiabilidade das informações financeiras, o qual foi atualizado durante o segundo trimestre de 2021.

- A existência de um processo de identificação do perímetro de consolidação, levando-se em conta, entre outros aspectos, a possível existência de estruturas societárias complexas, entidades instrumentais ou de propósito especial:

O Manual de Consolidação da MAPFRE elaborado pela Área Corporativa Financeira e de Meios descreve o processo de identificação do perímetro de consolidação, que inclui todas as sociedades do Grupo e é atualizado mensalmente.

O Responsável pela Consolidação de cada Subgrupo recebe da Diretoria de Consolidação o detalhamento das sociedades incluídas no perímetro de consolidação com as porcentagens de participação direta e indireta e o método de consolidação aplicado. Qualquer modificação sobre as informações entregues deve ser comunicada à Diretoria de Consolidação, e esta decide sobre sua modificação uma vez analisados os motivos expostos.

A estrutura funcional e as tarefas designadas aos representantes do processo mencionado estão presentes no próprio Manual de Consolidação.

- Se o processo tem em conta os efeitos de outros tipos de riscos (operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, de reputação, ambientais etc.) na medida em que afetem os estados financeiros:

O controle de risco leva em consideração os tipos de riscos operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, de reputação e ambientais, bem como os riscos próprios da atividade seguradora e resseguradora. Neste processo, cada fator de risco está vinculado, se for o caso, ao título das demonstrações financeiras que seria afetado se o risco potencial se materializasse, sendo os principais títulos: prêmios, provisões, rendimentos financeiros, despesas de aquisição, despesas de administração e despesas de sinistros.

O controle dos riscos é feito no Grupo, tanto na Espanha como no exterior, através do aplicativo informático Riskm@p, desenvolvido internamente na MAPFRE, através do qual são elaborados Mapas de Risco associados aos processos mais relevantes das entidades, nos quais são analisadas a relevância e a probabilidade de ocorrência dos diferentes riscos.

- Qual órgão de governança da entidade supervisiona o processo?

O Comitê de Auditoria e Conformidade tem como responsabilidades, entre outras, revisar periodicamente a eficácia do controle interno da Sociedade e os sistemas de controle e gestão de riscos, financeiros e não financeiros, trabalho que é realizado continuamente durante todo o ano por meio do trabalho realizado pela Auditoria Interna.

Com relação ao relatório do SCIIF, elaborado pelo Departamento Financeiro, a Auditoria Externa revisa e analisa o conteúdo emitindo seu próprio relatório sobre a consistência ou incidentes das informações que possam afetá-lo.

O relatório do SCIIF, juntamente com o relatório preparado pela Auditoria Externa, é supervisionado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade antes de sua aprovação pelo Conselho de Administração.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F.3. Atividades de controle.

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

- F.3.1 Procedimentos para a revisão e autorização de informações financeiras e a descrição do SCIIF, a serem publicadas nos mercados de valores mobiliários, indicando os responsáveis, bem como documentação descrevendo os fluxos de atividades e controles (incluindo os relativos ao risco de fraude) de tipos diferentes de transações que podem afetar materialmente as demonstrações financeiras, incluindo o procedimento de fechamento contábil e a revisão específica dos julgamentos, estimativas, avaliações e projeções relevantes

Os relatórios financeiros relativos às contas anuais e às informações semestrais e trimestrais, elaborados pela Área Corporativa de Finanças e Meios, são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conformidade e, posteriormente, são apresentados ao Conselho de Administração.

A Subdiretoria de Procedimentos e Supervisão, dependente da Área Corporativa de Finanças e Meios, solicita aos responsáveis pelas informações financeiras das principais entidades do Grupo a assinatura da "Carta de demonstrações" interna, que garante que as informações financeiras referidas para fins de elaboração das informações semestrais resumidas e das contas anuais consolidadas do Grupo MAPFRE foram preparadas de acordo com as normas contábeis presentes no Manual de Consolidação do Grupo MAPFRE.

O calendário de fechamento, elaborado pela Subdireção de Procedimentos e Supervisão, detalha as principais atividades do processo de consolidação e elaboração das contas anuais e semestrais, bem como seus controles, marcando as datas limite de cumprimento.

As diferentes entidades do Grupo informam, por meio dos responsáveis atribuídos, as informações financeiras que a Área Corporativa de Finanças e Meios consolida para elaborar os relatórios. No processo de consolidação, existem controles que permitem detectar erros que podem afetar materialmente os demonstrativos financeiros.

Por outro lado, o Comitê de Auditoria e Conformidade verifica as seguintes informações:

- O relatório de gerenciamento e contas anuais individuais e consolidadas da MAPFRE S.A. e sociedades dependentes.
- O relatório da revisão limitada sobre os estados financeiros intermediários resumidos consolidados da MAPFRE S.A., correspondentes ao período intermediário finalizado a 30 de junho de cada ano.
- O Relatório Integrado, documento que observa as diretrizes e recomendações do Marco Internacional de Reporting Integrado.
- Relatório sobre a situação financeira e de solvência do Grupo MAPFRE e das filiais que realizam atividades seguradoras e resseguradoras domiciliadas na Espanha.
- A informação que trimestralmente, a MAPFRE S.A. envia à Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV). Além disso, o

Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as seguintes informações:

- Os relatórios de avaliação do sistema de controle interno das seguradoras e resseguradoras espanholas do Grupo MAPFRE, elaborados pela Área Corporativa de Auditoria Interna.
- Os relatórios sobre a situação financeira e solvência (SFCR) das várias seguradoras e resseguradoras espanholas do Grupo MAPFRE.
- O Relatório de Avaliação Interna de Riscos e Solvência (ORSA), o Relatório sobre a Situação Financeira e Solvência (SFCR), o Relatório Periódico de Supervisão (RSR) e a Informação Quantitativa Anual (QRT) referentes ao Grupo MAPFRE.

A Subdireção de Controle Interno Contábil (Área de Finanças Corporativas e Recursos) é responsável por promover o preenchimento trimestral do questionário sobre controles internos sobre informações financeiras nas diferentes entidades do Grupo; por rever a qualidade das informações informadas e supervisionar a descrição das evidências documentais das atividades e controles implementados com relação aos principais processos de emissão das informações financeiras descritas na seção F.2. deste relatório, bem como por avaliar os indicadores de cobertura de controle, tanto para todos os controles como para os controles-chave definidos, de acordo com as magnitudes definidas no procedimento SCIIF.

A documentação descritiva dos fluxos de atividades e controles é realizada por meio de processo de controle de riscos, promovido pela Subdireção de Risco Operacional e Controle Interno, integrada na Direção Corporativa de Riscos. Os responsáveis pelas áreas e departamentos elaboram manuais de controle interno e outra documentação descritiva, estabelecendo os procedimentos, as atividades e partes envolvidas neles, e identificando os riscos associados e os controles que os mitigam, incluindo aqueles relacionados aos riscos de fraude e ao processo de fechamento contábil. O conhecimento e a documentação dos controles permitem que os responsáveis pelas várias áreas e departamentos das entidades da MAPFRE avaliem a eficácia dos controles estabelecidos, saibam se os riscos relevantes identificados estão suficientemente controlados e tomem as medidas corretivas necessárias.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

O Conselho de Administração baseia seus julgamentos e estimativas em hipóteses sobre o futuro e sobre incertezas que se referem basicamente às provisões técnicas; às perdas por redução ao valor recuperável de determinados ativos; no cálculo de provisões para riscos e despesas; no cálculo atuarial dos passivos e compromissos por retribuições depois do emprego; na vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do imobilizado material; o valor razoável de determinados ativos não cotados; e o valor justo de ativos e passivos derivados de contratos de locação.

As estimativas e suposições utilizadas estão estabelecidas nas instruções de fechamento, são revistas periodicamente e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores que podem ter sido considerados mais razoáveis de tempos em tempos. Se a revisão resultar em mudanças de estimativa em um determinado período, seu efeito aplicar-se-á a esse período e, se for o caso, aos períodos sucessivos.

F.3.2 Políticas e procedimentos de controle interno sobre sistemas de informação (incluindo segurança de acesso, controle de mudanças, operação do sistema, continuidade de negócios e segregação de funções) que apoiam os processos relevantes da entidade em relação à elaboração e publicação de informações financeiras.

A Diretoria de Segurança Corporativa (DCS) é organicamente parte da Área Corporativa de Suporte para Negócios, que é liderada pelo Diretor Geral de Suporte para Negócios, mudanças que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 18 de junho de 2018. A DCS atua diretamente sobre os regulamentos relacionados à segurança da informação, adotando uma abordagem abrangente e global de ação.

Em particular, as medidas estabelecidas são especificadas em um Sistema Documental de Segurança da Informação (SDSI) ou Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI), que deriva do Plano Diretor de Segurança e Meio Ambiente e da Política Corporativa de Segurança e Privacidade. A última atualização de ambos os documentos foi aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em sua reunião de 13 de dezembro de 2018. Nesta versão, esses documentos foram adaptados aos novos requisitos regulamentares, fundamentalmente no que diz respeito ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), e à criação do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados como um órgão delegado do Comitê de Segurança e Meio Ambiente, e como órgão de suporte do Comitê de Crise e Continuidade do Negócio.

Estes controles e procedimentos de segurança estabelecidos sobre os sistemas de informação podem ser classificados como: preventivos, de detecção e reativos, e são traduzidos no desenvolvimento e disseminação de padrões através de um plano permanente de treinamento e conscientização, no estabelecimento da segurança desde o projeto de qualquer novo sistema, rede ou aplicação, o monitoramento permanente de redes e sistemas, a revisão sistemática das medidas e controles em vigor, e o desenvolvimento e treinamento da capacidade de responder a quaisquer incidentes de segurança que possam ocorrer.

Desta forma, o Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI) estabelece, entre outros aspectos: a manutenção do controle dos sistemas de informação por meio de procedimentos de inventário que permitem identificar os recursos e informações neles contidos; a verificação da identidade dos usuários que os utilizam; e o uso de um sistema de gestão de funções e senhas, que aplicam os critérios de robustez e o princípio de segregação de funções indicados no próprio corpo normativo.

MAPFRE também oferece treinamento contínuo e conscientização a seus funcionários nesta área, entre outros, através de um curso e-learning sobre segurança, desenvolvido e integrado aos modelos de treinamento corporativo, cujo objetivo é conscientizar e treinar os funcionários nesta área, alertando-os sobre os riscos, promovendo boas práticas e tornando-os conscientes de seus deveres e responsabilidades nesta área, e da importância de seu comportamento para a organização.

Por sua vez, para possibilitar o desenvolvimento das obrigações estabelecidas no CNSI, há um Centro de Controle Geral (habilitado como CERT, Computer Emergency Response Team, e pertencente à rede internacional FIRST, Forum of Incident Response and Security Teams) que monitora a atividade nas redes e nos Sistemas de Informação do Grupo e é o órgão responsável por responder aos eventuais incidentes de segurança que possam surgir. O órgão conta com certificações emitidas pela AENOR referentes ao cumprimento das normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 27001 (Segurança da informação) e ISO 22301 (Continuidade do negócio).

Além disso, a Diretoria Corporativa de Segurança atualiza anualmente o Plano de Revisão de Segurança, de natureza sistemática e global, com o objetivo de verificar os controles de segurança implementados e a descoberta de vulnerabilidades nos sistemas de informação.

A Política Corporativa de Segurança e Privacidade e as regras e padrões do Corpo Normativo de Segurança da Informação são publicadas na Intranet Global a fim de facilitar o acesso a elas para todos os funcionários.

Além disso, o Grupo conta com um Modelo Corporativo de Continuidade do Negócio, composto por uma Política, um Quadro de Governança e uma Metodologia de Continuidade do Negócio que definem o âmbito e as ações necessárias para garantir o correto funcionamento das operações diante da materialização de um incidente de alto impacto, a fim de minimizar o dano produzido.

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica a cada dois anos o funcionamento adequado do Sistema de Controle Interno dos principais Sistemas Informáticos cujo alcance são os controles gerais de tecnologia da informação (TI), o ambiente de controle de TI e os controles aplicáveis. Nos anos em que nenhuma revisão específica é realizada, os planos de ação identificados são monitorados e seu status é revisado.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F.3.3 Políticas e procedimentos de controle interno destinados a supervisionar a gestão das atividades terceirizadas, bem como dos aspectos de avaliação, cálculo ou valorização encomendados a especialistas independentes, que possam afetar materialmente os demonstrativos financeiros.

Todos os serviços terceirizados se materializam por meio de contratos específicos, sendo a supervisão direta dos fornecedores exercida pelas unidades ou áreas contratantes, exceto aqueles serviços pontuais (não recorrentes no tempo) que devido ao seu reduzido montante, sua duração e sua escassa importância são tramitados a partir da oferta do fornecedor pelo sistema.

A seleção dos fornecedores é feita com critérios objetivos que avaliam fatores como a qualidade, o preço, a infraestrutura disponível, o reconhecimento no mercado, bem como se pertencem ao grupo de colaboradores de alguma das entidades do Grupo e sua história na qualidade do serviço prestado a elas.

O cumprimento das normas vigentes nos diferentes países e a implementação de medidas de segurança, quando aplicável, são requisitos indispensáveis para sua escolha. Outros fatores avaliados positivamente são o tempo de resposta, o serviço pós-venda, a cobertura geográfica e o valor agregado que possa ser dado.

Está sendo desenvolvido um projeto a ser implantado nos países do Modelo Global Compras e Contratação de Serviços (presente em 17 países), que inclui diferentes categorias entre as quais se encontra a correspondente a serviços de profissionais independentes que incluem aqueles com possível impacto financeiro derivado da avaliação, cálculo ou valorização encomendada.

A ferramenta de tecnologia para gerenciar, controlar e supervisionar contratações tem sido, desde 2012, a SAP SRM (SAP Supplier Relationship Management). Em 2018, a SAP decidiu alterar sua estratégia e anunciou que, a partir de 2025, iria descontinuar a SRM e apostar na ARIBA como ferramenta para a gestão de fornecedores, compras e contratação.

Diante dessa situação, a MAPFRE decidiu, durante 2019, após estudar as principais ferramentas do mercado, apostar na ARIBA como ferramenta de compras, principalmente devido à sua integração nativa com os módulos financeiros da MAPFRE no SAP S/4 HANA; pela funcionalidade que oferece uma atualização permanente; e pela possibilidade de automatizar processos e colaborar eletronicamente com os fornecedores.

Durante 2019 e 2020, foram realizados trabalhos sobre a definição do novo Modelo Global de Compras da MAPFRE na ARIBA, com as entidades sediadas fiscalmente na Espanha (exceto MAPFRE ASISTENCIA) sendo completamente migradas para a nova plataforma em abril de 2021.

A partir dessa data, começou a implantação internacional, em que os diferentes países e organizações migrarão progressivamente para a nova plataforma em um projeto com duração de 5 anos. Durante 2021 foram realizados trabalhos com o Peru, Itália e Portugal e em janeiro de 2022 a ARIBA será totalmente implementada nos 3 países junto com a plataforma financeira S/4 HANA. Ter uma ferramenta comum de alto nível como a ARIBA permitirá que a MAPFRE realize operações de compras locais nos diferentes países de maneira descentralizada, mas com regulamentos e procedimentos comuns e controle e acompanhamento centralizados da Diretoria Corporativa de Compras e Meios, integrados na Área de Finanças Corporativas e Meios, além de permitir compras globais quando considerado necessário.

No desenvolvimento desse Modelo, a Comissão Delegada aprovou em 2013 a Norma de Compras, que contém os princípios e critérios básicos para a contratação de bens e serviços de todas as empresas do Grupo, independentemente de sua localização geográfica e do tipo de negócio. Há também um Procedimento Geral de Compras definido e aprovado que complementa a Norma de Compras, que entrou em vigor em agosto de 2017. Ambos os documentos foram revisados e atualizados em janeiro de 2019, de acordo com as recomendações fornecidas pela Auditoria Interna e com base na experiência acumulada nesses anos desde a sua aprovação.

Além disso, cada organização ou país que tenha sido dotado da capacidade de contratar, por ter entidade suficiente, deve desenvolver um procedimento específico que regule sua contratação, sempre respeitando e consistente com os critérios mínimos estabelecidos na Norma de Compras e Procedimento Geral.

A homologação e contratação dos fornecedores é realizada, com caráter geral pela Diretoria de Compras e, uma vez realizada a contratação, é o solicitante que supervisiona o serviço para que seja prestado de modo adequado e de acordo com a normativa vigente.

Não obstante o exposto anteriormente, nos casos em que os serviços de profissionais independentes terceirizados devem ser tratados com confidencialidade especial (M&A), é a própria área que contrata e supervisiona diretamente o serviço, embora haja informações mínimas para documentar a contratação, conforme estabelecido no Procedimento de Contratações Sensíveis, deve ser registrado no sistema, submetida a um controle periódico por meio da Auditoria Interna (auditado em 2019 e 2020).

No momento, estão homologados os principais fornecedores contratados com maior frequência (e com um faturamento anual acima de 30 mil euros) de acordo com critérios financeiros, fiscais, de segurança, operacionais e comerciais, de cumprimento normativo e de sustentabilidade, para garantir que a MAPFRE contrate fornecedores solventes e de alto nível. O objetivo é que a totalidade dos fornecedores recorrentes ou que tenham uma relevância especial para o Grupo MAPFRE estejam homologados da mesma forma como realizado no Procedimento de Compras.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F.4. Informação e comunicação.

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

F.4.1 Uma função específica encarregada de definir, manter atualizadas as políticas contábeis (área ou departamento de políticas contábeis) e resolver dúvidas ou conflitos derivados da sua interpretação, mantendo uma comunicação fluida com os responsáveis pelas operações na organização, bem como um manual de políticas contábeis atualizado e comunicado às unidades através do qual opera a entidade.

A Subdireção de Normativa Contábil, que depende da Área Corporativa Financeiras e de Meios, inclui, entre outras, a função de manter atualizadas as políticas e normas contábeis aplicáveis que afetem as informações financeiras do Grupo, assim como a de resolver consultas e conflitos derivados de sua interpretação.

Além disso, mantém uma relação estreita e fluida com as diretorias financeiras das diversas entidades e com as Áreas Corporativas, a quem comunica os procedimentos e as normas contábeis estabelecidas formalmente.

Com relação à elaboração de informações financeiras, a Secretaria Geral e a Área Corporativa de Finanças e Meios emitiram circulares de instrução que atualizam os regulamentos aplicáveis. Da mesma forma, os responsáveis pela gestão financeira possuem modelos e instruções específicas para preparar as informações financeiras, por meio dos Modelos de Contas e do Manual de Consolidação (que inclui normas e políticas contábeis aplicáveis), que são atualizados anualmente.

As filiais do Grupo recebem a comunicação dos procedimentos e normas aplicáveis por meio das entidades principais dos Subgrupos, que são as que recebem diretamente as instruções da Subdireção de Normativa Contábil e da Subdireção de Procedimentos e Supervisão.

A Subdireção de Procedimentos e Supervisão mantém atualizados os Modelos de Contas Anuais individuais e consolidadas aplicáveis às diferentes entidades do Grupo, que incluem as políticas contábeis e o detalhamento das informações a serem apresentadas.

A Subdireção de Consolidação da Área Corporativa Financeira e de Meios especifica as instruções sobre as políticas contábeis e as divulgações para a elaboração da informação consolidada do Grupo por meio do Manual de Consolidação.

Pelo menos uma vez por ano e durante o último trimestre do exercício, revisam-se os Modelos de Contas Anuais e o Manual de Consolidação, sendo que as modificações pertinentes são notificadas às partes afetadas. Não obstante, quando há variações cujo efeito afeta intervalos inferiores ao período anual, essas modificações são transmitidas de forma imediata.

Além disso, a Diretoria de Implantação de Novas Normas, em colaboração com a Subdireção de Normas Contábeis, ambas dependentes da Área Corporativa de Finanças e Meios, encarregam-se de realizar a análise do impacto, do desenvolvimento e da implantação das novas normas contábeis que serão aplicadas no Grupo MAPFRE.

F.4.2 Mecanismos de captura e preparação das informações financeiras com formatos homogêneos, de aplicação e utilização por todas as unidades da entidade ou do grupo, que suportem os principais demonstrativos financeiros e as notas, bem como as informações detalhadas sobre o SCIIF.

O gerenciamento das informações financeiras das entidades do Grupo MAPFRE é realizado por meio do aplicativo de consolidação corporativa, uma ferramenta que constitui um banco de dados centralizado (repositório de dados comum e exclusivo). Essa aplicação foi programada para a execução automática de lançamentos de consolidação e de controles do processo, o que assegura, para todos os lançamentos automáticos, a aplicação homogênea dos critérios incluídos no Manual de Consolidação, além de minimizar a probabilidade de erros.

Dentro do processo de elaboração das informações financeiras, as células de consolidação constituem o meio de comunicação das informações necessárias no processo de consolidação ou na elaboração dos demonstrativos financeiros consolidados. Pelo menos uma vez por ano, elas são revisadas e atualizadas.

Com base nas informações contidas nas células de consolidação e seguindo o Modelo de Contas elaborado pela Subdireção de Procedimentos e Supervisão, a Subdireção de Consolidação prepara as contas anuais consolidadas e o resto dos demonstrativos financeiros.

A Subdireção de Controle Interno Contábil é responsável pela preparação do relatório relativo ao SCIIF. Para isso, identifica as áreas envolvidas no processo de elaboração das informações financeiras, às quais transmite as instruções para preencher esse relatório e solicita, pelo menos com periodicidade anual, a atualização da documentação de suporte que corrobore as ações realizadas.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F.5. Supervisão do funcionamento do sistema.

Relatório, assinalando as características principais, com pelo menos:

- F.5.1 As atividades de supervisão do SCIIF realizadas pelo comitê de auditoria, bem como se a entidade conta com uma função de auditoria interna que tenha, entre suas competências, a de apoiar o comitê no seu trabalho de supervisão do sistema de controle interno, incluindo o SCIIF. Assim mesmo, será informado o escopo da avaliação do SCIIF realizada durante o exercício e o procedimento pelo qual a pessoa encarregada de realizar a avaliação comunica seus resultados serão informados se a entidade tiver um plano de ação que detalha possíveis medidas corretivas e se o seu impacto nas informações financeiras foi considerado.

MAPFRE S.A. conta com uma Área Corporativa de Auditoria Interna conformada por cinco Diretorias de Auditoria, especializadas em diferentes matérias e funções: Área Técnica, Departamento de Qualidade e Procedimentos, Coordenação e Relação com Auditores Externos, Auditoria Contínua e Auditoria Financeira. Por sua vez, a Área Corporativa de Auditoria Interna é composta por seis Serviços de Auditoria Interna situados na Espanha (Seguros Ibérica; Seguros Latam; Seguros INoram-Eurasia; Resseguro - Global Risks, Assistência; e Tecnologias da Informação) e 27 unidades e departamentos de Auditoria Interna no exterior, completamente independentes e que revisam e avaliam a adequação e o funcionamento correto dos processos do Grupo, bem como do Sistema de Controle Interno.

A estrutura da Área Corporativa de Auditoria Interna da MAPFRE depende funcionalmente do Conselho de Administração da MAPFRE S.A., por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade (Órgão Delegado do Conselho) e, particularmente, de sua presidenta.

Os diretores dos serviços e das unidades de auditoria dependem (funcional e hierarquicamente) do Diretor Geral de Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as informações financeiras refletidas no parágrafo F.3.1. do presente relatório, além de aprovar o Plano de Auditoria Interna, fazendo seu acompanhamento periódico.

O Plano de Auditoria abrange os trabalhos de supervisão que a Área Corporativa de Auditoria Interna realizará durante o próximo exercício, e sua elaboração e suficiência são estabelecidas em função dos riscos identificados, das solicitações recebidas e por experiência própria. A gestão do Plano é feita de maneira homogênea por meio de uma plataforma tecnológica única para o Grupo que permite o tratamento das informações de acordo com os níveis de acesso e conforme as responsabilidades estabelecidas. O Plano de Auditoria Interna de 2021 foi aprovado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade na sessão realizada em 9 de fevereiro de 2021.

A "Política de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE", que faz parte da Política de Solvência II do Grupo MAPFRE, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 20 de dezembro de 2021, e a "Carta de Auditoria Interna", atualizada e aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conformidade em 29 de outubro de 2020, estabelecem que a Área Corporativa de Auditoria Interna é responsável pela supervisão da adequação e eficácia do Sistema de Controle Interno. Para executar essa função, a Área Corporativa de Auditoria Interna segue uma metodologia interna baseada nas avaliações das auditorias realizadas nos últimos três exercícios, na revisão do controle interno de TI e no cumprimento das recomendações e da avaliação do funcionamento eficaz do SCIIF. Essa metodologia foi previamente aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conformidade, e o resultado de sua aplicação está refletido no Relatório de Avaliação do Sistema de Controle Interno.

Anualmente, o Comitê de Auditoria e Conformidade analisa as avaliações e recomendações que a Área de Auditoria Interna Corporativa emitiu no Sistema de Controle Interno (incluindo as do SCIIF).

Além disso, e em relação à supervisão do SCIIF, as diversas unidades de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE realizam:

- supervisão contínua, através da execução dos procedimentos específicos para a validação dos controles financeiros, durante a realização dos trabalhos de auditoria. Além disso, a partir da Área Corporativa de Auditoria Interna, é realizado o controle dos trabalhos realizados ao longo do ano pelas diferentes unidades de Auditoria Interna, que estão relacionados ao SCIIF.
- Uma supervisão periódica, focalizada na análise da documentação, e avaliação do projeto e a avaliação do funcionamento eficaz do SCIIF. Os resultados dessas avaliações são informados nos Relatórios de Avaliação do Sistema de Controle Interno mencionados acima, elaborados pelas diversas unidades de Auditoria Interna e pela Área Corporativa de Auditoria Interna.

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica o funcionamento do Sistema de Controle Interno dos principais sistemas informáticos, conforme indicado na seção F.3.2 deste relatório.

Também o auditor externo, como parte de seus procedimentos de auditoria realizados para validar as contas anuais, emite um memorando de recomendações em sua visita interina, que se apresenta ao Comitê de Auditoria e Conformidade.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

F.5.2 Se você tiver um procedimento de discussão pelo qual o auditor da conta (de acordo com as disposições da NTA), a função de auditoria interna e outros especialistas poderão se comunicar com a diretoria executiva e a comissão de auditoria ou administradores da entidade, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante os processos anuais de revisão de contas ou outros que tenham sido solicitados. Além disso, informará se há um plano de ação disponível que trate de corrigir ou mitigar os pontos fracos observados.

Na seção F.5.1 é indicado o procedimento utilizado pela Área Corporativa de Auditoria para comunicar a avaliação de aspectos relacionados com o controle interno.

A comunicação com o auditor externo é muito frequente e fluida no Grupo MAPFRE. Tanto no começo, quanto no meio, e após o término do trabalho de revisão das contas da entidade por parte dos auditores externos, realizam-se reuniões de planejamento, acompanhamento e coordenação, das quais participam os auditores externos, os auditores internos, a Secretaria Geral e a Área Corporativa Financeira e de Meios. Além disso, no fechamento do trabalho, ocorre uma reunião com a Diretoria Geral de Auditoria Interna para revelar os resultados e conclusões detectados durante esse trabalho. O auditor externo participa do Comitê de Auditoria e Conformidade quando forem tratados temas relacionados com a revisão das contas anuais e semestrais, sua revisão preliminar, assim como outros temas relacionados a cada caso.

F.6. Outras informações relevantes.

Não existe outra informação relevante com relação ao SCIIF que não tenha sido incluída no presente relatório.

F.7. Relatório do auditor externo.

Relatório de:

F.7.1 Se as informações do SCIIF enviadas aos mercados tiverem sido submetidas a revisão pelo auditor externo, a entidade deve incluir o relatório correspondente como anexo. Caso contrário, deve informar os motivos disso.

A informação correspondente ao SCIIF foi submetida a revisão pelo auditor externo, cujo relatório é anexado.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

G. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Indique o grau de acompanhamento da sociedade com respeito às recomendações do Código de boa governança das sociedades cotadas.

Caso uma recomendação não seja seguida ou seja parcialmente seguida, uma explicação detalhada dos motivos deve ser incluída para que acionistas, investidores e o mercado em geral tenham informações suficientes para avaliar as ações da sociedade. Não serão aceitas explicações de caráter geral.

1. Que os Estatutos das sociedades cotadas não limitem o número máximo de votos que possa emitir um mesmo acionista, nem contenham outras restrições que dificultem a tomada de controle da sociedade mediante a aquisição de suas ações no mercado.

Cumpre Explique

2. Que, quando a sociedade cotada é controlada, conforme o artigo 42 do Código Comercial, por outra entidade, cotada ou não, e tenha, diretamente ou através de suas filiais, relações comerciais com essa entidade ou com qualquer de suas filiais (que não as da sociedade cotada) ou desenvolva atividades relacionadas com qualquer uma delas, deverá informar publicamente e com precisão sobre:

- a) As respectivas áreas de atividade e eventuais relações de negócio entre, por um lado, a sociedade cotada ou suas filiais e, por outro, a sociedade matriz ou suas filiais.
- b) Os mecanismos previstos para resolver os eventuais conflitos de interesses que possam surgir.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

3. Que durante a realização da assembleia geral ordinária, como complemento da difusão, por escrito, do relatório anual de governança corporativa, o presidente do conselho de administração informe, verbalmente, os acionistas, com detalhes suficientes, sobre os aspectos mais relevantes da governança corporativa da sociedade e, particularmente:

- a) Sobre as mudanças ocorridas desde a assembleia geral ordinária anterior.
- b) Sobre os motivos concretos pelos quais a companhia não segue alguma das recomendações do Código de Governança Corporativa e, se existirem, sobre as regras alternativas aplicáveis nessa matéria.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

4. Que a sociedade defina e promova uma política de comunicação e contratos com acionistas e investidores institucionais no âmbito de sua implicação na sociedade, bem como com os assessores de voto, que seja plenamente respeitosa com relação as normas contra o abuso de mercado e que proporcione um tratamento semelhante aos acionistas que estiverem na mesma posição. E que a sociedade torne tal política pública por meio de seu site, incluindo informação referente à forma na qual ela foi colocada em prática e identificando os interlocutores ou responsáveis por realizá-la.

E que, sem prejuízo das obrigações legais de divulgação de informações privilegiadas e outro tipo de informação regulamentada, a sociedade dispõe também de uma política geral de comunicação de informações econômicas, financeiras, não financeiras e corporativas através dos canais considerados adequados (meios de comunicação, redes sociais ou outras vias) que contribuam para maximizar a divulgação e a qualidade das informações disponíveis no mercado, dos investidores e demais grupos de interesses.

Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []

5. Que o conselho de administração não eleve à assembleia geral uma proposta de delegação de facultades, para emitir ações ou valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferencial, por um montante superior a 20% do capital no momento da delegação.

E que quando o conselho de administração aprovar qualquer emissão de ações ou de valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferente, a sociedade publique imediatamente em seu site os relatórios sobre tal exclusão aos quais a legislação mercantil faz referência.

Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []

6. Que as sociedades cotadas que elaborarem os relatórios citados a seguir, seja de forma perceptiva ou voluntária, publique-os em seu site com antecedência suficiente à realização da assembleia geral ordinária, embora a sua difusão não seja obrigatória:

- a) Informar sobre a independência do auditor.
- b) Relatórios de funcionamento das comissões de auditorias e de nomeações e retribuições.
- c) Relatório da comissão de auditoria sobre operações vinculadas.

Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []

7. Que a sociedade transmita ao vivo, através do site, a realização das assembleias gerais de acionistas.

E que a sociedade disponha de mecanismos que permitam a delegação e o exercício do voto por meios informáticos (telemáticos) incluindo, no caso de sociedades de elevada capitalização e na medida em que isso possa ser proporcionado, a assistência e a participação ativa na Assembleia Geral.

Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

8. Que a comissão de auditoria assegure que as contas anuais que o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral de Acionistas sejam elaboradas em conformidade com as regras contábeis. E que naqueles estudos em que o auditor de contas tenha incluído em seu relatório de auditoria alguma ressalva, o presidente da comissão de auditoria explique com clareza na assembleia geral o parecer da comissão de auditoria a respeito de seu conteúdo e escopo, colocando-se à disposição dos acionistas no momento da publicação da convocatória da assembleia, juntamente com as demais propostas e relatórios do conselho, um resumo do referido parecer.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique

9. Que a sociedade torne público em seu site, de forma permanente, os requisitos e os procedimentos que aceitará para comprovar a titularidade de ações, o direito de assistência à assembleia geral de acionistas e o exercício ou delegação do direito de voto.

E que tais requisitos e procedimentos favoreçam a assistência e o exercício dos seus direitos aos acionistas e sejam aplicados de forma não discriminatória.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique

10. Que quando algum acionista legitimado tiver exercitado o direito de completar a ordem do dia ou de apresentar novas propostas de acordo antes da realização da assembleia geral de acionistas, a sociedade:

- Difunda imediatamente tais pontos complementares e novas propostas de acordo.
- Publique o modelo de cartão de assistência ou formulário de delegação de voto ou voto a distância com as modificações precisas, para que possam ser votados os novos itens da ordem do dia e propostas alternativas, de acordo com os mesmos termos propostos pelo conselho de administração.
- Submeta todos esses itens ou propostas alternativas à votação e aplique a eles as mesmas regras de voto que as formuladas pelo conselho de administração, incluídas, particularmente, as presunções ou as deduções sobre o sentido do voto.
- Após a assembleia geral de acionistas, comunique o detalhamento do voto sobre tais itens complementares ou propostas alternativas.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável

11. Que, caso a sociedade tenha previsto pagar prêmios de assistência à assembleia geral de acionistas, estabeleça antes uma política geral sobre tais prêmios e que tal política seja estável.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

12. Que o conselho de administração desempenhe suas funções com unidade de propósito e independência de critério, ofereça o mesmo tratamento a todos os acionistas que se encontrarem na mesma posição e se guie pelo interesse social, entendido como a consequência de um negócio rentável e sustentável a longo prazo, que promova a sua continuidade e a maximização do valor econômico da empresa.

E que na busca pelo interesse social, além do respeito às leis e aos regulamentos e de um comportamento baseado na boa-fé, na ética e no respeito aos usos e às boas práticas normalmente aceitas, procure conciliar o próprio interesse social com, conforme corresponda, os legítimos interesses dos seus funcionários, seus fornecedores, seus clientes e os dos restantes grupos de interesse que possam se ver afetados, assim como o impacto das atividades da companhia na comunidade em seu conjunto e no meio ambiente.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

13. Que o conselho de administração tenha a dimensão necessária para obter um funcionamento eficaz e participativo, por isso é aconselhável ter entre cinco e quinze membros.

Cumprir Explicar

14. Que o Conselho de Administração aprove uma política destinada a favorecer uma composição adequada do Conselho de Administração, e que:

- a) Seja concreta e verificável.
- b) garanta que as propostas de nomeação ou reeleição sejam fundamentadas em uma análise prévia das competências exigidas pelo conselho de administração; e
- c) favoreça a diversidade de conhecimentos, experiências, idade e gênero. Para esses efeitos, considera-se que as medidas que incentivam a empresa a ter um número significativo de diretoras executivas favorecem a diversidade de gênero.

Que o resultado da análise prévia das competências exigidas pelo conselho de administração conste no relatório justificativo da comissão de nomeações publicado ao convocar a assembleia geral de acionistas à qual for submetida a homologação, a nomeação ou reeleição de cada conselheiro.

A comissão de nomeações verificará todos os anos o cumprimento desta política e será informada sobre esse cumprimento no relatório anual de governança corporativa.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

15. Que os conselheiros externos proprietários e independentes constituam uma ampla maioria do conselho de administração e que o número de conselheiros executivos seja o mínimo necessário, levando em conta a complexidade do grupo societário e a porcentagem de participação dos conselheiros executivos no capital da empresa.

E que o número de conselheiras represente, no mínimo, 40% dos membros do Conselho de Administração até ao final de 2022 e que, após essa data, não seja inferior a 30%.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

16. Que a porcentagem de conselheiros proprietários sobre o total de conselheiros não executivos não seja maior que a proporção existente entre o capital da empresa, representado por tais conselheiros e o restante do capital.

Este critério poderá ser atenuado:

- a) Em sociedades de capitalização elevada em que as participações acionárias com consideração de significativas legalmente forem escassas.
- b) Quando se tratar de sociedades nas quais exista uma pluralidade de acionistas representados no conselho de administração e não existirem vínculos entre si.

Cumpre Explique

17. Que o número de conselheiros independentes represente, ao menos, metade do total de conselheiros.

Que, no entanto, quando a sociedade não for de capitalização elevada ou quando, mesmo sendo, contar com um acionista ou vários atuando concertadamente, controlem mais de 30% do capital social, o número de conselheiros independentes represente, pelo menos, um terço do total de conselheiros.

Cumpre Explique

18. Que as sociedades tornem pública, através do site, e mantenham atualizada, a seguinte informação sobre seus conselheiros:

- a) Perfil profissional e biográfico.
- b) Outros conselheiros de administração aos quais pertencerem, tratando-se ou não de sociedades cotadas, assim como sobre as demais atividades retribuídas que realizarem independente da sua natureza.
- c) Indicação da categoria de conselheiro à qual pertencerem, indicando, no caso de conselheiros proprietários, o acionista ao qual representam ou com quem tiverem vínculos.
- d) Data de sua primeira nomeação como conselheiro na sociedade, assim como das reeleições posteriores.
- e) Ações da companhia e opções sobre elas das quais forem titulares.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

19. Que no relatório anual de governança corporativa, com a verificação prévia pela comissão de nomeações, sejam explicadas as razões pelas quais tenham sido nomeados conselheiros proprietários em vez de acionistas com participação inferior a 3% do capital; e que sejam expostas as razões pelas quais não foram atendidas, se for o caso, petições formais de presença no conselho procedentes de acionistas com participação igual ou superior à de outros, em vez dos quais tiverem sido designados conselheiros proprietários.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável

20. Que os conselheiros proprietários apresentem sua demissão quando o acionista a quem representarem transmitir integralmente sua participação acionista. E que também o façam, em número correspondente, quando esse acionista reduzir sua participação acionária a um nível que exija a redução do número de conselheiros proprietários.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável

21. Que o conselho de administração não proponha a separação de nenhum conselheiro independente, antes do cumprimento do período estatutário, para o qual tiver sido nomeado, exceto quando coincidir justa causa, avaliada pelo conselho de administração antes do relatório da comissão de nomeações. Em particular, será entendido que existe justa causa quando o conselheiro passar a ocupar novos cargos ou contrair novas obrigações que lhe impedirem de dedicar o tempo necessário ao desempenho das funções próprias do cargo de conselheiro, descumprir os deveres inerentes ao seu cargo ou incorrer em algumas das circunstâncias que lhe fizerem perder sua condição de independente, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

Também poderá ser proposta a separação de conselheiros independentes como consequência de ofertas públicas de aquisição, fusões ou outras operações corporativas similares que representarem uma mudança na estrutura de capital da sociedade, quando tais mudanças na estrutura do conselho de administração forem causadas pelo critério de proporcionalidade indicado na recomendação 16.

Cumprir Explique


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

22. As sociedades devem estabelecer regras que obriguem seus conselheiros a informar e, se necessário, a demitir, quando houver situações que lhes digam respeito, relacionadas ou não com sua atuação na própria sociedade, que puderem prejudicar a credibilidade e a reputação da sociedade e, particularmente, a obrigação de informar ao conselho de administração qualquer causa penal em que estiverem presentes como investigados, bem como quaisquer ocorrências processuais.

E que, após ter sido informado ou de ter tido conhecimento das situações referidas no parágrafo anterior, o conselho examine o caso o mais rapidamente possível e, tendo em conta as circunstâncias específicas, decida, após relatório da comissão de nomeações e retribuições, se deve ou não tomar medidas, como a abertura de uma investigação interna, solicitar a demissão do conselheiro ou propor sua destituição. E que seja informado no relatório anual de governança corporativa, a menos que ocorram circunstâncias especiais que justifiquem, contudo, o assunto deverá ser registrado em ata. Isso deve ocorrer sem prejuízo das informações que a sociedade deve divulgar, se necessário, no momento da adoção das medidas correspondentes.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique

23. Que todos os conselheiros expressem claramente sua oposição quando considerarem que alguma proposta de decisão submetida ao conselho de administração possa ser contrária ao interesse social. E que outros o façam, especialmente os independentes e os outros diretores não afetados pelo conflito de interesse, quando se tratar de decisões que possam prejudicar os acionistas não representados no conselho de administração.

E quando o conselho de administração adotar decisões significativas ou reiteradas sobre as quais o conselheiro tenha formulado sérias reservas, este tire as conclusões que procederem e, se optar por demitir, que explique as razões na carta a que se refere a recomendação seguinte.

Esta Recomendação atinge também o secretário do conselho de administração, ainda que não tenha a condição de conselheiro.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável

24. Se, por demissão ou por acordo da Assembleia Geral, um conselheiro deixar de exercer funções antes do termo de seu mandato, explique de forma suficiente os motivos da sua demissão ou, no caso de conselheiros não executivos, sua opinião sobre os motivos de sua saída do Conselho de Administração, em uma carta que será enviada a todos os membros do Conselho de Administração.

E que, sem prejuízo de todas as informações no relatório anual de governança corporativa, na medida em que seja relevante para os investidores, a sociedade publique a destituição o mais rapidamente possível, incluindo uma referência breve sobre os motivos ou circunstâncias apresentados pelo conselheiro.

Cumprir Cumprir parcialmente Explique Não aplicável

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

25. Que a comissão de nomeações se certifique de que os conselheiros não executivos tenham suficiente disponibilidade de tempo para o correto desempenho das suas funções.

E que o regulamento do conselho estabeleça o número máximo de conselhos de sociedade dos quais seus conselheiros podem participar.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

26. Que o conselho de administração se reúna com a frequência precisa para desempenhar com eficácia suas funções e, ao menos, oito vezes por ano, seguindo o programa de datas e assuntos que estabelecer no início do exercício, podendo cada conselheiro, individualmente, propor outros itens da ordem do dia inicialmente previstos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

27. Que as faltas dos conselheiros se reduzam a casos indispensáveis e sejam quantificadas no relatório anual de governança corporativa. E que, quando aconteçam, a representação seja concedida com instruções.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

28. Que, quando os conselheiros ou o secretário manifestarem preocupações sobre alguma proposta ou, no caso dos conselheiros, sobre o desempenho da sociedade, e essas preocupações não forem resolvidas no conselho de administração, a pedido da pessoa que as manifestou, as mesmas sejam registradas na ata.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

29. Que a sociedade estabeleça os canais adequados para que os conselheiros possam obter a assessoria precisa para o cumprimento das suas funções incluindo, se as consequências exigirem, assessoria externa paga pela empresa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

30. Que, independentemente dos conhecimentos exigidos aos conselheiros para os exercícios das suas funções, as sociedades ofereçam, também, aos conselheiros programas de atualização de conhecimentos quando as circunstâncias o sugerirem.

Cumpre Explique Não aplicável


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

31. Que a ordem do dia das sessões indique com clareza os itens sobre os quais o conselheiro de administração deverá adotar uma decisão ou acordo para que os conselheiros possam estudar ou solicitar antes a informação precisa para a sua adoção.

Quando, excepcionalmente, por razões de urgência, o presidente quiser submeter à aprovação do conselho de administração decisões ou acordos que não constarem na ordem do dia, será preciso o consentimento prévio e expresso da maioria dos conselheiros presentes, que será devidamente expressado na ata.

Cumprido Cumprido parcialmente Explique

32. Que os conselheiros sejam periodicamente informados sobre os movimentos no grupo de acionários e sobre a opinião que os acionistas significativos, os investidores e as agências de qualificação tiverem sobre a sociedade e o seu grupo.

Cumprido Cumprido parcialmente Explique

33. Que o presidente, como responsável pelo funcionamento eficaz do conselho de administração, além de exercer as funções que ele designou legal e estatutariamente, prepare e submeta ao conselho de administração um programa de datas e assuntos a serem discutidos; organize e coordene a avaliação periódica do conselho, bem como, quando apropriado, a do diretor executivo da empresa; seja responsável pela direção do conselho e pela eficácia de sua operação; garanta que o tempo de discussão seja dedicado a questões estratégicas, e concorde e revise os programas de atualização de conhecimentos de cada diretor quando as circunstâncias o aconselharem.

Cumprido Cumprido parcialmente Explique

34. Que, quando houver um conselheiro coordenador, os estatutos ou o regulamento do conselho de administração, além das faculdades que lhes corresponderem legalmente, atribua-lhe as seguintes: presidir o conselho de administração na ausência do presidente e dos vice-presidentes, caso haja, transmitir as preocupações dos conselheiros não executivos; manter contatos com investidores e acionistas para conhecer seus pontos de vista a fim de formar uma opinião sobre suas preocupações, particularmente, em relação com a governança corporativa da sociedade; e coordenar o plano de sucessão do presidente.

Cumprido Cumprido parcialmente Explique Não aplicável

Todas as recomendações são cumpridas, exceto no que diz respeito à atribuição ao Conselheiro Coordenador das faculdades de presidir o Conselho de Administração na ausência do Presidente, de manter contatos com investidores e acionistas, e de coordenar a sucessão do Presidente. O Regulamento do Conselho de Administração atribui ao Conselheiro Coordenador as faculdades de solicitar a convocatória do Conselho de Administração ou a inclusão de novos itens na ordem do dia de um Conselho já convocado, coordenar e reunir os Conselheiros não executivos e dirigir, se for o caso, a avaliação periódica do Presidente do Conselho de Administração.

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, em caso de ausência do Presidente e dos Vice-presidentes, cabe ao conselheiro de maior idade presidir a reunião. Não obstante, a Conselheira Coordenadora também é a segunda Vice-presidente do Conselho e, por isso, preside as reuniões na ausência do Presidente e do Primeiro Vice-presidente.

Quanto às relações com os acionistas e investidores, em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Regulamento do Conselho de Administração, o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores é o próprio Conselho de Administração, estabelecendo na Política de Comunicação com Acionistas, Investidores e Assesores de Voto e de comunicação das informações econômicas, financeiras, não financeiras e corporativas os canais de comunicação com estes. A Companhia considera que essa configuração garante uma coordenação melhor e mais eficaz das relações da Companhia com seus investidores e acionistas.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Por último, o Regulamento do Conselho de Administração atribui ao Comitê de Nomeações e Retribuições a faculdade de avaliar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração, como estabelecido no artigo 529 da Lei de Sociedades de Capital.

35. Que o secretário do conselho de administração zele, especialmente, para que em suas ações e decisões o conselho de administração leve em consideração as recomendações sobre boa governança contidas neste Código de boa governança que foram aplicáveis à sociedade.

Cumpre Explique

36. Que o conselho de administração completo avalie uma vez por ano e adote, se for o caso, um plano de ação que corrija as deficiências detectadas com relação:

- a) À qualidade e à eficiência do funcionamento do conselho de administração.
- b) Ao funcionamento e à composição das suas comissões.
- c) À diversidade na composição e a competências do conselho de administração.
- d) Ao desempenho do presidente do conselho de administração e do diretor executivo da sociedade.
- e) Ao desempenho e à contribuição de cada conselheiro, prestando especial atenção aos responsáveis das diferentes comissões do conselho.

Para a realização da avaliação das diferentes comissões partir-se-á do relatório que estas levarem ao conselho de administração, e para a deste último, do que for levado à comissão de nomeações.

A cada três anos, o conselho de administração será assistido na avaliação por um consultor externo, cuja independência deverá ser verificada pelo comitê de nomeações.

As relações de negócio que o consultor ou qualquer sociedade do seu grupo mantiverem com a sociedade ou qualquer sociedade do seu grupo, deverão ser detalhadas no relatório anual de governança corporativa.

O processo e as áreas avaliadas serão descritos no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

37. Se houver uma comissão executiva com pelo menos dois conselheiros não executivos, sendo pelo menos um deles independente, e que o secretário seja o do Conselho de Administração.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

38. Que o conselho de administração tenha sempre conhecimento dos assuntos tratados e das decisões adotadas pela comissão executiva e que todos os membros do conselho recebam cópia das atas das sessões da comissão executiva.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

39. Que os membros da comissão de auditoria em seu conjunto e, em especial, seu presidente, sejam designados levando em consideração seus conhecimentos e sua experiência em termos de contabilidade, auditoria ou gestão de riscos tanto financeiros quanto não financeiros.
- Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []
40. Que sob a supervisão da comissão de auditoria, conte com uma unidade que assume a função de auditoria interna que zele pelo bom funcionamento dos sistemas de informação e controle interno e que funcionalmente dependa do presidente não executivo do conselho ou do da comissão de auditoria.
- Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique []
41. Que o responsável pela unidade que assume a função de auditoria interna apresente à comissão de auditoria, para aprovação por esta ou pelo conselho, seu plano de trabalho anual, informe diretamente sua execução, incluindo possíveis incidentes e limitações ao escopo em seu desenvolvimento, os resultados e o acompanhamento das recomendações, e que envie, ao final de cada exercício, um relatório das atividades.
- Cumpre [X] Cumpre parcialmente [] Explique [] Não aplicável []



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

42. Que, além das previstas na lei, correspondam à comissão de auditoria as seguintes funções:

1. Em relação aos sistemas de informação e controle interno:
 - a) Acompanhar e avaliar o processo de elaboração e a integridade das informações financeiras e não financeiras, bem como os sistemas de controle e gestão de riscos financeiros e não financeiros relativos à sociedade e, se for caso disso, ao grupo (incluindo operacionais, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e reputacionais ou relacionados com a corrupção) revisando o cumprimento dos requisitos normativos, a delimitação adequada do perímetro de consolidação e a aplicação correta dos critérios contábeis.
 - b) Garantir a independência da unidade que assume a função de auditoria interna; propor seleção, nomeação, reeleição e destituição do responsável pelo serviço de auditoria interna; propor o orçamento para esse serviço; aprovar ou propor a aprovação da orientação e do plano de trabalho anual da auditoria interna ao Conselho, certificando-se de que sua atividade está concentrada principalmente nos riscos relevantes (incluindo os reputacionais); receber informações periódicas sobre suas atividades; e verificar que a diretoria executiva está levando em consideração as conclusões e recomendações de seus relatórios.
 - c) Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita aos empregados e a outras pessoas relacionadas com a sociedade, como conselheiros, acionistas, fornecedores, contratantes ou subcontratantes, comunicar as irregularidades de potencial transcendência, incluindo as financeiras e contábeis ou de qualquer outra natureza, relacionadas com a empresa que informem a empresa ou do grupo. Este mecanismo deve garantir a confidencialidade e, em qualquer caso, prever casos em que as comunicações possam ser feitas anonimamente, respeitando os direitos do denunciante e do denunciado.
 - d) Assegurar, de modo geral, que as políticas e os sistemas estabelecidos em relação ao controle interno sejam aplicados de modo efetivo na prática.
2. Em relação com o auditor externo:
 - a) Em caso de renúncia do auditor externo, examinar as circunstâncias que o motivaram a isso.
 - b) Zelar para que a retribuição do auditor externo pelo seu trabalho não comprometa a sua qualidade nem a sua independência.
 - c) Supervisionar que a sociedade comunique, à Comissão Nacional do Mercado de Valores, a mudança de auditor e acompanhe o comunicado com uma declaração sobre a eventual existência de desacordos com o auditor que estiver saindo e, se houver, com o seu conteúdo.
 - d) Garantir que o auditor externo realize anualmente uma reunião com o conselho de administração para lhe informar sobre o trabalho realizado e sobre a avaliação da situação contábil e de riscos da sociedade.
 - e) Garantir que a sociedade e o auditor externo respeitem as normas vigentes sobre prestação de serviços diferentes dos de auditoria, os limites para a concentração do negócio do auditor e, em geral, as demais normas sobre independência dos auditores.

Cumpre

Cumpre parcialmente

Explique


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

43. Que a comissão de auditoria possa convocar qualquer funcionário ou diretor da empresa, e, inclusive, dispor que compareçam sem a presença de nenhum outro diretor.

Cumpr[e] Cumpre parcialmente Explique

44. Que a comissão de auditoria seja informada sobre as operações de modificações estruturais e corporativas que a sociedade projetar realizar para sua análise e seu relatório prévio ao conselho de administração sobre as suas condições econômicas e seu impacto contábil e, especialmente, se for o caso, sobre a equação de troca proposta.

Cumpr[e] Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

45. Que a política de controle e gestão de riscos identifique ou determine pelo menos:

- Os diferentes tipos de riscos financeiros e não financeiros (entre outros, operacionais, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e de reputação, incluindo os relacionados com corrupção) que a sociedade enfrenta, incluindo, entre os financeiros ou econômicos, os passivos contingentes e outros riscos fora do escopo do balanço.
- Um modelo de controle e gestão de riscos baseado em diferentes níveis, do qual fará parte uma comissão especializada em riscos quando as normas do setor prevejam, ou quando a sociedade julgar adequado.
- O nível de risco que a sociedade considerar aceitável.
- As medidas previstas para mitigar o impacto dos riscos identificados, em caso de que se materializem.
- Os sistemas de informação e controle interno que serão utilizados para controlar e administrar os riscos citados, incluindo os passivos contingentes ou riscos fora de balanço.

Cumpr[e] Cumpre parcialmente Explique

46. Sob a supervisão direta da comissão de auditoria ou, se for o caso, de uma comissão especializada do conselho de administração, exista uma função interna de controle e gestão de riscos exercida por uma unidade ou departamento interno da sociedade que tiver as seguintes funções expressamente atribuídas:

- Garantir o bom funcionamento dos sistemas de controle e gestão de riscos e, particularmente, que todos os riscos importantes que afetarem a sociedade sejam identificados, gerenciados e quantificados adequadamente.
- Participar ativamente da elaboração da estratégia de riscos e das decisões importantes sobre a sua gestão.
- Zelar para que os sistemas de controle e gestão de riscos reduzam os riscos adequadamente no contexto da política definida pelo conselho de administração.

Cumpr[e] Cumpre parcialmente Explique

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

47. Que os membros da comissão de nomeações e de retribuições -ou da comissão de nomeações e da comissão de retribuições, se estiverem separadas- sejam designados procurando fazer com que tenham conhecimentos, aptidões e experiência adequados para as funções que forem chamados a desempenhar e que a maioria de tais membros sejam conselheiros independentes.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

48. Que as sociedades de capitalização elevada contem com uma comissão de nomeações e com uma comissão de remunerações separadas.

Cumprir Explicar Não aplicável

A entidade considera que as questões relacionadas a nomeações e retribuições estão estreitamente vinculadas e, por isso, julga conveniente que sejam analisadas pelo mesmo comité.

49. Que a comissão de nomeações consulte o presidente do conselho de administração e o diretor executivo da empresa, especialmente quando se tratar de matérias relativas aos conselheiros executivos.

E que qualquer conselheiro possa solicitar à comissão de nomeações que leve em consideração, caso os considere idôneos, potenciais candidatos para cobrir vagas de conselheiro.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

50. Que a comissão de retribuições exerça suas funções com independência e que, além das funções que a lei lhe atribuir, correspondam-lhe as seguintes:

- Propor ao conselho de administração as condições básicas dos contratos dos diretores executivos.
- Verificar a conformidade com a política de remunerações estabelecida pela sociedade.
- Revisar periodicamente a política de remunerações aplicada aos conselheiros e diretores executivos, incluindo sistemas de remunerações baseados em ações e sua aplicação, e assegurar que sua remuneração individual seja proporcional àquela paga a outros conselheiros e diretores executivos da sociedade.
- Zelar para que os eventuais conflitos de interesses não prejudiquem a independência do assessoramento externo prestado à comissão.
- Verificar a informação sobre remunerações dos conselheiros e diretores executivos contida nos diferentes documentos corporativos, incluindo o relatório anual sobre remunerações dos conselheiros.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar

51. Que a comissão de retribuições consulte o presidente e o diretor executivo da sociedade, especialmente quando se tratar de assuntos referentes aos conselheiros executivos e diretores executivos.

Cumprir Cumprir parcialmente Explicar


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

52. Que as regras de composição e funcionamento das comissões de supervisão e controle constem no regulamento do conselho de administração e que sejam consistentes com as aplicáveis às comissões legalmente obrigatórias conforme as recomendações anteriores, incluindo:

- a) Que estejam compostas exclusivamente por conselheiros não executivos, com maioria de conselheiros independentes.
- b) Que seus presidentes sejam conselheiros independentes.
- c) Que o conselho de administração designe os membros dessas comissões, com base nos conhecimentos, aptidões e experiência dos conselheiros e os deveres de cada comissão; delibere sobre suas propostas e relatórios; que preste contas, no primeiro conselho de administração posterior às reuniões, da sua atividade; e que responda pelo trabalho realizado.
- d) Que as comissões possam obter assessoramento externo, quando o considerarem necessário para o desempenho de suas funções.
- e) Que façam ata das suas reuniões, que será colocada à disposição de todos os conselheiros.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

53. Que a supervisão do cumprimento das políticas e regras da sociedade em questões ambientais, sociais e de governança das sociedades, bem como dos códigos de conduta internos, seja atribuída a uma ou a várias comissões do conselho de administração, que podem ser a comissão de auditoria, a de nomeações, ou ainda uma comissão especializada em sustentabilidade ou responsabilidade social corporativa, ou outra comissão especializada que o conselho de administração, no exercício dos seus poderes de organização própria, decidir criar. E que essa comissão seja constituída somente por conselheiros não executivos, sendo a maioria independente e sejam atribuídas especificamente as funções mínimas indicadas na recomendação a seguir.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

A supervisão do cumprimento das políticas e regras da Sociedade em termos de governança corporativa e dos códigos de conduta internos compete expressamente ao Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE.

Quanto à supervisão do cumprimento das políticas e regras ambientais e sociais, a entidade possui um Comitê de Sustentabilidade Corporativa, um órgão interno com funções executivas e poderes de informação, assessoria e proposta em matéria de sustentabilidade. De acordo com as disposições da Política de Sustentabilidade Corporativa aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2021, este Comitê informa periodicamente ao Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., e/ou ao órgão delegado do Conselho competente a este respeito, sobre o grau de progresso em conformidade com a Política e estratégia de Sustentabilidade.

Sem prejuízo do acima exposto, o Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2022 a alteração do Contrato Social para atribuir ao Comitê de Risco, órgão delegado do Conselho de Administração, poderes em matéria de sustentabilidade, para renomeá-lo como Comitê de Risco e Sustentabilidade, que cumprirá plenamente com esta recomendação.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

54. As funções mínimas referidas na recomendação anterior são as seguintes:

- a) A supervisão do cumprimento das regras de governança corporativa e dos códigos de conduta internos da empresa, assegurando igualmente que a cultura corporativa está alinhada com seus objetivos e valores.
- b) A supervisão da aplicação da política geral referente à comunicação das informações econômicas e financeiras, não financeiras e corporativas, bem como à comunicação com acionistas e investidores, consultores em termos de votação e outros grupos de interesses. A forma como a instituição comunica e se relaciona com os acionistas minoritários e médios será igualmente acompanhada.
- c) A avaliação e a revisão periódicas do sistema de governança corporativa e de política ambiental e social da sociedade, com o objetivo de cumprir sua missão de promover o interesse social e levar em consideração, conforme corresponder, os legítimos interesses dos demais grupos de interesse.
- d) A supervisão de que as práticas da sociedade em termos ambientais e sociais estão em conformidade com a estratégia e a política estabelecidas.
- e) A supervisão e a avaliação dos processos de relação com os diferentes grupos de interesse.

Cumprir [] Cumprir parcialmente [X] Explique []

Competem expressamente ao Comitê de Auditoria e Conformidade as funções a) e c), esta última, no que diz respeito à avaliação e revisão periódica do sistema de governança corporativa.

Como indicado na recomendação 34), o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores. Por isso, assume as funções b) e e) mencionadas.

Por último, conforme referido na recomendação 53), o Comitê de Sustentabilidade assume as funções c) e d) em termos ambientais e sociais. Além disso, de acordo com o artigo 2 do Regulamento do Conselho de Administração, o Conselho de Administração tem competência para determinar a Política de Sustentabilidade da Sociedade.

Sem prejuízo do acima exposto, como indicado na recomendação 53) acima, o Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2022 alterar o Contrato Social a fim de dar ao Comitê de Risco, um órgão delegado do Conselho de Administração, a responsabilidade pela sustentabilidade.

55. As políticas de sustentabilidade ambientais e sociais identificam e incluem, pelo menos:

- a) Os princípios, compromissos, objetivos e estratégias referentes aos acionistas, funcionários, clientes e fornecedores; questões sociais e ambientais, de diversidade, de responsabilidade fiscal, de respeito aos direitos humanos e da prevenção à corrupção e outros comportamentos ilegais
- b) Os métodos ou sistemas para o acompanhamento da conformidade com as políticas, dos riscos associados e da sua gestão.
- c) Os mecanismos de supervisão de riscos não financeiros, incluindo os relacionados com aspectos éticos e de conduta empresarial.
- d) Os canais de comunicação, participação e diálogo com os grupos de interesse.
- e) Práticas de comunicação responsáveis que evitam a manipulação de informações e protegem a integridade e a honra.

Cumprir [X] Cumprir parcialmente [] Explique []


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

56. A remuneração dos conselheiros deve ser suficiente para atrair e manter conselheiros com a duração desejada e recompensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade que o cargo exige, mas não tão alta a ponto de comprometer a independência de julgamento dos conselheiros não-executivos.

Cumpre Explique

57. Que sejam circunscritas aos conselheiros executivos as remunerações variáveis ligadas ao rendimento da sociedade e ao desempenho pessoal, assim como a remuneração mediante entrega de ações, opções ou direito sobre ações ou instrumentos referentes ao valor da ação e os sistemas de economia a longo prazo, tais como planos de pensões, sistemas de aposentadoria ou outros sistemas de previdência social.

A entrega de ações poderá ser contemplada como remuneração aos conselheiros não executivos quando for condição que as mantenham até sua destituição como conselheiros. O anterior não será aplicado às ações que o conselheiro precisar alienar, em seu caso, para satisfazer os custos relacionados à sua aquisição.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

58. Que, em caso de remunerações variáveis, as políticas retributivas incorporem limites e as cautelas técnicas precisas para garantir que tais remunerações tenham relação com o desempenho profissional de seus beneficiários e não derivem apenas da evolução geral dos mercados ou do setor de atividade da companhia ou de outras circunstâncias similares.

E, particularmente, que os componentes variáveis das remunerações:

- Estejam vinculados a critérios de rendimento que sejam predeterminados e medíveis e que tais critérios considerem o risco assumido para a obtenção de um resultado.
- Promovam a sustentabilidade da empresa e incluam critérios não financeiros que sejam adequados para a criação de valor a longo prazo, como o cumprimento das regras e dos procedimentos internos da sociedade e das suas políticas para o controle e a gestão de riscos.
- São estabelecidos com base no equilíbrio entre o cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazos, que permitem que o desempenho seja remunerado pelo desempenho continuado durante um período de tempo suficiente para apreciar sua contribuição para a criação sustentável de valor, para que os elementos de medição desse desempenho não girem apenas em torno de eventos específicos, ocasionais ou extraordinários.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

59. Que o pagamento dos componentes variáveis da remuneração esteja sujeito a uma comprovação suficiente, e que as condições suficientes de rendimentos e outros tipos previamente estabelecidos tenham sido cumpridos. As instituições devem incluir no relatório anual de remunerações dos conselheiros os critérios relativos ao tempo necessário e aos métodos para essa verificação em função da natureza e das características de cada componente variável.

Que, além disso, as entidades avaliem o estabelecimento de uma cláusula de redução (“malus”) com base no diferimento por um período suficiente para o pagamento de uma parte das componentes variáveis que implique sua perda total ou parcial, caso ocorra algum evento antes do pagamento e que o desaconselhe.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

60. Que as remunerações relacionadas aos resultados da sociedade levem em conta as eventuais ressalvas apresentadas no relatório do auditor externo e minimizem esses resultados.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

61. Que uma porcentagem relevante da remuneração variável dos conselheiros executivos esteja vinculada à entrega de ações ou de instrumentos financeiros referentes ao seu valor.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

62. Uma vez atribuídas as ações, opções ou instrumentos financeiros relativos aos sistemas de remuneração, os conselheiros executivos não poderão transferir ou exercer seus direitos de titularidade até um prazo de, pelo menos, três anos.

Com exceção do caso em que o conselheiro mantenha, no momento da transmissão ou do exercício, uma exposição econômica líquida à variação do preço das ações pelo valor de mercado equivalente a pelo menos duas vezes a sua remuneração anual fixa por meio da titularidade de ações, opções ou outros instrumentos financeiros.

Isto não se aplica às ações que o conselheiro precise alienar com o objetivo de cobrir os custos relacionados com sua aquisição ou, após apreciação favorável da comissão de nomeações e retribuições, diante de situações extraordinárias que o exijam.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

No exercício de 2019, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, aprovou o Plano de Incentivos no Médio Prazo de 2019 a 2021, e de caráter extraordinário, não consolidado e plurianual. O período de avaliação do grau de realização dos objetivos do Plano é de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, do qual fazem parte os conselheiros executivos na sua qualidade de diretores executivos.

O incentivo será pago, no caso, parcialmente em espécie e parcialmente mediante a entrega de ações da MAPFRE S.A. O recebimento de 60% do incentivo de cada conselheiro executivo será diferido durante um período de três anos, por terços, correspondendo 50% da parte diferida a pagamento em espécie e o restante 50% a entrega de ações. O Plano prevê a obrigação de manter as ações durante um período máximo de dois anos, contados a partir da data de pagamento.


**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

63. Que os acordos contratuais incluam uma cláusula que permita à sociedade pedir o reembolso dos componentes variáveis da remuneração quando o pagamento não tiver estado ajustado às condições de rendimento ou quando tiverem sido pagos atendendo a dados cuja imprecisão seja comprovada posteriormente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

64. Que os pagamentos por resolução ou extinção do contrato não ultrapassem um montante equivalente a dois anos da retribuição total anual e que não sejam pagos até a sociedade ter podido verificar que o conselheiro cumpriu com os critérios ou condições estabelecidos.

Para efeitos da presente recomendação, entre os pagamentos por resolução ou extinção contratual são considerados quaisquer pagamentos cujo dever ou obrigação de pagamento surja como consequência ou por ocasião da extinção da relação contratual que vinculava o conselheiro com a sociedade, incluindo os montantes não previamente consolidados de sistemas de investimento de longo prazo e as quantidades pagas em virtude de pactos e sem competência pós-contratual.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

No caso dos conselheiros externos, não existem indenizações por destituição no cargo.

Quanto aos conselheiros executivos, sua destituição do cargo acarreta o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal.

A resolução antecipada da relação prévia (preexistente, em todos os casos, à aprovação do Código de boa governança das sociedades cotadas) implica, a menos que exista causa justificada de demissão precedente, uma indenização nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão improcedente.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

H. OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

1. Se existir algum aspecto relevante em matéria de governança corporativa na sociedade ou nas entidades do grupo que não esteja contemplado nas demais seções do presente relatório, mas que seja necessário incluir para reunir informações mais completas e fundamentadas sobre a estrutura e as práticas de governança na entidade ou seu grupo, detalhe-o resumidamente.
2. Dentro desta seção, você também pode incluir qualquer outra informação, esclarecimento ou relativos às seções anteriores do relatório, na medida em que são relevantes e não repetitivos.

Especificamente, indicar-se-á se a sociedade está submetida à legislação diferente da espanhola em matéria de governança corporativa e, se for o caso, incluir as informações que estão obrigadas a serem fornecidas e que são diferentes das exigidas no presente relatório.

3. A sociedade também poderá indicar sua aderência voluntária a outros códigos de princípios éticos ou de boas práticas internacionais, setoriais ou de outro âmbito. Se aplicável, o código será identificado em relação à data de adesão. Em particular, mencionará se aderiu ao Código de Boas Práticas Tributárias de 20 de julho de 2010:

CONTINUAÇÃO DA SEÇÃO C.2.1

Comitê de Auditoria e Conformidade

É formado por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos eles não executivos, a maioria dos quais, pelo menos, deverá ser de Conselheiros Independentes, e um deles será designado de acordo com seus conhecimentos e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou ambas. Os membros do Comitê terão, em conjunto, os conhecimentos técnicos adequados em relação ao setor de operações da Sociedade. Seu Presidente será um Conselheiro Independente e deverá ser substituído no cargo a cada quatro anos, podendo ser reeleito para esse cargo após ano contado a partir de sua destituição. O Secretário desse Comitê será o Secretário do Conselho de Administração. O Diretor Geral de Auditoria do Grupo comparecerá às reuniões na qualidade de convidado.

Durante o exercício de 2021, o Comitê de Auditoria e Conformidade foi responsável, entre outros, por informar de forma favorável as Contas Anuais correspondentes ao exercício de 2020, por supervisionar a eficácia do controle interno da Sociedade, por supervisionar as informações da Sociedade e de seu Grupo no âmbito da Solvência II, pela auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos da Sociedade e de seu Grupo, por informar operações vinculadas a acionistas significativos e altos cargos de representação, por aprovar honorários extraordinários do Auditor Externo, de informar favoravelmente ao Conselho de Administração da renovação do Auditor Externo, por informar as relações com o Auditor Externo, por conhecer as nomeações na Auditoria Interna, por conhecer as informações financeiras trimestrais a serem apresentadas à Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha), assim como por supervisionar a correta aplicação na sociedade e no Grupo das normas de boa governança e da normativa externa e interna.

Para mais informações, consulte o Relatório sobre a Composição e Funcionamento do Comitê no exercício de 2021, disponível no site da Sociedade, disponibilizado aos acionistas por ocasião da Assembleia Geral.

CONTINUAÇÃO DA SEÇÃO E.3

3. Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa

Os princípios éticos aplicados à gestão de negócios, cuja aplicação estrita é considerada a ação mais eficaz para mitigar esse tipo de risco, têm sido constantes na MAPFRE e fazem parte de seu estatuto e trabalho diário.

A dimensão global da MAPFRE e sua presença em mercados que tenham normas de governança corporativa muito diferentes aconselham contar com certas normas básicas que descrevam os princípios institucionais e de governança aplicáveis de forma geral em todos eles. Para normalizar a cultura empresarial, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. aprovou em 24 de junho de 2015 os "Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacional do Grupo MAPFRE" que, juntamente com o Código de Ética e Conduta, e a Política de Governança Corporativa, constituem a estrutura mínima obrigatória para todas as entidades que compõem a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança.



RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Além do acima exposto, também devem ser destacados a Política Fiscal Corporativa, a Política de Sustentabilidade Corporativa, o Código Interno de Conduta relativo a títulos cotados em bolsa emitidos pela MAPFRE e a Política para a Gestão de Conflitos de Interesses e Operações Vinculadas com Acionistas Significativos e Diretores e Diretores Executivos de Representação e Direção.

Para reforçar a aplicação estrita dos princípios éticos de gestão de negócios e valores corporativos estabelecidos nessas normas, a MAPFRE possui uma estrutura corporativa e organização executiva regidas por um alto e rigoroso controle e pela supervisão em todos os níveis: local, regional e global.

A fim de garantir o cumprimento e monitorar quaisquer possíveis irregularidades, a MAPFRE estabeleceu canais de consulta e comunicação de reclamações acessíveis aos funcionários:

- Canal de denúncias financeiras e contábeis, que permite aos funcionários do Grupo MAPFRE, além de conselheiros, acionistas, fornecedores, contratantes e subcontratantes, comunicar ao Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE S.A., de forma confidencial e, opcionalmente, anônima, as irregularidades de natureza financeira e contábil de potencial transcendência, para alertar a sociedade ou seu Grupo.

Durante o exercício de 2021, um total de três reclamações foram recebidas através do Canal de Reclamações Financeiras e Contábeis, as quais não foram admitidas para processamento, pois estavam relacionadas a assuntos fora do escopo deste canal.

- Consultas e denúncias Éticas. O Código de Ética estabelece três vias de comunicação: Internet, acessível aos funcionários e prestadores, disponível em inglês, espanhol, português e turco; correio postal; e e-mail. As denúncias e consultas são recebidas diretamente pelo Secretário do Comitê de Ética, garantindo sua confidencialidade.

Durante o exercício de 2021, o Comitê de Ética registrou um total de doze relatórios/reclamações através dos diversos canais de denúncia, dos quais onze não foram admitidos para processamento por estarem relacionados a assuntos fora do Código de Ética e Conduta e um foi processado e resolvido. A seguir, informações sobre a reclamação admitida para processamento pelo Comitê de Ética em 2021: reclamação de um funcionário na Espanha por supostas violações das regras técnicas de conduta no acionamento de peritagens. Foi realizada a investigação apropriada, concluindo que não houve violação do Código de Ética e Conduta, pois não foi provado que o regulamento interno da MAPFRE tenha sido violado, nem houve discriminação, arbitrariedade ou reclamações comparativas no acionamento de peritagens.

Adicionalmente, o Modelo de Prevenção de Riscos Penais, aprovado em abril de 2017 pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., estabelece as bases do Sistema de Prevenção de Riscos Criminais adotado pela MAPFRE, fornecendo à organização um modelo de supervisão para evitar a prática de crimes que possam ser atribuídos às entidades que integram o Grupo. Este modelo aumenta a consciência dos aspectos regulatórios com implicações criminais aos quais as entidades são expostas e estabelece a metodologia para a gestão e avaliação dos controles implementados para prevenir ou mitigar possíveis crimes. O Modelo de Prevenção de Riscos Criminais é aplicável aos representantes legais da MAPFRE, seus administradores sociais, gerentes, funcionários e outras pessoas sujeitas à autoridade ou instruções das pessoas mencionadas ou que operam em sua área de gestão, supervisão, vigilância ou controle. Estão incluídos os grupos que agem em nome, por conta ou de alguma forma no interesse do Grupo.

4. Riscos Operacionais

A identificação e a avaliação de riscos operacionais são realizadas por meio do modelo de controle de riscos, o qual se baseia em uma análise dinâmica por processos de cada entidade, no qual os gestores de cada área ou departamento avaliam os riscos potenciais que afetam suas atividades e a efetividade dos controles vinculados a cada processo. Para realizar este controle, são utilizados os questionários de autoavaliação de riscos, os manuais de controles internos, o inventário de controles associados a riscos e a avaliação de sua efetividade, assim como as medidas corretivas estabelecidas para reduzir os riscos e/ou melhorar o ambiente de controle.

Em relação aos riscos fiscais, a atuação do Grupo nesta área sempre foi regida pelo cumprimento das normas fiscais vigentes nos territórios em que atua, de tal forma que constitui uma aplicação prática do princípio institucional da ação ética e socialmente responsável em matéria tributária e dos princípios da Política Tributária Corporativa aprovada em 2015. Esses riscos são gerenciados internamente em cada jurisdição pelos departamentos de Administração e Consultoria Tributária, subcontratando a todo momento os serviços de consultoria tributária necessários com empresas pertinentes do setor.

Dentro dos riscos operacionais, o aumento do risco de cibersegurança ou Risco Cibernético é digno de nota. O uso massivo da tecnologia por entidades e clientes acelerados pela situação de teletrabalho massivo causada pela pandemia da COVID-19, juntamente com o aumento da ameaça tanto na frequência quanto na sofisticação dos ataques, implica na necessidade de proteger cidadãos e empresas contra este tipo de risco que pode comprometer os ativos digitais (informação), os sistemas de informação que os processam, transferem e armazenam, e os sistemas de informação utilizados para gerenciar infraestruturas críticas associadas aos serviços básicos. Para a gestão do Risco Cibernético, o Grupo MAPFRE possui uma Diretoria Corporativa de Segurança com pessoal certificado altamente especializado, ferramentas tecnológicas específicas e um Centro de Monitoramento de Resposta a Incidentes. Além disso, no caso da materialização do risco cibernético, o Grupo tem proteção específica de seguros nesta área, visando reduzir o possível impacto econômico que possa surgir.

A entidade aderiu (em 22 de julho de 2010) e cumpre o conteúdo do Código de Boas Práticas Tributárias, aprovado e promovido pelo Fórum de Grandes Empresas e pela Agência Tributária Espanhola.

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DAS
SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**

Este relatório anual de governança corporativa foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, em sua sessão do dia //

[09/02/2022]

Indique se houve conselheiros que votaram contra ou que se abstiveram em relação à aprovação deste Relatório.

[] Sim
[x] Não

Relatório do auditor sobre as “Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre Informação Financeira (SCIIF)” da MAPFRE, S.A. para o exercício financeiro de 2021



KPMG Asesore S.L
P °de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Relatório do auditor sobre as " Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira (SCIIF) " da MAPFRE, S. A. para o exercício financeiro de 2021

Aos Diretores da MAPFRE. SA

De acordo com a solicitação Conselho de Administração da MAPFRE, SA (a " Sociedade") e nossa carta proposta datada de 21 de dezembro de 2021, implementamos certos procedimentos sobre as " Informações relativas ao SCIIF" anexadas na seção F do Relatório Anual de Governança Corporativa da MAPFRE. S. A. para o exercício financeiro de 2021, que resume os procedimentos de controle interno da Sociedade em relação as informações financeiras anuais.

O Conselho de Administração é responsável pela adoção das medidas apropriadas para assegurar razoavelmente a implementação, manutenção e supervisão de um sistema de controle interno adequado, bem como o desenvolvimento de melhorias no referido sistema e a preparação e estabelecimento do conteúdo das informações anexas relativas ao SCIIF.

A este respeito, deve-se ter em mente que , independentemente da qualidade do projeto e da operabilidade do sistema de controle interno adotado pela Sociedade em relação às informações financeiras anuais. ela só pode fornecer uma garantia razoável, mas não absoluta, em relação aos objetivos que persegue, devido as limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno.

No decorrer de nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e de acordo com as Normas Técnicas de Auditoria, nossa avaliação do controle interno da Sociedade foi projetada exclusivamente como objetivo de estabelecer o escopo, a natureza e o tempo dos procedimentos para a auditoria das demonstrações financeiras anuais da Sociedade. Portanto, nossa avaliação do controle interno relevante para esta auditoria não foi suficiente para nos permitir expressar uma opinião específica sobre a eficácia do controle interno sobre as informações financeiras anuais reguladas.

Para fins de emissão deste relatório. aplicamos exclusivamente os procedimentos específicos descritos abaixo e indicados no Guia de Ação do Relatório do auditor sobre as Informações do Sistema de Controle Interno sobre as Informações Financeiras de entidades cotadas, publicado pela Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha) em seu website, que estabelece o trabalho a ser realizado, o escopo mínimo dele, bem como o conteúdo deste relatório. Como o trabalho resultante de tais procedimentos é, em qualquer caso, de escopo limitado e substancialmente menor do que uma auditoria ou uma revisão do sistema de controle interno, não expressamos uma opinião sobre a eficácia do sistema de controle interno, seu desenho e sua eficiência operacional em relação as informações financeiras anuais da Sociedade para o exercício de 2021 descritas nas divulgações do SCIIF que o, acompanham. Assim, se tivéssemos



aplicado procedimentos alérn daqueles do Guia ou conduzido um auditoria ou revisao do sistema de controle interno sobre ás informações anuais

regulada, outros fatos poderiam ter sido apresentados ou aspectos sobre os quais teriamos informado.

Além disso, como este trabalho especial não constituí uma auditoria de cantas e não está sujeito ás atuais normas de auditoría de contas da Espanha, não expressamos uma opinião de auditoria de acordo com essas normas.

Os procedimentos aplicados sao descritos a seguir:

1. Ler e compreender as informações elaboradas pela entidade em relação ao SCIIF – informações detalhadas incluídas no Relatório de Gestão - e avaliar se estas informações tralam de todas as informações necessárias, que seguirão o conteúdo mínimo descrito na seção F, relativa á descrição do SCIIF, do modelo IAGC conforme estabelecido na Circular 5/2013 de 12 de junho da Comissao Nacional do Mercado de Valores (CNMV) e emendas posteriores, senclo a mais recente a Circular CNMV 3/2021 de 28 de setembro da CNMV (doravante, as Circulares da CNMV).
2. Perguntas para o pessoal responsável pela elaboração das informações detalhadas no ponto 1 acima, a fim de: (i) obter uma compreensão do processo seguido em sua elaboração; (ii) obter informações para avaliar se a terminología utilizada está de acordo com as definições do marco de referencia; (iii) obter informações sobre se os procedimentos de controle descritos estao em vigor e em operação na entidade.
3. Revisão da documentação explicativa que sustenta as informações detalhadas no ponto 1 acima. que compreende principalmente a que é disponibilizada diretamente para os responsáveis pela formulação das informações descritivas sobre o SCIIF. A este respeito, tal documentação inclui relatórios preparados pela função de auditoría interna, pela diretoria executiva e por otros especialistas internos ou externos em suas funções de apoio ao comité de auditoría e conformidade.
4. Comparação das informações detalhadas no ponto 1 acima como conhecimento do SCIIF da entidade obtido como resultado da aplicação dos procedimentos realizados como parte do trabalho de auditoria das cantas anuais.
5. Leitura das atas das reuniões do conselho de adrninistração, do comité de Auditoría e conformidade e de outros comités da entidade, a fim de avaliar a consistencia, entre os assuntos ali tratados, em relação ao SCIIF e as informações detalhadas no ponto 1 acima.
6. Obtenção da carta de manifestações referente ao trabalho realizado, devidamente assinada pelos responsáveis pela preparação e formulação das informações detalhadas no ponto 1 acima.

Como resultado dos procedimentos aplicados as Informações relativas ao SCIIF, nao surgiram inconsistencias ou incidentes que possam afetar as mesmas.



Este relatório foi elaborado exclusivamente no contexto das exigências estabelecidas pelo artigo 540 do Texto Consolidado da Lei de Sociedades Espanholas e pelas circulares da CNMV para os fins da descrição do SCIIF nos Relatórios Anuais de Governança Corporativa.

KPMG Auditores, S.L.

Angel Crespo Rodrigo
09 de fevereiro de 2022

2.12 Relatório Anual sobre remunerações dos Conselheiros

A seguir, é incluído o Relatório Anual sobre Remunerações dos Conselheiros segundo previsto no artigo 538 do texto refundido da Lei de Sociedades de Capital.



**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES A NÓNIMAS COTADAS**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR

Data final do exercício de referência:	[31/12/2021]	
CNP J:	[A08055741]	
Razão Social:	[MAPFRE, S.A.]	
Sede social:	[CARRETERA DE POZUELO A MAJADAHONDA, 52 EDIF.1 (MAJADAHONDA) MADRI]	

1 /



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

A. POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DA SOCIEDADE PARA O EXERCÍCIO EM ANDAMENTO

A.1.1 Explique a política vigente de remunerações dos conselheiros aplicável ao exercício em andamento. Na medida em que for relevante, certas informações podem ser incluídas por referência na política de retribuição aprovada pela assembleia geral de acionistas, desde que a inclusão seja clara, específica e concreta.

Devem ser descritas as determinações específicas para o exercício em andamento, tanto das remunerações dos conselheiros como do desempenho das funções executivas que o conselho teria realizado em conformidade com as disposições dos contratos assinados com os conselheiros executivos e com a política de remunerações aprovada pela assembleia geral.

Em qualquer caso, devem ser indicados, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Descrição dos procedimentos e órgãos da sociedade envolvidos na determinação, aprovação e aplicação da política de remunerações e suas condições.
- b) Indique e, se for caso disso, explique se foram levadas em consideração empresas comparáveis para estabelecer a política de remunerações da sociedade.
- c) Informações sobre a participação de um assessor externo e, se for caso disso, a sua identidade
- d) Procedimentos incluídos na política de remunerações dos conselheiros existentes para a aplicação de exceções temporárias à política, condições sob as quais tais exceções podem ser usadas e os componentes que podem estar sujeitos a exceções nos termos da política.

i) Princípios e fundamentos gerais da política vigente:

A retribuição dos conselheiros é determinada de acordo com o estabelecido pela norma aplicável às sociedades de capital, aos Estatutos e Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade e aos acordos adotados pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração definiu, na sua reunião realizada em 9 de fevereiro de 2022, submeter à Assembleia Geral de Acionistas do próximo 11 de março a proposta de nova Política de Remunerações de Conselheiros para o período 2022- 2024, cujos princípios e fundamentos gerais são os seguintes:

- Prioridade para a criação de valor e rentabilidade a médio e longo prazo em relação à obtenção de resultados a curto prazo.
- Proporcionalidade razoável com a situação econômica da Sociedade e os padrões de mercado de empresas comparáveis.
- Consonância com a estratégia comercial e de gestão de riscos, seu perfil de risco, seus objetivos e práticas de gestão de riscos.
- Gestão adequada e eficaz dos riscos, sem exceder os limites estabelecidos de tolerância ao risco.
- Atração e retenção do talento.
- Compensação adequada por dedicação, qualificação e responsabilidade.
- Proporção adequada dos componentes fixos e variáveis para evitar a dependência excessiva dos componentes variáveis.
- Diferimento do pagamento de uma parte substancial da retribuição variável.
- Possibilidade de ajustes ex-post da retribuição variável.
- Prevenção de conflitos de interesses.
- Alinhamento do sistema de retribuição dos conselheiros executivos com o conjunto dos diretores da Sociedade.
- Não-discriminação por motivos de gênero, raça ou ideologia e remuneração igual para postos de igual valor.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Em aplicação dos princípios acima indicados, o sistema de remunerações dos conselheiros, na sua qualidade como conselheiros, tem as seguintes características:

- É transparente nas informações sobre as retribuições dos conselheiros.
- É um incentivo para retribuir sua dedicação, qualificação e responsabilidade, sem ser um obstáculo para seu dever de lealdade.
- Consiste em uma remuneração fixa por pertencerem ao Conselho de Administração e, se for o caso, à Comissão e Comitês Delegados, podendo ser superiores para as pessoas que ocupam cargos no próprio Conselho ou que presidem os Comitês Delegados. Os membros da Comissão Delegada também receberão uma dieta por assistência em suas reuniões. Essa remuneração é complementada com outras compensações não monetárias que estejam estabelecidas de forma geral para o pessoal da Sociedade no Convênio Coletivo da MAPFRE Grupo Segurador.
- Não incorpora componentes variáveis ou ligados ao valor da ação.
- Os conselheiros são compensados pelas despesas de viagem, deslocamento e outras que realizem para participar de reuniões da Sociedade ou para o exercício das suas funções.

O sistema de remuneração dos conselheiros que desempenham funções executivas na Sociedade tem as seguintes características e medidas para assegurar a consistência com a estratégia, interesses e sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e de seu Grupo, e com as condições de remuneração dos diretores e funcionários em geral, e para reduzir a exposição a riscos excessivos:

- Relação equilibrada entre os componentes fixos e variáveis da remuneração e orientação para obtenção de resultados a longo prazo.
- Retribuição variável ligada a objetivos econômico-financeiros, à criação de valor para o acionista e ligada à sustentabilidade, em linha com o Plano Estratégico da MAPFRE.
- Retribuição variável em médio e longo prazo através de planos de incentivos plurianuais, baseados em resultados de longo prazo, e parcialmente instrumentados através da entrega de ações da MAPFRE, S.A. sujeitas a um período de retenção.
- Retribuição variável com diferimento parcial e a possibilidade de redução (cláusula de malus) ou reembolso total ou parcial (cláusula de clawback).

A política de remunerações, portanto, contribui para a estratégia empresarial, interesses e sustentabilidade de longo prazo da Sociedade, com o objetivo de criar valor para o acionista de forma sustentável ao longo do tempo, com uma gestão de risco prudente e em estrita conformidade com os regulamentos atuais sobre as remunerações dos conselheiros das sociedades cotadas.

No que diz respeito aos critérios utilizados para determinar os diferentes componentes do pacote de retribuições dos conselheiros, no caso dos conselheiros externos, o objetivo é remunerá-los em função do seu valor profissional, da sua dedicação ao cargo e da sua responsabilidade, sem que a sua objetividade na defesa dos interesses sociais possa ser afetada pela retribuição recebida.

No caso dos conselheiros executivos, o objetivo, assim como os outros cargos dos diretores executivos do Grupo, é a criação de pacotes de retribuições competitivos, que permitam atrair e manter os profissionais mais destacados, ao estabelecer uma relação estável e com propensão à permanência no tempo entre a remuneração, os resultados e os riscos assumidos (para os quais esses efeitos constituem um fator determinante da retribuição variável no médio e longo prazo).

[A INFORMAÇÃO DESTE PARÁGRAFO CONTINUA NO PARÁGRAFO D.1 DESTE RELATÓRIO]

A.1.2 Importância relativa aos conceitos de retribuição variável em relação à fixa (mix de retribuição) e que critérios e objetivos foram levados em consideração na sua determinação e para assegurar um equilíbrio adequado entre os componentes fixos e variáveis da remuneração. Em particular, indicar as ações tomadas pela sociedade em relação ao sistema de remunerações para reduzir a exposição a riscos excessivos e alinhá-lo aos objetivos, valores e interesses de longo prazo da sociedade, incluindo, quando apropriado, uma referência a medidas previstas para assegurar que a política de remunerações aborde o desempenho de longo prazo da sociedade, medidas tomadas em relação àquelas categorias de pessoal cujas atividades profissionais têm um impacto material sobre o perfil de riscos da entidade e medidas previstas para evitar conflitos de interesse.

Além disso, indique se a sociedade estabeleceu um período de geração ou consolidação de determinados conceitos de retribuição variável, em dinheiro, ações ou outros instrumentos financeiros, um período de diferimento no pagamento de montantes ou na entrega de instrumentos financeiros já existentes e investidos, ou se uma cláusula tiver sido acordada para reduzir a remuneração diferida que ainda não tenha sido consolidada ou que obrigue



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

o conselheiro a devolver remunerações recebidas, quando tais remunerações tiverem sido baseadas em dados que se provaram posteriormente serem comprovadamente imprecisos.

Os conselheiros executivos contam com um sistema de retribuição variável a curto prazo baseado principalmente em um componente anual ligado ao lucro líquido consolidado da Sociedade e ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido do Grupo (ROE) e, adicionalmente, outro componente ligado ao cumprimento da Taxa Combinada Automóveis Global (RCAG) e percentuais de crescimento nos prêmios imputados e variação nas despesas imputadas (excluindo vida poupança). Além disso, dispõem de regimes de incentivos variáveis de natureza plurianual relacionados com o cumprimento dos objetivos estabelecidos em conformidade com o Plano Estratégico do Grupo.

No que diz respeito ao diferimento da remuneração variável do curto prazo dos conselheiros executivos, o pagamento de, pelo menos, 30 por cento da remuneração deve ser diferido por um período mínimo de três anos.

Por outro lado, o pessoal relevante e aquelas outras pessoas que desempenham funções-chave ou cuja atividade profissional tem um impacto no perfil de risco da Sociedade têm um sistema de retribuição variável ligado à realização de objetivos tanto financeiros como não financeiros diretamente vinculados aos planos estratégicos e também sujeitos a regras de diferimento. Em particular, os conselheiros executivos da Sociedade fazem parte de um Plano de Incentivos de Médio e Longo Prazo de caráter extraordinário, não consolidável, que consiste em três ciclos sobrepostos com um período de medição de objetivos de três anos cada (2022-2024, 2023-2025 e 2024-2026), que será pago parcialmente em dinheiro e parcialmente através da entrega de ações da MAPFRE, S.A. Os objetivos para o primeiro ciclo sobreposto (2022-2024) se referem a (i) retorno relativo do acionista total (TSR) (comparação entre o TSR da MAPFRE e o TSR do grupo de empresas que compõem o Eurostoxx Insurance no período de medição do Plano), (ii) retorno médio sobre o patrimônio (ROE), (iii) a Taxa combinada de não vida (média), e (iv) objetivos ligados à sustentabilidade. Os objetivos acima se referem, geralmente, a médias ao longo de um período de três anos, portanto só é possível obter tal remuneração através de uma gestão que gere resultados sustentáveis e modelos de negócios ao longo do tempo.

No caso da remuneração variável de médio e longo prazo, o pagamento de 60 por cento da remuneração deve ser diferido por um período mínimo de três anos. Além disso, os conselheiros executivos devem manter a propriedade de todas as ações por um período máximo de dois anos a partir da data de entrega das ações.

Em conformidade com a Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024, os componentes fixos e variáveis da remuneração devem ser equilibrados de tal forma que o componente fixo constitua uma parte suficientemente elevada da remuneração total, de modo que seja possível aplicar uma política plenamente flexível no que diz respeito aos componentes variáveis da remuneração, criando inclusive a possibilidade de não pagar esses últimos. Para evitar que sejam assumidos riscos excessivos, a percentagem do componente variável relativo à remuneração fixa tende a não superar o 100 por cento.

Para o exercício financeiro de 2022, o peso da retribuição variável alvo (soma da retribuição variável anualizada de curto, médio e longo prazo e da parte variável dos sistemas de poupança de longo prazo) sobre a retribuição fixa (soma da remuneração fixa anual e da parte fixa dos sistemas de poupança de longo prazo, excluindo os montantes correspondentes aos benefícios sociais) de todos os conselheiros executivos é de 68,73 por cento.

Para um equilíbrio adequado entre componentes fixos e variáveis, a Sociedade tomou como referência as práticas remuneratórias das empresas do IBEX 35.

Além disso, os contratos dos conselheiros executivos incluem as seguintes cláusulas que podem afetar 100 por cento da remuneração variável:

- Cláusula de redução (malus): contempla a redução parcial ou total das remunerações auferidas ou pendentes de pagamento em determinadas circunstâncias graves, quer seja por atuações irregulares ou situações que afetem a liquidação realizada.

- Cláusula de revalorização (clawback): prevê especificamente o reembolso, parcial ou total, no prazo de três anos, a contar do pagamento das remunerações variáveis pagas.

Em relação a potenciais situações de conflito de interesses, a regulamentação interna da entidade estabelece que os Órgãos de Governança da MAPFRE serão informados através da Secretaria Geral. Esses Órgãos de Governança determinam a ocorrência ou não do conflito e, em caso afirmativo, determinam as medidas de proteção do interesse social de acordo com as circunstâncias, e essas medidas devem ser acatadas pelas partes envolvidas.

A.1.3 O montante e a natureza dos elementos fixos previstos para o exercício pelos conselheiros, na sua qualidade de conselheiros.

Os conselheiros externos recebem como retribuição básica uma renda fixa por pertencerem ao Conselho de Administração e, se for o caso, à Comissão e Comitês Delegados, que pode ser superior para as pessoas que ocupam cargos no próprio Conselho ou que presidem os Comitês Delegados do Conselho. Os membros da Comissão Delegada também receberão uma dieta por assistência em suas reuniões. Essa remuneração poderá ser complementada com outras compensações não monetárias que estejam estabelecidas de forma geral para os funcionários da entidade.

(1) Pagamento fixo e dieta por assistência.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Para o exercício de 2022, as quantidades correspondentes a esses conceitos são as seguintes:

- Participação no Conselho de Administração: 110.000 euros
- Vice-presidência Conselho de Administração – Conselheiro Independente Coordenador: 220.000 euros
- Participação na Comissão Delegada: 10.000 euros mais uma dieta por assistência de 3.000 euros por reunião
- Presidência do Comitê de Auditoria e Conformidade: 70.000 euros
- Vogais do Comitê de Auditoria e Conformidade: 49.000 euros
- Presidência do Comitê de Nomeações e Retribuições: 62.000 euros
- Vogais do Comitê de Nomeações e Retribuições: 40.000 euros
- Presidência do Comitê de Riscos: 62.000 euros
- Vogais do Comitê de Riscos: 40.000 euros

(ii) Compensações não monetárias.

Os conselheiros externos são beneficiários da compensação não monetária estabelecida na seção A.1.5 abaixo.

(iii) Pagamentos por participação em Conselhos de Administração de entidades filiais.

Os conselheiros externos que fazem parte de Conselhos de Administração de entidades filiais recebem igualmente um pagamento fixo como membros e, se for caso, pelas suas Comissões Diretoras.

O montante desses pagamentos varia em função da dimensão e da localização geográfica da entidade filial.

A.1.4 Montante e natureza dos componentes fixos que serão adicionados no exercício das funções de diretoria executiva dos conselheiros executivos.

Os conselheiros executivos não recebem a remuneração fixa e as dietas de assistência estabelecidas para os conselheiros em sua capacidade como tais.

No desempenho de suas funções executivas, a retribuição fixa dos conselheiros é determinada de acordo com a Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024 e de acordo com o mencionado em seus respectivos contratos.

Para o exercício de 2022, a retribuição salarial fixa bruta dos quatro conselheiros executivos eleva-se, no seu conjunto, a 2.307.499 de euros, sendo 1.878.241 de euros correspondentes à Sociedade, e 429.258 euros correspondentes a outras sociedades do Grupo.

A.1.5 Montante e natureza de qualquer componente de remuneração em espécie que será auferido no exercício, incluindo, entre outros, os prêmios de seguros pagos em benefício do conselheiro.

Os conselheiros externos recebem as seguintes compensações não monetárias que estão estabelecidas de forma geral para o pessoal da Sociedade no Convênio Coletivo da MAPFRE Grupo Segurador:

- Seguro de vida em caso de morte com um montante de capital segurado de 150.253 euros.
- Bonificação sobre produtos comercializados por empresas do Grupo MAPFRE.
- Presente de Natal.

No caso dos conselheiros executivos, eles têm direito aos seguintes benefícios sociais e prestações estabelecidos em geral para a diretoria executiva da Sociedade:

- Compromissos por pensões de contribuição descritos na seção A.1.7 abaixo.
- Seguro de Saúde específico e check-up médico.
- Seguro de morte.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- Seguro de vida com capital segurado em caso de morte ou invalidez absoluta de 400 por cento da remuneração fixa, com uma cláusula de dupla soma de capital em caso de morte acidental.

- O uso particular de veículo de empresa de acordo com as condições estabelecidas na política de cessão de veículos da MAPFRE.

- Programa de bolsas para filhos.

Além disso, os conselheiros executivos, como os demais funcionários da Sociedade, são beneficiários de outras prestações cujas características principais estão definidas no Acordo Coletivo de Trabalho da MAPFRE Grupo Segurador.

A.1.6 Montante e natureza das componentes variáveis, distinguindo entre os estabelecidos em curto e longo prazos. Parâmetros financeiros e não financeiros, incluindo parâmetros sociais, ambientais e de mudança climática, selecionados para determinar a remuneração variável no exercício financeiro em andamento, explicando até que ponto tais parâmetros estão relacionados ao desempenho tanto do conselheiro como da entidade e seu perfil de risco, e a metodologia, o cronograma e as técnicas previstas para poder determiná-los, ao final do exercício, o grau de cumprimento efetivo dos parâmetros utilizados na concepção da remuneração variável, explicando os critérios e fatores aplicados em termos de tempo necessário e métodos para verificar se o desempenho ou outras condições às quais a acumulação e a aquisição de cada componente da retribuição variável estava ligada foram efetivamente atendidos.

Indicar o intervalo de valores, em termos monetários, dos diferentes componentes variáveis, em função do grau de cumprimento dos objetivos e parâmetros estabelecidos, e se existe um montante monetário máximo em termos absolutos.

Como indicado acima, somente os conselheiros executivos recebem retribuição variável, da qual dois tipos podem ser distinguidos:

(i) **Retribuição variável a curto prazo:**

De acordo com as disposições da Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024, os conselheiros executivos do Grupo fazem parte do grupo de altos diretores que estabeleceram um sistema de retribuição variável de curto prazo baseado principalmente em um componente anual ligado ao lucro líquido consolidado da Sociedade e ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) do Grupo.

Essa retribuição variável de curto prazo pode atingir, em 2022, um montante total de 3.429.395 euros brutos, sendo 2.796.933 euros correspondentes à Sociedade e 632.462 euros correspondentes a outras sociedades do Grupo.

Este componente da retribuição variável de curto prazo dependerá do grau de cumprimento do objetivo de lucro líquido consolidado anual da Sociedade, de acordo com a seguinte escala:

- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for inferior a 50 por cento, o grau de cumprimento será de 0 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 50 por cento, e inferior a 80 por cento, o grau de cumprimento será de 50 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 80 por cento, e inferior a 100 por cento, o grau de cumprimento será proporcional.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for superior a 100 por cento, e inferior a 125 por cento, o grau de cumprimento será de 100 por cento mais duas vezes o excesso sobre o 100 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 125 por cento, o grau de cumprimento será de 150 por cento.

O resultado da aplicação desta escala será ajustado para cima ou para baixo em 5 pontos, dependendo do alcance do objetivo de Return on Equity (ROE).

Além disso, a Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024, prevê expressamente que, adicionalmente, o Conselho de Administração pode estabelecer componentes de curto prazo relacionados ao cumprimento de objetivos específicos.

Um componente ligado a dois objetivos separados foi estabelecido para 2022: (i) Taxa Combinada de Automóveis Global (GCR) e (ii) percentuais de crescimento de prêmios imputados e mudança nas despesas imputadas (excluindo vida poupança).

Esta retribuição pode atingir em 2022 um montante total de 318.750 euros brutos, sendo 250.000 euros correspondentes à Sociedade, e 68.750 euros a outras sociedades do Grupo.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Este componente de retribuição variável de curto prazo será calculado como a soma ponderada do cumprimento dos seguintes objetivos, ponderados em 50 por cento cada um:

• Taxa Combinada Automóveis Global:

- Se for menor ou igual ao objetivo estabelecido, o objetivo será entendido como sendo 100 por cento atingido.
- Se for maior que o objetivo, mas igual ou menor que 99 por cento, o cumprimento será de 50 por cento.
- Se for superior a 99 por cento, o cumprimento será de 0 por cento.

• Objeto conjunto de crescimento percentual em prémios imputados e mudança percentual em despesas imputadas (excluindo vida economia):

- Se ambos os objetivos forem atingidos, o objetivo será considerado 100 por cento atingido.
- Se o objetivo de crescimento percentual nos prémios ganhos for maior do que a mudança percentual nas despesas imputadas (excluindo vida economia) e desde que (i) o diferencial entre os dois seja mantido e (ii) haja um crescimento positivo nos prémios ganhos, a conformidade será de 50 por cento.
- Caso contrário, o cumprimento será de 0 por cento.

A retribuição variável de curto prazo, que é paga, em todos os casos, em espécie, é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, após relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições.

A avaliação do grau de cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos para a retribuição variável de curto prazo é realizada com base nas contas anuais daquele ano preparadas pelo Conselho de Administração. O acordo correspondente, se aplicável, é geralmente feito no primeiro trimestre do ano seguinte.

(ii) Retribuição variável em médio e longo prazos:

O Conselho de Administração, mediante proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, aprovou no dia 9 de fevereiro de 2022 um Plano de Incentivos a Médio e Longo Prazo de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, do qual fazem parte os principais diretores do Grupo MAPFRE, incluindo os conselheiros executivos.

O objetivo do Plano é alinhar os interesses da equipe de diretores com a Sociedade e seu Plano Estratégico, vinculando sua retribuição à criação de valor para os acionistas da MAPFRE e à realização sustentável dos objetivos estratégicos.

O Plano é composto de três ciclos sobrepostos com um período de medição de objetivos de três anos cada um: 2022-2024, 2023-2025 e 2024-2026.

Os incentivos do Plano estão vinculados ao cumprimento dos objetivos, tanto financeiros quanto não financeiros, estabelecidos para cada um dos ciclos em que o Plano é dividido e, em geral e exceto em casos especiais de dissociação do beneficiário com o Grupo expressamente estabelecido, à manutenção da relação até a data final de cada um dos ciclos.

O incentivo correspondente a cada ciclo deverá ser pago parcialmente em dinheiro e parcialmente através da entrega de ações da MAPFRE, S.A., com um diferimento em ambos os casos de 60 por cento ao longo de um período de três anos, por terceiros.

Os conselheiros executivos devem manter a propriedade de todas as ações por um período máximo de dois anos a partir da data de entrega das ações.

A Conselho de Administração da Sociedade, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, determinará os objetivos para cada ciclo e estabelecerá, no início de cada um deles, o montante em dinheiro e em ações MAPFRE a serem recebidas, se houver, por cada conselheiro executivo, desde que os objetivos estabelecidos sejam atingidos.

A política de remunerações dos Conselheiros para o período 2022- 2024 submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas estabelece em 2.394.882 ações o número máximo de ações a entregar como consequência da execução do Plano.

O cálculo e a determinação do incentivo deverão ser realizados dentro de trinta dias após a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da MAPFRE das Contas Anuais Consolidadas correspondentes ao ano de conclusão de cada ciclo, e deverão estar sujeitos ao cumprimento dos seguintes requisitos

(i) manter uma relação ativa, quer seja de trabalho ou comercial, com o Grupo MAPFRE durante a vigência do Plano, e

(ii) que a Sociedade não esteja em perda, conforme os últimos demonstrativos financeiros aprovados.

Os objetivos para o primeiro ciclo sobreposto (2022-2024) referem-se (i) ao Total Shareholder Return (TSR) relativo (uma comparação entre o TSR da MAPFRE e o TSR do grupo de empresas que compõem o Eurostoxx Insurance no período de medição do Plano), com uma ponderação de 40 por cento, (ii) ao Return on Equity médio (ROE), com uma ponderação de 30 por cento, (iii) Taxa combinada de não vida global (média), com uma ponderação de 20 por cento, e (iv) objetivos de sustentabilidade, com uma ponderação de 10 por cento.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

A regra de cálculo para determinar o incentivo para o primeiro ciclo 2022-2024 é a seguinte:

- Se o cumprimento, uma vez conhecida a soma ponderada do cumprimento dos objetivos, for igual ou superior a 0 por cento e até 135 por cento, a percentagem de realização do final será proporcional. O limite máximo é de 135 por cento.

Se as hipóteses de cumprimento máxima para o primeiro ciclo 2022-2024 fossem cumpridas: (i) o montante em dinheiro poderia atingir um montante total de 1.721.250 euros brutos, correspondentes à Sociedade 1.350.000 euros, e a outras empresas do Grupo 371.250 euros; e (ii) o montante em ações poderia atingir um total de 957.953 ações, correspondentes à Sociedade 751.336 ações, e a outras sociedades do Grupo 206.617 ações.

Para evitar riscos excessivos, a percentagem do componente variável (curto, médio e longo prazo) em relação à remuneração fixa dos conselheiros executivos tenderá a não exceder 100 por cento.

Finalmente, conforme indicado na seção acima, a retribuição variável de curto, médio e longo prazo estará sujeita a regras de diferimento e cláusulas de revalorização (malus) e recobro (clawback), conforme descrito na seção A.1.2 acima.

A.1.7 Principais características dos sistemas de poupança de longo prazo. Entre outras informações, serão indicadas as contingências cobertas pelo sistema, se é de contribuição ou prestação definida, a contribuição anual que cabe realizar aos sistemas de contribuição definida, a prestação a qual os beneficiários tenham direito no caso de sistemas de prestação definida, as condições de consolidação dos direitos econômicos a favor dos conselheiros e sua compatibilidade com qualquer tipo de pagamento ou indenização por resolução ou destituição antecipada, ou derivado do término da relação contratual, nos termos previstos, entre a sociedade e o conselheiro.

Deve ser indicado se o fato de um plano de poupança de longo prazo ter sido sujeito a um acúmulo ou consolidação está relacionado com a realização de determinados objetivos ou parâmetros relacionados com o desempenho de curto e longo prazo do conselheiro.

Os conselheiros executivos, em sua qualidade de membros da equipe diretiva do Grupo, são beneficiários dos seguintes compromissos de pensão de contribuição definida em caso de aposentadoria, morte ou invalidez permanente, compromissos externalizados através de seguros coletivos de vida:

(i) Seguro de vida pelo qual a Sociedade e outras sociedades do Grupo se comprometem a pagar anualmente, como prêmio, uma percentagem de 75 por cento - com um limite de 102,5 por cento do prêmio do ano anterior - (no caso do Presidente e do Primeiro Vice-Presidente) ou 20 por cento (no caso dos outros conselheiros executivos) da retribuição bruta anual do conselheiro, prêmios que deverão totalizar em 2022 a 1.389.886 euros.

Os direitos econômicos de todos os conselheiros executivos decorrentes das apólices de seguro que implementam esses compromissos são consolidados.

(ii) Seguro de vida complementar, em favor do Primeiro Vice-Presidente, pelo qual a Sociedade se compromete a pagar um prêmio fixo anual por um determinado período, cujo valor máximo será de 400.000 euros em 2022.

Os direitos econômicos da apólice de seguro só serão considerados como direitos adquiridos e, portanto, serão considerados acumulados, no caso da ocorrência das contingências cobertas (aposentadoria, invalidez permanente e morte), bem como no caso de demissão injusta ou rescisão da relação pela MAPFRE por motivos não imputáveis ao segurado.

(iii) Seguro de vida complementar, em favor de todos os conselheiros executivos, com exceção do Presidente e do Primeiro Vice-Presidente, pelo qual a Sociedade e outras sociedades do Grupo se comprometem a pagar um prêmio anual periódico constante para cada diretor, variando de 545.298 euros a 600.000 euros, um prêmio que deverá subir para 1.145.298 euros em 2022.

Os direitos econômicos da apólice de seguro somente serão considerados como direitos adquiridos nos casos indicados na seção (ii) acima.

Além disso, os conselheiros executivos, como os demais funcionários da Sociedade, são beneficiários do Plano de Pensões do Sistema de Emprego da MAPFRE e de uma apólice de seguro de poupança e de um seguro misto de poupança, cujas principais características estão definidas no Convênio Coletivo de MAPFRE Grupo Segurador.

Não há incompatibilidade dos direitos acumulados e consolidados pelos sistemas de compromisso de pensão descritos acima com qualquer tipo de indenização por rescisão antecipada ou término da relação contratual entre a empresa e o conselheiro.

A.1.8 Qualquer tipo de pagamento ou indenização pela resolução ou rescisão antecipada, ou decorrente da rescisão da relação contratual nos termos estabelecidos entre a empresa e o conselheiro, seja a rescisão por vontade da empresa ou do conselheiro, bem como qualquer tipo de acordo feito, como exclusividade, não



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

concorrência pós-contratual e permanência ou fidelização, que concedam direito ao conselheiro a qualquer tipo de pagamento.

No caso dos conselheiros externos, não há indenizações acordadas ou pagas no caso de cessação das funções como conselheiro, na sua qualidade de conselheiro.

No caso dos conselheiros executivos, sua destituição do cargo acarreta a suspensão da relação prévia à sua nomeação como tal. A resolução antecipada da relação prévia implica uma indenização nos termos previstos no Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão sem justa causa, a menos que exista causa justificada para a demissão.

A.1.9 Indique as condições que os contratos devem respeitar para quem desempenha funções de diretoria executiva, como conselheiros executivos. Serão passadas informações como a duração, os limites dos valores de indenização, as cláusulas de permanência, os prazos de aviso-prévio, assim como o pagamento como substituição do referido prazo de aviso-prévio e quaisquer outras cláusulas relativas aos prêmios de recrutamento, bem como indemnizações ou blindagens por cessação antecipada ou cessação da relação contratual entre a sociedade e o conselheiro executivo. Incluir, entre outros, os pactos ou acordos de não concorrência, exclusividade, permanência ou fidelização e não concorrência pós-contratual, a menos que tenha sido explicado no item anterior.

A dedicação deverá ser exclusiva.

Não existem condições contratuais relativas a pactos ou acordos de não ocorrência pós-contratual e permanência, nem cláusulas relativas a prêmios de contratação.

A duração dos contratos dos conselheiros executivos está vinculada à sua permanência no cargo de conselheiro, sendo destituído da função e o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal.

Caso uma vez retomada a relação trabalhista especial da diretoria executiva, a Sociedade decidir rescindir unilateralmente o contrato de diretoria executiva, mantendo em vigor a relação trabalhista normal anterior ou caso a relação trabalhista normal também seja rescindida, deve ser dado um aviso prévio de pelo menos três meses.

A extinção na data do seu vencimento dessa relação existente não resultará, por ela mesma, em direito económico algum, independentemente da faculdade do Conselho de Administração em estabelecer, mediante proposta do seu Presidente e do Comité de Nomeações e Retribuições, com carácter extraordinário, gratificações com base no desempenho durante a trajetória profissional.

A cessação antecipada da relação existente, exceto em caso de demissão por justa causa, resultará em indenização nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação a demissão sem justa causa.

Tanto a relação trabalhista da diretoria executiva quanto a relação trabalhista normal terminam em 1º de janeiro do ano seguinte ao ano em que o conselheiro atingir a idade de 60 anos, exceto para prorrogações anuais por iniciativa da empresa até, no máximo, a data em que o diretor cumprir 65 anos de idade. A extinção na data do vencimento da relação prévia não implica, por si só, qualquer direito económico, salvo se a empresa optar por não prorrogar o contrato até 65 anos; nesse caso, o gestor receberá uma indenização de até uma mensalidade pelo número de meses que restarem até atingir a idade mencionada.

A.1.10A natureza e o montante estimado de qualquer outra remuneração suplementar a ser paga pelos conselheiros no exercício em andamento em contrapartida de serviços prestados que não sejam os inerentes à sua função.

Os consultores não recebem qualquer retribuição por serviços diferentes dos inerentes ao seu cargo de conselheiro ou funções executivas, se for caso, com exceção (i) da Sra. Rosa Maria García García, que faz parte do Conselho Assessor de Tecnologia, Inovação e Transformação da MAPFRE, pelo que receberá em 2022 uma dieta de 7.500 euros por assistência; e (ii) de Alfonso Rebuella Badiás, que faz parte do Conselho Consultivo da MAPFRE GLOBAL RISKS, pelo que receberá em 2022 o montante de 35.000 euros.

A.1.11 Outros conceitos de retribuição, como os derivados, se for o caso, da concessão ao conselheiro de adiantamentos, créditos e garantias e outras remunerações por parte da sociedade.

Nenhuma sociedade do Grupo concedeu adiantamentos ou créditos aos conselheiros nem deu garantias por conta deles.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

A.1.12 A natureza e montante estimado de qualquer outra remuneração suplementar prevista não incluída nas seções anteriores, quer seja liquidada pela entidade ou outra entidade do grupo, que será devida aos conselheiros no exercício em andamento.

Não existem outros conceitos de remuneração além dos anteriores.

A.2. Explique quaisquer alterações relevantes na política de remunerações aplicável no exercício em andamento resultantes de:

- a) Uma nova política ou uma modificação da política já aprovada pela Assembleia.
- b) Alterações relevantes das determinações específicas estabelecidas pelo conselho para o exercício em andamento da política de remuneração em vigor em relação às aplicadas no exercício anterior.
- c) Propostas que o conselho de administração tenha concordado em apresentar à assembleia geral de acionistas para a qual este relatório anual será apresentado e que se propõe que sejam aplicáveis ao exercício em andamento.

Como indicado na seção A.1.1, o Conselho de Administração da Sociedade, após um relatório favorável do Comitê de Nomeações e Retribuições, concordou em sua reunião realizada em 9 de fevereiro de 2022 em submeter à Assembleia Geral de Acionistas de 11 de março de 2022 uma nova Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024, a fim de adaptar seu conteúdo às novas disposições estabelecidas no artigo 529 da Lei de Sociedades de Capital, após a entrada em vigor da Lei 5/2021 de 12 de abril, pela qual é modificado o Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital no que diz respeito à promoção do envolvimento a longo prazo dos acionistas em sociedades cotadas e à substituição de planos de incentivo consecutivos de três anos para conselheiros executivos por planos de incentivo de três anos sobrepostos, de acordo com as práticas atuais de retribuição da diretoria executiva de sociedades cotadas e setoriais.

A.3. Identifique o link no documento que contém a política de remunerações vigente da sociedade, que deve estar disponível no site da sociedade.

<https://www.mapfre.com/media/accionistas/2020/10-politica-remuneracion-consejeros-2020-2022.pdf>

A.4. Explicar, levando em consideração os dados apresentados no item B.4, a forma como o voto dos acionistas foi considerado na assembleia geral em que foi submetido à votação, a título consultivo, o relatório anual sobre as remunerações do exercício anterior.

Segundo indica o item B.4, o Relatório Anual de Remunerações de Conselheiros para o exercício de 2020 foi aprovado com o apoio de 89,38 por cento dos votos expressos na reunião da Assembleia Geral realizada em 12 de março de 2021. A elaboração da Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024 levou em consideração não apenas os resultados da última votação na Assembleia Geral do referido relatório e da Política de Remunerações dos Conselheiros 2020-2022, mas os regulamentos estabelecidos na Lei das Sociedades de Capital, o Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão Europeia que complementa a Diretiva 2009/138 sobre o acesso à atividade de seguro e resseguro e seu exercício (Solvência II) e as recomendações do Código de Boa Governança das Sociedades Cotadas da Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha), assim como as recomendações dos órgãos de supervisão competentes do mercado de valores e de seguros e as práticas das sociedades do IBEX 35 e de grupos seguradores internacionais, de acordo com os quais as práticas retributivas da Sociedade contam com a conformidade de uma maioria muito significativa de acionistas.

Neste sentido, a Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024 compartilha seus princípios gerais e principais características com as políticas em vigor nos anos anteriores, sendo sua principal mudança a modificação da retribuição variável de médio e longo prazo nos termos descritos na seção A.2 acima.

B. RESUMO GLOBAL DE COMO A POLÍTICA DE RETRIBUIÇÕES FOI APLICADA DURANTE O EXERCÍCIO ENCERRADO

B.1.1 Explique o processo seguido para aplicar a política de remunerações e determinar as retribuições individuais que se refletem na seção C deste relatório. Estas informações devem incluir a função



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

desempenhada pela comissão de retribuições, as decisões tomadas pelo conselho de administração e, se for o caso, a identidade e a função dos assessores externos cujos serviços foram utilizados no processo de aplicação da política retributiva no exercício encerrado.

O Conselho de Administração, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, aprovou por unanimidade, na sua reunião de 10 de fevereiro de 2021, os conceitos e montantes atribuídos a cada um dos conselheiros para o exercício de 2021.

No que diz respeito à retribuição variável de curto prazo dos conselheiros executivos, uma vez finalizado o exercício de 2021, o seu valor foi determinado com base no grau de cumprimento do objetivo de lucro líquido consolidado obtido pela Sociedade e do objetivo de Return on Equity (ROE) e da Taxa Combinada Global do exercício de 2021.

Finalmente, para a determinação da retribuição variável de médio prazo, após o final do exercício de 2021, o valor foi determinado com base no grau de cumprimento do Lucro por Ação (EPS), do Total Shareholder Return (TSR), do Return on Equity (ROE) e do Índice de Transformação (TI) no período de medição de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

B.1.2 Explique qualquer desvio do procedimento estabelecido para a aplicação da política de remuneração que tenha ocorrido durante o exercício.

Não houve desvio do procedimento estabelecido para a aplicação da política de remunerações no exercício de 2021.

B.1.3 Declarar se foram aplicadas quaisquer exceções temporárias à política de remunerações e, se aplicadas, explicar as circunstâncias excepcionais que levaram à aplicação dessas exceções, os componentes específicos da política de remunerações afetada e as razões pelas quais a entidade considera que essas exceções foram necessárias para servir os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da sociedade como um todo ou para garantir sua viabilidade. Também quantifique o impacto que a aplicação dessas exceções teve sobre a retribuição de cada conselheiro durante o ano.

Nenhuma exceção temporária à Política de Remunerações de Conselheiros foi aplicada no exercício de 2021.

B.2. Explique as diferentes ações adotadas pela sociedade com respeito ao sistema de remuneração e como contribuíram para reduzir a exposição a riscos excessivos e ajustá-lo aos objetivos, valores e interesses no longo prazo da sociedade, incluindo uma referência às medidas que foram adotadas para garantir que na remuneração devida foram observados os resultados no longo prazo da sociedade e alcançado um equilíbrio adequado entre os componentes fixos e variáveis da remuneração, quais medidas foram adotadas com respeito àquelas categorias de pessoal cujas atividades profissionais tenham uma repercussão material no perfil de riscos da entidade, e quais medidas foram adotadas para evitar conflitos de interesses, se for o caso.

Em conformidade com a Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2020-2022, vigente no exercício de 2021, os componentes fixos e variáveis (no curto, médio e longo prazos) da remuneração devem ser equilibrados de tal forma que o componente fixo constitua uma parte suficientemente elevada da remuneração total, de modo que seja possível aplicar uma política plenamente flexível no que diz respeito aos componentes variáveis da remuneração, criando inclusive a possibilidade de não pagar esses últimos. Para evitar que sejam assumidos riscos excessivos, a percentagem do componente variável relativo à remuneração fixa tende a não superar o 150 por cento.

Para um equilíbrio adequado entre componentes fixos e variáveis, a Sociedade tomou como referência as práticas remuneratórias das empresas do IBEX 35.

Por outro lado, o pessoal relevante e aquelas outras pessoas que desempenham funções-chave ou cuja atividade profissional tem um impacto no perfil de risco da Sociedade contaram com um sistema de retribuição variável ligado à consecução de objetivos previamente estabelecidos diretamente vinculados aos planos estratégicos e também sujeitos a regras de diferimento. Particularmente, no exercício de 2021, os conselheiros executivos da Sociedade integravam o Plano de Incentivos no Médio Prazo 2019- 2021 de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, cujos objetivos (Lucro por Ação BPA, Total Shareholder Return TSR, Return on Equity ROE, e Índice de Transformação) estavam referidos, em geral, a médias de um período de três anos; portanto somente é possível obter essa remuneração por meio de uma gestão que gere resultados e modelos de negócio sustentáveis no tempo.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Finalmente, as regras de diferimento das remunerações variáveis de curto, médio e longo prazo, as cláusulas de redução (malus) e de reembolso (clawback) e as medidas para evitar situações de conflito de interesses, conforme descritas nas seções A.1.1 e A.1.2 acima, foram aplicadas durante o exercício de 2021.

B.3. Explique como as remunerações acumuladas e consolidadas no ano cumprem as disposições da atual política de retribuições e, em particular, como contribuem para o desempenho sustentável e de longo prazo da sociedade.

Informe também sobre a relação entre a retribuição obtida pelos conselheiros e os resultados ou outras medidas de desempenho, de curto e longo prazo, da instituição, explicando, se for caso, a forma como as variações do desempenho da sociedade influenciou a variação das remunerações dos conselheiros, incluindo as pagas cujo pagamento tivesse sido diferido e como elas contribuem para os resultados de curto e longo prazo da sociedade.

Como indicado no item B.2 anterior, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou, em sua reunião realizada em 13 de março de 2020, a Política de Remunerações dos Administradores para o período 2020- 2022. Essa política prevê a existência de componentes de retribuição fixos e, no caso dos conselheiros executivos, de componentes variáveis de curto, médio e longo prazos, com características que se encontram estabelecidas na política.

Todos os conceitos de retribuição para os quais a remuneração foi acumulada e consolidada tanto para os conselheiros na sua capacidade como para os conselheiros executivos durante o exercício de 2021 estão expressamente previstos na política, e nenhuma retribuição foi acumulada ou paga durante o ano para conceitos não previstos na mesma.

Como indicado na seção A.1.2 acima, somente os conselheiros executivos recebem retribuição variável.

A relação entre o componente principal da remuneração variável de curto prazo e os resultados da entidade foi plena para todos os conselheiros (100 por cento). Dessa forma, e dada a importância relativa desse componente na retribuição, há a total ligação do gestor à gestão favorável da sociedade.

A seguir, são descritas informações sobre a taxa entre o resultado após impostos e os resultados minoritários da Sociedade e a média da remuneração variável em curto prazo dos três últimos exercícios:

A. Exercício de 2021:

- Resultado após impostos e minoritários da MAPFRE S.A.: 765.190.656 euros
- Média de remuneração variável média de curto prazo: 507.808 euros
- Taxa: 0,066 por cento

B. Exercício de 2020:

- Resultado após impostos e minoritários da MAPFRE S.A.: 526.532.677 euros
- Média de remuneração variável média de curto prazo: 434.678 euros
- Taxa: 0,083 por cento

C. Exercício de 2019:

- Resultado após impostos e minoritários da MAPFRE S.A.: 609.239.000 euros
- Média de remuneração variável média de curto prazo: 389.673 euros
- Taxa: 0,064 por cento

Há uma grande correlação entre os resultados ordinários obtidos pela Sociedade e o montante do componente principal da remuneração variável de curto prazo obtida por todos os conselheiros executivos, no total.

Em relação ao componente adicional da retribuição variável de curto prazo, procedeu-se à sua quantificação com base no cumprimento do Return on Equity (ROE) e da Taxa Combinada Global do exercício de 2021. Nesse caso, existe também uma grande ligação desse componente de retribuição com a evolução da Sociedade.

Em relação às remunerações de médio e longo prazo, no exercício 2019 aconteceu a liquidação do Plano de Incentivos de Médio Prazo 2016-2018, cuja descrição pode ser consultada no Relatório Anual de Remunerações dos Conselheiros do exercício de 2019, tendo sido liquidados os montantes diferidos desse plano nos termos descritos no item C deste relatório.

Da mesma forma, a quantificação do Plano de Incentivo a Médio Prazo 2019-2021, de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, aprovado pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. no exercício de 2019, do qual os conselheiros executivos fizeram parte em sua qualidade de altos diretores, com base no cumprimento dos objetivos referentes ao valor da ação (TSR - Total Shareholder Return e EPS - Earnings per Share), ROE e o Índice de Transformação (TI) da empresa, com pesos entre 20 por cento e 30 por cento, o que significa que este componente de retribuição está intimamente ligado ao desempenho de longo prazo da Sociedade.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Dessa forma, e de acordo com as regras de cálculo do cumprimento dos objetivos indicados, a remuneração variável de médio e longo prazos está diretamente ligada não somente com os resultados da sociedade de médio e longo prazo, mas também com vários indicadores relativos à rentabilidade da sociedade e à sua sustentabilidade, evitando que sejam assumidos riscos excessivos.

B.4. Relatório do resultado da votação consultiva da assembleia geral sobre o relatório anual sobre as remunerações do exercício anterior, indicando o número abstenções e de votos negativos, em branco e afirmativos, que foram expressos:

	Número	% sobre o total
Votos emitidos	2.481.958.302	92,79
	Número	% sobre emitidos
Votos negativos	263305754	10,61
Votos a favor	2.218.390.443	89,38
Votos em branco		0,00
Abstenções	262.105	0,01

B.5. Explique de que forma foram determinados os componentes fixos acumulados e consolidados durante o exercício pelos conselheiros, na sua qualidade de conselheiros, sua proporção relativa para cada conselheiro e de que forma variaram em relação ao ano anterior.

No exercício 2021, os conselheiros externos receberam um valor fixo por pertencerem ao Conselho de Administração e, conforme o caso, à Comissão e Comitês Delegados, sendo superior para as pessoas que ocupavam cargos no próprio Conselho ou que presidiam os Comitês Delegados do Conselho. Essa remuneração foi complementada por outras compensações não financeiras estabelecidas de forma geral para os funcionários da instituição.

(i) Pagamento fixo e dieta por assistência:

Os valores correspondentes a esses conceitos para os exercícios de 2021 e 2020, que não sofreram alterações, são os seguintes:

- Participação no Conselho de Administração: 110.000 euros em 2021 e 2020.
- Vice-presidência do Conselho de Administração – Conselheiro Coordenador: 220.000 euros em 2021 e 2020.
- Participação na Comissão Delegada: 10.000 euros mais uma dieta por assistência de 3.000 euros em 2021 e 2020.
- Presidência do Comitê de Auditoria e Conformidade: 68.000 euros em 2021 e 2020.
- Vogais do Comitê de Auditoria e Conformidade: 48.000 euros em 2021 e 2020.
- Presidência do Comitê de Nomeações e Retribuições: 60.000 euros em 2021 e 2020.
- Vogais do Comitê de Nomeações e Retribuições: 39.000 euros em 2021 e 2020.
- Presidência do Comitê de Riscos: 60.000 euros em 2021 e 2020.
- Vogais do Comitê de Riscos: 39.000 euros em 2021 e 2020.

(ii) Seguros de vida e outros benefícios que não sejam pagos em dinheiro.

Os conselheiros externos são beneficiários das mesmas compensações não monetária descritas na seção A.1.5 acima.

(iii) Pagamentos por participação em Conselhos de Administração de entidades filiais.

Os conselheiros externos que fazem parte de Conselhos de Administração de entidades filiais recebem também um valor fixo por pertencer a eles e, se for caso disso, às suas Comissões de Gestão, nos mesmos termos já descritos no item A.1.3.

(iv) Proporção relativa da remuneração de cada conselheiro externo em relação à sua remuneração total em 2021:

- Catalina Miñarro Brugarolas: 14,12 por cento.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- José Antonio Colomer Guiu: 11,41 por cento.
- Ana Isabel Fernández Álvarez: 10,80 por cento.
- María Leticia de Freitas Costa: 5,83 por cento.
- Rosa María García García: 7,44 por cento.
- Antonio Gómez Ciria: 8,91 por cento.
- Luis Hernando de Larramendi Martínez: 10,14 por cento.
- Antonio Miguel-Romero de Olano: 11,72 por cento.
- Pilar Perales Viscasillas: 9,46 por cento.
- Alfonso Rebuelta Badiás: 10,18 por cento.

B.6. Explique como os vencimentos pagos e consolidados foram determinados, durante o exercício encerrado, por cada um dos conselheiros executivos para o exercício de funções de gestão e quais as variações em relação ao ano anterior.

Como indicado no item C.1, o salário dos conselheiros executivos no exercício de 2021 aumentou, no total, para 2.644.441 de euros brutos, sendo 2.236.401 euros correspondentes à Sociedade e 408.040 euros correspondentes a outras sociedades do Grupo.

Esses montantes foram estabelecidos pelo Conselho de Administração em sua reunião de 10 de fevereiro de 2021, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, levando em consideração os relatórios externos e as conclusões executivas publicadas pelas empresas de consultoria EY e KPMG, assim como a pesquisa salarial da Diretoria Executiva de Willis Towers Watson.

Os pormenores individuais dos salários brutos recebidos pelas pessoas que desempenharam o cargo de conselheiro executivo no exercício de 2021 e a sua variação em relação ao exercício anterior são os seguintes:

- Antonio Huertas Mejías: 853.357 euros brutos em 2021 e 844.908 euros brutos em 2020 (incremento de 1 por cento).
- Ignacio Baeza Gómez: 547.026 euros brutos em 2021 e 541.610 euros brutos em 2020 (incremento de 1 por cento).
- José Manuel Inchausti Pérez: 408.040 euros brutos em 2021 e 404.000 euros brutos em 2020 (incremento de 1 por cento).
- Francisco José Marco Orenes: 397.122 euros brutos em 2021 e 393.190 euros brutos em 2020 (incremento de 1 por cento).
- Fernando Mata Verdejo: 438.896 euros brutos em 2021 e 434.550 euros brutos em 2020 (incremento de 1 por cento).

B.7. Explique a natureza e as principais características dos componentes variáveis dos sistemas de retribuição acumulados e consolidados no exercício encerrado.

Em particular:

- a) Identifique cada um dos planos de retribuição que determinaram as diferentes remunerações variáveis devidas para cada um dos conselheiros durante o exercício encerrado, incluindo informações sobre o seu alcance, a data de aprovação, a data de aplicação, as condições em caso de consolidação, os períodos de vencimento e a vigência, critérios utilizados para a avaliação de desempenho e do impacto da fixação do montante variável devido, bem como os critérios de medição que tenham sido utilizados e o prazo necessário para que possam medir adequadamente todas as condições e critérios estipulados, sendo necessário explicar detalhadamente os critérios e os fatores aplicados em relação a tempo e métodos para verificar se foram efetivamente cumpridas as condições de desempenho ou de qualquer outro tipo a que estava ligado o valor devido e a consolidação de cada componente da retribuição variável.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- b) No caso de planos de opções sobre ações ou outros instrumentos financeiros, as características gerais de cada plano devem incluir informações sobre as condições para a aquisição da sua titularidade incondicional (consolidação) e para o exercício dessas opções ou instrumentos financeiros, incluindo o preço e o prazo do exercício.
- c) Cada um dos conselheiros, e a sua categoria (conselheiros executivos, conselheiros externos dominicais, conselheiros externos independentes ou outros conselheiros externos), que são beneficiários de sistemas de retribuições ou de planos que incorporam uma retribuição variável.
- d) Se for caso disso, devem ser indicados os períodos de vencimento ou de diferimento de pagamento estabelecidos que tenham sido aplicados e/ou os períodos de retenção/não disponibilidade de ações ou outros instrumentos financeiros, se houver.

Explique os componentes variáveis no curto prazo dos sistemas de remuneração:

Os conselheiros executivos acumularam e consolidaram uma retribuição variável de curto prazo, composta por um componente principal relacionado com o lucro líquido consolidado da instituição e um componente adicional associado de forma conjunta ao Return on Equity (ROE) e à Taxa Combinada Global do exercício de 2021. Em todos os casos, esta retribuição é paga em dinheiro.

Como indicado no item C.1, a retribuição variável de curto prazo acumulada e consolidada dos conselheiros executivos no exercício de 2021 subiu, no total, para 2.493.106 de euros brutos, sendo 2.108.384 de euros correspondentes à Sociedade e 384.722 euros correspondentes a outras sociedades do Grupo. Os montantes descritos no item C.1 são compostos por 70 por cento da remuneração variável de curto prazo devida no exercício de 2021, uma vez que essa parte não está sujeita à cláusula *malus*, e por 10 por cento das remunerações variáveis de curto prazo relativas aos exercícios de 2017, 2018 e 2019, que foram adiadas (neste caso somente do componente principal da retribuição variável anual) e pagas no exercício de 2021, após a Sociedade ter verificado que a aplicação da cláusula *malus* era improcedente.

A retribuição variável de curto prazo de cada conselheiro executivo é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, após relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições, que também avalia, no final do exercício, o grau de cumprimento dos objetivos.

A remuneração variável de curto prazo dos conselheiros executivos é referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Após o final do exercício de 2021, e com os demonstrativos financeiros anuais desse exercício, procedeu-se à avaliação do grau efetivo de cumprimento dos objetivos estabelecidos para a retribuição variável de curto prazo, em conformidade com a documentação contratual subscrita com os conselheiros executivos.

A quantificação do componente principal da retribuição variável de curto prazo a liquidar foi determinada levando em consideração o quanto se atingiu o lucro líquido consolidado da Sociedade, de acordo com o que foi previsto na escala de realização do exercício previamente aprovada pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, nos seguintes termos:

- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for inferior a 40 por cento, o grau de cumprimento será de 0 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 40 por cento, o grau de cumprimento será de 25 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 50 por cento, o grau de cumprimento será proporcional.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 100 por cento, o grau de cumprimento será de 100 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 105 por cento, o grau de cumprimento será de 110 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 110 por cento, o grau de cumprimento será de 120 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 115 por cento, o grau de cumprimento será de 130 por cento.
- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 120 por cento, o grau de cumprimento será de 140 por cento.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

- Se o cumprimento do resultado após impostos e minoritários for igual ou superior a 125 por cento, o grau de cumprimento será de 150 por cento.

Por sua vez, a quantificação do componente adicional da retribuição variável de curto prazo a ser liquidada, associada em conjunto com o Return on Equity (ROE) e com a Taxa Combinada Global do exercício, foi determinada levando em consideração o grau de realização desses objetivos, de acordo com o objetivo do exercício aprovada anteriormente pelo Conselho de Administração, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições.

No que diz respeito ao diferimento da remuneração variável de curto prazo, o pagamento de, pelo menos, 30 por cento da remuneração variável deve ser diferido por um período mínimo de três anos.

Além disso, os contratos dos conselheiros executivos incluem as cláusulas de redução (malus) e de cobrança (clawback) nos termos descritos anteriormente no item A.1.2.

A Sociedade não tem planos de opções sobre ações ou outros instrumentos financeiros.

Explique os componentes variáveis no longo prazo dos sistemas de remuneração:

Os conselheiros executivos recebem uma retribuição variável de médio e longo prazo. Estes conselheiros fazem parte do grupo beneficiários do Plano de Incentivo 2019-2021 descrito na seção B.3.

O pagamento derivado desse Plano estava sujeito ao cumprimento de seus objetivos, bem como à sua permanência no Grupo, nos termos estabelecidos no referido Plano. O incentivo será pago parcialmente em espécie e parcialmente mediante a entrega de ações da MAPFRE S.A. O recebimento de 60 por cento do incentivo de cada conselheiro executivo será diferido durante um período de três anos, por terços, correspondendo uma parte diferida a pagamento em espécie e o restante a entrega de ações. O incentivo estará sujeito a cláusulas de redução (malus) ou recuperação (clawback) e à manutenção das ações por um período máximo de dois anos, contados a partir da data de entrega das ações.

A quantificação do incentivo dependeu do grau de cumprimento dos objetivos de Lucro por Ação (EPS), que é ponderado em 30 por cento, Total Shareholder Return (TSR), que é ponderado em 20 por cento, Return on Equity (ROE), que é ponderado em 30 por cento, e o Índice de Transformação (TI), que é ponderado em 20 por cento.

As regras de cálculo para determinar o incentivo são as seguintes:

- O cumprimento dos objetivos, ponderados em seu conjunto, deve atingir uma média de 50 por cento; caso contrário, não será concedido qualquer direito ao recebimento do incentivo.

- Para qualquer percentagem de cumprimento dos objetivos entre 50 por cento e 80 por cento, o grau de cumprimento do incentivo será de 60 por cento.

- Se o cumprimento dos objetivos for igual ou superior a 80 por cento e até 100 por cento, o grau de cumprimento do incentivo será calculado proporcionalmente.

- Se o cumprimento dos objetivos for igual ou superior a 100 por cento, e com o limite máximo de 150 por cento, o grau de cumprimento do incentivo corresponderá a 100 por cento, aplicando um multiplicador de 2 sobre excesso de cumprimento acima de 100 por cento.

- Para qualquer percentagem de cumprimento dos objetivos acima de 150 por cento, o grau de conformidade com o incentivo será de 200 por cento.

A política de remunerações dos Conselheiros para o período 2019- 2021 estabelecia em 2.586.212 ações o número máximo de ações a entregar como consequência da sua execução.

A quantificação do Plano de Incentivos a Médio Prazo 2019-2021 foi determinada com base no grau de cumprimento dos objetivos do plano, sem que nenhuma retribuição tenha sido acumulada ou investida devido ao grau mínimo de cumprimento do mesmo não ter sido alcançado.

B.8. Indique se determinados componentes variáveis acumulados foram reduzidos ou reclamados de volta quando, no primeiro caso, o pagamento de montantes não adquiridos foi diferido ou, no segundo caso, adquiridos e pagos, com base em dados cuja inexatidão foi comprovadamente comprovada posteriormente. Descrever os montantes reduzidos ou devolvidos pela aplicação das cláusulas de redução (malus) ou de devolução (clawback), por que razão foram executados e os exercícios a que correspondem.

Não foi reduzido ou reclamado qualquer montante de retribuição pago por qualquer questão.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

B.9. Explique as principais características dos sistemas de poupança de longo prazo com montante ou custo anual equivalente que figura nos quadros da seção C, incluindo aposentadoria e quaisquer outros benefícios de sobrevivência, financiados, parcial ou totalmente, pela sociedade, independentemente de serem dotados interna ou externamente, indicando o tipo de plano, se é de contribuição ou de prestação definida, as contingências que cobre, as condições de consolidação dos direitos econômicos em favor dos conselheiros e a sua compatibilidade com qualquer tipo de indenização por rescisão antecipada ou término da relação contratual entre a sociedade e o conselheiro.

Durante o exercício de 2021, os conselheiros executivos se beneficiaram dos mesmos sistemas de economia de longo prazo já descritos na seção A.1.7 acima, exceto pelo seguro de vida suplementar em vigor em 2021, a favor do Presidente, pelo qual a Sociedade se comprometeu a pagar um prêmio anual fixo de 300.000 euros brutos mais um prêmio variável de até 300.000 euros brutos, dependendo do cumprimento do resultado consolidado orçado. O Conselho de Administração da Sociedade, após um relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições, decidiu encerrar este seguro em 30 de junho de 2021.

B.10. Explique, se for caso, as indenizações ou qualquer outro tipo de pagamento resultante da rescisão antecipada, seja por vontade da empresa ou do conselheiro, ou do término do contrato, nos termos nele previstos, devidas e/ou recebidas pelos conselheiros durante o exercício encerrado.

Devido à rescisão do contrato de Francisco José Marco Orenes, no exercício de 2021, um pagamento foi acumulado a seu favor no montante total de 745.748 euros brutos.

Além disso, sob as disposições da cláusula 4.4 da Política de Remunerações dos Conselheiros para o período de 2020-2022, que prevê, de forma extraordinária, a possibilidade de conceder gratificações com base no desempenho durante a carreira profissional, o Conselho de Administração, sob proposta do Comitê de Nomeações e Retribuições, concordou em conceder uma gratificação extraordinária a Francisco José Marco Orenes, no montante de 375.000 euros brutos.

B.11. Indique se foram feitas alterações significativas nos contratos dos membros que exercem funções de diretoria executiva, como conselheiros executivos e, se for caso disso, explique as alterações. Explique também as principais condições dos novos contratos firmados com conselheiros executivos durante o exercício, exceto se tiverem sido explicadas no item A.1.

No exercício de 2021, o contrato de Antonio Huertas Mejías foi alterado para remover o compromisso de pensão descrito na seção B.9 acima e o contrato de Ignacio Baeza Gómez para incorporar o seguro de vida complementar descrito na seção A.1.7 acima, pelo qual a Sociedade se compromete a pagar um prêmio fixo anual por um período específico, cujo montante máximo em 2021 era de 400.000 euros.

Com exceção do exposto acima, não houve mudanças significativas nos contratos de outras pessoas que exercem funções de diretoria executiva como conselheiros executivos.

B.12. Explicar qualquer remuneração suplementar devida aos administradores como retribuição pelos serviços prestados, com exceção daqueles inerentes à sua função.

Nenhum conselheiro prestou funções distintas das inerentes ao seu cargo de conselheiro ou funções executivas, se for o caso, com exceção dos prestados por (i) Rosa María García García por sua participação no Conselho Assessor de Tecnologia, Inovação e Transformação da MAPFRE, pelo que recebeu 20.000 euros; e (ii) Alfonso Reuelta Badias por sua participação no Conselho Assessor MAPFRE GLOBAL RISKS, pelo que recebeu 35.000 euros.

B.13. Explique qualquer retribuição decorrente da concessão de adiantamentos, créditos e garantias, com indicação da taxa de juros, das suas características essenciais e dos montantes eventualmente devolvidos, bem como as obrigações assumidas por conta deles a título de garantia.

Nenhuma sociedade do Grupo concedeu adiantamentos ou créditos aos conselheiros nem prestou garantias por conta deles.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

B.14. Detalhe a remuneração em espécie dos conselheiros durante o exercício, explicando brevemente a natureza dos diferentes componentes salariais.

Durante o exercício de 2021, os conselheiros receberam os benefícios sociais em vigor para o exercício de 2022 e nos termos já descritos no item A.1.5.

B.15. Explique as remunerações devidas ao conselheiro em virtude dos pagamentos efetuados pela sociedade cotada a uma terceira entidade na qual o conselheiro presta serviços, quando esses pagamentos tenham por objetivo remunerar os serviços da sociedade.

Não foram pagas remunerações desse conceito em 2021.

B.16. Explique e detalhe os montantes acumulados durante o ano em relação a qualquer outro conceito de retribuição que não seja o acima mencionado, qualquer que seja sua natureza ou a entidade do grupo que o paga, incluindo todos os benefícios de qualquer forma, como quando for considerado uma transação com partes relacionadas ou, em particular, quando afetar significativamente o fiel da remuneração total acumulada pelo conselheiro, explicando o montante concedido ou pendente de pagamento, a natureza da retribuição recebida e as razões pelas quais teria sido considerado, quando apropriado, que não constitui remuneração ao conselheiro em sua capacidade como tal ou em consideração pelo desempenho de suas funções executivas, e se foi considerado apropriado incluí-lo ou não entre os montantes acumulados na seção "outros conceitos" da seção C.

No exercício 2021 não houve outros conceitos de remuneração distintos dos anteriores.

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



C. DETALHES DAS RETRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS CORRESPONDENTES A CADA UM DOS CONSELHEIROS

Nome	Tipo	Período de exercício de 2021
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	Presidente Ejecutivo	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	Vice-presidente Ejecutivo	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
CATALINA MIRARRO BRUGAROLAS	Vice-presidente Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	Vice-presidente Ejecutivo	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUTI	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
LUIS HERMANO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	Conselheiro Proprietário	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	Conselheiro Ejecutivo	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
FERNANDO MATA VERDEJO	Conselheiro Ejecutivo	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	Conselheiro Proprietário	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	Conselheiro Independiente	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021
ALFONSO REBUELTA BADIÁS	Conselheiro Proprietário	Desde 01/01/2021 até 31/12/2021

C.1. Complete os quadros seguintes com a remuneração individualizada de cada um dos conselheiros (incluindo a retribuição pelo exercício de funções executivas) devida durante o exercício.

a) Retribuição da sociedade objeto deste relatório:

i) Retribuição devida em dinheiro (em milhares de euros)

Nome	Remuneração fixa	Dietas	Remuneração pela participação em comissões do conselho	Salário	Retribuição variável a curto prazo	Retribuição variável a longo prazo	Indenização	Outros conceitos	Total do exercício 2021	Total do exercício 2020
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS				853	915			12	1.780	1.698
IGNACIO BAEZA GÓMEZ				547	570			71	1.188	1.082
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	220	12	70					2	304	298
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ										
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	110	12	157					2	281	275
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ALVAREZ	110		107					1	218	218
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	110		39					20	169	150
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	110		39					2	151	151
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	110								110	110
LUIS HERMANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	110	12	49					3	174	168
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES				397	415		713	420	1.945	799
FERNANDO MATA VERDEJO				439	412			19	870	816
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	110	12	97					2	221	215
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	110		48						158	158
ALFONSO REBUERTA BADIÁS	110		39					2	151	151

Observações

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



ii) Quadro de movimentações dos sistemas de retribuições baseados em ações e no lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados.

Nome	Denominação do Plano	Instrumentos financeiros no início do exercício de 2021		Instrumentos financeiros concedidos durante o exercício de 2021		Instrumentos financeiros consolidados no exercício				Instrumentos financeiros no final do exercício de 2021	
		Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes/c consolidadas	Prego das ações consolidadas	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados (milhares de euros)	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes
ANTONIO HUERTAS MEJIAS	Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019- 2021 com entrega de ações	775.864	775.864					0,00			
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019- 2021 com entrega de ações	560.346	560.346					0,00			
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019- 2021 com entrega de ações	387.932	387.932					0,00			
FERNANDO MATA VERDEJO	Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019- 2021 com entrega de ações	387.932	387.932					0,00			

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



Observações

Conforme indicado na seção B.7, os conselheiros executivos anteriores que são beneficiários do "Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019- 2021 com entrega de ações" não receberam nenhum incentivo por não terem atingido o grau de consecução dos objetivos previstos no referido Plano.

iii) Sistemas de poupança de longo prazo.

Nome	Remuneração pela consolidação dos direitos a sistemas de poupança
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	570
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	497
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	4.852
FERNANDO MATA VERDEJO	160

Nome	Contribuição do exercício pela sociedade (milhares de euros)			Montante dos fundos acumulados (milhares de euros)			
	Sistemas de poupança com direitos econômicos consolidados		Sistemas de poupança com direitos econômicos não consolidados	Sistemas de poupança com direitos econômicos consolidados		Sistemas de poupança com direitos econômicos não consolidados	
	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2021	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2020	
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	570	555	600	5.785	5.126	8.240	7.540
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	497	484	400	3.617	3.058	400	
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ				947	908		
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	905	145		5.037	970		3.157

RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS



Nome	Contribuição do exercício pela sociedade (milhares de euros)		Montante dos fundos acumulados (milhares de euros)	
	Sistemas de poupança com direitos económicos consolidados		Sistemas de poupança com direitos económicos não consolidados	
	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2021	Exercício de 2020
FERNANDO MATA VERDEJO	160	152	545	545
			1.173	1.037
			2.858	2.290

Observações

iv) Detalhes de outros conceitos

Nome	Conceito	Montante de retribuição
ANTONIO HUERTAS MEIJAS	Prémios de seguros de vida	24
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	Prémios de seguros de vida	18
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	Prémios de seguros de vida	1
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	Prémios de seguros de vida	4
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	Prémios de seguros de vida	1
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	Prémios de seguros de vida	2
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	Prémios de seguros de vida	1
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	Prémios de seguros de vida	4
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	Prémios de seguros de vida	17
FERNANDO MATA VERDEJO	Prémios de seguros de vida	15
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	Prémios de seguros de vida	3

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



Nome	Conceito	Montante de retribuição
ALFONSO REBUJELTA BADIÁS	Prémios de seguros de vida	4

Observações

b) Retribuição dos conselheiros da sociedade de capital aberto por sua participação nos órgãos administrativos de suas entidades dependentes:

i) Retribuição devida em dinheiro (em milhares de euros)

Nome	Remuneração fixa	Dietas	Remuneração por participação em comissões do conselho	Salário	Retribuição variável a curto prazo	Retribuição variável a longo prazo	Indenização	Outros conceitos	Total do exercício 2021	Total do exercício 2020
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS										
IGNACIO BAEZA GÓMEZ										
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	96		11						107	107
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ				408	442	45		31	926	865
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIJU	48								48	48
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	96								96	96
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	48								48	48
ANTONIO GÓMEZ CERIA	96		11						107	107
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	59								59	63
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	107		11						118	118
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES										

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**


Nome	Remuneração fixa	Diárias	Remuneração por participação em comissões do conselho	Salário	Retribuição variável a curto prazo	Retribuição variável a longo prazo	Indenização	Outros conceitos	Total do exercício 2021	Total do exercício 2020
FERNANDO MATA VERDEJO										
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	96		22						118	118
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	107		11						118	118
ALFONSO REBUERTA BADIÁS	107							35	142	142

Observações

ii) Quadro de movimentações dos sistemas de retribuições baseados em ações e no lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados.

Nome	Denominação do Plano	Instrumentos financeiros no início do exercício de 2021		Instrumentos financeiros concedidos durante o exercício de 2021		Instrumentos financeiros consolidados no exercício			Instrumentos financeiros no final do exercício de 2021	
		Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de ações equivalentes/consolidadas	Preço das ações consolidadas	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados (milhares de euros)	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes
JOSE MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019-2021 com	474.138	474.138				0,00			

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



Nome	Denominação do Plano	Instrumentos financeiros no início do exercício de 2021		Instrumentos financeiros concedidos durante o exercício de 2021		Instrumentos financeiros consolidados no exercício				Instrumentos financeiros no final do exercício de 2021	
		Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de ações equivalentes/c consolidadas	Preço das ações consolidadas	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados (milhares de euros)	Nº de instrumentos	Nº de ações equivalentes	Nº de instrumentos
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	entrega de ações Plano de Incentivos de Médio Prazo 2016-2018 com entrega de ações	41.416	41.416			20.708	1,71	35	20.708	20.708	20.708

Observações

Conforme indicado na seção B.7, José Manuel Inchausti Pérez, beneficiário do "Plano de Incentivos de Médio Prazo 2019-2021 com entrega de ações" não recebeu nenhum incentivo por não terem atingido o grau de consecução dos objetivos previstos no referido Plano.

iii) Sistemas de poupança de longo prazo.

Nome	Remuneração pela consolidação dos direitos a sistemas de poupança
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	166

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



Nome	Remuneração pela consolidação dos direitos a sistemas de poupança
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	314

Nome	Contribuição do exercício pela sociedade (milhares de euros)		Montante dos fundos acumulados (milhares de euros)			
	Sistemas de poupança com direitos económicos consolidados		Sistemas de poupança com direitos económicos não consolidados		Sistemas de poupança com direitos económicos não consolidados	
	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2021	Exercício de 2020	Exercício de 2021	Exercício de 2020
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS					748	
IGNACIO BAEZA GÓMEZ					1.998	
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	166	157	600	600	998	2.272
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES					1.517	306
FERNANDO MATA VERDEJO					513	494

Observações

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**



iv) Detalhes de outros conceitos

Nome	Conceito	Montante de retribuição
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	Prémios de seguros de vida	10

Observações

c) **Resumo das retribuições (em milhares de euros):**
Devem ser incluídos no resumo os montantes correspondentes a todos os conceitos de retribuição incluídos neste relatório que tenham sido devidos ao conselho, em milhares de euros.

Nome	Retribuição obtida na Sociedade				Retribuição obtida em sociedades do grupo				Total do exercício 2021 sociedade + grupo
	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança	Remuneração por outros conceitos	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança	Remuneração por outros conceitos	
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	1.780		570	24	2.374				2.374
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	1.188		497	18	1.703				1.703
CATALINA MIÑARRO BRUGARLAS	304			1	305	107			412
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ					926	35	166	10	1.137

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**


Nome	Retribuição obtida na Sociedade				Retribuição obtida em sociedades do grupo				Total do exercício 2021 sociedade + grupo		
	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança	Remuneração por outros conceitos	Total do exercício 2021 sociedade	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança		Remuneração por outros conceitos	Total do exercício 2021 grupo
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	281			4	285	48				48	333
Sra. ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	218			1	219	96				96	315
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	169				169	48				48	217
ANTONIO GÓMEZ CIRJA	151			2	153	107				107	260
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	110			1	111	59				59	170
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	174			4	178	118				118	296
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	1.945		4.852	17	6.814			314		314	7.128
FERNANDO MATA VERDEJO	870		160	15	1.045						1.045
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	221			3	224	118				118	342
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	158				158	118				118	276

RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Nome	Retribuição obtida na Sociedade				Retribuição obtida em sociedades do grupo					Total do exercício 2021 sociedade + grupo	
	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança	Remuneração por outros conceitos	Total do exercício 2021 sociedade	Total Retribuição em dinheiro	Lucro bruto das ações ou instrumentos financeiros consolidados	Remuneração por sistemas de poupança	Remuneração por outros conceitos		Total do exercício 2021 grupo
ALFONSO REBUELTA BADIÁS	151			4	155	142				142	297
TOTAL	7.720		6.079	94	13.893	1.887	35	480	10	2.412	16.305

Observações

C.2. Indique as mudanças nos últimos 5 anos no montante e na percentagem de mudança na retribuição obtida por cada um dos conselheiros da sociedade cotada que foram conselheiros durante o ano, os resultados consolidados da sociedade e a remuneração média em tempo integral equivalente dos funcionários da sociedade e de suas entidades dependentes que não são conselheiros da sociedade cotada.

	Montantes totais obtidos e % variação anual									
	Exercício de 2021	% Variação 2021/2020	Exercício de 2020	% Variação 2020/2019	Exercício de 2019	% Variação 2019/2018	Exercício de 2018	% Variação 2018/2017	Exercício de 2017	
Conselheiros executivos										
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	2.374	4,35	2.275	-13,23	2.622	-1,94	2.674	4,01	2.571	
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	1.703	7,65	1.582	-4,18	1.651	4,10	1.586	8,26	1.465	
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	1.137	7,37	1.059	-22,42	1.365	63,87	833	0,00	0	

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS
CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS**


	Montantes totais obtidos e % variação anual									
	Exercício de 2021	% Variação 2021/2020	Exercício de 2020	% Variação 2020/2019	Exercício de 2019	% Variação 2019/2018	Exercício de 2018	% Variação 2018/2017	Exercício de 2017	
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	7.128	642,50	960	13,48	846	9,73	771	1,05	763	
FERNANDO MATA VERDEJO	1.045	6,42	982	10,09	892	3,00	866	14,85	754	
Conselheiros externos										
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	412	1,48	406	-1,69	413	3,77	398	3,65	384	
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUJU	333	2,15	326	1,24	322	7,69	299	22,04	245	
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	315	0,00	315	4,30	302	7,09	282	19,49	236	
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	170	-2,30	174	-11,22	196	24,05	158	43,64	110	
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	217	9,60	198	407,69	39	0,00	0	0,00	0	
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	260	0,00	260	11,11	234	0,00	0	0,00	0	
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	296	2,42	289	-3,02	298	4,20	286	7,52	266	
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	342	2,09	335	-2,62	344	3,93	331	7,47	308	
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	276	0,00	276	0,00	276	5,34	262	0,00	0	
ALFONSO REBUERTA BADIÁS	297	0,34	296	-0,34	297	0,34	296	7,25	276	

RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

	Montantes totais obtidos e % variação anual									
	Exercício de 2021	% Variação 2021/2020	Exercício de 2020	% Variação 2020/2019	Exercício de 2019	% Variação 2019/2018	Exercício de 2018	% Variação 2018/2017	Exercício de 2017	
Resultados consolidados da sociedade	1.355.100	21,16	1.118.400	-12,57	1.279.200	-3,85	1.330.460	-11,81	1.508.710	
Remuneração média dos funcionários	45	4,65	43	-4,44	45	4,65	43	0,00	43	

Observações

Os seguintes critérios foram usados na elaboração da tabela:

- Como o modelo de relatório em 2017 foi diferente do dos exercícios consecutivos, como o "montante acumulado" para 2017, o montante do "Total para o ano financeiro de 2017" do Relatório Anual de Remuneração dos Conselheiros de 2017 mais contribuições para esquemas de poupança de longo prazo foi relatado, subtraindo-se destes os que não foram investidos.

- A fim de calcular a "Remunerações médias dos funcionários", foram considerados (i) os custos de pessoal e quadro de funcionário a nível global, excluindo os conselheiros executivos; e (ii) informações contábeis, incluindo os conceitos de retribuição fixa e variável e ação social.

Por outro lado, na seção "montante acumulado" para o exercício financeiro de 2021 de Francisco José Marco Orenes, entre outros, (i) o montante dos fundos acumulados dos sistemas de poupança cujos direitos económicos não foram consolidados e que foram consolidados em 2021 como consequência de sua saída da Sociedade em 31 de dezembro daquele ano; e (ii) os pagamentos indicados na seção B.10 acima.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

D. OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Se existir algum aspecto relevante em matéria de remuneração dos conselheiros que não tenha sido contemplado nas demais seções deste relatório, mas que seja necessário incluir para reunir informações mais completas e fundamentadas sobre a estrutura e as práticas de remuneração da sociedade em relação com seus conselheiros, detalhe-os resumidamente.

[CONTINUAÇÃO DA SEÇÃO A.1.1.]

ii) Descrição dos procedimentos e órgãos da Sociedade envolvidos na determinação, aprovação e aplicação da Política de Remunerações:

A MAPFRE está ciente da importância de ter um sistema de governança corporativa que oriente a estrutura e o funcionamento de seus órgãos sociais no interesse da Sociedade e de seus acionistas.

O Conselho de Administração da MAPFRE dispõe de um regulamento que, reunindo os princípios e os elementos que compõem o sistema de governança corporativa da Sociedade, compreende as regras de regime interno e de funcionamento do Conselho e da sua Comissão e Comitês Delegados, bem como os direitos e deveres dos conselheiros no exercício das suas funções.

A fim de cumprir as exigências legais referentes à remuneração de administradores e para continuar se adequando às melhores práticas de governança corporativa no que diz respeito a retribuição, o Regulamento do Conselho de Administração norteia as funções relativas a remunerações do Conselho de Administração, bem como do Comitê de Nomeações e Retribuições.

Neste sentido, o Conselho de Administração, seguindo um relatório favorável do Comitê de Nomeações e Retribuições, é responsável pela adoção de decisões relativas à remuneração dos conselheiros, dentro da estrutura estatutária e da política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, a determinação individual da remuneração de cada conselheiro em sua capacidade como tal, e a determinação individual da remuneração de cada conselheiro por suas funções executivas e outras condições que devem ser respeitadas em seus contratos.

A Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024 foi submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas, com o relatório prévio do Comitê de Nomeações e Retribuições, com o voto favorável de todos os membros de ambos os órgãos de governo.

Além disso, a elaboração da Política foi realizada pelos serviços internos responsáveis pela retribuição e governança corporativa, serviços de natureza marcadamente técnica e cujos gerentes seniores não têm a condição de conselheiros.

Para os propósitos acima, a Sociedade levou em consideração os seguintes relatórios externos:

- Relatório de KPMG: "A Remuneração dos Conselheiros das Sociedades Cotadas- Edição 2021".
- Relatório de EY: EY Pay Perspective 2021 "Remunerações dos conselheiros do IBEX35".
- Pesquisa de Diretoria Executiva – Espanha 2021 "2021 Executive Survey Report — Spain", de Willis Towers Watson.

(iii) Procedimentos contemplados na política de remunerações para a aplicação de exceções temporárias.

A Política de Remunerações dos Conselheiros para o período 2022-2024 prevê que o Conselho de Administração da Sociedade, sob proposta do Comitê de Nomeação e Retribuições, pode concordar com a aplicação de exceções temporárias à política que devem, de qualquer forma, ser limitadas àquelas situações excepcionais em que a não aplicação da política é necessária para servir aos interesses e sustentabilidade a longo prazo da Sociedade como um todo ou para garantir sua viabilidade.

Somente os componentes da remuneração dos conselheiros executivos estarão sujeitos à exceção, evitando, em qualquer caso, a alocação de retribuição extraordinária garantida.

No caso de qualquer circunstância que justifique a aplicação de tais exceções temporárias, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com o parecer de um terceiro externo, se julgar necessário, emitirá um relatório avaliando as circunstâncias e as remunerações específicas sujeitas à sua proposta de exceção temporária.

Em qualquer caso, a Sociedade deverá levar em consideração os princípios da política acima e informará devidamente no correspondente Relatório Anual sobre Remunerações dos Conselheiros sobre a exceção temporária aprovada e a situação excepcional que a justifique.



RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS CONSELHEIROS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS COTADAS

Este relatório anual de remunerações foi aprovado pelo conselho de administração da sociedade, em sua sessão de data:

[09/02/2022]

Indique se houve conselheiros que votaram contra ou que se abstiveram em relação à aprovação deste Relatório.

- [] Sim
[x] Não

As Contas Anuais Consolidadas da MAPFRE S.A., nas páginas 1 a 124, e o Relatório de gestão consolidado, das páginas 125 a 309 acima, relativas ao exercício de 2021, todas elas assinadas pelo Secretário do Conselho e foram elaborados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 9 de fevereiro de 2022. Os administradores declaram que, até onde chega seu conhecimento, as referidas contas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis e oferecem a imagem fiel do patrimônio, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas na consolidação entendidas em conjunto. Além disso, o Relatório de gestão inclui uma análise fidedigna da evolução dos resultados e da posição da Sociedade e do Grupo, e informa amplamente, juntamente com seu histórico, os riscos e incertezas com que se deparam.

Sr. Antonio Huertas Mejías
Presidente

Sr. Antonio Gómez Ciria
Vogal

Sr. Ignacio Baeza Gómez
1º Vice-presidente

Sr. Luis Hernando de Larramendi Martínez
Vogal

Sra. Catalina Miñarro Brugarolas
2º Vice-presidente

Sr. Francisco J. Marco Orenes
Vogal

Sr. José Manuel Inchausti Pérez
3º Vice-presidente

Sr. Fernando Mata Verdejo
Vogal

Sr. José Antonio Colomer Guiu
Vogal

Sr. Antonio Miguel-Romero de Olano
Vogal

Sra. María Leticia de Freitas Costa
Vogal

Sra. Pilar Perales Viscasillas
Vogal

Sra. Ana Isabel Fernández Alvarez
Vogal

Sr. Alfonso Rebuelta Badías
Vogal

Sra. Rosa M. García García
Vogal

Sr. Ángel Luis Dávila Bermejo
Secretário não Conselheiro

DILIGÊNCIA para registrar, de acordo com as disposições dos artigos 253.2 da Lei de Sociedades de Capital e 366.1º.2 do Regulamento do Registro Mercantil, que (i) a Sra. María Leticia de Freitas Costa e a Sra. Rosa María García García aprovaram as Contas Anuais Consolidadas e o Relatório de gestão consolidado da MAPFRE S.A. correspondentes ao exercício financeiro de 2021, mas não os assinaram, seja por escrito ou por assinatura eletrônica, devido à impossibilidade material, tendo participado da reunião por meios telemáticos; e (ii) o Sr. Luis Hernando de Larramendi dispensou sua assistência devido à sua impossibilidade de participar da reunião, delegando expressamente sua representação e voto à Sra. Catalina Miñarro Brugarolas.

Em Madri, 9 de fevereiro de 2022.
Sr. Ángel Luis Dávila Bermejo – Secretário do Conselho de Administração

3. Relatório de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas 2021



MAPFRE, S.A. e Sociedades dependentes

Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de dezembro de 2021

Relatório de Gestão Consolidado
Exercício de 2021

(Junto com o Relatório dos Auditores)

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.



KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.

Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da MAPFRE, S.A.

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anuais da MAPFRE, S.A. (Controladora) e suas sociedades dependentes (Grupo), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mudanças do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, todos consolidados, relativos ao exercício terminado naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anuais em anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2021, bem como seus resultados e fluxos de caixa, todos consolidados, correspondentes ao exercício terminado naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros adotadas pela União Europeia (NIIF-EU) e outras disposições do marco normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

Fundamento da opinião

Realizamos a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação para a atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha. As nossas responsabilidades de acordo com as referidas normas estão descritas abaixo na seção *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* do nosso relatório.

Somos independentes do Grupo em conformidade com os requisitos éticos, incluindo os de independência, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras consolidadas na Espanha, de acordo com o exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras. Neste sentido, não prestamos serviços que não os de auditoria de demonstrações financeiras, nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com as disposições da referida norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de modo a que a mesma tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são questões que, de acordo com o nosso julgamento profissional, foram de maior relevância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual. Estas questões foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, em seu conjunto, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não expressamos uma opinião sobre estas questões separadamente.

Mensuração das provisões matemáticas (17.255,9 milhões de euros)
 Ver notas 5.15 e 6.13 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo calcula as provisões matemáticas para compromissos assumidos com seus segurados, incluindo alguns a muito longo prazo. A estimativa das provisões matemáticas requer a utilização de métodos e cálculos atuariais nos quais são usadas hipóteses chave com um elevado grau de julgamento e incerteza, entre os quais se incluem a evolução futura da mortalidade, morbilidade, despesas administrativas, taxas de juros, etc.</p> <p>Além disso, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE exigem a realização de testes de adequação dos passivos de contratos de seguros, incluindo os correspondentes a seguros de vida, que visam determinar a adequação das provisões constituídas com base em projeções dos fluxos de caixa futuros associados aos contratos em vigor, tendo em conta as hipóteses mais atualizadas disponíveis. Para realização destes testes são usados igualmente métodos atuariais, nos quais há um impacto significativo das hipóteses utilizadas.</p> <p>A utilização de hipóteses inadequados nos métodos atuariais pode resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>No âmbito da nossa abordagem de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controles-chaves estabelecidos pelo Grupo nos processos de estimativa das provisões matemáticas, incluindo os controles sobre a definição das hipóteses chave, bem como sobre a integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos às provisões matemáticas, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para amostras representativas dos contratos selecionadas com base em nossa avaliação de riscos e relevância dos mesmos, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com base nos nossos conhecimentos e experiência no sector, avaliamos a razoabilidade dos modelos actuariais e a razoabilidade dos modelos actuariais e dos pressupostos-chave hipóteses utilizadas no cálculo da matemática cálculos de provisões matemáticas contra as melhores práticas actuariais, actuariais, melhores práticas actuariais, requisitos regulamentares requisitos regulamentares e tendências do mercado • Analisámos a razoabilidade dos montantes montantes, considerando os aspectos técnicos e económicos condições técnicas e económicas contidas no seguro contratos de seguro e os estabelecidos pela regulamentos em vigor. • Realizámos recálculos actuariais do provisão matemática para uma amostra de apólices seleccionados com base na nossa avaliação de risco avaliação de risco, tendo previamente realizado testes sobre a integralidade e exactidão do sobre a exaustividade e precisão



3

	<p>das bases de dados bases de dados utilizadas nestes cálculos.</p> <p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas a provisões matemáticas, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>
--	--

Mensuração da provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida (11.020,8 milhões de euros)

Ver notas 5.15 e 6.13 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo reconhece a provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida para cobrir o custo estimado dos sinistros ocorridos até à data de encerramento do exercício. A estimativa da referida provisão é complexa e requer métodos e cálculos atuariais que se baseiam em julgamentos e hipóteses significativas, especialmente para as linhas de negócios nas quais o período de liquidação dos sinistros pode ser muito longo, como em automóvel, responsabilidade civil, incêndios, aviação e transportes.</p> <p>Na mensuração da provisão de sinistros são utilizadas estimativas caso a caso, bem como métodos de projeção atuarial baseados, tanto em informações históricas, quanto em hipóteses sobre a sua evolução futura. Estas estimativas incluem hipóteses relacionados com o montante de liquidação previsto e com os padrões de pagamentos dos sinistros, existindo, pela sua natureza, um grau de incerteza significativo, sendo que uma alteração das hipóteses pode ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controles-chave estabelecidos nos processos de estimativa da provisão de sinistros incluindo os controles sobre a definição das hipóteses chave, bem como da integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos à provisão de sinistros, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para uma amostra representativa das linhas de negócio selecionada com base na nossa avaliação de riscos e relevância das mesmas, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de testes à integridade e precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. • Com base no nosso conhecimento e experiência no setor, avaliamos a razoabilidade dos modelos atuariais e das hipóteses utilizados no cálculo da provisão de sinistros, em comparação com as melhores práticas atuariais, requisitos regulamentares, hipóteses de mercado e tendências históricas. • Efetuamos uma estimativa da provisão de sinistros e, com base na nossa experiência, determinamos um intervalo de valores para avaliar a sua razoabilidade. <p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas à provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida, considerando os</p>



	requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.
--	---

Mensuração de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos e reconhecidos pelo valor justo (10.988,3 milhões de euros)

Ver notas 5.5, 5.6, 6.4 e 6.5 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>A classificação dos instrumentos financeiros, para efeitos de mensuração, nas diferentes carteiras existentes na norma contábil aplicável determina os critérios a aplicar na sua mensuração posterior.</p> <p>A maior parte dos instrumentos financeiros do Grupo MAPFRE são mensurados com base em preços de mercado em mercados ativos. Contudo, naqueles casos nos que não existe um preço cotado num mercado ativo, a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros realiza-se mediante técnicas de mensuração que podem considerar, entre outros aspectos, dados de mercado não observáveis ou métodos de mensuração complexos que requerem um elevado grau de julgamento. Além disso, quaisquer alterações nas hipóteses consideradas, eventos de mercado ou novas regulamentações podem ter um impacto significativo na mensuração.</p> <p>Consideramos que existe um risco inerente significativo associado à mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo e que se encontram classificados hierarquicamente para efeitos de mensuração pelo Grupo como instrumentos financeiros de nível 3 (utilização de alguma informação de entrada significativa que não está baseada em dados de mercado observáveis) e para certas carteiras classificadas como nível 2 (informação de entrada significativa baseada em dados de mercado observáveis direta ou indiretamente), em ambos os casos, mediante a utilização de métodos de mensuração complexos, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, tanto a avaliação dos controlos-chave vinculados aos processos de mensuração das carteiras de instrumentos financeiros, quanto a realização de procedimentos substantivos sobre as mesmas.</p> <p>Com a colaboração dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, foram selecionadas amostras representativas da população de ativos financeiros do Grupo, cuja adequada mensuração foi avaliada mediante a realização de diversos procedimentos substantivos, que incluíram um recálculo do valor justo e a avaliação da razoabilidade dos dados de mercado utilizados nos modelos de mensuração.</p> <p>Além disso, avaliamos se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos instrumentos financeiros refletem adequadamente a exposição do Grupo ao risco de mensuração dos instrumentos financeiros e se cumprem com os requisitos de divulgação estabelecidos nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>



Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.003,3 milhões de euros)

Ver notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo mantém registrado ágios e gastos de aquisição de carteira por montantes relevantes procedentes da aquisição de entidades ou negócios.</p> <p>A mensuração destes ativos requer a determinação de unidades geradoras de caixa (UGC), o cálculo da quantia escriturada de cada uma delas, a estimativa do montante recuperável das UGC e a identificação de fatos que possam determinar a existência de indícios de redução do valor recuperável destes ativos. A determinação do valor recuperável de cada UGC contempla, entre outras questões, projeções financeiras que consideram suposições sobre evoluções macroeconômicas, circunstâncias internas da entidade e de concorrentes, taxas de desconto ou a evolução futura do negócio.</p> <p>O Grupo realiza, pelo menos anualmente, no caso de ágio, ou quando são identificados indícios de redução do valor recuperável, tanto no caso de despesas de aquisição de carteira quanto no de ágio, uma avaliação para determinar se existe redução no valor recuperável desses ativos. Nesse sentido, nossa avaliação tem se concentrado principalmente no ágio e nas despesas de aquisição de carteiras de valor mais significativo e cujo valor recuperável estimado se aproxima do valor contábil dos ativos líquidos.</p> <p>Dada a complexidade da estimativa e o uso de premissas que, em geral, que pressupõem incerteza e julgamento, consideramos que a mensuração do valor recuperável dos ágios e gastos de aquisição de carteira contém um risco inerente significativo associado, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controles-chave estabelecidos pelo Grupo relativamente ao processo seguido pelo Grupo para a identificação das unidades geradoras de caixa, avaliação de indícios de redução do valor recuperável, aprovação das projeções financeiras pelo Conselho de Administração e para a definição das suposições e métodos de cálculo utilizados na estimativa do valor recuperável das UGC.</p> <p>Com base no nosso conhecimento e experiência, avaliamos a razoabilidade dos métodos utilizados pelo Grupo para a estimativa dos valores recuperáveis das UGC, considerando o que está estabelecido nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE e as melhores práticas de mercado.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos que foram realizados para uma amostra de UGC, incluindo os mais relevantes, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da existência de indícios de redução do valor recuperável dos ágios e dos gastos de aquisição de carteira considerando fatores externos e internos, tais como indicadores macroeconômicos, expectativas do setor, histórico financeiro das UGC. • Com a colaboração dos nossos especialistas em valoração, análise das taxas de desconto e crescimento utilizadas pelo Grupo na estimativa do valor recuperável das UGC. • Avaliação da razoabilidade das projeções financeiras elaboradas pela Administração, em comparação com as informações financeiras históricas das UGC, com os planos de negócio aprovados pelo Grupo e com as expectativas de mercado nos setores em que operam. • Análise de sensibilidade das principais hipóteses e projeções financeiras utilizados na estimativa do valor recuperável das UGC.



Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.003,3 milhões de euros) Ver notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	
<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
	Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao ágio e aos gastos de aquisição de carteira, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.

Outras informações: Relatório de Gestão Consolidado

As outras informações compreendem exclusivamente o relatório consolidado de gestão do exercício de 2021, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Controladora, não sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre o relatório consolidado de gestão. A nossa responsabilidade pelas informações contidas no relatório consolidado de gestão está definida na regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras, que estabelece dois níveis diferentes de responsabilidade:

- a) verificar unicamente que os demonstrativos de informações não financeiras, assim como determinadas informações incluídas no Relatório Anual de Governo Corporativo (RAGC), aqueles que se referem à Lei de Auditoria de Contas, foram fornecidas na forma prevista na regulamentação aplicável e, se aplicável de outra forma, informar sobre isto.
- b) Um nível geral aplicável ao resto das informações incluídas no relatório consolidado de gestão, que consiste em avaliar e informar sobre a concordância das referidas informações com as demonstrações financeiras consolidadas, a partir do conhecimento do Grupo obtido através da realização da auditoria das referidas demonstrações, excluindo informações que não são as obtidas como evidência durante a mesma, bem como em avaliar e informar se o conteúdo e apresentação desta parte do relatório consolidado de gestão estão em conformidade com a regulamentação aplicável. Se, com base no trabalho que realizarmos, concluirmos que existem distorções materiais, somos obrigados a reportar esse fato.

Com base no trabalho realizado, de acordo com o descrito anteriormente, comprovamos que a informação específica mencionada na alínea a) anterior foi apresentada num relatório separado, "Relatório Integrado MAPFRE, S.A. 2021", na qual se inclui uma referência expressa ao relatório consolidado de gestão, que as informações do RAGC, mencionadas na referida alínea, estão incluídas no relatório consolidado de gestão e que o resto das informações contidas no relatório consolidado de gestão são coerentes com os das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2021 e que o seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a regulamentação aplicável.



Responsabilidade dos administradores e do comitê de auditoria e compliance em relação às demonstrações financeiras consolidadas

Os administradores da Controladora são responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras consolidadas em anexo, de forma que expressem a imagem fiel do patrimônio, da posição financeira e dos resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as IFRS-EU e outras disposições do marco regulatório de informações financeiras aplicáveis ao Grupo na Espanha, e pelo controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores da Controladora são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, divulgando, caso necessário, questões relacionadas com empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de continuidade das operações, salvo se os referidos administradores tiverem a intenção de liquidar o Grupo ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

O Comitê de Auditoria e Compliance do Grupo é responsável pela supervisão do processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas em seu conjunto estão isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros e emitir um relatório de auditoria que contém nossa opinião.

Segurança razoável é um elevado grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha detecte sempre quaisquer distorções materiais que possam existir. As distorções podem dever-se a fraudes ou erros e, caso sejam consideradas materiais, individualmente ou de forma agregada, pode prever-se razoavelmente que influenciem as decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, devidas a fraudes ou erros, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devida a fraude é mais elevado do que no caso de uma distorção material devida a erro, já que a fraude pode implicar conspiração, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas ou a de burlar os controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Controladora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade Dominante, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos subjacentes de maneira que expressem a imagem fiel.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo. Nós somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com o comitê de auditoria e compliance da Sociedade controladora em relação com, entre outras questões, ao alcance e ao momento planejados para a realização da auditoria e a resultados significativos da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa de controle interno que identificamos durante a auditoria.

Também proporcionamos ao comitê de auditoria e compliance do grupo uma declaração de que cumprimos os requisitos de éticas aplicáveis, incluindo os de independência, e que nos comunicamos com o mesmo para informar sobre questões que possam razoavelmente supor uma ameaça para a nossa independência e, conforme o caso, sobre as respectivas salvaguardas.

Entre questões que foram objeto de comunicação ao comitê de auditoria e compliance, determinamos as que assumiram maior relevância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, conseqüentemente, as questões-chave da auditoria.

Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, exceto aquelas cuja divulgação pública seja proibida por disposições legais ou regulamentares.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato Eletrônico Único Europeu

Examinamos os arquivos digitais do Formato Eletrônico Único Europeu (FEUE) da MAPFRE, S.A. e as empresas dependentes do ano 2021 que integram o arquivo XHTML que inclui as demonstrações



contábeis consolidadas do exercício e os arquivos XBRL com a etiquetagem efetuada pela empresa, que farão parte do relatório financeiro anual.

Os Administradores da MAPFRE, S.A. são responsáveis pela apresentação do relatório anual do exercício de 2021 de acordo com o formato e os requisitos de marcação estabelecidos no Regulamento Delegado UE 2019/815, de 17 de dezembro de 2018, da Comissão Europeia (doravante Regulamento FEUE).

A nossa responsabilidade consiste em examinar os arquivos digitais elaborados pelos Administradores da Holding, de acordo com as normas que regulam a atividade de auditoria de demonstrações contábeis em vigor em Espanha. Os referidos regulamentos exigem que planejem e executemos nossos procedimentos de auditoria, a fim de verificar se o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas incluídas nos arquivos digitais acima mencionados corresponde inteiramente ao das demonstrações contábeis consolidadas que auditamos, e se o formato e marcação do mesmo e dos referidos processos foram realizados em todos os aspectos significativos, de acordo com os requisitos estabelecidos no Regulamento FEUE.

Em nossa opinião, os arquivos digitais examinados correspondem integralmente às demonstrações contábeis consolidadas auditadas, sendo estas apresentadas e marcadas, em todos os seus aspectos significativos, de acordo com os requisitos estabelecidos no Regulamento FEUE.

Relatório Adicional para o comitê de auditoria e compliance da controladora

A opinião expressa no presente relatório é coerente com as afirmações constantes no relatório adicional para o comitê de auditoria e compliance da Sociedade controladora datado de 9 de fevereiro de 2022.

Período de contratação

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de MAPFRE, S.A. celebrada a 12 de março de 2021 fomos nomeados como auditores da Sociedade por um período de 3 anos, contados a partir do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2021.

Anteriormente, fomos nomeados por acordo da Assembléia Geral de Acionistas para o período de 3 anos e temos realizado o trabalho de auditoria continuamente desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrito no R.O.A.C nº S0702

(Assinado no relatório de auditoria original emitido no idioma espanhol)

Ángel Crespo Rodrigo

Inscrito no R.O.A.C: 21.003

9 de fevereiro de 2022

